JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga 5
Camara Municipal de Arenápolis 5
Camara Municipal de Cáceres 21
Camara Municipal de Diamantino 22
Câmara Municipal de General Carneiro 23
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 24
Camara Municipal de Paranatinga 24
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 25
Camara Municipal de São José do Povo 25
Camara Municipal de São José do Xingu 25
Camara Municipal de Tangará da Serra 26
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 26
Consórcio Intermunicipal de Saúde Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso 26
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 27
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 27
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 28
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 41
Prefeitura Municipal de Acorizal 41
Prefeitura Municipal de Água Boa 41
Prefeitura Municipal de Alto Garças 42
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 45
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 54
Prefeitura Municipal de Apiacás 57
Prefeitura Municipal de Araguaiana 59
Prefeitura Municipal de Araguainha 60
Prefeitura Municipal de Araputanga 61
Prefeitura Municipal de Arenápolis 61
Prefeitura Municipal de Aripuanã 62
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 63
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 68
Prefeitura Municipal de Cáceres 70
Prefeitura Municipal de Campinápolis 477
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 477
Prefeitura Municipal de Campo Verde 480
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 481
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 483
Prefeitura Municipal de Canarana 486
Prefeitura Municipal de Carlinda 491
Prefeitura Municipal de Castanheira 493
Prefeitura Municipal de Cláudia 497
Prefeitura Municipal de Cocalinho 498
Prefeitura Municipal de Colíder 501
Prefeitura Municipal de Colniza 501
Prefeitura Municipal de Comodoro 503
Prefeitura Municipal de Confresa 505
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 544
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 547
Prefeitura Municipal de Cuiabá 554
Prefeitura Municipal de Diamantino 554
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 560
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 561
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 562

Prefeitura Municipal de General Carneiro 581
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 582
Prefeitura Municipal de Itanhangá 583
Prefeitura Municipal de Itiquira 604
Prefeitura Municipal de Jaciara 605
Prefeitura Municipal de Jangada 610
Prefeitura Municipal de Jauru 611
Prefeitura Municipal de Juara 612
Prefeitura Municipal de Juína 613
Prefeitura Municipal de Juruena 614
Prefeitura Municipal de Juscimeira 614
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 635
Prefeitura Municipal de Luciara 638
Prefeitura Municipal de Marcelândia 646
Prefeitura Municipal de Matupá 647
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 656
Prefeitura Municipal de Nobres 657
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 659
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 700
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 705
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 707
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 707
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 711
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 714
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 717
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 718
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 721
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 738
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 741
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 741
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 744
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 745
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 746
Prefeitura Municipal de Paranatinga 747
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 760
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 773
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 774
Prefeitura Municipal de Poconé 775
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 776
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 778
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 778
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 779
Prefeitura Municipal de Poxoréu 780
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 780
Prefeitura Municipal de Rio Branco 781
Prefeitura Municipal de Rondolândia 784
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 785
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 785
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 790
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 795
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 795
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 805
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 805
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 806
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 806
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 808
Prefeitura Municipal de São José do Povo 829
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 830
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 831
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 831
Prefeitura Municipal de Tabaporã 837
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 838
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 840

Prefeitura Municipal de Torixoréu 841
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 843
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 844
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 848
Prefeitura Municipal de Vila Rica 851
União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso - UCMMAT 852

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA

PORTARIA Nº 05/2021/CMA

Ronaldo de Jesus Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

RESOLVE:

Conceder férias a Servidora **DIULAI MENDES DE 0LIVEIRA BRAVO**, por 20 (vinte) dias a partir do dia 01/04/2021 a 20/04/2021, regulamentares correspondentes ao período aquisitivo de 2019/2020, sendo 10 (dez) dias indenizados.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 05 (cinco) dias do mês abril (04) do ano de Dois Mil e vinte um (2021).

Ronaldo de Jesus Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA

PORTARIA Nº 06/2021/CMA

Ronaldo de Jesus Santos, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições.

RESOLVE:

Conceder férias a Servidor **SILVIO CARAVIER**, por 20 (vinte) dias a partir do dia 01/04/2021 a 20/04/2021, regulamentares correspondentes ao período aquisitivo de 2020/2021, sendo 10 (dez) dias indenizados.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 05 (cinco) dias do mês abril (04) do ano de Dois Mil e vinte um (2021).

Ronaldo de Jesus Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
SICONFI_RGF_10592_QUADRIMESTRAL_3

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	44.003,85	43.109,27	43.109,27	43.109,27	50.552,13	43.109,27	43.109,22	45.658,65	536.878,77	
Pessoal Ativo	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	44.003,85	43.109,27	43.109,27	43.109,27	50.552,13	43.109,27	43.109,22	45.658,65	536.878,77	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	35.695,54	44.103,48	35.175,80	35.175,80	36.616,94	35.627,50	35.627,50	35.627,50	43.070,36	35.627,50	35.627,50	37.960,83	445.936,25	
Obrigações Patronais	7.278,46	9.139,93	7.134,91	7.413,92	7.386,91	7.481,77	7.481,77	7.481,77	7.481,77	7.481,77	7.481,72	7.697,82	90.942,52	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	44.003,85	43.109,27	43.109,27	43.109,27	50.552,13	43.109,27	43.109,22	45.658,65	536.878,77	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	30.632.405,72	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	30.632.405,72	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	536.878,77	1,75
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.837.944,34	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.746.047,12	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.654.149,91	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	Disponibilidade de Caixa								
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Do Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00					0,00			0,00
Recursos Ordinários	0,00					0,00			0,00
Outros Recursos Não Vinculados									
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)									
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Vinculados a Precatórios									
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais									
Outros Recursos Vinculados									
TOTAL (III) = (I + II)	0,00					0,00			0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	30.632.405,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	30.632.405,72

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	536.878,77	
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
SICONFI_RGF_10592_QUADRIMESTRAL_2

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.917,76	40.266,09	40.266,09	40.266,07	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	44.003,85	43.109,27	43.109,27	43.109,27	517.165,51	
Pessoal Ativo	41.917,76	40.266,09	40.266,09	40.266,07	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	44.003,85	43.109,27	43.109,27	43.109,27	517.165,51	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	34.929,44	33.277,77	33.277,77	33.277,77	35.695,54	44.103,48	35.175,80	35.175,80	36.616,94	35.627,50	35.627,50	35.627,50	428.412,81	
Obrigações Patronais	6.988,32	6.988,32	6.988,32	6.988,30	7.278,46	9.139,93	7.134,91	7.413,92	7.386,91	7.481,77	7.481,77	7.481,77	88.752,70	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.917,76	40.266,09	40.266,09	40.266,07	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	44.003,85	43.109,27	43.109,27	43.109,27	517.165,51	

Documento gerado em 29/09/2020 13:03:54

Página 1 de 4

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	28.823.303,81	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	28.823.303,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	517.165,51	1,79
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.729.398,23	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.642.928,32	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.556.458,41	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
DECRETO Nº 05/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021

SÚMULA: "POSTERGA A VIGÊNCIA DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/21, COM AS ATERAÇÕES QUE APRESENTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARENÁPOLIS - ESTADO DE MATO GROSSO, com escopo na Lei Orgânica Municipal e ainda,

CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o acréscimo ao número de casos confirmados de COVID-19, continua sendo significativo;

CONSIDERANDO que em âmbito Estadual os Leitos de UTI's encontram-se todos preenchidos e os hospitais especializados no tratamento do COVID-19, lotados;

CONSIDERANDO a vigência do Decreto Estadual n° 874/2021, de *25* de março do ano de 2021, exarado pelo Exmo. *Governador do Estado de Mato Grosso*, Sr. *Mauro Mendes*, que ostenta vigência até os dias atuais;

CONSIDERANDO a decisão Judicial proferida pela Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso Desembargadora aria Helena G. Póvoas, nos autos do processo 1003497-90.2021.8.11.0000, que determinou que devem prevalecer em todo o Estado de Matos Grosso, as medidas restritivas impostas pelo Decreto Estadual 874/2021 - editado pelo Governador do Estado. " A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade.

D E C R E T A:

Art. 1º- Prorroga-se a vigência do artigo 1º, do Decreto Legislativo nº 02/2021, por tempo indeterminado.

Art. 2º- A Câmara de Vereadores funcionará no período de vigência deste Decreto com expediente interno e externo, porém este último deve ocorre por meio dos canais de acesso disponibilizados: e-mail: **arenapoliscamara@hotmail.com** e/ou, telefone: **65 3343-1994**, atendimento presencial e, excepcionalmente presencial por agendamento prévio – 65 9.9945 8618.

Art. 3º- Fica suspensa a realização das reuniões ordinária, durante a vigência deste Decreto.

Art. 4º- As reuniões extraordinárias deverão ocorrer apenas nos casos de urgência, justificada, limitando-se a acesso em 05 pessoas comum do povo ao mesmo tempo, no plenário da Câmara, com as resalvas de uso de mascara, higienização das mãos com álcool 70º ou álcool gel e distanciamento mínimo de 1,5 metros, além de outras medicas que possam corroborar com a não disseminação pandêmica.

Art. 5º- Este Decreto entrará em vigor imediatamente.

Publique-se

Registre-se

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARENÁPOLIS-MT, EM 05 DE ABRIL DE 2021.

CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
SICONFI_RGF_10592_QUADRIMESTRAL_1

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.853,02	42.411,03	44.195,58	41.537,75	41.917,76	40.266,09	40.266,09	40.266,07	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	512.831,23	
Pessoal Ativo	40.853,02	42.411,03	44.195,58	41.537,75	41.917,76	40.266,09	40.266,09	40.266,07	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	512.831,23	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	33.642,57	35.170,71	36.955,26	34.444,43	34.929,44	33.277,77	33.277,77	33.277,77	35.695,54	44.103,48	35.175,80	35.175,80	425.126,34	
Obrigações Patronais	7.210,45	7.240,32	7.240,32	7.093,32	6.988,32	6.988,32	6.988,32	6.988,30	7.278,46	9.139,93	7.134,91	7.413,92	87.704,89	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40.853,02	42.411,03	44.195,58	41.537,75	41.917,76	40.266,09	40.266,09	40.266,07	42.974,00	53.243,41	42.310,71	42.589,72	512.831,23	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	25.710.632,15	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	25.710.632,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	512.831,23	1,99
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.542.637,93	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.465.506,03	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.388.374,14	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal**
	Câmara de Vereadores de Arenápolis - MT (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COVID-19: PORTARIA Nº 102/2021

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº 874 de 25/03/2021, que *Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências, onde em seu artigo 1º, dispõe que:*

"Art. 1º Este Decreto institui classificação de risco de disseminação do novo coronavírus e estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território de Mato Grosso, nas situações que especifica." (gf)

CONSIDERANDO que a cidade de Cáceres está com a classificação de risco MUITO ALTO, conforme anexo II, do Decreto nº 874 de 25/03/2021.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º, incisos I, V e VII, do Decreto Municipal nº. 307 de 29 de março de 2021, que prevê a: *"I - quarentena coletiva obrigatória no território do Município;"; "V - proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;"* e a*"VII* **-** *proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais."***:**

"**Art. 1º** Ratificar as medidas restritivas impostas pelo Poder Executivo Estadual através do Decreto nº 874, de 25 de março de 2021, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, pelo que deverão ser adotadas no Município de Cáceres, até o dia 04/04/2021, as seguintes medidas não-farmacológicas:

I - quarentena coletiva obrigatória no território do Município;

II – manutenção apenas dos serviços e atividades essenciais a que se refere o art. 2º deste decreto;

III - suspensão de aulas presenciais em berçários, creches, escolas e universidades;

IV - controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas, ficando autorizada apenas a circulação de pessoas com o objetivo de acessar e exercer atividades essenciais;

V - proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

VI - proibição de funcionamento de academias ou congêneres;

VII - proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 316 de 01 de abril de 2021 que "prorroga os efeitos dos Decretos Municipais nº 247 e 307/2021 até o dia 07 de abril de 2021 e dá outras providências".

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade é um limite a atuação do Poder Público, visto que este só poderá atuar com base na lei, sendo uma garantia aos administrados, visto que só deveremos cumprir as exigências do Estado se estiverem previstas na lei, e, se as exigências não estiverem de acordo com a lei serão inválidas e, portanto, estarão sujeitas a um controle do Poder Judiciário.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas para o fiel cumprimento das restrições estabelecidas pelos Decretos editados pelos Governos Estadual e Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de se padronizar os serviços da Câmara Municipal de Cáceres, adequando-os as normas acima enumeradas, em atenção ao princípio da legalidade e eficiência.

RESOLVE:

Art. 1º. No período estabelecido no Decreto Municipal nº. 316, de 01 de abril de 2021, que "**Prorroga os efeitos dos Decretos Municipais n.º 247 e 307/2021 até o dia 07 de abril de 2021 e dá outras providências**", a Câmara Municipal de Cáceres **ficará fechada**, podendo, excepcionalmente ser realizado nesse período, sessões ordinárias e extraordinárias, desde que seja de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas, sendo permitido apenas a presença do Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário para a condução dos trabalhos da sessão.

Parágrafo único. Os votos, pareceres, ofícios, memorandos, circulares, e demais documentos e proposições necessários para a realização das sessões ordinárias e extraordinárias de que trata o *caput,* tramitarão de forma virtual, podendo ser assinados eletronicamente ou por escrito, escaneados e enviados por e-mail, WhatsApp, ou outra ferramenta virtual disponível, onde a Secretaria respectiva, dará certidão de todo o trâmite, juntando os documentos nos processos e proposições correlatas;

Art. 2º. As sessões ordinárias e extraordinárias de que trata o *caput* do artigo 1º, serão gravadas e ficarão disponíveis na página do Facebook da Câmara Municipal de Cáceres;

Parágrafo único. Havendo prorrogação no prazo e nas condições estabelecidas pelos Governos Estadual e Municipal, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres editará uma nova portaria, se necessário.

Art. 3º. Fica suspenso pelo período descrito no artigo 1º, o uso do ponto eletrônico, e, a execução dos serviços essenciais da Câmara Municipal de Cáceres, seja na parte administrativa ou legislativa, deverão ser realizadas pelo regime de teletrabalho (*home office*), ressalvados somente os casos em que o trabalho presencial seja comprovadamente indispensável ao atendimento ou funcionamento da Câmara Municipal de Cáceres.

Parágrafo único. O atendimento ao público, **no período descrito no artigo 1º**, poderá ser feito virtualmente, onde será disponibilizado o número de telefone, WhatsApp e endereço eletrônico de e-mail de todos os vereadores, para o atendimento ao público em geral, dados esses que também constarão na página oficial da Câmara Municipal de Cáceres, inclusive no Facebook, e ainda, na porta de entrada da sede da Câmara Municipal de Cáceres, com a finalidade de evitar aglomerações que possam facilitar a propagação do COVID-19.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo dar-se ciência a todos os Vereadores.

Cáceres/MT, 05 de abril de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Isaias Bezerra

Vice-Presidente

Celso Silva

1º Secretário

Mazéh Silva

2ª Secretária

Negação

Tesoureiro

Publicado no D.O.M. de 05/04/2021.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 006/202

ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 006/2021

Dispõe sobre medidas de caráter temporário para mitigação de riscos da doença causada pelo novo corona vírus (COVID-19), nas sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, no âmbito da Câmara Municipal de Diamantino-MT.

CONSIDERANDO a Pandemia mundial do novo coronavírus Covid-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº. 874 de 25 de março de 2021, que atualiza a classificação de risco epidemiológico e fixa regra e diretrizes para adoção, pelos municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da Covid-19;

CONSIDERANDO que o Município de Diamantino/MT encontra-se enquadrado como "RISCO MUITO ALTO", na matriz de risco, estabelecida pelo Decreto Estadual nº. 874/2021;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 60/2021, de 30 de março de 2021;

O Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, baixa o seguinte ATO:

Art. 1º - As Sessões Ordinárias, Solenes e Extraordinárias, terão início no horário regimental, às 18h00min (dezoito horas) e serão transmitidas apenas de forma virtual, via rádio e/ou outros mecanismos tecnológicos, sem público presente.

Parágrafo único. Apenas a pessoa inscrita para o uso da Tribuna Livre poderá permanecer nas dependências do Plenário, desde que o pedido tenha sido previamente deferido, devendo observar as recomendações básicas do Ministério da Saúde, especialmente o uso obrigatório de máscara e o necessário distanciamento dos vereadores, servidores e demais pessoas cuja presença se faça necessária.

Art. 2º - Excepcional e temporariamente, fica suspensa a entrega de moções nas dependências do Plenário.

Art. 3º - Ao Vereador, no uso da palavra no Pequeno Expediente, da Tribuna, é obrigatório o uso de máscara.

Art. 4º - Os Vereadorescom doença crônica, diabéticos, ou que forem portadores de outras doenças que compõem grupo de risco de aumento de mortalidade por COVID-19, devidamente comprovadas por atestado médico ou por indicação do serviço médico, as gestantes e lactantes, ficarão dispensados de participar das Sessões Ordinárias, Solenes ou Extraordinárias, sem prejuízo do subsídio.

Art. 5º - As medidas instituídas no presente Ato terão vigência pelo prazo de 10 (dez dias), prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 6º - Este Ato entra em vigor a partir de 31 de março de 2021, revogando-se o Ato da Presidência nº 05/2021.

Diamantino-MT, 31 de março de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 008/2021.

PORTARIA nº 008/2021.

FÉLIX HENRIK BATISTA DE SOUSA, Presidente da Câmara de Vereadores de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO quea servidora **MARIZA TEREZINHA MAUERVERCK**, foi empossada em 01.02.2000 conforme Termo de Posse e Decreto de Nomeação nº 04/2000 de 31.01.2000, para exercer o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**.

CONSIDERANDO que de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, após completar o período aquisitivo o servidor público terá direito a gozo de férias remuneradas com adicional de um terço;

CONSIDERANDO que a servidora completou seu 21º (vigésimo primeiro), período aquisitivo de férias em 01 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO que a servidora apresentou Requerimento nº 001/2021 em 30.03.2021, solicitando 30 (trinta) dias para gozo de férias, a contar a partir de 01 à 30 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora **MARIZA TEREZINHA MAUERVERCK**, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar de Serviços Gerais** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, 30 (trinta) dias de gozo de férias remuneradas com adicional de um terço, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2019 a 01 de fevereiro de 2020 no período compreendido entre **01 a 30 de abril de 2021.**

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2021.

_____

FÉLIX HENRIK BATISTA DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE PROMOÇÃO E ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DA SERVIDORA MARIZA TEREZINHA MAUERVERCK DA CAMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT

1 - RELATÓRIO

A Servidora Mariza Terezinha Mauerverck por meio do Requerimento nº 001/2021, recebido em 02/03/2021, requer a progressão de Nível de acordo com a Lei Complementar nº 030/2019, Capitulo III, Sessão I – Dos Vencimentos, Anexo III, devido à concussão no Curso de Pós-Graduação em Recursos Humanos pela Faculdade Impactos – Instituto Mato-grossense de Pós-Graduação e Serviços Educacionais Ltda.

Assinale, que o requerimento veio instruído com os dados funcionais necessários, Certificado de Conclusão da Pós-Graduação, histórico escolar, entre outros.

Em 15 de dezembro de 2020 foi publicada a Lei 1.050/2020 “Recomposição de Perca Salarial (INPC/IBGE) para os cargos do poder legislativo municipal no valor de 25,82%”, atualizando assim a tabela base da Lei Complementa 030/2019, para fins de enquadramento funcional dos Servidores desta Camara Municipal.

Diante da imperatividade da norma publicada e sua respectiva abrangência, necessário se faz o reenquadramento funcional de acordo com a norma publicada.

FUNDAMENTAÇÃO

O requerimento tem por fundamento o art. 35 Lei Complementar nº 030/2019, ao conferir aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de General Carneiro – MT, a promoção horizontal.

A referida norma tem por fundamento incentivar os Servidores na busca pelo ensino superior e respectivo aprimoramento, inclusive em pós-graduações.

As regras no tocante as concessões da vantagem estão dispostas no art. 35, §§1º, 2º, 3º, 4º e 5, e seus respectivos incisos, da Lei Complementar 030/2021, sendo estes:

Apresentação de Requerimento do interessado acompanhado da documentação comprobatória do curso de capacitação e aperfeiçoamento profissional realizado a partir da promulgação da presente Lei, que deverá ser analisado e aceito ou não pela Comissão de Avaliação e Desempenho Funcional.

Para a promoção horizontal deverá cumprir o intervalo mínimo de 03 três anos para elevação de uma classe a outra subsequente.

As classes de cada nível são estruturadas em linha horizontal que variam da letra A até a letra E, de acordo com os grupos ocupacionais e a evolução escolar e da qualificação dos cargos.

Devem conter a carga horária, e o instrutor no corpo de Certificado, e o conteúdo programático no verso;

Os cursos realizados “on-line” somente serão aceitos, se a Escola/Instituição organizadora do curso de reconhecida capacidade técnica de curso on-line.

Os ocupantes de cargos cujo provimento exija escolaridade de ensino técnico e ou superior serão promovidos de acordo com os dispositivos do Anexo III da Lei Complementar 030/2019.

Todos os diplomas deverão atender às normas do Conselho Nacional de Educação.

Analisando as exigências legais para a concessão da vantagem postulada, bem como os documentos apresentados pela Requerente, restam atendidas as exigências para fins de concessão da vantagem.

Como já dito alhures, em 15 de dezembro de 2020 foi publicada a Lei 1. 050/2020 “Recomposição de Perca Salarial (INPC/IBGE) para os cargos do poder legislativo municipal no valor de 25,82%”, estabelecendo entre outras providências, a atualização da tabela base para fins de enquadramento funcional dos Servidores desta Camara Municipal, promovendo assim, alteração na Lei Complementar 030/2021, sendo está o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV.

No presente caso foi analisado os tópicos a cima citado, ficando clara que:

A servidora apresentou o requerimento de progressão, acompanhada de Atestado de conclusão e Certificado de Especialização. A servidora respeitou o intervalo de 03 anos para progressão; O Certificado apresentando possui carga horário, o instrutor e o conteúdo programático no verso; A Instituição possui capacidade técnica de curso on-line; O diploma apresentado está credenciada no MEC pela portaria 1521 de 16/07/2001 (D.O.U de 18/07/2001).

Em análise dos documentos apresentados verificou-se que a servidora concluiu o curso de Pós-Graduação em 28 de outubro de 2018, mas respeitando o período de 03 anos para a próxima progressão, apresentou a documentação somente no ano de 2021.

Deve-se também ressaltar, que a Servidora não possui em sua pasta funcional sindicância, procedimento administrativo ou falta grave que impeça sua promoção, possuindo assim avaliação positiva na forma do art. 36, §1º da Lei Complementar 030/2019.

Destarte, diante do regramento aplicável, deverá ocorrer a evolução funcional da Servidora, conforme art. 11, §1º, I, classe E, nível 7, estando atualmente na classe D, nível 7 na forma do anexo III, todos da Lei Complementar 030/2019 e suas alterações posteriores.

CONCLUSÃO

Em análise ao Requerimento apresentador por Mariza Terezinha Mauerverck por meio do Requerimento nº 001/2021, recebido em 02/03/2021, servidora desta Câmara Municipal, com base nas informações constantes do Requerimento, e ainda no exercício do Poder de Autotutela, e de acordo com o disposto na Lei Complementar 030/2019, de 01 de março de 2019, com a alteração Lei 1.050/2020, de 15 de dezembro de 2020, concluímos pela evolução funcional e respectivo reenquadramento da Servidora, conforme art. 11, §1º, I, **classe E, nível 7**, na forma do anexo III, todos da Lei Complementar 030/2019 e suas alterações posteriores.

Participaram desse trabalho os Servidores da Comissão de Avaliação e Desempenho, criada pela Portaria nº003/2021, de 05 de janeiro 2021, tendo como integrantes os seguintes servidores: FABRÍCIA FRANCISCA VIEIRA – Presidente, SINDERLEI BARBOSA RODRIGUES – Secretário Representante da Mesa Diretora, DIVINO APARECIDO SANTOS FREITAS – Membro Representante dos Servidores, RAFAEL KRUEGEL LEITE – Membro Representante da Secretaria Geral, e DIVINO DE OLIVEIRA SANTANA – Membro Representante dos Vereadores.

Desta decisão, comunique-se a Servidora, e arquive-se em sua pasta funcional e arquivo desta Camara Municipal.

General Carneiro – MT, em 30 de março de 2021.

_____

FABRÍCIA FRANCISCA VIEIRA

Presidente

_____

SINDERLEI BARBOSA RODRIGUES

Membro Representante da Mesa Diretora

_____

DIVINO APARECIDO SANTOS FREITAS

Membro Representante dos Servidores

_____

RAFAEL KRUEGEL LEITE

Membro Representante da Secretaria Geral

_____

DIVINO OLIVEIRA SANTANA

Membro Representante dos Vereadores

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT PORTARIA 015/2021

PORTARIA Nº 015/2021

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear a Senhora **LUCILENE SANTANA DE CAMPOS,** para exercer em Comissão o cargo de DAI (Direção e Assessoramento Intermediário), conforme a Lei 826/2017, e a função de Ouvidora do Poder Legislativo Municipal, a partir de 24 de março de 2021.

ARTIGO 2º - Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 24 de Março de 2021.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONVITE Nº 003/2021

MODALIDADE: CONVITE Nº 003/2021

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: POR ITEM

CARTA CONVITE Nº 003/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

OBJETO: Contratação para Prestação de Serviços de Propaganda e Publicidade de Utilidade Pública com o Objetivo em marketing para disponibilizar com rapidez e eficiência os serviços

Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista manifestação da Comissão Permanente de Licitação, bem como o Parecer do Assessor Jurídico desta Câmara Municipal, FAÇO SABER, que nesta data “HOMOLOGO” o presente processo licitatório. “ADJUDICO” o objeto do processo a Empresa:

· Edgard Araújo Costa Filho CNPJ: 40.810.239/0001-41

· Total de R$93.900,00 (Noventa e três mil e novecentos reais).

Para a execução do objeto acima citado. DETERMINO que sejam tomadas as providências necessárias para contratação da referida empresa.

Paranatinga-MT, 01 de Abril de 2021.

_____

CLEITON RODRIGUES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga - M

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 001/2021

MODALIDADE: CONVITE Nº 001/2021

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: POR ITEM

CARTA CONVITE Nº 001/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

OBJETO: Aquisição de materiais de Limpeza, Higiene e Gêneros Alimentícios para o Legislativo Municipal, 2021/2022.

Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista manifestação da Comissão Permanente de Licitação, bem como o Parecer do Assessor Jurídico desta Câmara Municipal, FAÇO SABER, que nesta data **“HOMOLOGO”** o presente processo licitatório. “ADJUDICO” o objeto do processo as Empresas:

Para a execução do objeto acima citado. **DETERMINO** que sejam tomadas as providências necessárias para contratação da referida empresa.

Paranatinga-MT, 05 de Abril de 2021.

_____

Cleiton Rodrigues da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga - MT

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2021. DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA**: "DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE FUNCIONAMENTO DOS TRABALHOS EM PREVENÇÃO DA DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O Senhor **Wanderson Pereira Dias** Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso das suas atribuições Legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa Legislativa, DECRETA:

Considerando o disposto nos Decretos Estadual nº 836/21, de 01 de março de 2021, nº 842/21 de 04 de março de 2021, nº 861/21 de 15 de março de 2021 e nº 874/21 de 25 de março de 2021 expedidos pelo Governador do Estado do Mato Grosso, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

Considerando o disposto no Decreto nº 044/2021 de 29 de março de 2021, do Executivo Municipal que dispôs sobre a adoção, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Santa Rita Do Trivelato - MT, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo CORONAVÍRUS (COVID-19);

Considerando que os trabalhos da Casa podem ser, em sua maioria, efetuados pelo sistema "HOME OFFICE" e "SOBRE AVISO", este por meio de escala para evitar aglomerações com risco de contágio;

Considerando que toda a população, bem como as entidades públicas e privadas tem por obrigação social a preocupação com a contenção desse vírus medidas a serem adotadas por esta Casa são necessárias e urgentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a suspensão do funcionamento dos trabalhos da Câmara para atendimento ao público e 06 de abril de 2021 até 11 de abril de 2021, podendo ser prorrogado, caso necessário. **Art. 2º** - Fica determinado que neste período o trabalho interno será pelo sistema de Teletrabalho "HOME OFFICE"e Sobreaviso, onde os(as) servidores(as) permanecerão em sua residência realizando os trabalhos possíveis, podendo ser convocado pelo Presidente ao serviço presencial, quando necessário;

Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteraod os demais artigos do decreto nº 002/2021 de 22 de março de 2021.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 05 de abril de 2021.

WANDERSON PEREIRA DIAS

Presidente da Câmara

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 05-04-2021.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL N°. 001/2.021

EDITAL N°. 001/2.021

Comunica a colocação das Contas da Câmara Municipal de São José do Povo, à disposição da população relativas ao exercício de 2.020.

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc.

FAZ SABER QUE:

Dando cumprimento ao dispositivo do § 3º do artigo 31 da Constituição Federal, combinado com o Artigo 209 da Constituição Estadual, tornamos público a todos o presente Edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que as Contas da Câmara Municipal de São José do Povo, relativas ao exercício de 2.020 encontram-se a disposição da população de São José do Povo, pelo prazo de (sessenta) dias, a contar de 15 de fevereiro de 2.021, em sua sede cita a Rua João Francisco Duarte, nº 715.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

São José do Povo, 15 de fevereiro de 2.021

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS

CPF Nº 796.815.811-72

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

Por afixação, no lugar público de costume,

Na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
TERMO DE ADJUDICAÇÃO Nº 001/2021

PREGÃO PRESENCIAL 001/2021

Objeto

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO XINGU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O ART. 43 INCISO VI DA LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES. ADJUDICA A PRESENTE LICITAÇÃO À(S) EMPRESA(S) LICITANTE(S):

Participante(s) e vencedora(s) da		
	TOTAL DO VENCEDOR	**R$ 38.850,00**
4626 SPANHOLI E SPANHOLI LTDA - ME		**09.549.410/0001-60**
	TOTAL DO VENCEDOR	**R$ 38.850,00**

O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL TEM POR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÁLCOOL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDA NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

São José do Xingu-MT, Segunda-feira 05 de Abril de 2021

Diego Nunes de Oliveira

Pregoeiro da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

CONTRATANTE: *CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT*

CONTRATADO: *SPANHOLI & SPANHOLI LTDA – EPP*

VALOR GLOBAL: R$ 38.850,00 (***Trinta e Oito Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais***)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (***Doze Meses***).

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ***FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÁLCOOL COMUM) PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT****, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDA NO ANEXO I – TERMO DE \REFERENCIA.*

DATA: ***05/04/2021***

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PORTARIA Nº 45 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 45 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR II SENHORA CLEONICE ZUCÃO SILVA.

O Senhor **FABIO BRITO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE

Art. 1º - **EXONERAR** a Senhora **CLEONICE ZUCÃO SILVA**, portadora da cédula de identidade RG nº 13671227- SSP/MT e CPF nº 938.762.891-49, nomeada pela Portaria nº 07 de 05 de janeiro de 2021, o qual exercia o Cargo de Assessora Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DA-IV constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e um.

FABIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

RE-RATIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE ATO DE PESSOAL

Fica RETIFICADO a Publicação do Termo de posse - Ato de Pessoal do servidor EBERSON BARBOSA DA SILVA, publicado em 05 de Abril de 2021 no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.700, na página 7.

Onde se lê: "Ato de Pessoal 13/2021" LEIA-SE: Ato de Pessoal 14/2021.

As demais partes do contrato ficam ratificadas e permanecem inalteradas.

São José dos Quatro Marcos-MT, 05 de Abril de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato - Presidente

RE-RATIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE ATO DE PESSOAL

Fica RETIFICADO a Publicação do Termo de posse - Ato de Pessoal 12/2021 do servidor ANDERSON RAMOS PINHEIRO, publicado em 29 de Março de 2021 no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.696, na página 12.

Onde se lê: "Ato de Pessoal 12/2021" LEIA-SE: Ato de Pessoal 13/2021.

As demais partes do contrato ficam ratificadas e permanecem inalteradas.

São José dos Quatro Marcos-MT, 31 de março de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato - Presidente

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2021

Os signatários deste instrumento, de um lado**, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, sito a Rua Marechal Dutra nº 248, Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos – MT, inscrito no CNPJ n.º 08.979.143/0001-07, doravante denominada de **CONTRATANTE**, neste ato representado pela sua Presidenta, **Gheysa Maria Bonfim Borgato**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, S/N, bairro Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 11004940 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901.371-20 e de outro lado, a empresa **QUEIROZ TELES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrito no CNPJ nº 41.318.390/0001-20, com endereço na Avenida A, n.º 333, Edif. Alvorada, Bairro Terra Nova, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.050-392, neste ato representada pelo seu titular Sr. **SILVIO QUEIROZ TELES**, Advogado OAB-MT Nº 10440/0, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 13062590 SSP/MT e do CPF Nº. 700.899.571-72, que resolve firmar o contrato, oriundo do processo de dispensa de licitação por compra direta, em conformidade com Inciso II e Parágrafo Único do Art. 24 da Lei 8.666/93 e Decreto Federal nº 9412/2018. Tem como objeto a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de advocacia. O prazo para a execução dos serviços será a parti da assinatura deste instrumento contratual até 31 de Dezembro de 2021. O Valor global do presente contrato é de **R$ 32.850,00** (trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais), divididos em parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 3.650,00 (Três Mil e Seiscentos e Cinquenta Reais).

São José dos Quatro Marcos - MT 01 de Abril de 2021.

Presidente: **Gheysa Maria Bonfim Borgato**

RE-RATIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE ATO DE PESSOAL

Fica RETIFICADO a Publicação do Termo de posse - Ato de Pessoal do servidor SEVIO MANOEL ORLANDO, publicado em 05 de Abril de 2021 no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 3.700, na página 7.

Onde se lê: "Ato de Pessoal 14/2021" LEIA-SE: Ato de Pessoal 15/2021.

As demais partes do contrato ficam ratificadas e permanecem inalteradas.

São José dos Quatro Marcos-MT, 05 de Abril de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONTRATO Nº 01/2021 - CISCN

CONTRATO Nº 01/2021

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeito de Alto Paraguai - MT, **Sr. Adair José Alves Moreira***, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente CONTRATO realizado pelo CISCN:* CONTRATADO:**ASSOCIAÇÃO SANTA MADRE PAULINA,** CNPJ 31.827.187/0001-25 situado à Avenida MUNICIPAL, 1.500, Centro, setor de Radiologia – Diamantino – MT, nos termos do art. 57, II e § 2º Lei 8.666/93; O presente tem como objeto a prestação de ***"Serviços de Natureza Médica Ambulatorial, Hospitalar e Apoio Diagnóstico"*** a serem realizados pela CONTRATADA, aos pacientes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Norte do Estado, conforme descrição abaixo:

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA: perna D: R$ 250,00; Perna E: R$ 250,00; crânio: R$ 300,00; crânio infantil sedação: 300,00; mastoide: R$ 300,00; ABD superior: R$ 300,00; ABD inferior: R$ 300,00. Tórax: R$ 250,00; coluna torácoca: R$ 300,00; lombo sacra: R$ 300,00; coluna cervical: 300,00; coluna dorsal: R$ 300,00; seios de face/órbita: R$ 300,00; úmero: R$ 300,00; braço/antebraço/mão: R$ 300,00; pelve/bacia/quadril: R$ 300,00; clavícula: R$ 250,00; pescoço: R$ 300,00; pé D: R$ 250,00; pé E: R$ 250,00; ABD total: R$ 300,00; joelho D: R$ 250,00; joelho E: R$ 250,00; articulação membro inferior D e E: R$ 300,00; articulação membro superior D e E: R$ 300,00; mão D: R$ 250,00; mão E: R$ 250,00; calcâneo D: R$ 250,00; calcâneo E: R$ 250,00; tornozelo D: R$ 250,00; tornozelo E: R$ 250,00; coxa D: R$ 250,00; coxa E: R$ 250,00; braço D: R$ 250,00; braço E: R$ 250,00; antebraço D: R$ 250,00; antebraço E: R$ 250,00; sedação tomografia: R$ 250,00

VALOR DO CONTRATO: R$ 70.000,00 (settenta mil reais); PRAZO: *01/março/2021 a 31/DEZ/2021.*

ALTO PARAGUAI – MT, 01 DE MARÇO DE 202.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, pessoa jurídica de direito público, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria nº 002/2021 de 20 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que estará aberto **CREDENCIAMENTO** para empresas que tenham interesse na prestação de serviços técnico-profissionais na área da saúde para realização de **Consultas Especializadas, Exames de Imagem e Apoio Diagnóstico, Exames Especializados Complementares e Procedimentos Cirúrgicos**, **de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde dos municípios pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Saúde**, à pacientes encaminhados pelas centrais de regulação de cada município.

Período de Recebimento de Documentos: a partir do dia **15/04/2021 à 14/04/2022** no horário: 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00-min.

O Edital completo se encontra disponível para download através do link http://twixar.me/BFjm e também poderá ser solicitados junto à Secretaria Executiva do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE,** Rua 7 nº 127 N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra –MT, ou pelo endereço eletrônico: cismnorte.saude@gmail.com

Maiores informações através fone 65 33261988 / 65 33251374 / 65 9-8401-2563

Tangará da Serra, 01 de Abril de 2021.

JANETE SILVA VIANA DE FREITAS

Presidente Comissão de Licitação

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

RESULTADO DA LICITAÇÃO - ADESÃO 001/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

RESULTADO DA LICITAÇÃO - ADESÃO 001/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio de seu Pregoeiro, torna Público para conhecimento aos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 002/2020 do Pregão Presencial nº 002/2020, da Fundação Municipal de Saúde Samuel Greve - MT, para contratação do Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PUBLICA, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CUSTOMIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO**, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDA NO TERMO DE REFERENCIA, cujo fornecedor é a Empresa: FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ: 14.722.241/0001-59. Mirassol D'Oeste - MT, 05 de abril de 2021. Danilo dos Santos Bastos - Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

BALANÇO ORÇAMNETÁRIO FINANCEIRO PATRIMONIAIS E VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEZEMBRO 2020

Norte Araguaia

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**2.125.000,00**	**2.125.000,00**	**1.770.374,12**	**-354.625,88**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial	6.791,73	6.791,73	1.273,70	-5.518,03
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	2.118.208,27	2.118.208,27	1.769.100,42	-349.107,85
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**2.125.000,00**	**2.125.000,00**	**1.770.374,12**	**-354.625,88**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**2.125.000,00**	**2.125.000,00**	**1.770.374,12**	**-354.625,88**

Emissão: 25/02/2021 13:09:07 Página 1
Homologado

Norte Araguaia

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2020 Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**2.125.000,00**	**2.125.000,00**	**1.770.374,12**	**-354.625,88**
Saldos de Exercícios Anteriores			**120.988,66**	
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro			120.988,66	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**1.915.000,00**	**2.171.859,31**	**1.246.060,45**	**1.243.660,45**	**1.234.516,07**	**925.798,86**
Pessoal e Encargos Sociais	489.400,00	489.400,00	75.441,29	75.441,29	70.170,89	413.958,71
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	1.425.600,00	1.682.459,31	1.170.619,16	1.168.219,16	1.164.345,18	511.840,15
Despesas de Capital (IX)	**205.000,00**	**69.855,35**	**49.850,00**	**49.850,00**	**49.850,00**	**20.005,35**
Investimentos	205.000,00	69.855,35	49.850,00	49.850,00	49.850,00	20.005,35
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)	**5.000,00**	**5.000,00**				**5.000,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**2.125.000,00**	**2.246.714,66**	**1.295.910,45**	**1.293.510,45**	**1.284.366,07**	**950.804,21**

Emissão: 25/02/2021 13:09:07 Página 2
Homologado

Norte Araguaia

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2020 Exercício: 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**2.125.000,00**	**2.246.714,66**	**1.295.910,45**	**1.293.510,45**	**1.284.366,07**	**950.804,21**
Superávit (XIII)			474.463,67			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**2.125.000,00**	**2.246.714,66**	**1.770.374,12**	**1.293.510,45**	**1.284.366,07**	**950.804,21**
Reserva do RPPS						

Norte Araguaia

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes		**2.000,00**	**2.000,00**	**2.000,00**		
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		2.000,00	2.000,00	2.000,00		
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		**2.000,00**	**2.000,00**	**2.000,00**		

Emissão: 25/02/2021 13:09:07 Página 4
Homologado

Norte Araguaia

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Dezembro/2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**583,33**	**4.506,40**	**4.506,40**		**583,33**
Pessoal e Encargos Sociais		506,40	506,40		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	583,33	4.000,00	4.000,00		583,33
Despesas de Capital		**76.050,00**	**75.974,11**		**75,89**
Investimentos		76.050,00	75.974,11		75,89
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**583,33**	**80.556,40**	**80.480,51**		**659,22**

DANIEL ROSA DO LAGO
Presidente

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador(A)

Emissão: 25/02/2021 13:09:07 Página 5
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**1.770.374,12**	**711.697,60**
Ordinária		**1.770.374,12**	**711.697,60**
Vinculada		**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**6.118,66**	**12.124,26**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		6.118,66	12.124,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**231.771,51**	**161.364,85**
Caixa e Equivalentes de Caixa		231.771,51	161.364,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**2.008.264,29**	**885.186,71**

Emissão: 25/02/2021 13:07:10

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**1.295.910,45**	**725.858,05**
Ordinária		**1.246.060,45**	**596.828,05**
Vinculada		**49.850,00**	**129.030,00**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		49.850,00	129.030,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**0,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**86.379,71**	**10.113,55**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.000,00	1.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		80.480,51	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		3.899,20	9.113,55
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**637.518,51**	**231.771,51**
Caixa e Equivalentes de Caixa		637.518,51	231.771,51
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**2.019.808,67**	**967.743,11**

*Nota Explicativa:

DANIEL ROSA DO LAGO
Presidente

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador(A)

Emissão: 25/02/2021 13:07:10

Página 2

Homologado

Norte Araguaia

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**1.770.374,12**	**0,00**	**1.770.374,12**	**711.697,60**	**0,00**	**711.697,60**
Vinculada	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**1.770.374,12**	**0,00**	**1.770.374,12**	**711.697,60**	**0,00**	**711.697,60**

DANIEL ROSA DO LAGO
Presidente

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador(A)

Emissão: 25/02/2021 13:07:10

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Norte Araguaia

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 25/2/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		637.518,51	231.771,51
Créditos a Curto Prazo			53.655,91
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		637.518,51	285.427,42
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		140.262,88	90.412,88
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		140.262,88	90.412,88
TOTAL DO ATIVO		777.781,39	375.840,30

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		5.270,40	506,40
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		4.533,20	80.633,33
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo		29.862,58	27.643,12
Total do Passivo Circulante		39.666,18	108.782,85
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante			
Patrimônio Líquido			

Emissão: 25/02/2021 13:04:41

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Norte Araguaia

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 25/2/2021

Patrimônio Social e Capital Social	1.695.417,98	591.317,98
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	-957.302,77	-324.260,53
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	738.115,21	267.057,45
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	777.781,39	375.840,30

Emissão: 25/02/2021 13:04:41

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Norte Araguaia

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 25/2/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		637.518,51	231.771,51
Ativo Permanente		140.262,88	144.068,79
Total do Ativo		777.781,39	375.840,30
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		42.066,18	110.782,85
Passivo Permanente			
Total do Passivo		42.066,18	110.782,85
Saldo Patrimonial (I - II)		735.715,21	265.057,45

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres			
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais		38.400,00	18.000,00
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		38.400,00	18.000,00

Emissão: 25/02/2021 13:04:41

Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Norte Araguaia

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2020

Data de Emissão: 25/2/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS				
00	Recursos Ordinários		155.749,49	68.460,31
24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)		439.702,84	52.528,35
Total das Fontes de Recursos			595.452,33	120.988,66

DANIEL ROSA DO LAGO
Presidente

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador(A)

Emissão: 25/02/2021 13:04:41

Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOM

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2020

Norte Araguaia

Modelo Analítico

Exercício: 2020

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.273,70	3.315,44
		1.273,70	3.315,44
Transferências e Delegações Recebidas			
Transferências Inter Governamentais		611.344,51	170.720,09
		611.344,51	170.720,09
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		612.618,21	174.035,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		54.960,00	140.358,18
Encargos Patronais		16.872,16	51.616,12
		71.832,16	191.974,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Uso de Material de Consumo		1.038.888,98	361.545,12
Serviços		130.825,18	95.038,63
		1.169.714,16	456.583,75
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		505,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		3.609,13	0,00
		4.114,13	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		1.245.660,45	648.558,05
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		-633.042,24	-474.522,52

DANIEL ROSA DO LAGO
Presidente

LUIZ RODRIGO DA SILVA BERNARDI
Contador(A)

Emissão: 25/02/2021 13:05:56

Página 1

Homologado

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 004/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2021

O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretor, através de sua Pregoeira Oficial, designada pela Resolução n°.006/2021, de 04/01/2021,e nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará às **08h00h.** Do dia **20 de abril de 2021**, na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1. 357, Centro A, no Município de Rondonópolis/MT, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, para: **Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Médicos Especializados, Consultas Pediatria, Otorrinolaringologia e Exames diversos, a serem realizados nos municípios de Rondonópolis e Campo Verde, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados durante o exercício de 2021,** conforme requisitos e condições constantes no Edital e seus anexos.

O texto integral do Edital estará disponível através do site www.coressmt.com.br, poderá ser solicitado pelo e-mail coressmt@terra.com.br ou ainda na sede do CORESS/MT, situada na Rua João Pessoa, N.º 1.357, Centro A, neste Município de Rondonópolis/MT, de segunda à sexta-feira, obedecendo ao horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (66) 3423-1086.

Rondonópolis, 05 de Abril de 2021.

_____

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONVITE N.º 05/2021

O Prefeito Municipal de Acorizal/MT, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no artigo 38, inciso VII, c/c art. 43, inciso VI, ambos da Lei n. 8.666/93, acolhendo a decisão da Comissão Permanente de Licitação, **HOMOLOGA** o resultado do processo Licitatório modalidade Carta Convite nº 05/2021, cujo o objeto é a **Contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva na iluminação Pública no Município de Acorizal**, cuja abertura ocorreu em 26/03/2021 às 08:00 horas e sagrou-se vencedora a empresa **A. I. FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA,** com o valor total de **R$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais)**, sendo **R$ 130,00 (cento e trinta reais)** por ponto de iluminação.

Acorizal/MT, 31 de março de 2021.

BENANCY LEMES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT

RESULTADO DE LICITAÇÃO CONVITE N.º 05/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO CONVITE N.º 05/2021

A Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, Estado de Mato Grosso, através de sua comissão de licitação torna público para conhecimento dos interessados, que o **CONVITE Nº 05/2021** para a **Contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva na iluminação Pública no Município de Acorizal**, **conforme termo de referência e anexos**, cuja abertura ocorreu em 26/03/2021 às 08:00 horas e sagrou-se vencedora a empresa **A. I. FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA,** com o valor total de **R$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais)**, sendo **R$ 130,00 (cento e trinta reais)** por ponto de iluminação.

Acorizal/MT, 26 de março de 2021.

LUIZ CARLOS LEITE

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO N. 11/2021

CONTRATO N: 11/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

CONTRATADA: A I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ACORIZAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

VALOR: **R$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais).**

PRAZO: 6 (seis) meses

DATA DE ASSINATURA: 31/03/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 002 AO CONTRATO Nº. 194/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 002/2021 ao Contrato n°. 194/2020 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **M T VALE CONSTRUTORA LTDA**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 128/2020

LICITAÇÃO: TP 018/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo de Execução da Obra; Prorrogação de Vigência do Contrato.

NOVA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 02/06/2021

NOVA VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO: 12/07/2021

DATA: 05/04/2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº. 3600, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"PERMITE A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES RELIGIOSAS EM IGREJAS, TEMPLOS E CONGÊNERES NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT ATÉ AS 20h00min. EXCEPCIONALMENTE NOS DIAS 03 e 04 DE ABRIL DE 2021."

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 72, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Água Boa;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 11.330, de 30 de março de 2021, que "*Reconhece a atividade religiosa como essencial para a po-*

pulação do Estado de Mato Grosso em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais";

CONSIDERANDO a tradução religiosa cristã que celebra a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo durante a "*Semana Santa*", que se estende até o domingo de páscoa, dia 04 de abril de 2021; e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021, que "*Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências*";

DECRETA:

Art. 1º - **EXCEPCIONALMENTE NOS DIAS 03 e 04 de ABRIL DE 2021**, FICA AUTORIZADA, a realização de atividades religiosas em igrejas, templos e congêneres até as 20h00min (horário oficial de MT), respeitando o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, as regras de distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas e uso de máscara de proteção facial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 01 DE ABRIL DE 2021**.**

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa, em 01 de abril de 2021.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

LICITAÇÕES E CONTRATOS
NOTIFICAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO 225/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 149/2020

PREGÃO ELETRÔNICO: 024/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: FAVORITA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

MOTIVO: PARA QUE PROCEDA COM ENTREGA DO OBJETO DO CONTATO.

PRAZO: Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento desta Notificação, para apresentação de solução definitiva ou entrega do objeto.

Água Boa - MT. 31 de março de 2021

Neide Cardoso Teixeira

Fiscal de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 029, DE 26 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO.

CLAUDINEI SINGOLANO, **PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no inciso IV, do artigo 71, autorizado pela Lei Municipal nº 1.238/2020, faz saber que a Câmara Municipal aprovou em 22 de dezembro de 2021 a proceder suplementação e anulação de dotações orçamentárias por modalidade de aplicação.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do orçamento vigente no valor de R$ 17.500,00(dezessete mil e quinhentos reais) na Prefeitura Municipal de Alto Garças, abaixo discriminado;

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 20 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica
Proj./Ativ. 2.172 **–** Manter as Atividade da Atenção Básica
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Código da Despesa: Elemento: Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0002
Fonte: 0002
Dotação: 431
Valor: R$ 17.500,00

Art. 2º Ficam anuladas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Alto Garças, Mato Grosso no valor de R$ 17.500,00(dezenove mil, quinhentos reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 20 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica
Proj./Ativ. 2.172 **–** Manter as Atividades da Atenção Básica
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Código da Despesa: Elemento: Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0002
Fonte: 0002
Dotação: 425
Valor: R$ 17.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças – Mato Grosso, 26 de março de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 027, DE 26 DE MARÇO DE 2021.

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.238 de 22 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 46.042,19 (quarenta e seis mil, quarenta e dois reais e dezenove centavos)**, destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ ATIVIDADE VIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR
1.162	44905100000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	31. 042,19
1.002	44905200000000	00.03.0000 (0000) - Recursos Ordinários	15. 000,00
TOTAL			**46. 042,19**

Art. 2º. Para o cumprimento do artigo anterior e, de acordo com o art. 43, § 1º, 46.042,19(quarenta e seis mil, quarenta e dois reais e dezenove centavos) por superávit financeiro de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, 26 de março de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº..: 13/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: TAIAMA EMERGENCIAS MEDICAS EIRELI

Valor.....: 30.090,00 (trinta mil noventa reais)

Vigência.....: Início: 05/03/2021 Término: 05/07/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 2/2020

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES, POR AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO (TIPO "B") E/OU AVANÇADO (TIPO "D"), COM MOTORISTA E EQUIPE ESPECIALIZADA, DOTADA DE ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA VIDA E EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 14/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: EXITO EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor.....: 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)

Vigência.....: Início: 10/03/2021 Término: 07/09/2021

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2021

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HOTRIZONTAL E PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE, de acordo com Termo de Referência, Cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 15/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: V H R DE BARROS

Valor.....: 207.742,00 (duzentos e sete mil setecentos e quarenta e dois reais)

Vigência.....: Início: 18/03/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2021

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE 30H SEMANAIS, PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (12H E/OU SOBREAVISO) JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE SAÚDE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 16/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: W JOSE DE BARROS JUNIOR

Valor.....: 384.570,20 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta reais e vinte centavos)

Vigência.....: Início: 18/03/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2021

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE 30H SEMANAIS, PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (12H E/OU SOBREAVISO) E RT JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE SAÚDE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 17/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: NILTON SERGIO GONCALVES EIRELI

Valor.....: 42.243,00 (quarenta e dois mil duzentos e quarenta e três reais)

Vigência.....: Início: 01/04/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 8/2021

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES FÍSICAS, QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA DISTRIBUIDA NO MUNICIPIO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos - Exclusivo para ME/EPP

Contrato Nº..: 18/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: ANA RITA DE OLIVEIRA 84599650153

Valor.....: 12.165,00 (doze mil cento e sessenta e cinco reais)

Vigência.....: Início: 01/04/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2020

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS AFIM DE ATENDER A DEMANDA DA FROTA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Contrato Nº..: 19/2021

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA – EP

Valor.....: 200.000,00 (duzentos mil reais)

Vigência.....: Início: 01/04/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 7/2021

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, REFERENTE A ANÁLISES CLÍNICAS, ANATOMO PATOLÓGICO E CITOLÓGICO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 3 - Contrato Nº: 115/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: ATAME - ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CUR

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 01/03/2021 Término: 31/03/2021

Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2020

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM GESTÃO PATRIMONIAL, NA FORMA DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ESPECÍFICO NO DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E GESTÃO DOS BENS PATRIMONIAIS DO ATIVO IMOBILIZADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, COMPREENDENDO APROXIMADAMENTE 12.000 (DOZE MIL) ITENS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 2 - Contrato Nº: 105/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: W JOSE DE BARROS JUNIOR

Valor.....: 28.199,90 (vinte e oito mil cento e noventa e nove reais e noventa centavos)

Vigência.....: Início: 17/03/2021 Término: 30/04/2021

Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2020

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (12H E/OU SOBREAVISO) JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO(A) SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE SAÚDE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 054/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: STAF SISTEMAS LTDA - EPP

Valor.....: 529.740,00 (quinhentos e vinte e nove mil setecentos e quarenta reais)

Vigência.....: Início: 05/04/2021 Término: 04/04/2022

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2020

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ENVOLVENDO A LOCAÇÃO DE SOFTWARE, NÃO EXCLUSIVO, COM ACESSO VIA INTERNET E SERVIÇOS CORRELATOS, SOB O MODELO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, AFIM DE ATENDER A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, de acordo com este Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aditivo Nº.....: 1 - Contrato Nº: 121/2020

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Contratada...: J FREITAS ROCHA EIRELI

Valor.....: 131.402,19 (cento e trinta e um mil quatrocentos e dois reais e dezenove centavos)

Vigência.....: Início: 04/04/2021 Término: 01/10/2021

Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2020

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO ANTIGO PAÇO MUNICIPAL, CONF. CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

A Prefeitura Municipal de Alto Garças MT, através de seu Prefeito Municipal Sr. Claudinei Singolano, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar SEM EFEITO a Publicação do EXTRATO do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2020, circulado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XVI – Nº 3.681 – PÁG. 18 de 8 de Março de 2021. Motivo: Desistência no fornecimento, em virtude da falta do fármaco nos laboratórios, por serem itens de uso para o COVID-19.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 183, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

"Exonera, a pedido, a Servidora CLARA LEONILDA PIVOTTO BALBINOTTI, do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, CLARA LEONILDA PIVOTTO BALBINOTTI, portadora do Registro Geral 2078569-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n° 020.343.161-85, do Cargo de "Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração a proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente, que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais na data de 31 de março de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 05 de abril de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 026, DE 23 DE MARÇO DE 2021.

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.247 de 23 de março de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.129/2017 e alterações, que trata do Plano Plurianual para o período 2019/2021, o crédito suplementar na dotação, conforme discriminação no artigo 3º.

Art. 2º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.239/2020 e alterações, que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, o crédito suplementar na dotação, conforme discriminação no artigo 3º.

Art. 3º - Fica autorizado a incluir na Lei n. 1.238/2020 e alterações, que trata a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 a abrir um crédito suplementar especial por superávit financeiro no valor de R$ 29.959,00(vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais).

PROJETO/ ATIVIDADE VIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR
1.165	44905200000000	00.03.0046 (0046) - Transf. Fundo a Fundo de Rec.do SUS Prov. do Gov. Fed.-Bl de Cust. das Ações de Serv.Publ. de Saúde	29. 959,00
TOTAL			**29. 959,00**

Art. 4º. Para o cumprimento do artigo anterior e, de acordo com o art. 43, § 1º, 29.959,00(cinte e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais) por superávit financeiro de arrecadação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - MT, 23 de março de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
RETIFICAÇÃO CONTRATO 71/2021 (CARGO/FUNÇÃO)

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 071/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr.**JAIMERSON CAMARGO SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **1422199-3** SSP/MT e CPF n. **943.597.091.53**, residente e domiciliado no **Rua Presidente Castelo Branco em Alto Paraguai – MT**, a seguir denominada **CONTRATADO (A)**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **MANOBRISTA NO DAE,** o qual contém **PARECERES FAVORÁVEIS** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa e Assessoria Jurídica, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 (quarenta) horas semanais;

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pelo SECRETÁRIO **MUNICÍPAL DE INFRAESTRUTURA,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADO (A).**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/ alterações.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADO (A)** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.253,64 (Hum Mil Duzentos e Cinqüenta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos**), **acrescidos de 40% de adicional de insalubridade,** sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADO (A),** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETÁRIO MUNICÍPAL DE INFRAESTRUTURA, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADO (A)** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral de 40(quarenta) horas semanais.

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADO (A)** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **08/02/ 2021** e término de pleno direito em **08/04/2021,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADO (A).**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADO (A),** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADA**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO** para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pelo PREFEITO MUNICIPAL.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2021na seguinte rubrica: **05.005.25.752.0015.2020. 319004000000/100-FONTE 608.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADO (A)** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADO (A):**

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;

d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – O (A) **CONTRATADO (A)** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – O (A) **CONTRATADO (A)** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 – O (A) **CONTRATADO (A)** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**.

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela (o) **CONTRATADO (A);**

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pelo **CONTRATADO (A),** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a (o) **CONTRATADO (A)**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 09 de Fevereiro de 2021, com efeitos ao dia 08/02/2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	JAIMERSON CAMARGO SOUZA
Prefeito Municipal	Contratado

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2021.

PRORROGA A VIGÊNCIA DOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 015 e 017/ 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO que no dia 31 de março de 2021, Alto Paraguai entrou na classificação de “Alto Risco” para contaminação da COVID-19;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021 é impositivo e determina uma série de medidas a serem seguidas por um período mínimo de 10(dez) dias a partir da incidência do “Alto Risco”,

CONSIDERANDO o disposto na lei Estadual nº 11.330, de 30 de março de 2021, que institui a atividade religiosa como essencial;

CONSIDERANDO a situação econômica do município, sobretudo dos pequenos comerciantes e informais que não possuem outro sustento financeiro, **DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado a vigência dos Decretos Municipais nº 015 e nº 017/2021 até o dia 10 de abril de 2021, inclusive.

Art. 2º Fica criado à modalidade passa pega, paga e leva- PPPl, para permitir vendedores de pequenas quitandas caseiras, espetinhos, açaí, feiras livres da agricultura familiar, sorvete, lancheria e congêneres, que não vendem bebida alcoólica, e não possuem condições e estrutura para vender na modalidade delivery, possam comercializar seus produtos com a porta entreaberta com obstáculo para que impeça os clientes de adentrarem no estabelecimento, ou mesmo expor na calçada ou varanda, de forma que os clientes chegam, compram, pega e leva para casa, sendo vedado o consumo no local para evitar aglomeração.

§1º. Esta modalidade considera a realidade local, visto que para alguns é único sustento familiar.

§2º. Inclui-se nesta autorização cabeleireiros, manicure, serviços de estética, desde que tomado todos os cuidados orientados pela vigilância sanitária para não transmissão da COVID 19, como atendimento em horário agendado e entrada de um a um dos clientes no local do estabelecimento.

Art. 3º. Os demais comércios em geral, que tem estrutura para funcionar na modalidade delívery (gêneros alimentícios, bebidas, água e congêneres) seguirá o estipulado no Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021, que autoriza o funcionamento até as 23:59 minutos, todos os dias da semana.

Art 4º. Fica autorizado o funcionamento de lojas de eletrônicos e congêneres de produtos e serviços eletrônicos, no período das 7:00 até as 12:00, de segunda à sábado, considerando pequeno número destas lojas na cidade e tratar-se de serviços muito utilizada pela população.

Art. 5º. Fica autorizado a funcionar papelarias no período de 7:00 até às 12:00 horas, de segunda à sábado, em razão de ter apenas duas papelarias na cidade e a prorrogação do período de quarentena obrigatória.

Art. 6º Fica orientado aos comerciantes, sobretudo mercadistas, evitar promoções que causem aglomeração de pessoas no estabelecimento, durante a vigência deste Decreto, aumentando o risco de propagação do coronavírus.

Art. 7º. Fica autorizado, no período de vigência do presente Decreto, cuja vigência estende até dia 10 de abril de 2021, a prorrogação do disposto no artigo 3º do Decreto nº 017/2021, que permite o funcionamento das igrejas para realização de seus cultos, com duração até no máximo às 20:00 horas, com lotação máxima de 30%(trinta por cento) da capacidade do local, atingindo no máximo 50(cinqüenta pessoas), com 2(duas) pessoas por banco, no máximo, respeitado o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre pessoas, devidamente sinalizado os bancos, com uso de microfone exclusivo, orientador na porta para evitar cumprimento das pessoas e aglomeração e higienização das mãos com álcool em gel ou lavatório.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor em 05 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito municipal de Alto Paraguai, 03 de abril de 2021.

JURIDICO
PORTARIA 144/2021 - FISCAL CONTRATO

PORTARIA 144/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT.,**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **ROSIANE SOUZA CAMARÇO**, brasileira, Servidor Público na função BIOQUIMICO - TEC. NIVEL SUPERIOR DA SAUDE, e inscrito no CPF sob o nº 012.506.901-45, residente e domiciliada a Rua Almirante Barroso, s/n, bairro Centro, Alto Paraguai – MT**,**para exercer a função de **FISCAL DO CONTRATO N. *111/2021 ref. Ao PROCESSO LICITATÓRIO*** PROCESSO LICITATORIO PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2021, ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2021,, *celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI e a EMPRESA* **COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANA LTDA**, CNPJ sob n. **78.688.660/0001-02,***que tem por objeto a* **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE aLTO pARAGUAI – MT** .

Art. 2º. A servidora, ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta execução do objeto aos termos contratuais, assim como é obrigado a comunicar a Administração de todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único– As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 3º. –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 05 de abril de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.111/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°.111/2021

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL,** o Excelentíssimo Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, do**ravante denominado **CONTRATANTE, e de** outro lado, a Empresa **COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANA LTDA**, CNPJ sob n. **78.688. 660/0001-02** sede na Rua Santa Catarina, nº769, Bairro Centro, Sala 01, Cascavél-PR, considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 016/2021**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **deno**minada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo com base Lei Federal n.º 8.666/93, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE aLTO pARAGUAI – MT. CONFORME O ANEXO DE ESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Este instrumento tem o valor global de **R$ 2.158.527,57 (DOIS MILHÕES, CENTO E CINQUENTA E OITO MIL, QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).**

3.2. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal, discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado;

3.3. Caso constado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

3.4. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos diversos.

3.5. *Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá*apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser especifica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Alto Paraguai/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. Os preços fixados neste Contrato não serão reajustados no período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, sendo 05**/04/2021 a 05/04/2022**.

5.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse público e conveniência administrativa, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

5.3. O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte do CONTRATANTE, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

5.4. O presente contrato NÃO OBRIGA a CONTRATANTE a realizar a aquisição de todo o material, o qual poderá ser adquirido em conformidade com as necessidades/demandas das Secretárias Municipais desta Municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos das classificação orçamentárias constantes no PROCESSO LICITATORIO PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2021, ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7*.1.1.* *E de total responsabilidade da Contratada à entrega do objeto contratado, não podendo ser transferido a terceiros, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada.*

7.1.2. *Iniciar, as entregas na data estipulada no Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.*

7.1.3. *Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato.*

7.1.4. *Responsabilizar-se pela entrega dos produtos dentro dos padrões de qualidade, segurança e demais quesitos previstos na Lei nº 8078/90, no Código Civil e na Lei nº 8666/93.*

7.1.5. *Dispor-se somente a fiscalização do contrato, no tocante na entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definido e conforme especificações constantes no Termo de Referência;*

7.1.6. *Deverá estar pronto para entrega dos produtos no prazo máximo determinado no contrato, a partir da Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, sob pena da configuração da hipótese disposta no inciso IV do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.7. *Os produtos com defeitos deverão ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias determinado no contrato, a partir da notificação emitida pela contratante, sob pena da configuração da hipótese disposta o inciso Iv do art. 78 da Lei 8666/93;*

7.1.8. *Comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade detectada;*

7.1.9. *Acatar as determinações do fiscal do contrato, exceto as manifestamente ilegais;*

7.1.10. *Observar rigorosamente o cronograma de entrega ou outras condições estabelecidas entre as partes;*

7.1.11. *Executar a entrega do objeto do Contrato conforme Ordem de fornecimento da Proposta Comercial, e toda documentação constante no Processo que lhe deu origem;*

7.1.12. *Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na execução do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto contratado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, sob pena de ilegalidade.*

7.1.13. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao CONTRATANTE, em razão de aci-

dentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

7.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.2.1. São responsabilidades do Contratado:

I- Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo FISCAL DO CONTRATO;

II- Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III- toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

IV - A falta de quaisquer dos serviços cuja execução incumbe ao detentor do contrato, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste contrato, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza o Município de Alto Paraguai, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do fiscal, não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

7.2.2. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e no PROCESSO LICITATORIO PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2021, ATA DE REGISTRO DE PREÇO 18/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, a quem compete também proceder às advertências, multas e demais cominações;

8.3. Emitir o Termo de Recebimento Provisório por intermédio do Fiscal do Contrato;

8.4. Comunicar por escrito e tempestivamente ao Contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução deste contrato;

8.5. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos, para imediata correção.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem a justificativa aceita pelo Município e resguardadas as disposições dos arts. 86 a 88 da Lei n.8.666/93 acarretarão a aplicação das seguintes sanções administrativas:

9.1. ADVERTÊNCIA, nos casos de desatendimentos das determinações regulares dos engenheiros fiscais do contrato, assim como a de seus superiores, ou nos casos de descumprimento, doloso ou culposo do cronograma físico financeiro, e nos demais casos de inexecução parcial do contrato;

9.1.1. MULTA, nos seguintes valores:

a) de 0,33% (zero vírgula trinta e três) por cento, ao dia, incidente sobre o valor da parcela da obra ou serviço em atraso, em até 30 (trinta) dias;

b) de 10% (dez) por cento, sobre o valor da parcela da obra ou do serviço em atraso por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) de 15% (quinze) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em casos de subcontratação não autorizada pelo MUNICÍPIO;

d) de 20% (vinte) por cento, calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

e) de 0,5% (zero vírgula cinco) por cento, calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer das demais cláusulas ou condições previstas no edital, no contrato, ou na legislação que disciplina a contratação, exceto quando for objeto das sanções previstas nos itens seguintes.

9.1.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Subcontratar, total ou parcialmente, a obra ou serviço contratado, associar-se com outrem, ceder ou transferir, total ou parcial o objeto do contrato, bem assim a sua fusão, cisão ou incorporação, em todos os casos sem que ocorra a prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, formalizada por meio de termo de aditamento ao contrato;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

c) Afastar ou procurar afastar licitantes, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, se sujeita à mesma penalidade, o licitante que se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida;

9.1.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE pelo período de até 5 (cinco) anos para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos seguintes casos:

a) Obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, das alterações ou modificações contratuais, inclusive prorrogações contratuais em prejuízo ao erário público; e,

b) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

9.2 A aplicação das sanções previstas neste edital ou no contrato não exclui a possibilidade de responsabilização do licitante ou da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

9.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação da aplicação da penalidade;

9.3.1. O valor da multa poderá ser descontado do valor total da nota fiscal ou do crédito existente no MUNICÍPIO, em favor da CONTRATADA, desde que figure como contratado exclusivamente a mesma CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;

9.4. As multas e outras sanções aplicadas pelo MUNICÍPIO, só poderão ser revistas ou afastadas, por ato motivado do Fiscal do Contrato, ratificado pela Prefeita Municipal;

9.5. As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, desde que, para cada sanção, tenha sido apurada uma conduta individualizada e específica, vedada a aplicação de sanções cumulativas para uma mesma conduta, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

9.6. Em quaisquer das hipóteses previstas nos itens anteriores deverá ser assegurado ao licitante ou à contratada o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Constatado pelo MUNICÍPIO quaisquer das situações acima previstas para aplicação das sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, o licitante ou a contratada deverá ser notificado, por escrito, sobre as irregularidades em que incorreram, sendo-lhes assegurado vista do processo o qual foram produzidas as provas das irregularidades, bem assim facultada à apresentação de defesa, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no artigo 190 da Lei n.8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Os casos de rescisão são os previstos nos art. 78,79 e 80 da Lei n° 8.666/93, bem como os previstos neste contrato, e ainda o presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de ambas as partes, com aviso de antecedência, de no mínimo 30(trinta) dias, por escrito com recibo das partes.

10.2. Ficam reconhecido os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO, LEGISLAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O presente instrumento resulta da Licitação PROCESSO**PREGÃO ELETRONICO N. 004/201, ATA DE REGISTRO DE PRECO N. 16/2021. S**ujeitam-se os Contratantes supra mencionados as cláusulas contratuais e as normas das Leis nº. 8.666 de 21/06/93 e Lei n° 8.883 de 08/06/94 e alterações posteriores.

11.2. Para a execução do presente Contrato e especialmente aos casos omissos, aplicam-se os dispostos na Lei n° 8.666/93 e alterações seguintes, e ainda, os princípios gerais de direito.

11.3. Qualquer mudança nos dispostos deste instrumento que possa surgir e houver comum acordo entre as partes, para que a mesma possa ter valor, deverá ser lavrado por termo aditivo.

11.4. São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no Art. 58 da Lei n° 8.666/93, que as exercerá de acordo com as normas referidas no preâmbulo deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento da efetivação desse contrato ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

12.2. A fiscalização será realizada pela servidora **ROSIANE SOUZA CAMARÇO**, brasileira, Servidor Público na função BIOQUIMICO - TEC. NIVEL SUPERIOR DA SAUDE, e inscrito no CPF sob o nº 012.506.901-45, residente e domiciliada a Rua Almirante Barroso, s/n, bairro Centro, Alto Paraguai – MT.

12.3. A contratante deverá fiscalizar, através do Gestor do Contrato, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes e comunicar, por escrito diretamente à contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorridas com os empregados desta, afim de que sejam tomadas as devidas providências.

12.4 Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; e) Fiscalizar: verificar o serviço prestado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; f) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; g) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização;Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; h) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; i) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; j) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes;Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; k) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Diamantino – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação será considerado fora de sua jurisdição.

15.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes que a tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais ao fiel cumprimento de todos dos dispositivos.

ALTO PARAGUAI - MT, 05 de abril de 2021.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA PREFEITO MUNICIPAL	**COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANA LTDA**
ROSIANE SOUZA CAMARÇO **CPF** 012.506.901-45	**CONTRATADA**
Testemunhas:	
YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA CPF: 037.765.051-09	**LUCIANO O. FONTES** CPF: 899.836.701.78

JURIDICO
TERMO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

TERMO

DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, respeitando os princípios gerais de direito e nos termos da Lei nº 8.

666/93 (Lei de Licitações), torna público o cancelamento da seguinte publicação:

TERMO DE CONVÊNIO SICREDI

Texto:

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT e a COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO VERDE DO MATO GROSSO – SICREDI OURO VERDE – MT.

O Município de Alto Paraguai, representado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com sede com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, e a **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO VERDE DO MATO GROSSO – SICREDI OURO VERDE/MT**, inscrito no CNPJ/MPF sob o número **26.529.420/0001-53**, com sede na **AVENIDA MATO GROSSO, 1.157 E, CEP 78 455 – 000, CIDADE NOVA – LUCAS DO RIO VERDE - MT**, neste ato representada por **ELEDIR PEDRO TECHIO**, portador do RG nº 951.875 - SSP/MT, inscrito no CPF sob nº **381.102.020-04**, conforme matrícula nº **496**, que confere ao qualificado, poderes para representá-la na assinatura deste termo de convênio, doravante denominada de **COOPERATIVA**.

Pelo presente convênio, na forma do artigo 116 da Lei 8.666/93, as partes acima mencionadas e qualificadas têm, entre si, ajustado o presente termo de convênio, mediante cláusulas, termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **TERMO DE CONVÊNIO** tem por objeto estabelecer a mútua cooperação entre o município e a Cooperativa Sicredi contribuindo com a educação integral de crianças e adolescentes. Promover a formação continuada para os educadores através de uma Metodologia Ativa para as disciplinas escolares e oferecer assessoria pedagógica para o desenvolvimento dos projetos.

Parágrafo Primeiro. Integra-se ao objeto deste **CONVÊNIO** o Plano de Trabalho como Anexo I, especificado pela **COOPERATIVA**, documento indissociável ao presente instrumento.

Parágrafo Segundo. As metas do presente **CONVÊNIO** consistem na execução integral das atividades relacionadas no Plano de Trabalho, de acordo com os prazos ali estabelecidos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste **CONVÊNIO:**

I- DA COOPERATIVA:

a) Executar o Plano de Trabalho, realizando a formação do quadro de educadores, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b) Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do **MUNICÍPIO**, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

c) Dar livre acesso aos agentes da administração pública ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; d) Destacar a participação da Prefeitura Municipal de Nobres em qualquer ação promocional relacionada ao convênio, obtendo previamente o seu consentimento formal;

II - DO MUNICÍPIO:

a) Aplicar a metodologia e a proposta pedagógica da **COOPERATIVA**, os materiais didáticos e a avaliação do processo e resultado, conforme previsto neste **CONVÊNIO** e nos demais documentos e materiais disponibilizados pela **COOPERATIVA**;

b) Disponibilizar o quadro de educadores, durante sua jornada de trabalho, para os processos de formação continuada;

c) Promover a integração do objeto deste **CONVÊNIO** com toda comunidade de aprendizagem;

d) Oferecer as condições necessárias para a realização dos programas de formação continuada;

e) Cumprir com as atividades de responsabilidade do **MUNICÍPIO** previstas no Plano de Trabalho e neste **CONVÊNIO**;

f) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste **CONVÊNIO** antes do término de sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;

g) Publicar no Diário Oficial extrato deste **CONVÊNIO** e de seus eventuais aditivos, no prazo estipulado na cláusula sétima abaixo;

h) Prestar o apoio necessário à **COOPERATIVA** para que seja alcançado o objeto deste

CONVÊNIO em toda sua extensão;

i) Desenvolver e implantar planos de ação com base em pesquisas desenvolvidas e divulgadas pela **COOPERATIVA** e seus parceiros, se houver;
j) Indicar a Sr.ª _____, CPF _____, como coordenadora local, que ficará responsável por participar das reuniões visando à manutenção e atualização do objeto deste **CONVÊNIO**, articular e promover a participação dos educadores nas oficinas, na avaliação do processo e do resultado, promover a utilização dos materiais didáticos disponibilizados e manter os relatórios atualizados. Eventual substituição do coordenador local ora indicado deverá ser comunicada imediatamente, por escrito, à **COOPERATIVA.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO PEDAGÓGICA

A execução pedagógica ficará a cargo das escolas e organizações mobilizadas pelo **MUNICÍPIO** para o desenvolvimento do objeto deste **CONVÊNIO**, respeitadas as diretrizes, os princípios e a metodologia estabelecidos no Programa a União Faz a Vida devidamente indicadas no Plano de Trabalho (Anexo I), bem como de trabalho da **COOPERATIVA**.

CLÁUSULA QUARTA – OS RECURSOS

Não haverá transferência de recursos pelo **MUNICÍPIO** a **COOPERATIVA**, arcando essa última com todas as despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente **CONVÊNIO** vigorará por 48 (quarenta e oito) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o disposto no artigo 57 prazo no qual o seu objeto deverá ser totalmente concluído.

Parágrafo único. A vigência deste **CONVÊNIO** poderá ser alterada, de comum acordo o termo de vigência, retificar ou alterar o presente instrumento, exceto quanto a seu objeto por meio de Termo Aditivo assinado pelo **MUNICÍPIO** e pela **COOPERATIVA**.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente **CONVÊNIO** poderá ser rescindido administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – Por qualquer das Partes, se houver descumprimento, ainda que parcial, das cláusulas aqui transcritas, se a irregularidade não for sanada no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento pela parte infratora de comunicação, por escrito, enviada pela outra parte;

II - É facultado a qualquer das Partes, rescindir, a qualquer momento, o presente **CONVÊNIO**, com aviso prévio, por escrito, de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

Caberá ao **MUNICÍPIO** proceder à publicação do extrato do presente instrumento na Imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura deste **CONVÊNIO**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

O presente **CONVÊNIO** não gera com o **MUNICÍPIO** nenhum vínculo empregatício, social ou trabalhista e nem gera qualquer direito que venha a ser requerido pela **COOPERATIVA** ou de seus empregados e a serviço da mesma.

PARAGRÁFO PRIMEIRO: Cada parte é responsável tão somente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes de seu quadro de colaboradores, inexistindo qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte pelo cumprimento dessas obrigações.

PARAGRÁFO SEGUNDO: **A COOPERATIVA** é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente CONVÊNIO, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Cooperativa em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do **CONVÊNIO** ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do presente instrumento, prorrogável por até 60 (sessenta) dias desde que devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da sede do **MUNICÍPIO** para dirimir qualquer dúvida ou solucionar questões que não possam ser resolvidas administrativamente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente **CONVÊNIO** em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Alto Paraguai – MT, 01 de março de 2021.

_____
ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO OURO VERDE DO MATO GROSSO – SICREDI OURO VERDE - MT
Representante: ELEDIR PEDRO TECHIO CPF: 381.102.020-04

Testemunhas:

_____	_____
CPF: _____	**CPF: _____**

Justifica-se o presente CANCELAMENTO, devido aos ajustes que serão realizados no presente termo. E sendo assim, o referido termo encontra-se cancelado.

Publique-se, para os devidos fins e efeitos legais.

Alto Paraguai - MT, 05 de abril de 2021.

_____

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
RETIFICAÇÃO CONTRATO 32/2021- (CARGO/FUNÇÃO)

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 032/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr.**JAIME FERREIRA SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG nº **292042** SSP/MT e CPF n. **651.977.471-53**, residente e domiciliado no **Rua Júlio Muller, S/N, Bairro Jardim Planalto em Alto Paraguai – MT**, a seguir denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **MANOBRISTA DO DAE,** o qual contém **PARECERES FAVORÁVEIS** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa e Assessoria Jurídica, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 (quarenta) horas semanais;

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pelo SECRETÁRIO **MUNICÍPAL DE INFRAESTRUTURA,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADA.**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/alterações.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.253,64 (Hum Mil Duzentos e Cinqüenta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos**), **acrescidos de 40% de adicional de insalubridade,** sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADA,** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETÁRIO MUNICÍPAL DE INFRAESTRUTURA, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADA** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral de 40(quarenta) horas semanais.

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADA** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **04/01/2021** e término de pleno direito em **31/03/2021,** ocasião em que cessam

automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA.**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADA**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO** para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2021na seguinte rubrica: **05.005.25.752.0015.2020. 319004000000/100-FONTE 608.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADA** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADA:**

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;

d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADA** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADA** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADA** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**.

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADA;**

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADA** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADA**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 04 de Janeiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	JAIME FERREIRA SOUZA
Prefeito Municipal	Contratado

_____

_____

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

JURIDICO
II TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 069/2021

II TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 069/2021

Por este instrumento particular que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado **ODACY PEDROSO DE BARROS NETO,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº 17044758 SSP/MT e CPF N. **009.896.391.00,** residente e domiciliado na Rua Metrópoles, n. 129, Centro **EM ALTO PARAGUAI - MT**, a seguir denominado **CONTRATADO**, **de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas:**

DA FINALIDADE E JUSTIFICATIVA.

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos , lotado como motorista na Secretaria Municipal de Saúde, passando a partir do dia de 29/03 ser MOTORISTA DA AMBULÂNCIA EXCLUSIVO PARA TRANSPORTAR PACIENTES SUSPEITOS E CONFIRMADOS COM COVID 19.

I – DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, ADITIVAR o valor do contrato, ficando acrescentado no contrato original o ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DE 20%.

II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato entabulado entre as partes, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

III– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 05 de abril de 2021.

_____	_____
ADAIR JOSE ALVES MOREIRA	**ODACY PEDROSO DE BARROS NETO**
PREFEITO MUNICIPAL	
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

_____	_____
CPF: _____	CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2021, cujo certame se deu início às 13h40min (MT), do dia 29/03/2021, sagrou-se vencedor o preponente: as empresas **OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS, sob CNPJ: 17.553.866/0001/22,** os itens 02, 03, 05, 08, 12, 18, 21, 24 no valor total de R$ 210.522,00 (duzentos e dez mil e quinhentos e vinte e dois reais), **RESENDE PNEUS LTDA ME, sob CNPJ: 10.652.985/0001-93** , os itens 01, 06, 10, 11, 23, 26 no valor total de R$ 62.159,50 (sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos),**SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI, sob CNPJ: 24. 717.067/0001-00,** os itens 09, 20 no valor total de R$ 150.675,00 (cento e cinquenta mil e seiscentos e setenta e cinco reais), **GTR COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES EIRELI, sob CNPJ: 25.046.508/0001-51,** os itens 04,07, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 25 no valor total de R$ 263.959,00 (duzentos e sessenta e três mil e novecentos e cinquenta e nove reais). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério menor preço por item, com certame homologado em 05/04/2021.

Alto Taquari – MT, 05 de abril 2021.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE DEZEMBRO/2020

Ata de Registro de Preços **N.° 102/2020**, Fornecedor: **DISMEQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQ. PARA ESCRITORIOS LTDA**;Valor: **R$ 301.410,00; Vigência: 04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 046/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMEN-**

TOS ELETRONICOS EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.

Ata de Registro de Preços **N.° 103/2020**, Fornecedor: **ERICA DE FATIMA GENTIL**; Valor: **R$ 545.367,43;** Vigência: **04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 046/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 104/2020**, Fornecedor: **MIPA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA**; Valor: **R$ 238.441,00;** Vigência: **04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 046/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 105/2020**, Fornecedor: **MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIRELI**; Valor: **R$ 448.165,00;** Vigência: **04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 046/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 106/2020**, Fornecedor: **DIAGNOSTICA CENTRO OESTE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA**; Valor: **R$ 51.261,55;** Vigência: **04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 047/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOVEIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**

Ata de Registro de Preços **N.° 107/2020**, Fornecedor: **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**; Valor: **R$ 7.539,00;** Vigência: **04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 047/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOVEIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**

Ata de Registro de Preços **N.° 108/2020**, Fornecedor: **EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA**; Valor: **R$ 2.438,00;** Vigência: **04/12/2020 à 04/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 047/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOVEIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**

Ata de Registro de Preços **N.° 109/2020**, Fornecedor: **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA**; Valor: **R$ 9.656,00;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 047/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOVEIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**

Ata de Registro de Preços **N.° 110/2020**, Fornecedor: **NORTELAB COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA**; Valor: **R$ 14.262,00;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 047/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOVEIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**

Ata de Registro de Preços **N.° 111/2020**, Fornecedor: **W.N. DIAGNOSTICA EIRELI EPP**; Valor: **R$ 132.502,86;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 047/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MOVEIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.**

Ata de Registro de Preços **N.° 112/2020**, Fornecedor: **ECOPEL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME**; Valor: **R$ 69.905,00;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 048/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGOGICO EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 113/2020**, Fornecedor: **MARIA ALICE DA SILVA EIRELI**; Valor: **R$ 9.830,80;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; **Pregão Presencial Nº 048/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGOGICO EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 114/2020**, Fornecedor: **MARIA JOSE DOS REIS NETO COMERCIO REPERESENTACOES**; Valor: **R$ 393.506,16;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 048/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGOGICO EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 115/2020**, Fornecedor: **ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME**; Valor: **R$ 82.050,00;** Vigência: **07/12/2020 à 07/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 049/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA- EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 116/2020**, Fornecedor: **ECOPEL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME**; Valor: **R$ 122.872,24;** Vigência: **23/12/2020 à 23/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 050/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

Ata de Registro de Preços **N.° 117/2020**, Fornecedor: **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO COMERCIO REPRESENTAÇÕES**; Valor: **R$ 234.700,22;** Vigência: **23/12/2020 à 23/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 050/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

Ata de Registro de Preços **N.° 118/2020**, Fornecedor: **MULTIPLICAR COMPRAS & COMERCIO EIREILI**; Valor: **R$ 334.504,52;** Vigência: **23/12/2020 à 23/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 050/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

Ata de Registro de Preços **N.° 119/2020**, Fornecedor: **NA CONTRAMAO LTDA**; Valor: **R$ 422.955,42;** Vigência: **23/12/2020 à 23/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 050/2020;**Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

Ata de Registro de Preços **N.° 120/2020**, Fornecedor: **SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI EPP**; Valor: **R$ 174.914,56;** Vigência: **23/12/2020 à 23/12/2021**; Pregão Presencial **Nº 050/2020**;**Objeto:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE SETEMBRO/2020

Ata de Registro de Preços **N.° 060/2020**, Fornecedor: **ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME**;Valor: **R$ 89.165,00; Vigência: 01/09/2020 à 01/09/2021**; **Pregão Presencial Nº 031/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PA-**

RA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA.- EXCLUSIVO PARA MICRO-EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Ata de Registro de Preços **N.° 061/2020**, Fornecedor: **CARLA GUTIERREZ PINHEIRO ME**; Valor: **R$ 37.500,00;** Vigência: **01/09/2020 à 01/09/2021**; **Pregão Presencial Nº 031/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTA BÁSICA.- EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 062/2020**, Fornecedor: **JANIO RIBEIRO DA SILVA ME**; Valor: **R$ 110.000,00;** Vigência: **01/09/2020 à 01/09/2021**; **Pregão Presencial Nº 032/2020**;Objeto:**ESPECIALIZADA NO TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM INTERNAÇÕES REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLÍNICA COMPULSÓRIAS, EM ATENDIMENTO AOS PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 063/2020**, Fornecedor: **TADEU MROZINSKI ME**; Valor: **R$ 222.235,00;** Vigência: **01/09/2020 à 01/09/2021**; **Pregão Presencial Nº 033/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS FAMÍLIAS QUE ESTEJAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA.**

Ata de Registro de Preços **N.° 064/2020**, Fornecedor: **MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA**; Valor: **R$ 97.961,40;** Vigência: **01/09/2020 à 01/09/2021**; **Pregão Presencial Nº 033/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS FAMÍLIAS QUE ESTEJAM EM VULNERABILIDADE SOCIAL E A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA.**

Ata de Registro de Preços **N.° 065/2020**, Fornecedor: **M. S. DIAGNOSTICA LTDA**; Valor: **R$ 148.000,00;** Vigência: **11/09/2020 à 11/09/2021**; **Pregão Eletrônico Nº 009/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS DE DISPOSITIVOS DE TESTE RAPIDO DE COVID-19.**

Ata de Registro de Preços **N.° 067/2020**, Fornecedor: **PETRÓLEO QUERÊNCIA LTDA**; Percentual de desconto: **3,1%;** Valor: **R$ 1.430.320,00; Vigência: 17/09/2020 à 17/09/2021**; **Pregão Presencial Nº 036/2020**;Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (DÍESEL S10, S-500 E GASOLINA) PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 005/2021 - HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que o resultado da **TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021** cujo objeto é a:CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS PÚBLICOS**.** Sagrou-se vencedora a empresa **MAF CONSTRUTORA EIRELI – ME, no valor global de R$ 627.724,06 (Seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e seis centavos).** Percorrido o prazo para recurso, fase proposta, sem nenhuma manifestação, a Prefeita Municipal homologará o certame nesta data. Maiores informações na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 05 de Abril de 2021 - **Rudimar José Lang** - Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE MARÇO/2021

Ata de Registro de Preços **N.° 031/2021**, Partes: **NA CONTRAMÃO LTDA - EPP**;Valor: **R$ 352.860,00**; Vigência: **08/03/2021 à 08/03/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 003/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BASICAS PARA FAMILIAS EM SITUAÇAO DE VULNERABILIDADE.**

Ata de Registro de Preços **N.° 032/2021**, Partes: **NEUSDETE CABRAL SILVA 94613320178**; Valor: **R$ 19.000,00;** Vigência: **09/03/2021 à 09/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 002/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI/MT, EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP.**

Ata de Registro de Preços **N.° 033/2021**, Parte: **SEBASTIÃO MARCOLINO RIBEIRO - ME**; Valor: **R$ 24.150,00;** Vigência: **09/03/2021 à 09/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 002/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI/MT, EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP.**

Ata de Registro de Preços **N.° 034/2021**, Parte: **EDITORA OPET LTDA**; Valor: **R$ 766.080,00;** Vigência: **12/03/2021 à 12/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 003/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E LIVROS INTEGRADOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 035/2021**, Parte: **S. PAULINO DE LIMA & CIA LTDA**; Valor: **R$ 1.011.999,40;** Vigência: **22/03/2021 à 22/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 004/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS FORNECEDORAS DE CARNES, DERIVADOS E FRUTAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI-MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 036/2021**, Parte: **ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME**; Valor: **R$ 55.332,92;** Vigência: **22/03/2021 à 22/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 004/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS FORNECEDORAS DE CARNES, DERIVADOS E FRUTAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI-MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 037/2021**, Parte: **NA CONTRAMÃO LTDA - EPP**; Valor: **R$ 860.117,05;** Vigência: **22/03/2021 à 22/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 004/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS FORNECEDORAS DE CARNES, DERIVADOS E FRUTAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI-MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 038/2021**, Parte: **LABORATORIO DE PROTESE ADELAR LTDA**; Valor: **R$ 157.800,00;** Vigência: **26/03/2021 à 26/03/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 004/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTARIAS, EM CONFORMIDADE A PORTARIA 1.670/2019 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO TAQUARI -MT.**

Ata de Registro de Preços **N.° 039/2021**, Parte: **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME**; Valor: **R$ 108.809,37;** Vigência: **26/03/2021 à 26/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 005/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA**

SERVIÇOS DE FOTOCÓPIA, ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.

Ata de Registro de Preços **N.° 040/2021**, Parte: **CINTIA P. DA SILVA EIRELI**; Valor: **R$ 95.000,00;** Vigência: **26/03/2021 à 26/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 005/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE FOTOCÓPIA, ENCADERNAÇÃO E PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS.**

Ata de Registro de Preços **N.° 041/2021**, Parte: **ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA - ME**; Valor: **R$ 444.588,51;** Vigência: **29/03/2021 à 29/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 006/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT (EXCLUSIVA ME, MEI E EPP).**

Ata de Registro de Preços **N.° 042/2021**, Parte: **NA CONTRAMÃO LTDA - EPP**; Valor: **R$ 604.925,14;** Vigência: **29/03/2021 à 29/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 006/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT (EXCLUSIVA ME, MEI E EPP).**

Ata de Registro de Preços **N.° 043/2021**, Parte: **H M S COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DE CONSULTORIA LTDA**; Valor: **R$ 255.010,03;** Vigência: **29/03/2021 à 29/03/2022**; **Pregão Presencial Nº 006/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT (EXCLUSIVA ME, MEI E EPP).**

Ata de Registro de Preços **N.° 044/2021**, Parte: **ASSOCIACAO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA - ABAVIDA**; Valor: **R$ 72.000,00;** Vigência: **30/03/2021 à 30/03/2022**; **Pregão Eletrônico Nº 007/2021**;Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO TIPO "CASA DE APOIO", PARA FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTES DE PACIENTES COM SEDE NA CIDADE DE CUIABÁ – MT.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 006/2021 - HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que o resultado da **TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021** cujo objeto é a:CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NA ARQUIBANCADA E REVITALIZAÇÃO DO MINI ESTADIO VALDIR VIEIRA CAMPOS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI-MT. Sagrou-se vencedora a empresa **YURI ROBERTO ARAUJO OLIVEIRA - OAR ENGENHARIA-ME, no valor global de R$ 252. 921,66 (Duzentos e cinquenta e dois mil novecentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos).** Como não houve manifestação de recurso, a Prefeita Municipal homologará o certame nesta data. Maiores informações na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 05 de Abril de 2021 - **Rudimar José Lang** - Presidente da CPL.

DECRETO N.º134/2021

DECRETO Nº 134/2021

"Autoriza Ordenador de Despesas."

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica delegada a Competência de Ordenador de Despesa à senhora Vanessa Cristina Vieira, Secretária Municipal de Assistência Social, para abrir contas bancárias de depósito em geral, solicitar saldos, extratos e comprovantes bancários, emitir e assinar cheques, efetuar transferências e autorizar pagamentos por meio eletrônico, autorizar a emissão de ordens bancárias, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, emitir comprovantes em conjunto com a prefeita Municipal Marilda Garofolo Sperandio, quanto às contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ nº 23.044.870/0001-68.

Artigo 2° - Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Taquari/MT, 05 de abril de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2021, cujo certame se deu início às 13h40min (MT), do dia 26/03/2021, sagrou-se vencedor o preponente: a empresa **FR & SILVA TERRAPLANAGEM LTDA**, **CNPJ: 22.302.821/0001-15** no valor total de **R$ 3.990.000,00** (Três milhões, novecentos e noventa mil reais). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério menor preço por item, com certame homologado em 01/04/2021.

Alto Taquari – MT, 01 de abril 2021.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS DO MÊS DE ABRIL/2021 - G-OBRAS

CONTRATO: Nº 024/2021; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: YURI ROBERTO ARAÚJO OLIVEIRA - OAR ENGENHARIA; **VALOR:** R$ 254.118,45; **VIGÊNCIA:** 05/04/2021 à 02/10/2021; **PROCESSO:** Tomada de Preço nº 006/2021; **OBJETO:**CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NA ARQUIBANCADA E REVITALIZAÇÃO DO MINI ESTADIO VALDIR VIEIRA CAMPOS; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

CONTRATO: Nº 025/2021; **CONTRATANTE**: Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso; **CONTRATADA**: MAF CONSTRUTORA EIRELI; **VALOR:** R$ 627.724,06; **VIGÊNCIA:** 05/04/2021 à 02/10/2021; **PROCESSO:** Tomada de Preço nº 005/2021; **OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS PÚBLICOS; **LEGALIDADE:** As partes ficam sujeitas as normas estabelecidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, assim como as clausulas contratuais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- EDSON APARECIDO DA SILVEIRA COMERCIO E SERVIÇOS

CONTRATO N° - 075/2019

OBJETO – QUINTO ADITIVO PRORROGAÇÃO PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO.

OBRA-DUPLICAÇÃO DA AVENIDA BRASIL TRECHO ENTRE A AV. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA E AV. LUDOVICO DA RIVA- Contrato de Repasse OGU nº 848090/2017/MCIDADES/CAIXA - Operação 1042923-35 - Programa Planejamento Urbano – Pavimentação Asfáltica com Micro drenagem Urbana no município de Apiacás-MT.

PRAZO PRORROGADO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO – 90 DIAS

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº 1.202/2021.

SUMULA: "Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais na prevenção e combate ao contágio de COVID-19, e dá outras providências".

JÚLIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Os pacientes examinados e que apresentarem sintomas/suspeita de contaminação de COVID-19, obrigatoriamente serão identificados por uma pulseira na cor vermelha fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - No período de quarentena, a pessoa isolada não poderá deixar a sua residência ou hospedagem, devendo permanecer em isolamento social, evitando o contato com as demais pessoas.

Parágrafo único - As pessoas em quarentena somente deverão abandonar o isolamento em caso de necessidade médica ou quando devidamente autorizadas a circular pela autoridade sanitária.

Art. 3° - Para a implementação das regras do isolamento, a partir da triagem para coleta do exame, a pessoa isolada será submetida à identificação, mediante o uso de pulseira na cor vermelha.

§1° - As pulseiras serão colocadas por profissionais de saúde nas unidades pública de saúde, clinicas e laboratórios particulares onde os exames estão sendo realizados, e só poderão ser retiradas por profissionais da rede pública de saúde, quando a suspeita do contágio de COVID-19 for descartada.

§2° - Em caso de rompimento involuntário deverá ser comunicado imediatamente a unidade de saúde, para que se possa promover a recolocação de uma nova pulseira.

§3° - A violação voluntária das pulseiras acarretará sanções administrativas, civil e criminal.

§4° - Os profissionais de saúde promoverão visitas ou ligações de forma esporádica, a fim de verificar o uso da pulseira.

§5° - Constatada a ausência do uso da pulseira, o profissional de saúde imediatamente comunicará a vigilância em saúde do município, que lavrará o auto de infração, comunicando-se ainda o Ministério Público para tomar as medidas cabíveis.

§ 6º - Com exceção da hipótese prevista no parágrafo único do artigo 2º, as pessoas que estiverem em período de quarentena obrigatória, forem flagradas transitando em via pública, no interior de estabelecimentos comerciais ou participando de aglomerações em festas particulares, será multada e conduzida imediatamente para sua residência pelos agentes de fiscalização, os quais poderão fazer o uso da força policial em caso de resistência.

§ 7° - Na hipótese de recusa em assinar o auto de infração, este será assinado por 01 (uma) testemunha.

Art. 4° - O descumprimento das normas previstas nesta Lei, inclusive o rompimento da pulseira, ensejará na aplicação das seguintes penalidades de multas diretamente no CPF do infrator:

I - multa de R$ 500,00 (quinhentos reais);

II - multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), na hipótese de reincidência;

III – Comunicação ao Ministério Público para promover Ação Penal prevista no artigo 268 do Código Penal.

Parágrafo único - Será utilizado o mesmo formulário para lavratura dos termos de infração, notificação e interdição disposto na lei nº 1.201, que estabeleceu as condutas consideradas infrações administrativas lesivas a todos os cidadãos, ao enfrentamento da emergência de saúde pública, bem como os decretos em vigência.

Art. 5° - As normas desta Lei aplicam-se também no âmbito de atendimento de saúde por clinicas e consultórios particulares.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Apiacás/MT, em 05 de abril de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 098/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado **o Sr. JOSE MONTEIRO DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 2577258-9 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 245.721.442-49, para exercer o cargo de **ASSISTENTE DE DIREÇÃO IV,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 05 de Abril de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 099/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeado **BRUNO SENA DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade nº 2297226-9 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 044. 412.761-50, para exercer o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO II,** lotado na Secretaria Municipal de Administração - DAE.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 05 de Abril de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 20/2021 ARAGUAIANA, 05 DE ABRIL DE 2021.

Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Araguaiana - MT, Estado de Mato Grosso, **Sr. GETULIO DUTRA VIEIRA NETO**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto na Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando que os casos de contaminação pelo COVID 19 tem aumentado no município, conforme Boletim da Secretaria Municipal de Saúde;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam atualizadas as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 em todo território do município de Araguaiana - MT.

Art. 2º O funcionamento de todas as atividades e serviços ficarão sujeito às seguintes condições:

§1º– autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às 05h00m e 20h00m;

§ 2º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de transporte coletivo, transporte individual remunerado de passageiros por meio de taxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de manutenção de fornecimento de energia, água, telefonia, coleta de lixo, não ficam sujeitas às restrições de horário do presente artigo.

§ 3º Os supermercados, funcionarão das 05hs às 20hs de segunda a sábado, e, no domingo até 12ha e, devem continuar aplicando o sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º Durante a vigência deste decreto os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus e teatros são permitidos com no máximo 50 (cinquenta) pessoas por evento, respeitado o limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos no § 1º do artigo 2º.

§ 5º- Os restaurantes, poderão funcionar excepcionalmente aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos em Decreto.

§ 6º As academias e congêneres deverão funcionar com no máximo com 08 (oito) praticantes de atividades físicas por hora.

Art. 3º Fica proibido a venda e o consumo de bebida alcoólica em supermercados, bares, distribuidoras, conveniências e congêneres nas sextas, sábados de domingos até a validade deste decreto.

Art. 4º O funcionamento de serviço na modalidade *delivery* "somente alimentos", continua autorizado somente até às 23h00m, inclusive aos domingos, porém com seus colaboradores devidamente identificados.

Parágrafo único. As farmácias e congêneres poderão funcionar, na modalidade *delivery*, sem restrição de dias e horários.

Art. 5º Todos os estabelecimentos em atividade no território do município devem observar os seguintes protocolos de saúde e normas sanitárias durante seu funcionamento:

I - evitar circulação de pessoas pertencentes ao grupo de risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

II – monitorar as pessoas que estejam em isolamento:

III - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

IV - ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

V - evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

VI - controlar o acesso de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

VII - vedar o acesso de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

VIII - medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,8º;

XI - manter os ambientes arejados por ventilação natural;

XI - adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

XII - observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público.

Art. 6º Continua a restrição de circulação de pessoas (toque de recolher) em Araguaiana a partir das 05h00m às 21h00m.

§ 1º Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 19h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§2º A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias estaduais e federais.

Art. 7º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I – Fiscalização do Código de Postura;

II - Órgãos de vigilância sanitária municipal e estadual;

III - Polícia Militar – PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil – PJC/MT; e

V - Corpo de Bombeiros Militar – CBM/MT (caso requisitado a Barra do Garças – MT pela Administração Municipal de Araguaiana – MT);

VI – outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório;

§ 1º A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 11.316 de 02 de março de 2021, fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§ 3º As autoridades municipais que não aplicarem as medidas restritivas instituídas por este Decreto ficam sujeitas à aplicação das sanções penais

cabíveis, por infração às medidas sanitárias preventiva, conforme previsão do art. 268 do Código Penal.

§4º Caberão aos órgãos competentes, inclusive ao Ministério Público Estadual, fiscalizar se os agentes públicos municipais estão cumprindo e fazendo cumprir as determinações deste Decreto, propondo, quando julgar pertinente, as demandas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§ 5º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas jurídicas, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido em lei específica.

Art. 8º Servidores municipais que forem flagrado em aglomerações, principalmente se estiver promovendo a mesma, deverá responder por processo de sindicância, podendo inclusive ser exonerado do cargo;

Art. 9º É proibido terminantemente em todo o território do município a aglomeração de pessoas, sejam em residências, chácaras, ranchos, fazendas e outros congêneres.

§ 1º Ocorrendo esse fato em qualquer situação a Policia Militar conforme legislação deverá aplicar as penalidades cabíveis, inclusive aplicação de multas, conforme Lei nº 11.316.de 02 de março de 2021.

§ 2º Não se considera aglomeração a reunião de "Núcleo Familiar", ou seja reunião entre pais e filhos;

Art. 10º As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os decretos nºs.13, 16 e 17 do ano de 2021.

Gabinete do Prefeito, 05 de abril de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA Nº. 106, DE 05 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. FRANCISCO GONÇALVES NAVES**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeado ao cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o Srº. RONILDO BATISTA RODRIGUES, portador do RG: 554 736 SSP/MT e CPF: 387.904.401/53.

Artigo 2º - O Secretário nomeado no artigo primeiro, desta portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 105, DE 05 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. FRANCISCO GONÇALVES NAVES**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeado ao cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, o Srº. ITAMAR GONÇALVES PEREIRA, portador do RG:783768 SSP/MT e CPF: 514.068.961-87.

Artigo 2º - O Secretário nomeado no artigo primeiro, desta portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 028 DE 01 DE ABRIL DE 2021

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

FRANCISCO GONÇALVES NAVES, PREFEITO MUNICIPAL de Araguainha/MTno uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e pelo presente Decreto.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

CONSIDERANDO a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

DECRETA:

Art. 1º. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família com as seguintes competências:

I - analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

II - aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

III - apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

IV - definir competências, composição e funcionamento;

V - integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

VI - a seleção das famílias beneficiárias será feita por equipes de referência municipal da Assistência Social, atuantes no Programa, nos municípios, competindo ao Comitê Gestor Municipal a aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas, encaminhados para posterior aprovação e/ou reprovação, a inserção ou o descredenciamento das famílias pelo Comitê Gestor Estadual;

VII - articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - o Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias substituídas, acrescentando se a família que será incluída no Programa

em substituição à família excluída, bem como o motivo da substituição, e anexar a publicação deste procedimento, aprovados pelo Comitê Municipal;

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

Art. 3º - A gestão municipal da Assistência Social, de acordo com o que dispõe a legislação estadual que criou o Programa SER Família, instituirá o Comitê Gestor Municipal do Programa, presidido pela Secretária Municipal de Assistência Social, composto por representantes de Secretarias Municipais, estratégicas para o sucesso do Programa.

Assim, o Comitê poderá ser composto pelas seguintes Secretarias:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social;

II - Secretaria Municipal de Educação;

III - Secretaria de Municipal de Saúde;

IV - Secretaria Municipal de Habitação;

V - Outras Secretarias Municipais que a gestão municipal entender pertinentes ao cumprimento do Pacto SER família;

O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria dos votos presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - A Presidente do Comitê Municipal, Secretária Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

_____

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA/MT

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - MT

RESOLUÇÃO Nº. 001 de 01 DE ABRIL DE 2021.

Aprova o Termo de Adesão do município de Araguainha/MT ao Programa SER Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferida pela Lei nº. 627 de 18/08/2010;

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa Pró-Família, com a Lei 10.657que altera e acrescenta dispositivos ao programa e Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar o Termo de Adesão do município de Araguainha/MT ao Programa SER Família, criado no âmbito do Governo Estadual, destinado a ações de transferência de renda com condicionalidades, tendo como objetivo atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até 1/3 do salário mínimo nacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Araguainha/MT, em 01 de Abril de 2021.

_____

ALAN KARDEC RIBEIRO DA SILVA

PRESIDENTE DO CMAS

PORTARIA Nº. 107, DE 05 DE ABRIL DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SRº. FRANCISCO GONÇALVES NAVES**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica neste ato nomeado ao cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, o Srº. FERNANDO MENDES DE ARAUJO, portador do RG: 23389435 SSP/MT e CPF: 043.301.601 - 96.

Artigo 2º - O Secretário nomeado no artigo primeiro, desta portaria, é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticarem com dolo ou culpa, sujeitando aos ditames da Lei.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.

_____

FRANCISCO GONÇALVES NAVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA TORNA PÚBLICO PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

Prefeitura Municipal de Araputanga, inscrita no CNPJ 15.023.914/0001-45**,** torna público, que requereu junto à SEMA-MT, o pedido de Licença Prévia (LP), Instalação (LI) e Operação (LO) para a Central de Triagem e Transbordo de resíduos sólidos, localizado no município de Araputanga-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

COVID-19: AVISO DE ABERTURA DO PREGAO PRESENCIAL 013-2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT

AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 105E, ESQUINA COM A RUA CASTELO BRANCO- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT.

CNPJ Nº 24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (VITAMINAS ACIDO ASCORBIDO 1G + ZINCO 40 MG + VITAMINA D3 10.000 UI), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DO COVID-19 PARA MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS –MT.

Data da Abertura: Ás **09:00 horas, do dia 16 de Abril de 2021**.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8. 883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Arenápolis- MT, 05 de Abril de 2021.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 053/2021

AO CONTRATO Nº 057/2020; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE 02(DUAS) SALAS DE AULA E 02(DOIS) BANHEIROS INFANTIS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ARY DA COSTA, ÁREA DE 146,25M², LOCALIZADA NO DISTRITO DE CONSELVAN, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NECESSÁRIA DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.; **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA;** ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO 06/04/2021 A 31/08/2021.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.043/2021

O **Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o memorando n° 135/2021/SEMUAS;

RESOLVE:

NOMEAR, a Srª. **VERONICA RIBEIRO TUCCI MAYER,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 178.5046-0 2ª via SESP/MT e do CPF nº. 027.745.791-20, para exercer oCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Habitação - DEHAB,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social***,** a partir do dia 1°/04/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de abril de 2.021.

LUCIANO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito em Exercício

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.042/2021

O **Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o memorando n° 135/2021/SEMUAS;

RESOLVE:

EXONERAR, a funcionária Srª. **SORRAYLA PEREIRA DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2423657-7 SSP/MT e do CPF nº. 046.840.491-08, doCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Habitação - DEHAB,** *lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social***,** a partir do dia 1°/04/2021, tornando-se sem efeito a Portaria n° **12.680/2021**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de abril de 2.021.

LUCIANO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito em Exercício

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.044/2021

O **Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 120/2021/SEMUAS;

RESOLVE:

NOMEAR, o 8ª classificado no Edital n° 005/2019, **o** Sr. **FABIO BATISTA GARCIA**,brasileiro,portador da Cédula de Identidade RG nº. 1698203-7 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 864.523.981-72, eleito para exercer mandato de Conselheiro Tutelar do Município de Aripuanã, em substituição a Conselheira **VANESA DIAS AMARAL**, em atestado médico, a partir do dia 1°/04/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de abril de 2.021.

LUCIANO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito em Exercício

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no Art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrente da Portaria nº **13.044/2021** de nomeação referente ao mês 04/2021, ocorrerá por conta de dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2021.

Aripuanã-MT, aos 05 dias de abril de 2.021.

LUCIANO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito em Exercício

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 2.018/2021.

Autor: Poder Executivo.

SÚMULA:

"ALTERA REDAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA OUVIDORIA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 4° e suprime parágrafo único, da Lei Municipal nº 1030/2013, passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 4º. A administração da Ouvidoria de que trata esta lei, será vinculada à estrutura administrativa ao Gabinete da Prefeita, a quem incumbirá à obrigação de adotar as medidas necessárias ao seu perfeito funcionamento.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas nas Leis n° 1030/2013 que não sejam incompatíveis com a matéria regulada nesta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de abril de 2.021.

LUCIANO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito em Exercício

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã.

Reportamos a esta Casa de Leis, para submeter à apreciação de V. Exa. e demais Edis, projeto de lei que: **"ALTERA REDAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA OUVIDORIA DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Visa a presente propositura, alterar a referida Lei, considerando as necessidades de adequação, a fim de melhorar o atendimento as demandas.

Transferir o Cargo

1. **Supervisão de Ouvidoria Geral – SOUGER**. da Secretaria Municipal de Administração para o Gabinete da Prefeita

Como pode ser observado, nas adequações não haverá aumento de valores, uma vez que se refere apenas a transferência de locais, conforme a necessidade.

Pelo exposto, tendo a certeza de que a presente matéria será objeto da análise com seriedade, por parte dos Nobres Vereadores desta Casa Legislativa, pelo que desde já agradecemos, ao tempo em que reafirmamos protestos de distinta consideração e apreço.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de abril de 2.021.

LUCIANO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

COVID-19: RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO 013/2021

A Prefeita do Município de Barão de Melgaço-MT, Sr. **MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**torna público que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Secretaria Municipal de Finanças e ratificação do parecer técnico jurídico apresentado no processo de dispensa de licitação para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADOS EM INFECTOLOGIA PARA REALIZAR DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E PREVENÇÃO CONTRA COVID-19 NO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, em conformidade com o inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações, junto a INDOLORE SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ 34-614.325/0001-86. O valor global da Contratação é de R$ 120. 000,00 (cento e vinte mil reais), pelo periodo de 06 (seis) meses, onde se formulou expediente de dispensa de licitação, conforme fundamentado no art. 24, da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Barão de Melgaço/MT, 05 de abril de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº21 DE 02 DE ABRIL DE 2021

DECRETO Nº21 DE 02 DE ABRIL DE 2021

"DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SENHOR BENEDITO DE PINHO AMORIM (NITO) PAI DO VEREADOR EDUARDO DA SILVA AMORIM."

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o falecimento do Pai do atual Vereador Municipal, senhor BENEDITO DE PINHO AMORIM (NITO) ocorrido nesta data;

CONSIDERANDO os inestimáveis trabalhos dedicados à Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço no decorrer de sua vida como cidadão;

CONSIDERANDO o consternamento geral do Municipio de Barão de Melgaço e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda deste ilustre cidadão exemplar, de conduta íntegra e respeitável.

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial, por 03 (três) dias, contados a partir desta data, no Município de Barão de Melgaço, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do senhor BENEDITO DE PINHO AMORIM (NITO) Pai do atual Vereador EDUARDO DA SILVA AMORIM.

Art. 2º Durante o período de luto oficial determinado por este Decreto, a bandeira municipal ficará hasteada à meio mastro em todos os órgãos públicos do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data, com publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do município, devendo ser enviada cópia do presente ato à família enlutada.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal do Município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, 02 de abril de 2021.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO MATO GROSSO 2021.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – PAAI 2021

1 – LEGALIDADE / CONCEITO – CONTROLE INTERNO

Os arts. 31 e 74 da Constituição da República conferem atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional prevista no art.74, IV; ao art.8º e 9º da Lei Complementar 269/2007; aos arts. 161, 162 e

163 da Resolução Normativa TCE/MT14/2007 e à Resolução Normativa TCE/MT nº26/2014. Segue também as Normas Gerais de Direito Financeiro contidas na Lei Federal 4.320 e na Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000.

O órgão de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº. 311/2007 de 28 de Dezembro de 2007

A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição Federal no § 1º, do art. 74.

A responsabilidade do Órgão de Controle é de:

Verificar e analisar o cumprimento e a execução de metas previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) e controles já instituídos; Avaliar providencia adotado pelo Gestor diante de danos causados ao erário; Orientar a instituição as rotina internas; Observar os princípios do Controle Interno e o Inter – relacionamento entre o controle que compõe todo o sistema.

2 – FINALIDADE E ABRAGENCIA

O Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2021 a ser observado pelas diversas unidades da estrutura do Município, tem por finalidade orientar, avaliar e controlar os atos de gestão praticados na administração pública e apoiar o controle externo assegurando a regularidade da gestão contábil, patrimonial, orçamentária, pessoal e financeira

Sua atuação abrange todos os órgãos da Prefeitura de Barão de Melgaço, Câmara Municipal e Previdência Própria (BARÃO PREVI) quanto à observância e operacionalização dos procedimentos de Auditoria a serem realizados nos diversos Sistemas de Controle Implantados

3 - BASE LEGAL E REGULAMENTAR

O presente Plano foi elaborado em atendimento ao Art. 8º da Resolução Normativa 26/2014 – TCE e está baseada na Lei Complementar nº. 101/2000, Lei 4.320/64, Lei nº. 647/2007 que Dispõe sobre o Controle Interno no Município, Lei 8.666/93 e Lei 8.080/90 e demais legislações e normas aplicáveis à matéria.

4-FASES DA AUDITORIA

1- Planejamento 2- Auditoria In loco 3- Relatório parcial ou final 4- Recomendação e acompanhamento

5 – RESPONSABILIDADES DO CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno perante o PAAI 2021 tem a responsabilidade de:

Promover a publicação e o envio do Plano ao TCE; Manter atualizado. Promover discussões técnicas com as unidades e o controle interno para definição de rotinas de trabalho Identificar os pontos e respectivos procedimentos de controle Orientar as áreas executoras Supervisionar a aplicação do plano **6- RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES EXECUTORAS**

As Unidades Executoras tem a responsabilidade de :

Atender às solicitações da unidade responsável pelo PAAI 2021, quanto a fornecimento de informações e à participação no processo de elaboração de rotinas; Manter o Plano a disposição de todos os servidores, zelando pelo cumprimento da mesma Cumprir as determinações do Plano com ênfase aos procedimentos de controle quanto à padronização dos procedimentos na geração de dados, informações e documentos. Alertar a unidade responsável pelo Plano sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional

7 – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS AUDITADOS

A Unidade de Controle Interno acompanhará a execução das atividades realizadas por todas as Unidades Executoras envolvidas nos seguintes sistemas:

1. Sistema de Licitação e Contratos 2. Sistema de Controle Patrimonial 3. Sistema de Previdência Própria 4. Sistema de Transportes 5. Sistema de Gestão Financeira 6. Sistema de Controle Interno Nível de Entidade 7. Sistema de Saúde 8. Sistema de Compras 9. Sistema de Convênios e Consórcios 10. Sistema de Informações e Documentos 11. Sistema de Educação 12. Sistema do Controle Interno 13. Sistema de Merenda Escolar 14. Sistema de Administração e Recursos Humanos 15. Sistema de Projetos e Obras Públicas 16. Sistema de Bem Estar Social 17. Sistema de Contabilidade 18. Sistema Financeiro 19. Sistema de Distribuição de Medicamentos 20. Sistema de Diárias 21. Sistema Jurídico 22. Sistema de Tributos 23. Sistema de Almoxarifado

Referente aos Sistemas citados, a Unidade de Controle Interno exercerá controle preventivo, mediante acompanhamento das unidades executoras perante a elaboração dos seus controles internos objetivando o aperfeiçoamento e cumprimento das instruções normativas implementadas e editadas para cada sistema da mesma maneira que auxiliando, da mesma maneira que auxiliando na edição de novas normativas para os métodos de rotinas falhos de regularização

Serão adotadas pela Controladoria Interna as seguintes medidas:

Reuniões com servidores das unidades auditadas para eliminar possíveis dúvidas e questionamentos sobre a aplicação, alcance e cumprimento das instruções normativas Orientar e informar as unidades executoras quanto às manifestações do controle externo que possam implicar diretamente na gestão Emitir pareceres e recomendações na busca de aprimorar a administração pública e seus procedimentos, quando forem detectadas falhas na execução de suas rotinas Realizar visitas técnicas de prevenção nas unidades para avaliar na eficiência dos trabalhos administrativos Responder consultas das unidades executoras quanto à legitimidade, economicidade e legalidade dos procedimentos de trabalho, bem como, nos casos de interpretação e/ou indicação da legislação aplicável às determinadas hipóteses.

A Unidade de Controle Interno realizará o controle preventivo junto aos sistemas durante todo ano de 2021, sem data fixada, sendo que as medidas serão adotadas de acordo com a verificação da necessidade quando do acompanhamento ou mediante provocação das unidades executoras.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante orientações normativas e supervisão técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e dos princípios da Administração Pública, esta unidade executará suas atividades utilizando o maior conjunto de técnicas disponíveis, visando sempre o acompanhamento de forma pró-ativa aos processos e resultados gerenciais, a fim de garantir resultados operacionais promissores.

As atividades de auditoria serão realizadas no período de Janeiro a Dezembro de 2021, sendo que os resultados serão levados ao conhecimento do Presidente da Câmara Municipal e aos responsáveis pelos sistemas administrativos, a fim de que tomem conhecimento e adotem providencias que se fizerem necessárias, sendo que recomendações, apontamentos e pendências se farão presentes no relatório de auditoria.

Deve se destacar que para eficiência e eficácia deste Plano Anual de Auditoria Interna é de suma importância atuação do controle social exercido pela população, o comprometimento da equipe de controle interno o respaldo técnico do TCE – MT e de todos os servidores e gestores da Prefeitura , Câmara e Previdência Própria de Barão de Melgaço .

8 – CRONOGRAMA ANUAL DE AUDITORIA

Anexo o Cronograma Anual de Auditoria para o exercício de 2021.

Barão de Melgaço – MT, 30 de Novembro de 2020.

Francisca Alves de Almeida

Analista de Controle Interno

Portaria 112/2019

ANEXO ÚNICO – PLANO DE AUDITORIA INTERNA - 2021 (CONSOLIDADO : PREFEITURA – CÂMARA - BARÃOPREVI)

CRONOGRAMA ANUAL DE AUDITORIA / PAAI / 2021

Objetivo : Acompanhar a execução das normas que estão em vigor quanto aos métodos de execução das rotinas da Câmara Municipal, Previdência Própria e diversos setores da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço

Sistema Auditado	Procedimentos	Objetos	Membro	Período	Fonte Informação
Sistema de Licitação e Contratos	Acompanhamento dos processos licitatórios, sobre as inexibilidades,cartas convites, tomada de preço, pregões etc; Acompanhamento se há devida supervisão de cada contrato que se encontra em vigência e se estão sendo cumpridos todos os objetivos especificados; Emissão de pareceres nos processos licitatórios; Auditoria nos contratos sem procedimentos licitatórios; Verificação da emissão dos relatórios dos fiscais de contratos; Verificação da vigência a aditivos de contratos.	ü Processos Licitatórios ü Contratos, aditivos e demais documentos	Controlador Interno e servidores do setor da administração	Fevereiro Maio Julho Dezembro e quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Controle Patrimonial	Verificação de como encontra a organização dos Bens Patrimoniais, Termos de Responsabilidade, condição de uso, Identificação dos mesmos; Acompanhamento das doações de bens, tant como em comodato a associações etc, como de órgãos do Governo Federal, Estadual ou Empresa Privada; Verificação se houve transferências de bens e suas autorizações; Verificação dos processos de baixa alienações, reavaliações e depreciações dos bens ; Verificação do fechamento do livro de inventário.	1. Visita in loco para checagem do bem 2. Termo de Doação 3. Termo de Responsabilidade emitido pelas Unidades Administrativas 4. Relatório de Bens Disponíveis no sistema	Controlador Interno e Servidores do Setor da Administração	Abril Novembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Previdência Própria	Verificação da atuação dos conselhos através das atas Emissão de pareceres referente a processos de aposentadoria Verificação do uso da taxa administrativa Verificação referente a parcelamento e relatórios	ü Atas de Conselhos ; ü Processos de Aposentadorias; ü Documentos em geral.	Controlador Interno e servidores do setor da Administração e Previdência própria.	Fevereiro Julho Dezembro e quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Transportes	Acompanhamento dos procedimentos adotados quanto a locação de veículos, equipamentos e maquinários; Acompanhamento do controle de estoque de combustível, pneus, equipamentos e acessórios dos veículos Verificação do gerenciamento do uso das frotas de veículos e seus equipamentos Acompanhamento dos procedimentos de manutenções preventivas e corretivas das frotas de veículos e equipamentos.	ü Lançamento diário de entrada e saída de combustível ü Processo Licitatório ü Relatório de controle de gastos com combustíveis, peças, pneus e acessórios dos veículos e equipamentos	Controlador Interno e servidores do Setor de Obras	Abril Setembro e quando for necessário.	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Gestão Financeira	Verificação do Controle da programação financeira, Verificação das disponibilidades de caixa, Acompanhamento dos Ingressos Financeiros Acompanhamento dos desembolsos Financeiros Verificação das Consignações, Verificação dos pagamento em Ordem cronológica Verificação das Conciliações bancarias	Secretaria Municipal de Finanças / Setor Tesouraria	Controlador Interno e servidores do Setor Financeiro	Junho Dezembro	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Controle Interno Nivel de Entidade	verificar o estabelecimento de um código de ética ou códigos formais de conduta e outras políticas que comunicam normas apropriadas de comportamento moral e ético esperados dos seus colaboradores Verifica a formalização da estrutura organizacional do Controle Verificar a existência de um processo formal e sistemático de planejamento e gestão estratégica para estabelecer e gerenciar os objetivos estratégicos, incluindo a missão, a visão, os valores e compromissos da organização	Secretaria Municipal de Administração / Setor de Recursos Humano	Controlador Interno e servidores da Secretaria Municipal de Administração e do Setor de Recursos humanos	**Junho Dezembro**	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora

					Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Saúde	Verificação dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias Verificação da atuação do Conselho Municipal de Saúde Verificação da aplicação dos recursos federais e estaduais destinados a saúde	Relatórios Gerenciais Visita in loco	Controlador Interno e servidores do setor da saúde	Maio Outubro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Compras	Verificação se o tramite da aquisição do bem público segue a legislação Verificação se as compras estão sendo acompanhadas de orçamentos Verificação das compras acima do limite estabelecido pela lei são realizadas através de licitação Verificação se as Notas Fiscais estão sendo atestadas por servidor designado Verificação se nas compras através de contratos o fiscal de contrato atesta a Nota Fiscal Verificação se no ato da compra é verificado a disponibilização de cotação orçamentária	Departamento de Compras Departamento de Tesouraria e Contabilidade	Controlador interno e servidores do setor de administração	Março Junho Setembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Convênios e Consórcios	Verificação do andamento de cada convenio até o presente momento firmado Verificação das prestações de contas aos convenentes Acompanhamento das documentações, medições e outros Verificação das notificações do ingresso de recursos conforme artigo 2º da Lei 9.452/97.	Pastas dos convênios Prestação de Contas Demais documentações	Controlador Interno e servidores do Setor de Planejamento	Janeiro Setembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Informações e Documentos	Verificação do envio das informações ao Poder Legislativo, Receita Federal e demais órgãos Verificação do envio tempestivo das informações ao TCE através do APLIC.	Departamentos em Geral Sistema dos órgãos pertinentes	Controlador Interno	Agosto Dezembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Educação	Verificação da Aplicação do Piso Nacional Verificação do funcionamento do transporte escolar Verificação da atuação dos conselhos	Atas Relatórios	Controlador Interno e servidores do Setor da Educação	Fevereiro Agosto Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema do Controle Interno	Representações externas quando for o caso Alertas e recomendações quando for o caso Verificação da Lei de Acesso a informação e Portal da Transparência Orientação às unidades executoras Confecção de pareceres semestrais , anuais quando for necessário	Todos os documentos e assuntos em geral	Controlador Interno e todos os funcionários das secretarias	Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Merenda Escolar	Verificação da aquisição e distribuição da merenda escolar Verificação d armazenamento dos alimentos	Secretaria de Educação Atas	Controlador Interno e servidores do Setor da Educação	março setembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Administração e Recursos Humanos	Acompanhamento do fluxo de entrada e saída de servidores Acompanhamento de percentuais de gastos com a folha de pagamento de efetivos, comissionados e contratados Verificação de como se encontra os valor consignados em folha de pagamento Verificação da Folha de Pagamento Verificação das Pastas de Servidores Acompanhamento dos envios da GFIP, RAIS , Declaração Anual dos rendimentos pagos e creditados Emissão de Pareceres na adminissão e demissão de pessoal	Folha de Pagamento Concurso e seletivos Processo de Adminissão Departamento de Recursos Humanos	Controlador interno e servidores do setor de administração	fevereiro maio outubro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle Quando necessário for
Sistema de Projetos e	Verificação dos Projetos se estão sendo executados de acordo com o planejado Verificação dos gastos na execução da obra Verificação da vistoria das obras	Secretaria de Infra Estrutura	Controlador Interno e servidores do setor de	Junho Dezembro de	Instruções Normativas

Obras Públicas			obras e infraestrutura	Quando for necessário	emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle Quando necessário for
Sistema de Bem Estar Social	Verificação das atuações dos Conselhos; Verificação da atualização de dados	ü Atas dos Conselhos e Relatórios dos sistemas	Controlador Interno e servidores do setor de Assistência Social	Fevereiro Agosto Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Contabilidade	Informe da LRF Cidadão, RGF e RREO; Verificação do envio tempestivo dos relatórios gerenciais dos Conselhos; Verificação do envio e recebimento tempestivo dos balancetes a Câmara Municipal; Verificação dos balancetes mensais ; Acompanhamento a movimentação da documentação desde o momento do empenho , liquidez e pagamento; Acompanhamento das alterações orçamentárias de 2020; Verificação do arquivamento da documentação dos contabilizados	ü Departamento de Contabilidade e documentação em geral	Controlador Interno Contador E servidores do setor contábil	Março Junho Setembro Dezembro E quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema Financeiro	Acompanhamento do recolhimento do FGTS, PASEP, INSS e RPPS Acompanhamento da liberação de diárias Acompanhamento do repasse do Duodécimo da Câmara Municipal Acompanhamento dos pagamentos Acompanhamento dos adiantamentos de transferência de valores aos credores, pagamentos aos servidores, saldos em contas	ü Departamento de Tesouraria e documentação em geral	Controlador Interno e servidores do Setor Financeiro	Abril Agosto Dezembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Distribuição de Medicamentos	Verificação de aquisição de medicamentos ; Verificação da forma de distribuição dos medicamentos Verificação da organização da Farmácia Central	Espaço físico da farmácia central Licitação Departamento de Compras	Controlador Interno e Servidores do setor da saúde	Fevereiro Junho Novembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Diárias	Verificação de prestação de contas das diárias concedidas a servidores	Processo de empenho, liquidação e relatórios de viagem	Controlador interno e servidores do setor de administração	Janeiro Maio Setembro Quando for necessáro	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema Jurídico	Verificação da execução da dívida ativa Verificação da comissão de sindicância e de processo administrativo contra servidor público que tenha praticado infrações contra as normas	Documentos em geral	Controlador Interno e servidores do Setor Juridico	Março Outubro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle
Sistema de Tributos Sistema De Almoxarifado	Verificação dos lançamentos de IPTU e alvará; Verificação da renuncia ou não da receita Acompanhamento da atualização da planta genérica para índice de IPTU e ITBI I - Verificação se há normas internas sobre procedimentos e rotinas e se o Almoxarifado está bem organizado, limpo e arejado, de forma a oferecer um controle eficiente e um bom ambiente de trabalho; II - Verificar se as funções dos responsáveis pelo Almoxarifado estão claramente definidas, com relação à escrituração, ao recebimento e à expedição de materiais; III - Verificar se os talões de requisição possuem campos que possibilitam o detalhamento e a clareza dos materiais solicitados, visando a um controle eficiente do setor; IV - Verificar se os documentos referentes à movimentação do Almoxarifado são arquivados satisfatoriamente, a fim de possibilitar o seu fácil exame e manuseio, quando necessário; V - Verificar se a escrituração interna do Almoxarifado está atualizada; VI - Verificar se o controle, de entrada, saída e estoque de material no Almoxarifado estão sendo feito sistematicamente	Departamento de Tributos Visita in loco para checagem do bem Documentos em geral	Controlador Interno e servidores do setor de tributos	Março Junho Novembro Quando for necessário	Instruções Normativas emitidas ao sistema Relatório de unidade executora Auditoria in loco e pontos de controle

Barão de Melgaço – MT, 30 de Novembro de 2020

Francisca Alves de Almeida

Analista de Controle Interno

Portaria 112/2019

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 007/2021

CONTRATO 007/2021 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO ESTADO DE MATO GROSSO e a Srª ROSALINA DE BARROS – Portadora do RG 0188509-0 SSP/MT e inscrita no CPF 274.550.841-53.

- OBJETO: LOCAÇÃO DE IMOVEL NO PERIMETRO URBANO PARA INSTALAÇAO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT.

- DO VALOR: O valor global para a execução do presente contrato é de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

- DA VIGENCIA: O prazo de execução do presente contrato é de 06 (seis) meses.

Barão de Melgaço – MT, 15 de março de 2021.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

ROSALINA DE BARROS

CPF 274.550.841-53

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N º 07/2021 - DISPENSA 01/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

CONTRATADO: DURALEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP,inscrita no CNPJ n° 86.952.587/0001-54.

O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃODE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA FORNECIMENTO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DOS SOFTWARES INTEGRADOS PARA GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, OFERECENDO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ALEM DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DOS REFERIDOS SISTEMASDO.**

a) Das Especificações:

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Descrição dos Sistemas	Meses	Valor Mensal R$	Valor Total R$	
01	Sistema integrado para gestão de compras e licitação com módulos de solicitação de compras via navegador de internet	03	3. 770,00	11. 310,00	
02	Sistema integrado para gestão de patrimônio público e material permanente	03	2. 300,00	6. 900,00	
03	Sistema de locação de software para sistema integrado para gestão do almoxarifado/estoque/frotas/web	03	2. 310,00	6. 930,00	
04	Sistema de locação de software para sistema integrado para gestão de RH e folha de pagamento com holerite na web, E-social	03	2. 910,00	8. 730,00	
05	Sistema de locação de software para sistema integrado de gestão de recebimento de documentos internos e externos com emissão de nº de protocolo, com acesso via navegador de internet	03	2. 210,00	6. 630,00	
06	Sistema de locação de software para sistema integrado de gestão de contratos/atos e fatos (gestão de contratos).	03	1. 329,00	3. 987,00	
07	Sistema de locação de software para sistema integrado de gestão tributária web, com portal de serviços ao contribuinte.	03	1. 730,00	5. 190,00	
08	Sistema de locação de software para sistema integrado de gestão das informações de publicações obrigatórias da lei de acesso a informação com módulo web para disponibilizado das informações aos cidadãos via navegador.	03	2. 245,00	6. 735,00	
09	Sistema de. Locação de software para sistema integrado para gestão do planejamento e orçamento pública municipal (PPA/ DO/LOA)	03	1. 500,00	4. 500,00	
10	Sistema de serviço de software para sistemas integrado para gestão da tesouraria	03	3. 537,84	10. 613,52	
11	Sistema de locação de software - sistema integrado pra pré-validação e auditoria das informações de envio ao tribunal de contas	03	1. 097,95	3. 293,85	
TOTAL				74. 819,37	
TOTAL DAS MENSALIDADES R$ 24.939,79 (VINTE E QUATRO MIL, NOVECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)					9. 600,00
VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA R$ 74.819,37 (SETENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E DEZENOVE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS)					

Vigência: O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período a critério da necessidade da administração pública.

Parágrafo Único: Os serviços contratados tiveram início em 05/01/2021 e serão finalizados em 05/04/2021, para não haver interrupção do sistema.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

DURALEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP

Ismael Felício de Toledo

Contratado (a)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02/2021

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no Processo nº 5.677/2021 de 17 de fevereiro de 2021;
Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pelacondução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 097 de 28 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

a) Retificar o **ANEXO 01 - RESULTADO DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS** do EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2021 - Processo Seletivo Simplificado 001/2021, conforme disposto no Anexo I deste edital;

b) Retificar o **ANEXO 02 - LISTA FINAL DAS INSCRIÇÕES VALIDADAS** do EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2021 - Processo Seletivo Simplificado 001/2021, conforme disposto no Anexo II deste edital.

Cáceres-MT, 01 de abril de 2021.

Geni Aparecida de Oliveira Lemes
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

Laurenir Ramos Cebalho Ribeiro
Secretária Municipal de Educação

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

ANEXO I

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

RESULTADO DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

INSCRIÇÃO	NOME	PROTOCOLO / RECURSO	SITUAÇÃO
2136783810	RENILDA RIBEIRO PERES	7.763	INDEFERIDO - CONFORME ÍTENS 3.4 e 3.8 DO EDITAL 001/2021
21419682523	ELVIS SACRAMENTO SILVA	7.783	INDEFERIDO - CONFORME ÍTENS 3.4 e 3.8 DO EDITAL 001/2021
21246080230	LUCAS MATEUS FARIA SILVA	7.850	INDEFERIDO - CONFORME ÍTENS 3.4 e 3.8 DO EDITAL 001/2021
2168083236	MARCILENE TEODORO	7.877	INDEFERIDO - CONFORME ÍTENS 3.4 e 3.8 DO EDITAL 001/2021
21119884236	ROSELIA TERTULIANO DE OLIVEIRA	7.886	INDEFERIDO - CONFORME ÍTENS 3.4 e 3.8 DO EDITAL 001/2021

LEIA-SE:

ANEXO I

RESULTADO DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

INSCRIÇÃO	NOME	PROTOCOLO / RECURSO	SITUAÇÃO
2136783810	RENILDA RIBEIRO PERES	7.763	DEFERIDO
21419682523	ELVIS SACRAMENTO SILVA	7.783	DEFERIDO
21246080230	LUCAS MATEUS FARIA SILVA	7.850	DEFERIDO
2168083236	MARCILENE TEODORO	7.877	DEFERIDO
21119884236	ROSELIA TERTULIANO DE OLIVEIRA	7.886	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

ANEXO II
ONDE SE LÊ:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00277 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ACALONE MENDONÇA AGUIAR	2171483414	08/07/1981	INDEFERIDO
00002	ADALBYANE RIBEIRO LEITE	2168981027	20/04/1992	DEFERIDO
00003	ADAUBIANE KEMILY DE MORAES CAMPOS	21415483255	03/03/1994	DEFERIDO
00004	ADEMILDA DE LIMA MARTINS	21417283408	22/02/1971	DEFERIDO
00005	ADEMILSON SOUZA SANTOS	2119485710	08/12/1976	DEFERIDO
00006	ADEMLSON RANGEL PEREIRA	21460280720	02/08/1987	INDEFERIDO
00007	ADENILZA DE OLIVEIRA CAMPOS	21419281236	17/02/1995	INDEFERIDO
00008	ADEVAIR CEVADA DE MORAES	21222081540	13/02/1977	DEFERIDO
00009	ADRIELE RODRIGUES ASSUNÇÃO ARAGÃO	21406184614	04/08/1998	DEFERIDO
00010	ADRIELY CACIANO SILVA	21419482707	24/07/1997	DEFERIDO
00011	ADRIELY MAELY DA SILVA DIAS	21432380349	12/05/2002	DEFERIDO
00012	AGUINALDO GONÇALVES VASCONCELOS JUNIOR	216182905	15/02/1996	DEFERIDO
00013	ALBERTO DA CONCEICAO RIBEIRO	21376585451	12/06/1995	DEFERIDO
00014	ALCIONE DE SOUZA CORSINO	21420683848	15/02/1989	INDEFERIDO
00015	ALESSANDER ANDERSON ANDRADE GONZAGA	21439380038	03/11/1986	INDEFERIDO
00016	ALESSANDRA TRINDADE ORTIZ	21422280205	21/05/1994	INDEFERIDO
00017	ALESSANDRO BATISTA SANTIAGO	21399583701	14/11/1983	INDEFERIDO
00018	ALEXANDRA OLIVEIRA RAMOS	21427584247	19/11/1993	INDEFERIDO
00019	ALEXANDRE DIAS RIBEIRO	21426582903	11/03/2003	INDEFERIDO
00020	ALEXSANDER DA SILVA CRUZ	21452685934	22/04/1996	DEFERIDO
00021	ALFRANDO SATURNINO DE OLIVEIRA JUNIOR	21176484854	14/02/1995	DEFERIDO
00022	ALINE COSTA GONÇALVES	21423583423	11/05/1996	DEFERIDO
00023	ALINE DA SILVA BRITO	21395581314	29/11/1999	DEFERIDO
00024	ALINE LAURA ORMOND DE CAMPOS	21394284104	06/09/1988	DEFERIDO
00025	ALISSON RAMOS DO NASCIMENTO	21448084650	07/01/1996	DEFERIDO
00026	ALMIR RUMAO DE BARROS	21374682446	12/06/1992	DEFERIDO
00027	ALZIRA DE SOUZA MORAES DIAS	21394780140	11/04/1980	DEFERIDO
00028	AMANDA CRISTINA FERREIRA VITTORAZI	2123480538	08/10/1997	DEFERIDO
00029	AMANDA SILVA DA ROCHA	21414184058	28/05/2001	DEFERIDO
00030	ANA CIRILA SILVA DOS SANTOS	21220582629	18/03/1979	DEFERIDO
00031	ANA CLAUDIA GONÇALVES RAMOS DE SOUZA	21393382200	07/01/2001	DEFERIDO
00032	ANA FLAVIELE CRAMOLICH RODRIGUES	21442785321	22/08/1994	INDEFERIDO
00033	ANA MARIA PINTO DE FARIAS	21356784856	10/05/1981	DEFERIDO
00034	ANA PAULA RAMOS SABALA SANTIAGO	21465084853	13/06/1990	DEFERIDO
00035	ANA PAULA SANTANA	21458182131	20/08/1979	DEFERIDO
00036	ANDERSON MARÇALO RIBEIRO	21388982012	27/02/1999	DEFERIDO
00037	ANDERSON REINER NOGUEIRA DE SOUZA	21457185433	19/01/2000	INDEFERIDO
00038	ANDRE LUIZ CAMPOS DE OLIVEIRA	21241682255	22/09/1977	DEFERIDO
00039	ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE ARAUJO	21413982624	22/09/1993	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 1/199*

00040	ANDRÉA DE OLIVEIRA PIRES	21255782319	20/08/1990	DEFERIDO
00041	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA	21394481350	27/10/1976	INDEFERIDO
00042	ANTONIO AUGUSTO DOS PRAZERES GOMES	21429583843	22/10/1976	DEFERIDO
00043	ANTONIO MARCOS CAVALCANTE	21440284859	13/06/1981	DEFERIDO
00044	APARECIDA CAROLINA FERREIRA SANTIAGO	21448184842	12/10/1991	DEFERIDO
00045	ARLETE ALVES DOS SANTOS BARROS	21227582932	04/12/1976	DEFERIDO
00046	BASIELLE QUEIROZ DA CONCEIÇÃO	21397382738	13/12/1987	INDEFERIDO
00047	BEATRIZ CINTRA NASCIMENTO	21415683921	05/12/1995	DEFERIDO
00048	BRENDA TAMIRES SOUZA DA SILVA	21358581923	23/05/2002	INDEFERIDO
00049	BRENDA THAIS CARDOSO	21431780604	28/02/1995	DEFERIDO
00050	BRUNA DOS SANTOS FRANÇA	21391880532	24/04/1996	INDEFERIDO
00051	CAMILE VITÓRIA OLIVEIRA DA SILVA	21405485929	16/09/2002	INDEFERIDO
00052	CAROLINA DE ARRUDA MACIEL	21390480013	28/09/1986	INDEFERIDO
00053	CAROLINE GOMES CORBELINO MACHADO DA COSTA	21402581646	03/01/1983	DEFERIDO
00054	CÁSSIA CRISTINE DE SOUZA SILVA	21464580026	18/08/1998	DEFERIDO
00055	CILEI PEREIRA CARVALHO	21387983327	27/06/1980	DEFERIDO
00056	CLÁUDIA VIRGINIA DE ANDRADE GONZAGA	21402782055	28/09/1976	DEFERIDO
00057	CLAUDINEI SANTANA SOARES DA SILVA	21463481934	29/11/1998	DEFERIDO
00058	CLEBERSON DA SILVA FERRAZ	21460982551	05/06/1987	DEFERIDO
00059	CLEIDE CURVO LEITE	2114985636	09/11/1980	DEFERIDO
00060	CLEITIANE NUNES DA SILVA	21183881801	23/04/1986	DEFERIDO
00061	CRISMELL MICHELIN GONÇALO	21396983245	20/03/2002	DEFERIDO
00062	CRISTIANE GAIA GALVAO	21451883508	30/11/1984	INDEFERIDO
00063	CRISTIANE SOUSA DE JESUS	21375183724	05/06/1987	DEFERIDO
00064	CRISTINE DA COSTA DINIZ	21122280028	10/06/1993	INDEFERIDO
00065	DAIANE RAMOS OLIVEIRA	21383083149	24/03/1989	INDEFERIDO
00066	DANIEL DE SOUZA SILVA	21415082620	10/09/2002	DEFERIDO
00067	DANIEL JOSE SILVA LACE	21465385952	01/03/1992	INDEFERIDO
00068	DANIELA DE OLIVEIRA	21383580022	28/07/1989	DEFERIDO
00069	DANIELE DOS SANTOS LOPES DA SILVA	21228185158	28/06/1995	INDEFERIDO
00070	DANIELLE DE LIMA GONÇALVES DOS SANTOS	21448783437	27/02/1989	INDEFERIDO
00071	DANIELLE VANESSA DE ANDRADE	21166284624	31/08/1981	DEFERIDO
00072	DARLAN PLASTER DA SILVA	21392085540	09/06/1981	DEFERIDO
00073	DAVID LUAN BORGES PEREIRA	21413384451	24/07/2000	INDEFERIDO
00074	DAYANE DE LIMA GONÇALVES	21410080625	05/11/1991	DEFERIDO
00075	DÉBORA LAÍS DE OLIVEIRA GALEANO	21401182822	14/05/2001	DEFERIDO
00076	DENNER CARLOS DA SILVA ASSIS	21392580905	11/11/1997	INDEFERIDO
00077	EDCARLOS MENDES RODRIGUES	21459384137	20/04/1996	DEFERIDO
00078	EDEMAR ZUSE	21397984435	29/06/1973	DEFERIDO
00079	EDER CORREA FERMIANO	21398680808	15/07/1994	DEFERIDO
00080	EDER HEN DA SILVA	21417685917	11/04/2000	DEFERIDO
00081	ELENIRCE NASCIMENTO DE MORAES LOURO	21381184335	24/01/1972	DEFERIDO
00082	ELIANE DA CRUZ CONCEIÇÃO	21461485820	26/11/1986	DEFERIDO
00083	ELIMAKSON CRIS DA COSTA OLIVEIRA	21329583406	02/04/1993	INDEFERIDO
00084	ELISA TAUÁÇURÊ DA SILVA FERREIRA	21403480724	09/04/1986	INDEFERIDO
00085	ELISETE NERES FERREIRA	21382983222	13/11/1991	INDEFERIDO
00086	ELIZÂNGELA FÁTIMA DE SOUSA	21329380743	28/02/1988	DEFERIDO
00087	ELIZENE PIRES DE PAULA	21180281438	15/07/1984	DEFERIDO
00088	ELLEN CRISTINA MAGALHÃES NACANISHI	21416183228	02/06/1995	DEFERIDO
00089	ELLEN KAROLINE BRASILINA DA SILVA	21437380457	19/06/1997	DEFERIDO
00090	EMERSON ALVES DE ALMEIDA	21215181348	27/10/1994	DEFERIDO
00091	ENEDIR CALINA DA SILVA RIBEIRO	21130782042	04/11/1961	DEFERIDO
00092	ENIVALDO DE SOUZA RIBEIRO	21256183519	07/06/1986	INDEFERIDO

00093	ERICA BEATRIZ OLIVEIRA	21447880228	17/03/1995	INDEFERIDO
00094	ERICA DAYENE RAMOS LARA RODRIGUES	21460781006	21/03/2003	INDEFERIDO
00095	ERICK ALVES DA SILVA	21309080739	20/08/1995	INDEFERIDO
00096	ERIKA BRUNA MENDES FREITAS	21103685958	28/10/1992	DEFERIDO
00097	EROTIDES KATERINE COSTA REGIS DE OLIVEIRA	21392881538	22/01/1998	DEFERIDO
00098	EVAIR DA SILVA TAPANACHE	21446780920	07/11/1992	INDEFERIDO
00099	EVELYN VITÓRIA PARENTE AIRES	21433482457	06/03/2000	DEFERIDO
00100	FABIANA DE JESUS DELUQUE	21388381036	17/01/2001	INDEFERIDO
00101	FABRICIA ANTUNES BARRETO	21388080509	05/11/1977	DEFERIDO
00102	FABRÍCIO CARVALHO DE JESUS	21413680447	07/10/1992	DEFERIDO
00103	FELIPPE GRAZIANO PAIVA CIRALLI	21459283805	22/02/1997	DEFERIDO
00104	FERNANDA CRISTINA DE CARVALHO	21389981911	21/03/1988	DEFERIDO
00105	FERNANDO LUIS DALLA COSTA	21388481000	16/06/1977	INDEFERIDO
00106	FLÁVIA FERNANDA SATÉLITE SILVA ROCHA	21399483159	30/06/1994	DEFERIDO
00107	FLAVIANE ANDREA PORQUERIO DA CRUZ	21413081007	08/03/1984	DEFERIDO
00108	FLAVIO BRASILINO DE CAMPOS	2114081737	11/02/1980	INDEFERIDO
00109	FRANCISCO MACHADO DA COSTA NETO	21403184240	16/11/1982	DEFERIDO
00110	GABRIELE RIBEIRO DO ESPIRITO SANTO	21377883718	09/09/1999	DEFERIDO
00111	GABRIELI CARDOSO SANTANA	21395782346	28/09/1998	INDEFERIDO
00112	GABRIELLY SOUZA FARIA DE JESUS	21405383018	17/03/2003	DEFERIDO
00113	GABRIELLY VITORI SILVEIRA SANTOS	21449781236	23/03/2003	DEFERIDO
00114	GELIANE ROSE OLIVEIRA MENDES	21385582201	21/07/1982	DEFERIDO
00115	GEOVANE JAIVONES	21129782614	15/03/1989	DEFERIDO
00116	GILMAR MARTINS DE SOUZA.	21421083210	07/02/1972	INDEFERIDO
00117	GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	21422982158	22/02/1975	DEFERIDO
00118	GLEICE KELLY DE SOUZA LEITE	21383984828	03/12/2002	DEFERIDO
00119	GLESCIELI RODRIGUES DE PAULA	21202382453	07/08/1987	INDEFERIDO
00120	GRACINAIRA DHEYZZYNAIRA MOAMA MORAES FERREIRA	21451983951	03/08/1988	DEFERIDO
00121	GRAZIELLE DE OLIVEIRA VIEIRA	21386483924	19/01/1993	INDEFERIDO
00122	GUILHERME LEITE RIBEIRO	21309183017	06/04/1983	INDEFERIDO
00123	HELEN KARLA OLIVEIRA DALLORTO	21407285835	26/01/1999	INDEFERIDO
00124	HELLEN RENATA DA SILVA SOUZA	21239281309	12/09/1995	DEFERIDO
00125	HELOISA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	21425582704	25/08/1986	INDEFERIDO
00126	HIGOR LOPES ANDRADE	21462181758	20/08/1999	DEFERIDO
00127	IANETE MENEZES RODRIGUES	21277985729	30/09/1977	INDEFERIDO
00128	IGHOR RAPHAEL GONÇALVES CAMPOS SILVA	21378482940	20/10/1982	INDEFERIDO
00129	INGRID GABRIELLY JESUS DO PRADO	21463883837	09/11/2000	DEFERIDO
00130	IONE MARIA DE FIGUEIREDO DE SOUZA	21389383249	11/08/1995	DEFERIDO
00131	ISABELLE CASTRILLON GARCIA DE FRANÇA	21428784932	13/10/2000	INDEFERIDO
00132	ISAMARA SEIDHT DA MOTA SILVA	21381480801	10/09/1994	DEFERIDO
00133	ISLEIDE DE ALMEIDA OLIVEIRA	21393984356	03/05/1997	DEFERIDO
00134	ITALO ROBSON DA SILVA CRUZ	21436285725	17/07/1997	DEFERIDO
00135	IVALDO OLANDA	2163581359	21/08/1980	DEFERIDO
00136	IZABEL CRISTINA DE ABREU	21382180646	12/05/1984	DEFERIDO
00137	IZAIAS MELO DA SILVA	21325582147	15/12/1984	DEFERIDO
00138	IZAQUE DA SILVA SINES	21384980451	10/02/1996	INDEFERIDO
00139	JACIRA JUSTINA DE MORAES	21374585937	16/09/1981	INDEFERIDO
00140	JANAINA DA SILVA RAMOS	21439580602	27/05/1991	DEFERIDO
00141	JANE LEA SOARES	21379280358	05/04/1978	DEFERIDO
00142	JANE VIELMA DE SOUSA	21393883612	27/10/1992	INDEFERIDO
00143	JÂNIA MARIA GOMES DA SILVA	2138182416	20/09/1973	DEFERIDO
00144	JAQUELINE DO CARMO MARQUES NASCIMENTO	2144483010	07/09/1982	INDEFERIDO
00145	JAQUELINE CHAVES DA SILVA	21401082408	14/06/1999	INDEFERIDO

00146	JAQUELINE MARIA RAMOS	21452883451	10/05/2000	DEFERIDO
00147	JAQUELINE PEREIRA FERRAZ DA SILVA	21390580033	03/01/1997	INDEFERIDO
00148	JAQUELINE SANDRA CALDERON HEREDIA	21410180944	29/10/1990	INDEFERIDO
00149	JEAN LUCAS SILVA MAGALHAES	21458282519	03/03/1995	DEFERIDO
00150	JEFFERSON DAVID DE LUNA SANTOS	21419581833	11/01/1996	DEFERIDO
00151	JESÃ PEREIRA KREITLOW	21386783812	30/01/1988	DEFERIDO
00152	JÉSSICA MARIA DA SILVA DIAS	211482650	04/01/1993	DEFERIDO
00153	JOÃO GABRIEL ALVARES GIL	21455283343	12/02/2001	DEFERIDO
00154	JOELMA DA SILVA MOTA	21457482959	12/08/1988	DEFERIDO
00155	JOHHNY GABRIEL GALVAO COIMBRA	21452484828	30/07/2002	INDEFERIDO
00156	JONADARK MIGUEL DE OLIVEIRA	21404485122	29/08/1990	INDEFERIDO
00157	JONES FELIPE DELUQUI OLIVEIRA SANTOS	21420080226	01/04/1997	DEFERIDO
00158	JOSE ANTONIO SILVA PEREIRA	21152082645	19/03/1989	DEFERIDO
00159	JOSÉ BARBOSA DO NASCIMENTO	21421384413	05/02/1968	INDEFERIDO
00160	JOSE LUIZ DE ALMEIDA	21438482234	12/03/1968	DEFERIDO
00161	JOZELENE CLARA DA CHAGAS OLIVEIRA	21463984302	30/05/1980	DEFERIDO
00162	JUCILENE PEREIRA BATISTA	21409481340	08/06/1983	DEFERIDO
00163	JÚLIA FERNANDA NUNES DE SOUZA	21430083459	21/10/2002	DEFERIDO
00164	JULIANE CRISTINE ARAÚJO SILVA	21403580754	08/01/1992	INDEFERIDO
00165	JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	21432983149	07/09/1984	DEFERIDO
00166	JULIENE LEMES DA SILVA	21112580114	14/04/1984	DEFERIDO
00167	JULIETE DOS SANTOS MORAES	21393181628	22/11/1990	DEFERIDO
00168	JULIO CESAR FALCHIONE MOREIRA	21407785013	20/04/1976	INDEFERIDO
00169	KAREN ESTER DA SILVA MARTINS	21453581658	15/07/1995	INDEFERIDO
00170	KAREN LUCY SILVA DE OLIVEIRA	21422384903	26/05/1999	INDEFERIDO
00171	KARIELE GONÇALVES RAMOS	21386685638	10/09/2000	INDEFERIDO
00172	KARINA CEBALHO SIQUEIRA	21428581935	25/06/1995	DEFERIDO
00173	KARINA CRUZ DA SILVA	21138084353	13/05/1996	DEFERIDO
00174	KARINE PEREIRA DE PAULA	21432284803	02/12/1993	DEFERIDO
00175	KARINE RAIZA MASSAVI FERREIRA	21391381215	04/02/1995	DEFERIDO
00176	KARLA ELIZANDRA CORREA DA COSTA	21413881956	19/07/1994	INDEFERIDO
00177	KAROLINE FERNANDA RAMOS	21430285239	25/04/1995	DEFERIDO
00178	KLÉBER MONIZ NASCIMENTO	21395681626	18/06/1986	INDEFERIDO
00179	LARISSA RONDON DE CARVALHO	21393682518	19/04/1994	DEFERIDO
00180	LAVINIA DORNELES DE LIMA SANTOS	21414883118	04/01/2002	INDEFERIDO
00181	LEIA DA SILVA FERNANDES	21418882334	31/08/1985	DEFERIDO
00182	LEIDIANE DE CARVALHO GONÇALVES	21414084006	12/10/1988	DEFERIDO
00183	LETICIA OLIVEIRA DE SOUZA FERREIRA	21405684053	31/05/1988	DEFERIDO
00184	LIDIA LIMA DE OLIVEIRA	21345783850	24/01/1987	DEFERIDO
00185	LIUDEMAR DE LARA SANTOS	21418785329	03/06/1984	DEFERIDO
00186	LOILSON RODRIGUES DA SILVA	21390982416	06/03/1976	INDEFERIDO
00187	LUCAS EDUARDO NEVES QUEIROZ	21455580528	11/10/1999	DEFERIDO
00188	LUCAS GABRIEL RIBEIRO FARIAS	21453185328	23/06/2001	DEFERIDO
00189	LUCIANA COLLETTE AMORIM	21380182320	02/08/1982	INDEFERIDO
00190	LUCIANA DO CARMO TORRES	21398082118	06/12/1990	DEFERIDO
00191	LUCIANO SANTOS ALVES	21392781222	25/11/1997	DEFERIDO
00192	LUCILENE DA SILVA LEAL	21127680034	06/09/1971	INDEFERIDO
00193	LUCINEIA DE JESUS	21461284344	30/04/1976	DEFERIDO
00194	LUCINETH CARDOZO DE OLIVEIRA	21423681431	09/01/1990	DEFERIDO
00195	MADSON FREIRE MENDONCA	2199784958	07/11/1983	DEFERIDO
00196	MAITÊ LARISSA GONÇALVES BATISTA	21450783832	14/06/2000	DEFERIDO
00197	MARCELA DE ALMEIDA SILVA RIBEIRO	2133683448	28/05/1987	DEFERIDO
00198	MÁRCIA PEREIRA DA SILVA	21427282329	13/04/1967	DEFERIDO

00199	MARCILENE TAVARES MARTINS	2128685444	18/12/1972	INDEFERIDO
00200	MARCUS VINICIUS DA SILVA	21372982138	08/11/1996	INDEFERIDO
00201	MARGARET DORNELAS DA SILVA	21417585027	14/12/1964	DEFERIDO
00202	MARIA APARECIDA DA SILVA	21426280250	01/05/1987	DEFERIDO
00203	MARIA AUXILIADORA RAMOS LEITE	21104082823	06/09/1979	DEFERIDO
00204	MARIA EDUARDA OLIVEIRA SILVA	21425684623	22/05/2001	INDEFERIDO
00205	MARIANA BOTELHO SOUZA	2162183406	31/10/1995	DEFERIDO
00206	MARIANA EVELLIN DA SILVA CUNHA	21414684025	27/01/1996	INDEFERIDO
00207	MARINA DA SILVA KIRNEW	21170985920	11/09/1991	DEFERIDO
00208	MARIS AUGUSTO SILVA RABELO	21423983303	15/04/1987	INDEFERIDO
00209	MARIUZA APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS	2121585517	20/09/1974	DEFERIDO
00210	MARLENE MENDES DE OLIVEIRA HOLANDA	2112181029	22/08/1978	INDEFERIDO
00211	MATEUS PEREIRA DOS SANTOS	21395481651	30/05/2002	DEFERIDO
00212	MATHEUS AMORIM QUEIROZ	21438382239	17/01/1999	INDEFERIDO
00213	MATHEUS VINICIUS RIBEIRO SALES	2110984126	24/01/1999	DEFERIDO
00214	MAYSA LUZIA PERES	2184481658	05/06/1994	INDEFERIDO
00215	MIKAEL MONTEIRO SANTOS	21379980120	05/07/1998	DEFERIDO
00216	MILEIDE DOURADOS SOUZA LEITE	21198582945	18/10/1989	DEFERIDO
00217	NATALIA DA SILVA	21406782958	27/03/1999	DEFERIDO
00218	NATALY DRIELY MIRANDA LARA	21384681302	13/01/2000	DEFERIDO
00219	NEI SOARES DE BARROS	21412185943	24/03/1970	INDEFERIDO
00220	NILTON CARLOS RODRIGUES DA SILVA	21192382521	19/10/1992	DEFERIDO
00221	NISLEYNE RIBEIRO PINHEIRO	21382380930	15/10/1991	INDEFERIDO
00222	NIVEA CONCEIÇÃO DA SILVA SENABIO	21261480618	06/12/2018	INDEFERIDO
00223	PATRICIA SILVA DE ALMEIDA	21444784534	10/01/1994	DEFERIDO
00224	PAULA CAROLINA DE ARRUDA E SILVA	21426381453	12/02/1996	DEFERIDO
00225	PAULA LUANA DA SILVA TEIXEIRA MARINI	21401885856	02/09/1986	DEFERIDO
00226	PAULO SERGIO DA SILVA	21417082725	20/05/1986	INDEFERIDO
00227	PEDRO BENTO DE SOUZA JUNIOR	2183585554	17/10/1993	INDEFERIDO
00228	POLIANA DANTAS ALBUQUERQUE	21418984238	24/03/1986	INDEFERIDO
00229	RAFAEL HURTADO GARCIA	21181485906	05/12/1997	DEFERIDO
00230	RAFAEL NEVES RODRIGUES	21387284753	20/02/1991	INDEFERIDO
00231	RAFAELA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	21399883857	14/03/2001	INDEFERIDO
00232	RAFAELA MONTEIRO DE SOUZA LEITE	2196283230	26/05/1998	DEFERIDO
00233	RANIELE JENIFFER RIBEIRO MARQUES	21438984823	17/05/2002	DEFERIDO
00234	RAYANE DAS NEVES SILVA	21411681102	02/01/1995	DEFERIDO
00235	RAYANE FREITAS ALVES DE JESUS	21404582322	02/05/1996	DEFERIDO
00236	RAYANI ANDRESSA DA CRUZ OLIVEIRA	21259885050	30/05/1995	DEFERIDO
00237	RAYANNE CRISLEY DE SOUSA PEREIRA	21386383746	10/02/1992	INDEFERIDO
00238	REBERT DE SOUZA RIBEIRO	21410281249	22/05/1996	DEFERIDO
00239	REGIANE ALVES DE SOUZA	21250082840	13/09/1986	DEFERIDO
00240	RENATO LUÍS MAXIMIANO	2124881223	02/05/1992	DEFERIDO
00241	RHANNA GABRIELLE FRANCA	21396583634	04/09/1999	DEFERIDO
00242	RITA DE CASSIA ALMEIDA MARTINS	21300685051	18/10/1988	DEFERIDO
00243	ROGÉRIO ANTONIO DA SILVA	21413585313	21/08/1996	DEFERIDO
00244	ROGERIO MENDES GONÇALVES	21240080145	20/08/1978	DEFERIDO
00245	RONIEL DESTEFANI ALVES MIRANDA	21236082037	07/02/2001	DEFERIDO
00246	ROSINEIDE DA GLÓRIA DE PAULA	21438682356	16/08/1989	DEFERIDO
00247	RUAN FELIPPE PIRES DA SILVA	21392185544	12/09/1996	DEFERIDO
00248	RUDNEI REINALDO RIBEIRO	21409282905	22/04/1993	DEFERIDO
00249	SAMARIA GARCIA GOMES	21378885457	20/10/1996	DEFERIDO
00250	SANDRIELE SANTIAGO ALVES DE SOUZA	21403283932	05/09/1996	INDEFERIDO
00251	SANDY CAROLINE LOPES TEIXEIRA DA SILVA	21380080142	27/02/1993	INDEFERIDO

00252	SARA HELLEN DINIZ DO ESPIRITO SANTO	21450981946	01/03/1994	DEFERIDO
00253	SILVIO ANTONIO DINIZ DO ESPIRITO SANTO	21400184800	13/02/1995	INDEFERIDO
00254	STEFENI MIKELLI DE OLIVEIRA BARBOSA	21448885940	19/07/1995	DEFERIDO
00255	STEFFANNY KATIUSCY GONZAGA SILVA	21394882907	14/09/1988	INDEFERIDO
00256	SUELLEN REGINA DA SILVA	21452580343	07/08/1987	DEFERIDO
00257	TATINE PENARIOL DE ROSATO	21456482150	27/04/1981	INDEFERIDO
00258	THAIS DE OLIVEIRA GALEANO	2150480123	22/01/1992	DEFERIDO
00259	THOMAS TAYLOR RIBEIRO DE BARROS	21415181852	24/11/1999	INDEFERIDO
00260	TUAYNE CRISTINE E SILVA	21392380645	31/08/1990	INDEFERIDO
00261	VALTER DA SILVA JUNIOR	21389482154	16/09/2000	DEFERIDO
00262	VANDERSON DE OLIVEIRA FERNANDES	21458982320	07/06/1999	DEFERIDO
00263	VANESSA JULIANA PORTE DA SILVA	21377481031	08/09/1997	INDEFERIDO
00264	VICTOR EDUARDO SOARES LOBO SANTOS	21406682513	18/12/1999	DEFERIDO
00265	VICTOR HUGO ALVES DA SILVA	21403083644	22/06/1998	DEFERIDO
00266	VIVIAN CRISTINA SERAFIM DE BARROS	21406485527	21/01/1981	INDEFERIDO
00267	VIVIANY DA SILVA BRUGNHAGO	21431880937	14/07/1989	DEFERIDO
00268	WAGNER DE OLIVEIRA SILVA	21418181510	11/03/1988	DEFERIDO
00269	WAGNER LEITE PEDROSO	21232184422	11/02/1986	DEFERIDO
00270	WANER LEOBEN SANTIAGO FERREIRA DOS SANTOS	21385285752	04/05/1984	DEFERIDO
00271	WASHINGTON LUIS RAMOS GONÇALVES	21459680417	08/01/1999	DEFERIDO
00272	WELLITON FERNANDES RAMOS	2196081502	30/09/1987	DEFERIDO
00273	WILLIAM DE FREITAS	21173780014	13/02/1990	DEFERIDO
00274	WILSON CARMINDO BRAGA	21383284552	06/05/1983	DEFERIDO
00275	WUELISON CONCEIÇÃO SOARES	21410483915	15/12/1999	INDEFERIDO
00276	YASMIN PASSBERG	21390085156	28/10/1998	INDEFERIDO
00277	YENAN GUARIM DE FRANÇA	21385483654	23/02/1999	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

00017 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALEXSANDER LEONEL DE ARAUJO	21376882655	22/10/1999	INDEFERIDO
00002	ANA CRISTINA SILVA PEREIRA	21419180733	04/12/1997	DEFERIDO
00003	BRUNA NETTO LUDGERIO	21387184629	13/12/1993	INDEFERIDO
00004	CAMILA BARBOSA DA SILVA	2143983846	02/05/1993	INDEFERIDO
00005	DOUGLAS FELIPE RONDINI	21379183352	27/03/1998	INDEFERIDO
00006	EDEILDES RIBEIRO DA SILVA	21456181041	30/04/1975	INDEFERIDO
00007	KEROLAINE LEONEL DOS SANTOS PASTOR	21381885907	05/06/1992	INDEFERIDO
00008	KEZIA VAZ DOS SANTOS CANDIDO	21373183609	23/05/1985	INDEFERIDO
00009	LUIZ GILBERTO JACOB DOS PASSOS	21390380209	04/02/1992	INDEFERIDO
00010	MARCELO MACIEL DA SILVA	21376284601	20/05/2002	DEFERIDO
00011	MARIA DO CARMO NASCIMENTO SILVA	21400480341	16/06/1980	INDEFERIDO
00012	PEDRO LUCAS NUNES DE SOUZA	21399983858	02/09/2001	DEFERIDO
00013	RÂMELA LANA COSTA	21456583128	19/04/2000	DEFERIDO
00014	SILENE GONÇALVES DA SILVA	21407384609	01/03/1983	INDEFERIDO
00015	VITOR EDUARDO DA SILVA PEREIRA PINTO	21412285826	12/01/2003	INDEFERIDO
00016	WELLINGTON CAETANO DE CAMPOS	21384185028	01/05/1989	INDEFERIDO
00017	YAN LUCAS SANTOS SATURNINO	21443185908	03/04/2001	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

00285 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADEMIR LACERDA DA SILVA CAMPOS	21424080409	15/05/1977	INDEFERIDO
00002	ADRIANA LEITE RIBEIRO OLIVEIRA	21454381750	02/10/1989	DEFERIDO
00003	ADRIANE VIVIAN	21438281118	30/08/1978	INDEFERIDO
00004	AJUCINEIA GONÇALVES RAMOS DE SOUZA	21233185720	30/11/1970	DEFERIDO
00005	ALESKA LEITE LEONARDI	21412384120	04/05/2000	DEFERIDO
00006	ALESSANDRA APARECIDA BASTO DA SILVA	21111480654	26/11/1992	DEFERIDO
00007	ALESSANDRA DA SILVA SOUZA TORRES	21421585042	15/06/1985	DEFERIDO
00008	ALESSANDRA FAVA ROQUE	2175981138	16/09/1983	DEFERIDO
00009	ALEXANDRA DE AVILA JARDIM	21109381717	04/02/2000	DEFERIDO
00010	ALEXANDRA SANTOS SOUZA	21426785000	21/11/1983	DEFERIDO
00011	ALEXANDRE FERNANDES VELOSO	21443483343	23/11/1998	DEFERIDO
00012	ALINE DA SILVA CORREA	21450483438	20/06/1997	DEFERIDO
00013	ALINE ELIANE DA SILVA	21227880952	09/12/1990	DEFERIDO
00014	AMANDA GONÇALVES BEZERRA	21422881935	06/11/2001	DEFERIDO
00015	AMANDA MELO ALVARENGA	21440180312	01/01/1995	DEFERIDO
00016	AMANDA RODRIGUES LEITE	21451682651	01/05/1996	INDEFERIDO
00017	ANA ADOLFINA AIRES DAS NEVES CRUZ	21353081408	06/09/1968	DEFERIDO
00018	ANA LAURA MENDES DE SOUZA	21167484725	19/10/1973	DEFERIDO
00019	ANA LUCIA DE OLIVEIRA GOMES	21428482703	19/04/1976	DEFERIDO
00020	ANA LUCIA FERREIRA BERGAMO	2121980505	23/05/1983	DEFERIDO
00021	ANA TEREZA DA SILVA RODRIGUES	21129685531	17/04/1978	DEFERIDO
00022	ANA VANESSA CAXITO BRAGA	21440480119	13/07/1981	DEFERIDO
00023	ANÁDIA MARIA DA SILVA	21137184019	20/03/1978	DEFERIDO
00024	ANAYRA CORREA DE FRANÇA	21251983827	12/09/1994	DEFERIDO
00025	ANDERSON CALIXTO DE OLIVEIRA	21464783206	21/04/1983	INDEFERIDO
00026	ANDREIA MARIA DE OLIVEIRA	21126081746	13/04/1975	DEFERIDO
00027	ANDRESSA DA SILVA PINHEIRO	21449985450	31/05/1993	INDEFERIDO
00028	ANDREZA NICOLE DE MORAIS	21313780320	04/06/1996	DEFERIDO
00029	ANISETE DE SOUZA RIBEIRO	21444681557	03/10/1983	DEFERIDO
00030	ANNE CAROLINE RODRIGUES CAMPOS	2168283242	03/04/1989	DEFERIDO
00031	ANTONIA ESPIRITO SANTO DE QUEIROZ	21113881434	10/06/1962	DEFERIDO
00032	ANTONIA LUCIENE DOS SANTOS	21442484951	13/06/1967	DEFERIDO
00033	ANTONIELA MARIA FARDIM	2136985740	01/01/1985	DEFERIDO
00034	APARECIDA FERREIRA	21112285745	06/10/1969	DEFERIDO
00035	APARECIDA TERTULIANO DE OLIVEIRA	2181983511	12/10/1990	DEFERIDO
00036	ARANTXA SANCHES SOARES ANTONIO	21445182227	27/07/1994	INDEFERIDO
00037	AUDIRA BARROS LOPES	2165785943	01/05/1966	DEFERIDO
00038	BÁRBARA CRISTINA DOS SANTOS VIANA	21445882547	30/09/1997	DEFERIDO
00039	BIANCA DA SILVA ORTIZ	21168381905	28/05/1992	DEFERIDO

00040	BRUNA MASSAI CAETANO	2192583815	24/10/1999	DEFERIDO
00041	BRUNA NADINE COUTO MIRANDA	21408181822	29/12/1991	INDEFERIDO
00042	CARLA RAISSA DA SILVA RODRIGUES	21401681302	02/03/1996	INDEFERIDO
00043	CARLOS DE CARVALHO COSTA	21401583548	12/06/1975	INDEFERIDO
00044	CARMEM SILVA DE ARRUDA FARIAS	21375282131	15/12/1968	INDEFERIDO
00045	CAROLAINE DE PAULA AMARAL	21420184552	15/09/1999	DEFERIDO
00046	CASSIA MARTINS DE SOUZA PEREIRA	21455384836	02/04/1992	DEFERIDO
00047	CÁTIA CILENE RIBEIRO DA SILVA	21256582421	21/06/1971	DEFERIDO
00048	CLAUDIA GOMES DE ALMEIDA	21368182157	13/11/1969	DEFERIDO
00049	CLEIDIANE CRISTINA DA SILVA	211883638	24/08/1989	DEFERIDO
00050	CREITIANE CATARINA DE SOUZA MONTEIRO	2174480940	07/07/1990	DEFERIDO
00051	CRISLENE RAQUEL COSTA DE MOURA	21436983535	07/06/1989	DEFERIDO
00052	CRISTHOFFER FELIPE PRADO CAMPOS	21433182006	15/11/2000	DEFERIDO
00053	CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA	212183353	29/04/1987	DEFERIDO
00054	CRISTIANE DE MIRANDA SILVA	21118380115	20/04/1985	DEFERIDO
00055	CRISTIANE JORRA POQUIVIQUI	21178485802	11/04/1985	DEFERIDO
00056	DAELLES BISSOLI AGUIAR	21415984643	13/10/1987	INDEFERIDO
00057	DAIANA CUIABANO RIBEIRO	21405085952	04/03/1988	INDEFERIDO
00058	DAIANE LETICIA DA SILVA ALVES	21421782850	24/06/1991	DEFERIDO
00059	DAIANY CAROLINE RAMOS LEITE	21423484931	25/03/1992	DEFERIDO
00060	DANIELA FERNANDA DOS SANTOS ALMEIDA	21173884110	13/03/1992	DEFERIDO
00061	DANIELE DA COSTA MEDEIROS	2196883300	30/06/1988	DEFERIDO
00062	DANIELE PEREIRA DE ARRUDA	21460581718	15/05/1991	DEFERIDO
00063	DANILLA APARECIDA DE SOUZA SILVA	21445684840	26/04/1988	DEFERIDO
00064	DARLENE FLORIANO DE OLIVEIRA	2188183855	27/11/1990	DEFERIDO
00065	DEBORA CRISTINA ACACIO DO NASCIMENTO	21414481804	12/08/1997	DEFERIDO
00066	DÉBORA LORRANE CAROLINE ALMEIDA	21196381026	03/08/1994	DEFERIDO
00067	EDNALVA DE SOUZA BENEVIDES	21439485626	20/01/1974	DEFERIDO
00068	ELAINE MARQUES DE ARAUJO	21428983914	13/08/1995	DEFERIDO
00069	ELAINE RAMOS CABRERA	21155182419	09/09/1987	DEFERIDO
00070	ELAYNE FABIANA MONTEIRO RODRIGUES	21139981316	31/12/1987	DEFERIDO
00071	ELENIR CRISTIANE CORREA	212385158	10/03/1972	DEFERIDO
00072	ELIANE CRISTINE BOAVENTURA SILVA	21142981936	07/12/1986	DEFERIDO
00073	ELIANE DE OLIVEIRA CAETANO	21435985241	03/12/1980	DEFERIDO
00074	ELIANE RAMOS CORDEIRO LARA	21461383750	02/04/1987	INDEFERIDO
00075	ELIENE ROCHA PEREIRA	2146480140	17/04/1976	DEFERIDO
00076	ELIENI LEITE DA SILVA	21141880414	17/08/1980	DEFERIDO
00077	ELIMARCIA DE JESUS	21202785913	28/07/1983	INDEFERIDO
00078	ELINE DE SOUZA ANDRADE	21248185329	16/01/1992	DEFERIDO
00079	ELINETE DA SILVA OLIVEIRA	21429681430	17/06/1985	DEFERIDO
00080	ELISANGELA OURIVES DE OLIVEIRA	2149684758	22/09/1977	DEFERIDO
00081	ELIZABETH DE MORAES	21242885814	03/07/1974	DEFERIDO
00082	ELZA ROCHA SILVA	21415784443	23/06/1974	INDEFERIDO
00083	EMANUELLY DE OLIVEIRA CARDOSO	21396481807	15/04/2000	DEFERIDO
00084	ENEDINA RAMOS SANTOS	2171085740	11/03/1990	INDEFERIDO
00085	ENEELY CAMPOS DE ARRUDA PEDROSO	21456284245	05/12/1986	DEFERIDO
00086	ESTER APARECIDA VARJÃO	21441080641	06/09/1989	DEFERIDO
00087	EUGENIA MARIA DA CRUZ PRIMO DOS SANTOS	21424180959	20/12/1981	INDEFERIDO
00088	EVANIL SALES DE CARVALHO	21135584520	08/11/1973	INDEFERIDO
00089	FABIANE ERICA SOUZA NUNES FONSECA	21388882411	28/12/1990	INDEFERIDO
00090	FATIMA APARECIDA TEODORO DA SILVA	213880715	24/07/1992	DEFERIDO
00091	FÁTIMA APARECIDA VAZ DE MORAIS	21166983905	13/03/1970	DEFERIDO
00092	FATIMA LAUREANA DA SILVA SENABIO	21157381448	14/05/1987	DEFERIDO

00093	FERNANDA DELUQUI TACEO GAMARRA	21395181709	15/11/1997	INDEFERIDO
00094	FLAVIA DOS SANTOS NASCIMENTO	21192083027	23/02/1990	DEFERIDO
00095	FRANCIANE APARECIDA DA ROSA	2168680257	15/03/1985	DEFERIDO
00096	FRANCIELE CORREA DE FREITAS SILVA DUARTE	21124185243	07/07/1993	DEFERIDO
00097	FRANCIELE CRISTINA DA ROSA	21444185524	29/03/1988	DEFERIDO
00098	FRANCYELLE FERRAREZZI DE OLIVEIRA	21407682000	02/01/1994	DEFERIDO
00099	GABRIELA OLIVEIRA DOS REIS	21132882307	18/04/1995	INDEFERIDO
00100	GEISELEN LUZIA DA SILVA	21446383101	20/05/1992	DEFERIDO
00101	GEOVANA BARBOSA BEJARANO	2121383346	10/08/1987	DEFERIDO
00102	GESAINNE THÁSSIA RIBEIRO DE JESUS	21252783143	22/07/1992	DEFERIDO
00103	GÉSSICA PEREIRA PINTO	2142081510	14/06/1990	INDEFERIDO
00104	GILCINÉIA FERREIRA MENDES	21430582219	23/12/1977	INDEFERIDO
00105	GIOVANA MARTINS DA SILVA	21412681833	18/04/1991	INDEFERIDO
00106	GIRLANE CEZARIO CORREA	2174183936	07/06/1986	DEFERIDO
00107	GISLAINE DO NASCIMENTO MENACHO	21291280920	03/05/1990	DEFERIDO
00108	GLAUCIA DE OLIVEIRA MATTOS	21411083608	25/10/1983	INDEFERIDO
00109	GLAUCIANE DA SILVA CUIABANO	21434782037	11/07/1986	INDEFERIDO
00110	GLAUCILENE SILVA FERREIRA	21453084054	13/09/1980	DEFERIDO
00111	GONÇALINA CONCEIÇÃO FERREIRA NASCIMENTO	21386083538	13/01/1975	INDEFERIDO
00112	GRACIELE CONCEIÇÃO DOS ANJOS	21408383713	29/05/1989	INDEFERIDO
00113	GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI	2140385534	23/08/1983	DEFERIDO
00114	GREICE FERNANDA GARCIA	216284808	03/09/1989	DEFERIDO
00115	HELEM CEBALHO FERREIRA DA SILVA	21149683920	11/06/1980	DEFERIDO
00116	ISLA FERREIRA BARBOSA	2176883751	16/09/1995	DEFERIDO
00117	ITANIELI SOUZA VIANA RIBEIRO	21409985637	22/03/1995	INDEFERIDO
00118	IZALTINA DA SILVA SOBRAL	21402983826	24/12/1971	DEFERIDO
00119	JACKELINE BALESTRIN DUTRA	21464982457	09/10/1998	DEFERIDO
00120	JAILTON ÁRES DE SOUZA	21391783818	07/03/1994	INDEFERIDO
00121	JANAINA OLIVEIRA DOS SANTOS	2146981642	24/12/1983	INDEFERIDO
00122	JANAINE DE OLIVEIRA BARBOSA	21384383251	14/09/1996	DEFERIDO
00123	JAQUELINE DE ARRUDA PINHEIRO	21133184110	20/08/1984	DEFERIDO
00124	JAQUELINE MARIELI SILVA FERNANDES	21241884838	24/11/1999	DEFERIDO
00125	JEANE DE SOUZA GOMES	21428182401	18/08/1972	INDEFERIDO
00126	JÉSICA CRISTIANE FIGUEIREDO DOS SANTOS	21394985945	11/10/1986	INDEFERIDO
00127	JÉSSICA BOAVENTURA DE MATOS	21179282428	18/02/1995	DEFERIDO
00128	JESSICA LUZIA DA SILVA LEAL	21398181955	13/12/1991	DEFERIDO
00129	JOÃO GUILHERME ALVARES GIL	21464380202	24/12/1998	DEFERIDO
00130	JOCILENE DA COSTA DE SOUZA	21137380055	02/01/1980	DEFERIDO
00131	JOELMA DE CÁSSIA VERA PEREIRA	21396784310	24/12/1978	INDEFERIDO
00132	JOSIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21126483006	01/02/1979	DEFERIDO
00133	JOSIANE DA SILVA DANTAS	21376981354	07/12/1983	DEFERIDO
00134	JOSIANE SURUBI DA SILVA	21181784312	09/05/1989	DEFERIDO
00135	JOSILAINE ARAÚJO DA SILVA	21393780046	28/01/1986	INDEFERIDO
00136	JOYCE CRUZ DE MORAES	21266380429	02/11/1995	DEFERIDO
00137	JUCILENE NEVES DE SOUZA	21443985506	03/09/1990	DEFERIDO
00138	JUCIMARA CEBALHO PORTO	21415884738	14/08/1986	DEFERIDO
00139	JUCIMARY LOURENÇA DO ROSÁRIO	21426683913	24/08/1995	DEFERIDO
00140	JULIA CRISTINA SABALA DE SOUZA FILHA	21109481257	13/04/1979	DEFERIDO
00141	JULIANE APARECIDA LINA DA SILVA	21399182606	14/02/1991	INDEFERIDO
00142	JULIANE BISPO DA SILVA	2146780645	27/02/1990	DEFERIDO
00143	JUNIA DA SILVA COUTO	21437984225	30/05/1973	DEFERIDO
00144	JUSCILENE FERRAZ DA SILVA	21441985747	03/12/1970	DEFERIDO
00145	JUSLLY SILVA ANDRADE	21425180032	20/07/1987	DEFERIDO

00146	KAROLINE ABREU RODRIGUES	21408282318	02/01/1997	DEFERIDO
00147	KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO	21236585118	04/08/1995	DEFERIDO
00148	KATIA VIANA DA SILVA	21449480945	10/02/1994	DEFERIDO
00149	KATIANA CHARMO DA SILVA	21380485552	15/01/1996	INDEFERIDO
00150	KAWANNA ALMEIDA RAMOS	21449081835	11/06/2000	DEFERIDO
00151	KELLY CRISTINA ORTIZ LEMES	21152382255	14/05/1995	DEFERIDO
00152	LAIS KARINE DOS SANTOS RODRIGUES	21399383431	30/04/2000	INDEFERIDO
00153	LARISSA CHRISTINA DA SILVA MOTTA	21430481255	17/04/1996	DEFERIDO
00154	LAURIANE SANTANA DE OLIVEIRA	21396082341	15/01/2002	INDEFERIDO
00155	LAURIANY APARECIDA DA PAIXÃO	21420285641	22/11/1995	INDEFERIDO
00156	LAURINDA RAMOS DA SILVA	21186980824	02/01/1970	DEFERIDO
00157	LEIDIANE MONTEIRO DE SOUZA	2164883651	04/04/1993	DEFERIDO
00158	LEILA NERES DA SILVA CORREA	2126682812	06/08/1986	DEFERIDO
00159	LIDIANE ROSA DE JESUS	2142382553	17/06/1988	DEFERIDO
00160	LUCAS BARBA CINTRA	21378183555	17/11/1998	INDEFERIDO
00161	LUCELI RODRIGUES BARBOSA	21397480823	07/07/1976	INDEFERIDO
00162	LÚCIA VITÓRIA DA SILVA ASSUNÇÃO DE SOUZA	21418584426	30/04/1997	DEFERIDO
00163	LUCIANA FERNANDES DA SILVA	21400884504	27/02/1987	DEFERIDO
00164	LUCIENE DA SILVA	21319480549	13/09/1985	DEFERIDO
00165	LUCILEI GIANINI	21158482133	21/12/1975	DEFERIDO
00166	LUCILENE JUSTINA DA SILVA	2146682115	08/07/1982	DEFERIDO
00167	LUCIMARA RIBEIRO SILVA	2113783937	03/09/1983	DEFERIDO
00168	LUCINEIA ISA DOS SANTOS	215983158	06/07/1984	DEFERIDO
00169	LUDIMILLA FERNANDA COUTO DA COSTA LOUSADA CFRU	Z21184382041	24/11/1987	DEFERIDO
00170	LUDMILA LUZ SILVA	21235385517	04/04/1996	DEFERIDO
00171	LUZIA DA SILVA	21125081221	13/12/1981	DEFERIDO
00172	LUZIANE DE FÁTIMA PANTALEÃO DA SILVA	211283843	29/09/1993	DEFERIDO
00173	LUZIANE MARQUES DE SOUZA	21451082024	13/12/1988	DEFERIDO
00174	LUZINETE DE OLIVEIRA SILVA	2114284019	13/09/1982	DEFERIDO
00175	LUZINETE POQUIVIQUI	21392280022	04/09/1986	DEFERIDO
00176	MARCI DE ALMEIDA LARA	21131684009	03/06/1984	INDEFERIDO
00177	MARCIANE NEVES FAUSTINO	2131683041	10/10/1974	INDEFERIDO
00178	MARCIELA MAGALHAES DA SILVA	21172782541	28/07/1983	DEFERIDO
00179	MARCIO CESAR PAES DA SILVA	2176584027	09/01/1979	DEFERIDO
00180	MARGARIDA SOARES DE OLIVEIRA	21395983617	27/02/1987	DEFERIDO
00181	MARIA AMELIA GARCIA	21189483901	23/05/1967	DEFERIDO
00182	MARIA ANTONIELLY RIBEIRO LIMA	21409783951	02/02/1995	DEFERIDO
00183	MARIA APARECIDA ALBUQUERQUE DA CUNHA	21407085505	30/10/1988	DEFERIDO
00184	MARIA CLAUDIA OVELAR	21191182153	04/06/1979	DEFERIDO
00185	MARIA ELENA RODRIGUES DE SOUZA	21268882040	14/02/1967	DEFERIDO
00186	MARIA HELENA CEBALHO SILVA	21391282404	19/07/1998	INDEFERIDO
00187	MARIA JOSÉ BARBOSA FERNANDES	21382682441	04/02/1981	DEFERIDO
00188	MARIA ROSICLEIA ANDRADE SOUZA	21136580641	10/04/1986	DEFERIDO
00189	MARIANA FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA	2177282445	21/03/1998	INDEFERIDO
00190	MARIANA POLLY RODRIGUES DA FONSECA	21420781416	06/01/1995	DEFERIDO
00191	MARIANE OLIVEIRA DOS REIS	21127085938	04/06/1993	DEFERIDO
00192	MARILUCIA CEBALHO DE SOUZA	2139284046	05/06/1977	DEFERIDO
00193	MARILZA DA COSTA SILVA	21434881752	28/11/1982	DEFERIDO
00194	MARINETE RODRIGUES PEREIRA BENITES	2165280651	08/11/1978	INDEFERIDO
00195	MARLENE SILVA NASCIMENTO	21441384059	30/04/1977	DEFERIDO
00196	MARLI DE AMORIM SILVA	21241484912	27/02/1982	DEFERIDO
00197	MARLI OLIVEIRA DA SILVA	21142285924	19/08/1971	DEFERIDO
00198	MAURILENE LUANA NUNES DA SILVA	2191680556	14/06/1991	DEFERIDO

00199	MICHELE BARBOSA DA SILVA	21435581223	11/02/1982	DEFERIDO
00200	MICHELE CRISTINA REIS CARVALHO	21388280146	09/10/1997	INDEFERIDO
00201	MICHELY APARECIDA DA SILVA DELUQUI	21397780943	19/10/1984	DEFERIDO
00202	MILENA FARIA RONDON	21416480159	06/06/2000	DEFERIDO
00203	MILENE REGINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	21385783444	14/04/2000	DEFERIDO
00204	MIRELLA NOVAES DA SILVA BRAGA	21431481324	02/01/1982	DEFERIDO
00205	NATALIA FRANCO DANELICHEN	21443680452	24/03/1998	DEFERIDO
00206	NATALINA LEITE RIBEIRO	21189085915	15/03/1991	DEFERIDO
00207	NATANNA DÂMARIS SILVA NEVES	21231281405	06/01/1991	DEFERIDO
00208	NELI FERREIRA MACHADO	21125682542	28/08/1980	DEFERIDO
00209	NELZIRA MOREIRA DE SOUZA	21454181915	05/10/1975	DEFERIDO
00210	NÉZIA MARIA DA SILVA	21445283153	11/03/1978	INDEFERIDO
00211	OSCARINA DA SILVA LEMOS	21464085818	16/02/1972	DEFERIDO
00212	PÂMELA FERNANDES LEITE DA SILVA	21457981901	26/06/1994	INDEFERIDO
00213	PAOLA EDUARDA GANDOLFFI DE CAMPOS	21433285335	26/02/2002	INDEFERIDO
00214	PATRICIA FAGUNDES DE SOUZA	21244381151	14/09/1991	DEFERIDO
00215	PATRICIA TAVARES DE OLIVEIRA	21423184607	14/05/1999	INDEFERIDO
00216	PAULINA PEDRAÇA	2120981710	30/06/1983	DEFERIDO
00217	PEDROSA SURUBI DA SILVA	2140780329	25/09/1986	DEFERIDO
00218	POLIANA APARECIDA MUQUISSAI SURUBI	21387085535	22/03/1997	DEFERIDO
00219	PRISCILA COSTA RODRIGUES	21427181606	26/11/1993	DEFERIDO
00220	PRISCILA IZIDORIA AIRES	2144585226	05/04/1989	DEFERIDO
00221	RAISSA PEREIRA CARVALHO.	21388580037	16/08/2000	INDEFERIDO
00222	RAQUEL CEBALHO FERREIRA DA SILVA	21390782459	28/02/1987	INDEFERIDO
00223	REGIANE ALVES DE SOUZA	21152182738	31/01/1993	DEFERIDO
00224	REJANE DA SILVA GOMES	21124982218	14/09/1991	DEFERIDO
00225	RELINE CAMPOS LEAL	21250681209	22/06/1991	DEFERIDO
00226	RIVANIA DELCARO PEDROSO LINO	2155480412	21/10/1977	INDEFERIDO
00227	ROBERT KENNEDY DOS SANTOS MELO	21386885827	10/11/1991	DEFERIDO
00228	RONILCE DE FÁTIMA RODRIGUES GRAÇA	21128883831	30/09/1972	DEFERIDO
00229	ROSAIR DA SILVA CAMPOS	21123080533	28/04/1978	DEFERIDO
00230	ROSANA HELENA ARAUJO LOPES	21378681934	17/03/1993	DEFERIDO
00231	ROSANA MENDES DA SILVA FREITAS	21453882520	22/12/1972	DEFERIDO
00232	ROSANETE DA COSTA CEBALHO	2110181201	21/06/1980	DEFERIDO
00233	ROSANGELA DE OLIVEIRA ROCHA	21414284623	22/08/1977	DEFERIDO
00234	ROSANGELA MARIA DA SILVA FERREIRA	21403882148	29/11/1982	DEFERIDO
00235	ROSEANE DOMINGAS DA SILVA	21406985355	24/05/1987	INDEFERIDO
00236	ROSEMEIRY BOAVENTURA SILVA	21142383448	26/09/1985	DEFERIDO
00237	ROSENILDA ACACIO DO NASCIMENTO	21435480629	13/01/1980	DEFERIDO
00238	ROSIANE DA SILVA LEITE PRIMO	21411384801	23/03/1991	DEFERIDO
00239	ROSIMERI DE SOUZA CAMPOS	216782040	07/04/1980	DEFERIDO
00240	ROSYNEURILÃ DA SILVA MORINIGA	21435882226	10/05/1995	DEFERIDO
00241	RUTH ALVES DE SOUZA	21172381015	20/03/1997	DEFERIDO
00242	SAMANTHA DE CARVALHO	21410680020	16/05/1990	INDEFERIDO
00243	SANDRA MARIA DE SOUZA	21247880042	16/09/1984	DEFERIDO
00244	SANDRA SANTIAGO SILVA	21105685033	15/08/1982	DEFERIDO
00245	SARA CONSTANTINO	21404083536	01/03/1989	DEFERIDO
00246	SARNEY JUSTINO DOS REIS	21119784350	28/06/1985	DEFERIDO
00247	SEBASTIANA BENEDITA DA SILVA CAMPOS	21402385943	21/01/2002	INDEFERIDO
00248	SELMA SILVA FRUTUOSO	21287282453	07/01/1987	DEFERIDO
00249	SILMERISAPARECIDATOMICHAGOMES	21440084429	13/10/1990	INDEFERIDO
00250	SILVANA RAMIRES MAGALHÃES SANTOS	21382582323	24/10/1992	INDEFERIDO
00251	SILVANA ROSA DE MIRANDA SOUZA	21435781702	22/07/1975	DEFERIDO

00252	SIMONE ANDRADE VASCONCELOS	21417784910	30/05/1992	INDEFERIDO
00253	SIMONE SOUZA CEZARIO DA SILVA	2115981239	21/08/1995	DEFERIDO
00254	SIRLEI ANTUNES MAGALHAES	21137284730	23/01/1984	DEFERIDO
00255	SIRLEIA OLIVEIRA E SILVA POQUIVIQUI	2194181301	18/11/1985	DEFERIDO
00256	SOLANGE CAMARGO DA SILVA	21398885911	01/04/1977	DEFERIDO
00257	SÔNIA FERREIRA DE AZEVEDO	21139682144	28/05/1967	DEFERIDO
00258	STELA PERLAN BASTOS GONÇALVES	21442582642	26/09/1974	DEFERIDO
00259	STEPHANIE FERNANDA MATEUS	21165381008	15/02/1995	DEFERIDO
00260	SUELEN CAROLINE DA SILVA	21172280946	02/07/1987	DEFERIDO
00261	SUELI DAS DORES GASPAR	2166781140	12/11/1971	DEFERIDO
00262	SUELLEN CARVALHO MARTINS	21103282955	14/09/1984	DEFERIDO
00263	SUZANE MARYNARA DE OLIVEIRA PIRES	21422681145	05/02/1997	DEFERIDO
00264	SUZANI CARVALHO MARTINS	21106885300	14/08/1989	DEFERIDO
00265	TAISA JUSTINIANO DE OLIVEIRA	21225581509	15/02/1993	INDEFERIDO
00266	THAIS CRISTINA DA SILVA CUIABANO	21436583502	05/01/1999	INDEFERIDO
00267	THAIZ FERNANDES	21214283819	30/08/1988	DEFERIDO
00268	THALIA CRISTINA DOS SANTOS	21451185027	14/08/1997	DEFERIDO
00269	THALIA LACERDA DA SILVA	21389685203	11/09/2000	DEFERIDO
00270	THASSIANY DE OLIVEIRA CARDOSO	21389881615	14/07/1993	DEFERIDO
00271	VALDECILA DELUQUE AGUILAR	2138282301	15/08/1982	DEFERIDO
00272	VALERIA CRISTINA LEITE DE MIRANDA	21396285319	01/03/2021	INDEFERIDO
00273	VALMIRA RUMAO DE BARROS	2110683439	16/10/1986	INDEFERIDO
00274	VANESSA DE ASSIS MAGALHÃES	21400082538	29/10/1996	DEFERIDO
00275	VANESSA IRACEMA BONFA RIBEIRO DA SILVA	21191084336	02/02/1986	DEFERIDO
00276	VANESSA LIMA DA COSTA	21178581908	03/05/1996	DEFERIDO
00277	VANILSA DELUQUE FREITAS	2158780228	30/12/1986	DEFERIDO
00278	VERA LUCIA ALVES DA SILVA	2154185054	28/12/1976	DEFERIDO
00279	VILMA VIEIRA DA SILVA	216880847	13/11/1993	DEFERIDO
00280	VIVIANE APARECIDA ALVES LEITE	21450382616	13/02/1995	DEFERIDO
00281	WELINTON ARRUDA LOPES DA SILVA	21399283059	02/02/2002	DEFERIDO
00282	WESLEN AUGUSTO LIMA SANTANA	21421983240	03/04/1996	INDEFERIDO
00283	ZILDA RIBEIRO DE MAGALHAES	21178784303	13/02/1981	DEFERIDO
00284	ZILMA SILVA RAMOS	21228481409	31/10/1986	DEFERIDO
00285	ZULEINE MARTINS DA ROCHA	2178182929	11/05/1973	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

00014 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALINE CARDOSO AVELAR	21408683324	09/03/1999	INDEFERIDO
00002	CLAUDIANE CASTRO DE CALVÁRIO	21397883457	12/11/1993	DEFERIDO
00003	DAYANE MENDES DOS SANTOS	21127183629	19/01/2000	INDEFERIDO
00004	ELVIS FRANCISCO DA SILVA	21455984700	20/08/1979	INDEFERIDO
00005	EVANIA OLIVEIRA DE ALMEIDA	21378983715	25/07/1984	INDEFERIDO
00006	GISLAINE INOCENTE	21381084336	13/06/1975	DEFERIDO
00007	ISABELA FIGUEIREDO SANTOS RAMOS	21389182220	12/04/1998	INDEFERIDO
00008	LARA INÊS LANA COSTA	21462884843	17/09/2002	DEFERIDO
00009	NELCINÉIA ESPASCINI DE ASSIS	21457282259	07/02/1977	DEFERIDO
00010	RANDEL CÉSAR DA COSTA	21462985853	02/09/1974	DEFERIDO
00011	RODRIGO DE CAMPOS ARRUDA	21407484745	06/06/1986	INDEFERIDO
00012	ROSELIA TERTULIANO DE OLIVEIRA	21119884236	24/12/1985	DEFERIDO
00013	SÔNIA APARECIDA NUNES DO NASCIMENTO	21400384849	24/11/1976	DEFERIDO
00014	VANIELY DA ROCHA LIMA	21406285548	27/07/1988	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00060 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANA NOVAES ZUCHINI	2123382908	06/04/1987	DEFERIDO
00002	ALINE APARECIDA GARCIA DA SILVA	21429881351	06/06/1987	DEFERIDO
00003	ANA CAROLINE AMORIM DE OLIVEIRA	21453280236	29/05/1997	DEFERIDO
00004	ANA PAULA SCHIMANKO CECCATTO	21448481822	13/06/1988	INDEFERIDO
00005	ANI CATIA GIOTTO	21439185411	08/07/1984	DEFERIDO
00006	BERNARDINA APARECIDA ALMEIDA MARTINS	21306485527	11/09/1990	DEFERIDO
00007	CLAUDIO DAS NEVES VIEIRA BARBARA	21265184301	04/05/1972	DEFERIDO
00008	CLEIDIANE PRADO ALVES DA SILVA	21427782815	16/09/1992	DEFERIDO
00009	CRISLAINE GONÇALVES LIMA DOS SANTOS	21429184508	24/11/1989	DEFERIDO
00010	DANIEL DOS SANTOS RIBEIRO	21455884342	12/11/1991	DEFERIDO
00011	DAYANE DE CAMPOS	21446983535	22/08/1993	DEFERIDO
00012	DAYANNE CASTRO TROMBETA	21436380919	27/10/1980	DEFERIDO
00013	DAYANY BARBOSA DE ALENCAR	21450582738	15/05/1992	DEFERIDO
00014	ELIAS ADVINCULA ALMEIDA	21402883121	26/06/1988	DEFERIDO
00015	ELIEZER DE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	21429483546	24/10/1991	DEFERIDO
00016	EMERSON RICALDES SANTANA	21381980053	03/08/1999	INDEFERIDO
00017	EUNICE SILVEIRA MARTELLO	21449384505	16/06/1994	DEFERIDO
00018	EVA DEVAIZE LEITE MENDES	2144383022	30/05/1973	DEFERIDO
00019	FRANCIMAYRE APARECIDA PEREIRA DE JESUS	21424784245	19/02/1991	DEFERIDO
00020	FRANCISCO MORAIS DOS SANTOS FILHO	21156283412	02/08/1984	DEFERIDO
00021	GABRIELA LADEIA LARA	21446484001	09/07/1986	DEFERIDO
00022	GISA LAURA MARIA EGUES DOS REIS	21444584046	21/05/1982	DEFERIDO
00023	GLEICIANE AD VINCULA ALMEIDA	21379385652	11/08/1989	DEFERIDO
00024	GUILHERME PEIXOTO RODRIGUES	21437283940	11/03/1997	DEFERIDO
00025	IVANA MORAES MELQUÍADES	2176283314	27/06/1983	DEFERIDO
00026	JACKSON LUIZ DE ARAUJO	21445483837	30/12/1984	DEFERIDO
00027	JACQUELINE DA SILVA SOARES	21437081106	20/09/1988	DEFERIDO
00028	JAQUELINE LUIZA LEITE CARDOSO DE SOUZA	21427482518	06/04/1995	DEFERIDO
00029	JÉSSICA MAYARA FERREIRA CEBALHO	21421285600	10/08/1995	DEFERIDO
00030	JULIA DA SILVA COUTO	21385882259	19/04/1976	DEFERIDO
00031	KALLEN CRISTINA ROCHA RAMOS	21252881827	14/10/1988	DEFERIDO
00032	KAREN LARISSA AUZIER GUIMARÃES	21447580137	18/07/1993	INDEFERIDO
00033	KELLIANE GOMES DA SILVA	21379084052	05/04/1987	INDEFERIDO
00034	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	21436185622	23/01/1986	DEFERIDO
00035	LARISSA GABRIELA ARAUJO GOEBEL	21436480621	05/12/1997	DEFERIDO
00036	LAURA DO CARMO RODRIGUES	21242384930	09/06/1986	INDEFERIDO
00037	LAURA VANESSA FERREIRA DOS SANTOS	21389582543	06/03/1993	DEFERIDO
00038	LAYS CAMILLA BERNARDO MAXIMIANO	21372783019	18/01/1993	INDEFERIDO
00039	LIDIANE RENATA ZOCAL DOS SANTOS	21148081959	05/10/1985	DEFERIDO

00040	LUCIANE APARECIDA GOMES ESPINOSA	21432685913	26/03/1999	DEFERIDO
00041	LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA	21438784427	29/09/1973	DEFERIDO
00042	MAHAL MASSAVI EVANGELISTA	21451484540	01/05/1980	DEFERIDO
00043	MÁRCIA DA SILVA MEIRA	21107683346	11/06/1976	DEFERIDO
00044	MARLIZA MARTINS DA SILVA	21245184943	14/01/1967	DEFERIDO
00045	MICHELLE DO ESPÍRITO SANTO BERTOLINO	21384483918	25/04/1988	DEFERIDO
00046	NADHA POLIANA PEREIRA ROSA	21443381328	19/03/1991	DEFERIDO
00047	NILTON PEREIRA DE SOUZA	21463681916	21/08/1996	DEFERIDO
00048	PRISCILA CAMPOS SANTOS	21330281245	17/05/1993	DEFERIDO
00049	PRISCILA COIMBRA PIRES	21327385250	09/09/1990	DEFERIDO
00050	RAÍSA GONÇALES SILVA DE ARAUJO	21463581852	07/10/1991	DEFERIDO
00051	RONICLEIA AIRES BELLA	21428084154	29/04/1985	DEFERIDO
00052	ROSANE CAMPOS BARBOZA	21239884528	10/01/1990	DEFERIDO
00053	ROSELAINE CAMPOS BARBOZA	21418685847	10/01/1990	DEFERIDO
00054	SAMUEL DE CARVALHO ANDRADE	21442981417	06/09/1988	DEFERIDO
00055	SANDRA SILVA DE OLIVEIRA	21434981825	15/01/1973	DEFERIDO
00056	SUELLEN DA SILVA ALMEIDA	2117880741	11/11/1989	INDEFERIDO
00057	TATIANE DIAS SANTANA	21380882234	01/08/1989	DEFERIDO
00058	THIAGO FERREIRA ABREU	21430884844	13/11/1995	DEFERIDO
00059	VALDETE MENDES DA SILVA	21268283858	24/02/1973	DEFERIDO
00060	YASMIN FERNANDA NUNES VIANA	21447380148	29/09/1989	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00042

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADÃO MARLON DE CARVALHO	2184280355	06/10/1978	DEFERIDO
00002	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA SANCHEZ ROMÃO	21454285842	05/05/1979	INDEFERIDO
00003	ALMENIS CANDIDA DE MORAES	21436683350	24/04/1986	INDEFERIDO
00004	ANA LUIZA CORREA DE FRANÇA	21250982013	07/06/1966	DEFERIDO
00005	ANA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS	21447482833	28/10/1986	DEFERIDO
00006	ANDRE LUIZ PEREIRA PACHECO PEREIRA PACHECO	21381580134	25/03/1994	DEFERIDO
00007	ANTONIVAN DA SILVA CUIABANO	2134481956	17/11/1987	DEFERIDO
00008	BRUNA LORENA MARIA ALMEIDA	21443884252	02/01/1992	DEFERIDO
00009	CLEVERSON GONÇALVES PEREIRA	21392981643	17/09/1988	DEFERIDO
00010	DANILO RODRIGUES DO NASCIMENTO	21422783750	27/10/1996	DEFERIDO
00011	DIACNO LUCAS RIBEIRO SOARES	21428380230	18/05/1983	DEFERIDO
00012	DOMINIQUE STEFANY GOMES DOS SANTOS	21237682646	18/10/1996	DEFERIDO
00013	EDNA DA SILVA AZEVEDO	2149283618	03/05/1982	INDEFERIDO
00014	ELISA NUNES AMANCIO	21441585317	03/09/1997	DEFERIDO
00015	FRANCIELLI LIMA PINHEIRO	21162080315	18/12/1990	INDEFERIDO
00016	GUSTAVO LIRA GUEDES	21419381250	29/09/1987	DEFERIDO
00017	HUANA CAROLINA ALVES DA SILVA	21234285211	02/09/1996	DEFERIDO
00018	IGOR JOAQUIM OLIVEIRA SILVA	21451584229	22/05/1989	DEFERIDO
00019	ISABELLE CRISTINE SILVA ORTIZ	21179683058	13/06/1991	DEFERIDO
00020	IVAN DA SILVA MIRANDA	21254184255	14/10/1989	INDEFERIDO
00021	JESSE CAMARGO REZENDE ROSA	21390285719	02/04/1991	INDEFERIDO
00022	JOÃO PAULO TOLEDO DA SILVA IBANHES	21460080540	29/04/1992	INDEFERIDO
00023	LEYDIANE VITÓRIA SALES	21465284911	15/10/1989	DEFERIDO
00024	LUCIENE RODRIGUES DE CARVALHO	21296881117	05/08/1995	DEFERIDO
00025	MARCELO TIAGO BALTHAZAR CORRÊA	21452281359	24/04/1992	DEFERIDO
00026	MARILZA DA CRUZ MENDES	21251184724	07/01/1987	DEFERIDO
00027	MONICA CELIS ROSA DE SOUZA	21435385253	19/01/1994	DEFERIDO
00028	ODIR DE CAMPOS SILVA	21383884315	10/12/1983	INDEFERIDO
00029	PAULO MATEUS DE MORAES	21175281103	21/02/1995	DEFERIDO
00030	RAFAEL CUNHA GARCIA	21264985626	13/03/1989	DEFERIDO
00031	RAIANY MOTA RIBEIRO	21294081847	22/03/1996	DEFERIDO
00032	RENATA SILVA DE SOUSA	21382281013	05/08/1990	INDEFERIDO
00033	RINARA APARECIDA ALVARES DA COSTA	2112085541	07/12/1995	INDEFERIDO
00034	ROGÉRIO SURUBI MATUCARI	217981721	22/09/1986	INDEFERIDO
00035	ROMILDO PAES DA SILVA	21142184925	01/10/1980	DEFERIDO
00036	ROSILANE DE SOUZA SILVA	21124683719	05/06/1993	DEFERIDO
00037	SANDRA SIMONE SILVA CRUZ	21448981031	01/02/1976	DEFERIDO
00038	SARA CRISTINA OHNEZORGE SOARES	21457382930	25/07/1997	DEFERIDO
00039	TATHIANE BACELLAR ARAUJO	21380681744	12/12/1983	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 18/199*

00040	VANUSA BRUNA OLIVEIRA LEITE	21374484517	28/03/1988	INDEFERIDO
00041	VICTOR DA CRUZ VALLE	21246980821	29/11/1996	DEFERIDO
00042	WAGNER MANOEL DOS PASSOS	21196984749	06/06/1991	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD **00002**

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELVIS SACRAMENTO SILVA	21419682523	07/10/1985	DEFERIDO
00002	PEDRO DA CRUZ BRITO	21464683243	21/09/1970	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

00025 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANA SANTOS CARIOCA	21408581754	11/12/1981	DEFERIDO
00002	ANAIR AUXILIADORA MARTINS NEVES	21138981950	25/04/1969	DEFERIDO
00003	ANDRÉIA PEREIRA CALIXTO	21390185306	15/01/1983	DEFERIDO
00004	BRUNA ARAUJO SELARIS	21422581705	24/10/1992	DEFERIDO
00005	CRISTIANE GONÇALVES RIBEIRO	21117485252	17/04/1983	DEFERIDO
00006	DAMIANA MARIA DOS SANTOS	21446583902	18/10/1997	INDEFERIDO
00007	DIEGHO CRISTOPHER DE SOUZA	21179780035	25/07/1986	DEFERIDO
00008	EVANIR MARIANO MARTINEZ	21219781307	21/12/1966	INDEFERIDO
00009	GERUSA CRISTINA FERREIRA DE ARRUDA	21387580227	05/05/1980	INDEFERIDO
00010	HONORATHO DUARTE LIMA	21400780107	14/03/1988	INDEFERIDO
00011	JOÃO CARLOS DA SILVA	21303583047	23/06/1981	DEFERIDO
00012	JOCIANO PORTUGAL DE JESUS	21434284322	18/11/1995	DEFERIDO
00013	JUNIOR CARNEIRO	21391583226	01/06/1986	DEFERIDO
00014	LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA	21199781459	21/07/1989	DEFERIDO
00015	LUIZ MARCIO DOS REIS LEMES	21461082605	02/05/1983	DEFERIDO
00016	MARA ADRIANE OLIVEIRA PIRES	21381680044	17/03/1992	DEFERIDO
00017	MARIA APARECIDA RAMOS BARROS	21390682309	08/11/1997	DEFERIDO
00018	MIRIAM CHRISTINA CAMARA NUNES	21239983928	05/03/1972	DEFERIDO
00019	MIRIAM RAQUEL DA SILVA MIRANDA	2138383722	24/01/1992	DEFERIDO
00020	NAYARA DA SILVA RIBEIRO	21279183459	26/10/1996	DEFERIDO
00021	VALDIR RICARDO FRANCISCO	2136185433	10/03/1979	DEFERIDO
00022	VINICIUS NEVES DA SILVA	21450685047	10/10/1992	DEFERIDO
00023	WAGNER DE OLIVEIRA LEITE	2195983605	22/05/1983	DEFERIDO
00024	WANDA NERIS DA SILVA CORREIA MOTTA	21189783137	16/08/1977	INDEFERIDO
00025	WILZIANE SOCORRO ALVES LEITE	21249784011	30/09/1983	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ROMILDO ALVES AMARAL	21424984735	12/12/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 22/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

00041 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANE RODRIGUES SERÇULINO	21446082113	25/11/1969	DEFERIDO
00002	ALECIO GONCALVES DA SILVA	2151282726	05/04/1997	DEFERIDO
00003	ALESSANDRA RIBEIRO	2179781439	11/07/1988	DEFERIDO
00004	ALESSANDRO DA SILVA POQUIVIQUI	21455480140	01/10/1984	DEFERIDO
00005	AMANDA CONCEIÇÃO TEIXEIRA	21428882544	17/06/1994	DEFERIDO
00006	APARECIDA DE JESUS MARTINS CASTILHO PEREIRA	2167683606	10/02/1955	DEFERIDO
00007	CASSIUS ANGELO PEREIRA DE MELO	21203180814	22/12/1977	DEFERIDO
00008	CLAUDIA ELIZA MARQUES DE MATOS	21413183358	02/10/1987	DEFERIDO
00009	EDUARDO BRUNO FERREIRA DA SILVA	2158581822	22/01/1997	DEFERIDO
00010	ELIZÂNGELA IMIDIA CARDOSO	21401985602	24/02/1980	INDEFERIDO
00011	GISELI FABIANE PEREIRA	21423384644	23/04/1990	INDEFERIDO
00012	GLORIA APARECIDA AGUILERA	21460385042	03/06/1969	DEFERIDO
00013	GRACIELMA DE JESUS LEÃO	21421183851	16/12/1980	INDEFERIDO
00014	HELENA MARIA RIBEIRO BIANO	21149184152	31/12/1985	DEFERIDO
00015	HUMBERTO BATISTA SANTOS FILHO	21430382237	06/01/1965	DEFERIDO
00016	ILSEN SUELLY CAETANO DE ASSUNÇÃO	21321281723	20/09/1986	DEFERIDO
00017	JANAINA BRUNING AZEVEDO	21412482347	08/05/1996	DEFERIDO
00018	JARCIEL DOMINGUES SÃO BERNARDO	21438582153	09/02/1995	INDEFERIDO
00019	JÉSSICA FERNANDA DA SILVA VIANA	2166483830	28/08/1996	DEFERIDO
00020	JOAO BATISTA LOBO DOS SANTOS	2181882828	23/06/1972	DEFERIDO
00021	JOSIAS SÃO BERNARDO	21299680013	24/11/1970	DEFERIDO
00022	JULLY GABRIELI DA SILVA TURCHEN	21383684243	06/11/1995	DEFERIDO
00023	LEIZA ADRIELY LEANDRO DINIZ	21429381412	29/11/1995	DEFERIDO
00024	LUCICLEIA MATOS SOBRINHO LANES	21451381105	28/08/1979	DEFERIDO
00025	LUIZ EDUARDO PINTO BARROS	21458082030	01/10/1985	DEFERIDO
00026	MARIA SOCORRO SARAIVA DE LUNA	21380781757	26/11/1983	INDEFERIDO
00027	MICAELLY JOTAENE DE LIMA	21421883010	08/02/1996	INDEFERIDO
00028	RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA	21109683418	22/12/1990	DEFERIDO
00029	REGINALDO CODECO	2158880854	30/10/1982	DEFERIDO
00030	RITA DE CÁSSIA DA SILVA	21383483212	24/05/1981	DEFERIDO
00031	ROBSON DA SILVA TORRES	21217083804	18/03/1986	INDEFERIDO
00032	ROSA MARIA RAMOS LEITE DE SOUZA	21293480122	23/09/1973	INDEFERIDO
00033	ROSELY MARGARETE COSTA	21452985204	10/10/1968	DEFERIDO
00034	ROSIMEIRE PENARIOL	21399683628	05/12/1974	DEFERIDO
00035	SEILA PAULA DE SOUZA	21297284938	10/09/1973	DEFERIDO
00036	SILVANE DA SILVA DIAS	21403682254	05/11/1992	DEFERIDO
00037	TATIANE ALVES DA SILVA	21181882535	03/12/1991	DEFERIDO
00038	THAIS DALTO ALVES	21394083628	20/01/1993	DEFERIDO
00039	THIAGO DE ASSUNÇÃO	21462484340	07/03/1986	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21

Página 23/199

00040	VALDILÉA NASCIMENTO DA SILVA	2112583151	14/08/1985	DEFERIDO
00041	WENDER CURVELHO	21125384549	24/03/1983	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MANOEL ALBERTO DE ARRUDA	2171581258	14/09/1970	DEFERIDO
00002	ROSÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA	21452184941	12/05/1971	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 25/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS

00050 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA	21167683850	14/06/1978	DEFERIDO
00002	ANDRESSA PEREIRA BRAGA	21452085330	28/02/1976	DEFERIDO
00003	ANTÔNIO FABIO DE CARVALHO	21461880937	10/12/1987	DEFERIDO
00004	BARBARA NASCIMENTO DA SILVA	21459485104	24/04/1994	DEFERIDO
00005	BLANDINA FERNANDES	21111080333	08/11/1960	DEFERIDO
00006	CATHERINE RODRIGUES LOPES	21315785610	17/05/2017	DEFERIDO
00007	CRISTIANE VILLAS BOAS SCHARDOSIN	21453982646	03/04/1969	DEFERIDO
00008	DANIELLE CRISTINE DE SOUZA E SILVA	21465183922	13/11/1972	DEFERIDO
00009	DANIELLY SOUZA PEREIRA ARAUJO	21260585703	27/02/1993	INDEFERIDO
00010	DANIELY CRISTINA RAMOS LEITE	21140581954	19/05/1994	DEFERIDO
00011	DEJANIL SELENE CRUZ DE AMORIM	21243682614	15/02/1973	DEFERIDO
00012	DIELEEM MARA DA SILVA CAMPOS	21128381525	11/08/1994	DEFERIDO
00013	EDILENE MÁRCIA CINTRA LEITE	2161380807	14/07/1966	INDEFERIDO
00014	ELDA CINTRA LEITE	2150082214	31/03/1992	DEFERIDO
00015	ELIZETE DA GUIA DE ARRUDA SILVA DE MIRANDA	21163183356	07/09/1974	DEFERIDO
00016	ELOIZA MORALES FORATTO	21387880434	16/03/1969	INDEFERIDO
00017	ENOQUE RAMOS SANTOS	21170280513	09/07/1986	INDEFERIDO
00018	EUGENIO ROBERTO LINK	21425385937	17/10/1986	DEFERIDO
00019	FABIANA DA SILVA LIRA	21412581621	11/10/1995	DEFERIDO
00020	FABRICIA LIMA DA SILVA	21395882515	19/09/1993	DEFERIDO
00021	GABRIELLA DUARTE DOS REIS FAGUNDES	21168281355	24/12/1995	DEFERIDO
00022	GENILSON BARBOSA DO CARMO	21441884824	23/12/1990	DEFERIDO
00023	GRACIELE MATILDES MENDES	21169284517	11/05/1989	DEFERIDO
00024	HALANA MENDONÇA DOS SANTOS	21415381843	08/04/1990	DEFERIDO
00025	IVONE VIGNARDI CORREA	21331583815	19/02/1956	DEFERIDO
00026	JAIRO GARCIA OLIVEIRA	21285681321	13/02/1969	DEFERIDO
00027	JANAINA APARECIDA DA SILVA CRUZ BARBOSA	21460180650	31/08/1991	DEFERIDO
00028	JOCIMAR PORTUGAL DE JESUS	21314085857	18/11/1995	DEFERIDO
00029	JOSÉ NUNES ORTIZ	2140985704	15/11/1969	DEFERIDO
00030	JUCINETE ASSUNÇÃO ARRUDA DE SOUZA	2155781612	03/05/1967	DEFERIDO
00031	KAMYLLA MARTOS VITTORAZZI RIOS	21450881948	23/12/1990	DEFERIDO
00032	LARA RÚBIA PEREIRA ROCHA	2147883756	13/05/1978	INDEFERIDO
00033	LARISSA DE CAMPOS MASCARELLO	21459880050	02/07/1996	DEFERIDO
00034	LEOMARA FARIA DE AZEVEDO	2183183413	05/11/1990	DEFERIDO
00035	LETICIA ADRIELLY DA SILVA	21394384129	03/09/1993	INDEFERIDO
00036	LIDIA GARCIA DE FARIA	21196185120	11/12/1989	DEFERIDO
00037	LUCIANE CÂNDIDO DA SILVA	2154584558	18/09/1983	DEFERIDO
00038	LUCINEIA FERREIRA DA SILVA	21447680833	16/11/1979	DEFERIDO
00039	MARIA FÁTIMA LOPES YUNES	21444880615	14/10/1969	INDEFERIDO

00040	MARIA IZABEL RODRIGUES	21276381718	08/07/1988	DEFERIDO
00041	MARIA ZENEIDE DOS SANTOS DA SILVA	217381009	12/03/1971	DEFERIDO
00042	MARILY CAMPOS DE MORAIS FERREIRA	21228984543	06/01/1976	DEFERIDO
00043	PATRICIA DOMENES GERALDES	21250183353	10/08/1985	INDEFERIDO
00044	ROBSON CAETANO DOS SANTOS	21424882252	01/02/1978	DEFERIDO
00045	ROSANA ARRUDA DE SOUZA	21463783448	20/11/1986	INDEFERIDO
00046	ROSELMA BATISTA CARDOSO DA SILVA	21106380058	29/01/1975	INDEFERIDO
00047	ROSILDA HOLANDA SA SILVA	21417482219	19/03/1968	DEFERIDO
00048	SERGILAINE FÁTIMA DE MIRANDA CEBALHO	21101980721	13/05/1991	DEFERIDO
00049	VIVIANE ALVES DIAS DA SILVA	21238085904	26/05/1994	DEFERIDO
00050	YCARUELC DE MATOS RODRIGUES	21310781311	09/09/1994	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIZANÉIA TRINDADE DA SILVA	21210381032	09/07/1977	DEFERIDO
00002	FLÁVIA CAROLINE BACA GUARDES DOS SANTOS	21458383102	29/04/1998	INDEFERIDO
00003	REGIENE ARCANJO DE DEUS	21405282958	14/07/1977	DEFERIDO
00004	REINALDO MESSIAS DE MELO SANTOS	21413780407	13/06/1991	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 28/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA

00027 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	BRUNO FUZARI LOVO	21404880855	26/10/1984	DEFERIDO
00002	ELIANE APARECIDA DA SILVA BELASCO	21453682707	12/10/1990	DEFERIDO
00003	ELTON DO AMORIM SILVA	21382882806	12/03/1983	DEFERIDO
00004	FABIO FEITOSA DA SILVA	21384880539	05/05/1980	INDEFERIDO
00005	FERNANDA LUZIA BENTO DOS SANTOS	21388180532	13/12/1997	DEFERIDO
00006	GLAUCIANE VIANA VENUTI	21443583706	20/11/1989	DEFERIDO
00007	JAQUELINE TAMIRES DE CAMPOS SILVA	21115885911	01/05/1987	DEFERIDO
00008	JOCILENE COSTA CAMPOS	21409181854	05/08/1985	DEFERIDO
00009	JONATHAN SANTOS	21402082050	17/01/1994	DEFERIDO
00010	KELLY CRISTINE SILVA SOUZA	21113283807	01/04/1980	DEFERIDO
00011	LEILA APARECIDA BISPO	21104382932	13/05/1982	DEFERIDO
00012	LUIZ FRANCISCO BORGES	2115481609	07/03/1982	DEFERIDO
00013	MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS GONÇALVES	21272482516	29/05/1983	DEFERIDO
00014	MARIA AUXILIADORA DA SILVA RODRIGUES	21110081739	17/10/1982	DEFERIDO
00015	MARIA CATARINA CEBALHO	21253682019	16/10/1977	DEFERIDO
00016	MORIEL MOURA TENÓRIO	21424480736	22/07/1998	DEFERIDO
00017	PAULO SEZA RIBEIRO MAGALHAES	21178383613	25/12/1977	DEFERIDO
00018	PEDRO DE SOUZA MEDRADO	21454883216	07/11/1977	DEFERIDO
00019	ROSELENE FRANCO MOREIRA DA SILVA	21459783104	30/08/1978	DEFERIDO
00020	THAIS CECILIA RIBEIRO PIRES	21396383252	01/11/1984	DEFERIDO
00021	THIAGO ROBERTO PEROZA	21438184258	14/12/1977	DEFERIDO
00022	VALERIA DE MIRANDA PINTO	21221884750	14/06/1974	DEFERIDO
00023	VALÉRIA DE QUEIROZ BARATELA	21437681155	27/03/1993	DEFERIDO
00024	VALMISO ALVES LIMA	21455785300	21/03/1972	DEFERIDO
00025	VALTER SANTANA DE CAMPOS	2119884812	28/11/1986	DEFERIDO
00026	VANIA NASCIMENTO WUTKE	21387780637	18/10/1990	INDEFERIDO
00027	WASHINGTON BRITO PEREIRA	21416780816	13/11/1989	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00339 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADEMILDO PEREIRA DE OLIVEIRA	21170083316	14/11/1973	DEFERIDO
00002	ADIL DA SILVA SANTOS	21433583215	04/04/1980	DEFERIDO
00003	ADINEIA APARECIDA MARTINS DA SILVA	2130085047	16/03/1973	DEFERIDO
00004	ADIVANILDE PEREIRA DE OLIVEIRA	2173384943	15/02/1979	DEFERIDO
00005	ADRIANA DE PAULA FERRAZ	21146282546	18/04/1974	DEFERIDO
00006	ADRIANA PAULA FERNADES CASTILHEIRO	21425884045	10/09/1998	DEFERIDO
00007	ADRIANA REGINA DE MAGALHÃES CASTRILLON	21102682355	16/06/1972	DEFERIDO
00008	ALESSANDRA PORTO FERRAZ	21305182032	06/08/1975	DEFERIDO
00009	ALESSANDRA SOUZA SILVA	21431281925	12/08/1975	DEFERIDO
00010	ALINE MOTA LOPES SANTIAGO	21212982842	22/09/1993	DEFERIDO
00011	ALINNE CAROLYNE LOPES BRITO	21405984414	02/12/1989	INDEFERIDO
00012	AMANDA DA SILVA FREITAS	21113980320	20/03/1993	DEFERIDO
00013	AMBROSINA MARCIA ALMEIDA PESSOA	216383146	23/12/1975	DEFERIDO
00014	ANA CATARINA CEBALHO	21430185223	05/05/1973	DEFERIDO
00015	ANA CRISTINA CATELAN	21376480754	02/08/1977	DEFERIDO
00016	ANA LÚCIA DOS SANTOS	2180383743	29/01/1971	DEFERIDO
00017	ANA LUCIA MONTEIRO SCHULZ	21435081914	11/06/1972	INDEFERIDO
00018	ANA LUIZA DE O EL CHAMY	2113484255	09/06/1969	DEFERIDO
00019	ANA MARIA CRUZ SILVA	21133780647	21/03/1969	DEFERIDO
00020	ANA MARIA MUDRYK	2195482107	06/10/1972	DEFERIDO
00021	ANA ROCHA BELMIRO LOPES	21448583334	26/07/1979	DEFERIDO
00022	ANDRÉIA DA SILVA RODRIGUES	2193380152	03/05/1979	DEFERIDO
00023	ANDRIA OLIVEIRA RAMOS	21111781748	04/05/1988	DEFERIDO
00024	ANE CRISTINA AMARAL AMORIM	2129484721	04/07/1981	DEFERIDO
00025	ANGELA MARIA CAMARGO	21116184548	21/04/1980	DEFERIDO
00026	ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA	21135681147	30/03/1971	DEFERIDO
00027	ANGELICA DA SILVA SAMPAIO	21448284527	15/11/1983	DEFERIDO
00028	ANTÔNIA ROSA DA SILVA	2157984048	31/08/1978	DEFERIDO
00029	APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA	2120580941	27/09/1984	DEFERIDO
00030	APARECIDA ZAINA DA MOTTA	21416285719	12/10/1966	DEFERIDO
00031	ARLETE DA SILVA RIBEIRO	21197081521	29/05/1986	INDEFERIDO
00032	AURELIO GONÇALVES SERAPIÃO	21223380152	27/07/1959	DEFERIDO
00033	BEATRIZ DA SILVA RAMOS	21140381033	24/01/1987	DEFERIDO
00034	BENEDITA CATARINA DE CAMPOS SILVA	2179885313	22/09/1985	DEFERIDO
00035	BENEDITO LAUDELINO DA SILVA SENABIO	21389084215	08/11/1969	DEFERIDO
00036	CARLA FABIANE PANTALEÃO LEITE	21456880753	10/05/1985	DEFERIDO
00037	CARMEN ADRIANA MONTEIRO GARCIA	21285427	15/07/1969	DEFERIDO
00038	CAROLINA PACHURI	2143381216	27/10/1976	DEFERIDO
00039	CELIA CATARINA DE ARRUDA	2170485607	11/03/1965	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 31/199*

00040	CEZARINE APARECIDA DE ALCANTARA	21464882931	29/10/1983	DEFERIDO
00041	CÍNTIA TATIANE EGUES	211385841	31/03/1986	DEFERIDO
00042	CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21122380859	10/05/1973	DEFERIDO
00043	CLÁUDIA DA SILVA BARROS	2133781746	22/03/1985	DEFERIDO
00044	CLAUDIA DA SILVA TORRES	2119782614	03/11/1987	DEFERIDO
00045	CLAUDIANE RAMALHO GONÇALVES	2190383957	12/01/1992	DEFERIDO
00046	CLAUDINEI DA SILVA LARA	2117683351	28/02/1990	DEFERIDO
00047	CLEONICE GOMES RIBEIRO	2134783440	18/06/1981	DEFERIDO
00048	CLOTILDE CLARA DA SILVA	21110485302	27/05/1974	DEFERIDO
00049	CONCEIÇÃO OLIVEIRA	21436780904	07/12/1984	DEFERIDO
00050	CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES	212980843	06/08/1981	DEFERIDO
00051	CRISTHIANE DOS SANTOS BRITO	21418081400	25/04/1979	INDEFERIDO
00052	CRISTIANE DA S ORTEGA	21415282807	14/12/1985	DEFERIDO
00053	CRISTIANE DE MOURA MENDES	21289082443	03/12/1982	DEFERIDO
00054	CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA EGUES	21253783630	29/12/1980	DEFERIDO
00055	DAIANE GOMES DE OLIVEIRA	2194082601	13/07/1992	DEFERIDO
00056	DALVA DOS SANTOS RANZANI	21373585955	08/02/1954	DEFERIDO
00057	DAMIANA LEITE DA SILVA	21420481125	16/08/1982	DEFERIDO
00058	DÉBORA ROSA DUARTE	21426482345	07/09/1979	DEFERIDO
00059	DEIZIANE DUARTE DA SILVA	21206582934	28/09/1982	DEFERIDO
00060	DEUZANETTE ROSA DA SILVA	21140084154	28/11/1972	DEFERIDO
00061	DIVINA RODRIGUES DA SILVA	21235984553	21/09/1971	DEFERIDO
00062	DOMINGAS ORTIZ RAMOS	2160083332	26/03/1972	INDEFERIDO
00063	EDENIA DE ANDRADE GONZAGA	2141680106	15/08/1972	DEFERIDO
00064	EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA	21105181030	25/03/1988	DEFERIDO
00065	EDILAINE PAULA LOPES DA SILVA	21248285507	27/03/1995	DEFERIDO
00066	EDNA GARCIA SILVA	21139382330	01/08/1960	DEFERIDO
00067	EDNA REGINA DA SILVA ARTIOLI	21402285608	19/10/1981	DEFERIDO
00068	EDNA SOUZA HAYASHIDA	2180182645	20/12/1983	DEFERIDO
00069	EDNA VIEIRA FRANCO DANELICHEN	21426985450	06/06/1974	DEFERIDO
00070	EDNAREGINA ALVES BASTOS	21108184136	08/02/1972	DEFERIDO
00071	EDNEIA DE ALMEIDA DUARTE	2138781940	25/02/1971	DEFERIDO
00072	ELAINE SILVA FARIA	21465480035	05/06/1986	INDEFERIDO
00073	ELENICE MARIA DE OLIVEIRA	21303283631	24/08/1985	DEFERIDO
00074	ELETILZIA SEVERINO MACHADO	2189784709	28/06/1980	DEFERIDO
00075	ELIANE BEZERRA HUGA DA SILVA	211985711	22/05/1977	DEFERIDO
00076	ELIANE CAMPOS	21442381941	20/07/1970	INDEFERIDO
00077	ELIANE DOS SANTOS MARTINEZ PAEZANO	21232580403	14/02/1986	DEFERIDO
00078	ELIANE DOS SANTOS PACÓ MAIA	21391182415	17/09/1990	DEFERIDO
00079	ELIANE MASSAI	21483047	30/04/1984	DEFERIDO
00080	ELIANE SOARES DO PRADO	2125582403	04/09/1980	DEFERIDO
00081	ELIETE DA SILVA FRAGA	21276481307	05/02/1977	DEFERIDO
00082	ELIETE MATIAS DE OLIVEIRA	2129185322	09/05/1973	DEFERIDO
00083	ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA	21219480830	13/08/1981	DEFERIDO
00084	ELISÂNGELA COSTA DA SILVA	2131885616	27/12/1980	INDEFERIDO
00085	ELISANGELA DA SILVA	21440684152	12/06/1987	DEFERIDO
00086	ELISANGELA DA SILVA BARBOSA	2145282949	28/02/1980	DEFERIDO
00087	ELIZABETH DA SILVA RODRIGUES	2194782721	10/01/1979	DEFERIDO
00088	ELIZETE GARCIA TOLEDO	21256683017	21/06/1977	DEFERIDO
00089	ELZA SOARES DE ARAUJO	2186081017	27/05/1959	DEFERIDO
00090	ERCINDA PRIMO DA CUNHA	21158581952	23/04/1972	DEFERIDO
00091	ERENICE RIBEIRO DE SOUZA	21422184714	10/08/1987	DEFERIDO
00092	ERICA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	21161882406	01/08/1976	DEFERIDO

00093	ERIKA DAIANY BALDUINO ALVES	21171185340	21/07/1984	DEFERIDO
00094	ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA	21194785343	13/10/1982	DEFERIDO
00095	FABIANA APARECIDA MARTINS DE CASTRO	21165185440	22/08/1984	DEFERIDO
00096	FABIANA BACA	21277280543	27/06/1976	DEFERIDO
00097	FABIANA NEVES SANTANA	21463081107	04/09/1992	DEFERIDO
00098	FABIANE ARAUJO DE QUEIROZ	21184083433	21/09/1982	DEFERIDO
00099	FABIANE SANCHES OURIVES	2147382424	15/10/1979	DEFERIDO
00100	FATIMA LAURA MENDES PORTO	2143481215	25/05/1976	DEFERIDO
00101	FELICIANA ALVES DE ABREU PASSBERG	21100881451	09/01/1971	INDEFERIDO
00102	FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR	2123181420	11/07/1985	DEFERIDO
00103	FERNANDA FERNANDES DA CRUZ	2181085125	17/08/1981	DEFERIDO
00104	FERNANDA LEMOS DA ROSA	21130485031	25/05/1993	DEFERIDO
00105	FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS	21883812	28/02/1980	DEFERIDO
00106	FLAVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI	21163581918	31/08/1983	DEFERIDO
00107	FRANCIANE DE SOUZA CAVALCANTE	21454480515	02/01/1980	DEFERIDO
00108	FRANCIANE PAES DA SILVA	2143580235	09/03/1984	DEFERIDO
00109	FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DE SOUSA DE SOUSA	21402185735	01/01/1983	DEFERIDO
00110	GARDÊNIA APARECIDA PAULA LUCAS	21397180512	08/12/1981	DEFERIDO
00111	GEIZE RODRIGUES DE MIRANDA	2177185007	26/10/1984	DEFERIDO
00112	GEOCASSIA FERMINO SARDINHA	21432883723	09/12/1987	INDEFERIDO
00113	GERALDA PEREIRA DE PAULA ANUNCIAÇÃO	21414981725	20/02/1980	DEFERIDO
00114	GERLIANE VANESSA DOS SANTOS REZENDE DE OLIVEIRA	21387680709	19/08/1992	DEFERIDO
00115	GILDETE CAMPOS DE SENNA	2178482337	26/09/1973	DEFERIDO
00116	GISLAINE DA SILVA RIBEIRO PENA	21447184714	05/05/1992	DEFERIDO
00117	GLAUCIANE MONTEIRO RAMOS	21213881430	24/10/1984	DEFERIDO
00118	GLAUCIELE LEITE DA SILVA	2125784734	07/08/1986	DEFERIDO
00119	GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE	21266684036	16/11/1986	DEFERIDO
00120	GRACILENE DOS SANTOS CONCEIÇÃO SILVA	21446185636	05/11/1976	INDEFERIDO
00121	GRASIELE BASTOS	21437482955	13/09/1987	DEFERIDO
00122	GRAZIELE ROSALES TEIXEIRA	21144180019	05/12/1984	DEFERIDO
00123	HELLEN YRIS SILVA	2148085332	26/08/1986	DEFERIDO
00124	HELOIZE VALERIANO DOS SANTOS	21462784754	20/02/1993	INDEFERIDO
00125	ICELLI ROSA DOS SANTOS	21176781206	24/04/1986	DEFERIDO
00126	ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO	21424283117	14/12/1991	DEFERIDO
00127	ILZA RIBEIRO CAMPOS	2187781326	11/04/1973	DEFERIDO
00128	INEZ ALVES GUIMARÃES MARTINS	21107985602	25/05/1967	DEFERIDO
00129	IRANILDA BORDON BUCHARA RIBAS	2193983659	09/04/1974	DEFERIDO
00130	IRENI OLIVIA BIOLLADO	21162180233	23/03/1980	DEFERIDO
00131	IRIS DE LIMA SILVA	216585707	11/08/1982	DEFERIDO
00132	ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA	21440385925	16/04/1992	DEFERIDO
00133	ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	21107581606	14/10/1989	DEFERIDO
00134	IVANILCE DE SOUZA ORTIZ CHAVES	21320783242	04/10/1985	DEFERIDO
00135	IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO	212584551	04/06/1979	DEFERIDO
00136	IVONE TORRES GOMES	21381785737	22/04/1987	DEFERIDO
00137	IZABEL MARIA DE SOUZA	21169585501	30/04/1970	DEFERIDO
00138	IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES	21129183018	10/09/1970	DEFERIDO
00139	IZAINE ARAUJO DE OLIVEIRA	21390885210	23/09/1981	DEFERIDO
00140	JANAÍNA MORAES DE CAMPOS TEODORO	21224380952	17/05/1988	DEFERIDO
00141	JANE ANTUNES MAGALHÃES	21132984418	16/05/1974	DEFERIDO
00142	JANE LEOBALDINA DOS SANTOS	21218284253	26/05/1975	DEFERIDO
00143	JANEIDE PEREIRA DA SILVA	21171583751	19/06/1984	DEFERIDO
00144	JANIA GASQUES BORDONI	212782940	12/09/1972	DEFERIDO
00145	JANISLEY MARCIA DA SILVA	2110582448	11/05/1988	DEFERIDO

00146	JAQUELINE CAMPOS DE CARVALHO	211180807	27/10/1993	DEFERIDO
00147	JAQUELINE FERNANDA GONÇALVES MAGALHÃES	21450284056	03/10/1989	DEFERIDO
00148	JAYRA PATRICIA CAMPOS NEVES	21100283211	19/05/1995	DEFERIDO
00149	JÉSSICA FALCONI GARCIA	21384285735	23/12/1990	DEFERIDO
00150	JÉSSIK EMMELLY CÂNDIDO DE SOUZA CORRÊA	21424682420	14/12/1996	DEFERIDO
00151	JOANE SANTOS CUNHA	21375483105	01/08/1963	INDEFERIDO
00152	JOÃO BOSCO SEBASTIÃO	2114784023	13/05/1968	DEFERIDO
00153	JOCELAINE BARBOSA DA SILVA	21407180603	22/09/1995	INDEFERIDO
00154	JOCIANE NASCIMENTO DE SOUZA	21113480728	08/03/1990	DEFERIDO
00155	JORDAN LUIS ARTIAGA SILVA	2125081810	20/03/1995	DEFERIDO
00156	JOSELINE DA SILVA COSTA	21152281240	18/03/1972	DEFERIDO
00157	JOSIANE APARECIDA NASCIMENTO PODAVINI	2193182538	29/06/1984	DEFERIDO
00158	JOSIANE INÊS DE SOUZA	2163183333	02/03/1983	DEFERIDO
00159	JOYCE DE OLIVEIRA SANTOS	21315485726	13/06/1986	DEFERIDO
00160	JUCELI DA SILVA CRUZ	21130682939	13/02/1979	DEFERIDO
00161	JUCILENE DE OLIVEIRA MARTINS	2117385132	24/11/1983	DEFERIDO
00162	JUCINÉIA ROSA DA SILVA	2190782129	01/11/1983	DEFERIDO
00163	JULIA MARIA ALVES	2129084433	03/03/1993	DEFERIDO
00164	JULIANA CRISTINA DA FONSECA	21423882752	22/06/1994	DEFERIDO
00165	JULIANA DA COSTA MARQUES	21244685342	24/06/1985	DEFERIDO
00166	JULIANA DA LUZ LIMA	21205584830	28/10/1991	DEFERIDO
00167	JULIANA SILVA DO NASCIMENTO	2111383947	12/08/1971	DEFERIDO
00168	JULIANA TIRELLI QUINTO	21684726	25/10/1984	DEFERIDO
00169	JULIETA ANTONIA DA SILVA	2129580837	07/07/1977	DEFERIDO
00170	KAMILLA PATRICIA FERREIRA JUSTINIANO DE ALMEIDA	21459981512	07/07/1988	DEFERIDO
00171	KARINE COSTA LIMA	21457685011	01/07/1981	DEFERIDO
00172	KAROLAYNE MOURA DOS SANTOS	21430784559	26/04/1997	INDEFERIDO
00173	KATIUSSALA CORREIA DA SILVA	21296483051	28/07/1995	DEFERIDO
00174	KEILA FERREIRA MENDES DA COSTA VITTORAZZI	21404980900	24/08/1977	DEFERIDO
00175	KELLEN CRISTINA VIEIRA MARTINS RIBEIRO	21449580517	25/06/1982	DEFERIDO
00176	KELLY ALESSANDRA GARCIA BARBARA	21277682424	10/05/1982	DEFERIDO
00177	KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA	2178785504	06/01/1980	DEFERIDO
00178	KELLY RIBEIRO COSTA	2161685353	30/10/1982	DEFERIDO
00179	LAIDIA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	21230285333	14/07/1970	DEFERIDO
00180	LAURENICE ZITA RIBEIRO	212080155	27/04/1974	DEFERIDO
00181	LENI SOBRINHA RAMOS DE SOUZA	2191482947	12/06/1976	DEFERIDO
00182	LETICIA CAROLINE MACEDO SILVA	21397684736	27/06/1994	DEFERIDO
00183	LIDIANA DOS SANTOS SILVA	215885244	02/10/1989	DEFERIDO
00184	LILIANE DURAO GOMES	21330985006	12/06/1983	DEFERIDO
00185	LILIANE ROSA SIQUEIRA	21378383315	31/07/1991	INDEFERIDO
00186	LUANA APARECIDA CEZILIO DE SOUZA	2168385756	04/04/1989	DEFERIDO
00187	LUANA PAULA TEIXEIRA CAVÉQUIA	21213985622	09/01/1986	DEFERIDO
00188	LUANA SILVA MARCACINI	21409683424	31/10/1992	DEFERIDO
00189	LUANA THAYLLE CRISTO SILVA	2157780847	16/07/1991	DEFERIDO
00190	LUCÉLIA DIAS DA SILVA	2174583607	24/08/1980	DEFERIDO
00191	LUCIANA COSTA SALES	2110485613	19/03/1981	INDEFERIDO
00192	LUCIANA DE MAGALHÃES ARTIAGA	21172684347	08/09/1985	DEFERIDO
00193	LUCIANE APARECIDA DO NASCIMENTO	21114480853	30/05/1977	DEFERIDO
00194	LUCIANE ARRUDA DA SILVA MOTTA	2173284105	18/10/1974	DEFERIDO
00195	LUCIANE DO PRADO	21216881046	31/07/1977	DEFERIDO
00196	LUCIENE MARIA DA SILVA	21179382806	16/02/1973	DEFERIDO
00197	LUCIENE PEREIRA DE MORAIS CANDIDO	21427084929	11/10/1990	DEFERIDO
00198	LUCIENE PESSOA	21239681909	10/02/1984	DEFERIDO

00199	LUCILENE MENDES DOS SANTOS	21109183030	05/02/1988	DEFERIDO
00200	LUCIMAR GONÇALVES	2125685452	04/04/1977	INDEFERIDO
00201	LUCIMARA LEITE DA SILVA	21150384313	28/09/1984	DEFERIDO
00202	LUCINEIA ETIENE DE SOUZA SILVA	2166385338	15/11/1963	DEFERIDO
00203	LUZIENE LÚCIA DE FRANÇA	21183282009	22/04/1971	DEFERIDO
00204	MAGDA MARIA CARDOSO	21101380355	18/09/1988	INDEFERIDO
00205	MANOEL SEBASTIAO DA SILVA	21407585118	26/08/1975	DEFERIDO
00206	MARA MONE FERREIRA SOARES	21406580653	17/10/1981	DEFERIDO
00207	MARCELO JESUS DE OLIVEIRA	21463282118	25/04/1973	DEFERIDO
00208	MÁRCIA BARBOSA DE SOUZA	21438880449	11/11/1983	DEFERIDO
00209	MARCIA BATISTA SALES	2142783401	27/09/1979	DEFERIDO
00210	MARCIA RIBEIRO SILVA	21103483301	16/06/1981	DEFERIDO
00211	MARCIO CRISTOVÃO DE SOUZA BISPO	21233982024	20/12/1979	DEFERIDO
00212	MARGARETH DA SILVA PLAQUI	21103385938	19/05/1983	DEFERIDO
00213	MARIA APARECIDA BARBOSA BEJARANO	21440585314	29/04/1983	DEFERIDO
00214	MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI	21107482835	25/09/1971	DEFERIDO
00215	MARIA CATARINA ALVES DE MIRANDA	2135581951	31/01/1983	DEFERIDO
00216	MARIA CATARINA DA SILVA	21141181308	20/04/1968	INDEFERIDO
00217	MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS	21101280809	19/06/1962	DEFERIDO
00218	MARIA DO CARMO QUINTINO	21458882035	09/03/1968	DEFERIDO
00219	MARIA DOMINGAS DA SILVA	21386184338	01/05/1980	DEFERIDO
00220	MARIA EDNA SOUZA LEAL	21165081747	16/08/1964	DEFERIDO
00221	MARIA EDNETE ARRUDA DA SILVA	21146583411	16/03/1977	DEFERIDO
00222	MARIA ERENILDA DA SILVA	2181381652	12/08/1981	DEFERIDO
00223	MARIA GONÇALVES FERRAI	21146084758	05/08/1967	DEFERIDO
00224	MARIA LUCIANA DE CARVALHO RODRIGUES	2112881742	05/07/1982	DEFERIDO
00225	MARIA MADALENA DE OLIVEIRA	21127581906	28/06/1972	DEFERIDO
00226	MARIA NEVES DUARTE	21442181302	04/08/1991	DEFERIDO
00227	MARIA RITA SILVA PEREIRA	21199980209	08/11/1980	DEFERIDO
00228	MARIA ROZICLER DO NASCIMENTO PEREIRA	21263684230	17/03/1967	DEFERIDO
00229	MARIA TERESA SOARES	21238783936	01/12/1962	DEFERIDO
00230	MARIA VANISE BARBOSA	21179185943	13/03/1978	INDEFERIDO
00231	MARILENE CEBALHO DE SOUZA	21583852	22/03/1979	DEFERIDO
00232	MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS	2169583512	01/02/1975	DEFERIDO
00233	MARILUCIA CRUZ PONHE	2131582332	05/04/1983	DEFERIDO
00234	MARILUCY SILVA	2111280046	04/02/1966	DEFERIDO
00235	MARINA DE FATIMA SOUZA	21180183013	29/10/1968	DEFERIDO
00236	MARINA FERREIRA DOS SANTOS	21285983305	30/08/1986	DEFERIDO
00237	MARINALVA LUCIA DOS SANTOS	21269981426	29/10/1976	DEFERIDO
00238	MARINEIDE LUIZA DO PRADO	21213380039	06/11/1978	DEFERIDO
00239	MARINETH PAULA COELHO	21215385249	17/07/1968	DEFERIDO
00240	MARIOZILDA CAMPOS DE MORAIS ALMEIDA	21109880700	02/07/1970	DEFERIDO
00241	MARISTELA PINHO DE OLIVEIRA	21259981338	27/10/1978	INDEFERIDO
00242	MARIZA PINTO DE MIRANDA	2173981549	09/04/1964	DEFERIDO
00243	MARLEI JUVENAL JUVENAL DA CONCEIÇÃO	2179380602	27/10/1978	INDEFERIDO
00244	MARLY DE FATIMA DA SILVA LARA	21198484029	30/10/1972	DEFERIDO
00245	MARTA FERREIRA DO NASCIMENTO	21177282504	06/09/1975	DEFERIDO
00246	MARTA NORBERTA DA SILVA	2124781919	18/04/1982	DEFERIDO
00247	MARTIDE CUSTÓDIA RODRIGUES NUNES	21444085952	01/03/1992	DEFERIDO
00248	MARYFLÁVIA CAMPOS MOREIRA	21424380629	07/11/1984	DEFERIDO
00249	MATILDE CRISTINA CARRASCO	21253581537	06/05/1974	DEFERIDO
00250	MAURILEI NUNES DA SILVA	21411580001	13/04/1989	INDEFERIDO
00251	MILENE ROCA DE ARAÚJO	21440783203	16/02/1983	DEFERIDO

00252	MÔNICA MARIA DA SILVA	21431585141	16/05/1977	INDEFERIDO
00253	MONICA URCINO AQUINO DE LAVOR	21123385556	17/09/1985	DEFERIDO
00254	MONIQUE APARECIDA RODRIGUES CINTRA	21115380022	12/10/1984	DEFERIDO
00255	NADIA FRANCISCA BACELLAR GARCIA	2180085412	17/11/1967	DEFERIDO
00256	NADIR GONÇALVES DOS SANTOS DE MATOS	21380284135	28/09/1973	DEFERIDO
00257	NAGHILA CRISTINA AMADA DA SILVA	21263584018	20/01/1990	DEFERIDO
00258	NILIANY RAMOS DA CRUZ	2190082129	04/10/1984	DEFERIDO
00259	NILMA DA SILVA OLIVEIRA	21204781455	27/07/1972	DEFERIDO
00260	NILVA DUARTE ALEXANDRE	2183084946	03/01/1976	DEFERIDO
00261	NILZA APARECIDA DE SOUZA BENEVIDES NUNES	21167882056	08/03/1980	DEFERIDO
00262	NILZA DOS SANTOS FERREIRA	21422483439	20/10/1967	DEFERIDO
00263	NÚBIA ALLINE NEVES	21382783748	07/01/1996	DEFERIDO
00264	ORISVALDO JOSE DA SILVA	2147281931	08/03/1971	DEFERIDO
00265	OSANIR PEREIRA VICENTE NEGRINI	21187783001	26/06/1979	DEFERIDO
00266	OZENI FERMINIO PRUDENCIO	21319981018	03/05/1976	DEFERIDO
00267	PAMELA EMANUELLE DE ALMEIDA MACHADO	21433680400	10/07/1993	INDEFERIDO
00268	PATRICIA CAMPOS SILVA MIRANDA	21242485507	09/02/1987	DEFERIDO
00269	PEDROSA FRANCISCA DA SILVA	21185882700	24/06/1979	DEFERIDO
00270	RAFAEL BRUMADO RODRIGUES	21411780210	17/09/1995	DEFERIDO
00271	RAFAEL CEBALHO CAMBARA	2119584706	01/04/1997	DEFERIDO
00272	RAFAELA MIRANDA ALONSO	21383184901	05/03/1993	DEFERIDO
00273	REGINA NORBERTA DA SILVA	2152181423	06/06/1981	DEFERIDO
00274	REJANE LOFFLER	21295480448	18/09/1975	DEFERIDO
00275	RENATA DE MORAIS RODRIGUES AZIZ	21432082734	27/08/1974	DEFERIDO
00276	ROGER VIEIRA DA SILVA	21213585733	13/01/1985	DEFERIDO
00277	ROMILDA DE BARROS ARAUJO	21266983337	05/10/1978	DEFERIDO
00278	ROSA PARA DE ARAUJO	2148680605	26/06/1971	DEFERIDO
00279	ROSALI DA SILVA	2175483414	29/01/1972	DEFERIDO
00280	ROSANE SAMPAIO DOS SANTOS MIRANDA	21416880936	23/12/1988	DEFERIDO
00281	ROSANGELA APARECIDA ALVES BERNABE	21394584910	21/06/1971	DEFERIDO
00282	ROSANGELA CRISTINA DA SILVA	2149780445	18/04/1972	DEFERIDO
00283	ROSANGELA ORTIZ DE SOUZA	21449884710	20/05/1976	DEFERIDO
00284	ROSANIA DO NASCIMENTO GOMES FERREIRA	21333885249	15/12/1976	DEFERIDO
00285	ROSEANE DE SOUZA MARTINS TAVARES	2172284907	30/03/1977	INDEFERIDO
00286	ROSELI APARECIDA DANTAS	21454083443	03/06/1972	DEFERIDO
00287	ROSELI MOREIRA	21418483321	05/02/1972	INDEFERIDO
00288	ROSENIL APARECIDA LEITE EGUES	21252681802	28/07/1970	DEFERIDO
00289	ROSILENE DA SILVA CAMPOS	21177581956	15/11/1984	DEFERIDO
00290	ROSILENE SIMÕES MIRANDA	21189285216	28/02/1972	INDEFERIDO
00291	ROSIMAR MENDES GONÇALVES	21231984646	28/06/1975	DEFERIDO
00292	ROSINEIDE LUIZ	21192685028	05/11/1979	DEFERIDO
00293	ROSINEY JAIVONA MENDES	21400585906	25/05/1966	DEFERIDO
00294	ROSIRENE GOMES DAMASCENO DA SILVA	21332085850	09/09/1980	DEFERIDO
00295	ROZIANE FERREIRA DO NASCIMENTO	21456982535	26/06/1997	DEFERIDO
00296	RUBERLEIA CICERA DO COUTO	2165384500	30/11/1982	DEFERIDO
00297	SANDRA DE OLIVEIRA LEITE	21122481255	30/03/1978	DEFERIDO
00298	SANDRA LUZIA GONSALVES	2142585144	13/12/1978	DEFERIDO
00299	SANDRA REGINA DE ARRUDA BARROS	21270783326	14/03/1970	DEFERIDO
00300	SANDRA TESHIMA	21422085155	18/04/1971	DEFERIDO
00301	SANDRIELE ORTEGA	21404685629	23/12/1990	INDEFERIDO
00302	SHIRLEY LUIZ	21417880855	23/06/1967	DEFERIDO
00303	SILVIA MARIA SOARES	21193685013	19/04/1970	DEFERIDO
00304	SILVIA MARTINS DE ALMEIDA	21426180440	23/09/1977	DEFERIDO

00305	SIMONE DUARTE SILVA	214385537	11/11/1988	DEFERIDO
00306	SIMONE NUNES MOTA	21445980036	04/11/1988	DEFERIDO
00307	SINEZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ	21242281022	11/10/1984	DEFERIDO
00308	SIRLEIA DE ARRUDA FIALHO MAGALHÃES	21168983933	04/01/1977	DEFERIDO
00309	SOLANGE CANDELARIA BARBOSA	21143480328	03/02/1979	DEFERIDO
00310	SOLANGE MARIA DE FRANÇA	21153980423	25/02/1968	DEFERIDO
00311	SONIA APARECEDA RODRIGUES	21433084340	28/03/1970	DEFERIDO
00312	SONIA FERREIRA MARTINS	21188685630	06/07/1976	DEFERIDO
00313	SONIA TIAGO BASSI DOS SANTOD	21435183409	26/07/1982	DEFERIDO
00314	SUELE APARECIDA LEITE DE SOUSA	21196684935	11/06/1986	DEFERIDO
00315	SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI	21245385119	23/07/1981	DEFERIDO
00316	SUELLEN CRISTINE SILVA ORMOND	21405785849	15/03/1989	INDEFERIDO
00317	SUELY APARECIDA COUTO NETO VIEIRA	2146085703	23/03/1980	DEFERIDO
00318	SUZANE PEREIRA DOS SANTOS	21158682536	12/08/1975	DEFERIDO
00319	TALITA RODRIGUES LEITE	21396180507	27/02/1964	DEFERIDO
00320	TATYANY CAVALCANTE ROCHA	21227684852	22/09/1983	DEFERIDO
00321	VALDILENE DE OLIVEIRA	2115583338	21/05/1980	DEFERIDO
00322	VALDINEI CEBALHO DE SOUSA	21244081009	01/01/1982	DEFERIDO
00323	VALDINELY GONZAGA DOS REIS	21373485844	05/06/1977	INDEFERIDO
00324	VALÉRIA RIBEIRO DE SOUZA	2162381719	24/07/1972	INDEFERIDO
00325	VANDA APARECIDA DA SILVA	2185681859	03/09/1974	DEFERIDO
00326	VANDERLEIA MENDES DA SILVA	2131982621	19/06/1984	DEFERIDO
00327	VANDIRLENE VIANA BALDOINO	21379881706	19/01/1980	INDEFERIDO
00328	VANESSA CAMPOS BARBOZA DA SILVA	21439682326	03/10/1987	DEFERIDO
00329	VANESSA CAMPOS BRENNER	21400682349	12/08/1971	DEFERIDO
00330	VANESSA GLAUCIA PEREIRA BELISARIO	21248983148	24/09/1987	DEFERIDO
00331	VERA LUCIA DE CAMPOS	2188484551	25/01/1971	DEFERIDO
00332	VILMA AUXILIADORA SILVA DO ESPIRITO SANTO	21155585057	25/09/1980	DEFERIDO
00333	VILMA CARVALHO DO ESPIRITO SANTO	21446685903	21/05/1976	DEFERIDO
00334	VILMA DE OLIVEIRA	2165482750	25/10/1975	DEFERIDO
00335	VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA	21454684355	04/07/1987	DEFERIDO
00336	VIVIENE DE PAULO DE MELO	21437882954	30/08/1993	DEFERIDO
00337	WELMA SOARES DE JESUS	2163681905	27/06/1983	DEFERIDO
00338	ZILMA GONÇALVES DIAS	2133881621	15/11/1977	DEFERIDO
00339	ZILMA HELENA BARBOSA DE MORAES	21434580024	15/04/1970	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD — 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANA LUCIA GERMANO ROSA	21439283654	21/06/1981	INDEFERIDO
00002	DANIELA TÁBATA PEREIRA MACHADO	21434683441	20/06/1987	DEFERIDO
00003	DERLIR MÁRCIA TEIXEIRA	21378083849	11/06/1964	INDEFERIDO
00004	EDNEIA RIBEIRO DA COSTA	21432480603	14/02/1973	DEFERIDO
00005	FABIANA LANGNER	21409584356	15/10/1976	INDEFERIDO
00006	JOSIANE RAYMUNDO DOS SANTOS DE ANDRADE	21461585418	26/05/1983	DEFERIDO
00007	JULIANA CAVALCANTE DE ARAÚJO	21407984832	17/02/1981	INDEFERIDO
00008	MARCILENE TEODORO	2168083236	24/05/1978	DEFERIDO
00009	MARIA ROSILANE DA SILVA DUARTE.	21142884219	15/06/1969	DEFERIDO
00010	MICHELLE APARECIDA DA SILVA CRUZ	21398780336	20/03/1991	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANE OLIVEIRA	21153584607	05/09/1992	DEFERIDO
00002	ANDREIA CRISTINA RODRIGUES FELICIANO ESTIGARRIBI	21398380301	29/02/1984	DEFERIDO
00003	ANDREIA KARLA DE FREITAS BERNARDO COELHO	21406885840	13/12/1994	DEFERIDO
00004	FRANCISCO JOSE CARNEIRO DE OLIVEIRA	21429983518	08/08/1985	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 40/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	DEISIANE SURUBI DA SILVA DE ARRUDA	2126485705	12/04/1990	DEFERIDO
00002	ELIVANIA DE OLIVEIRA SOBRINHO	21107384214	03/11/1983	DEFERIDO
00003	RAELI OLIVEIRA BENEVIDES	21207783030	30/09/1993	INDEFERIDO
00004	ROSELAINE CIRILA MOURA DOS SANTOS CUIABANO DA S	21102180917	11/09/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 42/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CHESTERTON ULYSSES ORLANDO EUGENIO	21439080229	03/02/1987	DEFERIDO
00002	JHONATTA SOARES DA SILVA	2131182413	29/06/1994	DEFERIDO
00003	MARCEL GUALBERTO DE ARRUDA	21106081252	22/07/1982	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALEKSANDER FERRO	21286784325	15/01/1974	DEFERIDO
00002	HERMESON PEREIRA DOS REIS	21410584557	12/07/1992	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 46/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	21458782050	04/07/1987	DEFERIDO
00002	EDSON LUIZ DE PAULA COSTA	21197785022	12/05/1977	DEFERIDO
00003	IAM SOUZA LIMA	21388681157	23/01/1997	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS — 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANE TOMICHÁ BALESTRIN	21302283909	15/10/1992	DEFERIDO
00002	AMÉLIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA	21133985134	15/04/1978	DEFERIDO
00003	LAUDICÉIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21379580340	18/11/1977	DEFERIDO
00004	WALAPHY DOUGLAS DOS SANTOS	219183839	08/09/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 52/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	DOUGLAS LOUZAKAN PEREIRA ANDRADE	21409880056	15/06/1994	INDEFERIDO
00002	LEONARDO GALINA	21414384406	27/03/1995	DEFERIDO
00003	LUIZ MAGNO DE MIRANDA BARBOSA	21147381544	25/04/1981	INDEFERIDO
00004	MARLON VINICIUS RODRIGUES DA SILVA	21168884654	20/05/1995	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00008 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ERENICE ROSIANA DOS SANTOS	215185549	30/11/1975	DEFERIDO
00002	GIGLIOLA MASSARANDUBA E SILVA	21454982818	14/06/1974	DEFERIDO
00003	MARCI PEREIRA RODRIGUES	21140180841	29/08/1971	DEFERIDO
00004	MARIA ANTÔNIA HURTADO RIBEIRO	2117185128	13/06/1985	DEFERIDO
00005	MOISÉS RIBEIRO DE SOUZA	21163480939	12/08/1972	DEFERIDO
00006	NILMARA RODRIGUES DE CAMPOS	2159581255	12/10/1972	DEFERIDO
00007	VANIA RODRIGUES FERNANDES BARBOZA	2111183300	31/10/1979	DEFERIDO
00008	VIVIAN APARECIDA CONCEIÇÃO BARBOSA	21417983210	23/12/1975	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ODAIR DAS NEVES SILVA	21410382902	10/05/1978	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 57/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	AGNES EMANUELLY SOUZA OLIVEIRA	2160583149	01/11/1994	INDEFERIDO
00002	GILMAR MOTURI MENDES	21428683419	03/05/1983	INDEFERIDO
00003	JÉSSICA MARIA MIRANDA SOUZA	21442085210	01/08/1995	DEFERIDO
00004	JULIO CESAR MENDES DA SILVA	21207581717	21/07/1986	INDEFERIDO
00005	LUZIA CARDOSO DE ALMEIDA PEDRACA	2124685546	07/05/1972	DEFERIDO
00006	MANOEL DIEGO SANTOS HURTADO	21396684104	14/12/1993	DEFERIDO
00007	PAMELA MARIA DE ARAUJO DUARTE	21283482958	22/04/2000	INDEFERIDO
00008	SAMARA DO CARMO SARAIVA	21450180752	17/09/1997	DEFERIDO
00009	TALIZA DA GAMA TOSUÉ	2144280306	29/10/1997	DEFERIDO
00010	VANUZA SOARES DOS SANTOS	21427883908	06/02/1974	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 59/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANGÉLICA DE ARAÚJO BERNARDO	21406383217	29/10/1993	INDEFERIDO
00002	LEIDINEIA FERREIRA DE SOUZA	21290384539	09/05/1984	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 61/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 62/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIZIANE MARIA DA CONCEIÇÃO	21434481245	03/04/1987	DEFERIDO
00002	MARCOS ROBERTO DA SILVA	217783918	06/11/1974	DEFERIDO
00003	VAGNE DE MELO OLIVEIRA	21441181937	15/08/1981	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 63/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 64/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	BRUNA RENATA NERVIS	21410883142	10/12/1996	INDEFERIDO
00002	CLEICIANE FERREIRA DOS SANTOS	21224683259	21/07/1995	DEFERIDO
00003	LAURA LETICIA MONTEIRO CATELAN	2136883605	31/01/1987	DEFERIDO
00004	LETICIA FERREIRA CONTI	21401282635	21/06/1996	DEFERIDO
00005	PAMELA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE SOUZA CAMPOS	21434384536	17/05/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 65/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LUIZ CLAUDIO DURÃO FRANCO	21404184040	12/12/1985	DEFERIDO
00002	PÂMELA SANTIAGODE BRITO	21427983001	19/02/1998	DEFERIDO
00003	ROSINEIRE MARIA DOS SANTOS	21416681926	29/04/1983	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 67/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANA CREUSA GONÇALVES	2168181706	14/08/1983	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 71/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JÉSSICA APARECIDA DE MELO	21175881038	02/11/1991	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 73/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIANE PEREIRA DA SILVA	21437581505	16/04/1981	DEFERIDO
00002	GERALDA SANTIAGO DA SILVA	2128284634	29/10/1971	DEFERIDO
00003	MARIA PEDROSA DE AGUIAR RIBEIRO	2154681436	29/06/1963	DEFERIDO
00004	MARIA ROSA DA SILVA	2114384238	10/06/1978	INDEFERIDO
00005	VALDEMIR NEVES LEITE	2132085017	02/02/1993	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRESSA FERREIRA CABRAL BUENO	21426085908	24/03/1997	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	GEICIANE DA SILVA	21217782040	06/10/1988	INDEFERIDO
00002	MARIA DIVINA OLIVEIRA DE CAMPOS	21417383942	18/08/1988	DEFERIDO
00003	MARILAINE DE OLIVEIRA DE CAMPOS	21410782743	23/12/1993	DEFERIDO
00004	TATIANE FRANCISCA HURTADO	2179980404	25/09/1989	DEFERIDO
00005	VANDERLUCIA JACINTO DO CARMO	2196984405	27/07/1979	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANA PAULA TEODORO DE BRITO	21150784837	19/01/2000	DEFERIDO
00002	LEIDI DE PAULA MELO	21378784348	23/09/1990	INDEFERIDO
00003	WILMA ELISANGELA VELARDE LEITE	21212684341	10/12/1974	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 81/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALESSANDRA CASTEDO DE MIRANDA	21446882726	03/12/1997	DEFERIDO
00002	CAROLINE DA COSTA DINIZ	21454581402	29/06/1988	DEFERIDO
00003	JOSIAS ARTIAGA DA SILVA	21180780755	15/05/1997	DEFERIDO
00004	MICHELLE MARTINS CARDOSO	2121183825	13/06/1974	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 83/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALESSANDRA FERREIRA LEITE DA SILVA	21431685455	20/01/1993	DEFERIDO
00002	CLEIDIANE DA SILVA ARAUJO	21459585745	26/06/1990	INDEFERIDO
00003	ELIENAI SIMONCELIS MOTA	21183084634	07/02/0987	DEFERIDO
00004	SILVANA DE OLIVEIRA SOUZA	2130980033	04/11/1981	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 85/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CLEIDE SILVA DA CUNHA MILAS	213480426	11/01/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 87/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LEONARDO BARROS CASTRILLON	21124084918	30/03/1985	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	VALDO MENACHO	212484355	24/03/1975	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 95/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00009 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	APARECIDA PINTO DE SOUZA	2128082432	14/06/1979	DEFERIDO
00002	APARECIDA RODRIGUES DE LIMA	21452782954	06/12/1976	INDEFERIDO
00003	ELFI MENACHO FRANCO	2149183405	10/12/1986	DEFERIDO
00004	JEANE CAROLINE MIRANDA DO ESPIRITO SANTO BACA	2197182614	05/06/1997	DEFERIDO
00005	JULIANA CAROLINA GOMES DA SILVA	21394183827	16/06/1994	INDEFERIDO
00006	MARIA EDILEIDE XAVIER	21409083911	18/11/1986	DEFERIDO
00007	NATANE RODRIGUES DA GRAÇA	21113781105	30/03/1991	DEFERIDO
00008	TANIA MARIA TOLEDO DA SILVA	21219083851	27/12/1976	DEFERIDO
00009	YOLANDA LETICIA TOGUIA DA SILVA	21443283506	06/05/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 99/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00006 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANTONIO ROSA DA SILVA OLIVEIRA JUNIOR	21416380229	16/07/1998	DEFERIDO
00002	EDILSON GONCALVES DIAS FILHO	21381283315	13/04/1979	INDEFERIDO
00003	FELIPE MAIA LEMES CHAVES	21107881702	16/05/1990	DEFERIDO
00004	HELDRIANE MARIA ARTIAGA DA SILVA	2148584130	04/09/1990	DEFERIDO
00005	KARLA PEREIRA SANTOS	21445081116	11/12/1997	INDEFERIDO
00006	LUANDERSON ITALO DELUQUE DUARTE	21425281110	07/06/2002	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	THAMIRIS CRISTINNA MONTEIRO PAULA	21431383048	20/01/2000	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 103/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00006 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIENE DA SILVA ALMEIDA	21405184123	10/12/1998	DEFERIDO
00002	ANA GABRIELA RAMOS DA CUNHA	2165183119	31/07/2000	DEFERIDO
00003	ANTONIA INEZ CANHETE	2120383152	20/04/1963	DEFERIDO
00004	ARCENIO SILVA VILARVAS	2121484009	06/07/1981	DEFERIDO
00005	LAUDICEIA MARIA DA CONCEIÇÃO	21432181200	17/02/1974	DEFERIDO
00006	SEU CARLO NOGUEIRA DE SOUZA	21425983901	22/04/1986	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELISANGELA FRANCISCA DA SILVA	21416982207	08/02/1992	DEFERIDO
00002	FERNANDA BENEDITA BASSAN ANTELO	21231583455	20/07/1987	DEFERIDO
00003	THIAGO FERREIRA PEREIRA	21414582334	01/03/1996	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIEL HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA	21413284211	19/03/1989	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 108/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRESSA RODRIGUES	21399081702	10/03/1993	INDEFERIDO
00002	LUIZ CLÁUDIO ALMEIDA MARTINS	2143784806	21/10/1982	DEFERIDO
00003	MARCO AURELIO PEIXOTO	21425782836	07/03/1978	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIANE CAMPOS VIEIRA	21178682545	04/03/1965	DEFERIDO
00002	LUANA GONÇALVES COSTA	21456785009	09/08/1986	DEFERIDO
00003	WEBERLY DIANE VIEIRA VITORINO RIBEIRO	219484712	09/04/1994	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 112/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS — 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LETICIA TAVARES MARTINS SANTOS	2185980447	18/05/1992	DEFERIDO
00002	MARCOS ANTONIO FERRI	2115085254	20/06/1970	DEFERIDO
00003	TACIANE NEVES FAUSTINO FERREIRA	21283183357	09/11/1968	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 114/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	SÉRGIO MIRANDA OLIVEIRA	21453381522	15/08/1981	INDEFERIDO
00002	SIDNEI LIMA DO CARMO	21375681721	04/10/1990	INDEFERIDO
00003	WELLINGTON VENANCIA DE SOUZA	21421681115	04/06/1991	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 116/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	EUNICE FERNANDES AIRES	21197185321	30/05/1974	INDEFERIDO
00002	LUIS PAULO VIANA DO NASCIMENTO	21323681837	14/02/1983	DEFERIDO
00003	MARILCE RAMOS TORRES DA CUNHA	2156483850	15/04/1980	DEFERIDO
00004	REGISLENE DA SILVA	21442684029	21/04/1984	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:21 *Página 118/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	BRUNO HENRIQUE CARNIELO FARIA	21234984215	22/09/1994	DEFERIDO
00002	KEDNA PRISCILA ALVES DOS SANTOS	21391083002	14/05/2002	DEFERIDO
00003	MARIA RITA SCARPASSI	2125185315	16/01/2000	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 121/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	KAROLINA MARTINS DE MIRANDA	21162782400	11/10/1992	DEFERIDO
00002	VALÉRIA GONÇALVES MIRANDA.	21314380353	09/09/1984	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 123/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA	21437183927	07/03/1995	DEFERIDO
00002	IZABEL ADELAIDE DA SILVA	21439883912	23/07/1981	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MARILENE DE SOUZA SILVA	21195383901	16/05/1983	DEFERIDO
00002	RONALDO JOSÉ DE CARVALHO	21455180127	17/05/1992	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 131/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS — 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CINTIA APARECIDA LACERDA FERREIRA	211582311	07/07/1981	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22

Página 133/199

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CRISTIANE APARECIDA MORAES MAGALHÃES	21321781650	30/09/1990	DEFERIDO
00002	PEDRO PAULO DE OLIVEIRA SABALA	21129981033	02/09/1971	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 135/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00007 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CEILA FERNANDES DE OLIVEIRA RIBEIRO	21389783640	12/03/1981	DEFERIDO
00002	DERCILIA DE OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS	21449281402	26/04/1986	DEFERIDO
00003	EDENILDA DE OLIVEIRA SANTANA RAMOS	2167781511	18/09/1978	DEFERIDO
00004	EDITE APARECIDA CAMARGO DA SILVA	2187183400	15/05/1971	DEFERIDO
00005	JULIANA FERREIRA MARCELINA MONTEIRO	21317580618	29/12/1984	DEFERIDO
00006	LARISSE SOUZA GOMES MOREIRA	21401384503	06/04/1997	DEFERIDO
00007	VANESSA CRISTINA PINTO DO NASCIMENTO	2184682225	29/04/1979	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22

Página 137/199

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	GIRLAINE BASSAN	21398580652	12/03/1992	INDEFERIDO
00002	LETÍCIA FERREIRA DE ALENCAR OLÍMPIO	21411284505	21/11/1988	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MARIA ROSA DOS SANTOS BERNEGOZZI	21321881818	05/11/1972	DEFERIDO
00002	NAZANIRTES PEREIRA DE CARVALHO	21453480942	15/11/1975	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 142/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	GENICE MOURA FERREIRA	21317785149	29/06/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 144/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	RENILDA RIBEIRO PERES	2136783810	31/08/1976	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 145/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	INIVAN RAFAEL DE PAULA	21411983932	24/10/1971	DEFERIDO
00002	JOAO ALVES DE MORAES FILHO	21393483159	07/06/1980	DEFERIDO
00003	RAFAELA DE ALMEIDA ESPINOSA	2139484432	05/09/1991	DEFERIDO
00004	VÂNIA RAMOS DA SILVA	21100685706	28/06/1978	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 146/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA	21202085009	22/08/1983	DEFERIDO
00002	ROSIVALDO FERREIRA MENDES	21121883325	26/11/1983	DEFERIDO
00003	THIAGO TADEU DE ARRUDA FERREIRA	21442880706	04/01/1988	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	IVANILDE FERREIRA SANTANA	21460684236	30/09/1974	DEFERIDO
00002	JAQUELINE ALVES DE GUTEMBERG GOMES	21404784208	03/03/1987	DEFERIDO
00003	MATEUS GOMES PEREIRA	21462283257	13/08/1996	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 150/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS — 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JULIA SUELLEN DE JESUS	2195785737	23/03/1991	DEFERIDO
00002	KARLA MURIELLY SOUZA TAVARES	21441485147	20/08/1983	DEFERIDO
00003	MARIA FRANCIENE RODRIGUES PEREIRA	21398982626	21/10/1956	DEFERIDO
00004	RAFAEL VINÍCIUS MARTOS DA SILVA	21112781614	06/12/1997	DEFERIDO
00005	SIMONI RIBEIRO DA SILVA	21127482249	25/06/1986	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LUCAS MATEUS FARIA SILVA	21246080230	22/09/1994	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 153/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CHARLES BRONSON BULHOES	21462380737	08/06/1986	DEFERIDO
00002	EDILSON MORAES MAGALHÃES	21162485340	24/09/1991	DEFERIDO
00003	FRANCIELE GOMES DELUQUE	21405884539	21/07/1988	DEFERIDO
00004	LAUANNE DE FÁTIMA MARQUES AGUILAR	21392683623	04/05/1995	DEFERIDO
00005	LUCIENE RODRIGUES FERREIRA	21430981235	14/08/1980	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 154/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADELAINE GONÇALVES BEZERRA	21311885546	13/03/1987	DEFERIDO
00002	APARECIDA DA CUNHA GARCIA SILVA	21446280750	01/11/1987	DEFERIDO
00003	APARECIDA SOARES DE MENEZES	21169785334	24/07/1992	DEFERIDO
00004	GERLANDO PAULA DA SILVA	2134682037	12/11/1963	INDEFERIDO
00005	JEANN APARECIDA FERREIRA DA COSTA	21457083428	11/09/1978	DEFERIDO
00006	JOANA CARDOSO DA SILVA DE CARVALHO	2162981136	24/06/1990	DEFERIDO
00007	MARIA DA PENHA DE ANDRADE	21383785313	07/01/1980	DEFERIDO
00008	MARIA SONIA LIMA RIBEIRO	2199380939	04/05/1969	DEFERIDO
00009	MICHELLE KAROLINE MODESTO	2150980749	03/05/1984	DEFERIDO
00010	SUZAMAR BATISTA SOUZA	21419984426	12/03/1982	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADILSON MARTINS HURTADO	21439985826	23/03/1974	INDEFERIDO
00002	ALESSANDRA GONÇALVES DO NASCIMENTO DA SILVA	2190185826	01/09/1999	DEFERIDO
00003	ALESSANDRA WERNERSBACH SÁ	2192084640	24/02/1986	DEFERIDO
00004	ALOISIO A BENEVIDES	2177683135	04/04/1961	INDEFERIDO
00005	ANTONIO ROBERTO SARAIVA BORGES	21408785754	26/10/1993	INDEFERIDO
00006	DAIANY SALES DA SILVA	21324380509	01/06/1992	DEFERIDO
00007	EDEMILSON DA SILVA SANTOS	2188984801	08/01/1984	DEFERIDO
00008	JACIRA PEREIRA LEITE	21449684342	22/07/1972	DEFERIDO
00009	LAIO LUAN SILVA COSTA MARQUES	21215982633	16/03/1988	DEFERIDO
00010	LARISSA PAIXAO DE PAULA NUNES	21121785826	30/06/1994	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	DAIANE MARAFANTE DE OLIVEIRA	21399781934	08/12/1987	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 160/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADELANGE ANGÉLICA BENACHIO	2185782020	16/07/1987	INDEFERIDO
00002	ANDREIA APARECIDA RAMOS	219281943	23/11/1979	DEFERIDO
00003	EMILIA FERREIRA DA SILVA	21195680654	30/05/1969	DEFERIDO
00004	MARIANA NAVARRO	21402681849	06/11/1994	DEFERIDO
00005	MICHELE MATOS MIATELLO	21408885726	20/12/1995	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRÉIA REGINA ALVES DOS SANTOS	21246385636	18/06/1989	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 163/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	FLAVIO SEBASTIAO DE BARROS LARA	21150181952	17/11/1981	INDEFERIDO
00002	MARCELLO SANTANNA DA COSTA	21461781115	18/03/1999	DEFERIDO
00003	MIRIAM NASCIMENTO SANTOS	21423285232	05/08/1985	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 165/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA	2137482136	15/05/1972	DEFERIDO
00002	ESTEFANIA SIMONCELIO OLIVEIRA	21171483417	11/10/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 167/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MARICLEY MAGALHÃES SEVERINO	2118784657	04/07/1968	DEFERIDO
00002	RACHEL DE CARVALHO NEVES	2123580409	21/01/1980	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 169/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ROZILENE BARBOSA	21122880513	05/07/1967	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 171/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELEZIEL BEIJAMIM DA SILVA LEITE	2127985212	21/08/1982	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 173/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JOSIANE DA SILVA	21110281757	15/07/1986	DEFERIDO
00002	MARCIA NOVAKC DA SILVA	2170983416	11/08/1965	DEFERIDO
00003	REGINA LAINE LAVAGNOLI MANTOVANI	21458484632	03/02/1974	DEFERIDO
00004	SOLANGE MARIA DE SOUZA NOVAKC	2188780707	06/03/1979	DEFERIDO
00005	WAGNER DIAS DE MOURA	2137284346	17/06/1977	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22

Página 175/199

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDREIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	2147980550	07/01/1993	DEFERIDO
00002	CAROLINY DE ARRUDA SILVA	21281782543	27/06/1997	DEFERIDO
00003	DAIANE BATISTA	21401484159	25/07/1992	DEFERIDO
00004	JAIRA ELAINE JUNQUEIRA	21227981159	16/08/1977	DEFERIDO
00005	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	21155785224	29/08/1982	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CINTHIA GRACIELLI DE OLIVEIRA	21439782813	10/05/1988	DEFERIDO
00002	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS	2196580247	21/04/1999	DEFERIDO
00003	SUELEN APARECIDA DE OLIVEIRA	21440880330	16/02/1990	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CAMILA DE SOUZA PEREIRA	21430684243	09/04/1996	DEFERIDO
00002	MARTA RODRIGUES CHAVES	21400285805	14/03/1987	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	HERMINDA PINHEIRO BACCA RAMOS	21403981815	05/01/1985	DEFERIDO
00002	MIRIAN DA SILVA ALMICI	21136284747	21/05/1991	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 182/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JULIANA PEREIRA LEITE LESCO	21320380047	16/02/1993	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	EVELLY CARLA DIAS MATIAS	21429780126	12/08/1998	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CLERISTON BARBI QUEIROZ	21420385942	07/05/1985	DEFERIDO
00002	CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA	21189881250	18/10/1982	DEFERIDO
00003	JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA	2158484230	01/12/1986	DEFERIDO
00004	NILZANETE DA COSTA CEBALHO NERES	21144080058	01/04/1986	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 190/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	EVANILDA KUGER	21433381528	01/08/1980	DEFERIDO
00002	ILDELENE APARECIDA DA COSTA QUEIROZ	21136781847	05/12/1976	DEFERIDO
00003	VALTER NONATO ALVES	21406085210	25/04/1987	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 25/03/2021 21:25:22 *Página 192/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00013 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRÉIA FERNANDA GONÇALVES	21272683203	28/12/1980	DEFERIDO
00002	DARCI MARTINS	2140880328	12/12/1972	DEFERIDO
00003	DIANA LANDIM DOS PASSOS REIS	21173984123	22/11/1978	DEFERIDO
00004	EVANIZE DE SOUZA AMARAL COELHO	2138082714	22/01/1991	DEFERIDO
00005	MARCELO DANIEL DA SILVA	21169082818	07/02/1972	DEFERIDO
00006	MARLENE CRISTINA DE VASCONCELOS	214680706	15/12/1971	DEFERIDO
00007	NEUZA LENADRO SILVA SANCHES	21415584438	20/05/1981	DEFERIDO
00008	PAULO CEZAR GOMES MATEUS	21325881755	20/02/1975	DEFERIDO
00009	SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO	21119682528	07/05/1986	DEFERIDO
00010	SUELLEN CRISTINA DA SILVA FRANCO MATEUS	21325481814	06/08/1990	DEFERIDO
00011	SUSANITA DE SOUZA RODRIGUES	21251680359	19/02/1982	DEFERIDO
00012	VALÉRIA DOS SANTOS MATOS DE CARVALHO	2167483834	18/09/1980	DEFERIDO
00013	VANILZA CARVALHO DE MELO	214180508	01/12/1980	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NUTRICIONISTA EDUCACIONAL

00023 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALINE DA SILVA RAMOS	21425482441	21/04/1989	DEFERIDO
00002	AMANDA LORRAYNE VIEIRA DE AGUIAR	21281280726	14/09/1991	DEFERIDO
00003	CAMILA APARECIDA DE SOUZA MOREIRA	21391985423	15/05/2002	INDEFERIDO
00004	CAMILA DUARTE DAS NEVES	21416581050	25/01/2002	INDEFERIDO
00005	CAMILA RODRIGUES SOARES	2155883204	05/02/1992	DEFERIDO
00006	DIANA TAMYS SILVA RODRIGUES	21413484835	17/07/2001	DEFERIDO
00007	DJEICE QUELE LINHARES GONÇALVES	21460885836	11/01/1990	DEFERIDO
00008	DOUGLAS OLIVEIRA VIEIRA	21408483534	18/11/1991	INDEFERIDO
00009	EDILEUZA SANTANA SOARES PENIDO	21441781949	03/01/1983	DEFERIDO
00010	ELIANNE ARRUDA PIRES	2116384622	23/11/1976	DEFERIDO
00011	ÊMILE LORRAINE DE OLIVEIRA AMORIM	21438083821	14/05/1991	DEFERIDO
00012	FERNANDA ALMEIDA DE OLIVEIRA	21397581315	14/12/1994	INDEFERIDO
00013	JADE PENTEADO BAGGIO DE CARVALHO	21451282315	30/09/1992	DEFERIDO
00014	KETTYLIN CAMPOS CORREA	21463381920	05/07/1996	DEFERIDO
00015	LAURA REGINA PINHEIRO LEITE	2124980610	30/04/1989	DEFERIDO
00016	LEONICE CARDOSO DA SILVA	21419883450	03/07/1987	DEFERIDO
00017	LETÍCIA FRATA FIORILLIO	21441684755	24/03/1995	DEFERIDO
00018	MARCIO DITOTE RAMOS DE ARRUDA	21385983800	26/11/1992	INDEFERIDO
00019	MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA	21462685050	01/06/1959	INDEFERIDO
00020	MELISSA MERCADANTE SANTANA CRUZ	21385682353	21/07/1991	DEFERIDO
00021	NAIARA DE ALMEIDA ROLIN	21424582326	07/02/1989	DEFERIDO
00022	SHYRLEY MENDES DA SILVA	21389282530	24/02/1999	DEFERIDO
00023	SIRINEIA APARECIA LEONEL JORGE	21437781442	15/10/1990	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NUTRICIONISTA EDUCACIONAL - PCD 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JEAN LUCAS SILVA DE PAULA	21448381309	14/11/2002	DEFERIDO
00002	MARCELA MOREIRA NOVAIS DE AMORIM	21373381723	23/07/1979	DEFERIDO
00003	RODRIGO DOS SANTOS FERREIRA	21454781425	28/02/1988	DEFERIDO

LEIA-SE:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

00277 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ACALONE MENDONÇA AGUIAR	2171483414	08/07/1981	INDEFERIDO
00002	ADALBYANE RIBEIRO LEITE	2168981027	20/04/1992	DEFERIDO
00003	ADAUBIANE KEMILY DE MORAES CAMPOS	21415483255	03/03/1994	DEFERIDO
00004	ADEMILDA DE LIMA MARTINS	21417283408	22/02/1971	DEFERIDO
00005	ADEMILSON SOUZA SANTOS	2119485710	08/12/1976	DEFERIDO
00006	ADEMLSON RANGEL PEREIRA	21460280720	02/08/1987	INDEFERIDO
00007	ADENILZA DE OLIVEIRA CAMPOS	21419281236	17/02/1995	INDEFERIDO
00008	ADEVAIR CEVADA DE MORAES	21222081540	13/02/1977	DEFERIDO
00009	ADRIELE RODRIGUES ASSUNÇÃO ARAGÃO	21406184614	04/08/1998	DEFERIDO
00010	ADRIELY CACIANO SILVA	21419482707	24/07/1997	DEFERIDO
00011	ADRIELY MAELY DA SILVA DIAS	21432380349	12/05/2002	DEFERIDO
00012	AGUINALDO GONÇALVES VASCONCELOS JUNIOR	216182905	15/02/1996	DEFERIDO
00013	ALBERTO DA CONCEICAO RIBEIRO	21376585451	12/06/1995	DEFERIDO
00014	ALCIONE DE SOUZA CORSINO	21420683848	15/02/1989	INDEFERIDO
00015	ALESSANDER ANDERSON ANDRADE GONZAGA	21439380038	03/11/1986	INDEFERIDO
00016	ALESSANDRA TRINDADE ORTIZ	21422280205	21/05/1994	INDEFERIDO
00017	ALESSANDRO BATISTA SANTIAGO	21399583701	14/11/1983	INDEFERIDO
00018	ALEXANDRA OLIVEIRA RAMOS	21427584247	19/11/1993	INDEFERIDO
00019	ALEXANDRE DIAS RIBEIRO	21426582903	11/03/2003	INDEFERIDO
00020	ALEXSANDER DA SILVA CRUZ	21452685934	22/04/1996	DEFERIDO
00021	ALFRANDO SATURNINO DE OLIVEIRA JUNIOR	21176484854	14/02/1995	DEFERIDO
00022	ALINE COSTA GONÇALVES	21423583423	11/05/1996	DEFERIDO
00023	ALINE DA SILVA BRITO	21395581314	29/11/1999	DEFERIDO
00024	ALINE LAURA ORMOND DE CAMPOS	21394284104	06/09/1988	DEFERIDO
00025	ALISSON RAMOS DO NASCIMENTO	21448084650	07/01/1996	DEFERIDO
00026	ALMIR RUMAO DE BARROS	21374682446	12/06/1992	DEFERIDO
00027	ALZIRA DE SOUZA MORAES DIAS	21394780140	11/04/1980	DEFERIDO
00028	AMANDA CRISTINA FERREIRA VITTORAZI	2123480538	08/10/1997	DEFERIDO
00029	AMANDA SILVA DA ROCHA	21414184058	28/05/2001	DEFERIDO
00030	ANA CIRILA SILVA DOS SANTOS	21220582629	18/03/1979	DEFERIDO
00031	ANA CLAUDIA GONÇALVES RAMOS DE SOUZA	21393382200	07/01/2001	DEFERIDO
00032	ANA FLAVIELE CRAMOLICH RODRIGUES	21442785321	22/08/1994	INDEFERIDO
00033	ANA MARIA PINTO DE FARIAS	21356784856	10/05/1981	DEFERIDO
00034	ANA PAULA RAMOS SABALA SANTIAGO	21465084853	13/06/1990	DEFERIDO
00035	ANA PAULA SANTANA	21458182131	20/08/1979	DEFERIDO
00036	ANDERSON MARÇALO RIBEIRO	21388982012	27/02/1999	DEFERIDO
00037	ANDERSON REINER NOGUEIRA DE SOUZA	21457185433	19/01/2000	INDEFERIDO
00038	ANDRE LUIZ CAMPOS DE OLIVEIRA	21241682255	22/09/1977	DEFERIDO
00039	ANDRE LUIZ OLIVEIRA DE ARAUJO	21413982624	22/09/1993	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 1/199*

00040	ANDRÉA DE OLIVEIRA PIRES	21255782319	20/08/1990	DEFERIDO
00041	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA	21394481350	27/10/1976	INDEFERIDO
00042	ANTONIO AUGUSTO DOS PRAZERES GOMES	21429583843	22/10/1976	DEFERIDO
00043	ANTONIO MARCOS CAVALCANTE	21440284859	13/06/1981	DEFERIDO
00044	APARECIDA CAROLINA FERREIRA SANTIAGO	21448184842	12/10/1991	DEFERIDO
00045	ARLETE ALVES DOS SANTOS BARROS	21227582932	04/12/1976	DEFERIDO
00046	BASIELLE QUEIROZ DA CONCEIÇÃO	21397382738	13/12/1987	INDEFERIDO
00047	BEATRIZ CINTRA NASCIMENTO	21415683921	05/12/1995	DEFERIDO
00048	BRENDA TAMIRES SOUZA DA SILVA	21358581923	23/05/2002	INDEFERIDO
00049	BRENDA THAIS CARDOSO	21431780604	28/02/1995	DEFERIDO
00050	BRUNA DOS SANTOS FRANÇA	21391880532	24/04/1996	INDEFERIDO
00051	CAMILE VITÓRIA OLIVEIRA DA SILVA	21405485929	16/09/2002	INDEFERIDO
00052	CAROLINA DE ARRUDA MACIEL	21390480013	28/09/1986	INDEFERIDO
00053	CAROLINE GOMES CORBELINO MACHADO DA COSTA	21402581646	03/01/1983	DEFERIDO
00054	CÁSSIA CRISTINE DE SOUZA SILVA	21464580026	18/08/1998	DEFERIDO
00055	CILEI PEREIRA CARVALHO	21387983327	27/06/1980	DEFERIDO
00056	CLÁUDIA VIRGINIA DE ANDRADE GONZAGA	21402782055	28/09/1976	DEFERIDO
00057	CLAUDINEI SANTANA SOARES DA SILVA	21463481934	29/11/1998	DEFERIDO
00058	CLEBERSON DA SILVA FERRAZ	21460982551	05/06/1987	DEFERIDO
00059	CLEIDE CURVO LEITE	2114985636	09/11/1980	DEFERIDO
00060	CLEITIANE NUNES DA SILVA	21183881801	23/04/1986	DEFERIDO
00061	CRISMELL MICHELIN GONÇALO	21396983245	20/03/2002	DEFERIDO
00062	CRISTIANE GAIA GALVAO	21451883508	30/11/1984	INDEFERIDO
00063	CRISTIANE SOUSA DE JESUS	21375183724	05/06/1987	DEFERIDO
00064	CRISTINE DA COSTA DINIZ	21122280028	10/06/1993	INDEFERIDO
00065	DAIANE RAMOS OLIVEIRA	21383083149	24/03/1989	INDEFERIDO
00066	DANIEL DE SOUZA SILVA	21415082620	10/09/2002	DEFERIDO
00067	DANIEL JOSE SILVA LACE	21465385952	01/03/1992	INDEFERIDO
00068	DANIELA DE OLIVEIRA	21383580022	28/07/1989	DEFERIDO
00069	DANIELE DOS SANTOS LOPES DA SILVA	21228185158	28/06/1995	INDEFERIDO
00070	DANIELLE DE LIMA GONÇALVES DOS SANTOS	21448783437	27/02/1989	INDEFERIDO
00071	DANIELLE VANESSA DE ANDRADE	21166284624	31/08/1981	DEFERIDO
00072	DARLAN PLASTER DA SILVA	21392085540	09/06/1981	DEFERIDO
00073	DAVID LUAN BORGES PEREIRA	21413384451	24/07/2000	INDEFERIDO
00074	DAYANE DE LIMA GONÇALVES	21410080625	05/11/1991	DEFERIDO
00075	DÉBORA LAÍS DE OLIVEIRA GALEANO	21401182822	14/05/2001	DEFERIDO
00076	DENNER CARLOS DA SILVA ASSIS	21392580905	11/11/1997	INDEFERIDO
00077	EDCARLOS MENDES RODRIGUES	21459384137	20/04/1996	DEFERIDO
00078	EDEMAR ZUSE	21397984435	29/06/1973	DEFERIDO
00079	EDER CORREA FERMIANO	21398680808	15/07/1994	DEFERIDO
00080	EDER HEN DA SILVA	21417685917	11/04/2000	DEFERIDO
00081	ELENIRCE NASCIMENTO DE MORAES LOURO	21381184335	24/01/1972	DEFERIDO
00082	ELIANE DA CRUZ CONCEIÇÃO	21461485820	26/11/1986	DEFERIDO
00083	ELIMAKSON CRIS DA COSTA OLIVEIRA	21329583406	02/04/1993	INDEFERIDO
00084	ELISA TAUÁÇURÊ DA SILVA FERREIRA	21403480724	09/04/1986	INDEFERIDO
00085	ELISETE NERES FERREIRA	21382983222	13/11/1991	INDEFERIDO
00086	ELIZÂNGELA FÁTIMA DE SOUSA	21329380743	28/02/1988	DEFERIDO
00087	ELIZENE PIRES DE PAULA	21180281438	15/07/1984	DEFERIDO
00088	ELLEN CRISTINA MAGALHÃES NACANISHI	21416183228	02/06/1995	DEFERIDO
00089	ELLEN KAROLINE BRASILINA DA SILVA	21437380457	19/06/1997	DEFERIDO
00090	EMERSON ALVES DE ALMEIDA	21215181348	27/10/1994	DEFERIDO
00091	ENEDIR CALINA DA SILVA RIBEIRO	21130782042	04/11/1961	DEFERIDO
00092	ENIVALDO DE SOUZA RIBEIRO	21256183519	07/06/1986	INDEFERIDO

00093	ERICA BEATRIZ OLIVEIRA	21447880228	17/03/1995	INDEFERIDO
00094	ERICA DAYENE RAMOS LARA RODRIGUES	21460781006	21/03/2003	INDEFERIDO
00095	ERICK ALVES DA SILVA	21309080739	20/08/1995	INDEFERIDO
00096	ERIKA BRUNA MENDES FREITAS	21103685958	28/10/1992	DEFERIDO
00097	EROTIDES KATERINE COSTA REGIS DE OLIVEIRA	21392881538	22/01/1998	DEFERIDO
00098	EVAIR DA SILVA TAPANACHE	21446780920	07/11/1992	INDEFERIDO
00099	EVELYN VITÓRIA PARENTE AIRES	21433482457	06/03/2000	DEFERIDO
00100	FABIANA DE JESUS DELUQUE	21388381036	17/01/2001	INDEFERIDO
00101	FABRICIA ANTUNES BARRETO	21388080509	05/11/1977	DEFERIDO
00102	FABRÍCIO CARVALHO DE JESUS	21413680447	07/10/1992	DEFERIDO
00103	FELIPPE GRAZIANO PAIVA CIRALLI	21459283805	22/02/1997	DEFERIDO
00104	FERNANDA CRISTINA DE CARVALHO	21389981911	21/03/1988	DEFERIDO
00105	FERNANDO LUIS DALLA COSTA	21388481000	16/06/1977	INDEFERIDO
00106	FLÁVIA FERNANDA SATÉLITE SILVA ROCHA	21399483159	30/06/1994	DEFERIDO
00107	FLAVIANE ANDREA PORQUERIO DA CRUZ	21413081007	08/03/1984	DEFERIDO
00108	FLAVIO BRASILINO DE CAMPOS	2114081737	11/02/1980	INDEFERIDO
00109	FRANCISCO MACHADO DA COSTA NETO	21403184240	16/11/1982	DEFERIDO
00110	GABRIELE RIBEIRO DO ESPIRITO SANTO	21377883718	09/09/1999	DEFERIDO
00111	GABRIELI CARDOSO SANTANA	21395782346	28/09/1998	INDEFERIDO
00112	GABRIELLY SOUZA FARIA DE JESUS	21405383018	17/03/2003	DEFERIDO
00113	GABRIELLY VITORI SILVEIRA SANTOS	21449781236	23/03/2003	DEFERIDO
00114	GELIANE ROSE OLIVEIRA MENDES	21385582201	21/07/1982	DEFERIDO
00115	GEOVANE JAIVONES	21129782614	15/03/1989	DEFERIDO
00116	GILMAR MARTINS DE SOUZA.	21421083210	07/02/1972	INDEFERIDO
00117	GILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	21422982158	22/02/1975	DEFERIDO
00118	GLEICE KELLY DE SOUZA LEITE	21383984828	03/12/2002	DEFERIDO
00119	GLESCIELI RODRIGUES DE PAULA	21202382453	07/08/1987	INDEFERIDO
00120	GRACINAIRA DHEYZZYNAIRA MOAMA MORAES FERREIRA	21451983951	03/08/1988	DEFERIDO
00121	GRAZIELLE DE OLIVEIRA VIEIRA	21386483924	19/01/1993	INDEFERIDO
00122	GUILHERME LEITE RIBEIRO	21309183017	06/04/1983	INDEFERIDO
00123	HELEN KARLA OLIVEIRA DALLORTO	21407285835	26/01/1999	INDEFERIDO
00124	HELLEN RENATA DA SILVA SOUZA	21239281309	12/09/1995	DEFERIDO
00125	HELOISA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	21425582704	25/08/1986	INDEFERIDO
00126	HIGOR LOPES ANDRADE	21462181758	20/08/1999	DEFERIDO
00127	IANETE MENEZES RODRIGUES	21277985729	30/09/1977	INDEFERIDO
00128	IGHOR RAPHAEL GONÇALVES CAMPOS SILVA	21378482940	20/10/1982	INDEFERIDO
00129	INGRID GABRIELLY JESUS DO PRADO	21463883837	09/11/2000	DEFERIDO
00130	IONE MARIA DE FIGUEIREDO DE SOUZA	21389383249	11/08/1995	DEFERIDO
00131	ISABELLE CASTRILLON GARCIA DE FRANÇA	21428784932	13/10/2000	INDEFERIDO
00132	ISAMARA SEIDHT DA MOTA SILVA	21381480801	10/09/1994	DEFERIDO
00133	ISLEIDE DE ALMEIDA OLIVEIRA	21393984356	03/05/1997	DEFERIDO
00134	ITALO ROBSON DA SILVA CRUZ	21436285725	17/07/1997	DEFERIDO
00135	IVALDO OLANDA	2163581359	21/08/1980	DEFERIDO
00136	IZABEL CRISTINA DE ABREU	21382180646	12/05/1984	DEFERIDO
00137	IZAIAS MELO DA SILVA	21325582147	15/12/1984	DEFERIDO
00138	IZAQUE DA SILVA SINES	21384980451	10/02/1996	INDEFERIDO
00139	JACIRA JUSTINA DE MORAES	21374585937	16/09/1981	INDEFERIDO
00140	JANAINA DA SILVA RAMOS	21439580602	27/05/1991	DEFERIDO
00141	JANE LEA SOARES	21379280358	05/04/1978	DEFERIDO
00142	JANE VIELMA DE SOUSA	21393883612	27/10/1992	INDEFERIDO
00143	JÂNIA MARIA GOMES DA SILVA	2138182416	20/09/1973	DEFERIDO
00144	JAQUELINE DO CARMO MARQUES NASCIMENTO	2144483010	07/09/1982	INDEFERIDO
00145	JAQUELINE CHAVES DA SILVA	21401082408	14/06/1999	INDEFERIDO

00146	JAQUELINE MARIA RAMOS	21452883451	10/05/2000	DEFERIDO
00147	JAQUELINE PEREIRA FERRAZ DA SILVA	21390580033	03/01/1997	INDEFERIDO
00148	JAQUELINE SANDRA CALDERON HEREDIA	21410180944	29/10/1990	INDEFERIDO
00149	JEAN LUCAS SILVA MAGALHAES	21458282519	03/03/1995	DEFERIDO
00150	JEFFERSON DAVID DE LUNA SANTOS	21419581833	11/01/1996	DEFERIDO
00151	JESÃ PEREIRA KREITLOW	21386783812	30/01/1988	DEFERIDO
00152	JÉSSICA MARIA DA SILVA DIAS	211482650	04/01/1993	DEFERIDO
00153	JOÃO GABRIEL ALVARES GIL	21455283343	12/02/2001	DEFERIDO
00154	JOELMA DA SILVA MOTA	21457482959	12/08/1988	DEFERIDO
00155	JOHHNY GABRIEL GALVAO COIMBRA	21452484828	30/07/2002	INDEFERIDO
00156	JONADARK MIGUEL DE OLIVEIRA	21404485122	29/08/1990	INDEFERIDO
00157	JONES FELIPE DELUQUI OLIVEIRA SANTOS	21420080226	01/04/1997	DEFERIDO
00158	JOSE ANTONIO SILVA PEREIRA	21152082645	19/03/1989	DEFERIDO
00159	JOSÉ BARBOSA DO NASCIMENTO	21421384413	05/02/1968	INDEFERIDO
00160	JOSE LUIZ DE ALMEIDA	21438482234	12/03/1968	DEFERIDO
00161	JOZELENE CLARA DA CHAGAS OLIVEIRA	21463984302	30/05/1980	DEFERIDO
00162	JUCILENE PEREIRA BATISTA	21409481340	08/06/1983	DEFERIDO
00163	JÚLIA FERNANDA NUNES DE SOUZA	21430083459	21/10/2002	DEFERIDO
00164	JULIANE CRISTINE ARAÚJO SILVA	21403580754	08/01/1992	INDEFERIDO
00165	JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	21432983149	07/09/1984	DEFERIDO
00166	JULIENE LEMES DA SILVA	21112580114	14/04/1984	DEFERIDO
00167	JULIETE DOS SANTOS MORAES	21393181628	22/11/1990	DEFERIDO
00168	JULIO CESAR FALCHIONE MOREIRA	21407785013	20/04/1976	INDEFERIDO
00169	KAREN ESTER DA SILVA MARTINS	21453581658	15/07/1995	INDEFERIDO
00170	KAREN LUCY SILVA DE OLIVEIRA	21422384903	26/05/1999	INDEFERIDO
00171	KARIELE GONÇALVES RAMOS	21386685638	10/09/2000	INDEFERIDO
00172	KARINA CEBALHO SIQUEIRA	21428581935	25/06/1995	DEFERIDO
00173	KARINA CRUZ DA SILVA	21138084353	13/05/1996	DEFERIDO
00174	KARINE PEREIRA DE PAULA	21432284803	02/12/1993	DEFERIDO
00175	KARINE RAIZA MASSAVI FERREIRA	21391381215	04/02/1995	DEFERIDO
00176	KARLA ELIZANDRA CORREA DA COSTA	21413881956	19/07/1994	INDEFERIDO
00177	KAROLINE FERNANDA RAMOS	21430285239	25/04/1995	DEFERIDO
00178	KLÉBER MONIZ NASCIMENTO	21395681626	18/06/1986	INDEFERIDO
00179	LARISSA RONDON DE CARVALHO	21393682518	19/04/1994	DEFERIDO
00180	LAVINIA DORNELES DE LIMA SANTOS	21414883118	04/01/2002	INDEFERIDO
00181	LEIA DA SILVA FERNANDES	21418882334	31/08/1985	DEFERIDO
00182	LEIDIANE DE CARVALHO GONÇALVES	21414084006	12/10/1988	DEFERIDO
00183	LETICIA OLIVEIRA DE SOUZA FERREIRA	21405684053	31/05/1988	DEFERIDO
00184	LIDIA LIMA DE OLIVEIRA	21345783850	24/01/1987	DEFERIDO
00185	LIUDEMAR DE LARA SANTOS	21418785329	03/06/1984	DEFERIDO
00186	LOILSON RODRIGUES DA SILVA	21390982416	06/03/1976	INDEFERIDO
00187	LUCAS EDUARDO NEVES QUEIROZ	21455580528	11/10/1999	DEFERIDO
00188	LUCAS GABRIEL RIBEIRO FARIAS	21453185328	23/06/2001	DEFERIDO
00189	LUCIANA COLLETTE AMORIM	21380182320	02/08/1982	INDEFERIDO
00190	LUCIANA DO CARMO TORRES	21398082118	06/12/1990	DEFERIDO
00191	LUCIANO SANTOS ALVES	21392781222	25/11/1997	DEFERIDO
00192	LUCILENE DA SILVA LEAL	21127680034	06/09/1971	INDEFERIDO
00193	LUCINEIA DE JESUS	21461284344	30/04/1976	DEFERIDO
00194	LUCINETH CARDOZO DE OLIVEIRA	21423681431	09/01/1990	DEFERIDO
00195	MADSON FREIRE MENDONCA	2199784958	07/11/1983	DEFERIDO
00196	MAITÊ LARISSA GONÇALVES BATISTA	21450783832	14/06/2000	DEFERIDO
00197	MARCELA DE ALMEIDA SILVA RIBEIRO	2133683448	28/05/1987	DEFERIDO
00198	MÁRCIA PEREIRA DA SILVA	21427282329	13/04/1967	DEFERIDO

00199	MARCILENE TAVARES MARTINS	2128685444	18/12/1972	INDEFERIDO
00200	MARCUS VINICIUS DA SILVA	21372982138	08/11/1996	INDEFERIDO
00201	MARGARET DORNELAS DA SILVA	21417585027	14/12/1964	DEFERIDO
00202	MARIA APARECIDA DA SILVA	21426280250	01/05/1987	DEFERIDO
00203	MARIA AUXILIADORA RAMOS LEITE	21104082823	06/09/1979	DEFERIDO
00204	MARIA EDUARDA OLIVEIRA SILVA	21425684623	22/05/2001	INDEFERIDO
00205	MARIANA BOTELHO SOUZA	2162183406	31/10/1995	DEFERIDO
00206	MARIANA EVELLIN DA SILVA CUNHA	21414684025	27/01/1996	INDEFERIDO
00207	MARINA DA SILVA KIRNEW	21170985920	11/09/1991	DEFERIDO
00208	MARIS AUGUSTO SILVA RABELO	21423983303	15/04/1987	INDEFERIDO
00209	MARIUZA APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS	2121585517	20/09/1974	DEFERIDO
00210	MARLENE MENDES DE OLIVEIRA HOLANDA	2112181029	22/08/1978	INDEFERIDO
00211	MATEUS PEREIRA DOS SANTOS	21395481651	30/05/2002	DEFERIDO
00212	MATHEUS AMORIM QUEIROZ	21438382239	17/01/1999	INDEFERIDO
00213	MATHEUS VINICIUS RIBEIRO SALES	2110984126	24/01/1999	DEFERIDO
00214	MAYSA LUZIA PERES	2184481658	05/06/1994	INDEFERIDO
00215	MIKAEL MONTEIRO SANTOS	21379980120	05/07/1998	DEFERIDO
00216	MILEIDE DOURADOS SOUZA LEITE	21198582945	18/10/1989	DEFERIDO
00217	NATALIA DA SILVA	21406782958	27/03/1999	DEFERIDO
00218	NATALY DRIELY MIRANDA LARA	21384681302	13/01/2000	DEFERIDO
00219	NEI SOARES DE BARROS	21412185943	24/03/1970	INDEFERIDO
00220	NILTON CARLOS RODRIGUES DA SILVA	21192382521	19/10/1992	DEFERIDO
00221	NISLEYNE RIBEIRO PINHEIRO	21382380930	15/10/1991	INDEFERIDO
00222	NIVEA CONCEIÇÃO DA SILVA SENABIO	21261480618	06/12/2018	INDEFERIDO
00223	PATRICIA SILVA DE ALMEIDA	21444784534	10/01/1994	DEFERIDO
00224	PAULA CAROLINA DE ARRUDA E SILVA	21426381453	12/02/1996	DEFERIDO
00225	PAULA LUANA DA SILVA TEIXEIRA MARINI	21401885856	02/09/1986	DEFERIDO
00226	PAULO SERGIO DA SILVA	21417082725	20/05/1986	INDEFERIDO
00227	PEDRO BENTO DE SOUZA JUNIOR	2183585554	17/10/1993	INDEFERIDO
00228	POLIANA DANTAS ALBUQUERQUE	21418984238	24/03/1986	INDEFERIDO
00229	RAFAEL HURTADO GARCIA	21181485906	05/12/1997	DEFERIDO
00230	RAFAEL NEVES RODRIGUES	21387284753	20/02/1991	INDEFERIDO
00231	RAFAELA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	21399883857	14/03/2001	INDEFERIDO
00232	RAFAELA MONTEIRO DE SOUZA LEITE	2196283230	26/05/1998	DEFERIDO
00233	RANIELE JENIFFER RIBEIRO MARQUES	21438984823	17/05/2002	DEFERIDO
00234	RAYANE DAS NEVES SILVA	21411681102	02/01/1995	DEFERIDO
00235	RAYANE FREITAS ALVES DE JESUS	21404582322	02/05/1996	DEFERIDO
00236	RAYANI ANDRESSA DA CRUZ OLIVEIRA	21259885050	30/05/1995	DEFERIDO
00237	RAYANNE CRISLEY DE SOUSA PEREIRA	21386383746	10/02/1992	INDEFERIDO
00238	REBERT DE SOUZA RIBEIRO	21410281249	22/05/1996	DEFERIDO
00239	REGIANE ALVES DE SOUZA	21250082840	13/09/1986	DEFERIDO
00240	RENATO LUÍS MAXIMIANO	2124881223	02/05/1992	DEFERIDO
00241	RHANNA GABRIELLE FRANCA	21396583634	04/09/1999	DEFERIDO
00242	RITA DE CASSIA ALMEIDA MARTINS	21300685051	18/10/1988	DEFERIDO
00243	ROGÉRIO ANTONIO DA SILVA	21413585313	21/08/1996	DEFERIDO
00244	ROGERIO MENDES GONÇALVES	21240080145	20/08/1978	DEFERIDO
00245	RONIEL DESTEFANI ALVES MIRANDA	21236082037	07/02/2001	DEFERIDO
00246	ROSINEIDE DA GLÓRIA DE PAULA	21438682356	16/08/1989	DEFERIDO
00247	RUAN FELIPPE PIRES DA SILVA	21392185544	12/09/1996	DEFERIDO
00248	RUDNEI REINALDO RIBEIRO	21409282905	22/04/1993	DEFERIDO
00249	SAMARIA GARCIA GOMES	21378885457	20/10/1996	DEFERIDO
00250	SANDRIELE SANTIAGO ALVES DE SOUZA	21403283932	05/09/1996	INDEFERIDO
00251	SANDY CAROLINE LOPES TEIXEIRA DA SILVA	21380080142	27/02/1993	INDEFERIDO

00252	SARA HELLEN DINIZ DO ESPIRITO SANTO	21450981946	01/03/1994	DEFERIDO
00253	SILVIO ANTONIO DINIZ DO ESPIRITO SANTO	21400184800	13/02/1995	INDEFERIDO
00254	STEFENI MIKELLI DE OLIVEIRA BARBOSA	21448885940	19/07/1995	DEFERIDO
00255	STEFFANNY KATIUSCY GONZAGA SILVA	21394882907	14/09/1988	INDEFERIDO
00256	SUELLEN REGINA DA SILVA	21452580343	07/08/1987	DEFERIDO
00257	TATINE PENARIOL DE ROSATO	21456482150	27/04/1981	INDEFERIDO
00258	THAIS DE OLIVEIRA GALEANO	2150480123	22/01/1992	DEFERIDO
00259	THOMAS TAYLOR RIBEIRO DE BARROS	21415181852	24/11/1999	INDEFERIDO
00260	TUAYNE CRISTINE E SILVA	21392380645	31/08/1990	INDEFERIDO
00261	VALTER DA SILVA JUNIOR	21389482154	16/09/2000	DEFERIDO
00262	VANDERSON DE OLIVEIRA FERNANDES	21458982320	07/06/1999	DEFERIDO
00263	VANESSA JULIANA PORTE DA SILVA	21377481031	08/09/1997	INDEFERIDO
00264	VICTOR EDUARDO SOARES LOBO SANTOS	21406682513	18/12/1999	DEFERIDO
00265	VICTOR HUGO ALVES DA SILVA	21403083644	22/06/1998	DEFERIDO
00266	VIVIAN CRISTINA SERAFIM DE BARROS	21406485527	21/01/1981	INDEFERIDO
00267	VIVIANY DA SILVA BRUGNHAGO	21431880937	14/07/1989	DEFERIDO
00268	WAGNER DE OLIVEIRA SILVA	21418181510	11/03/1988	DEFERIDO
00269	WAGNER LEITE PEDROSO	21232184422	11/02/1986	DEFERIDO
00270	WANER LEOBEN SANTIAGO FERREIRA DOS SANTOS	21385285752	04/05/1984	DEFERIDO
00271	WASHINGTON LUIS RAMOS GONÇALVES	21459680417	08/01/1999	DEFERIDO
00272	WELLITON FERNANDES RAMOS	2196081502	30/09/1987	DEFERIDO
00273	WILLIAM DE FREITAS	21173780014	13/02/1990	DEFERIDO
00274	WILSON CARMINDO BRAGA	21383284552	06/05/1983	DEFERIDO
00275	WUELISON CONCEIÇÃO SOARES	21410483915	15/12/1999	INDEFERIDO
00276	YASMIN PASSBERG	21390085156	28/10/1998	INDEFERIDO
00277	YENAN GUARIM DE FRANÇA	21385483654	23/02/1999	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

00017 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALEXSANDER LEONEL DE ARAUJO	21376882655	22/10/1999	INDEFERIDO
00002	ANA CRISTINA SILVA PEREIRA	21419180733	04/12/1997	DEFERIDO
00003	BRUNA NETTO LUDGERIO	21387184629	13/12/1993	INDEFERIDO
00004	CAMILA BARBOSA DA SILVA	2143983846	02/05/1993	INDEFERIDO
00005	DOUGLAS FELIPE RONDINI	21379183352	27/03/1998	INDEFERIDO
00006	EDEILDES RIBEIRO DA SILVA	21456181041	30/04/1975	INDEFERIDO
00007	KEROLAINE LEONEL DOS SANTOS PASTOR	21381885907	05/06/1992	INDEFERIDO
00008	KEZIA VAZ DOS SANTOS CANDIDO	21373183609	23/05/1985	INDEFERIDO
00009	LUIZ GILBERTO JACOB DOS PASSOS	21390380209	04/02/1992	INDEFERIDO
00010	MARCELO MACIEL DA SILVA	21376284601	20/05/2002	DEFERIDO
00011	MARIA DO CARMO NASCIMENTO SILVA	21400480341	16/06/1980	INDEFERIDO
00012	PEDRO LUCAS NUNES DE SOUZA	21399983858	02/09/2001	DEFERIDO
00013	RÂMELA LANA COSTA	21456583128	19/04/2000	DEFERIDO
00014	SILENE GONÇALVES DA SILVA	21407384609	01/03/1983	INDEFERIDO
00015	VITOR EDUARDO DA SILVA PEREIRA PINTO	21412285826	12/01/2003	INDEFERIDO
00016	WELLINGTON CAETANO DE CAMPOS	21384185028	01/05/1989	INDEFERIDO
00017	YAN LUCAS SANTOS SATURNINO	21443185908	03/04/2001	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00286 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADEMIR LACERDA DA SILVA CAMPOS	21424080409	15/05/1977	INDEFERIDO
00002	ADRIANA LEITE RIBEIRO OLIVEIRA	21454381750	02/10/1989	DEFERIDO
00003	ADRIANE VIVIAN	21438281118	30/08/1978	INDEFERIDO
00004	AJUCINEIA GONÇALVES RAMOS DE SOUZA	21233185720	30/11/1970	DEFERIDO
00005	ALESKA LEITE LEONARDI	21412384120	04/05/2000	DEFERIDO
00006	ALESSANDRA APARECIDA BASTO DA SILVA	21111480654	26/11/1992	DEFERIDO
00007	ALESSANDRA DA SILVA SOUZA TORRES	21421585042	15/06/1985	DEFERIDO
00008	ALESSANDRA FAVA ROQUE	2175981138	16/09/1983	DEFERIDO
00009	ALEXANDRA DE AVILA JARDIM	21109381717	04/02/2000	DEFERIDO
00010	ALEXANDRA SANTOS SOUZA	21426785000	21/11/1983	DEFERIDO
00011	ALEXANDRE FERNANDES VELOSO	21443483343	23/11/1998	DEFERIDO
00012	ALINE DA SILVA CORREA	21450483438	20/06/1997	DEFERIDO
00013	ALINE ELIANE DA SILVA	21227880952	09/12/1990	DEFERIDO
00014	AMANDA GONÇALVES BEZERRA	21422881935	06/11/2001	DEFERIDO
00015	AMANDA MELO ALVARENGA	21440180312	01/01/1995	DEFERIDO
00016	AMANDA RODRIGUES LEITE	21451682651	01/05/1996	INDEFERIDO
00017	ANA ADOLFINA AIRES DAS NEVES CRUZ	21353081408	06/09/1968	DEFERIDO
00018	ANA LAURA MENDES DE SOUZA	21167484725	19/10/1973	DEFERIDO
00019	ANA LUCIA DE OLIVEIRA GOMES	21428482703	19/04/1976	DEFERIDO
00020	ANA LUCIA FERREIRA BERGAMO	2121980505	23/05/1983	DEFERIDO
00021	ANA TEREZA DA SILVA RODRIGUES	21129685531	17/04/1978	DEFERIDO
00022	ANA VANESSA CAXITO BRAGA	21440480119	13/07/1981	DEFERIDO
00023	ANÁDIA MARIA DA SILVA	21137184019	20/03/1978	DEFERIDO
00024	ANAYRA CORREA DE FRANÇA	21251983827	12/09/1994	DEFERIDO
00025	ANDERSON CALIXTO DE OLIVEIRA	21464783206	21/04/1983	INDEFERIDO
00026	ANDREIA MARIA DE OLIVEIRA	21126081746	13/04/1975	DEFERIDO
00027	ANDRESSA DA SILVA PINHEIRO	21449985450	31/05/1993	INDEFERIDO
00028	ANDREZA NICOLE DE MORAIS	21313780320	04/06/1996	DEFERIDO
00029	ANISETE DE SOUZA RIBEIRO	21444681557	03/10/1983	DEFERIDO
00030	ANNE CAROLINE RODRIGUES CAMPOS	2168283242	03/04/1989	DEFERIDO
00031	ANTONIA ESPIRITO SANTO DE QUEIROZ	21113881434	10/06/1962	DEFERIDO
00032	ANTONIA LUCIENE DOS SANTOS	21442484951	13/06/1967	DEFERIDO
00033	ANTONIELA MARIA FARDIM	2136985740	01/01/1985	DEFERIDO
00034	APARECIDA FERREIRA	21112285745	06/10/1969	DEFERIDO
00035	APARECIDA TERTULIANO DE OLIVEIRA	2181983511	12/10/1990	DEFERIDO
00036	ARANTXA SANCHES SOARES ANTONIO	21445182227	27/07/1994	INDEFERIDO
00037	AUDIRA BARROS LOPES	2165785943	01/05/1966	DEFERIDO
00038	BÁRBARA CRISTINA DOS SANTOS VIANA	21445882547	30/09/1997	DEFERIDO
00039	BIANCA DA SILVA ORTIZ	21168381905	28/05/1992	DEFERIDO

00040	BRUNA MASSAI CAETANO	2192583815	24/10/1999	DEFERIDO
00041	BRUNA NADINE COUTO MIRANDA	21408181822	29/12/1991	INDEFERIDO
00042	CARLA RAISSA DA SILVA RODRIGUES	21401681302	02/03/1996	INDEFERIDO
00043	CARLOS DE CARVALHO COSTA	21401583548	12/06/1975	INDEFERIDO
00044	CARMEM SILVA DE ARRUDA FARIAS	21375282131	15/12/1968	INDEFERIDO
00045	CAROLAINE DE PAULA AMARAL	21420184552	15/09/1999	DEFERIDO
00046	CASSIA MARTINS DE SOUZA PEREIRA	21455384836	02/04/1992	DEFERIDO
00047	CÁTIA CILENE RIBEIRO DA SILVA	21256582421	21/06/1971	DEFERIDO
00048	CLAUDIA GOMES DE ALMEIDA	21368182157	13/11/1969	DEFERIDO
00049	CLEIDIANE CRISTINA DA SILVA	211883638	24/08/1989	DEFERIDO
00050	CREITIANE CATARINA DE SOUZA MONTEIRO	2174480940	07/07/1990	DEFERIDO
00051	CRISLENE RAQUEL COSTA DE MOURA	21436983535	07/06/1989	DEFERIDO
00052	CRISTHOFFER FELIPE PRADO CAMPOS	21433182006	15/11/2000	DEFERIDO
00053	CRISTIANE DE JESUS EGUES DE SOUZA	212183353	29/04/1987	DEFERIDO
00054	CRISTIANE DE MIRANDA SILVA	21118380115	20/04/1985	DEFERIDO
00055	CRISTIANE JORRA POQUIVIQUI	21178485802	11/04/1985	DEFERIDO
00056	DAELLES BISSOLI AGUIAR	21415984643	13/10/1987	INDEFERIDO
00057	DAIANA CUIABANO RIBEIRO	21405085952	04/03/1988	INDEFERIDO
00058	DAIANE LETICIA DA SILVA ALVES	21421782850	24/06/1991	DEFERIDO
00059	DAIANY CAROLINE RAMOS LEITE	21423484931	25/03/1992	DEFERIDO
00060	DANIELA FERNANDA DOS SANTOS ALMEIDA	21173884110	13/03/1992	DEFERIDO
00061	DANIELE DA COSTA MEDEIROS	2196883300	30/06/1988	DEFERIDO
00062	DANIELE PEREIRA DE ARRUDA	21460581718	15/05/1991	DEFERIDO
00063	DANILLA APARECIDA DE SOUZA SILVA	21445684840	26/04/1988	DEFERIDO
00064	DARLENE FLORIANO DE OLIVEIRA	2188183855	27/11/1990	DEFERIDO
00065	DEBORA CRISTINA ACACIO DO NASCIMENTO	21414481804	12/08/1997	DEFERIDO
00066	DÉBORA LORRANE CAROLINE ALMEIDA	21196381026	03/08/1994	DEFERIDO
00067	EDNALVA DE SOUZA BENEVIDES	21439485626	20/01/1974	DEFERIDO
00068	ELAINE MARQUES DE ARAUJO	21428983914	13/08/1995	DEFERIDO
00069	ELAINE RAMOS CABRERA	21155182419	09/09/1987	DEFERIDO
00070	ELAYNE FABIANA MONTEIRO RODRIGUES	21139981316	31/12/1987	DEFERIDO
00071	ELENIR CRISTIANE CORREA	212385158	10/03/1972	DEFERIDO
00072	ELIANE CRISTINE BOAVENTURA SILVA	21142981936	07/12/1986	DEFERIDO
00073	ELIANE DE OLIVEIRA CAETANO	21435985241	03/12/1980	DEFERIDO
00074	ELIANE RAMOS CORDEIRO LARA	21461383750	02/04/1987	INDEFERIDO
00075	ELIENE ROCHA PEREIRA	2146480140	17/04/1976	DEFERIDO
00076	ELIENI LEITE DA SILVA	21141880414	17/08/1980	DEFERIDO
00077	ELIMARCIA DE JESUS	21202785913	28/07/1983	INDEFERIDO
00078	ELINE DE SOUZA ANDRADE	21248185329	16/01/1992	DEFERIDO
00079	ELINETE DA SILVA OLIVEIRA	21429681430	17/06/1985	DEFERIDO
00080	ELISANGELA OURIVES DE OLIVEIRA	2149684758	22/09/1977	DEFERIDO
00081	ELIZABETH DE MORAES	21242885814	03/07/1974	DEFERIDO
00082	ELZA ROCHA SILVA	21415784443	23/06/1974	INDEFERIDO
00083	EMANUELLY DE OLIVEIRA CARDOSO	21396481807	15/04/2000	DEFERIDO
00084	ENEDINA RAMOS SANTOS	2171085740	11/03/1990	INDEFERIDO
00085	ENEELY CAMPOS DE ARRUDA PEDROSO	21456284245	05/12/1986	DEFERIDO
00086	ESTER APARECIDA VARJÃO	21441080641	06/09/1989	DEFERIDO
00087	EUGENIA MARIA DA CRUZ PRIMO DOS SANTOS	21424180959	20/12/1981	INDEFERIDO
00088	EVANIL SALES DE CARVALHO	21135584520	08/11/1973	INDEFERIDO
00089	FABIANE ERICA SOUZA NUNES FONSECA	21388882411	28/12/1990	INDEFERIDO
00090	FATIMA APARECIDA TEODORO DA SILVA	213880715	24/07/1992	DEFERIDO
00091	FÁTIMA APARECIDA VAZ DE MORAIS	21166983905	13/03/1970	DEFERIDO
00092	FATIMA LAUREANA DA SILVA SENABIO	21157381448	14/05/1987	DEFERIDO

00093	FERNANDA DELUQUI TACEO GAMARRA	21395181709	15/11/1997	INDEFERIDO
00094	FLAVIA DOS SANTOS NASCIMENTO	21192083027	23/02/1990	DEFERIDO
00095	FRANCIANE APARECIDA DA ROSA	2168680257	15/03/1985	DEFERIDO
00096	FRANCIELE CORREA DE FREITAS SILVA DUARTE	21124185243	07/07/1993	DEFERIDO
00097	FRANCIELE CRISTINA DA ROSA	21444185524	29/03/1988	DEFERIDO
00098	FRANCYELLE FERRAREZZI DE OLIVEIRA	21407682000	02/01/1994	DEFERIDO
00099	GABRIELA OLIVEIRA DOS REIS	21132882307	18/04/1995	INDEFERIDO
00100	GEISELEN LUZIA DA SILVA	21446383101	20/05/1992	DEFERIDO
00101	GEOVANA BARBOSA BEJARANO	2121383346	10/08/1987	DEFERIDO
00102	GESAINNE THÁSSIA RIBEIRO DE JESUS	21252783143	22/07/1992	DEFERIDO
00103	GÉSSICA PEREIRA PINTO	2142081510	14/06/1990	INDEFERIDO
00104	GILCINÉIA FERREIRA MENDES	21430582219	23/12/1977	INDEFERIDO
00105	GIOVANA MARTINS DA SILVA	21412681833	18/04/1991	INDEFERIDO
00106	GIRLANE CEZARIO CORREA	2174183936	07/06/1986	DEFERIDO
00107	GISLAINE DO NASCIMENTO MENACHO	21291280920	03/05/1990	DEFERIDO
00108	GLAUCIA DE OLIVEIRA MATTOS	21411083608	25/10/1983	INDEFERIDO
00109	GLAUCIANE DA SILVA CUIABANO	21434782037	11/07/1986	INDEFERIDO
00110	GLAUCILENE SILVA FERREIRA	21453084054	13/09/1980	DEFERIDO
00111	GONÇALINA CONCEIÇÃO FERREIRA NASCIMENTO	21386083538	13/01/1975	INDEFERIDO
00112	GRACIELE CONCEIÇÃO DOS ANJOS	21408383713	29/05/1989	INDEFERIDO
00113	GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI	2140385534	23/08/1983	DEFERIDO
00114	GREICE FERNANDA GARCIA	216284808	03/09/1989	DEFERIDO
00115	HELEM CEBALHO FERREIRA DA SILVA	21149683920	11/06/1980	DEFERIDO
00116	ISLA FERREIRA BARBOSA	2176883751	16/09/1995	DEFERIDO
00117	ITANIELI SOUZA VIANA RIBEIRO	21409985637	22/03/1995	INDEFERIDO
00118	IZALTINA DA SILVA SOBRAL	21402983826	24/12/1971	DEFERIDO
00119	JACKELINE BALESTRIN DUTRA	21464982457	09/10/1998	DEFERIDO
00120	JAILTON ÁRES DE SOUZA	21391783818	07/03/1994	INDEFERIDO
00121	JANAINA OLIVEIRA DOS SANTOS	2146981642	24/12/1983	INDEFERIDO
00122	JANAINE DE OLIVEIRA BARBOSA	21384383251	14/09/1996	DEFERIDO
00123	JAQUELINE DE ARRUDA PINHEIRO	21133184110	20/08/1984	DEFERIDO
00124	JAQUELINE MARIELI SILVA FERNANDES	21241884838	24/11/1999	DEFERIDO
00125	JEANE DE SOUZA GOMES	21428182401	18/08/1972	INDEFERIDO
00126	JÉSICA CRISTIANE FIGUEIREDO DOS SANTOS	21394985945	11/10/1986	INDEFERIDO
00127	JÉSSICA BOAVENTURA DE MATOS	21179282428	18/02/1995	DEFERIDO
00128	JESSICA LUZIA DA SILVA LEAL	21398181955	13/12/1991	DEFERIDO
00129	JOÃO GUILHERME ALVARES GIL	21464380202	24/12/1998	DEFERIDO
00130	JOCILENE DA COSTA DE SOUZA	21137380055	02/01/1980	DEFERIDO
00131	JOELMA DE CÁSSIA VERA PEREIRA	21396784310	24/12/1978	INDEFERIDO
00132	JOSIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21126483006	01/02/1979	DEFERIDO
00133	JOSIANE DA SILVA DANTAS	21376981354	07/12/1983	DEFERIDO
00134	JOSIANE SURUBI DA SILVA	21181784312	09/05/1989	DEFERIDO
00135	JOSILAINE ARAÚJO DA SILVA	21393780046	28/01/1986	INDEFERIDO
00136	JOYCE CRUZ DE MORAES	21266380429	02/11/1995	DEFERIDO
00137	JUCILENE NEVES DE SOUZA	21443985506	03/09/1990	DEFERIDO
00138	JUCIMARA CEBALHO PORTO	21415884738	14/08/1986	DEFERIDO
00139	JUCIMARY LOURENÇA DO ROSÁRIO	21426683913	24/08/1995	DEFERIDO
00140	JULIA CRISTINA SABALA DE SOUZA FILHA	21109481257	13/04/1979	DEFERIDO
00141	JULIANE APARECIDA LINA DA SILVA	21399182606	14/02/1991	INDEFERIDO
00142	JULIANE BISPO DA SILVA	2146780645	27/02/1990	DEFERIDO
00143	JUNIA DA SILVA COUTO	21437984225	30/05/1973	DEFERIDO
00144	JUSCILENE FERRAZ DA SILVA	21441985747	03/12/1970	DEFERIDO
00145	JUSLLY SILVA ANDRADE	21425180032	20/07/1987	DEFERIDO

00146	KAROLINE ABREU RODRIGUES	21408282318	02/01/1997	DEFERIDO
00147	KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO	21236585118	04/08/1995	DEFERIDO
00148	KATIA VIANA DA SILVA	21449480945	10/02/1994	DEFERIDO
00149	KATIANA CHARMO DA SILVA	21380485552	15/01/1996	INDEFERIDO
00150	KAWANNA ALMEIDA RAMOS	21449081835	11/06/2000	DEFERIDO
00151	KELLY CRISTINA ORTIZ LEMES	21152382255	14/05/1995	DEFERIDO
00152	LAIS KARINE DOS SANTOS RODRIGUES	21399383431	30/04/2000	INDEFERIDO
00153	LARISSA CHRISTINA DA SILVA MOTTA	21430481255	17/04/1996	DEFERIDO
00154	LAURIANE SANTANA DE OLIVEIRA	21396082341	15/01/2002	INDEFERIDO
00155	LAURIANY APARECIDA DA PAIXÃO	21420285641	22/11/1995	INDEFERIDO
00156	LAURINDA RAMOS DA SILVA	21186980824	02/01/1970	DEFERIDO
00157	LEIDIANE MONTEIRO DE SOUZA	2164883651	04/04/1993	DEFERIDO
00158	LEILA NERES DA SILVA CORREA	2126682812	06/08/1986	DEFERIDO
00159	LIDIANE ROSA DE JESUS	2142382553	17/06/1988	DEFERIDO
00160	LUCAS BARBA CINTRA	21378183555	17/11/1998	INDEFERIDO
00161	LUCELI RODRIGUES BARBOSA	21397480823	07/07/1976	INDEFERIDO
00162	LÚCIA VITÓRIA DA SILVA ASSUNÇÃO DE SOUZA	21418584426	30/04/1997	DEFERIDO
00163	LUCIANA FERNANDES DA SILVA	21400884504	27/02/1987	DEFERIDO
00164	LUCIENE DA SILVA	21319480549	13/09/1985	DEFERIDO
00165	LUCILEI GIANINI	21158482133	21/12/1975	DEFERIDO
00166	LUCILENE JUSTINA DA SILVA	2146682115	08/07/1982	DEFERIDO
00167	LUCIMARA RIBEIRO SILVA	2113783937	03/09/1983	DEFERIDO
00168	LUCINEIA ISA DOS SANTOS	215983158	06/07/1984	DEFERIDO
00169	LUDIMILLA FERNANDA COUTO DA COSTA LOUSADA CFRU	Z21184382041	24/11/1987	DEFERIDO
00170	LUDMILA LUZ SILVA	21235385517	04/04/1996	DEFERIDO
00171	LUZIA DA SILVA	21125081221	13/12/1981	DEFERIDO
00172	LUZIANE DE FÁTIMA PANTALEÃO DA SILVA	211283843	29/09/1993	DEFERIDO
00173	LUZIANE MARQUES DE SOUZA	21451082024	13/12/1988	DEFERIDO
00174	LUZINETE DE OLIVEIRA SILVA	2114284019	13/09/1982	DEFERIDO
00175	LUZINETE POQUIVIQUI	21392280022	04/09/1986	DEFERIDO
00176	MARCI DE ALMEIDA LARA	21131684009	03/06/1984	INDEFERIDO
00177	MARCIANE NEVES FAUSTINO	2131683041	10/10/1974	INDEFERIDO
00178	MARCIELA MAGALHAES DA SILVA	21172782541	28/07/1983	DEFERIDO
00179	MARCIO CESAR PAES DA SILVA	2176584027	09/01/1979	DEFERIDO
00180	MARGARIDA SOARES DE OLIVEIRA	21395983617	27/02/1987	DEFERIDO
00181	MARIA AMELIA GARCIA	21189483901	23/05/1967	DEFERIDO
00182	MARIA ANTONIELLY RIBEIRO LIMA	21409783951	02/02/1995	DEFERIDO
00183	MARIA APARECIDA ALBUQUERQUE DA CUNHA	21407085505	30/10/1988	DEFERIDO
00184	MARIA CLAUDIA OVELAR	21191182153	04/06/1979	DEFERIDO
00185	MARIA ELENA RODRIGUES DE SOUZA	21268882040	14/02/1967	DEFERIDO
00186	MARIA HELENA CEBALHO SILVA	21391282404	19/07/1998	INDEFERIDO
00187	MARIA JOSÉ BARBOSA FERNANDES	21382682441	04/02/1981	DEFERIDO
00188	MARIA ROSICLEIA ANDRADE SOUZA	21136580641	10/04/1986	DEFERIDO
00189	MARIANA FERREIRA XAVIER DE OLIVEIRA	2177282445	21/03/1998	INDEFERIDO
00190	MARIANA POLLY RODRIGUES DA FONSECA	21420781416	06/01/1995	DEFERIDO
00191	MARIANE OLIVEIRA DOS REIS	21127085938	04/06/1993	DEFERIDO
00192	MARILUCIA CEBALHO DE SOUZA	2139284046	05/06/1977	DEFERIDO
00193	MARILZA DA COSTA SILVA	21434881752	28/11/1982	DEFERIDO
00194	MARINETE RODRIGUES PEREIRA BENITES	2165280651	08/11/1978	INDEFERIDO
00195	MARLENE SILVA NASCIMENTO	21441384059	30/04/1977	DEFERIDO
00196	MARLI DE AMORIM SILVA	21241484912	27/02/1982	DEFERIDO
00197	MARLI OLIVEIRA DA SILVA	21142285924	19/08/1971	DEFERIDO
00198	MAURILENE LUANA NUNES DA SILVA	2191680556	14/06/1991	DEFERIDO

00199	MICHELE BARBOSA DA SILVA	21435581223	11/02/1982	DEFERIDO
00200	MICHELE CRISTINA REIS CARVALHO	21388280146	09/10/1997	INDEFERIDO
00201	MICHELY APARECIDA DA SILVA DELUQUI	21397780943	19/10/1984	DEFERIDO
00202	MILENA FARIA RONDON	21416480159	06/06/2000	DEFERIDO
00203	MILENE REGINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	21385783444	14/04/2000	DEFERIDO
00204	MIRELLA NOVAES DA SILVA BRAGA	21431481324	02/01/1982	DEFERIDO
00205	NATALIA FRANCO DANELICHEN	21443680452	24/03/1998	DEFERIDO
00206	NATALINA LEITE RIBEIRO	21189085915	15/03/1991	DEFERIDO
00207	NATANNA DÂMARIS SILVA NEVES	21231281405	06/01/1991	DEFERIDO
00208	NELI FERREIRA MACHADO	21125682542	28/08/1980	DEFERIDO
00209	NELZIRA MOREIRA DE SOUZA	21454181915	05/10/1975	DEFERIDO
00210	NÉZIA MARIA DA SILVA	21445283153	11/03/1978	INDEFERIDO
00211	OSCARINA DA SILVA LEMOS	21464085818	16/02/1972	DEFERIDO
00212	PÂMELA FERNANDES LEITE DA SILVA	21457981901	26/06/1994	INDEFERIDO
00213	PAOLA EDUARDA GANDOLFFI DE CAMPOS	21433285335	26/02/2002	INDEFERIDO
00214	PATRICIA FAGUNDES DE SOUZA	21244381151	14/09/1991	DEFERIDO
00215	PATRICIA TAVARES DE OLIVEIRA	21423184607	14/05/1999	INDEFERIDO
00216	PAULINA PEDRAÇA	2120981710	30/06/1983	DEFERIDO
00217	PEDROSA SURUBI DA SILVA	2140780329	25/09/1986	DEFERIDO
00218	POLIANA APARECIDA MUQUISSAI SURUBI	21387085535	22/03/1997	DEFERIDO
00219	PRISCILA COSTA RODRIGUES	21427181606	26/11/1993	DEFERIDO
00220	PRISCILA IZIDORIA AIRES	2144585226	05/04/1989	DEFERIDO
00221	RAISSA PEREIRA CARVALHO.	21388580037	16/08/2000	INDEFERIDO
00222	RAQUEL CEBALHO FERREIRA DA SILVA	21390782459	28/02/1987	INDEFERIDO
00223	REGIANE ALVES DE SOUZA	21152182738	31/01/1993	DEFERIDO
00224	REJANE DA SILVA GOMES	21124982218	14/09/1991	DEFERIDO
00225	RELINE CAMPOS LEAL	21250681209	22/06/1991	DEFERIDO
00226	RIVANIA DELCARO PEDROSO LINO	2155480412	21/10/1977	INDEFERIDO
00227	ROBERT KENNEDY DOS SANTOS MELO	21386885827	10/11/1991	DEFERIDO
00228	RONILCE DE FÁTIMA RODRIGUES GRAÇA	21128883831	30/09/1972	DEFERIDO
00229	ROSAIR DA SILVA CAMPOS	21123080533	28/04/1978	DEFERIDO
00230	ROSANA HELENA ARAUJO LOPES	21378681934	17/03/1993	DEFERIDO
00231	ROSANA MENDES DA SILVA FREITAS	21453882520	22/12/1972	DEFERIDO
00232	ROSANETE DA COSTA CEBALHO	2110181201	21/06/1980	DEFERIDO
00233	ROSANGELA DE OLIVEIRA ROCHA	21414284623	22/08/1977	DEFERIDO
00234	ROSANGELA MARIA DA SILVA FERREIRA	21403882148	29/11/1982	DEFERIDO
00235	ROSEANE DOMINGAS DA SILVA	21406985355	24/05/1987	INDEFERIDO
00236	ROSELIA TERTULIANO DE OLIVEIRA	21119884236	24/12/1985	DEFERIDO
00237	ROSEMEIRY BOAVENTURA SILVA	21142383448	26/09/1985	DEFERIDO
00238	ROSENILDA ACACIO DO NASCIMENTO	21435480629	13/01/1980	DEFERIDO
00239	ROSIANE DA SILVA LEITE PRIMO	21411384801	23/03/1991	DEFERIDO
00240	ROSIMERI DE SOUZA CAMPOS	216782040	07/04/1980	DEFERIDO
00241	ROSYNEURILÃ DA SILVA MORINIGA	21435882226	10/05/1995	DEFERIDO
00242	RUTH ALVES DE SOUZA	21172381015	20/03/1997	DEFERIDO
00243	SAMANTHA DE CARVALHO	21410680020	16/05/1990	INDEFERIDO
00244	SANDRA MARIA DE SOUZA	21247880042	16/09/1984	DEFERIDO
00245	SANDRA SANTIAGO SILVA	21105685033	15/08/1982	DEFERIDO
00246	SARA CONSTANTINO	21404083536	01/03/1989	DEFERIDO
00247	SARNEY JUSTINO DOS REIS	21119784350	28/06/1985	DEFERIDO
00248	SEBASTIANA BENEDITA DA SILVA CAMPOS	21402385943	21/01/2002	INDEFERIDO
00249	SELMA SILVA FRUTUOSO	21287282453	07/01/1987	DEFERIDO
00250	SILMERISAPARECIDATOMICHAGOMES	21440084429	13/10/1990	INDEFERIDO
00251	SILVANA RAMIRES MAGALHÃES SANTOS	21382582323	24/10/1992	INDEFERIDO

00252	SILVANA ROSA DE MIRANDA SOUZA	21435781702	22/07/1975	DEFERIDO
00253	SIMONE ANDRADE VASCONCELOS	21417784910	30/05/1992	INDEFERIDO
00254	SIMONE SOUZA CEZARIO DA SILVA	2115981239	21/08/1995	DEFERIDO
00255	SIRLEI ANTUNES MAGALHAES	21137284730	23/01/1984	DEFERIDO
00256	SIRLEIA OLIVEIRA E SILVA POQUIVIQUI	2194181301	18/11/1985	DEFERIDO
00257	SOLANGE CAMARGO DA SILVA	21398885911	01/04/1977	DEFERIDO
00258	SÔNIA FERREIRA DE AZEVEDO	21139682144	28/05/1967	DEFERIDO
00259	STELA PERLAN BASTOS GONÇALVES	21442582642	26/09/1974	DEFERIDO
00260	STEPHANIE FERNANDA MATEUS	21165381008	15/02/1995	DEFERIDO
00261	SUELEN CAROLINE DA SILVA	21172280946	02/07/1987	DEFERIDO
00262	SUELI DAS DORES GASPAR	2166781140	12/11/1971	DEFERIDO
00263	SUELLEN CARVALHO MARTINS	21103282955	14/09/1984	DEFERIDO
00264	SUZANE MARYNARA DE OLIVEIRA PIRES	21422681145	05/02/1997	DEFERIDO
00265	SUZANI CARVALHO MARTINS	21106885300	14/08/1989	DEFERIDO
00266	TAISA JUSTINIANO DE OLIVEIRA	21225581509	15/02/1993	INDEFERIDO
00267	THAIS CRISTINA DA SILVA CUIABANO	21436583502	05/01/1999	INDEFERIDO
00268	THAIZ FERNANDES	21214283819	30/08/1988	DEFERIDO
00269	THALIA CRISTINA DOS SANTOS	21451185027	14/08/1997	DEFERIDO
00270	THALIA LACERDA DA SILVA	21389685203	11/09/2000	DEFERIDO
00271	THASSIANY DE OLIVEIRA CARDOSO	21389881615	14/07/1993	DEFERIDO
00272	VALDECILA DELUQUE AGUILAR	2138282301	15/08/1982	DEFERIDO
00273	VALERIA CRISTINA LEITE DE MIRANDA	21396285319	01/03/2021	INDEFERIDO
00274	VALMIRA RUMAO DE BARROS	2110683439	16/10/1986	INDEFERIDO
00275	VANESSA DE ASSIS MAGALHÃES	21400082538	29/10/1996	DEFERIDO
00276	VANESSA IRACEMA BONFA RIBEIRO DA SILVA	21191084336	02/02/1986	DEFERIDO
00277	VANESSA LIMA DA COSTA	21178581908	03/05/1996	DEFERIDO
00278	VANILSA DELUQUE FREITAS	2158780228	30/12/1986	DEFERIDO
00279	VERA LUCIA ALVES DA SILVA	2154185054	28/12/1976	DEFERIDO
00280	VILMA VIEIRA DA SILVA	216880847	13/11/1993	DEFERIDO
00281	VIVIANE APARECIDA ALVES LEITE	21450382616	13/02/1995	DEFERIDO
00282	WELINTON ARRUDA LOPES DA SILVA	21399283059	02/02/2002	DEFERIDO
00283	WESLEN AUGUSTO LIMA SANTANA	21421983240	03/04/1996	INDEFERIDO
00284	ZILDA RIBEIRO DE MAGALHAES	21178784303	13/02/1981	DEFERIDO
00285	ZILMA SILVA RAMOS	21228481409	31/10/1986	DEFERIDO
00286	ZULEINE MARTINS DA ROCHA	2178182929	11/05/1973	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

00013 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALINE CARDOSO AVELAR	21408683324	09/03/1999	INDEFERIDO
00002	CLAUDIANE CASTRO DE CALVÁRIO	21397883457	12/11/1993	DEFERIDO
00003	DAYANE MENDES DOS SANTOS	21127183629	19/01/2000	INDEFERIDO
00004	ELVIS FRANCISCO DA SILVA	21455984700	20/08/1979	INDEFERIDO
00005	EVANIA OLIVEIRA DE ALMEIDA	21378983715	25/07/1984	INDEFERIDO
00006	GISLAINE INOCENTE	21381084336	13/06/1975	DEFERIDO
00007	ISABELA FIGUEIREDO SANTOS RAMOS	21389182220	12/04/1998	INDEFERIDO
00008	LARA INÊS LANA COSTA	21462884843	17/09/2002	DEFERIDO
00009	NELCINÉIA ESPASCINI DE ASSIS	21457282259	07/02/1977	DEFERIDO
00010	RANDEL CÉSAR DA COSTA	21462985853	02/09/1974	DEFERIDO
00011	RODRIGO DE CAMPOS ARRUDA	21407484745	06/06/1986	INDEFERIDO
00012	SÔNIA APARECIDA NUNES DO NASCIMENTO	21400384849	24/11/1976	DEFERIDO
00013	VANIELY DA ROCHA LIMA	21406285548	27/07/1988	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA

00060 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANA NOVAES ZUCHINI	2123382908	06/04/1987	DEFERIDO
00002	ALINE APARECIDA GARCIA DA SILVA	21429881351	06/06/1987	DEFERIDO
00003	ANA CAROLINE AMORIM DE OLIVEIRA	21453280236	29/05/1997	DEFERIDO
00004	ANA PAULA SCHIMANKO CECCATTO	21448481822	13/06/1988	INDEFERIDO
00005	ANI CATIA GIOTTO	21439185411	08/07/1984	DEFERIDO
00006	BERNARDINA APARECIDA ALMEIDA MARTINS	21306485527	11/09/1990	DEFERIDO
00007	CLAUDIO DAS NEVES VIEIRA BARBARA	21265184301	04/05/1972	DEFERIDO
00008	CLEIDIANE PRADO ALVES DA SILVA	21427782815	16/09/1992	DEFERIDO
00009	CRISLAINE GONÇALVES LIMA DOS SANTOS	21429184508	24/11/1989	DEFERIDO
00010	DANIEL DOS SANTOS RIBEIRO	21455884342	12/11/1991	DEFERIDO
00011	DAYANE DE CAMPOS	21446983535	22/08/1993	DEFERIDO
00012	DAYANNE CASTRO TROMBETA	21436380919	27/10/1980	DEFERIDO
00013	DAYANY BARBOSA DE ALENCAR	21450582738	15/05/1992	DEFERIDO
00014	ELIAS ADVINCULA ALMEIDA	21402883121	26/06/1988	DEFERIDO
00015	ELIEZER DE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	21429483546	24/10/1991	DEFERIDO
00016	EMERSON RICALDES SANTANA	21381980053	03/08/1999	INDEFERIDO
00017	EUNICE SILVEIRA MARTELLO	21449384505	16/06/1994	DEFERIDO
00018	EVA DEVAIZE LEITE MENDES	2144383022	30/05/1973	DEFERIDO
00019	FRANCIMAYRE APARECIDA PEREIRA DE JESUS	21424784245	19/02/1991	DEFERIDO
00020	FRANCISCO MORAIS DOS SANTOS FILHO	21156283412	02/08/1984	DEFERIDO
00021	GABRIELA LADEIA LARA	21446484001	09/07/1986	DEFERIDO
00022	GISA LAURA MARIA EGUES DOS REIS	21444584046	21/05/1982	DEFERIDO
00023	GLEICIANE AD VINCULA ALMEIDA	21379385652	11/08/1989	DEFERIDO
00024	GUILHERME PEIXOTO RODRIGUES	21437283940	11/03/1997	DEFERIDO
00025	IVANA MORAES MELQUÍADES	2176283314	27/06/1983	DEFERIDO
00026	JACKSON LUIZ DE ARAUJO	21445483837	30/12/1984	DEFERIDO
00027	JACQUELINE DA SILVA SOARES	21437081106	20/09/1988	DEFERIDO
00028	JAQUELINE LUIZA LEITE CARDOSO DE SOUZA	21427482518	06/04/1995	DEFERIDO
00029	JÉSSICA MAYARA FERREIRA CEBALHO	21421285600	10/08/1995	DEFERIDO
00030	JULIA DA SILVA COUTO	21385882259	19/04/1976	DEFERIDO
00031	KALLEN CRISTINA ROCHA RAMOS	21252881827	14/10/1988	DEFERIDO
00032	KAREN LARISSA AUZIER GUIMARÃES	21447580137	18/07/1993	INDEFERIDO
00033	KELLIANE GOMES DA SILVA	21379084052	05/04/1987	INDEFERIDO
00034	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	21436185622	23/01/1986	DEFERIDO
00035	LARISSA GABRIELA ARAUJO GOEBEL	21436480621	05/12/1997	DEFERIDO
00036	LAURA DO CARMO RODRIGUES	21242384930	09/06/1986	INDEFERIDO
00037	LAURA VANESSA FERREIRA DOS SANTOS	21389582543	06/03/1993	DEFERIDO
00038	LAYS CAMILLA BERNARDO MAXIMIANO	21372783019	18/01/1993	INDEFERIDO
00039	LIDIANE RENATA ZOCAL DOS SANTOS	21148081959	05/10/1985	DEFERIDO

00040	LUCIANE APARECIDA GOMES ESPINOSA	21432685913	26/03/1999	DEFERIDO
00041	LUIZ MIGUEL RIBEIRO DE MOURA	21438784427	29/09/1973	DEFERIDO
00042	MAHAL MASSAVI EVANGELISTA	21451484540	01/05/1980	DEFERIDO
00043	MÁRCIA DA SILVA MEIRA	21107683346	11/06/1976	DEFERIDO
00044	MARLIZA MARTINS DA SILVA	21245184943	14/01/1967	DEFERIDO
00045	MICHELLE DO ESPÍRITO SANTO BERTOLINO	21384483918	25/04/1988	DEFERIDO
00046	NADHA POLIANA PEREIRA ROSA	21443381328	19/03/1991	DEFERIDO
00047	NILTON PEREIRA DE SOUZA	21463681916	21/08/1996	DEFERIDO
00048	PRISCILA CAMPOS SANTOS	21330281245	17/05/1993	DEFERIDO
00049	PRISCILA COIMBRA PIRES	21327385250	09/09/1990	DEFERIDO
00050	RAÍSA GONÇALES SILVA DE ARAUJO	21463581852	07/10/1991	DEFERIDO
00051	RONICLEIA AIRES BELLA	21428084154	29/04/1985	DEFERIDO
00052	ROSANE CAMPOS BARBOZA	21239884528	10/01/1990	DEFERIDO
00053	ROSELAINE CAMPOS BARBOZA	21418685847	10/01/1990	DEFERIDO
00054	SAMUEL DE CARVALHO ANDRADE	21442981417	06/09/1988	DEFERIDO
00055	SANDRA SILVA DE OLIVEIRA	21434981825	15/01/1973	DEFERIDO
00056	SUELLEN DA SILVA ALMEIDA	2117880741	11/11/1989	INDEFERIDO
00057	TATIANE DIAS SANTANA	21380882234	01/08/1989	DEFERIDO
00058	THIAGO FERREIRA ABREU	21430884844	13/11/1995	DEFERIDO
00059	VALDETE MENDES DA SILVA	21268283858	24/02/1973	DEFERIDO
00060	YASMIN FERNANDA NUNES VIANA	21447380148	29/09/1989	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA — 00043

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADÃO MARLON DE CARVALHO	2184280355	06/10/1978	DEFERIDO
00002	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA SANCHEZ ROMÃO	21454285842	05/05/1979	INDEFERIDO
00003	ALMENIS CANDIDA DE MORAES	21436683350	24/04/1986	INDEFERIDO
00004	ANA LUIZA CORREA DE FRANÇA	21250982013	07/06/1966	DEFERIDO
00005	ANA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS	21447482833	28/10/1986	DEFERIDO
00006	ANDRE LUIZ PEREIRA PACHECO PEREIRA PACHECO	21381580134	25/03/1994	DEFERIDO
00007	ANTONIVAN DA SILVA CUIABANO	2134481956	17/11/1987	DEFERIDO
00008	BRUNA LORENA MARIA ALMEIDA	21443884252	02/01/1992	DEFERIDO
00009	CLEVERSON GONÇALVES PEREIRA	21392981643	17/09/1988	DEFERIDO
00010	DANILO RODRIGUES DO NASCIMENTO	21422783750	27/10/1996	DEFERIDO
00011	DIACNO LUCAS RIBEIRO SOARES	21428380230	18/05/1983	DEFERIDO
00012	DOMINIQUE STEFANY GOMES DOS SANTOS	21237682646	18/10/1996	DEFERIDO
00013	EDNA DA SILVA AZEVEDO	2149283618	03/05/1982	INDEFERIDO
00014	ELISA NUNES AMANCIO	21441585317	03/09/1997	DEFERIDO
00015	ELVIS SACRAMENTO SILVA	21419682523	07/10/1985	DEFERIDO
00016	FRANCIELLI LIMA PINHEIRO	21162080315	18/12/1990	INDEFERIDO
00017	GUSTAVO LIRA GUEDES	21419381250	29/09/1987	DEFERIDO
00018	HUANA CAROLINA ALVES DA SILVA	21234285211	02/09/1996	DEFERIDO
00019	IGOR JOAQUIM OLIVEIRA SILVA	21451584229	22/05/1989	DEFERIDO
00020	ISABELLE CRISTINE SILVA ORTIZ	21179683058	13/06/1991	DEFERIDO
00021	IVAN DA SILVA MIRANDA	21254184255	14/10/1989	INDEFERIDO
00022	JESSE CAMARGO REZENDE ROSA	21390285719	02/04/1991	INDEFERIDO
00023	JOÃO PAULO TOLEDO DA SILVA IBANHES	21460080540	29/04/1992	INDEFERIDO
00024	LEYDIANE VITÓRIA SALES	21465284911	15/10/1989	DEFERIDO
00025	LUCIENE RODRIGUES DE CARVALHO	21296881117	05/08/1995	DEFERIDO
00026	MARCELO TIAGO BALTHAZAR CORRÊA	21452281359	24/04/1992	DEFERIDO
00027	MARILZA DA CRUZ MENDES	21251184724	07/01/1987	DEFERIDO
00028	MONICA CELIS ROSA DE SOUZA	21435385253	19/01/1994	DEFERIDO
00029	ODIR DE CAMPOS SILVA	21383884315	10/12/1983	INDEFERIDO
00030	PAULO MATEUS DE MORAES	21175281103	21/02/1995	DEFERIDO
00031	RAFAEL CUNHA GARCIA	21264985626	13/03/1989	DEFERIDO
00032	RAIANY MOTA RIBEIRO	21294081847	22/03/1996	DEFERIDO
00033	RENATA SILVA DE SOUSA	21382281013	05/08/1990	INDEFERIDO
00034	RINARA APARECIDA ALVARES DA COSTA	2112085541	07/12/1995	INDEFERIDO
00035	ROGÉRIO SURUBI MATUCARI	217981721	22/09/1986	INDEFERIDO
00036	ROMILDO PAES DA SILVA	21142184925	01/10/1980	DEFERIDO
00037	ROSILANE DE SOUZA SILVA	21124683719	05/06/1993	DEFERIDO
00038	SANDRA SIMONE SILVA CRUZ	21448981031	01/02/1976	DEFERIDO
00039	SARA CRISTINA OHNEZORGE SOARES	21457382930	25/07/1997	DEFERIDO

00040	TATHIANE BACELLAR ARAUJO	21380681744	12/12/1983	INDEFERIDO
00041	VANUSA BRUNA OLIVEIRA LEITE	21374484517	28/03/1988	INDEFERIDO
00042	VICTOR DA CRUZ VALLE	21246980821	29/11/1996	DEFERIDO
00043	WAGNER MANOEL DOS PASSOS	21196984749	06/06/1991	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD **00001**

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	PEDRO DA CRUZ BRITO	21464683243	21/09/1970	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

00025 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANA SANTOS CARIOCA	21408581754	11/12/1981	DEFERIDO
00002	ANAIR AUXILIADORA MARTINS NEVES	21138981950	25/04/1969	DEFERIDO
00003	ANDRÉIA PEREIRA CALIXTO	21390185306	15/01/1983	DEFERIDO
00004	BRUNA ARAUJO SELARIS	21422581705	24/10/1992	DEFERIDO
00005	CRISTIANE GONÇALVES RIBEIRO	21117485252	17/04/1983	DEFERIDO
00006	DAMIANA MARIA DOS SANTOS	21446583902	18/10/1997	INDEFERIDO
00007	DIEGHO CRISTOPHER DE SOUZA	21179780035	25/07/1986	DEFERIDO
00008	EVANIR MARIANO MARTINEZ	21219781307	21/12/1966	INDEFERIDO
00009	GERUSA CRISTINA FERREIRA DE ARRUDA	21387580227	05/05/1980	INDEFERIDO
00010	HONORATHO DUARTE LIMA	21400780107	14/03/1988	INDEFERIDO
00011	JOÃO CARLOS DA SILVA	21303583047	23/06/1981	DEFERIDO
00012	JOCIANO PORTUGAL DE JESUS	21434284322	18/11/1995	DEFERIDO
00013	JUNIOR CARNEIRO	21391583226	01/06/1986	DEFERIDO
00014	LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA	21199781459	21/07/1989	DEFERIDO
00015	LUIZ MARCIO DOS REIS LEMES	21461082605	02/05/1983	DEFERIDO
00016	MARA ADRIANE OLIVEIRA PIRES	21381680044	17/03/1992	DEFERIDO
00017	MARIA APARECIDA RAMOS BARROS	21390682309	08/11/1997	DEFERIDO
00018	MIRIAM CHRISTINA CAMARA NUNES	21239983928	05/03/1972	DEFERIDO
00019	MIRIAM RAQUEL DA SILVA MIRANDA	2138383722	24/01/1992	DEFERIDO
00020	NAYARA DA SILVA RIBEIRO	21279183459	26/10/1996	DEFERIDO
00021	VALDIR RICARDO FRANCISCO	2136185433	10/03/1979	DEFERIDO
00022	VINICIUS NEVES DA SILVA	21450685047	10/10/1992	DEFERIDO
00023	WAGNER DE OLIVEIRA LEITE	2195983605	22/05/1983	DEFERIDO
00024	WANDA NERIS DA SILVA CORREIA MOTTA	21189783137	16/08/1977	INDEFERIDO
00025	WILZIANE SOCORRO ALVES LEITE	21249784011	30/09/1983	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ROMILDO ALVES AMARAL	21424984735	12/12/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 22/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

00041 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANE RODRIGUES SERÇULINO	21446082113	25/11/1969	DEFERIDO
00002	ALECIO GONCALVES DA SILVA	2151282726	05/04/1997	DEFERIDO
00003	ALESSANDRA RIBEIRO	2179781439	11/07/1988	DEFERIDO
00004	ALESSANDRO DA SILVA POQUIVIQUI	21455480140	01/10/1984	DEFERIDO
00005	AMANDA CONCEIÇÃO TEIXEIRA	21428882544	17/06/1994	DEFERIDO
00006	APARECIDA DE JESUS MARTINS CASTILHO PEREIRA	2167683606	10/02/1955	DEFERIDO
00007	CASSIUS ANGELO PEREIRA DE MELO	21203180814	22/12/1977	DEFERIDO
00008	CLAUDIA ELIZA MARQUES DE MATOS	21413183358	02/10/1987	DEFERIDO
00009	EDUARDO BRUNO FERREIRA DA SILVA	2158581822	22/01/1997	DEFERIDO
00010	ELIZÂNGELA IMIDIA CARDOSO	21401985602	24/02/1980	INDEFERIDO
00011	GISELI FABIANE PEREIRA	21423384644	23/04/1990	INDEFERIDO
00012	GLORIA APARECIDA AGUILERA	21460385042	03/06/1969	DEFERIDO
00013	GRACIELMA DE JESUS LEÃO	21421183851	16/12/1980	INDEFERIDO
00014	HELENA MARIA RIBEIRO BIANO	21149184152	31/12/1985	DEFERIDO
00015	HUMBERTO BATISTA SANTOS FILHO	21430382237	06/01/1965	DEFERIDO
00016	ILSEN SUELLY CAETANO DE ASSUNÇÃO	21321281723	20/09/1986	DEFERIDO
00017	JANAINA BRUNING AZEVEDO	21412482347	08/05/1996	DEFERIDO
00018	JARCIEL DOMINGUES SÃO BERNARDO	21438582153	09/02/1995	INDEFERIDO
00019	JÉSSICA FERNANDA DA SILVA VIANA	2166483830	28/08/1996	DEFERIDO
00020	JOAO BATISTA LOBO DOS SANTOS	2181882828	23/06/1972	DEFERIDO
00021	JOSIAS SÃO BERNARDO	21299680013	24/11/1970	DEFERIDO
00022	JULLY GABRIELI DA SILVA TURCHEN	21383684243	06/11/1995	DEFERIDO
00023	LEIZA ADRIELY LEANDRO DINIZ	21429381412	29/11/1995	DEFERIDO
00024	LUCICLEIA MATOS SOBRINHO LANES	21451381105	28/08/1979	DEFERIDO
00025	LUIZ EDUARDO PINTO BARROS	21458082030	01/10/1985	DEFERIDO
00026	MARIA SOCORRO SARAIVA DE LUNA	21380781757	26/11/1983	INDEFERIDO
00027	MICAELLY JOTAENE DE LIMA	21421883010	08/02/1996	INDEFERIDO
00028	RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA	21109683418	22/12/1990	DEFERIDO
00029	REGINALDO CODECO	2158880854	30/10/1982	DEFERIDO
00030	RITA DE CÁSSIA DA SILVA	21383483212	24/05/1981	DEFERIDO
00031	ROBSON DA SILVA TORRES	21217083804	18/03/1986	INDEFERIDO
00032	ROSA MARIA RAMOS LEITE DE SOUZA	21293480122	23/09/1973	INDEFERIDO
00033	ROSELY MARGARETE COSTA	21452985204	10/10/1968	DEFERIDO
00034	ROSIMEIRE PENARIOL	21399683628	05/12/1974	DEFERIDO
00035	SEILA PAULA DE SOUZA	21297284938	10/09/1973	DEFERIDO
00036	SILVANE DA SILVA DIAS	21403682254	05/11/1992	DEFERIDO
00037	TATIANE ALVES DA SILVA	21181882535	03/12/1991	DEFERIDO
00038	THAIS DALTO ALVES	21394083628	20/01/1993	DEFERIDO
00039	THIAGO DE ASSUNÇÃO	21462484340	07/03/1986	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14

Página 23/199

00040	VALDILÉA NASCIMENTO DA SILVA	2112583151	14/08/1985	DEFERIDO
00041	WENDER CURVELHO	21125384549	24/03/1983	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MANOEL ALBERTO DE ARRUDA	2171581258	14/09/1970	DEFERIDO
00002	ROSÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA	21452184941	12/05/1971	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 25/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS

00050 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA	21167683850	14/06/1978	DEFERIDO
00002	ANDRESSA PEREIRA BRAGA	21452085330	28/02/1976	DEFERIDO
00003	ANTÔNIO FABIO DE CARVALHO	21461880937	10/12/1987	DEFERIDO
00004	BARBARA NASCIMENTO DA SILVA	21459485104	24/04/1994	DEFERIDO
00005	BLANDINA FERNANDES	21111080333	08/11/1960	DEFERIDO
00006	CATHERINE RODRIGUES LOPES	21315785610	17/05/2017	DEFERIDO
00007	CRISTIANE VILLAS BOAS SCHARDOSIN	21453982646	03/04/1969	DEFERIDO
00008	DANIELLE CRISTINE DE SOUZA E SILVA	21465183922	13/11/1972	DEFERIDO
00009	DANIELLY SOUZA PEREIRA ARAUJO	21260585703	27/02/1993	INDEFERIDO
00010	DANIELY CRISTINA RAMOS LEITE	21140581954	19/05/1994	DEFERIDO
00011	DEJANIL SELENE CRUZ DE AMORIM	21243682614	15/02/1973	DEFERIDO
00012	DIELEEM MARA DA SILVA CAMPOS	21128381525	11/08/1994	DEFERIDO
00013	EDILENE MÁRCIA CINTRA LEITE	2161380807	14/07/1966	INDEFERIDO
00014	ELDA CINTRA LEITE	2150082214	31/03/1992	DEFERIDO
00015	ELIZETE DA GUIA DE ARRUDA SILVA DE MIRANDA	21163183356	07/09/1974	DEFERIDO
00016	ELOIZA MORALES FORATTO	21387880434	16/03/1969	INDEFERIDO
00017	ENOQUE RAMOS SANTOS	21170280513	09/07/1986	INDEFERIDO
00018	EUGENIO ROBERTO LINK	21425385937	17/10/1986	DEFERIDO
00019	FABIANA DA SILVA LIRA	21412581621	11/10/1995	DEFERIDO
00020	FABRICIA LIMA DA SILVA	21395882515	19/09/1993	DEFERIDO
00021	GABRIELLA DUARTE DOS REIS FAGUNDES	21168281355	24/12/1995	DEFERIDO
00022	GENILSON BARBOSA DO CARMO	21441884824	23/12/1990	DEFERIDO
00023	GRACIELE MATILDES MENDES	21169284517	11/05/1989	DEFERIDO
00024	HALANA MENDONÇA DOS SANTOS	21415381843	08/04/1990	DEFERIDO
00025	IVONE VIGNARDI CORREA	21331583815	19/02/1956	DEFERIDO
00026	JAIRO GARCIA OLIVEIRA	21285681321	13/02/1969	DEFERIDO
00027	JANAINA APARECIDA DA SILVA CRUZ BARBOSA	21460180650	31/08/1991	DEFERIDO
00028	JOCIMAR PORTUGAL DE JESUS	21314085857	18/11/1995	DEFERIDO
00029	JOSÉ NUNES ORTIZ	2140985704	15/11/1969	DEFERIDO
00030	JUCINETE ASSUNÇÃO ARRUDA DE SOUZA	2155781612	03/05/1967	DEFERIDO
00031	KAMYLLA MARTOS VITTORAZZI RIOS	21450881948	23/12/1990	DEFERIDO
00032	LARA RÚBIA PEREIRA ROCHA	2147883756	13/05/1978	INDEFERIDO
00033	LARISSA DE CAMPOS MASCARELLO	21459880050	02/07/1996	DEFERIDO
00034	LEOMARA FARIA DE AZEVEDO	2183183413	05/11/1990	DEFERIDO
00035	LETICIA ADRIELLY DA SILVA	21394384129	03/09/1993	INDEFERIDO
00036	LIDIA GARCIA DE FARIA	21196185120	11/12/1989	DEFERIDO
00037	LUCIANE CÂNDIDO DA SILVA	2154584558	18/09/1983	DEFERIDO
00038	LUCINEIA FERREIRA DA SILVA	21447680833	16/11/1979	DEFERIDO
00039	MARIA FÁTIMA LOPES YUNES	21444880615	14/10/1969	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14

Página 26/199

00040	MARIA IZABEL RODRIGUES	21276381718	08/07/1988	DEFERIDO
00041	MARIA ZENEIDE DOS SANTOS DA SILVA	217381009	12/03/1971	DEFERIDO
00042	MARILY CAMPOS DE MORAIS FERREIRA	21228984543	06/01/1976	DEFERIDO
00043	PATRICIA DOMENES GERALDES	21250183353	10/08/1985	INDEFERIDO
00044	ROBSON CAETANO DOS SANTOS	21424882252	01/02/1978	DEFERIDO
00045	ROSANA ARRUDA DE SOUZA	21463783448	20/11/1986	INDEFERIDO
00046	ROSELMA BATISTA CARDOSO DA SILVA	21106380058	29/01/1975	INDEFERIDO
00047	ROSILDA HOLANDA SA SILVA	21417482219	19/03/1968	DEFERIDO
00048	SERGILAINE FÁTIMA DE MIRANDA CEBALHO	21101980721	13/05/1991	DEFERIDO
00049	VIVIANE ALVES DIAS DA SILVA	21238085904	26/05/1994	DEFERIDO
00050	YCARUELC DE MATOS RODRIGUES	21310781311	09/09/1994	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIZANÉIA TRINDADE DA SILVA	21210381032	09/07/1977	DEFERIDO
00002	FLÁVIA CAROLINE BACA GUARDES DOS SANTOS	21458383102	29/04/1998	INDEFERIDO
00003	REGIENE ARCANJO DE DEUS	21405282958	14/07/1977	DEFERIDO
00004	REINALDO MESSIAS DE MELO SANTOS	21413780407	13/06/1991	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 28/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00027 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	BRUNO FUZARI LOVO	21404880855	26/10/1984	DEFERIDO
00002	ELIANE APARECIDA DA SILVA BELASCO	21453682707	12/10/1990	DEFERIDO
00003	ELTON DO AMORIM SILVA	21382882806	12/03/1983	DEFERIDO
00004	FABIO FEITOSA DA SILVA	21384880539	05/05/1980	INDEFERIDO
00005	FERNANDA LUZIA BENTO DOS SANTOS	21388180532	13/12/1997	DEFERIDO
00006	GLAUCIANE VIANA VENUTI	21443583706	20/11/1989	DEFERIDO
00007	JAQUELINE TAMIRES DE CAMPOS SILVA	21115885911	01/05/1987	DEFERIDO
00008	JOCILENE COSTA CAMPOS	21409181854	05/08/1985	DEFERIDO
00009	JONATHAN SANTOS	21402082050	17/01/1994	DEFERIDO
00010	KELLY CRISTINE SILVA SOUZA	21113283807	01/04/1980	DEFERIDO
00011	LEILA APARECIDA BISPO	21104382932	13/05/1982	DEFERIDO
00012	LUIZ FRANCISCO BORGES	2115481609	07/03/1982	DEFERIDO
00013	MÁRCIA CRISTINA DOS SANTOS GONÇALVES	21272482516	29/05/1983	DEFERIDO
00014	MARIA AUXILIADORA DA SILVA RODRIGUES	21110081739	17/10/1982	DEFERIDO
00015	MARIA CATARINA CEBALHO	21253682019	16/10/1977	DEFERIDO
00016	MORIEL MOURA TENÓRIO	21424480736	22/07/1998	DEFERIDO
00017	PAULO SEZA RIBEIRO MAGALHAES	21178383613	25/12/1977	DEFERIDO
00018	PEDRO DE SOUZA MEDRADO	21454883216	07/11/1977	DEFERIDO
00019	ROSELENE FRANCO MOREIRA DA SILVA	21459783104	30/08/1978	DEFERIDO
00020	THAIS CECILIA RIBEIRO PIRES	21396383252	01/11/1984	DEFERIDO
00021	THIAGO ROBERTO PEROZA	21438184258	14/12/1977	DEFERIDO
00022	VALERIA DE MIRANDA PINTO	21221884750	14/06/1974	DEFERIDO
00023	VALÉRIA DE QUEIROZ BARATELA	21437681155	27/03/1993	DEFERIDO
00024	VALMISO ALVES LIMA	21455785300	21/03/1972	DEFERIDO
00025	VALTER SANTANA DE CAMPOS	2119884812	28/11/1986	DEFERIDO
00026	VANIA NASCIMENTO WUTKE	21387780637	18/10/1990	INDEFERIDO
00027	WASHINGTON BRITO PEREIRA	21416780816	13/11/1989	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA

00340 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADEMILDO PEREIRA DE OLIVEIRA	21170083316	14/11/1973	DEFERIDO
00002	ADIL DA SILVA SANTOS	21433583215	04/04/1980	DEFERIDO
00003	ADINEIA APARECIDA MARTINS DA SILVA	2130085047	16/03/1973	DEFERIDO
00004	ADIVANILDE PEREIRA DE OLIVEIRA	2173384943	15/02/1979	DEFERIDO
00005	ADRIANA DE PAULA FERRAZ	21146282546	18/04/1974	DEFERIDO
00006	ADRIANA PAULA FERNADES CASTILHEIRO	21425884045	10/09/1998	DEFERIDO
00007	ADRIANA REGINA DE MAGALHÃES CASTRILLON	21102682355	16/06/1972	DEFERIDO
00008	ALESSANDRA PORTO FERRAZ	21305182032	06/08/1975	DEFERIDO
00009	ALESSANDRA SOUZA SILVA	21431281925	12/08/1975	DEFERIDO
00010	ALINE MOTA LOPES SANTIAGO	21212982842	22/09/1993	DEFERIDO
00011	ALINNE CAROLYNE LOPES BRITO	21405984414	02/12/1989	INDEFERIDO
00012	AMANDA DA SILVA FREITAS	21113980320	20/03/1993	DEFERIDO
00013	AMBROSINA MARCIA ALMEIDA PESSOA	216383146	23/12/1975	DEFERIDO
00014	ANA CATARINA CEBALHO	21430185223	05/05/1973	DEFERIDO
00015	ANA CRISTINA CATELAN	21376480754	02/08/1977	DEFERIDO
00016	ANA LÚCIA DOS SANTOS	2180383743	29/01/1971	DEFERIDO
00017	ANA LUCIA MONTEIRO SCHULZ	21435081914	11/06/1972	INDEFERIDO
00018	ANA LUIZA DE O EL CHAMY	2113484255	09/06/1969	DEFERIDO
00019	ANA MARIA CRUZ SILVA	21133780647	21/03/1969	DEFERIDO
00020	ANA MARIA MUDRYK	2195482107	06/10/1972	DEFERIDO
00021	ANA ROCHA BELMIRO LOPES	21448583334	26/07/1979	DEFERIDO
00022	ANDRÉIA DA SILVA RODRIGUES	2193380152	03/05/1979	DEFERIDO
00023	ANDRIA OLIVEIRA RAMOS	21111781748	04/05/1988	DEFERIDO
00024	ANE CRISTINA AMARAL AMORIM	2129484721	04/07/1981	DEFERIDO
00025	ANGELA MARIA CAMARGO	21116184548	21/04/1980	DEFERIDO
00026	ANGELA MARIA RAMOS PEREIRA	21135681147	30/03/1971	DEFERIDO
00027	ANGELICA DA SILVA SAMPAIO	21448284527	15/11/1983	DEFERIDO
00028	ANTÔNIA ROSA DA SILVA	2157984048	31/08/1978	DEFERIDO
00029	APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA	2120580941	27/09/1984	DEFERIDO
00030	APARECIDA ZAINA DA MOTTA	21416285719	12/10/1966	DEFERIDO
00031	ARLETE DA SILVA RIBEIRO	21197081521	29/05/1986	INDEFERIDO
00032	AURELIO GONÇALVES SERAPIÃO	21223380152	27/07/1959	DEFERIDO
00033	BEATRIZ DA SILVA RAMOS	21140381033	24/01/1987	DEFERIDO
00034	BENEDITA CATARINA DE CAMPOS SILVA	2179885313	22/09/1985	DEFERIDO
00035	BENEDITO LAUDELINO DA SILVA SENABIO	21389084215	08/11/1969	DEFERIDO
00036	CARLA FABIANE PANTALEÃO LEITE	21456880753	10/05/1985	DEFERIDO
00037	CARMEN ADRIANA MONTEIRO GARCIA	21285427	15/07/1969	DEFERIDO
00038	CAROLINA PACHURI	2143381216	27/10/1976	DEFERIDO
00039	CELIA CATARINA DE ARRUDA	2170485607	11/03/1965	DEFERIDO

00040	CEZARINE APARECIDA DE ALCANTARA	21464882931	29/10/1983	DEFERIDO
00041	CÍNTIA TATIANE EGUES	211385841	31/03/1986	DEFERIDO
00042	CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21122380859	10/05/1973	DEFERIDO
00043	CLÁUDIA DA SILVA BARROS	2133781746	22/03/1985	DEFERIDO
00044	CLAUDIA DA SILVA TORRES	2119782614	03/11/1987	DEFERIDO
00045	CLAUDIANE RAMALHO GONÇALVES	2190383957	12/01/1992	DEFERIDO
00046	CLAUDINEI DA SILVA LARA	2117683351	28/02/1990	DEFERIDO
00047	CLEONICE GOMES RIBEIRO	2134783440	18/06/1981	DEFERIDO
00048	CLOTILDE CLARA DA SILVA	21110485302	27/05/1974	DEFERIDO
00049	CONCEIÇÃO OLIVEIRA	21436780904	07/12/1984	DEFERIDO
00050	CREUZA ORTEGA DE MOURA SOARES	212980843	06/08/1981	DEFERIDO
00051	CRISTHIANE DOS SANTOS BRITO	21418081400	25/04/1979	INDEFERIDO
00052	CRISTIANE DA S ORTEGA	21415282807	14/12/1985	DEFERIDO
00053	CRISTIANE DE MOURA MENDES	21289082443	03/12/1982	DEFERIDO
00054	CRISTIANE PINHEIRO DE LIMA EGUES	21253783630	29/12/1980	DEFERIDO
00055	DAIANE GOMES DE OLIVEIRA	2194082601	13/07/1992	DEFERIDO
00056	DALVA DOS SANTOS RANZANI	21373585955	08/02/1954	DEFERIDO
00057	DAMIANA LEITE DA SILVA	21420481125	16/08/1982	DEFERIDO
00058	DÉBORA ROSA DUARTE	21426482345	07/09/1979	DEFERIDO
00059	DEIZIANE DUARTE DA SILVA	21206582934	28/09/1982	DEFERIDO
00060	DEUZANETTE ROSA DA SILVA	21140084154	28/11/1972	DEFERIDO
00061	DIVINA RODRIGUES DA SILVA	21235984553	21/09/1971	DEFERIDO
00062	DOMINGAS ORTIZ RAMOS	2160083332	26/03/1972	INDEFERIDO
00063	EDENIA DE ANDRADE GONZAGA	2141680106	15/08/1972	DEFERIDO
00064	EDILAINE MACIEL DE BARROS SOUZA	21105181030	25/03/1988	DEFERIDO
00065	EDILAINE PAULA LOPES DA SILVA	21248285507	27/03/1995	DEFERIDO
00066	EDNA GARCIA SILVA	21139382330	01/08/1960	DEFERIDO
00067	EDNA REGINA DA SILVA ARTIOLI	21402285608	19/10/1981	DEFERIDO
00068	EDNA SOUZA HAYASHIDA	2180182645	20/12/1983	DEFERIDO
00069	EDNA VIEIRA FRANCO DANELICHEN	21426985450	06/06/1974	DEFERIDO
00070	EDNAREGINA ALVES BASTOS	21108184136	08/02/1972	DEFERIDO
00071	EDNEIA DE ALMEIDA DUARTE	2138781940	25/02/1971	DEFERIDO
00072	ELAINE SILVA FARIA	21465480035	05/06/1986	INDEFERIDO
00073	ELENICE MARIA DE OLIVEIRA	21303283631	24/08/1985	DEFERIDO
00074	ELETILZIA SEVERINO MACHADO	2189784709	28/06/1980	DEFERIDO
00075	ELIANE BEZERRA HUGA DA SILVA	211985711	22/05/1977	DEFERIDO
00076	ELIANE CAMPOS	21442381941	20/07/1970	INDEFERIDO
00077	ELIANE DOS SANTOS MARTINEZ PAEZANO	21232580403	14/02/1986	DEFERIDO
00078	ELIANE DOS SANTOS PACÓ MAIA	21391182415	17/09/1990	DEFERIDO
00079	ELIANE MASSAI	21483047	30/04/1984	DEFERIDO
00080	ELIANE SOARES DO PRADO	2125582403	04/09/1980	DEFERIDO
00081	ELIETE DA SILVA FRAGA	21276481307	05/02/1977	DEFERIDO
00082	ELIETE MATIAS DE OLIVEIRA	2129185322	09/05/1973	DEFERIDO
00083	ELISANGELA HURTADO DE OLIVEIRA	21219480830	13/08/1981	DEFERIDO
00084	ELISÂNGELA COSTA DA SILVA	2131885616	27/12/1980	INDEFERIDO
00085	ELISANGELA DA SILVA	21440684152	12/06/1987	DEFERIDO
00086	ELISANGELA DA SILVA BARBOSA	2145282949	28/02/1980	DEFERIDO
00087	ELIZABETH DA SILVA RODRIGUES	2194782721	10/01/1979	DEFERIDO
00088	ELIZETE GARCIA TOLEDO	21256683017	21/06/1977	DEFERIDO
00089	ELZA SOARES DE ARAUJO	2186081017	27/05/1959	DEFERIDO
00090	ERCINDA PRIMO DA CUNHA	21158581952	23/04/1972	DEFERIDO
00091	ERENICE RIBEIRO DE SOUZA	21422184714	10/08/1987	DEFERIDO
00092	ERICA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	21161882406	01/08/1976	DEFERIDO

00093	ERIKA DAIANY BALDUINO ALVES	21171185340	21/07/1984	DEFERIDO
00094	ERIKA FÁTIMA DE ARRUDA	21194785343	13/10/1982	DEFERIDO
00095	FABIANA APARECIDA MARTINS DE CASTRO	21165185440	22/08/1984	DEFERIDO
00096	FABIANA BACA	21277280543	27/06/1976	DEFERIDO
00097	FABIANA NEVES SANTANA	21463081107	04/09/1992	DEFERIDO
00098	FABIANE ARAUJO DE QUEIROZ	21184083433	21/09/1982	DEFERIDO
00099	FABIANE SANCHES OURIVES	2147382424	15/10/1979	DEFERIDO
00100	FATIMA LAURA MENDES PORTO	2143481215	25/05/1976	DEFERIDO
00101	FELICIANA ALVES DE ABREU PASSBERG	21100881451	09/01/1971	INDEFERIDO
00102	FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR	2123181420	11/07/1985	DEFERIDO
00103	FERNANDA FERNANDES DA CRUZ	2181085125	17/08/1981	DEFERIDO
00104	FERNANDA LEMOS DA ROSA	21130485031	25/05/1993	DEFERIDO
00105	FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS	21883812	28/02/1980	DEFERIDO
00106	FLAVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI	21163581918	31/08/1983	DEFERIDO
00107	FRANCIANE DE SOUZA CAVALCANTE	21454480515	02/01/1980	DEFERIDO
00108	FRANCIANE PAES DA SILVA	2143580235	09/03/1984	DEFERIDO
00109	FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA DE SOUSA DE SOUSA	21402185735	01/01/1983	DEFERIDO
00110	GARDÊNIA APARECIDA PAULA LUCAS	21397180512	08/12/1981	DEFERIDO
00111	GEIZE RODRIGUES DE MIRANDA	2177185007	26/10/1984	DEFERIDO
00112	GEOCASSIA FERMINO SARDINHA	21432883723	09/12/1987	INDEFERIDO
00113	GERALDA PEREIRA DE PAULA ANUNCIAÇÃO	21414981725	20/02/1980	DEFERIDO
00114	GERLIANE VANESSA DOS SANTOS REZENDE DE OLIVEIRA	21387680709	19/08/1992	DEFERIDO
00115	GILDETE CAMPOS DE SENNA	2178482337	26/09/1973	DEFERIDO
00116	GISLAINE DA SILVA RIBEIRO PENA	21447184714	05/05/1992	DEFERIDO
00117	GLAUCIANE MONTEIRO RAMOS	21213881430	24/10/1984	DEFERIDO
00118	GLAUCIELE LEITE DA SILVA	2125784734	07/08/1986	DEFERIDO
00119	GLAUCIELE MONTEIRO DE SOUZA ANDRADE	21266684036	16/11/1986	DEFERIDO
00120	GRACILENE DOS SANTOS CONCEIÇÃO SILVA	21446185636	05/11/1976	INDEFERIDO
00121	GRASIELE BASTOS	21437482955	13/09/1987	DEFERIDO
00122	GRAZIELE ROSALES TEIXEIRA	21144180019	05/12/1984	DEFERIDO
00123	HELLEN YRIS SILVA	2148085332	26/08/1986	DEFERIDO
00124	HELOIZE VALERIANO DOS SANTOS	21462784754	20/02/1993	INDEFERIDO
00125	ICELLI ROSA DOS SANTOS	21176781206	24/04/1986	DEFERIDO
00126	ILIZIELMA FERREIRA DO NASCIMENTO	21424283117	14/12/1991	DEFERIDO
00127	ILZA RIBEIRO CAMPOS	2187781326	11/04/1973	DEFERIDO
00128	INEZ ALVES GUIMARÃES MARTINS	21107985602	25/05/1967	DEFERIDO
00129	IRANILDA BORDON BUCHARA RIBAS	2193983659	09/04/1974	DEFERIDO
00130	IRENI OLIVIA BIOLLADO	21162180233	23/03/1980	DEFERIDO
00131	IRIS DE LIMA SILVA	216585707	11/08/1982	DEFERIDO
00132	ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA	21440385925	16/04/1992	DEFERIDO
00133	ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES	21107581606	14/10/1989	DEFERIDO
00134	IVANILCE DE SOUZA ORTIZ CHAVES	21320783242	04/10/1985	DEFERIDO
00135	IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO	212584551	04/06/1979	DEFERIDO
00136	IVONE TORRES GOMES	21381785737	22/04/1987	DEFERIDO
00137	IZABEL MARIA DE SOUZA	21169585501	30/04/1970	DEFERIDO
00138	IZAILDA MARIA CARNEIRO GERALDES	21129183018	10/09/1970	DEFERIDO
00139	IZAINE ARAUJO DE OLIVEIRA	21390885210	23/09/1981	DEFERIDO
00140	JANAÍNA MORAES DE CAMPOS TEODORO	21224380952	17/05/1988	DEFERIDO
00141	JANE ANTUNES MAGALHÃES	21132984418	16/05/1974	DEFERIDO
00142	JANE LEOBALDINA DOS SANTOS	21218284253	26/05/1975	DEFERIDO
00143	JANEIDE PEREIRA DA SILVA	21171583751	19/06/1984	DEFERIDO
00144	JANIA GASQUES BORDONI	212782940	12/09/1972	DEFERIDO
00145	JANISLEY MARCIA DA SILVA	2110582448	11/05/1988	DEFERIDO

00146	JAQUELINE CAMPOS DE CARVALHO	211180807	27/10/1993	DEFERIDO
00147	JAQUELINE FERNANDA GONÇALVES MAGALHÃES	21450284056	03/10/1989	DEFERIDO
00148	JAYRA PATRICIA CAMPOS NEVES	21100283211	19/05/1995	DEFERIDO
00149	JÉSSICA FALCONI GARCIA	21384285735	23/12/1990	DEFERIDO
00150	JÉSSIK EMMELLY CÂNDIDO DE SOUZA CORRÊA	21424682420	14/12/1996	DEFERIDO
00151	JOANE SANTOS CUNHA	21375483105	01/08/1963	INDEFERIDO
00152	JOÃO BOSCO SEBASTIÃO	2114784023	13/05/1968	DEFERIDO
00153	JOCELAINE BARBOSA DA SILVA	21407180603	22/09/1995	INDEFERIDO
00154	JOCIANE NASCIMENTO DE SOUZA	21113480728	08/03/1990	DEFERIDO
00155	JORDAN LUIS ARTIAGA SILVA	2125081810	20/03/1995	DEFERIDO
00156	JOSELINE DA SILVA COSTA	21152281240	18/03/1972	DEFERIDO
00157	JOSIANE APARECIDA NASCIMENTO PODAVINI	2193182538	29/06/1984	DEFERIDO
00158	JOSIANE INÊS DE SOUZA	2163183333	02/03/1983	DEFERIDO
00159	JOYCE DE OLIVEIRA SANTOS	21315485726	13/06/1986	DEFERIDO
00160	JUCELI DA SILVA CRUZ	21130682939	13/02/1979	DEFERIDO
00161	JUCILENE DE OLIVEIRA MARTINS	2117385132	24/11/1983	DEFERIDO
00162	JUCINÉIA ROSA DA SILVA	2190782129	01/11/1983	DEFERIDO
00163	JULIA MARIA ALVES	2129084433	03/03/1993	DEFERIDO
00164	JULIANA CRISTINA DA FONSECA	21423882752	22/06/1994	DEFERIDO
00165	JULIANA DA COSTA MARQUES	21244685342	24/06/1985	DEFERIDO
00166	JULIANA DA LUZ LIMA	21205584830	28/10/1991	DEFERIDO
00167	JULIANA SILVA DO NASCIMENTO	2111383947	12/08/1971	DEFERIDO
00168	JULIANA TIRELLI QUINTO	21684726	25/10/1984	DEFERIDO
00169	JULIETA ANTONIA DA SILVA	2129580837	07/07/1977	DEFERIDO
00170	KAMILLA PATRICIA FERREIRA JUSTINIANO DE ALMEIDA	21459981512	07/07/1988	DEFERIDO
00171	KARINE COSTA LIMA	21457685011	01/07/1981	DEFERIDO
00172	KAROLAYNE MOURA DOS SANTOS	21430784559	26/04/1997	INDEFERIDO
00173	KATIUSSALA CORREIA DA SILVA	21296483051	28/07/1995	DEFERIDO
00174	KEILA FERREIRA MENDES DA COSTA VITTORAZZI	21404980900	24/08/1977	DEFERIDO
00175	KELLEN CRISTINA VIEIRA MARTINS RIBEIRO	21449580517	25/06/1982	DEFERIDO
00176	KELLY ALESSANDRA GARCIA BARBARA	21277682424	10/05/1982	DEFERIDO
00177	KELLY REGINA CEBALHO MARQUES SILVEIRA	2178785504	06/01/1980	DEFERIDO
00178	KELLY RIBEIRO COSTA	2161685353	30/10/1982	DEFERIDO
00179	LAIDIA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	21230285333	14/07/1970	DEFERIDO
00180	LAURENICE ZITA RIBEIRO	212080155	27/04/1974	DEFERIDO
00181	LENI SOBRINHA RAMOS DE SOUZA	2191482947	12/06/1976	DEFERIDO
00182	LETICIA CAROLINE MACEDO SILVA	21397684736	27/06/1994	DEFERIDO
00183	LIDIANA DOS SANTOS SILVA	215885244	02/10/1989	DEFERIDO
00184	LILIANE DURAO GOMES	21330985006	12/06/1983	DEFERIDO
00185	LILIANE ROSA SIQUEIRA	21378383315	31/07/1991	INDEFERIDO
00186	LUANA APARECIDA CEZILIO DE SOUZA	2168385756	04/04/1989	DEFERIDO
00187	LUANA PAULA TEIXEIRA CAVÉQUIA	21213985622	09/01/1986	DEFERIDO
00188	LUANA SILVA MARCACINI	21409683424	31/10/1992	DEFERIDO
00189	LUANA THAYLLE CRISTO SILVA	2157780847	16/07/1991	DEFERIDO
00190	LUCÉLIA DIAS DA SILVA	2174583607	24/08/1980	DEFERIDO
00191	LUCIANA COSTA SALES	2110485613	19/03/1981	INDEFERIDO
00192	LUCIANA DE MAGALHÃES ARTIAGA	21172684347	08/09/1985	DEFERIDO
00193	LUCIANE APARECIDA DO NASCIMENTO	21114480853	30/05/1977	DEFERIDO
00194	LUCIANE ARRUDA DA SILVA MOTTA	2173284105	18/10/1974	DEFERIDO
00195	LUCIANE DO PRADO	21216881046	31/07/1977	DEFERIDO
00196	LUCIENE MARIA DA SILVA	21179382806	16/02/1973	DEFERIDO
00197	LUCIENE PEREIRA DE MORAIS CANDIDO	21427084929	11/10/1990	DEFERIDO
00198	LUCIENE PESSOA	21239681909	10/02/1984	DEFERIDO

00199	LUCILENE MENDES DOS SANTOS	21109183030	05/02/1988	DEFERIDO
00200	LUCIMAR GONÇALVES	2125685452	04/04/1977	INDEFERIDO
00201	LUCIMARA LEITE DA SILVA	21150384313	28/09/1984	DEFERIDO
00202	LUCINEIA ETIENE DE SOUZA SILVA	2166385338	15/11/1963	DEFERIDO
00203	LUZIENE LÚCIA DE FRANÇA	21183282009	22/04/1971	DEFERIDO
00204	MAGDA MARIA CARDOSO	21101380355	18/09/1988	INDEFERIDO
00205	MANOEL SEBASTIAO DA SILVA	21407585118	26/08/1975	DEFERIDO
00206	MARA MONE FERREIRA SOARES	21406580653	17/10/1981	DEFERIDO
00207	MARCELO JESUS DE OLIVEIRA	21463282118	25/04/1973	DEFERIDO
00208	MÁRCIA BARBOSA DE SOUZA	21438880449	11/11/1983	DEFERIDO
00209	MARCIA BATISTA SALES	2142783401	27/09/1979	DEFERIDO
00210	MARCIA RIBEIRO SILVA	21103483301	16/06/1981	DEFERIDO
00211	MARCILENE TEODORO	2168083236	24/05/1978	DEFERIDO
00212	MARCIO CRISTOVÃO DE SOUZA BISPO	21233982024	20/12/1979	DEFERIDO
00213	MARGARETH DA SILVA PLAQUI	21103385938	19/05/1983	DEFERIDO
00214	MARIA APARECIDA BARBOSA BEJARANO	21440585314	29/04/1983	DEFERIDO
00215	MARIA AUXILIADORA DA SILVA SCACHETI	21107482835	25/09/1971	DEFERIDO
00216	MARIA CATARINA ALVES DE MIRANDA	2135581951	31/01/1983	DEFERIDO
00217	MARIA CATARINA DA SILVA	21141181308	20/04/1968	INDEFERIDO
00218	MARIA DE ALBUQUERQUE SANTOS	21101280809	19/06/1962	DEFERIDO
00219	MARIA DO CARMO QUINTINO	21458882035	09/03/1968	DEFERIDO
00220	MARIA DOMINGAS DA SILVA	21386184338	01/05/1980	DEFERIDO
00221	MARIA EDNA SOUZA LEAL	21165081747	16/08/1964	DEFERIDO
00222	MARIA EDNETE ARRUDA DA SILVA	21146583411	16/03/1977	DEFERIDO
00223	MARIA ERENILDA DA SILVA	2181381652	12/08/1981	DEFERIDO
00224	MARIA GONÇALVES FERRAI	21146084758	05/08/1967	DEFERIDO
00225	MARIA LUCIANA DE CARVALHO RODRIGUES	2112881742	05/07/1982	DEFERIDO
00226	MARIA MADALENA DE OLIVEIRA	21127581906	28/06/1972	DEFERIDO
00227	MARIA NEVES DUARTE	21442181302	04/08/1991	DEFERIDO
00228	MARIA RITA SILVA PEREIRA	21199980209	08/11/1980	DEFERIDO
00229	MARIA ROZICLER DO NASCIMENTO PEREIRA	21263684230	17/03/1967	DEFERIDO
00230	MARIA TERESA SOARES	21238783936	01/12/1962	DEFERIDO
00231	MARIA VANISE BARBOSA	21179185943	13/03/1978	INDEFERIDO
00232	MARILENE CEBALHO DE SOUZA	21583852	22/03/1979	DEFERIDO
00233	MARILENE ROSA DE OLIVEIRA CAMPOS	2169583512	01/02/1975	DEFERIDO
00234	MARILUCIA CRUZ PONHE	2131582332	05/04/1983	DEFERIDO
00235	MARILUCY SILVA	2111280046	04/02/1966	DEFERIDO
00236	MARINA DE FATIMA SOUZA	21180183013	29/10/1968	DEFERIDO
00237	MARINA FERREIRA DOS SANTOS	21285983305	30/08/1986	DEFERIDO
00238	MARINALVA LUCIA DOS SANTOS	21269981426	29/10/1976	DEFERIDO
00239	MARINEIDE LUIZA DO PRADO	21213380039	06/11/1978	DEFERIDO
00240	MARINETH PAULA COELHO	21215385249	17/07/1968	DEFERIDO
00241	MARIOZILDA CAMPOS DE MORAIS ALMEIDA	21109880700	02/07/1970	DEFERIDO
00242	MARISTELA PINHO DE OLIVEIRA	21259981338	27/10/1978	INDEFERIDO
00243	MARIZA PINTO DE MIRANDA	2173981549	09/04/1964	DEFERIDO
00244	MARLEI JUVENAL JUVENAL DA CONCEIÇÃO	2179380602	27/10/1978	INDEFERIDO
00245	MARLY DE FATIMA DA SILVA LARA	21198484029	30/10/1972	DEFERIDO
00246	MARTA FERREIRA DO NASCIMENTO	21177282504	06/09/1975	DEFERIDO
00247	MARTA NORBERTA DA SILVA	2124781919	18/04/1982	DEFERIDO
00248	MARTIDE CUSTÓDIA RODRIGUES NUNES	21444085952	01/03/1992	DEFERIDO
00249	MARYFLÁVIA CAMPOS MOREIRA	21424380629	07/11/1984	DEFERIDO
00250	MATILDE CRISTINA CARRASCO	21253581537	06/05/1974	DEFERIDO
00251	MAURILEI NUNES DA SILVA	21411580001	13/04/1989	INDEFERIDO

00252	MILENE ROCA DE ARAÚJO	21440783203	16/02/1983	DEFERIDO
00253	MÔNICA MARIA DA SILVA	21431585141	16/05/1977	INDEFERIDO
00254	MONICA URCINO AQUINO DE LAVOR	21123385556	17/09/1985	DEFERIDO
00255	MONIQUE APARECIDA RODRIGUES CINTRA	21115380022	12/10/1984	DEFERIDO
00256	NADIA FRANCISCA BACELLAR GARCIA	2180085412	17/11/1967	DEFERIDO
00257	NADIR GONÇALVES DOS SANTOS DE MATOS	21380284135	28/09/1973	DEFERIDO
00258	NAGHILA CRISTINA AMADA DA SILVA	21263584018	20/01/1990	DEFERIDO
00259	NILIANY RAMOS DA CRUZ	2190082129	04/10/1984	DEFERIDO
00260	NILMA DA SILVA OLIVEIRA	21204781455	27/07/1972	DEFERIDO
00261	NILVA DUARTE ALEXANDRE	2183084946	03/01/1976	DEFERIDO
00262	NILZA APARECIDA DE SOUZA BENEVIDES NUNES	21167882056	08/03/1980	DEFERIDO
00263	NILZA DOS SANTOS FERREIRA	21422483439	20/10/1967	DEFERIDO
00264	NÚBIA ALLINE NEVES	21382783748	07/01/1996	DEFERIDO
00265	ORISVALDO JOSE DA SILVA	2147281931	08/03/1971	DEFERIDO
00266	OSANIR PEREIRA VICENTE NEGRINI	21187783001	26/06/1979	DEFERIDO
00267	OZENI FERMINIO PRUDENCIO	21319981018	03/05/1976	DEFERIDO
00268	PAMELA EMANUELLE DE ALMEIDA MACHADO	21433680400	10/07/1993	INDEFERIDO
00269	PATRICIA CAMPOS SILVA MIRANDA	21242485507	09/02/1987	DEFERIDO
00270	PEDROSA FRANCISCA DA SILVA	21185882700	24/06/1979	DEFERIDO
00271	RAFAEL BRUMADO RODRIGUES	21411780210	17/09/1995	DEFERIDO
00272	RAFAEL CEBALHO CAMBARA	2119584706	01/04/1997	DEFERIDO
00273	RAFAELA MIRANDA ALONSO	21383184901	05/03/1993	DEFERIDO
00274	REGINA NORBERTA DA SILVA	2152181423	06/06/1981	DEFERIDO
00275	REJANE LOFFLER	21295480448	18/09/1975	DEFERIDO
00276	RENATA DE MORAIS RODRIGUES AZIZ	21432082734	27/08/1974	DEFERIDO
00277	ROGER VIEIRA DA SILVA	21213585733	13/01/1985	DEFERIDO
00278	ROMILDA DE BARROS ARAUJO	21266983337	05/10/1978	DEFERIDO
00279	ROSA PARA DE ARAUJO	2148680605	26/06/1971	DEFERIDO
00280	ROSALI DA SILVA	2175483414	29/01/1972	DEFERIDO
00281	ROSANE SAMPAIO DOS SANTOS MIRANDA	21416880936	23/12/1988	DEFERIDO
00282	ROSANGELA APARECIDA ALVES BERNABE	21394584910	21/06/1971	DEFERIDO
00283	ROSANGELA CRISTINA DA SILVA	2149780445	18/04/1972	DEFERIDO
00284	ROSANGELA ORTIZ DE SOUZA	21449884710	20/05/1976	DEFERIDO
00285	ROSANIA DO NASCIMENTO GOMES FERREIRA	21333885249	15/12/1976	DEFERIDO
00286	ROSEANE DE SOUZA MARTINS TAVARES	2172284907	30/03/1977	INDEFERIDO
00287	ROSELI APARECIDA DANTAS	21454083443	03/06/1972	DEFERIDO
00288	ROSELI MOREIRA	21418483321	05/02/1972	INDEFERIDO
00289	ROSENIL APARECIDA LEITE EGUES	21252681802	28/07/1970	DEFERIDO
00290	ROSILENE DA SILVA CAMPOS	21177581956	15/11/1984	DEFERIDO
00291	ROSILENE SIMÕES MIRANDA	21189285216	28/02/1972	INDEFERIDO
00292	ROSIMAR MENDES GONÇALVES	21231984646	28/06/1975	DEFERIDO
00293	ROSINEIDE LUIZ	21192685028	05/11/1979	DEFERIDO
00294	ROSINEY JAIVONA MENDES	21400585906	25/05/1966	DEFERIDO
00295	ROSIRENE GOMES DAMASCENO DA SILVA	21332085850	09/09/1980	DEFERIDO
00296	ROZIANE FERREIRA DO NASCIMENTO	21456982535	26/06/1997	DEFERIDO
00297	RUBERLEIA CICERA DO COUTO	2165384500	30/11/1982	DEFERIDO
00298	SANDRA DE OLIVEIRA LEITE	21122481255	30/03/1978	DEFERIDO
00299	SANDRA LUZIA GONSALVES	2142585144	13/12/1978	DEFERIDO
00300	SANDRA REGINA DE ARRUDA BARROS	21270783326	14/03/1970	DEFERIDO
00301	SANDRA TESHIMA	21422085155	18/04/1971	DEFERIDO
00302	SANDRIELE ORTEGA	21404685629	23/12/1990	INDEFERIDO
00303	SHIRLEY LUIZ	21417880855	23/06/1967	DEFERIDO
00304	SILVIA MARIA SOARES	21193685013	19/04/1970	DEFERIDO

00305	SILVIA MARTINS DE ALMEIDA	21426180440	23/09/1977	DEFERIDO
00306	SIMONE DUARTE SILVA	214385537	11/11/1988	DEFERIDO
00307	SIMONE NUNES MOTA	21445980036	04/11/1988	DEFERIDO
00308	SINEZIA APARECIDA TAVARES SILVA CRUZ	21242281022	11/10/1984	DEFERIDO
00309	SIRLEIA DE ARRUDA FIALHO MAGALHÃES	21168983933	04/01/1977	DEFERIDO
00310	SOLANGE CANDELARIA BARBOSA	21143480328	03/02/1979	DEFERIDO
00311	SOLANGE MARIA DE FRANÇA	21153980423	25/02/1968	DEFERIDO
00312	SONIA APARECEDA RODRIGUES	21433084340	28/03/1970	DEFERIDO
00313	SONIA FERREIRA MARTINS	21188685630	06/07/1976	DEFERIDO
00314	SONIA TIAGO BASSI DOS SANTOS	21435183409	26/07/1982	DEFERIDO
00315	SUELE APARECIDA LEITE DE SOUSA	21196684935	11/06/1986	DEFERIDO
00316	SUELI APARECIDA DE OLIVEIRA SCANDIANI	21245385119	23/07/1981	DEFERIDO
00317	SUELLEN CRISTINE SILVA ORMOND	21405785849	15/03/1989	INDEFERIDO
00318	SUELY APARECIDA COUTO NETO VIEIRA	2146085703	23/03/1980	DEFERIDO
00319	SUZANE PEREIRA DOS SANTOS	21158682536	12/08/1975	DEFERIDO
00320	TALITA RODRIGUES LEITE	21396180507	27/02/1964	DEFERIDO
00321	TATYANY CAVALCANTE ROCHA	21227684852	22/09/1983	DEFERIDO
00322	VALDILENE DE OLIVEIRA	2115583338	21/05/1980	DEFERIDO
00323	VALDINEI CEBALHO DE SOUSA	21244081009	01/01/1982	DEFERIDO
00324	VALDINELY GONZAGA DOS REIS	21373485844	05/06/1977	INDEFERIDO
00325	VALÉRIA RIBEIRO DE SOUZA	2162381719	24/07/1972	INDEFERIDO
00326	VANDA APARECIDA DA SILVA	2185681859	03/09/1974	DEFERIDO
00327	VANDERLEIA MENDES DA SILVA	2131982621	19/06/1984	DEFERIDO
00328	VANDIRLENE VIANA BALDOINO	21379881706	19/01/1980	INDEFERIDO
00329	VANESSA CAMPOS BARBOZA DA SILVA	21439682326	03/10/1987	DEFERIDO
00330	VANESSA CAMPOS BRENNER	21400682349	12/08/1971	DEFERIDO
00331	VANESSA GLAUCIA PEREIRA BELISARIO	21248983148	24/09/1987	DEFERIDO
00332	VERA LUCIA DE CAMPOS	2188484551	25/01/1971	DEFERIDO
00333	VILMA AUXILIADORA SILVA DO ESPIRITO SANTO	21155585057	25/09/1980	DEFERIDO
00334	VILMA CARVALHO DO ESPIRITO SANTO	21446685903	21/05/1976	DEFERIDO
00335	VILMA DE OLIVEIRA	2165482750	25/10/1975	DEFERIDO
00336	VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA	21454684355	04/07/1987	DEFERIDO
00337	VIVIENE DE PAULO DE MELO	21437882954	30/08/1993	DEFERIDO
00338	WELMA SOARES DE JESUS	2163681905	27/06/1983	DEFERIDO
00339	ZILMA GONÇALVES DIAS	2133881621	15/11/1977	DEFERIDO
00340	ZILMA HELENA BARBOSA DE MORAES	21434580024	15/04/1970	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLAS URBANAS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD — 00009 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANA LUCIA GERMANO ROSA	21439283654	21/06/1981	INDEFERIDO
00002	DANIELA TÁBATA PEREIRA MACHADO	21434683441	20/06/1987	DEFERIDO
00003	DERLIR MÁRCIA TEIXEIRA	21378083849	11/06/1964	INDEFERIDO
00004	EDNEIA RIBEIRO DA COSTA	21432480603	14/02/1973	DEFERIDO
00005	FABIANA LANGNER	21409584356	15/10/1976	INDEFERIDO
00006	JOSIANE RAYMUNDO DOS SANTOS DE ANDRADE	21461585418	26/05/1983	DEFERIDO
00007	JULIANA CAVALCANTE DE ARAÚJO	21407984832	17/02/1981	INDEFERIDO
00008	MARIA ROSILANE DA SILVA DUARTE.	21142884219	15/06/1969	DEFERIDO
00009	MICHELLE APARECIDA DA SILVA CRUZ	21398780336	20/03/1991	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANE OLIVEIRA	21153584607	05/09/1992	DEFERIDO
00002	ANDREIA CRISTINA RODRIGUES FELICIANO ESTIGARRIBI	21398380301	29/02/1984	DEFERIDO
00003	ANDREIA KARLA DE FREITAS BERNARDO COELHO	21406885840	13/12/1994	DEFERIDO
00004	FRANCISCO JOSE CARNEIRO DE OLIVEIRA	21429983518	08/08/1985	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 40/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	DEISIANE SURUBI DA SILVA DE ARRUDA	2126485705	12/04/1990	DEFERIDO
00002	ELIVANIA DE OLIVEIRA SOBRINHO	21107384214	03/11/1983	DEFERIDO
00003	RAELI OLIVEIRA BENEVIDES	21207783030	30/09/1993	INDEFERIDO
00004	ROSELAINE CIRILA MOURA DOS SANTOS CUIABANO DA S	21102180917	11/09/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 42/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CHESTERTON ULYSSES ORLANDO EUGENIO	21439080229	03/02/1987	DEFERIDO
00002	JHONATTA SOARES DA SILVA	2131182413	29/06/1994	DEFERIDO
00003	MARCEL GUALBERTO DE ARRUDA	21106081252	22/07/1982	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALEKSANDER FERRO	21286784325	15/01/1974	DEFERIDO
00002	HERMESON PEREIRA DOS REIS	21410584557	12/07/1992	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 46/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CARLA DAIANE SANTOS RODRIGUES	21458782050	04/07/1987	DEFERIDO
00002	EDSON LUIZ DE PAULA COSTA	21197785022	12/05/1977	DEFERIDO
00003	IAM SOUZA LIMA	21388681157	23/01/1997	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS — 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIANE TOMICHÁ BALESTRIN	21302283909	15/10/1992	DEFERIDO
00002	AMÉLIA CRISTINA BENEVIDES DA SILVA	21133985134	15/04/1978	DEFERIDO
00003	LAUDICÉIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	21379580340	18/11/1977	DEFERIDO
00004	WALAPHY DOUGLAS DOS SANTOS	219183839	08/09/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 52/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	DOUGLAS LOUZAKAN PEREIRA ANDRADE	21409880056	15/06/1994	INDEFERIDO
00002	LEONARDO GALINA	21414384406	27/03/1995	DEFERIDO
00003	LUIZ MAGNO DE MIRANDA BARBOSA	21147381544	25/04/1981	INDEFERIDO
00004	MARLON VINICIUS RODRIGUES DA SILVA	21168884654	20/05/1995	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 54/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00008 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ERENICE ROSIANA DOS SANTOS	215185549	30/11/1975	DEFERIDO
00002	GIGLIOLA MASSARANDUBA E SILVA	21454982818	14/06/1974	DEFERIDO
00003	MARCI PEREIRA RODRIGUES	21140180841	29/08/1971	DEFERIDO
00004	MARIA ANTÔNIA HURTADO RIBEIRO	2117185128	13/06/1985	DEFERIDO
00005	MOISÉS RIBEIRO DE SOUZA	21163480939	12/08/1972	DEFERIDO
00006	NILMARA RODRIGUES DE CAMPOS	2159581255	12/10/1972	DEFERIDO
00007	VANIA RODRIGUES FERNANDES BARBOZA	2111183300	31/10/1979	DEFERIDO
00008	VIVIAN APARECIDA CONCEIÇÃO BARBOSA	21417983210	23/12/1975	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL BURITI

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ODAIR DAS NEVES SILVA	21410382902	10/05/1978	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 57/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	AGNES EMANUELLY SOUZA OLIVEIRA	2160583149	01/11/1994	INDEFERIDO
00002	GILMAR MOTURI MENDES	21428683419	03/05/1983	INDEFERIDO
00003	JÉSSICA MARIA MIRANDA SOUZA	21442085210	01/08/1995	DEFERIDO
00004	JULIO CESAR MENDES DA SILVA	21207581717	21/07/1986	INDEFERIDO
00005	LUZIA CARDOSO DE ALMEIDA PEDRACA	2124685546	07/05/1972	DEFERIDO
00006	MANOEL DIEGO SANTOS HURTADO	21396684104	14/12/1993	DEFERIDO
00007	PAMELA MARIA DE ARAUJO DUARTE	21283482958	22/04/2000	INDEFERIDO
00008	SAMARA DO CARMO SARAIVA	21450180752	17/09/1997	DEFERIDO
00009	TALIZA DA GAMA TOSUÉ	2144280306	29/10/1997	DEFERIDO
00010	VANUZA SOARES DOS SANTOS	21427883908	06/02/1974	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 59/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANGÉLICA DE ARAÚJO BERNARDO	21406383217	29/10/1993	INDEFERIDO
00002	LEIDINEIA FERREIRA DE SOUZA	21290384539	09/05/1984	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 61/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIZIANE MARIA DA CONCEIÇÃO	21434481245	03/04/1987	DEFERIDO
00002	MARCOS ROBERTO DA SILVA	217783918	06/11/1974	DEFERIDO
00003	VAGNE DE MELO OLIVEIRA	21441181937	15/08/1981	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 63/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	BRUNA RENATA NERVIS	21410883142	10/05/1996	INDEFERIDO
00002	CLEICIANE FERREIRA DOS SANTOS	21224683259	21/07/1995	DEFERIDO
00003	LAURA LETICIA MONTEIRO CATELAN	2136883605	31/01/1987	DEFERIDO
00004	LETICIA FERREIRA CONTI	21401282635	21/06/1996	DEFERIDO
00005	PAMELA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE SOUZA CAMPOS	21434384536	17/05/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 65/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LUIZ CLAUDIO DURÃO FRANCO	21404184040	12/12/1985	DEFERIDO
00002	PÂMELA SANTIAGODE BRITO	21427983001	19/02/1998	DEFERIDO
00003	ROSINEIRE MARIA DOS SANTOS	21416681926	29/04/1983	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 67/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANA CREUSA GONÇALVES	2168181706	14/08/1983	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 71/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JÉSSICA APARECIDA DE MELO	21175881038	02/11/1991	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 73/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIANE PEREIRA DA SILVA	21437581505	16/04/1981	DEFERIDO
00002	GERALDA SANTIAGO DA SILVA	2128284634	29/10/1971	DEFERIDO
00003	MARIA PEDROSA DE AGUIAR RIBEIRO	2154681436	29/06/1963	DEFERIDO
00004	MARIA ROSA DA SILVA	2114384238	10/06/1978	INDEFERIDO
00005	VALDEMIR NEVES LEITE	2132085017	02/02/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 75/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL LARANJEIRA I

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRESSA FERREIRA CABRAL BUENO	21426085908	24/03/1997	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	GEICIANE DA SILVA	21217782040	06/10/1988	INDEFERIDO
00002	MARIA DIVINA OLIVEIRA DE CAMPOS	21417383942	18/08/1988	DEFERIDO
00003	MARILAINE DE OLIVEIRA DE CAMPOS	21410782743	23/12/1993	DEFERIDO
00004	TATIANE FRANCISCA HURTADO	2179980404	25/09/1989	DEFERIDO
00005	VANDERLUCIA JACINTO DO CARMO	2196984405	27/07/1979	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO DO CARAMUJO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANA PAULA TEODORO DE BRITO	21150784837	19/01/2000	DEFERIDO
00002	LEIDI DE PAULA MELO	21378784348	23/09/1990	INDEFERIDO
00003	WILMA ELISANGELA VELARDE LEITE	21212684341	10/12/1974	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 81/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALESSANDRA CASTEDO DE MIRANDA	21446882726	03/12/1997	DEFERIDO
00002	CAROLINE DA COSTA DINIZ	21454581402	29/06/1988	DEFERIDO
00003	JOSIAS ARTIAGA DA SILVA	21180780755	15/05/1997	DEFERIDO
00004	MICHELLE MARTINS CARDOSO	2121183825	13/06/1974	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 83/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALESSANDRA FERREIRA LEITE DA SILVA	21431685455	20/01/1993	DEFERIDO
00002	CLEIDIANE DA SILVA ARAUJO	21459585745	26/06/1990	INDEFERIDO
00003	ELIENAI SIMONCELIS MOTA	21183084634	07/02/0987	DEFERIDO
00004	SILVANA DE OLIVEIRA SOUZA	2130980033	04/11/1981	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 85/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CLEIDE SILVA DA CUNHA MILAS	213480426	11/01/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 87/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LEONARDO BARROS CASTRILLON	21124084918	30/03/1985	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 93/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	VALDO MENACHO	212484355	24/03/1975	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 95/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00009 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	APARECIDA PINTO DE SOUZA	2128082432	14/06/1979	DEFERIDO
00002	APARECIDA RODRIGUES DE LIMA	21452782954	06/12/1976	INDEFERIDO
00003	ELFI MENACHO FRANCO	2149183405	10/12/1986	DEFERIDO
00004	JEANE CAROLINE MIRANDA DO ESPIRITO SANTO BACA	2197182614	05/06/1997	DEFERIDO
00005	JULIANA CAROLINA GOMES DA SILVA	21394183827	16/06/1994	INDEFERIDO
00006	MARIA EDILEIDE XAVIER	21409083911	18/11/1986	DEFERIDO
00007	NATANE RODRIGUES DA GRAÇA	21113781105	30/03/1991	DEFERIDO
00008	TANIA MARIA TOLEDO DA SILVA	21219083851	27/12/1976	DEFERIDO
00009	YOLANDA LETICIA TOGUIA DA SILVA	21443283506	06/05/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 99/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO CLARINÓPOLIS

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00006 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANTONIO ROSA DA SILVA OLIVEIRA JUNIOR	21416380229	16/07/1998	DEFERIDO
00002	EDILSON GONCALVES DIAS FILHO	21381283315	13/04/1979	INDEFERIDO
00003	FELIPE MAIA LEMES CHAVES	21107881702	16/05/1990	DEFERIDO
00004	HELDRIANE MARIA ARTIAGA DA SILVA	2148584130	04/09/1990	DEFERIDO
00005	KARLA PEREIRA SANTOS	21445081116	11/12/1997	INDEFERIDO
00006	LUANDERSON ITALO DELUQUE DUARTE	21425281110	07/06/2002	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 102/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	THAMIRIS CRISTINNA MONTEIRO PAULA	21431383048	20/01/2000	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 103/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00006 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIENE DA SILVA ALMEIDA	21405184123	10/12/1998	DEFERIDO
00002	ANA GABRIELA RAMOS DA CUNHA	2165183119	31/07/2000	DEFERIDO
00003	ANTONIA INEZ CANHETE	2120383152	20/04/1963	DEFERIDO
00004	ARCENIO SILVA VILARVAS	2121484009	06/07/1981	DEFERIDO
00005	LAUDICEIA MARIA DA CONCEIÇÃO	21432181200	17/02/1974	DEFERIDO
00006	SEU CARLO NOGUEIRA DE SOUZA	21425983901	22/04/1986	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELISANGELA FRANCISCA DA SILVA	21416982207	08/02/1992	DEFERIDO
00002	FERNANDA BENEDITA BASSAN ANTELO	21231583455	20/07/1987	DEFERIDO
00003	THIAGO FERREIRA PEREIRA	21414582334	01/03/1996	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADRIEL HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA	21413284211	19/03/1989	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRESSA RODRIGUES	21399081702	10/03/1993	INDEFERIDO
00002	LUIZ CLÁUDIO ALMEIDA MARTINS	2143784806	21/10/1982	DEFERIDO
00003	MARCO AURELIO PEIXOTO	21425782836	07/03/1978	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIANE CAMPOS VIEIRA	21178682545	04/03/1965	DEFERIDO
00002	LUANA GONÇALVES COSTA	21456785009	09/08/1986	DEFERIDO
00003	WEBERLY DIANE VIEIRA VITORINO RIBEIRO	219484712	09/04/1994	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 112/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	LETICIA TAVARES MARTINS SANTOS	2185980447	18/05/1992	DEFERIDO
00002	MARCOS ANTONIO FERRI	2115085254	20/06/1970	DEFERIDO
00003	TACIANE NEVES FAUSTINO FERREIRA	21283183357	09/11/1968	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 114/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	SÉRGIO MIRANDA OLIVEIRA	21453381522	15/08/1981	INDEFERIDO
00002	SIDNEI LIMA DO CARMO	21375681721	04/10/1990	INDEFERIDO
00003	WELLINGTON VENANCIA DE SOUZA	21421681115	04/06/1991	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 116/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	EUNICE FERNANDES AIRES	21197185321	30/05/1974	INDEFERIDO
00002	LUIS PAULO VIANA DO NASCIMENTO	21323681837	14/02/1983	DEFERIDO
00003	MARILCE RAMOS TORRES DA CUNHA	2156483850	15/04/1980	DEFERIDO
00004	REGISLENE DA SILVA	21442684029	21/04/1984	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 118/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO LIMÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	BRUNO HENRIQUE CARNIELO FARIA	21234984215	22/09/1994	DEFERIDO
00002	KEDNA PRISCILA ALVES DOS SANTOS	21391083002	14/05/2002	DEFERIDO
00003	MARIA RITA SCARPASSI	2125185315	16/01/2000	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 121/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	KAROLINA MARTINS DE MIRANDA	21162782400	11/10/1992	DEFERIDO
00002	VALÉRIA GONÇALVES MIRANDA.	21314380353	09/09/1984	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 123/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA	21437183927	07/03/1995	DEFERIDO
00002	IZABEL ADELAIDE DA SILVA	21439883912	23/07/1981	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MARILENE DE SOUZA SILVA	21195383901	16/05/1983	DEFERIDO
00002	RONALDO JOSÉ DE CARVALHO	21455180127	17/05/1992	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 131/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CINTIA APARECIDA LACERDA FERREIRA	211582311	07/07/1981	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 133/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CRISTIANE APARECIDA MORAES MAGALHÃES	21321781650	30/09/1990	DEFERIDO
00002	PEDRO PAULO DE OLIVEIRA SABALA	21129981033	02/09/1971	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 135/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00007 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CEILA FERNANDES DE OLIVEIRA RIBEIRO	21389783640	12/03/1981	DEFERIDO
00002	DERCILIA DE OLIVEIRA ALVES DOS SANTOS	21449281402	26/04/1986	DEFERIDO
00003	EDENILDA DE OLIVEIRA SANTANA RAMOS	2167781511	18/09/1978	DEFERIDO
00004	EDITE APARECIDA CAMARGO DA SILVA	2187183400	15/05/1971	DEFERIDO
00005	JULIANA FERREIRA MARCELINA MONTEIRO	21317580618	29/12/1984	DEFERIDO
00006	LARISSE SOUZA GOMES MOREIRA	21401384503	06/04/1997	DEFERIDO
00007	VANESSA CRISTINA PINTO DO NASCIMENTO	2184682225	29/04/1979	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO PAIOL

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	GIRLAINE BASSAN	21398580652	12/03/1992	INDEFERIDO
00002	LETÍCIA FERREIRA DE ALENCAR OLÍMPIO	21411284505	21/11/1988	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 140/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MARIA ROSA DOS SANTOS BERNEGOZZI	21321881818	05/11/1972	DEFERIDO
00002	NAZANIRTES PEREIRA DE CARVALHO	21453480942	15/11/1975	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 142/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	GENICE MOURA FERREIRA	21317785149	29/06/1990	DEFERIDO
00002	RENILDA RIBEIRO PERES	2136783810	31/08/1976	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 144/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	INIVAN RAFAEL DE PAULA	21411983932	24/10/1971	DEFERIDO
00002	JOAO ALVES DE MORAES FILHO	21393483159	07/06/1980	DEFERIDO
00003	RAFAELA DE ALMEIDA ESPINOSA	2139484432	05/09/1991	DEFERIDO
00004	VÂNIA RAMOS DA SILVA	21100685706	28/06/1978	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 146/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELIZETE DE ARRUDA BACA LARA	21202085009	22/08/1983	DEFERIDO
00002	ROSIVALDO FERREIRA MENDES	21121883325	26/11/1983	DEFERIDO
00003	THIAGO TADEU DE ARRUDA FERREIRA	21442880706	04/01/1988	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 148/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	IVANILDE FERREIRA SANTANA	21460684236	30/09/1974	DEFERIDO
00002	JAQUELINE ALVES DE GUTEMBERG GOMES	21404784208	03/03/1987	DEFERIDO
00003	MATEUS GOMES PEREIRA	21462283257	13/08/1996	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 150/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS — 00006 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JULIA SUELLEN DE JESUS	2195785737	23/03/1991	DEFERIDO
00002	KARLA MURIELLY SOUZA TAVARES	21441485147	20/08/1983	DEFERIDO
00003	LUCAS MATEUS FARIA SILVA	21246080230	22/09/1994	DEFERIDO
00004	MARIA FRANCIENE RODRIGUES PEREIRA	21398982626	21/10/1956	DEFERIDO
00005	RAFAEL VINÍCIUS MARTOS DA SILVA	21112781614	06/12/1997	DEFERIDO
00006	SIMONI RIBEIRO DA SILVA	21127482249	25/06/1986	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14

Página 152/199

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CHARLES BRONSON BULHOES	21462380737	08/06/1986	DEFERIDO
00002	EDILSON MORAES MAGALHÃES	21162485340	24/09/1991	DEFERIDO
00003	FRANCIELE GOMES DELUQUE	21405884539	21/07/1988	DEFERIDO
00004	LAUANNE DE FÁTIMA MARQUES AGUILAR	21392683623	04/05/1995	DEFERIDO
00005	LUCIENE RODRIGUES FERREIRA	21430981235	14/08/1980	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 154/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADELAINE GONÇALVES BEZERRA	21311885546	13/03/1987	DEFERIDO
00002	APARECIDA DA CUNHA GARCIA SILVA	21446280750	01/11/1987	DEFERIDO
00003	APARECIDA SOARES DE MENEZES	21169785334	24/07/1992	DEFERIDO
00004	GERLANDO PAULA DA SILVA	2134682037	12/11/1963	INDEFERIDO
00005	JEANN APARECIDA FERREIRA DA COSTA	21457083428	11/09/1978	DEFERIDO
00006	JOANA CARDOSO DA SILVA DE CARVALHO	2162981136	24/06/1990	DEFERIDO
00007	MARIA DA PENHA DE ANDRADE	21383785313	07/01/1980	DEFERIDO
00008	MARIA SONIA LIMA RIBEIRO	2199380939	04/05/1969	DEFERIDO
00009	MICHELLE KAROLINE MODESTO	2150980749	03/05/1984	DEFERIDO
00010	SUZAMAR BATISTA SOUZA	21419984426	12/03/1982	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 156/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SADIA

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00010 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADILSON MARTINS HURTADO	21439985826	23/03/1974	INDEFERIDO
00002	ALESSANDRA GONÇALVES DO NASCIMENTO DA SILVA	2190185826	01/09/1999	DEFERIDO
00003	ALESSANDRA WERNERSBACH SÁ	2192084640	24/02/1986	DEFERIDO
00004	ALOISIO A BENEVIDES	2177683135	04/04/1961	INDEFERIDO
00005	ANTONIO ROBERTO SARAIVA BORGES	21408785754	26/10/1993	INDEFERIDO
00006	DAIANY SALES DA SILVA	21324380509	01/06/1992	DEFERIDO
00007	EDEMILSON DA SILVA SANTOS	2188984801	08/01/1984	DEFERIDO
00008	JACIRA PEREIRA LEITE	21449684342	22/07/1972	DEFERIDO
00009	LAIO LUAN SILVA COSTA MARQUES	21215982633	16/03/1988	DEFERIDO
00010	LARISSA PAIXAO DE PAULA NUNES	21121785826	30/06/1994	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	DAIANE MARAFANTE DE OLIVEIRA	21399781934	08/12/1987	INDEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 160/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ADELANGE ANGÉLICA BENACHIO	2185782020	16/07/1987	INDEFERIDO
00002	ANDREIA APARECIDA RAMOS	219281943	23/11/1979	DEFERIDO
00003	EMILIA FERREIRA DA SILVA	21195680654	30/05/1969	DEFERIDO
00004	MARIANA NAVARRO	21402681849	06/11/1994	DEFERIDO
00005	MICHELE MATOS MIATELLO	21408885726	20/12/1995	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRÉIA REGINA ALVES DOS SANTOS	21246385636	18/06/1989	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 163/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	FLAVIO SEBASTIAO DE BARROS LARA	21150181952	17/11/1981	INDEFERIDO
00002	MARCELLO SANTANNA DA COSTA	21461781115	18/03/1999	DEFERIDO
00003	MIRIAM NASCIMENTO SANTOS	21423285232	05/08/1985	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 165/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CLAUDIONOR MARTINS PEREIRA	2137482136	15/05/1972	DEFERIDO
00002	ESTEFANIA SIMONCELIO OLIVEIRA	21171483417	11/10/1990	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 167/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	MARICLEY MAGALHÃES SEVERINO	2118784657	04/07/1968	DEFERIDO
00002	RACHEL DE CARVALHO NEVES	2123580409	21/01/1980	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 169/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ROZILENE BARBOSA	21122880513	05/07/1967	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 171/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ELEZIEL BEIJAMIM DA SILVA LEITE	2127985212	21/08/1982	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 173/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JOSIANE DA SILVA	21110281757	15/07/1986	DEFERIDO
00002	MARCIA NOVAKC DA SILVA	2170983416	11/08/1965	DEFERIDO
00003	REGINA LAINE LAVAGNOLI MANTOVANI	21458484632	03/02/1974	DEFERIDO
00004	SOLANGE MARIA DE SOUZA NOVAKC	2188780707	06/03/1979	DEFERIDO
00005	WAGNER DIAS DE MOURA	2137284346	17/06/1977	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14

Página 175/199

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO SAPIQUÁ

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 00005 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDREIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	2147980550	07/01/1993	DEFERIDO
00002	CAROLINY DE ARRUDA SILVA	21281782543	27/06/1997	DEFERIDO
00003	DAIANE BATISTA	21401484159	25/07/1992	DEFERIDO
00004	JAIRA ELAINE JUNQUEIRA	21227981159	16/08/1977	DEFERIDO
00005	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	21155785224	29/08/1982	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 178/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CINTHIA GRACIELLI DE OLIVEIRA	21439782813	10/05/1988	DEFERIDO
00002	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS	2196580247	21/04/1999	DEFERIDO
00003	SUELEN APARECIDA DE OLIVEIRA	21440880330	16/02/1990	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PCD 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CAMILA DE SOUZA PEREIRA	21430684243	09/04/1996	DEFERIDO
00002	MARTA RODRIGUES CHAVES	21400285805	14/03/1987	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA 00002 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	HERMINDA PINHEIRO BACCA RAMOS	21403981815	05/01/1985	DEFERIDO
00002	MIRIAN DA SILVA ALMICI	21136284747	21/05/1991	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 182/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM BIOLOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JULIANA PEREIRA LEITE LESCO	21320380047	16/02/1993	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 184/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA 00001 inscrito

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	EVELLY CARLA DIAS MATIAS	21429780126	12/08/1998	INDEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM GEOGRAFIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM HISTÓRIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS 00004 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	CLERISTON BARBI QUEIROZ	21420385942	07/05/1985	DEFERIDO
00002	CRISTIANE ROSA VALENTIM PEREIRA	21189881250	18/10/1982	DEFERIDO
00003	JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA	2158484230	01/12/1986	DEFERIDO
00004	NILZANETE DA COSTA CEBALHO NERES	21144080058	01/04/1986	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 190/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM LETRAS - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	EVANILDA KUGER	21433381528	01/08/1980	DEFERIDO
00002	ILDELENE APARECIDA DA COSTA QUEIROZ	21136781847	05/12/1976	DEFERIDO
00003	VALTER NONATO ALVES	21406085210	25/04/1987	DEFERIDO

Arquivo gerado em: 01/04/2021 16:38:14 *Página 192/199*

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM MATEMÁTICA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA — 00013 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ANDRÉIA FERNANDA GONÇALVES	21272683203	28/12/1980	DEFERIDO
00002	DARCI MARTINS	2140880328	12/12/1972	DEFERIDO
00003	DIANA LANDIM DOS PASSOS REIS	21173984123	22/11/1978	DEFERIDO
00004	EVANIZE DE SOUZA AMARAL COELHO	2138082714	22/01/1991	DEFERIDO
00005	MARCELO DANIEL DA SILVA	21169082818	07/02/1972	DEFERIDO
00006	MARLENE CRISTINA DE VASCONCELOS	214680706	15/12/1971	DEFERIDO
00007	NEUZA LENADRO SILVA SANCHES	21415584438	20/05/1981	DEFERIDO
00008	PAULO CEZAR GOMES MATEUS	21325881755	20/02/1975	DEFERIDO
00009	SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO	21119682528	07/05/1986	DEFERIDO
00010	SUELLEN CRISTINA DA SILVA FRANCO MATEUS	21325481814	06/08/1990	DEFERIDO
00011	SUSANITA DE SOUZA RODRIGUES	21251680359	19/02/1982	DEFERIDO
00012	VALÉRIA DOS SANTOS MATOS DE CARVALHO	2167483834	18/09/1980	DEFERIDO
00013	VANILZA CARVALHO DE MELO	214180508	01/12/1980	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021

LISTA DE INSCRIÇÃO

NÚCLEO UNIÃO

PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - PCD

Nenhuma inscrição para este local e cargo.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NUTRICIONISTA EDUCACIONAL

00023 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	ALINE DA SILVA RAMOS	21425482441	21/04/1989	DEFERIDO
00002	AMANDA LORRAYNE VIEIRA DE AGUIAR	21281280726	14/09/1991	DEFERIDO
00003	CAMILA APARECIDA DE SOUZA MOREIRA	21391985423	15/05/2002	INDEFERIDO
00004	CAMILA DUARTE DAS NEVES	21416581050	25/01/2002	INDEFERIDO
00005	CAMILA RODRIGUES SOARES	2155883204	05/02/1992	DEFERIDO
00006	DIANA TAMYS SILVA RODRIGUES	21413484835	17/07/2001	DEFERIDO
00007	DJEICE QUELE LINHARES GONÇALVES	21460885836	11/01/1990	DEFERIDO
00008	DOUGLAS OLIVEIRA VIEIRA	21408483534	18/11/1991	INDEFERIDO
00009	EDILEUZA SANTANA SOARES PENIDO	21441781949	03/01/1983	DEFERIDO
00010	ELIANNE ARRUDA PIRES	2116384622	23/11/1976	DEFERIDO
00011	ÊMILE LORRAINE DE OLIVEIRA AMORIM	21438083821	14/05/1991	DEFERIDO
00012	FERNANDA ALMEIDA DE OLIVEIRA	21397581315	14/12/1994	INDEFERIDO
00013	JADE PENTEADO BAGGIO DE CARVALHO	21451282315	30/09/1992	DEFERIDO
00014	KETTYLIN CAMPOS CORREA	21463381920	05/07/1996	DEFERIDO
00015	LAURA REGINA PINHEIRO LEITE	2124980610	30/04/1989	DEFERIDO
00016	LEONICE CARDOSO DA SILVA	21419883450	03/07/1987	DEFERIDO
00017	LETÍCIA FRATA FIORILLIO	21441684755	24/03/1995	DEFERIDO
00018	MARCIO DITOTE RAMOS DE ARRUDA	21385983800	26/11/1992	INDEFERIDO
00019	MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA	21462685050	01/06/1959	INDEFERIDO
00020	MELISSA MERCADANTE SANTANA CRUZ	21385682353	21/07/1991	DEFERIDO
00021	NAIARA DE ALMEIDA ROLIN	21424582326	07/02/1989	DEFERIDO
00022	SHYRLEY MENDES DA SILVA	21389282530	24/02/1999	DEFERIDO
00023	SIRINEIA APARECIA LEONEL JORGE	21437781442	15/10/1990	DEFERIDO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-2021
LISTA DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NUTRICIONISTA EDUCACIONAL - PCD 00003 inscritos

#	NOME	PROTOCOLO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
00001	JEAN LUCAS SILVA DE PAULA	21448381309	14/11/2002	DEFERIDO
00002	MARCELA MOREIRA NOVAIS DE AMORIM	21373381723	23/07/1979	DEFERIDO
00003	RODRIGO DOS SANTOS FERREIRA	21454781425	28/02/1988	DEFERIDO

COVID-19: CONTRATO 064/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 064/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **KARLA FERNANDA SOBRINHO DE OLIVEIRA**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua A, S/Nº, LT. 06, QD. A, Residencial Ana Paula, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 2455955-5 SSP/MT e CPF n° 056.324.401-17, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na admissão de **KARLA FERNANDA SOBRINHO DE OLIVEIRA** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de Pronto Atendimento - UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **22 de Março de 2021 e término em 21 de Setembro de 2021** e poderá ser rescindido antecipadamente com base nos fundamentos previstos na Lei 1931/2005.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 3ª – O Município pagará mensalmente a título de vencimento o valor de R$ 4.837,76 (Quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato e caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser realizada por requerimento escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2021.

_____

KARLA FERNANDA SOBRINHO DE OLIVEIRA

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº313, DE 01/04/2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.916/ 2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$100.255,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 03 FUNDEB

520 12.365.1004.2069.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (60%) 70.255,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 118

526 12.365.1004.2071.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (40%) 30.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 119

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 07 03 FUNDEB

517 12.365.1004.2069.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (60%) -70.255,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 118

522 12.365.1004.2071.0000 MANUT E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL (40%) -30.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 119

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 01 DE ABRIL DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

COVID-19: CONTRATO 069/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 069/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **BRUNA RAFAELA DE OLIVEIRA** Brasileiro(a), Residente e Domiciliado (a) Rua Do Membeca, S/Nº, Maracanazinho, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1470185-5 SSP/ MT e CPF n° 011.707.051-38, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na admissão de **BRUNA RAFAELA DE OLIVEIRA** no cargo de Farmacêutica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Central de Atendimento a COVID da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **24 de Março de 2021 e término em 23 de Setembro de 2021** e poderá ser rescindido antecipadamente com base nos fundamentos previstos na Lei 1931/2005.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 3ª – O Município pagará mensalmente a título de vencimento o valor de R$ 4.837,76 (Quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato e caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser realizada por requerimento escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2040	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2021.

_____

BRUNA RAFAELA DE OLIVEIRA

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

COVID-19: CONTRATO 055/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 055/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Dos Cardeais, Nº753, Jardim do Trevo, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1576468-0 SSP/MT e CPF n° 729.786.191-04, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na admissão de **CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA** no cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na UBS Caic da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **22 de Março de 2021 e término em 21 de Setembro de 2021** e poderá ser rescindido antecipadamente com base nos fundamentos previstos na Lei 1931/2005.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 3ª – O Município pagará mensalmente a título de vencimento o valor de R$ 1.451,32 (Um mil quatrocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato e caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser realizada por requerimento escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2029	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2021.

_____

CRISTIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

COVID-19: CONTRATO 072/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 072/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **STEFANNY MARIA SANTANA DE CAMPOS**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Das Graúnas, Nº 629, Santa Isabel, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 2778629-3 SSP/MT e CPF n° 018.551.781-17, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na admissão de **STEFANNY MARIA SANTANA DE CAMPOS** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na UBS Vila Real da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **26 de Março de 2021 e término em 25 de Setembro de 2021** e poderá ser rescindido antecipadamente com base nos fundamentos previstos na Lei 1931/2005.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 3ª – O Município pagará mensalmente a título de vencimento o valor de R$ 4.837,76 (Quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato e caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser realizada por requerimento escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2029	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2021.

_____

STEFANNY MARIA SANTANA DE CAMPOS

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº315, DE 01/04/2021.

TRANSPOSICIONA *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transposicionados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 01 DE ABRIL DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha: 1097 10.122.1002.2024.0000 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO 30.000,00

3.3.90.34.00 OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 07 03 FUNDEB

Ficha: 526 12.365.1004.2071.0000 EDUCAÇÃO MUNICIPAL 27.070,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Ficha: 607 13.122.1002.2126.0000 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO 150.000,00

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 610 13.122.1002.2126.0000 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO 350.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 557.070,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha: 199 10.301.1002.2029.0000 QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO -30.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 07 03 FUNDEB

Ficha: 505 12.361.1004.2070.0000 EDUCAÇÃO MUNICIPAL -27.070,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Ficha: 640 23.695.1006.1257.0000 DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO -500.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TOTAL DAS ANULAÇÕES -557.070,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para as sessões do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerão por vídeo conferência, conforme calendário abaixo:

• 05 DE ABRIL, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
20642/2020	Cibeli Simões dos Santos	Ledson Glauco Monteiro Catelan
19588/2020	Antonio Henrique Leite – Espólio	Tiago Ruas Ferreira

LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/vvo-eatq-djh

• 09 DE ABRIL, ÀS 08 HORAS DA MANHÃ:

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16750/2019	Áurea Francisca da Costa	Antonio Carlos Leite

LINK DE ACESSO: https://meet.google.com/bid-shpe-qwo

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 30 de março de 2021

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 299 DE 26 DE MARÇO DE 2021.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais, que lhe confere o art. 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2. 218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao memorando sob nº 9.901, de 25 de março de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Nomear o servidor **PEDRO CANÍSIO RAMOS**, para responder pela **Gerência de Controle de Almoxarifado**, da Secretaria de Administração do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição ao titular **Orlando Da Silva Rodrigues**, pelo período de 01 de abril de 2021 a 30 de abril de 2021, em virtude do titular estar em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de março de 2021.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

COVID-19: CONTRATO 066/2021 - SELETIVO 002/2020/SMS - POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO Nº 066/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 002/2020

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a) **DHULYENE BORGES PRAXEDES**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Senhora das Dores, S/Nº, Santa Isabel, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1862380-8 SSP/MT e CPF n° 043.288.961-21, daqui por diante denominado (a) Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Considerando o Edital 002/2020 - Processo Seletivo Simplificado de Títulos, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na admissão de **DHULYENE BORGES PRAXEDES** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de Pronto Atendimento - UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **22 de Março de 2021 e término em 21 de Setembro de 2021** e poderá ser rescindido antecipadamente com base nos fundamentos previstos na Lei 1931/2005.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 3ª – O Município pagará mensalmente a título de vencimento o valor de R$ 4.837,76 (Quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O (a) Contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do (a) Contratado (a), eventuais faltas ao serviço não justificadas.

PARAGRAFO ÚNICO – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – O contratado (a) fica comprometido (a) a cumprir o prazo legal do contrato e caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser realizada por requerimento escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, para as devidas providencias.

Cláusula 7ª – O não cumprimento, pelo (a) Contratado (a), das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 22 de março de 2021.

_____

DHULYENE BORGES PRAXEDES

Contratado (a)

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

CPF nº_____

_____

CPF nº _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº314, DE 01/04/2021.

REMANEJA *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/ 2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 01 DE ABRIL DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

Ficha: 1166 04.122.1007.2237.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 54.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 54.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 09 01 SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Ficha: 640 23.695.1006.1257.0000 DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO -54.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

TOTAL DAS ANULAÇÕES -54.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2020

Contratante: Município de Campinápolis/MT. Contratada: **CONSTRUTORA MODELAR-LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.788.243/0001-90. Objeto do Aditivo: 1º - Alterar a Clausula Oitava do Contrato 073/2020, devido a efetivação de **ACRESCIMOS** de serviços na Obra e 2º – Prorrogar o prazo de execução inicial da obra por 90 (noventa) dias consecutivos devido aos acréscimos de serviços, com início em 27/05/2021 e término em 24/08/2021, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO atualizado anexo ao processo. **DA ALTERAÇÃO DO VALOR DA OBRA:** Considerando os acréscimos e supressões a Obra passa a ter o **Valor Global de R$ 1.822.923,54 (Um milhão oitocentos e vinte dois mil novecentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos).** Ficam ratificadas as demais cláusulas. Assinam: **José Bueno Vilela** pela Contratante e **Marcos Antônio de Queiroz**pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 299, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA A PORTARIA Nº 804, DE 05 DE OUTUBRO DE 2020 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

RESOLVE:

1. ALTERA, a Portaria nº 804, de 05 de outubro de 2020que nomeiaos membros da Conselho Municipal de Educação, subtituindo membros representantes da Secretaria Municipal de Educação e Representantes da APAE, detsa forma, ficando a partir desta data com a seguinte composição:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Silvana Nunes Viana Paiva, CPF: 948.924.661-15

Suplente: Marga Cesca, CPF: 403.713.791-72

II - Representantes das Comunidades Indígenas:

Titular: Valdirene Avelino Zakenaezokero, CPF: 910.808.511-00

Suplente: Valdomiro Nezokemae, CPF: 616.388.701-87

III - Representantes dos Professores e Diretores de Escolas Públicas da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Jefferson Dias Duarte, CPF: 915.556.631-68

Suplente: Giovani Corrêa dos Santos, CPF: 003.940.325-43

IV- Representantes das Associações de pais e Professores – APPs das Escolas Públicas da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Gerson Fachin de Oliveira, CPF: 846.092.731-87

Suplente: Eugênia Lorini, CPF: 001.803.170-67

V – Representantes dos Docentes do Ensino Fundamental – 1° ao 9° ano da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Elizabete Oliveira dos Passos, CPF: 241.441.261-53

Suplente: Neuza Aparecida Venâncio Pereira, CPF: 867.147.081-49

VI - Representantes dos Docentes da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino:

Titular: Marisa Rodrigues Batista, CPF: 464.761.480-87

Suplente: Evlin Goulart, CPF: 015.421.221-04

VII – Representantes do Rotary Clube:

Titular: Janaína Maria Sarmento, CPF: 035.984.534-77

Suplente: Aline Gabrielly Perini Tomazelli, CPF: 010.106.591-46

VIII – Representantes do Lions Clube:

Titular: Adilson Pereira Esteves, CPF: 788.681.491-68

Suplente: Andréia Andrade Lima Lourenço, CPF: 858.413.741-68

IX – Representantes da Associação Beneficente José Delfino de Campos Sousa:

Titular: Hurben Fernando dos Santos

Suplente: Elton Fábio Suares, CPF: 488.739.341-53

X – Representantes da APAE:

Titular: Marileusa Pereira, CPF: 708.498.031-87

Suplente: Rosangela França Barcki, CPF: 028.459.149-11

XI – Representantes dos Docentes do Ensino Privado:

Titular: Luana Ferreira Batista, CPF: 034.123.301-32

Suplente: Katiuscia Ferreira Vargas, CPF: 692.996.501-44

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO385/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR ANTONIO PAULO DE OLIVEIRA, CPFNº369.**

346.741-20a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na ROBERTO CARLOS BROLIO– Quadra 230Lote 01 NOSSA SENHORA APARECIDA -neste Município,**no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui oPrograma Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNPe a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançadaem desfavor do proprietáriodo imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 31 de Março de 2021

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

PORTARIA Nº 298, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA O SENHOR **GEAN LUCAS AVALO SALLES** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE CONTROLE E CADASTRO IMOBILIÁRIO** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 364 /2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR ROBENSON MAXIMO FIM, CPF 142.022.639-87** efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na RUA ROBERTO CARLOS BROLIO – Quadra 225 Lote 17 – BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos

contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 23 de Março de 2021

Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 018/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: LSF COMERCIO E SERVICOS DE IMPRESSAO EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos para impressoras.

VALOR TOTAL: R$ 16.000,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 04 ao Contrato 09/2019

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **BELCHIOR SERVIÇOS TERCERIZADOS EIRELI -EPP** pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ sob n° 00.770.653/0001-50.

Objeto: Prorroga-se o prazo do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, a partir de 19 de março de 2021 e término em 18 de março de 2022.

Valor:1.742.832,00

Dotação Orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Unidade: 004 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

Programática: 08.004.17.452.0006.20141.3.3.90.34.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários Exercício

Data: 31/03/2021

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 04/2019

Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 01 ao Contrato 07/2020

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **GEXTEC- GESTÃO EM TECNOLOGIA EIRELI – EPP.**

Objeto: prorrogar a vigência por 12 (doze) meses, de 06 de abril de 2021 a 05 abril de 2022.

Valor:312.000,00

Dotação Orçamentária:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 002 – Departamento de Fiscalização

Programática: 04.002.04.129.0002.20018.3.3.90.40.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.0.000000 - Recursos Ordinários -Exercício. Anterior

Data: 05/04/2021

Procedimento Licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

Secretaria: Secretaria de Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 018/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos para impressoras.

VALOR TOTAL: R$ 8.040,00.

PORTARIA Nº 297, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA A SENHORA **GABRIELA SCHIAVINI DALZOTTO** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PUBLICAÇÃO

A Coordenadoria de Meio Ambiente – CMA/MT, em conformidade com art. 11, da Resolução 085/2014 – Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA torna pública a seguinte licença emitida.

Protocolo	Nº Licença	Razão Social	Atividade Licenciada	Município
00195/2021	LI nº00324/2021	CONDOMINIO DE LOTES GRAN MORADIA	CONDOMÍNIO UNIFAMILIAR OU CONJUNTOS HABITACIONAIS. (CONDOMÍNIO DE LOTES)	Campo Novo do Parecis/MT

Campo Novo do Parecis, 05 de abril de 2021

Atenciosamente,

VANESSA LUIZA VASELI

Chefe da Coordenadoria de Meio Ambiente

Portaria 801/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 018/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos para impressoras.

VALOR TOTAL: R$ 11.400,00.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL TP 001/2021

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO** da **Tomada de Preços nº001/2021**, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para execução de serviço de restauração do pavimento asfáltico com aplicação de lama asfáltica em diversas

ruas no município de Campo Novo do Parecis, de acordo com o Convênio nº008/2014 firmado entre a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o Município de Campo Novo do Parecis.

Em face ao Decreto Executivo nº 071/2021, **fica dispensada a realização de Visita Técnica ao local da obra.**

As demais disposições ficam sem alterações.

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes....

Campo Novo do Parecis 05 de abril de 2021.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 296, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

EXONERA A SENHORA **GABRIELA SCHIAVINI DALZOTTO**DO CARGO EM COMISSÃO DE **ASSISTENTE DE APOIO ADMINISTRATIVO** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

AVISO DE RESULTADO PE 018/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 018/2021**, destinado **a REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de suprimentos para impressoras, teve como vencedoras as empresas: **LSF COMÉRCIO E SERVICOS DE IMPRESSÃO EIRELI,** com valor total de **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), WAGNER BORBA DE AZEVEDO,** com valor total de **R$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais), REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA,** com valor total de **R$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais, e UNISUPRI OFFICER - COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA** com valor total de **R$ 14.160,00 (quatorze mil cento e sessenta reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 05 de abril de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 018/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: UNISUPRI OFFICER - COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos para impressoras.

VALOR TOTAL: R$ 14.160,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.183 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM A* ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE CELEIRO DE FUTEBOL – *PROJETO CRAQUE NOTA 10.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado repassar à **Associação Camponovense Celeiro de Futebol – Projeto Craque Nota 10**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 34.088.986/0001-15, com endereço na Rua Pequi, nº 199 NE, Jardim das Palmeiras, neste Município, a firmar mediante Termo de Fomento, o repasse no valor de R$ 168. 000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

§ 1º. O presente fomento tem como objetivo atender aproximadamente 100 crianças e adolescentes por mês, incluindo as compras de materiais, uniformes esportivos, pagamento do coordenador técnico, bem como as despesas inerentes a filiação na federação profissional de futebol, conforme plano de trabalho, em anexo.

§2°. O valor será repassado dos meses de Abril a Dezembro de 2021, conforme plano de trabalho.

§3°. As obrigações e demais atribuições das partes serão definidas no termo de Fomento.

Art. 2º - Para dar cobertura ao repasse autorizado nesta lei, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06: Secretária Municipal de Esporte e Lazer

Unidade: 003: Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte

Programática: 06.003.27.812.0019.20037.3.3.50.41.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000

Valor: 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)

Art. 3º**.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 31 dias do mês de março de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLA CRISTINA FREITAS SILVA

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 300, DE 05 DE ABRIL DE 2021

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE FARMACIA E TERAPIA – CFT.

RESOLVE:

1. NOMEAR, os membros que comporão a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde, na forma seguinte:

I. Presidente: Viviane Alves Fernandes Dias Petry – CRF MT N° 1761 II. Vice-Presidente: Andrei Meira de Oliveira Martins - CRM MT N° 11035 III. Secretária Executiva: Gizelle Perin - COREN MT N° 110480 IV. Membros Efetivos: Antônio Nunes de Almeida Filho - CRM MT N° 5836 Francisco Rezende Medeiros Scaranelo - CRO MT N° 3060 Geane Ulberg Dantas - CRF MT N° 1512 Juliana Aparecida Andrade Weschenfekder - COREN MT N° 315140 Julyanna e Silva Costa Schrader - COREN MT N° 284476 Zilda de Souza Rizzotto - CRESS MT N° 3553

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 006/2021

DISPENSA EMERGENCIAL N.006/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **RINALDI E COGO LTDA, CNPJ n. 07.269.677/0001-79** modalidade DIS-

PENSA Nº 006/2021 – Aquisição de **MEDICAMENTOS** no valor **de R$ 9.445,00** (nove mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) , Processo nº870/2021. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT,05 de abril de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da CPL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 007/2021

DISPENSA N.007/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à HUGO PILETTI **CPF n. 056.109.829-87** modalidade DISPENSA Nº 007/2021 – Locação de Imóvel no valor de R$ 3.500,00 reais (três mil e quinhentos reais) mensal, perfazendo um total de 42.000,00 (quarenta e dois mil) anual, Processo nº894/2021. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT,05 de abril de 2021.

Hélida B. M. P. Hubner

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

LUZ LED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME Av. Guarujá, 740 Quadra 34 CNPJ: 32.617.419/0001-83 Goiânia - GO Contato: (62) 3238-8300 Assunto: **Notificação/advertência** Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s): **AF nº 401/2021 – Pregão Eletrônico nº. 71/2020. AF n° 896/2021– Pregão Eletrônico nº. 71/2020. AF n° 976/2021– Pregão Eletrônico nº. 71/2020. AF n° 977/2021– Pregão Eletrônico nº. 71/2020.** Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada. Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência. Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria. **Alertamos que a não apresentação de justificativa** plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 05 de Abril de 2021.

LIGIANE A PAZINATTO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

G A DA COSTA – ESPORTES LTDA ME MG ESPORTES Avenida Americo Belay, 1523, Terreo CNPJ: 26.290.146/0001-02 Maringá - PR Contato: (44) 3026-6194Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s): **AF nº 443/2021 – Pregão Eletrônico nº. 53/2020. AF nº 609/2021 – Pregão Eletrônico nº. 53/2020. AF nº 610/2021 – Pregão Eletrônico nº. 53/2020** Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada. Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência. Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria. **Alertamos que a não apresentação de justificativa** plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 05 de Abril de 2021.

LIGIANE A PAZINATTO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 42/2020.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO**: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação de impressoras multifuncionais monocromáticas com função de copiadora, impressora e scanner para atender as demandas das Secretarias Municipais e seus Departamentos**.

DO OBJETO: aumento de objeto na inclusão de mais 03 (três) equipamentos, impressoras multifuncionais, para atender à demandas da Secretaria de Educação e seus Departamentos.

VALOR GLOBAL: Do contrato Original o valor Atual é de R$ 77.700,00 (setenta e sete mil e setecentos reais), e passará a ser R$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais) anual.

VALOR MENSAL: Do contrato original o valor atual é de R$ 6.475,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) e passará a ser de R$ 7.000,00 (Sete mil reais) por mês.

VIGÊNCIA: Nova vigência de 06/04/2021 à 07/04/2022.

VINCULAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 004/2020, Processo Administrativo nº 009/2020 e Processo de Compra nº 009/2020.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito/ CONTRATANTE, e CXW SERVIÇOS E NEGÓCIOS DE TECNOLOGIA EIRELI-EPP, CNPJ/MF Nº 07.342.935/0001-03 / CONTRATADA.

DECRETO Nº. 77, DE 5 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE PREVENÇÃO E CONTINGENCIAMENTO EM SAÚDE DECORRENTE DA COVID-19, PREVISTA NO DECRETO Nº. 9, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 148, inciso I, alínea ”b” da Lei Orgânica Municipal (LOM); e,

***CONSIDERANDO** a solicitação reportada no Ofício nº. 54/2021/PRES/CM, subscrito pelo Presidente da Câmara Legislativa Municipal;*

***CONSIDERANDO** a transferência da representante do Ministério Público para comarca distinta do Município de Campos de Júlio;*

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Vereador **RENE DE ALMEIDA SOUZA,** inscrito no CPF sob nº. 033.696.881-74 para compor o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da COVID-19, como membro representante do Poder Legislativo, em substituição ao Vereador Bruno Jonk Neto.

Parágrafo único. Fica excluída do comitê a representante indicada pelo Ministério Público, em virtude de sua transferência da Promotoria dessa comarca, facultando-se ao órgão a substituição pelo titular empossado.

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 5 de abril de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 67, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que ficam retificados o valor constante do elemento de despesa 532, previsto no artigo primeiro do Decreto nº. 67, de 30 de março de 2021 para constar que onde se lê R$ 18.703,00 passa a ser lido doravante como sendo R$ 18.203,20, retificando-se por consequente o quantitativo total de R$ 76.703,20 para R$ 76.203,20, permanecendo inalterados os demais dispositivos do aludido decreto.

Campos de Júlio, 5 de abril de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 14/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº 14/2021, do tipo menor preço por item, pelo Sistema Registro de Preços, com abertura no dia 05/04/2021, às 08h00 do horário local, com a finalidade de registrar preços para aquisições parceladas de óleo diesel S10, sendo declarada vencedora do certame a empresa MT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA, CNPJ/MF nº 04.275.611/0002-84, com valor unitário de R$ 4,26 e valor global de R$ 2.675.280,00.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 05 de abril de 2021.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

Portaria nº 127/2020

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

PALACIO DAS TINTAS MAT PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Rua General Osorio

CNPJ: 09.134.038-0001-21

Cáceres - MT.

Contato: (65) 3223-2022

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s):

AF nº 795/2021 – Pregão Eletrônico nº. 08/2020.

Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada.

Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência.

Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria.

Alertamos que a não apresentação de justificativa plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 05 de Abril de 2021.

LIGIANE A PAZINATTO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

A.G. DE ARAUJO EIRELI EPP CONFSEG COMERCIO E SERVIÇOS Rua Salim Nadaf, 1076 CNPJ: 11.566.598/0001-05 Várzea Grande - MT. Contato: (65) 3682-3369

Assunto: **Notificação/advertência**

Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor, Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s): **AF nº 254/2021 – Pregão Eletrônico nº. 3/2020. AF nº 257/2021 – Pregão Eletrônico nº. 3/2020.** Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada. Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência. Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria. **Alertamos que a não apresentação de justificativa** plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 05 de Abril de 2021.

LIGIANE APARECIDA PAZINATTO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

TERMO DE NOTIFICAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE ENTREGA DE OBJETO

IMPACTO IND. COM. DE CONFECÇÕES LTDA ME Rua das Aroeiras, 570 CNPJ: 08.952.092/0001-11 Cuiabá - MT Contato: (66) 3532-2099 Assunto: **Notificação/advertência** Referência: **A não entrega de objeto em desconformidade com a ata de registro de preços e a autorização de fornecimento.**

Prezado Senhor,

Tendo em vista que, até a presente data os materiais constantes nas Autorizações de Fornecimentosob nº(s): **AF nº 444/2021 – Pregão Eletrônico nº. 60/2020.** Não foram entregues no prazo estabelecido. Sendo assim, **NOTIFICAMOS PELA NÃO ENTREGA DOS ITENS** pela não entrega dos materiais constantes nas AFS acima mencionada. Desta forma, em face do descumprimento do prazo de entrega estabelecido, fica aplicada, desde já, com fulcro no art. 87, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, a pena de advertência. Para evitarmos futuros transtornos, vale salientar que o Município não receberá Autorização de Fornecimento **FRACIONADA**. Havendo possibilidade de devolução da mercadoria. **Alertamos que a não apresentação de justificativa** plausível **dentro de 72 horas** ou a não entrega do objeto no prazo e nas condições da proposta dará à contratante o direito à imposição das penalidades cabíveis, tudo com fulcro no art. 87 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 C/C **Cláusula décima primeira – Das penalidades e das Multas da Ata de Registro de Preços do referido pregão.**

Campos de Júlio - MT, 05 de Abril de 2021.

LIGIANE A PAZINATTO

FISCAL DE CONTRATOS

PREFEITURA DE CAMPOS DE JÚLIO – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ATO REVOGATÓRIO N. 002/2021

ATO REVOGATÓRIO N. 002/2021

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO o teor dos **ATOS AUTORIZATIVOS N. 01/2021** que concedeu verba indenizatória, conforme estabelecido no Art. 164º, § 1º da Lei nº 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal 920/2019, de 30 de maio de 2019, que criou e regulamentou no âmbito do Poder Executivo Municipal a para os Secretários(as) Municipais, a Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, o Chefe de gabinete do Prefeito, para os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos.

RESOLVE:

Art. 1°. Revogar a verba indenizatória, estabelecida na Lei nº 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal n. 920/2019, de 30 de maio de 2019, anteriormente concedida ao seguinte servidor:

I. IURI FERREIRA PERES, portador da matricula funcional n. 2237, ocupante do cargo de Gerente de Acompanhamento Social, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no valor de até R$ 950,00;

Art. 2º. A revogação do presente Ato Autorizativo não exime o referido servidor de realizar a prestação de contas do benefício anteriormente concedido, consistente na apresentação de relatório, dispensáveis documentos fiscais, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

Art. 3º. A verba indenizatória concedida não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 4º. Este Ato Revogatório entra em Vigor na data de sua expedição, devendo ser encaminhada a Gerência de Administração, para providências e arquivamentos**.**

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de fevereiro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO N. 003/2021

ATO AUTORIZATIVO N. 003/2021

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO, o estabelecido na Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que "dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos de provimento em comissão e confiança, e adota outras providências".

CONSIDERANDO, que o art. 164º, § 1º da Lei n. 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal n. 920/2019, de 30 de maio de 2019, que criou e regulamentou no âmbito do Poder Executivo Municipal o pagamento de verba indenizatória para os Secretários(as) Municipais, a Chefe de gabinete do Prefeito, para os Secretários(as) Adjuntos, a Tesoureira Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos.

CONSIDERANDO, que compete ao chefe do poder executivo municipal, dar provimento e regulamentar as leis municipais.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder a verba indenizatória, estabelecida na Lei n 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal 920/2019, de 30 de maio de 2019, que criou e regulamentou no âmbito do Poder Executivo Municipal o pagamento de verbas indenizatórias para os Secretários(as) Municipais, a Chefe de gabinete do Prefeito Municipal, para os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos, conforme abaixo elencados:

I. VALDEMAR RODRIGUES DE SOUSA, portador da matricula funcional n. 2266, ocupante do cargo de Gerente de Acompanhamento Social, lotado na Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no valor de até R$ 950,00.

§ 1º. A verba será paga mensalmente aos Secretários (as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários (as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários(as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos, em viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§ 2º. A prestação de contas do benefício se dará com apresentação de relatório, protocolado a partir do dia 20 do mês vigente, dispensável documentos fiscais, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

Art. 3º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 4º. A verba indenizatória instituída por este Ato Autorizativo possui as seguintes características:

I - natureza indenizatória e não remuneratória e, nesta condição, não será computada para efeito do limite remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

II – não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

III - não será considerada para efeito de recebimento do 13° (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) de férias;

IV – não se configura como rendimento tributável do servidor;

V - não gera efeitos de incorporação em vencimento, proventos de aposentadoria e pensões.

Art. 5º. A Referida Verba Indenizatória não será concedida quando o beneficiário deixar de apresentar o relatório mensal de atividades institucionais realizadas ou que não estiver no exercício de suas funções, tais como, férias, licenças médicas ou para tratar de interesse particular, licença prêmio ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições, nos termos do artigo 166º, da Lei 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 6º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratórios do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 7º. Este Ato entra em Vigor na data de sua expedição, devendo ser encaminhada a Gerência de Recursos Humanos, para providencias e arquivamentos**.**

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 01 de fevereiro de 2021.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO N. 004/2021

ATO AUTORIZATIVO N. 004/2021

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83º, inciso X e XXX da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, e;

CONSIDERANDO, o estabelecido na Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que “dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos de provimento em comissão e confiança, e adota outras providências”.

CONSIDERANDO, que o art. 164º, § 1º da Lei n. 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal n. 920/2019, de 30 de maio de 2019, que criou e regulamentou no âmbito do Poder Executivo Municipal o pagamento de verba indenizatória para os Secretários(as) Municipais, a Chefe de gabinete do Prefeito, para os Secretários(as) Adjuntos, a Tesoureira Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos.

CONSIDERANDO, que compete ao chefe do poder executivo municipal, dar provimento e regulamentar as leis municipais.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder a verba indenizatória, estabelecida na Lei n 908/2019 e acrescido pela Lei Municipal 920/2019, de 30 de maio de 2019, que criou e regulamentou no âmbito do Poder Executivo Municipal o pagamento de verbas indenizatórias para os Secretários(as) Municipais, a Chefe de gabinete do Prefeito Municipal, para os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos, conforme abaixo elencados:

I. VÂNIA MARIA DAMASCENO, portadora da matricula funcional n. 2270, ocupante do cargo de Gerente de Esporte, lotada na secretaria municipal de educação, esporte, lazer, turismo e cultura, no valor de até R$ 950,00.

§ 1º. A verba será paga mensalmente aos Secretários (as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários (as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos para custeio de atividade externa, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, exceto Cuiabá - MT e fora do Estado, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo e relativos a:

I – Locomoção dos Secretários(as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o subprefeito, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos, em viagens, compreendendo passagens, hospedagem e locação de meios de transporte;

II – Combustíveis e lubrificantes;

III – Peças e acessórios tais como: baterias, pneus, câmaras de ar e válvulas, entre outras;

IV – Aquisição de material de expediente não fornecido pela Prefeitura;

V – Despesas com telefone móvel;

VI – Alimentação em viagens aos municípios circunvizinhos;

§ 2º. A prestação de contas do benefício se dará com apresentação de relatório, protocolado a partir do dia 20 do mês vigente, dispensável documentos fiscais, justificando as despesas, até o último dia útil de cada mês.

Art. 3º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratório do cargo, nem ser-

virá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 4º. A verba indenizatória instituída por este Ato Autorizativo possui as seguintes características:

I - natureza indenizatória e não remuneratória e, nesta condição, não será computada para efeito do limite remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

II – não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

III - não será considerada para efeito de recebimento do 13° (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) de férias;

IV – não se configura como rendimento tributável do servidor;

V - não gera efeitos de incorporação em vencimento, proventos de aposentadoria e pensões.

Art. 5º. A Referida Verba Indenizatória não será concedida quando o beneficiário deixar de apresentar o relatório mensal de atividades institucionais realizadas ou que não estiver no exercício de suas funções, tais como, férias, licenças médicas ou para tratar de interesse particular, licença prêmio ou por qualquer outro motivo que se afaste de suas atribuições, nos termos do artigo 166º, da Lei 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 6º. A verba indenizatória não incide qualquer imposto, bem como não será computada para efeitos dos limites remuneratórios do cargo, nem servirá como base de cálculo para pessoal, sendo denominado recebimento pelos parcelamentos de receitas não tributária para efeito do imposto de renda.

Art. 7º. Este Ato entra em Vigor na data de sua expedição, devendo ser encaminhada a Gerência de Recursos Humanos, para providencias e arquivamentos**.**

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Canabrava do Norte – MT, em 04 de março de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DESIGNAÇÃO 015/2021/SAPLAFI

ATO DE DESIGNAÇÃO 015/2021/SAPLAFI

Canabrava do Norte-MT 05 de Abril 2021

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tatiana Silvestre Ferolla, Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidor Público Municipal **FELIPE DA SILVA FERRO**, matrícula funcional nº 2244 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 058.679.781-50, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa **WANDERSON RIBEIRO COSTA 93985541191,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** 27.245.908.0001.11, que tem por comercialização Prestação de Serviço**,** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional nº 2239 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 035.116.061.28, para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa **WANDERSON RIBEIRO COSTA 93985541191,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ/MF sob o nº **CNPJ:** 27.245.908.0001.11, que tem por comercialização Prestação de Serviço**,** para atender a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2021.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

_____

Tatiana Silvestre Ferolla

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Portaria nº 151/2021

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.215/2021, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N.215/2021, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **BRAYABILL ROSA DE ARAUJO**, matrícula funcional nº 1834 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 950.316.501-68, com e-mail: briam.billhotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do registro de preço n.007/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT. E a empresa **WM RESÍDUOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 22.096.126/0001-44, o objeto do presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta, transporte, gerenciamento, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde para atender a demanda da Secretaria municipal de saúde de Canabrava do norte-MT, oriundo do processo administrativo n. 0707/2021.

Art. 2º. Designar o servidora **NUVIA ALVES DE SOUZA,** , matrícula funcional n.812, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 007.019.001-13, com e-mail: nuviaalvesdesouza@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 18 de março de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

BRAYABILL ROSA DE ARAUJO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 060/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO N.º 060/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT E A EMPRESA W. G. HAAS SUPERMERCADO EIRELI.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público in-

terno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **W. G. HAAS SUPERMERCADO EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 37.455.904/0001-11, estabelecida na Rua Santo Ângelo, nº 1.004, Bairro Nova Canarana, na cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **WERNO GUNTER HAAS,** brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 03555373544 DETRAN/MT e CPF nº 304.493.831-72, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 015/2020**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.21.

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e **Vigência**, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 19/09/2021,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2020, e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o fornecimento de gêneros alimentícios para o inicio do ano letivo de 2021 até a finalização do novo processo que encontra-se em andamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original para o exercício de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 060/2020,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 16 de março de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

W. G. HAAS SUPERMERCADO EIRELI

WERNO GUNTER HAAS

CONTRATADA

_____

BRUNA MARQUES MUHLBEIER

Portaria nº 165/2021

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

APOSTILA Nº 002 - CONTRATO Nº 093-2020

TERMO DE APOSTILA Nº 002/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2020

CONTRATO Nº: 093/2020

PROCESSO Nº 050/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e CPF nº 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, **RESOLVE** registrar **re-equilíbrio econômico-financeiro** a favor da empresa **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 32.138.304/0001-06, Inscrição Estadual n.º 90.812.221-66, estabelecida a Rua General Osório, nº 150, Bairro Centro, Cidade de Assis Chateaubriand-PR, representada neste ato por **MARLI APARECIDA REZENDE,** Brasileira, empresári, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.833.862-6 SSP/PR CPF nº 037.097-129-98, de acordo com o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos,

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude do aumento excessivo nos preços de mercado, ficam alterados os valores unitário dos materiais de consumo abaixo indicados, alterando os valores unitários constantes do contrato e Ata de Registro de Preços, ficando os novos preços, que serão praticados **a partir do dia 01/04/2021** e nos valores abaixo descritos:

Item	Lote	Unid.	Descrição	marca	Valor Anterior (R$)	Valor Alterado (R$)
299	52	Ampola	Clindamicina, fosfato 150mg/mL solução injetável 4mL.	hypofarma	5,86	**6,72**
318	59	Ampola	Oxacilina sódica 500mg pó para solução injetável	blau	0,54	**2,41**
325	60	Ampola	Dexametasona, fosfato dissódico 4 mg/mL solução injetável 2,5 mL	farmace	1,56	**2,43**
393	81	Comp	Amitripilina, cloridrato 25mg comprimido	e.m.s	0,11	**0,128**
424	85	Ampola	Omeprazol sódico 40mg pó para solução injetável	blau	16,10	**39,82**
445	89	Ampola	Norepinefrina, hemitartarato 2mg/mL solução injetável 4mL	hypofarma	5,10	**11,07**

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrá por conta das dotações orçamentárias para o exercício 2021 e anos seguintes conforme orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no Art. 65, inciso II, alínea “d” c/c § 8º também do Art. 65, da Lei 8.666/93 e ainda clausula contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **Ata de Registro de Preços nº 023/2020** e **contrato nº 093/2020**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana – MT, 01 de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA-MT

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E

PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

CONTRATADA

LÉDIO DA SILVA SANTOS

Portaria nº 321/2020 de 04/05/020

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 061/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO N.º 061/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT E A EMPRESA SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO e CPF nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.765.146/0001-51, estabelecida na Rua Campo Novo, nº 767, Sala B, Bairro Jardim Bela Vista, Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador Sr. **VALDEMAR SCHONHOLZER**, RG nº 860704 SSP/MT e CPF nº 535.052.551-4930, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo decorrente de Licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº 015/2020**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e Vigência, inciso 3.21.

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira – Forma de Execução, Prazo e **Vigência**, do contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 19/09/2021,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os saldos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 - A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de existência de saldos dos itens

do processo, também a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2020, e ainda por vários fatores administrativos, onde justificamos que desta forma o município não ficará sem o fornecimento de gêneros alimentícios para o inicio do ano letivo de 2021 até a finalização do novo processo que encontra-se em andamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original para o exercício de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas e condições ajustadas no **contrato nº 061/2020,** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

6.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 16 de março de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA

Valdemar Schonholzer - **(Procurador)**

CONTRATADA

_____

BRUNA MARQUES MUHLBEIER

Portaria nº 165/2021

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 074/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO N.º 074/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT** E A EMPRESA**NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888.448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº**07.797.967/0001-95, com sede na Rua Lourenço Pinto, 196, 2º Andar - Centro -Curitiba/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo sr. **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, ocupante do cargo de diretor, portador da Cédula de Identidade RG 40867635 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 574.460.249-68, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO**, conforme decidido no Processo Administrativo **nº 062/2020**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Terceira – do Prazo, inciso 3.1, referente ao processo de licitatório na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2020.**

1.2 - Fica acrescentado à vigência do contrato originário o total de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** ficando estendida até o **dia 07/04/2022**.

1.3 – O valor do presente termo aditivo é de **R$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais)**, que será pago **em até 30 (trinta)** após a emissão da nota fiscal.

1.3.1 – Com o valor acima mencionado, o valor total do contrato passará a ser de **R$ 15.980,00 (quinze mil, novecentos e oitenta reais)**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 - A implementação deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se em decorrência de que a empresa irá manter os preços ofertados no ano de 2020, e ainda o fato que na realização de cada compra ou processo licitatório existe a necessidade de adquirir preços médios por exigência da resolução de consulta 020/2016 do TCE/MT, além das medias de preços com empresas do ramo, existe a necessidade de obtenção de preços praticados por demais municípios e órgãos da administração pública, sendo assim, a prorrogação do contrato em epígrafe se justifica por considerar a diversidade de itens existentes a Prefeitura de Canarana-MT, tendo em vista as diversas especificações dos serviços e aquisições por esta Prefeitura, além de que a pesquisa de preço deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos a administração pública. Diante dos fatos acima mencionados, se faz necessária a que o Setor de Compras e licitações tenha acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preço, agilizando assim os procedimentos de contratação e aquisições, justificando assim a prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas nas mesmas dotações orçamentárias constantes no contrato original no exercício de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 29 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA

RUDIMAR BARBOSA DOS REIS

CONTRATADA

ANDREIA CECATTO

Portaria nº 256/2021 de 18/01/2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

CODEMA A LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Canarana, CNPJ nº 15.023.922/0001-91**,** torna público que requereu junto a Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia" - CODEMA a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Ampliação de iluminação pública na Avenida Rio Grande do Sul/MT-326 (entrada da cidade) no município de Canarana/MT.

PREVIDÊNCIA CANARANA - PREVICAN
PORTARIA 009/2021/PREVICAN

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora **Sra. Gledes Jussara Vargas ."***

A Diretora Executiva do PREVICAN - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 4º, I, II, III e IV, §3º e §6º, inciso I da da Emenda Constitucional nº 103/2019 c/c Art. 3ª da Lei Complementar nº 182 de 19 de março de 2020, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de MT no dia 20/03/2020, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 695/2005, que trata do Regime Próprio de Previdência Social -RPPS do Município de Canarana/MT; Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação do PCCS do Sistema Único de Saúde do Município de Canarana – MT; e ainda a Lei nº 1493, de 19 de fevereiro de 2020, versando acerca do Reajuste Geral Anual ao Servidores do Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de A**posentadoria por Tempo de Contribuição** à servidora **GLEDES JUSSARA VARGAS**, Divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0721268-2 – SESP/MT e CPF sob o n.º 487.830.211-91, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, ocupante no cargo de Técnica em Enfermagem, Classe "A", Nível "10", com jornada semanal de 40 horas, matricula nº 143, lotada na Secretaria Municipal de Saúde contando com **30 anos, 04 meses e 12 dias** de tempo de contribuição, comproventos integrais**,** com base na última remuneração da servidora no cargo efetivo, conforme processo administrativo do **PREVICAN**, **n.º 2021.04.26052P,** a partir da data de **01/04/2021** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Canarana/MT, 02 de abril de 2021.

EDIRCE EUNES DE ANDRADE

Diretora Executiva do PREVICAN

Homologo: **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**

Prefeito Municipal

19º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 028/2017

19º TERMO ADITIVOao Contrato Nº 028/2017, firmado com a empresa **C. R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI** para a **Implantação de Rede de Drenagem de Aguas Pluviais em Ruas e Avenidas do Bairro Morada do Sol, Município de Canarana-MT**.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 3671142 SSP/GO, CPF n° 888.448.461-87, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C.R.G. CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 14.936.115/0001-05 e Inscrição Estadual sob n.º 13.443.987-2, registrada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob NIRE nº 51600016619, com sede na Rua Paraiso, 599, quadra 04 Área A3, Praeirinho, Cuiabá, MT, CEP 78.070-650, representada neste ato por seu **INVENTARIANTE**, Sr. **ADELAR GONÇALVES**, brasileiro, nascido em 31/05/1962, viúvo, empresário, portador do CPF nº 459.012.601-04 e RG nº 919.335 SSP - MT, residente e domiciliado na Rua Paraiso, S/N, Quadra 4, Área A3, Praeirinho, Cuiabá, MT, CEP 78.070-650, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 028/2017**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **concorrência nº 001/2016**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA ALTERAÇÃO

1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de execução da obra** que tem por objeto **Implantação de Rede de Drenagem de Aguas Pluviais em Ruas e Avenidas do Bairro Morada do Sol** no Município de Canarana-MT**,** acrescentando à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra e Vigência do Contrato.

1.2 – Fica acrescido o total de **180 (cento e oitenta) dias** ao prazo de execução da obra, prorrogando até o dia **18/09/2021**.

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de prorrogar o prazo de execução da obra por interesse da Administração e por acordo com a **CONTRATADA**, onde diante da pandemia do covid-19 e o período de chuvas, e ainda, a dificuldade em adquirir materiais de consumo também em decorrência da pandemia, o ritmo da obra diminuiu, e sendo assim, existe a necessidade de prorrogar o prazo de execução, não causando nenhum prejuízo aos cofres públicos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

3.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e dos demais termos aditivos, permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUARTA - DOMICÍLIO E FORO

4.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 18 de março de 2021.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

Município de Canarana

CONTRATANTE

CRG CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

ADELAR GONÇALVES

Inventariante

CONTRATADA

MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

Portaria nº 202/2021

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º 032.873.561-27 CPF n.º 695.236.149-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que a **LICITAÇÃO** realizada no dia 11 de Março de 2021 às 15h00-min (Horário Oficial de Brasília-DF), na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 011/2021, que teve por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETE PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO** foi considerada ***FRACASSADA***, tendo em vista que a empresa licitante deixou de apresentar os documentos exigidos no edital convocatório, ficando assim inabilitada.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 de Abril de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que a **LICITAÇÃO** realizada no dia 18 de Março de 2021 às 15h00-min (Horário Oficial de Brasília-DF), na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 015/2021, que teve por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TELA E ARAME) A SEREM UTILIZADOS NO CERCAMENTO DE ÁREAS RURAIS E URBANAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT** foi considerada ***FRACASSADA***, tendo em vista que a única empresa licitante pronunciou que a mesma não teria condições de atender nos valores ofertados e cumprir com o compromisso, já que o mercado atuante não tem previsão dos preços atual e não tem prazo de entrega inviabilizando qualquer prognostico em relação à matéria prima, o aço.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 de Abril de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 069/2021.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - A PEDIDO fica EXONERADO o Senhor LIBERO LOPES DE SALES efetivo no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, investido via aprovação em Concurso Público Municipal nº 009/2000, nomeada pela Portaria nº 003/2000.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de Abril de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2021

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não apresentação de propostas de empresas licitantes para o certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Eletrônico nº 007/2021, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL, ATRAVÉS DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, NO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **10h00min** (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA), DO DIA **19 DE ABRIL DE 2021**, NO **ENDEREÇO ELETRÔNICO: bllcompras.com**. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 05 de Abril de 2021.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/04/2021

HORÁRIO: 08H00MIN.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 **de** Abril de 20**21**.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 233 DE 30 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor do servidor *ALEXSANDRO XAVIER ALANO*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 03 da Lei Municipal nº 1.199 de 09 de Janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor do servidor ***ALEXSANDRO XAVIER ALANO*,** efetivo no cargo Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **13/04/2021 a 17/04/2021**, conforme Processo do DRH nº 007/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2021

A Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, através de sua Pregoeira torna Público para conhecimento dos interessados, que por motivo de não comparecimento de empresas licitantes interessadas em participar do certame, decide que **FICA PRORROGADA** a abertura do Pregão Presencial nº 002/2021, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE LAVAGEM DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT**. O referido procedimento realizar-se-á às **08:00 HORAS** (HORÁRIO OFICIAL DE CARLINDA – MT), DO DIA **19 DE ABRIL DE 2021**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Carlinda, sito a Av. Tancredo de Almeida neves, s/nº, Centro – Carlinda – MT. O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente e também estará disponível no site http://www.carlinda.mt.gov.br. Maiores informações através do telefone (066) 3525-2000.

Carlinda – MT, 05 de Abril de 2021.

_____

Deise Dione Mutschall

Pregoeira Oficial

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que a **LICITAÇÃO** realizada no dia 09 de Março de 2021 às 09h00-min (Horário Oficial de Brasília-DF), na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 012/2021, que teve por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM MICRO-ÔNIBUS RURAL ESCOLAR PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO CONVÊNIO 0745/2020 COM A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC** foi considerada ***FRACASSADA***, tendo em vista que as empresas licitantes deixaram de apresentar alguns dos documentos exigidos no edital convocatório, ficando assim todas inabilitadas.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 de Abril de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO PIPA ZERO KM EQUIPADO COM TANQUE DE 15.000 LITROS ATRAVÉS DO CONVÊNIO 0855/2020 COM O MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO (MAPA).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/04/2021.

HORÁRIO: 14:30 HORAS **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 05 de Abril de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº. 125/2021.

DECRETO Nº. 125/2021.

SÚMULA: "DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A EXERCER FUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, a necessidade de atender o interesse da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica DESIGNADA a servidora **SUELLEN MOREIRA DA SILVA** como responsável pelas compras, conferência, vencimentos, controle de entrada e saída de reagentes, insumos e equipamentos necessários para o Laboratório do Município de Carlinda/MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 05 de abril de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 228 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **CRISTINA FERMINO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3844, lotada na Secretaria Municipal de Saúde devendo ser usufruído de **29/03/2021 a 27/04/2021**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 213 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **JOSETE TAVARES DO NASCIMENTO BITENCOURT**, ocupante do cargo de Agente de Saúde matricula 221, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, devendo ser usufruído de **29/03/2021 a 07/04/2021 (10 dias)**. Ficando em aberto 20 (vinte) dias do período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 238 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA, Secretaria Municipal de Saúde do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSA BISPO LACERDA LOPES** matricula nº 3279, cargo de Agente Comunitária de Saúde, na data 05 de Abril de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 22 de Março de 2021 ao dia 31 de Março de 2021 totalizando 10 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

ELAINE JUVENIANO DE LIMA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto 326/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEI N.º 599/2008

LEI N.º 599/2008

Dispõe sobre o Conselho e os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, e dá outras Providências.

GENES OLIVEIRA RIOS, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e com base nos incisos **II** e **III**, do artigo **68**, da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

Seção I

Princípios Fundamentais

Art. 1.º Os princípios da política dos direitos da criança e do adolescente no Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, passam a vigorar na forma desta Lei Complementar.

Art. 2.º É assegurada com absoluta prioridade à criança e ao adolescente, a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Públicos Federal e Estadual.

Seção II

Disposições Fundamentais Da Política De Atendimento

Art. 3.º Garantirão a absoluta prioridade de que trata o art. **2**.**º** desta Lei, o Conselhos Tutelar, todas as Secretarias Municipais e os Fórum permanente de debates.

Art. 4.º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, compreende um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais do Município, integradas às ações governamentais e não-governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, no que couber.

Art. 5.º São linhas de ação e diretrizes de atendimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - as políticas sociais básicas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que atendam à realização dos direitos da criança e do adolescente;

II - os programas, em caráter supletivo, classificados como de proteção e sócio-educativos de:

a) Orientação e Apoio Sócio-Familiar;

b) Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto;

c) Colocação Familiar;

d) Abrigo;

e) Prestação de Serviços à Comunidade;

f) Liberdade Assistida;

g) Internamento Provisório;

h) Semiliberdade;

i) Internação;

III - a integração eficiente e operacional de todos os órgãos e serviços responsáveis para o atendimento inicial e seqüente à criança e ao adolescente que dele necessitar, preferencialmente num mesmo local e com todos os recursos materiais e humanos necessários;

IV - a mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade;

V - os serviços especiais de:

a) prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

b) identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

c) proteção jurídico-social.

Disposições Específicas Da Política De Atendimento

Capítulo II

Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente

Seção I

Da Criação e da Natureza

Art. 6.º Fica criado no Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**, como órgão deliberativo, consultivo, normatizador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada à participação popular paritária por meio de organizações representativas da sociedade civil e do Poder Público Municipal.

Seção III

Da Competência

Art. 7.º Compete ao **CMDCA**:

I - deliberar, consultar, normatizar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente;

II - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente Lei Complementar e toda legislação pertinente a direitos e interesses da criança e do adolescente;

III - zelar pela execução da política dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendidas suas particularidades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;

IV - assegurar, através do Gabinete do Prefeito, o apoio técnico-especializado de assessoramento ao **CMDCA** e ao Conselho Tutelar, visando efetivar os princípios, diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - participar do Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, formulando as prioridades a serem incluídas neste, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

VI - estabelecer em ação conjunta com as demais Secretarias e órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da Criança e do Adolescente;

VII - coordenar a elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não-governamentais, envolvidos no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político - administrativa contemplada na Constituição Federal;

IX - deliberar sobre o Regimento Interno do Conselho Tutelar, a ser baixado por ato do Poder Executivo;

X - registrar as organizações governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e inscrever os programas das organizações governamentais e não-governamentais relacionados no inciso II do Art. **4º** desta Lei Complementar, fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e comunicando ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

XI - alterar o seu Regimento Interno, mediante a aprovação de, no mínimo, **2/3 (dois terços)** do total dos seus membros;

XII - comunicar-se com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente da União, do Estado e de outros Municípios, com o Conselho Tutelar, bem como com organismos nacionais e internacionais que atuam na proteção, na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente, propondo ao Município convênio de mútua cooperação, respeitado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações pertinentes;

XIII - deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **FUMCAD**;

XIV - regulamentar os assuntos de sua competência, por meio de Resoluções aprovadas por, no mínimo, **2/3** de seus membros, inclusive do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **FUMCAD**;

XV - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros, que tenham relação direta ou indireta com as suas competências e atribuições;

XVI - proporcionar apoio ao Conselho Tutelar do Município, integrando ações no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVII - coordenar o processo para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

XVIII - dar posse aos membros dos Conselhos Tutelares, os quais serão nomeados por ato do Prefeito Municipal;

XIX - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o regimento;

XX - estabelecer critérios, formas e meios de controle de procedimentos da atividade pública municipal relacionados com as suas deliberações;

XXI - coordenar a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXII - oferecer subsídios à elaboração de legislação relativa aos interesses da criança e do adolescente.

§ 1.º Descumpridas suas deliberações, o **CMDCA** representará ao Ministério Público e aos demais órgãos legitimados no art **210** da Lei **8069/90** para as providências cabíveis, inclusive, para o ajuizamento de ação competente, se for o caso.

§ 2.º Fica vedada a criação de programas para atender o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no Município, sem prévia manifestação do **CMDCA**.

Seção IV

Da Estrutura

Art. 8.º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CMDCA** é composto por **12 (doze)** membros, respeitando-se a seguinte distribuição.

I - 1 (um) representante da Secretaria de Educação e Cultura;

II - 1 (um) representantes da Secretaria de Saúde, sendo da área de saúde;

III - 1 (um) representantes da Secretaria de Assistência Social, sendo da área de Promoção Social;

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Finanças;

V - 1 (um) representante da Assessoria Jurídica Municipal;

VI - 1 (um) representante da Câmara Municipal;

VII - 6 (seis) representantes de entidades não governamentais, sendo **2 (dois)** de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente; **2 (dois)** de entidades de atendimento à criança; e **2 (dois)** de movimentos ou organizações populares, estes desde que sejam reconhecidos pelo Executivo Municipal.

§ 1.º Os Conselheiros e suplentes representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, no prazo de **10 (dez)** dias, contados da solicitação.

§ 2.º Os representantes e os suplentes das organizações da sociedade civil serão eleitos por seus pares através do voto das entidades de defesa, de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e movimentos e organizações populares, com sede ou atuação no município, reunidas em assembléia.

§ 3.º a primeira assembléia para eleição deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será convocada pelo Prefeito, mediante edital publicado na imprensa, no prazo de **10 (dez)** dias, contados da publicação da lei.

§ 4.º a convocação para as demais eleições caberá ao próprio Conselho.

§ 5.º Os membros do Conselho de que trata este artigo terão que apresentar experiência de, no mínimo, **1 (um)** ano de atuação no Município na área de atendimento e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, idoneidade moral e idade igual ou superior a **21 (vinte e um)** anos.

§ 6.º As entidades, movimentos e organizações populares referidas no inciso VI deste artigo deverão ter, no mínimo, **1 (um)** ano de atuação no Município.

§ 7.º Os membros do Conselho eleitos pelas entidades não governamentais e os respectivos suplentes exercerão mandato de **2 (dois)** anos, admitindo-se reeleição apenas **1 (uma)** vez e por igual período.

§ 7.º A função de membro do Conselho é considerada de interesse publico relevante e não será remunerada.

§ 8.º A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

§ 9.º Para os fins do disposto nesta Lei, são organizações não-governamentais aquelas representativas da sociedade, regularmente constituídas, com a finalidade de realizar ações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio assistencial e logístico para segmentos da sociedade civil.

Art. 9.º Caberá à administração pública municipal, fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do **CMDCA**, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **FUMCAD**.

§ 1.º A dotação orçamentária deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo **CMDCA**, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros.

§ 2.º O **CMDCA** deverá contar com espaço físico e adequado para o seu funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, devendo ser dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

Art. 10. As organizações não governamentais poderão substituir seus representantes a qualquer tempo, respaldadas pelo fórum próprio;

§ 1.º Na hipótese de impedimento, desistência ou dissolução da organização, assumirá o representante da organização subseqüente mais votada;

§ 2.º A nomeação dos conselheiros não-governamentais dar-se-á por ato do Poder Executivo.

§ 4.º Caberá a administração pública municipal, o custeio e/ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do **CMDCA**, titulares ou suplentes, para se façam presentes nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais representem oficialmente o **CMDCA**, para o que haverá dotação orçamentária específica.

Art. 11. O Conselheiro que no exercício da titularidade faltar a duas reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro alternadas, salvo justificativa por escrito aprovada por maioria simples dos membros do Conselho, perderá o mandato, vedada a sua recondução para o mesmo período.

§ 1.º Na perda de mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental, assumirá o suplente ou, na inexistência deste, aquele que for indicado pelo Poder Executivo.

§ 2.º Na perda do mandato de Conselheiro representante das organizações não - governamentais, assumirá o suplente.

§ 3.º Na hipótese de dissolução da organização não-governamental, seus representantes perderão automaticamente o mandato.

Art. 12. O **CMDCA** terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Assembléia ou Plenária;

II - Coordenação Geral;

III - Comissões;

IV - Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **FUMCAD**;

V - Assessoria Técnica e Administrativa.

§ 1.º As atribuições e funcionamento dos órgãos do **CMDCA** estabelecidos no caput deste artigo, serão definidos no Regimento Interno.

§ 2.º Os membros do Conselho, no prazo máximo de **10 (dez)** dias após a posse, deverão reunir-se em Assembléia coordenada pela assessoria técnica e administrativa do **CMDCA**, com a finalidade de eleger os integrantes da Coordenação Geral.

Art. 13. A Coordenação Geral do CMDCA será composta por um integrante de cada comissão permanente, por esta indicado, distribuídos nas seguintes funções:

I - um Coordenador Geral;

II - um Vice-coordenador;

III - um Secretário Geral.

§ 1.º Os titulares das funções previstas nos incisos I,II e III deste artigo, serão eleitos com voto aberto pelos conselheiros.

§ 2.º As atribuições e competências das funções de que trata este artigo, serão definidas no Regimento Interno.

§ 3.º As decisões do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, serão formalizadas por meio de Resolução, e vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Capítulo III

Fundo Municipal Dos Direitos Da Criança e Do Adolescente

Seção I

Da Criação e da Natureza

Art. 14. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **FUMCAD**, como órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do **CMDCA**, está a este vinculado, tendo na Secretaria Municipal de Finanças sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei.

Parágrafo único. Por conta do **FUMCAD**, fica autorizado o Poder Executivo, através do órgão gestor, firmar convênios, prestar auxílio financeiro e/ou subvenções, mediante resolução do **CMDCA**.

Seção II

Da Competência

Art. 15. São atribuições do gestor do **FUMCAD**:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado e pela União;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao **FUMCAD**;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do **CMDCA**;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do **CMDCA**;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do **CMDCA**, ordenando as respectivas despesas;

VI - assinar, em conjunto com o Secretário da Criança e do Adolescente, toda a movimentação bancária;

VII - prestar contas da aplicação dos recursos do **FUMCAD** ao **CMDCA**, mensalmente e/ou sempre que por este solicitado.

Parágrafo único. O Gestor do **FUMCAD** será indicado pelo Prefeito Municipal, devendo a escolha recair entre os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Seção III

Dos Recursos do FUMCAD

Art. 16. Os recursos do **FUMCAD** serão constituídos de:

I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal no mínimo de **½% (meio por cento)** da receita efetivamente arrecadada;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de pessoas e de organizações nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e organizações governamentais ou não-governamentais, que tenham destinação específica;

VIII - outros legalmente constituídos.

Capítulo IV

Das disposições Finais

Art. 17. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a suplementá-las, caso necessário, respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de **04** de maio de **2000**.

Art. 18. Fica autorizado a inclusão das eventuais despesas mencionadas no artigo anterior nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei n.º **101/00**, **PPA**, **LDO** e **LOA**.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará está Lei, caso necessário, no prazo de **60 (sessenta)** dias a partir de sua publicação.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso aos **19** dias do mês de **maio** de **2008.**

Genes Oliveira Rios

Prefeito Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra e em Local de Costume.

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 10/2021

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 10/2021

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 10/2021**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL.** O objeto do presente é a**AQUISIÇÃO DE**

VENTILADOR ELETRÔNICO MICROPROCESSADO DE RESGATE TOTAL (ADULTO/PEDIÁTRICO/NEO NATAL) DE TRANSPORTE, MÁSCARA FACIAL VNI FULL FACE, BOMBA DE INFUSÃO (PARENTAL E ENTERAL – EQUIPO UNIVERSAL) –TK, BOMBA DE INFUSÃO MI23 (MEDICAMENTOS – EQUIPO UNIVERSAL) -MDK, EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO UNIVERSAL MEDICAMENTOS - MDK, EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO NUTRIÇÃO ENTERAL – C/25, EM RAZÃO DA URGÊNCIA PARA ATENDIMENTOS DA REDE MUNICIPAL, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA –MT, e sagrou-se vencedora a empresa: **ROTA SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI ME** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 19.554.904/0001-97**, com o valor global de **R$ 76.290,00 (Setenta e seis mil duzentos e noventa reais).**

Castanheira - MT, **05** de **abril** de **2021.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 092/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 10/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 10/2021

Dispensa de licitação **N° 10/2021**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VENTILADOR ELETRÔNICO MICROPROCESSADO DE RESGATE TOTAL (ADULTO/PEDIÁTRICO/NEO NATAL) DE TRANSPORTE, MÁSCARA FACIAL VNI FULL FACE, BOMBA DE INFUSÃO (PARENTAL E ENTERAL – EQUIPO UNIVERSAL) –TK, BOMBA DE INFUSÃO MI23 (MEDICAMENTOS – EQUIPO UNIVERSAL) -MDK, EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO UNIVERSAL MEDICAMENTOS - MDK, EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO NUTRIÇÃO ENTERAL – C/25, EM RAZÃO DA URGÊNCIA PARA ATENDIMENTOS DA REDE MUNICIPAL, CONFORME AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA –MT.**

Contratado: **ROTA SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI ME**

CNPJ nº**19.554.904/0001-97**

Data da declaração: 05 de abril de 2021, Pela Secretaria Municipal de Saúde

Data da ratificação: 05 de abril de 2021. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 05 de abril de 2021.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 077/2020

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 077/2020, REFERENTE À AQUISIÇÃO DE CÂMERAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT E A EMPRESA ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL.

Pelo presente Termo de Rescisão, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado, o **MUNICIPIO DE CLÁUDIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Gaspar Dutra, s/n°, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal,Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 403.786.169-00, no exercício de seu mandato, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e,do outro lado,a empresa **ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.656.877/0001-82 e Inscrição Estadual nº 13.808.314-2, estabelecida a Avenida Mato Grosso, nº 92 N, bairro Módulo 02, cidade de Juína/MT, neste ato representada pela Sra. **ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL**, portadora do CIRG n.º 14107406 SSP/MT e CPF n.º 009.876.531-05, doravante denominada **CONTRATADA,**resolvem **RESCINDIR PARCIALMENTE O CONTRATO N° 077/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo visa rescindiro saldototal doItem 07, constante na Cláusula Primeira, do Contrato Administrativo n° 077/2020, qual seja:

ITEM	CÓD.TCE	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA/ FAB	VL.UNIT.	VL.TOTAL
7	00037000	Switch 8 Portas 100 Mbps + PoE	20	INTELBRAS	R$ 795,00	R$ 15.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Rescisão encontra guarida no art. 78, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO

3.1. O presente justifica-se tendo em vista o parecer técnico do Departamento de T.I. do Município, bem como a verificação que o produto não atende a necessidade da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. Todas as despesas referentes ao item ora rescindido, se houver, serão pagas integralmente pelo**MUNICÍPIO**, na forma pactuada até a presente data, não restando assim mais nada a ressarcir à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. OMUNICÍPIO providenciará a publicação deste Termo de Rescisão por extrato, que será publicado no Diário Oficial, nos termos do Parágrafo Único, art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, correndo as respectivas despesas à suas expensas.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Rescisão em 02(duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins, perante as testemunhas abaixo.

Cláudia - MT, 01 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA

ALTAMIR KURTEN

MUNICÍPIO

ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL

ÉRICA DE FÁTIMA GENTIL

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome: Hemilin Fernanda Tiedt

CPF: 041.620.821-54

Nome: Ana Paula Feldhaus Diel

CPF: 015.124.561-44

PREVI-CLAUDIA
EXTRATO DE CONTRATO N. 003/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2021

Objeto: Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Administrativa e Gerencial na Área Previdenciária, contábil, financeira, patrimonial, para o Fundo Municipal de Previdência Social PREVI-CLAUDIA.

CONTRATADO: **A G CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – EPP.**

CNPJ sob nº 05.011.768/0001-84

VALOR GLOBAL: R$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais)

VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses.

Cláudia/MT 19 de março de 2021.

SHEILA YOTZCHETZ

DIRETORA EXECUTIVA DO PREVI-CLAUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PORTARIA DP/PREF. Nº 5520 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5520 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AS SERVIDORAS MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **AURIVÂNIA CHAVES DE OLIVEIRA**, efetiva no cargo de **AGENTE SANITARIO-CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **01 de agosto de 2.019 a 31 de julho de 2.020**, data de tua admissão.

Art. 2º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **ABSAG LOPES DA SILVA FREIRES**, seletiva no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE-CPS,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime de processo **seletivo**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **02 de julho de 2.019 a 01 de julho de 2.020**, data de tua admissão.

Art. 3º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **BELIZE BEZERRA DE ARAÚJO**, efetiva no cargo de **ATENDENTE DE ENFERMAGEM-CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime de processo **seletivo**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **01 de fevereiro de 2.019 a 31 de janeiro de 2.020**, data de tua admissão.

Art. 4º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **FRANCILENE DE JESUS LOPES XAVIER**, seletiva no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE-CPS,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime de processo **seletivo**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **02 de maio de 2.019 a 01 de maio de 2.020**, data de tua admissão.

Art. 5º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **ZOULIA TAVARES DE ARAUJO**, seletiva no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE-CPS,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Saúde**, em regime de processo **seletivo**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **01 de julho de 2.019 a 30 de junho de 2.020**, data de tua admissão.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5524 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5524 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **FRANCISCO CÉLIO NOGUEIRA MATIAS**, efetivo no cargo de **Pedreiro- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de

Obras, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **10 de abril de 2.018 a 09 de abril de 2.019**, data de tua **admissão**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5525 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5525 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **HELIO LOPES DE JESUS**, efetivo no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Transportes Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **05 de abril de 2.021** finalizando no dia **04 de maio de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **21 de janeiro de 2.020 a 22 de janeiro de 2.021**, data de tua **reintegração**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5523 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5523 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **ANTONIO JOSÉ DE SOUSA AGUIAR**, efetivo no cargo de **Jardineiro- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2. 021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **07 de janeiro de 2.019 a 06 de janeiro de 2.020**, data de tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO

PORTARIA DP/PREF. Nº 5526 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5526 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **CLAUDIA CAROLINA FERNANDES DOS SANTOS**, efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS-CPE,** lotada junto a Secretaria Municipal de **Transportes Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **02 de julho de 2.018 a 01 de julho de 2.019**, data de tua **admissão**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5522 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5522 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

AO SERVIDOR MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para o servidor Sr. **JOSÉ DOS SANTOS**, efetivo no cargo de **Operador de Maquinas- CPE,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Transportes**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **02 de janeiro de 2.020 a 01 de janeiro de 2.021**, data de tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5527 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5527 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **LINDAURA MARIA DOS SANTOS**, efetiva no cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS-CPE,** lotada junto a Secretaria Municipal de **Transportes Obras e Serviços Urbanos**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **01 de junho de 2. 019 a 31 de maio de 2.020**, data de tua **admissão**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PORTARIA DP/PREF. Nº 5521 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5521 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR

DE INTERESSES PARTICULARES AO FUNCIONÁRIO PUBLICO

QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELA **LEI MUNICIPAL Nº 479, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2. 005,** TENDO EM VISTA AINDA REQUERIMENTO PROTOCOLIZADO EM TEMPO HÁBIL NESTE EXECUTIVO MUNICIPAL PELO PRÓPRIO FUNCIONÁRIO**:**

CONCEDE:

Art. 1º- Fica concedido, nos termos deste ato e da legislação pertinente, **Licença Para Tratar de Interesse Particulares**, pelo período de 02 (dois) anos, ao funcionário público municipal o Sr. **CLÉSIO AGUIAR FIGUEIRA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade **RG nº 1114042-9 SJ/ MT**, expedida em 19 de janeiro de 1.995, pela SSP/MT, e inscrito no **C.P. F sob nº 847.358.641-72**, lotado na **Divisão De Serviços Urbanos**, Junto a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**.

Paragrafo Único. A licença de que se trata este artigo, teve inicio desde o dia **01 de abril de 2.021**, findando-se em **01 de abril de 2.023**, quando então deverá o referido funcionário, manifestar-se a respeito deste beneficio.

Art. 2º Esta licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do funcionário ou a interesse do serviço, sendo que não se concederá outra antes do vencimento desta.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

_____

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO-MT

COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.979, DE 05 DE ABRIL DE 2.021

DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.979, DE 05 DE ABRIL DE 2.021

"Dispõe sobre prorrogação do Decreto nº 1.973/2.021 e dá outras providências"

.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, usando das atribuições que lhe confere os art. 1º, 3º, 5º, e 64, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as proposições exaradas pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19 nomeados pela Portaria nº. 001 de 04 de janeiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados os efeitos do Decreto Municipal nº 1.973/2.021, com vigência até o dia 09/04/2021, com a supressão do inciso I do art. 1º.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte um.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PORTARIA DP/PREF. Nº 5519 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

PORTARIA DP/PREF. Nº 5519 DE 01 DE ABRIL DE 2.021

"CONCEDE FÉRIAS E 1/3 DE FÉRIAS

A SERVIDORA MUNICIPAL"

O SENHOR **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, ESPECIALMENTE PELO ESTATUTO E REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DA **LEI MUNICIPAL 056 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.991 ART.106 E DOS §1º AO §5º;**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias e o recebimento de 1/3 (um terço),** para a servidora Sra. **MARIELZA SOARES DE OLIVEIRA**, eletivo no cargo de **Conselheiro Tutelar,** lotado junto a Secretaria Municipal de **Assistência Social**, em regime **estatutário**. Iniciando no dia **01 de abril de 2.021** finalizando no dia **30 de abril de 2.021**, referente ao período aquisitivo de **10 de janeiro de 2.020 a 09 de janeiro de 2.021**, data de tua admissão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2.021.

MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

PREFEITO DE COCALINHO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **179/2020**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **GISLAINE LIMA PALHOTO – MAT.:5597**

MOTIVO: Fica prorrogado o contrato nº 179/2020, por motivo que a mesma se encontra em Licença Maternidade, conforme Oficio nº146/2021/SME, celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de **08 de abril de 2021 a 20 de setembro de 2021,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Valor mensal:R$3.248,22 (três mil e duzentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos)

Valor estimado do Termo Aditivo: R$19.344,94 (dezenove mil e trezentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

DATA: 05 de abril de 2021.

SECRETARIA: Municipal Educação

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que do julgamento da documentação de habilitação do Processo Licitatório sob Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021**, deliberou-se pela HABILITAÇÃO das empresas AD CONSTRUÇÕES LTDA EPP e GENEZIO FERREIRA DE SOUZA ME, bem como pela INABILITAÇÃO da empresa BN PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI EPP. Fica pelo presente intimada a empresa declarada Inabilitada, para, querendo, no prazo legal, apresentar eventual recurso contra a sua inabilitação nos termos do art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/1993.

Colider/MT, 05 de abril de 2021

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Presidente da CPL

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 45/2021

Súmula: ***DISPÕE SOBRE O USO DE CERTIFICADOS DIGITAIS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O ***EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO****, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e visando dinamizar a dar maior celeridade aos trabalhos administrativos e burocráticos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Colider/MT, inclusive com maior segurança aos destinatários dos serviços públicos,*

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica autorizado o uso de **Certificados Digitais** para assinatura de documentos de forma eletrônica, no âmbito da Prefeitura Municipal de Colider/MT, pelo Prefeito Municipal, Secretários Municipais, Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil, e demais Departamentos e Unidades da Administração Municipal, possibilitando a assinatura eletrônica em documentos públicos.

Art. 2º. Para os fins e efeitos do art. 1º, fica determinado que os Certificados Digitais deverão estar cadastrados em nome dos usuários, e as assinaturas somente poderão ser lançadas em documentos públicos, após a assinatura de **"Termo de Responsabilidade de Uso de Certificado Digital"**, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Gestão Pública, do qual deverão constar:

a) Nome do usuário e suas qualificações pessoais;

b) Departamento, Secretaria, Órgão ou Unidade Administrativa a que está vinculado o usuário;

c) Número do Certificado Digital;

d) Prazo de validade do Certificado Digital;

Parágrafo único: Qualquer mudança que venha a alterar algum dos requisitos das alíneas anteriores, ou mesmo a expiração do prazo de validade do Certificado Digital, deverão ser imediatamente comunicados à Secretaria de Gestão Pública, que retificará, ratificará ou elaborará novo "Termo de Responsabilidade de Uso de Certificado Digital", sob pena de responsabilização do usuário.

Art. 3º. Tratando-se de necessidade da Administração Pública Municipal, inclusive para possibilitar que os usuários executem trabalhos remotos, e também em sistema de *home office*, sempre visando a continuidade e a celeridade na prestação dos serviços públicos, e ao mesmo tempo em respeito às regras sanitárias impostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a prevenção de contágio pelo novo *coronavirus*, os custos pela emissão, renovação ou revogação de Certificados Digitais, caberão a própria Administração Municipal.

Art. 4º. Ressalvada a hipótese de exigência de assinatura pela forma convencional (visto, rubrica, forma escrita e por extenso, etc.), todos os documentos públicos emitidos no âmbito da Prefeitura Municipal de Colider/MT, poderão ser objeto de assinatura eletrônica (assinatura digital).

Art. 5º. Os servidores e agentes públicos usuários de Certificado Digital, respondem civil, penal e administrativamente, por todos os atos praticados e onde estejam apostas as suas assinaturas eletrônicas, dada a pessoalidade da utilização desta importante ferramenta.

Art. 6º. Para complementar e disciplinar os termos deste Decreto, fica autorizada e recomendada a elaboração de ato administrativo específico, que deverá ser editado conjuntamente pela Secretaria Municipal de Gestão Pública, e pela Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 7º. As despesas com a execução deste Decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria no orçamento vigente.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, operando efeitos retroativos a 01/01/2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 DE ABRIL DE 2.021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 186/GP/2021

PORTARIA Nº186/GP/2021, DE 05 DE ABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Leandro Lauvers Alves,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2642568-8 SSP/MT e CPF n° 056.793.531-05, para exercer o Cargo de Confiança de **Supervisor do Departamento de Projetos,** vinculada à Secretaria Municipal de planejamento.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 25 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 05 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 05 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO:GUANDALINI EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.739.099/0001-15 e Inscrição Estadual nº 145.384.411.119 com sede à Avenida Paulo VI 372,Sumare, São Paulo-SP CEP: 01262-010.

OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: Aquisição de Estação Total e GPS.

VALOR DO CONTRATO: 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais).

DATA DO INICIO DA VIGENCIA: 29/03/2021

DATA VENCIMENTO: 29/03/2022.

Processo de Pregão Eletrônico nº. 04/2021. Processo Administrativo 22. 699/2021.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 004/ 2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: Empresa EDRIANO GUEDES CRISTINO EIRELI - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.173.681/0001-76, estabelecida Rua Antonio Lazaro de Moura, N° 1000, Sala A, 1° Piso, Jardim dos Imigrantes, Ji-Parana/RO, CEP: 76.900-673.

OBJETO RESUMIDO DO ADITIVO: prorrogação do prazo contratual por mais 02 (dois) meses

VALOR DO ADITIVO: R$78.600,00(setenta e oito mil e seis centos reais).

DATA EMISSÃO: 05/04/2021

INICIO DA VIGENCIA: 05/04/2021

DATA VENCIMENTO: 05/06/2021

TIPO LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS 045/2018 .

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 187/GP/2021

PORTARIA Nº187/GP/2021, DE 05 DE ABRIL 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Enéias de Almeida Teixeira,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2331130-4 SSP/MT e CPF n° 030.318.331-47, para exercer o Cargo de Confiança de **Diretor de Departamento ,** vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 05 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 05 de abril de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 054/GP/2021

DECRETO Nº 054/GP/2021, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal de Educação de Colniza/MT, e dá outras providências".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT,

DECRETA:

Art. 1° -Alterar membros do Decreto nº. 092/GP/2020, de 22 de maio de 2020, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Educação de Colniza/MT, passando a vigorar com a seguinte composição, mantendo-se o prazo de 02 anos contados a partir da data do Decreto inicial.

I – REPRESENTANTES DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA ESTADUAL

Titular: Tadna Rios Figueiredo Almeida – CPF nº. 848.599.891-04

Suplente: Vera Lucia Cardoso dos Santos - CPF nº. 186.974.658-93

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular: Ceres Regina Borges Bahls - CPF nº. 478.434.709-72

Suplente: Eliene Ferraz de Lima – CPF: 012.943.781-63

Titular: Elizabete de Oliveira – CPF nº. 676.342.572-49

Suplente: Rubens Marques - CPF nº. 046.683.647-38

III – REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

Titular: Daniel de Souza Teixeira – CPF nº. 028.719.161-36

Suplente: Sergio Dutra Pereira - CPF nº497.901.882-34

IV – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE COLNIZA/MT (SINTEP)

Titular: Ruth de Souza Almeida - CPF nº. 656.537.422-87

Suplente: Alexandre de Oliveira Sobrinho– CPF nº. 695.945.622-34

V – REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT (SISPUNCOL)

Titular: Joaquim Alves Fernandes – CPF nº. 703.946.952-91

Suplente: Elias Bento de Oliveira - CPF nº. 776.075.112-53

VI – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Jesse Scaffi Mendes Nunes – CPF nº. 012.224.011-18

Suplente: Valdenice Tavares de Oliveira - CPF nº. 203.400.282-20

VII – REPRESENTANTES DOS DIRETORES ESCOLARES MUNICIPAIS

Titular: Marcio Aparecido Lopes Pereira - CPF nº. 586.419.392-53

Suplente: Adina da Silva – CPF nº. 012.453.931-97

VIII – REPRESENTANTES DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Titular: Celio Mendes de Lima – RG nº. 1397322

Suplente: Andressa Rodrigues Pellizzari – RG nº. 2837578

IX – REPRESENTANTES DA CAMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE COLNIZA (CDL)

Titular: Maria Manoela Campos de Almeida – CPF nº. 062.137.101-75

Suplente: Sandra Vargas de Araujo - CPF nº. 067.437.911-05

X – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL

Titular: Sandra Claudio da Silva Mergener – CPF nº. 025.358.539-22

Suplente: Paulinelli Bonetto da Silva - CPF nº. 936.641.845-72

Art. 2°. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se; Publique-se; e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 05 de abril de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 05 de abril de 2021.

_____
Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2021

CONTRATO Nº: 008/2021

DATA: 29/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ERICA DE FATIMA GENTIL - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE NA UNIDADE DO LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO

DOTAÇÃO: 07.06.1.277. 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01 (0042) (426)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2021

CONTRATO Nº: 009/2021

DATA: 29/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: W.N. DIAGNOSTICA EIRELLI- EPP

OBJETO: CONTATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE NA UNIDADE DO LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO

DOTAÇÃO: 07.06.1.277. 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01 (0042) (426)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2021

CONTRATO Nº: 007/2021

DATA: 29/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: C.E CARVALHO - COMERCIAL

OBJETO: CONTATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE NA UNIDADE DO LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO

DOTAÇÃO: 07.06.1.277. 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01 (0042) (426)

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 021/2021 de 10/02/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que ***realizará no próximo dia 22 de abril de 2021 às 9:00horas, Processo Licitatório nº 002/2021 na Modalidade Tomada de Preços nº 001/2021 – tipo Menor Preço Global, para aquisição de Combustível (ÓLEO DIESEL S10),*** **para abastecimento da frota do Poder Legislativo Municipal,conforme especificações integrantes do *Edital de Licitação nº 01/2021.***

Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855; Emails:diretoria@camaracomodoro.mt.gov.br; camara@camaracomodoro.mt.govbr; Site: https://www.camaracomodoro.mt.gov.br/Publicacoes/E...

Comodoro/MT, 05 de abril de 2021.

Adriana Guimarães Rosa - Presidente da CPL

Rosa Adriana Dourado - Secretária da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 044/2021

PORTARIA Nº 044/2021 DE 31/03/2021

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

Considerando a Lei Orgânica Municipal (Resolução n.º 06/2008, de 23.12.2008), a qual em seu art. 176 elenca ser a saúde um direito de todos os munícipes e dever do poder público;

Considerando os lamentáveis números de casos confirmados de Covid-19, de hospitalizações e de óbitos por tal mazela no âmbito do Estado de Mato Grosso;

Considerando, em especial, os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 388 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 30 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, que indicam que a taxa de ocupação dos leitos públicos de UTI's no Estado de Mato Grosso está em 97,47% (noventa e sete vírgula quarenta e sete por cento);

Considerando as prescrições do Decreto nº 874, de 25 de março de 2021, do Estado de Mato Grosso, que atualizou as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19;

Considerando o Decreto Municipal nº 23, de 26 de março de 2021, que tratou sobre as novas diligências temporárias a serem adotadas no âmbito de nosso município para reter os casos epidemiológicos em nossa região;

Considerando a união dos entes federados para, em conjunto, maximizar medidas para a contenção da proliferação do número de casos de coronavírus;

Considerando, portanto, a imprescindibilidade de diligências no âmbito da Câmara Municipal de Comodoro, ante o interesse público;

Considerando, por fim, o Feriado Nacional no dia 02 de abril de 2021 (Sexta-Feira Santa);

R E S O L V E

Art. 1º Determinar PONTO FACULTATIVO nas atividades da Câmara Municipal *NO DIA 1º DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA.*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES - **Presidente Biênio 2021/2022**

Registre-se e Publique-se.

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

RESOLUÇÃO "Nº 005/2021"CMS

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005/2021.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE APOIO À FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ PROVIDÊNCIAS."

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COMODORO, MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Federal 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal 8.142, de 28/12/1990, Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde e Lei Municipal 913 de 24 de agosto de 2006.

Considerando o art. 198, inciso III, da Constituição da República, o qual prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 31 de março de 2021, onde apresenta ao pleno a referida proposta, e sendo de consenso de todos os presentes, devidamente registrado em Ata de n°314;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação do **Comitê de Apoio à Fiscalização da Vigilância Sanitária no município de Comodoro**, dando autonomia ao Gestor Municipal de saúde e técnicos, para que possam tomar todas as medidas necessárias para o cumprimento da medida.

Art. 2º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Comodoro-MT, 31 de março de 2021.

Reginaldo de Ávila Cuba

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2021

CONTRATO Nº: 011/2021

DATA: 29/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: K. C. R. S. COMERCIO EQUIPAMENTOS EIRELI

OBJETO: CONTATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE NA UNIDADE DO LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO

DOTAÇÃO: 07.06.1.277. 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01 (0042) (426)

RESOLUÇÃO Nº 006/2021 - CMS

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 006/2021.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E DÁ PROVIDÊNCIAS."

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COMODORO, MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Federal 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal 8.142, de 28/12/1990, Resolução 453, de 10/05/

2012 do Conselho Nacional de Saúde e Lei Municipal 913 de 24 de agosto de 2006.

Considerando o art. 198, inciso III, da Constituição da República, o qual prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS;

Considerando o art. 37, inciso IX, da Constituição da República, o qual estabelece casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando Ofício n° 111/SMS/2021 de 30 de março de 2021, o qual a Secretaria Municipal de Saúde solicita justificadamente a contratação de novos servidores para suprir as necessidades da pasta; e

Considerando a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de 31 de março de 2021, onde apresenta ao pleno a referida proposta, e sendo de consenso de todos os presentes, devidamente registrado em Ata de n°314;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a abertura de **Processo Seletivo para a contratação de profissional odontólogo, farmacêutico, técnico em radiologia, e agentes comunitários de saúde**, de forma a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dando autonomia ao Gestor Municipal de saúde e técnicos, para que possam tomar todas as medidas necessárias para o cumprimento da disposição.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Comodoro-MT, 31 de março de 2021.

Reginaldo de Ávila Cuba

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2021

CONTRATO Nº: 010/2021

DATA: 29/03/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: T J COMERCIO DE PRODUTOS EIRELLI

OBJETO: CONTATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA FORTALECIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE NA UNIDADE DO LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2018 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DE MATO GROSSO

DOTAÇÃO: 07.06.1.277. 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01 (0042) (426)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JAN 2021 CISAX

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Janeiro/2021 Exercício: 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**12.616,72**	**-3.309.130,28**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	152.900,00	152.900,00		-152.900,00
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial	2.970,00	2.970,00	116,72	-2.853,28
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	3.165.327,00	3.165.327,00	12.500,00	-3.152.827,00
Outras Receitas Correntes	550,00	550,00		-550,00
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**12.616,72**	**-3.309.130,28**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**12.616,72**	**-3.309.130,28**

Emissão: 04/04/2021 17:02:38 Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Janeiro/2021 Exercício: 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)			789.087,07	
TOTAL (VII) = (V + VI)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**801.703,79**	**-3.309.130,28**
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**3.196.407,00**	**3.196.407,00**	**797.173,67**	**86.666,57**		**2.399.233,33**
Pessoal e Encargos Sociais	1.112.801,22	1.112.801,22	71.244,97	71.244,97		1.041.556,25
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	2.083.605,78	2.083.605,78	725.928,70	15.421,60		1.357.677,08
Despesas de Capital (IX)	**97.510,00**	**97.510,00**	**4.530,12**	**4.530,12**		**92.979,88**
Investimentos	40.310,00	40.310,00				40.310,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	57.200,00	57.200,00	4.530,12	4.530,12		52.669,88
Reserva de Contingência (X)	**27.830,00**	**27.830,00**				**27.830,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**801.703,79**	**91.196,69**		**2.520.043,21**

Emissão: 04/04/2021 17:02:38 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Janeiro/2021 Exercício: 2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**801.703,79**	**91.196,69**		**2.520.043,21**
Superávit (XIII)						
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**801.703,79**	**91.196,69**		**2.520.043,21**
Reserva do RPPS						

Emissão: 04/04/2021 17:02:38 Página 3
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Janeiro/2021 Exercício: 2021

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes		**130,00**	**130,00**			**130,00**
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		130,00	130,00			130,00
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		**130,00**	**130,00**			**130,00**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Janeiro/2021 Exercício: 2021

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**8.823,11**	**304,21**			**9.127,32**
Pessoal e Encargos Sociais	86,78				86,78
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	8.736,33	304,21			9.040,54
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**8.823,11**	**304,21**			**9.127,32**

Emissão: 04/04/2021 17:02:38

Homologado

CONTABILIDADE
BALANÇO FINANCEIRO JANEIRO 2021 CISAX

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Janeiro/2021

Exercício: 2021

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**12.616,72**	**3.246.124,36**
Ordinária		**116,72**	**3.246.124,36**
Vinculada		**12.500,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		12.500,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**801.703,79**	**97.854,03**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		710.507,10	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		91.196,69	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		0,00	97.854,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**1.335.348,84**	**593.309,56**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.335.348,84	593.309,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**2.149.669,35**	**3.937.287,95**

Emissão: 04/04/2021 17:00:49

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Janeiro/2021

Exercício: 2021

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**801.703,79**	**2.385.365,20**
Ordinária		**801.703,79**	**2.385.365,20**
Vinculada		**0,00**	**0,00**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**0,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**0,00**	**217.008,12**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	11.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	84.370,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		0,00	121.638,12
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**1.335.465,56**	**1.335.348,84**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.335.465,56	1.335.348,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**2.137.169,35**	**3.937.722,16**

*Nota Explicativa:

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Janeiro/2021

Exercício: 2021

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**116,72**	**0,00**	**116,72**	**3.246.124,36**	**0,00**	**3.246.124,36**
Vinculada	**12.500,00**	**0,00**	**12.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**12.616,72**	**0,00**	**12.616,72**	**3.246.124,36**	**0,00**	**3.246.124,36**

Emissão: 04/04/2021 17:00:49 Página 3

Homologado

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO 2°TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.71/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2019

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2019

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Inventário Físico e Levantamento Patrimonial de Bens Moveis e Imóveis, para atender as Secretarias Municipais do Poder Executivo Municipal de Confresa-MT**.**

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do Prazo de Vigência do contrato original por mais 30 dias, vigorando de 30/03/2021 a 29/04/2021, sob pena de prejuízo do interesse Público.

PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – CONTRATADA: STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA-ME, CNPJ n.19.335.762/0001-77.

DATA: CONFRESA, 30 DE MARÇO DE 2021.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.53/2020

PROCESSO LICITATÓRIO n°.142/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO n°.035/2020

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para Serviços de Engenharia para Ampliação do Hospital Municipal de Confresa no Bloco de Serviços e Bloco de UTI, para o Enfrentamento da Pandemia Covid-19 conforme a Lei 13.979 de Fevereiro de 2020 e alterações pela MP 929/ 2020, para atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo quantitativo e qualitativa de alguns itens, sobre o valor contratual original de 8,19%, equivalente a **R$ 100. 536,17** (Cem Mil e Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Dezessete Centavos).

JUSTIFICATIVA: Conforme Ofício nº 075/ENG/SEPLAC/PMC/2021 Considerando o contrato em referência, solicitando a elaboração de aditivo contratual, referente as alterações quantitativos e qualitativa no objeto visando a melhor execução do mesmo, foram corrigidos quantitativos de alguns itens que estavam em desacordo com projeto, assim como outros foram modificados visando melhor acabamento perante a importância e finalidade da obra, sendo os itens:

Item 8.4 – A ser executado nos Banheiros da UTI - Quantidade inferior ao definido em projeto, sendo necessário o acréscimo quantitativo para que o serviço possa ser feito de forma completa;

Item 8.8 – Item novo a ser executado na Casa de Máquinas. Conforme determinação imposta pela administração, as janelas que antes eram venezianas de alumínio, agora passarão a serem de elementos vazados e suas dimensões aumentadas. Alteração imposta para melhorar a ventilação do ambiente devido à presença do gerador.

Item 8.9 – Item novo a ser executado no Bloco de Serviço. Conforme determinação imposta pela administração, as portas que antes eram de madeira, serão alterados para vidro. Alteração imposta pelo fato de as portas de vidro serem resistentes a água.

Item 8.10 – Item novo a ser executado nas portas de 1,60 m e na porta de 1,00 m que dará acesso ao Bloco de Serviço, entrada próxima a farmácia.

Item 8.11 – Item novo a ser executado em todas as portas do Bloco de Serviço. Item acrescido para melhor acabamento e divisão de piso dos ambientes.

Item 8.12 – Item novo a ser executado em todas as janelas do Bloco de Serviço. Item acrescido para melhor acabamento e limpeza das janelas.

Item 9.4 – Quantitativo acrescido devido a solicitação deste departamento de engenharia que requereu a colocação de revestimento cerâmico nas paredes do DML do bloco da UTI, em substituição a pintura.

Item 9.11 – Item Novo a ser executado no Bloco de Serviços. Conforme determinação imposta pela administração, o piso dos seguintes ambientes serão alterados para granilite: Carga e Descarga, Dobra e armazenamento, processamento, depósito saneante, recebimento, e hall de acesso aos ambientes anteriores. Alteração necessária devido a movimentação de equipamentos pesados, sendo o granilite mais resistente.

Item 9.12 – Item novo a ser aplicado sobre o piso granilite.

Item 10.5 – Item novo. Necessário para pintura das portas executadas no Bloco da UTI. Visto que a pintura das mesmas não foi prevista no orçamento base.

Item 11.10 – Item novo. Necessário para o devido escoamento das águas pluviais. Fora solicitado aumento de calha em alguns pontos da cobertura. Quantidade inicial existente no (item 11.2) – não é suficiente.

Item 15.3 – Item a ser executado no banheiro PCD do Bloco da UTI. O vaso sanitário com válvula de descarga (item 15.1) foi alterado para caixa acoplada.

Item 15.5 – Quantidade acrescida para compatibilização com projeto;

Item 15.8 – Quantidade acrescida para compatibilização com projeto;

Item 15.12 – Item Novo. Todas as bancadas da obra foram alteradas, a critério da administração. Onde era pra ser executado em granito cinza, será executado com pedra granito preto polido, tipo via láctea. Solicitação realizada para melhor acabamento e aparência da obra.

Item 15.13 e **15.14** – Itens novos acrescidos em substituição ao (item 15. 11). Solicitado a instalação de torneiras de padrão médio para melhoria no acabamento das peças sanitárias.

Item 16.12 – Item acrescido a critério da administração. Acrescido dois pontos extras na cozinha;

Item 16.15 – Item Acrescido para compatibilizar a coifa com o tamanho do fogão.

DATA: Confresa, 05 de Abril de 2021.

PARTES: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa. **CONTRATADA:** S.R.LEITE CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO EIRELI CNPJ: 33.906.073/0001-04.

FORO: Porto Alegre do Norte – MT.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 066/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 066/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

DECRETA LUTO OFICIAL POR 3 (TRÊS) DIAS NO MUNICÍPIO DE CONFRESA, PELA MORTE DO SR. LEONARDO OLIVEIRA SANDES.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Confresa; e

CONSIDERANDO que faleceu nesta quinta-feira, dia 01, o ex-vereador do Município de Confresa no ano de 2013 a 2016, ocasião em que atuou como Relator da Comissão de Redação de Finanças e Obras Públicas junto a Câmara Municipal, Sr. Leonardo Oliveira Sandes;

CONSIDERANDO, finalmente, que o Sr. Leonardo prestou relevantes serviços à população de Confresa;

D E C R E T A:

Art. 1.º - Decreta luto oficial por 3 (três) dias no Município de Confresa, Estado de Mato Grosso, pelo falecimento do Sr. **LEONARDO OLIVEIRA SANDES**, ocorrido na data de hoje, 01/04/2021.

Art. 2.º - Haverá em todos os prédios públicos o hasteamento do Pavilhão Nacional até meio mastro e assim permanecerá enquanto durar o luto referido no artigo anterior.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Confresa-MT, 01 de abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 069/2021

NA EDIÇAO Nº 3.699, do Jornal Oficial dos Municípios no dia 1 de Abril de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 069/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: N°. 026/2021

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 001/2021

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.699, Páginas 283, 284, 285, 286 e 287 do dia 01 de Abril de 2021.

CONTRATADA: SARAGUAIA SANEAMENTO AMBIENTAL DO ARAGUAIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 35.136.586/0001-09.

ONDE LÊ SE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº069/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

ITEM	CÓD. TCE	UND.	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	18152	TON.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA AMBIENTALMENTE LEGALIZADA NA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DOMÉSTICOS E COMERCIAIS COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE SINOP - MT EM ATERRO SANITÁRIO.	7.941	R$ 159,19	R$ 1.264.127,79
TOTAL R$ 1.264.127,79						

LER -SE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº069/2021**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

ITEM	CÓD. TCE	UND.	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	18152	TON.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA AMBIENTALMENTE LEGALIZADA NA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DOMÉSTICOS E COMERCIAIS COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE **CONFRESA - MT** EM ATERRO SANITÁRIO.	7.941	R$ 159,19	R$ 1.264.127,79
TOTAL R$ 1.264.127,79						

Confresa-MT, 05 de Abril de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 141/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Portaria 141/2021 de 05 de Abril de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 27/02/2021 – Dr Dr. Luiz Marques da Silva- CRM 4558/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 29/03/2021 a 26/07/2021 a servidora pública municipal THAYNARA SANTOS DA SILVA, matricula 013382, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte Lazer e Cultura/Escola Municipal Vida e Esperança.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/04/2021.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 142/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Portaria 142/2021 de 05 de Abril de 2021.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005.

CONSIDERANDO o requerimento da servidora de 05/04/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a LICENÇA SEM VENCIMENTOS até 31/12/2021 da servidora pública Municipal MILENA PEREIRA LUZ OLIVIERA, matricula 012555, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 143/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Portaria 143/2021 de 05 de Abril de 2021.

DISPÕE SOBRE REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o Oficio 127/CGPMC/2021 de 05/04/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - REINTEGRAR o servidor público municipal MARCELO PEREIRA DE ARAÚJO, no cargo efetivo de PNSS-ENFERMEIRO - 40 HS, sendo lhe assegurado o ressarcimento das vantagens do cargo, conforme disposto do Art. 47 da Lei Complementar 020/2005.

Art. 2º - Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes ao presente ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 144/2021 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

Portaria 144/2021 de 29 de Março de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Requerimento da servidora de 16/03/2021.

CONSIDERANDO: Oficio 033/2021 de 29/03/2021 da Escola Municipal Vida e Esperança.

CONSIDERANDO: Oficio 317/2021 de 29/03/2021 da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO de 90 (noventa) dias ininterruptos no período de 06/04/2021 a 04/07/2021 referente ao período aquisitivo 13/06/2013 a 12/06/2018, a Servidora Pública Municipal, ELIANE VAZ DA SILVA NUNES, matricula 000284, ocupante do cargo efetiva de APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/ Escola Municipal Vida e Esperança.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 05 de Abril de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2021 DE 06 DE ABRIL DE 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2021 de 06 de Abril de 2021.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2020, relacionados (as) no anexo I deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h às 13:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo II para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 06 de Abril de 2021.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS/CANDIDATOS

CARGO	CH	UNIDADE	CLAS	CANDIDATO	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR
PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	20	URBANA	76º	LUCELENE TEIXEIRA DA SILVA	ESCOLA MINICIPAL VILA TAPIRAGUAIA

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSARIOS P/ ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional)

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

CONTABILIDADE
RREO PRIMEIRO BIMESTRE 2021 ANEXOS I A XIV CISAX

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)							
DÉFICIT (VI)					269.929,05		
TOTAL (VII) = (V + VI)					269.929,05	905,00	-269.929,05

Emissão: 04/04/2021 16:53:24 Page 1 de 3

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.321.747,00	3.321.747,00	913.414,05	913.414,05	2.408.332,95	269.929,05	269.929,05	3.051.817,95	165.556,92	
DESPESAS CORRENTES	3.196.407,00	3.196.407,00	904.353,81	904.353,81	2.292.053,19	260.868,81	260.868,81	2.935.538,19	156.496,68	
Pessoal e Encargos Sociais	1.112.801,22	1.112.801,22	142.489,94	142.489,94	970.311,28	142.489,94	142.489,94	970.311,28	71.244,97	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	2.083.605,78	2.083.605,78	761.863,87	761.863,87	1.321.741,91	118.378,87	118.378,87	1.965.226,91	85.251,71	
DESPESAS DE CAPITAL	97.510,00	97.510,00	9.060,24	9.060,24	88.449,76	9.060,24	9.060,24	88.449,76	9.060,24	
Investimentos	40.310,00	40.310,00			40.310,00			40.310,00		
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida	57.200,00	57.200,00	9.060,24	9.060,24	48.139,76	9.060,24	9.060,24	48.139,76	9.060,24	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.830,00	27.830,00			27.830,00			27.830,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.321.747,00	3.321.747,00	913.414,05	913.414,05	2.408.332,95	269.929,05	269.929,05	3.051.817,95	165.556,92	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
Amortização da Dívida Interna		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
Dívida Mobiliária		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
Outras Dívidas		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
Amortização da Dívida Externa		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
Dívida Mobiliária		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
Outras Dívidas		3.321.747,00	913.414,05		2.408.332,95					
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	3.321.747,00	3.321.747,00	913.414,05	913.414,05	2.408.332,95	269.929,05	269.929,05	3.051.817,95	165.556,92	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.321.747,00	3.321.747,00	913.414,05	913.414,05	2.408.332,95	269.929,05	269.929,05	3.051.817,95	165.556,92	
RESERVA DO RPPS										

Emissão: 04/04/2021 16:53:24

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais										
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.321.747,00	3.321.747,00	913.414,05	913.414,05	100,00	2.408.332,95	269.929,05	269.929,05	100,00	3.051.817,95	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE	3.230.667,00	3.230.667,00	904.145,96	904.145,96	98,99	2.326.521,04	260.660,96	260.660,96	96,57	2.970.006,04	
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.230.667,00	3.230.667,00	904.145,96	904.145,96	98,99	2.326.521,04	260.660,96	260.660,96	96,57	2.970.006,04	
TRABALHO											
EDUCAÇÃO											
CULTURA											
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO											
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER											
ENCARGOS ESPECIAIS	63.250,00	63.250,00	9.268,09	9.268,09	1,01	53.981,91	9.268,09	9.268,09	3,43	53.981,91	
REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	63.250,00	63.250,00	9.268,09	9.268,09	1,01	53.981,91	9.268,09	9.268,09	3,43	53.981,91	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.830,00	27.830,00				27.830,00				27.830,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	3.321.747,00	3.321.747,00	913.414,05	913.414,05	100,00	2.408.332,95	269.929,05	269.929,05	100,00	3.051.817,95	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II)											
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											

Emissão: 04/04/2021 16:54:13 Page 1 de 2

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO											
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL											
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE											
TRABALHO											
EDUCAÇÃO											
CULTURA											
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO											
HABITAÇÃO											
SANEAMENTO											
GESTÃO AMBIENTAL											
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA											
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS											
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA											
TRANSPORTE											
DESPORTO E LAZER											
ENCARGOS ESPECIAIS											
RESERVA DE CONTINGÊNCIA											
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS											

Emissão: 04/04/2021 16:54:13 Page 2 de 2

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2020 A FEVEREIRO/2021

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2021
	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21		
RECEITAS CORRENTES (I)														
Receita Tributária														
IPTU														
ISS														
ITBI														
IRRF														
Outras Rec. Tributarias														
Receita Contribuições														
Receita Patrimonial														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços														
Transferências Correntes														
Cota Parte do FPM														
Cota Parte do ICMS														
Cota Parte do IPVA														
Cota Parte do ITR														
Transf. LC 87/1966														
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB														
Outras Transf. Correntes														
Outras Receitas Correntes														
DEDUÇÕES (II)														
Cont. Servidor Plano Prev.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)														

Emissão: 04/04/2021 16:54:44 — Page 1 de 1

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2020 (a)	em 31/DEZ/2020 (b)	em 28/FEV/2021 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	129.386,03	129.386,03	120.325,79
DEDUÇÕES (II)	1.649.241,87	1.649.241,87	2.071.959,77
Disponibilidade de Caixa	1.326.221,52	1.326.221,52	1.525.839,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.335.348,84	1.335.348,84	1.534.662,53
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	9.127,32	9.127,32	8.823,11
Demais Haveres Financeiros	323.020,35	323.020,35	546.120,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.519.855,84	-1.519.855,84	-1.951.633,98
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	129.386,03	129.386,03	120.325,79
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-1.649.241,87	-1.649.241,87	-2.071.959,77

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
VALOR	-422.717,90	-422.717,90

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Fonte: CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria 43/2016 R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2021	Até o Bimestre 2020
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)			
Receitas Tributárias			
IPTU			
ISS			
ITBI			
IRRF			
Outras Receitas Tributárias			
Receitas de Contribuições			
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimionial			
(-) Aplicações Financeiras			
Transferências Correntes			
Cota-parte do FPM			
Cota-parte do ICMS			
Cota-parte do IPVA			
Convênios			
Outras Transferências Correntes			
Demais Receitas Correntes			
Dívida Ativa			
Diversas Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital			
Convênios			
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2021	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2021	Até o Bimestre 2020	Em 2021	Em 2020
DESPESAS CORRENTES (VIII)	3.196.407,00	904.353,81		260.868,81			
Pessoal e Encargos Sociais	1.112.801,22	142.489,94		142.489,94			
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	2.083.605,78	761.863,87		118.378,87			
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	3.196.407,00	904.353,81		260.868,81			
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	97.510,00	9.060,24		9.060,24			
Investimentos	40.310,00						
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XIV)	57.200,00	9.060,24		9.060,24			
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	40.310,00						
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	27.830,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**3.264.547,00**	**904.353,81**		**260.868,81**			

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-3.264.547,00**	**-904.353,81**		**-260.868,81**			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i - j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2020 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2020 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.823,11	304,21	304,21		8.823,11		130,00	130,00	130,00			8.823,11
Executivo	8.823,11	304,21	304,21		8.823,11		130,00	130,00	130,00			8.823,11
Consorcio Inter de Saude do Araguaia e Xingu	8.823,11	304,21	304,21		8.823,11		130,00	130,00	130,00			8.823,11
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	8.823,11	304,21	304,21		8.823,11		130,00	130,00	130,00			8.823,11

Fonte: CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU Emissão: 04/04/2021 às 16:56 Page 1 de 1

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4°, inciso III)	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	
2.1 - Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	0,00	0,00	
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	0,00	0,00	0,00	
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	
2.5 - Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	0,00	0,00	0,00	0,00%

Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO				
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE				
5.1 - Transferências do Salário-Educação				
5.2 - Transferências Diretas - PDDE				
5.3 - Transferências Diretas - PNAE				
5.4 - Transferências Diretas - PNATE				
5.5 - Outras Transferências do FNDE				
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE				
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				
6.1 - Transferência de Convênios				
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios				
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	0,00	0,00	0,00	0,00%

Emissão: 04/04/2021 16:57:20

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

FUNDEB

Receitas do Fundeb	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB				
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)				
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)				
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)				
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)				
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Dest. ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))				
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6)				
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB				
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB				
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB				
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	0,00	0,00	0,00	0,00%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO ENSINO

Despesas do Fundeb	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO							
13.1 - Com Educação Infantil							
13.2 - Com Ensino Fundamental							
14 - OUTRAS DESPESAS							
14.1 - Com Educação Infantil							
14.2 - Com Ensino Fundamental							
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00			0,00		0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
16.1 - FUNDEB 60%	
16.2 - FUNDEB 40%	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
17.1 - FUNDEB 60%	
17.2 - FUNDEB 40%	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18)	
19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério[1] ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 %	0,00%
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 %	0,00%
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	100,00%

Emissão: 04/04/2021 16:57:20

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2020 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2021[2]	0,00

Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL				0,00%			
22.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
22.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
23 - ENSINO FUNDAMENTAL				0,00%			
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB				0,00%			
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos				0,00%			
24 - ENSINO MÉDIO				0,00%			
25 - ENSINO SUPERIOR				0,00%			
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR				0,00%			
27 - OUTRAS				0,00%			
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00		0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	0,00
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) [6]	0,00
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) [6]	0,00
38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6]	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO				0,00%		0,00%	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				0,00%		0,00%	
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO				0,00%		0,00%	
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				0,00%		0,00%	
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/ RECEITAS ADIC. P/ FINAN. ENSINO (39+40+41+42)				0,00%		0,00%	
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2021 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	**FUNDEB**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO**
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1- Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1- Retenções	0,00	0,00
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00

Fonte: CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	97.510,00	9.060,24	9.060,24		88.449,76
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	97.510,00	9.060,24	9.060,24		88.449,76
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-97.510,00	-9.060,24			-88.449,76

Fonte: CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 04/04/2021 16:57:50 Page 1 de 1

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE /FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c)
0000				

Fonte: CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

Emissão: 04/04/2021 16:58:20 Page 1 de 1

Homologado

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) - Portaria 403/2016. R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis			
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2020 (i)	2021 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)			

Emissão: 04/04/2021 16:58:48

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2021 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	
Previsão Atualizada	
Receitas Realizadas	
Déficit Orçamentário	269.929,05
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.321.747,00
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	3.321.747,00
Despesas Empenhadas	913.414,05
Despesas Liquidadas	269.929,05
Despesas Pagas	165.556,92
Superávit Orçamentário	

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	913.414,05
Despesas Liquidadas	269.929,05

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	0,00

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-422.717,90	-790%
Resultado Primário		-904.353,81	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	9.127,32		304,21	8.823,11
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	130,00		130,00	
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**9.257,32**		**434,21**	**8.823,11**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun		0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	9.060,24	88.449,76

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício[1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos		0,00 %	0,00 %

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 04/04/2021 16:59:55 — Page 1 de 1

CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO FEV 2021 CISAX

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Fevereiro/2021 Exercício: 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**416.393,29**	**-2.905.353,71**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	152.900,00	152.900,00	10.124,53	-142.775,47
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial	2.970,00	2.970,00	220,21	-2.749,79
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes	3.165.327,00	3.165.327,00	406.048,55	-2.759.278,45
Outras Receitas Correntes	550,00	550,00		-550,00
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**416.393,29**	**-2.905.353,71**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**416.393,29**	**-2.905.353,71**

Emissão: 04/04/2021 17:03:16 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA

CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Fevereiro/2021 Exercício: 2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)			497.020,76	
TOTAL (VII) = (V + VI)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**913.414,05**	**-2.905.353,71**
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**3.196.407,00**	**3.196.407,00**	**904.353,81**	**260.868,81**	**156.496,68**	**2.292.053,19**
Pessoal e Encargos Sociais	1.112.801,22	1.112.801,22	142.489,94	142.489,94	71.244,97	970.311,28
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	2.083.605,78	2.083.605,78	761.863,87	118.378,87	85.251,71	1.321.741,91
Despesas de Capital (IX)	**97.510,00**	**97.510,00**	**9.060,24**	**9.060,24**	**9.060,24**	**88.449,76**
Investimentos	40.310,00	40.310,00				40.310,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida	57.200,00	57.200,00	9.060,24	9.060,24	9.060,24	48.139,76
Reserva de Contingência (X)	**27.830,00**	**27.830,00**				**27.830,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**913.414,05**	**269.929,05**	**165.556,92**	**2.408.332,95**

Emissão: 04/04/2021 17:03:16

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Fevereiro/2021 Exercício: 2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**913.414,05**	**269.929,05**	**165.556,92**	**2.408.332,95**
Superávit (XIII)						
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**3.321.747,00**	**3.321.747,00**	**913.414,05**	**269.929,05**	**165.556,92**	**2.408.332,95**
Reserva do RPPS						

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Fevereiro/2021 Exercício: 2021

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes		**130,00**	**130,00**	**130,00**		
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		130,00	130,00	130,00		
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		**130,00**	**130,00**	**130,00**		

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Fevereiro/2021 Exercício: 2021

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	**8.823,11**	**304,21**	**304,21**		**8.823,11**
Pessoal e Encargos Sociais	86,78				86,78
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	8.736,33	304,21	304,21		8.736,33
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	**8.823,11**	**304,21**	**304,21**		**8.823,11**

Emissão: 04/04/2021 17:03:16 Página 5
Homologado

CONTABILIDADE
BALANÇO FINANCEIRO FEV 2021 CISAX

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Fevereiro/2021

Exercício: 2021

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**416.393,29**	**3.246.124,36**
Ordinária		**369.144,74**	**3.246.124,36**
Vinculada		**47.248,55**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		47.248,55	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**754.594,72**	**97.854,03**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		643.485,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		104.372,13	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		6.737,59	97.854,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**1.335.348,84**	**593.309,56**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.335.348,84	593.309,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**2.506.336,85**	**3.937.287,95**

Emissão: 04/04/2021 17:01:40 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Fevereiro/2021

Exercício: 2021

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**913.414,05**	**2.385.365,20**
Ordinária		**913.414,05**	**2.385.365,20**
Vinculada		**0,00**	**0,00**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**0,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**58.260,27**	**217.008,12**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		130,00	11.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		304,21	84.370,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		57.826,06	121.638,12
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**1.487.413,98**	**1.335.348,84**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.487.413,98	1.335.348,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**2.459.088,30**	**3.937.722,16**

*Nota Explicativa:

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE CONFRESA
CONSORCIO INTERMUN DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)
BALANÇO FINANCEIRO
Fevereiro/2021

Exercício: 2021

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**369.144,74**	**0,00**	**369.144,74**	**3.246.124,36**	**0,00**	**3.246.124,36**
Vinculada	**47.248,55**	**0,00**	**47.248,55**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	47.248,55	0,00	47.248,55	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**416.393,29**	**0,00**	**416.393,29**	**3.246.124,36**	**0,00**	**3.246.124,36**

Emissão: 04/04/2021 17:01:40 Página 3

Homologado

CONTABILIDADE
EDITAL CISAX BALANCETE JANEIRO 2021

EDITAL N° 001/2021

DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LC 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Presidente, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Janeiro 2021. O Balanço Mensal do Mês de Janeiro 2021.** Ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente

CONTABILIDADE
EDITAL CISAX BALANCETE FEVEREIRO 2021

EDITAL N° 002/2021

DE 16 DE MARÇO DE 2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LC 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Presidente, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Fevereiro 2021. O Balanço Mensal do Mês de Fevereiro 2021.** Ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente

CONTABILIDADE
EDITAL CISAX RREO PRIM BIMESTRE 2021

EDITAL N° 003/2021

DE 16 DE MARÇO DE 2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL LC 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu presidente, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, **TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao **1º Bimestre do LRF – do Exercício Financeiro de 2021.**

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 108, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a alteração do artigo 1º da Lei Complementar nº 70/2014".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saberque a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O **artigo 1º** da Lei Complementar nº 70/2014, que dispõe sobre aulas excedentes na Rede Municipal de Ensino, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a convocar professores efetivos e os contratados em regime temporário, em substituição a professores licenciados ou afastados nos termos do Estatuto do Magistério – Lei Complementar 003/2001, a título de aulas excedentes.

Parágrafo Único. Osprofessores contratados temporariamente somente serão convocados para a substituição de que trata o *caput*, em caráter excepcional, quando as vagas para a atribuição de aulas excedentes não forem supridas pelos professores do quadro efetivo do município."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 01 de abril de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2021 TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Leis Complementares que regulamentam a investidura no Serviço Público Municipal, **CONVOCA** os Candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Teste Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital n.º 001/2021, devidamente homologado, para apresentarem os documentos exigidos para o processo de nomeação e posse nos respectivos cargos.

A posse ocorrerá no prazo de 3(três) dias úteis, contados da publicação do ato de nomeação.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste artigo.

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICÇÃO	NOME
4º	DEBORAH DE SOUZA BEZERRA

CARGO: TECNICO EM FARMACIA

CLASSIFICÇÃO	NOME
1º	FELIPE TEODORO BRITO

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 05 de abril de 2021.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
LEI Nº.580, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito junto à Caixa Econômica Federal – CEF, no âmbito do Programa FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro destinado a aplicação em Despesa de Capital, a oferecer garantias e dá outras providências.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital, junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), nos termos da Resolução CMN nº. 4589/2017 e alterações posteriores, observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

§1º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento/Despesa de Capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o §1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Os recursos de que trata esta Lei serão aplicados na aquisição máquinas para utilização em obras de manutenção de estradas e demais serviços de infraestrutura urbana necessários sendo o recurso na ordem de R$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais).

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", e §3º da Constituição Federal, nos termos do § 4º do art. 167, da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias em direito admitidas.

§1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§2º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da Caixa Econômica Federal, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§3º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada

um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações do principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§4º Para o pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, §1º do art. 32, da Lei Complementar 101/2000 – LRF.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal incluirá na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentária e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320/64, de 17.03.1964.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 01 de abril de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
COVID-19: LEI Nº 579, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a Verba Indenizatória Extraordinária de Custeio de Plano de Internet para Profissionais da Educação, e dá outras providências."

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a instituição de **Verba Indenizatória Extraordinária de Custeio de plano de Internet** que objetiva o custeio de plano de internet para os Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino, em apoio à atividades pedagógicas, como medida de mitigação dos efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

§ 1º Fazem jus à percepção da Verba Indenizatória instituída por esta lei, os professoresefetivos e os contratados temporariamente, em efetiva regência de classe, os coordenadores pedagógicos e os diretores de Unidades Escolares, que estejam desempenhando suas funções na modalidade de teletrabalho *(home office)*.

§ 2º O valor da **Verba Indenizatória Extraordinária de Custeio de plano de Internet** será de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)** mensais, pelo tempo que ainda perdurar a necessidade da ministração de aulas por meio remoto, em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Art. 2º A verba de que trata esta Lei, será paga **até o dia 10 de cada mês** e possui as seguintes características:

I – natureza indenizatória e não remuneratória e, nesta condição, não será computada para efeito do limite remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;

II – não se incorpora ao vencimento, subsídio ou à remuneração do servidor para nenhum efeito;

III – não será considerada para efeito de cálculo de 13° salário e de adicional de férias;

IV - não poderá ser utilizado como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e de pensões;

V – não será paga durante férias, licenças, demais afastamentos legais, disponibilidade ou aproveitamento;

VI – não configura rendimentos tributáveis do servidor;

VII – não gera efeitos de incorporação em proventos de aposentadoria e pensões.

Parágrafo único. Excetuam-se dos casos previstos no **inciso V**, as licenças médicas para tratamento da própria saúde do servidor que não exceda o prazo de 60 dias.

Art. 3º Os servidores que receberem a **Verba Indenizatória Extraordinária de Custeio de plano de Internet** deverão:

I - comprovar a contratação do serviço por meio de Contrato;

II - apresentar, mensalmente, nota fiscal ou comprovante de pagamento de fatura;

III – não ceder a qualquer título, o uso do serviço contratado a terceiros;

§ 1º O contrato de prestação de serviço previsto no inciso I, deverá ser apresentado à Secretaria Municipal de Educação até **30 dias após a publicação da presente Lei**.

§ 2º A prestação de contas dos valores recebidos a título de Verba Indenizatória, se dará com a apresentação mensal de qualquer dos documentos referidos no inciso II, **até o 10º dia útil subsequente ao da prestação do serviço,** à Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º O servidor que deixar de prestar contas nos termos deste artigo, terá o pagamento da verba indenizatória suspenso até a sua regularização, sem prejuízo das sanções administrativas.

§ 4º A não comprovação da utilização da **Verba Indenizatória Extraordinária de Custeio de plano de Internet**, implicará a devolução aos cofres públicos do valor recebido, devidamente corrigido, mediante desconto em folha de pagamento.

Art. 4º Não receberão a Verba mencionada no art. 1º, os Profissionais da Educação que não prestarem contas referentes a adiantamento, diárias ou que teve as contas rejeitadas em virtudes de desvio, desfalque e/ou má aplicação de recursos públicos verificada em prestação de conta.

Art. 5º O valor pago a título de verba indenizatória substitui e indeniza integralmente toda e qualquer despesa realizada pessoalmente pelos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino com planos de Internet para ministrarem e/ou acompanharem as aulas por meio remoto.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação encaminhará, mensalmente, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, a relação dos Profissionais da Educação que fazem jus à percepção da verba, juntamente com a documentação relacionada à prestação de contas.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais necessários ao seu atendimento.

Parágrafo único. O pagamento da Verba Indenizatória instituída por esta Lei, poderá ser suspenso, por meio de Decreto Municipal, quando verificada a impossibilidade orçamentária e financeira de sua manutenção.

Art. 8° O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, por meio de Decreto.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 01 de abril de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREVIDENCIA
COVID-19: DECRETO Nº. 032, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do COMITÊ DE INVESTIMENTOS do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Conquista D'Oeste – PREVI - CONQUISTA, e dá outras providências.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e atualização da regulamentação, no âmbito do Município de Conquista D' Oeste Estado de Mato Grosso, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo corona vírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a existência da pandemia do COVID 19 (novo corona vírus), nos termos declarado pela Organização Mundial da Saúde no país e a permanente necessidade de novas medidas emergenciais e adicionais a serem implementadas no âmbito do Município de Conquista d' Oeste com fito a proliferação do COVID 19;

CONSIDERANDO o número crescente de casos de contaminação, inclusive ocorrência de mortes, o município decidiu tomar algumas medidas;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar as medidas de contenção adotadas pelo Município por meio dos Decreto Municipal nº 028, de 30 de março de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o mandato do COMITÊ DE INVESTIMENTO do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Conquista d' Oeste – PREVI - CONQUISTA, até a realização de nova eleição.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de abril de 2021.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 05 de abril de 2021.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇAO DE ADESAO DE ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260/2021

O Processo de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018-A/2020 DO PREGÃO ELETRONICO 007/2020 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS, que tem como objeto, AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS para atender demandas das SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, aceitos por parte do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS e pela empresa fornecedora KONA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ 00.343.654/0001-18. O valor a ser pago será de R$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais) por unidade, totalizando o valor de R$ 74.250,00 (setenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

Conquista D'Oeste, 05 de abril de 2021.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 013-2021

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

Processo Nº.: 21/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2021

No dia 5 do mês de Abril do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.465.309/0001-67, com sede administrativa localizada na AVENIDA 20 DE DEZEMBRO, 725, bairro CENTRO, CEP nº. 78330-000, nesta cidade de Cotriguaçu/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 115.202.302-06, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 9/2021, Processo Licitatório nº. 21/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE SUPERIOR AOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT" Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11785	MOACYR MANDADORI ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MOACYR MANDADORI ME	14.974.505/0001-61		. . -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE COMPLEXIDADE SUPERIOR AOS REALIZADOS NO SERVIÇO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT"
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Por Item - Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11785 - MOACYR MANDADORI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICOS CITOPATOLÓGICO ONCÓTICO DE LÍQUIDOS E RASPADOS CUTÂNEOS	UNI		9.000,000	36,0000	324.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cotriguaçu para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Cotriguaçu,5 de Abril de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MOACYR MANDADORI ME CNPJ: 14.974.505/0001-61

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/2021

Pelo presente TERMO ADITIVO, fica alterada a Cláusula Quarta (Do Prazo) e, referente ao Contrato nº 003/2021, datado de 05 de fevereiro de 2021, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT"

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DO PRAZO - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula Quarta, do Contrato prorrogando o prazo por 60 (Sessenta dias) dias a contar do dia 06/04/2021 a 06/06/2021. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes do Contrato nº 003/2021. Cotriguaçu, 31 de março de 2021. OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO REABERTURA DE DISPENSA 010/2021 PROCESSO 024/2021 MODO DISPUTA ELETRÔNICA

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – centro – Cotriguaçu/MT, através da comissão permanente de licitação, torna público que se encontra reaberto licitação na modalidade dispensa nº 010/2021 modo disputa eletrônica, cujo objeto é: **"AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE EMERGÊNCIA PARA ATENDER O HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU -MT"**. Conforme especificações descritas no termo de dispensa.

A abertura da disputa de preço ocorreu no dia **31/03/2021 das 09hs00min às 10hs00min (horário de Brasília),** porém foi declarada deserta.

A reabertura da disputa de preço ocorrerá no dia **12/04/2021 das 09hs00min às 10hs00min (horário de Brasília)**, sendo que o processo será realizado exclusivamente através do portal do COMPRASBR no site **https://comprasbr.com.br/**. Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247.

Cotriguaçu-MT, 05 de abril de 2021.

Gislaine Moreira de Oliveira

Presidente da CPL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 PROCESSO Nº 037/2021

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENCANADOR PARA REPAROS NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO DISTRITO DE OURO VERDE DOS PIONEIROS - AGROVILA NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **19 (dezenove) de abril de 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital comple-

to poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247.

Cotriguaçu-MT, 05 de abril de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021 PROCESSO Nº 038/2021.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, avenida. 20 de dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2021, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para**: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **20 (vinte) de abril de 2021 as 08:30 (oito horas e trinta minutos),** na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser acessado pelos interessados através do site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**no portal transparência, os links de acesso direto são:

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Lic...

Link de acesso direto no portal transparência aos editais e seus anexos de licitações destinadas ao Covid-19: https://www.cotriguacu.mt.gov.br/Transparencia/Cov...

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou pelo telefone (66) 3555-1247. Cotriguaçu-MT, 05 de abril de 2021.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

2º AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2021/PMC - 2ª PRORROGAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº044.637/2020)

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO - LOTE 1 - RIO ARICAZINHO, NA ESTRADA DE SÃO JERONIMO - ZONA RURAL; LOTE 2 - CÓRREGO MOINHO – RUA DOS PENITENTES; LOTE 3 - CÓRREGO GUMITÁ – RUA TABATINGA; LOTE 4 – RIBEIRÃO FORQUILHA – SERRA DAS LARANJEIRAS; LOTE 5 – RIO PRETO – LOTEAMENTO BATEC e LOTE 6 – RIO ARICAZINHO - ESTRADA RIO DOS COUROS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.

INFORMAÇÕES: A data da Sessão de Abertura da licitação foi **PRORROGADA** considerando o Decreto Municipal nº 8.372 de 30 de março de 2021 que dispõe sobre medidas temporárias e emergenciais visando a prevenção de contágio pelo NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), no âmbito do Município De Cuiabá, e dá outras providências.

DATA E HORA: Às 09h00min (nove horas) do dia 16 de abril de 2021 (fuso horário de Cuiabá).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de Licitações/Auditório, localizada no subsolo da Prefeitura Municipal de Cuiabá - Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº 158 - Bairro: Centro - Município de Cuiabá/MT.

CONTATO: Secretaria Adjunta Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – SAELC/SMGe - Fone: 3645-6156 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 h.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital está disponível através do endereço: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/. Clicar na data designada para ocorrer a licitação.

Cuiabá/MT, 05 de abril de 2021.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

AVISO DE ADESÃO N°001/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°088/2020.

AVISO DE ADESÃO N°001/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°088/2020.

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu através do processo licitatório**Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 088/2020, oriunda do Pregão Presencial nº 072/2020 – PREFEITURA MUNICIPAL DE Nova Xavantina – MT,** cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, TRATORES, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNÍCIPIO DE NOVA XAVANTINA - MT.**

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

A

PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI, **CNPJ nº 33.031.535/0001-89.**

Itens	Descrição	Cod. TCE/MT	U.F.	Qtd	Vr. Unitário	Vr. Total

53990	**SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO CAMINHAO BASCULANTE TRACADO 6X4, COM 15M/3, 20 TONELADAS, COM OPERADOR E COMBUSTIVEL, COM MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA.**	0000621	Horas (Cód. 1091)	3.000	R$ 220,00	R$ 660.000,00
53981	**SERVICO DE LOCACAO DE CAMINHAO E REBOQUE - DO TIPO CAMINHAO PIPA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS (...), COM OPERADOR E/OU MOTORISTA, COMBUSTIVEL, MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA.**	373294-0	Horas (Cód. 1091)	2.000	R$ 208,00	R$ 416.000,00
53992	**SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS 160 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA ACIMA 2,5 M³, COM OPERADOR, COMBUSTIVEL, MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA.**	0000620	Horas (Cód. 1091)	2.000	R$ 245,00	R$ 490.000,00
292504	**SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS - DO TIPO MOTONIVELADORA (...) POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA, PRIMEIRA MARCHA 125 HP, PESO BRUTO ≈ 13.032KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,70M, COM OPERADOR, COMBUSTIVEL, MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA.**	324407-5	Horas (Cód. 1091)	2.000	R$ 285,00	R$ 570.000,00
TOTAL						**R$ 2.136.000,00,00**

Valor Total Estimado R$ 2.136.000,00 (Dois milhões, cento e trinta e seis mil reais).

Vigência: a contar da assinatura do contrato.

Diamantino– MT, 30 de Março de 2020.

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR RH
DECRETO Nº 054/2021

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67,VI da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1° – Fica **EXONERADO** por FALECIMENTO, o servidorefetivo**: CRENILDO CARDOSO DA SILVA**, brasileiro, casado, portadora do RG sob nº 4813242-1 SSP/PR e CPF sob nº 502.534.761-00, nomeado para o Cargo/Função Agente Público Municipal/Serviços, pelo Decreto nº 085/2006 de 12 de Junho de 2006, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com data de óbito em 10 de Março de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor em 10 de Março de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 17 de Março de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 069/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino/MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as determinações contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais integrantes do Edital e alterações,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, devidamente HOMOLOGADO EM 08/04/2019, através do Decreto Municipal de nº 060/2019, publicado como determinado em Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, servidores para o Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos relacionados no Anexo I.

Art. 2º - Os candidatos nomeados ficam, desde já, convocados para, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da publicação deste Decreto, a apresentarem-se no Departamento de Recursos Humanos, que fica na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. J.P.F. Mendes, nº 2.287, Centro, Diamantino/MT, no horário das 13h às 17h, em dias úteis, para apresentarem os documentos de acordo com o Anexo III do Edital do Concurso Público nº 01/2018, representado pelo Anexo II deste Decreto.

§1º - A documentação deverá ser apresentada em cópia devidamente autenticada ou, em caso de apresentação apenas de cópia simples, o candidato deverá apresentar, conjuntamente, a via original, para simples conferência.

§2º - É obrigatória a apresentação de todos os documentos para recebimento pelo Departamento de Recursos Humanos, caso contrário, a documentação será recusada e devolvida no ato da apresentação.

§3º - O Departamento de Recursos Humanos terá 10 (dez) dias para proceder a análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos demais requisitos legais e constantes do Edital do Concurso Público nº 01/2018.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação dos documentos, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao cargo de aprovação, enquanto que a reprovação dos documentos na análise prevista no §3º ao artigo anterior, implicará automaticamente em nulidade da aprovação e nomeação, com perda dos direitos decorrentes. Em ambas as hipóteses, fica reservado o direito da Administração de convocar outro candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 069/2021

Cargo: 006 - ALMOXARIFE DE FARMACIA - DIAMANTINO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
5º	ISABELA ROCHA LIMA
6º	GILEADE LIMA DE SOUSA

ANEXO II DO DECRETO Nº 069/2021

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Médico Pericial (anexo III - I) do Edital de Concurso Público nº 001/2018), expedido por profissional da Medicina do Trabalho.

Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação e página do último contrato de trabalho, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade - RG
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - **http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...**
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento conforme o caso
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Conjunta da Receita Federal;
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este Decreto.
Comprovante de Escolaridade
Carteira do Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Conta Salário BANCO BRADESCO
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMISSÃO FEITO NO SETOR DE RH)**

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 242/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Senhora **EVANILDA MARTINS DE ALMEIDA ALESSIO**, portadora do RG nº 22590838 - SSP/MT, inscrita no CPF nº 051.504. 668-08, nomeada para ocupar o cargo de **Assessora de Atos e Expediente.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **08/04/2021,** revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 004/2021, Publicada no Diário Oficial nº 3.639 de 05/01/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 240/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Senhora **MARTA SANTANA DE PINHO SCARDUA,** portadora do RG nº 0583642-5 SSP/MT, inscrita no CPF nº 459.962. 961-87, nomeada para ocupar o cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **08/04/2021,** revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 042/2021, Publicada no Diário Oficial nº 3.642 de 08/01/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 239/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Senhora **ALLINE AMABILIS REZENDE DELBONI,** portadora do RG nº 1073553-4 SSP/MT, inscrita no CPF nº 822.684. 951-91, nomeada para ocupar o cargo de **ASSESSORA DE SECRETARIA II,** lotada na**Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura **(05/04/2021),** revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 116/2021, Publicada no Diário Oficial nº 3.647 de 15/01/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 243/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** a Senhora **RENICY DE SOUZA LACERDA SILVA,** portadora do RG nº MG-10.795.039 SSP/MG, inscrita no CPF nº 868.148. 006-59, nomeada para ocupar o cargo de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **08/04/2021,** revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 022/2021, Publicada no Diário Oficial nº 3.641 de 07/01/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 007/2021 - CONTRATADO(a): ALVARO CESAR XAVIER: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL - ASA - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.388,77 (Um Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Setenta e Sete Centavos**), equivalente a carga horário de 40 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária. I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária; II – Programa de Trabalho: Manutenção das Despesas da Vigilância Sanitá-

ria; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado; IV – Fonte do Recurso: Próprio; Diamantino/MT, **06 de Abril de 2021.**

DECRETO Nº 065/2021

DECRETO Nº 065, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Permite a realização de atividades religiosas em igrejas, templos e congêneres no Município de Diamantino até as 20:00, excepcionalmente nos dias 02, 03 e 04 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Dr. MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e**,**

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual n. 11.330, de 30 de março de 2021, que "Reconhece a atividade religiosa como essencial para população do Estado de Mato Grosso em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais".

CONSIDERANDO a tradição religiosa cristã que celebra a paixão, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo durante a "Semana Santa" que se estende até o domingo de Páscoa, dia 4 de abril de 2021; e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual N. 874, 25 de março de 2021, que "Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências";

D E C R E T A:

Art. 1º Excepcionalmente nos dias **02, 03 e 04 de abril de 2021**, fica autorizada a realização de atividades religiosas em igrejas, templos e congêneres até as 20:00min, respeitando o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, as regras de distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas e o uso de máscara de proteção facial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 1º de abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR RH
T E R M O DE P O S S E

Aos Seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, ás 13h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino compareceu perante o Prefeito Municipal Senhor Manoel Loureiro Neto a Senhora ***ALLINE AMABILIS REZENDE DELBONI***, brasileira, casada, Portadora do RG sob nº 1073553-4 e CPF sob nº 822.684.951-91, Título de Eleitor sob nº 0175 5527 1821 - Zona 007 - Seção 026, CTPS sob nº 23888/Série nº 00010/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de **ALMOXARIFE DE FARMÁCIA**, Nível I, Classe C, aprovado no Concurso Público nº 001/2018 e nomeado pelo Decreto nº 049/2020, de 11 de Março de 2021, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 06 de Abril de 2021.

ALLINE AMABILIS REZENDE DELBONI

Servidor Compromissado

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 070/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino/MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as determinações contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais integrantes do Edital e alterações,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, devidamente HOMOLOGADO EM 08/04/2019, através do Decreto Municipal de nº 060/2019, publicado como determinado em Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, servidores para o Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos relacionados no Anexo I.

Art. 2º - Os candidatos nomeados ficam, desde já, convocados para, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da publicação deste Decreto, a apresentarem-se no Departamento de Recursos Humanos, que fica na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. J.P.F. Mendes, nº 2.287, Centro, Diamantino/MT, no horário das 13h às 17h, em dias úteis, para apresentarem os documentos de acordo com o Anexo III do Edital do Concurso Público nº 01/2018, representado pelo Anexo II deste Decreto.

§1º - A documentação deverá ser apresentada em cópia devidamente autenticada ou, em caso de apresentação apenas de cópia simples, o candidato deverá apresentar, conjuntamente, a via original, para simples conferência.

§2º - É obrigatória a apresentação de todos os documentos para recebimento pelo Departamento de Recursos Humanos, caso contrário, a documentação será recusada e devolvida no ato da apresentação.

§3º - O Departamento de Recursos Humanos terá 10 (dez) dias para proceder a análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos demais requisitos legais e constantes do Edital do Concurso Público nº 01/2018.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação dos documentos, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao cargo de aprovação, enquanto que a reprovação dos documentos na análise prevista no §3º ao artigo anterior, implicará automaticamente em nulidade da aprovação e nomeação, com perda dos direitos decorrentes. Em ambas as hipóteses, fica reservado o direito da Administração de convocar outro candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 070/2021

Cargo: 031 - PROFESSOR(A) EDUCAÇÃO INFANTIL - DIAMANTINO - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO

9º	ELIANE RODRIGUES GUALBERTO
10º	MARIA APARECIDA MARTINS DE ARRUDA

Cargo: 033 - PROFESSOR(A) EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - DIAMANTINO - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
10º	MONICA SANTOS RODRIGUES

ANEXO II DO DECRETO Nº 070/2021

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Médico Pericial (anexo III - I) do Edital de Concurso Público nº 001/2018), expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação e página do último contrato de trabalho, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade - RG
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - **http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...**
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento conforme o caso
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Conjunta da Receita Federal;
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este Decreto.
Comprovante de Escolaridade
Carteira do Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Conta Salário BANCO BRADESCO
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMISSÃO FEITO NO SETOR DE RH)**

SETOR RH
DECRETO Nº 066/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **30 (trinta)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 Edital nº 001/2019, citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 056/2021

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Salário Banco Bradesco - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.
OS DOCUMETOS DEVERÃO SER APRESENTADOS SEPARADAMENTE, UM POR FOLHA.

ANEXO II DO DECRETO Nº 056/2021

Cargo: ENFERMEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
7º	JACKELINE DE MIRANDA MENDES
8º	MAURA REGINA COSTA
9º	LEONORA NICACIA MOREIRA TEIXEIRA

Cargo: TÉCNICA EM ENFERMAGEM	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
14º	MARIA FATIMA DE LARA

Cargo: TÉCNICA EM ENFERMAGEM	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**

14º	MARIA FATIMA DE LARA

PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 241/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar** o Senhor **GILSON DA SILVA**, portador do RG nº 999.549 SSP/MT, inscrito no CPF nº 667.853.401-87, nomeado para ocupar o cargo de **Chefe de Gabinete.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de **08/04/2021,** revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 003/2021, Publicada no Diário Oficial nº 3.639 de 05/01/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR RH
DECRETO Nº 068/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **30 (trinta)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 Edital nº 001/2019, citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 068/2021

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Salário Banco Bradesco - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.
OS DOCUMETOS DEVERÃO SER APRESENTADOS SEPARADAMENTE, UM POR FOLHA.

ANEXO II DO DECRETO Nº 068/2021

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
3º	ANA ROSA SANTOS BISPO

SETOR RH
DECRETO Nº 067/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 001/2017.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **30 (trinta)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 13:00h às 17:00, para, assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 001/2017, citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 067/2021

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Salário BANCO BRADESCO - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.
OS DOCUMETOS DEVERÃO SER APRESENTADOS SEPARADAMENTE, UM POR FOLHA.

ANEXO II DO DECRETO Nº 067/2021

Cargo: (1) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / 12 - PÉ BRANCO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
10º	MIRELLY LIRIAN MORAES LEITE

Cargo: (1) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / 8 - BURITI

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	LUCAS RAFAEL DE LARA LOUZADO

Diamantino/MT, 05 de Abril de 2021

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI N.º 1.679/2021 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

ALTERA O ARTIGO 7º E ARTIGO 11 DA LEI 1.042/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 7º da Lei n.º 1.042/2006 passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde será composto por doze (12) membros efetivos e respectivos suplentes, obedecendo à seguinte proporção paritária: cinquenta por cento (50%) de entidades representativas de usuários, vinte e cinco por cento (25%) de entidades representativas de trabalhadores da saúde, e vinte e cinco por cento (25%) divididos entre governo municipal e hospitais prestadores de serviços de saúde, assim distribuídos:

I – Entidades representativas de usuários:

a – Um Representante do SINTEP – Dom Aquino-MT;

b – Um Representante do CONSEG (Conselho de Segurança Pública);

c – Um Representante da UACDA - União das Associações Comunitárias de Dom Aquino;

d – Um Representante da Pastoral da Criança;

e – Um Representante das Igrejas Evangélicas do Município de Dom Aquino-MT;

f – Um Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

II – Representantes de trabalhadores da saúde:

a – Um Profissional de nível superior;

b – Um Representante de Profissionais de Nível Médio e/ou Fundamental;

c – Um Representante dos Agente Comunitário de Saúde e/ou Agente Comunitário de Endemias.

III – Representantes do Governo Municipal e Prestadores:

a – O Secretário Municipal de Saúde;

b – Um Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

c – Um Representante dos Prestadores de Serviços de Saúde do SUS de Dom Aquino-MT:

IV – A Secretaria Executiva é subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão, ficando definido o funcionamento da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde na Estrutura Física da Secretaria Municipal de Saúde de Dom Aquino-MT.

§ 1º - A indicação dos representantes ao Conselho Municipal de Saúde é de direito da instituição ou categoria que dele participar, cabendo a ela zelar pelo bom desempenho de sua representação.

§ 2° - A indicação dos representantes deverá ser feita pelas entidades ou categorias de forma democrática, devidamente consubstanciada em documento comprobatório, sendo obrigatório um representante com seu respectivo suplente por categoria ou entidade.

§ 3° - Os membros do Conselho de Saúde serão investidos na função pelo prazo de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 4º - O representante que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas do Conselho Municipal de Saúde, sem a devida justificação ou que descumprir as normas regimentais do mesmo, poderá sofrer penalidade de substituição por outro da mesma entidade ou, mesmo, a substituição da entidade ou categoria, por deliberação do Plenário do Conselho.

§ 5º - Os representantes titulares e respectivos suplentes terão a sua designação formalizada por ato governamental.

ARTIGO 2º – O Artigo 11 da Lei n.º 1.042/2006 passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 - A Secretaria Geral do Conselho Municipal de Saúde será constituída pelo Secretário(a) Geral, devendo a escolha incidir sobre um membro do Conselho Municipal de Saúde.

ARTIGO 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n. º 1.648/2020 de 23 de março de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 025/2020 Nº. 1º. TERMO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 25 DE MARÇO DE 2021

CONTRATADO: GILMAR LAZARO GOMES

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

VIGÊNCIA: 24 DE MARÇO DE 2022.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DO CONTRATO, ALTERANDO A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO Nº 025/2020.

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 013/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 013/2021

DATA ASSINATURA: 23 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: BRUNIELLY DE CARVALHO PIRES

VIGÊNCIA: 18 DE SETEMBRO DE 2021

VALOR: R$: 14.400,00 (QUATORZE MIL E QUATROCENTOS REAIS).

LICITAÇAÕ: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ANÁLISE TÉCNICA DE DADOS PARA APLIC, BEM COMO, ENVIO E VALIDAÇÃO PARA O TCE-MT, ENGLOBANDO CARGA INICIAL E CARGAS MENSAIS (CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, CONTRATOS E CONVÊNIOS, PATRIMÔNIO E ADMINISTRATIVO) AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE/MT, POR MEIO DO SISTEMA APLIC; AUXÍLIO NO ENVIO DAS CARGAS TEMPESTIVAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE/MT, POR MEIO DO SISTEMA APLIC.

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 047/2020

DATA ASSINATURA: 05 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO CONCEDER REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, NO ITEM 11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2020, QUE PASSOU A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

ITEM	QUANT.	PRODUTO	PREÇO ATUAL	PREÇO REAJUSTADO
11	SALDO EXISTENTE	HIDROMETROS MODELO UNIJATO MAGNETICO, DN ¾, X3 M3, VAZÃO MAXIMA 1,5M³/H, SEM CONEXÕES, da marca HIDROMETER.	83,00	103,00

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 030/2020

DATA ASSINATURA: 31 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: COMPAGNONI & CIA LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO CONCEDER REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, NO ITEM 06 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2020, QUE PASSOU A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

ITEM	QUANT.	PRODUTO	PREÇO ATUAL	PREÇO REAJUSTADO
06	SALDO EXISTENTE	Gás de cozinha P-13	100,50	105,00

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
QUINTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 040/2020

DATA ASSINATURA: 31 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: AUTO POSTO REIS LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO CONCEDER REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, NOS ITENS 01,02 (ETANOL COMUM, GASOLINA COMUM) CONFORME OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2020, QUE PASSAM A TER AS SEGUINTES REDAÇÕES:

Item	Quant.	Produto	Preço Atual	Preço Reajustado
01	Saldo Existente	Etanol Comum, Automotivo, Álcool Hidratado, com graduação alcoólica de 91,1% a 96% em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP em Vigor.	3,43	4,00
02	Saldo Existente	Gasolina Comum Automotiva, em conformidade com as características constantes no regulamento técnico ANP em Vigor.	5,30	5,70

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 009/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 009/2021

DATA ASSINATURA: 12 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: EXCELÊNCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-EPP

VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2021

VALOR: R$: 46.746,00 (QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS.)

LICITAÇAÕ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, PROCESSO Nº. 84032/2016 – JUNTO A SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO.

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2021.

DATA: 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 200. 000,00(DUZENTOS MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais tendo em vista o contido na lei municipal 0713/2020 e em consonância com a lei federal 4.320/64:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00(duzentos mil reais), nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal 4.320/64 para atender as seguintes dotações orçamentárias:

01.000.0.1.01.031.0001.1002.4.4.90.51.00.00 0100000000 R$ 200.000,00

Total da Suplementação: R$ 200.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

03.000.0.1.28.846.0004.9002.3.2.90.21.00.00 0100000000 R$ 200.000,00

Total da Redução: R$ 200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 5º DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2021.

jose antonio dubiella

Prefeito Municipal

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 010/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONTRATO: Nº 010/2021

DATA ASSINATURA: 12 DE MARÇO DE 2021

CREDOR: MAIKEL OSVALDO CLEMENTE EIRELI

VIGÊNCIA: 14 DE MARÇO DE 2022

VALOR: R$: 19.736,70 (DEZENOVE MIL, SETECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS.)

LICITAÇAÕ: PREGÃO PRESENCIAL Nº.007/2020

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER EM REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES E CAMPEONATOS NO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 035/2021

Contrato nº. 79/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **LUIZ FELIPE OLIVEIRA ROHDEN**

CPF: 024.555.001-10

Objeto: Contratado (a) no cargo de: TECNICO DE RADIOLOGIA

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 01/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: R$ 2.274,94

Data da rescisão: 05/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulartt

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 129/2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE GERENTE DE ESPORTE E, DA OUTRA PROVIDÊNCIA.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica nomeado a Sr. **REGINALDO AMMIRATI BARROSO,** brasileiro, filho de VIRGINIA AMIRATI BARROSO e IZAU AMMIRATI BARROSO, nascido (a) em 28/01/1985, portador (a) do RG nº 4460101 DGPC/GO e CPF: 723.747.991-15, do Cargo de **GERENTE DE ESPORTE,** lotado-na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER**, a partir de 01/04/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 02 de abril de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 033/2021

Contrato nº. 67/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **RONIS SOUSA ALMEIDA**

CPF: 000.081.491-19

Objeto: Contratado (a) no cargo de: MOTORISTA

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 01/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: R$ 1.982,76

Data da rescisão: 05/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulartt

PORTARIA MUNICIPAL Nº 131/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando, Lei Municipal n° 132/2001, Seção II Art. 133.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor (a) **VALDECIR BOTINI,** brasileiro nascido em 14/06/1968, portador (a) do RG nº 10970860 SJ/MT e do CPF nº 550. 547.571-04, Servidor (a) público (a) **EFETIVO** no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO, **FÉRIAS** referente ao período aquisitivo 2018/2019 com 30 (trinta) dias de direito,

onde 10 (dez) dias serão convertidos em **ABONO PECUNIÁRIO** e 20 (vinte) dias em gozo, no intervalo de 05/04/2021 à 24/04/2021, com data prevista para retorno em 25/04/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 05 de abril 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 130/2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO DE GERENTE DE LICITAÇÃO E, DA OUTRA PROVIDÊNCIA.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. **JENNYFER CRISTINA SALES ROSA,** brasileira, filha de MARCIEL NEIVA ROSA E MARIELBE FERNANDA SALES, nascida em 01/02/2000, portador (a) do RG nº 2532628-7 SEJSP/MT e CPF: 052.035.091-07, do Cargo de **GERENTE DE LICITAÇÃO,** lotada-na **SECRETARIADE ADMINISTRAÇÃO**, a partir de 01/04/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 01 de abril de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2021

Aos 5 dias do mês de Abril de 2021, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT**, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA MATO GROSSO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2021**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO , de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor GABRIEL BIGUELINI DE MOURA LTDA	CNPJ 37.073.747/0001-80
Endereço RUA GUARITA	Nº 345
Bairro CENTRO	
Cidade CANARANA/MT	CEP 78640000
Representante Legal	CPF 569.392.991-49
Email	Telefone

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	28929	FOLDER COM VERNIZ 10 X 20 CM Detalhamento: FOLDER COM VERNIZ 10 X 20 CM	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	1000,00	1,8500	1.850,00
2	32415	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	500,00	5,4900	2.745,00
3	32416	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	500,00	19,9600	9.980,00
4	32447	BLOCO FICHA DE REGISTRO CÃES E GATOS VACINADOS, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO FICHA DE REGISTRO CÃES E GATOS VACINADOS, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	20,00	17,4900	349,80
5	32448	BLOCO FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, NO TAMANHO 29 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: BLOCO FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, NO TAMANHO 29 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	5,00	45,0000	225,00
6	32449	BLOCO FICHA DE REGISTRO SEMANAL	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	5,00	45,0000	225,00

		DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO FICHA DE REGISTRO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE.					
7	32450	BLOCO FICHA DE RN- RECÉM NASCIDO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO FICHA DE RN- RECÉM NASCIDO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	30,00	7,6800	230,40
8	32463	CARTÃO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA RAIVA ANIMAL, NO TAMANHO 11,5 X 9,5 CM, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: CARTÃO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA RAIVA ANIMAL, NO TAMANHO 11,5 X 9,5 CM, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	3000,00	0,1400	420,00
9	32465	CARTÃO PARA RETIRADA MENSAL DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO, NO TAMANHO 23 X 16, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: CARTÃO PARA RETIRADA MENSAL DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO, NO TAMANHO 23 X 16, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	5000,00	0,1500	750,00
10	32470	PAPEL VERGÊ BRANCO PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS Detalhamento: PAPEL VERGÊ BRANCO PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	200,00	12,4900	2.498,00
11	32471	PAPEL VERGÊ VERDE PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS Detalhamento: PAPEL VERGÊ VERDE PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	200,00	12,4900	2.498,00
12	33176	BANNER 1,5 X2,0M Detalhamento: Banner 1,5 x2,0m	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	36,00	119,0000	4.284,00
13	33177	BANNER 100X100 Detalhamento: BANNER 100x100	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	15,00	39,9000	598,50
14	33178	BANNER 60X80 Detalhamento: BANNER 60x80	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	23,00	30,0000	690,00
15	33179	CAPA P/ IPTU 11X43 Detalhamento: Capa p/ IPTU 11X43	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	7000,00	1,0000	7.000,00
16	33180	CAPAS DE PROCESSO DETRAN Detalhamento: Capas de processo Detran	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	2000,00	0,8490	1.698,00
17	33187	CARTAZ GRANDE TAMANHO 44 X 64 CM Detalhamento: CARTAZ GRANDE TAMANHO 44 X 64 CM	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	10,00	11,5000	115,00
18	33189	CONVITE 15X20CM Detalhamento: Convite 15x20cm	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	400,00	2,6900	1.076,00
19	33190	CONVITES (12X15) Detalhamento: Convites (12x15)	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	600,00	2,4900	1.494,00
20	33193	ENVELOPE MÉDIO COM LOGOMARCA Detalhamento: Envelope médio com logomarca	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	300,00	0,7900	237,00
21	33194	ENVELOPE PEQUENO COM LOGOMARCA Detalhamento: Envelope pequeno com logomarca	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	700,00	0,5800	406,00
22	33197	FOLDER EM VERNIZ 21X35CM (3 PARTES) Detalhamento: Folder em verniz 21x35cm (3 partes)	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	1000,00	2,4900	2.490,00
23	33199	PANFLETOS (10X15) Detalhamento:	UN -	CAMPO	2000,00	0,2900	580,00

		Panfletos (10x15)	UNIDADE	MARCA			
24	33203	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - PRÉ NATAL, NO TAMANHO 17 X 14 CM, PAPEL NA COR ROSA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Solicitação de Exames Laboratoriais - Pré Natal, no tamanho 17 x 14 cm, papel na cor Rosa, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	500,00	5,4800	2.740,00
25	33207	BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, NO TAMANHO 21 X 15 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, NO TAMANHO 21 X 15 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	500,00	5,5000	2.750,00
26	33210	BLOCO DE RECEITUÁRIO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Receituário, no tamanho 15 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	1000,00	5,4800	5.480,00
27	33212	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Atestado Médico, no tamanho 15 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	500,00	5,5000	2.750,00
28	33213	BLOCO DE FICHA DE LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Laudo Médico para Emissão de AIH, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	40,00	11,9000	476,00
29	33215	BLOCO DE FICHA DE LAUDO DO DIAGNOSTICO SÍFILIS, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Laudo do Diagnostico Sífilis, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	20,00	13,9800	279,60
30	33216	BLOCO DE FICHA DE LAUDO DO RESULTADO DE TESTAGEM ANTI-HIV COM UTILIZAÇÃO DE TESTE RÁPIDO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	20,00	13,9800	279,60

		IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Laudo do Resultado de Testagem anti-HIV com utilização de teste Rápido, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.					
31	33217	BLOCO DE FICHA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Termo de Responsabilidade, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	20,00	13,9800	279,60
32	33221	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - ROA, NO TAMANHO 21 X 15 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco ficha de	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	50,00	6,0000	300,00

		Atendimento Odontológico - ROA, no tamanho 21 x 15 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.					
33	33222	BLOCO FICHA ODONTOLÓGICA, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO Detalhamento: BLOCO FICHA ODONTOLÓGICA, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	50,00	9,9800	499,00
34	33223	BLOCO NOTIFICAÇÃO DA RECEITA A, COM CANHOTO NUMERADO, NO TAMANHO 23,5 X 8,5 CM, PAPEL NA COR AMARELA, BLOCO AMARELO COM 50 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco Notificação da Receita A, com canhoto numerado, no tamanho 23,5 x 8,5 cm, papel na cor amarela, bloco amarelo com 50 folhas, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	10,00	16,9900	169,90
35	33224	BLOCO NOTIFICAÇÃO DA RECEITA B, COM CANHOTO NUMERADO, NO TAMANHO 22 X 10 CM, PAPEL NA COR AZUL, BLOCO AZUL COM 50 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco Notificação da Receita B, com canhoto numerado, no tamanho 22 x 10 cm, papel na cor azul, bloco azul com 50 folhas, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	40,00	5,9900	239,60
36	33225	BLOCO DE FICHA DE AUTO / TERMO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, BLOCO COM 100 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Auto / Termo, no tamanho 20 x 30 cm, bloco com 100 folhas, 2 vias, carbonado, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	50,00	17,9800	899,00
37	33226	BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Declaração de Comparecimento Psicológico, no tamanho 15 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	10,00	19,8000	198,00
38	33227	BLOQUINHO DE RETORNO PSICÓLOGA, NO TAMANHO 07 X 07 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloquinho de Retorno Psicóloga, no tamanho 07 x 07 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	50,00	4,3700	218,50
39	33228	BLOCO DE FICHA DE PRIMEIRA ENTREVISTA PSICOLÓGICA, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Primeira Entrevista Psicológica, no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	50,00	11,9000	595,00
40	33229	BLOCO DE FICHA DE PRONTUÁRIO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: BLOCO DE FICHA DE PRONTUÁRIO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	40,00	13,9800	559,20
41	33230	BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 29 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	30,00	11,9600	358,80

		Detalhamento: Bloco de Ficha de Atendimento Psicológico, no tamanho 29 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.					
42	33232	BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: Bloco de Ficha de Avaliação Fisioterapêutica, no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente e verso.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	5,00	39,9000	199,50
43	33235	BLOCO DE FICHA DE RELATÓRIO FISIOTERAPÊUTICO, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Relatório Fisioterapêutico, no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	50,00	11,9800	599,00
44	33236	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMPRA, NO TAMANHO 11,5 X 14,5 CM, BLOCO COM 50 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Requisição de Compra, no tamanho 11,5 x 14,5 cm, bloco com 50 folhas, 2 vias, carbonado, impressão frente.	UN - UNIDADE	CAMPO MARCA	20,00	11,9000	238,00

Total: 62.548,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4. 6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de

registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3. 7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a

administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7. 2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora

da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1. 2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado

pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10. 520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

GABRIEL BIGUELINI DE MOURA LTDA

RODRIGO BOZOKI PORTARIA Nº 35/2021

NEITON CORDEIRO BASTOS PORTARIA Nº 37/2021

AMANDA TAMIRIS CARDOSO PORTARIA Nº 38/2021

GLORIA FERREIRA DA SILVA SCHULZ PORTARIA Nº 0/ 0

WILLIAM HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO PORTARIA Nº 41/2021

RENATO DE SOUZA BEJOS PORTARIA Nº 42/2021

DANIELA ABRILI VIRISSIMO PORTARIA Nº 78/2021

LARISSA AROMA MARTINS PORTARIA Nº 77/2021

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 030/2021

Contrato nº. 387/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **MARIO ACUNHA DE SOUZA**

CPF: 046.257.481-43

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PEDREIRO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 11/03/2021 a 31/12/2021

Valor Mensal: 2.880,46

Data da rescisão: 01/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 128/2021.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO DE GERENTE DE LICITAÇÃO E, DA OUTRA PROVIDÊNCIA.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Exonerado (a) a Sr (a). **REGINALDO AMMIRATI BARROSO,** brasileiro, filho de VIRGINIA AMMIRATI BARROSO e IZAU BARROSO DA SILVA, nascido em 28/01/1985, portador do RG nº 4460101 DGPC/ GO e CPF: 723.747.991-15, do Cargo de **GERENTE DE LICITAÇÃO** na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, a partir de 01/04/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 01 de abril de 2021.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 029/2021

Contrato nº. 205/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **EVANDRO CARLOS PRETO**

CPF: 941.886.379-00

Objeto: Contratado (a) no cargo de: MOTORISTA

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 09/03/2021 a 31/12/2021

Valor Mensal: 2.523,08

Data da rescisão: 01/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulart

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 034/2021

Contrato nº. 97/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ELIENE FERREIRA DE SOUSA**

CPF: 045.533.881-70

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AGENTE DE CONSULTORIO DENTARIO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 04/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: R$ 1.151,09

Data da rescisão: 05/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulartt

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 031/2021

Contrato nº. 101/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **SILVETE BARBOSA PIRES**

CPF: 027.073.331-07

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AGENTE AMBIENTAL

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 18/01/2021 a 30/06/2021

Valor Mensal: R$ 1.342,17

Data da rescisão: 01/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulartt

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 021/2021

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 012/2021

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, TORNO, SOLDAS ENTRE OUTROS PARA MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES,** para atender todas as necessidades da frota pertencente as secretarias municipai**s**, conforme especificações do edital, no dia **16/04/2021 às 14h00min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 30 de março de 2021.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 032/2021

Contrato nº. 288/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **NILZA BOTELHO DA SILVA**

CPF: 318.583.761-49

Objeto: Contratado (a) no cargo de: FONOAUDIÓLOGO

Legalidade: 1008/2020

Vigência: 10/03/2021 a 31/12/2021

Valor Mensal: R$ 4.266,31

Data da rescisão: 05/04/2021.

Prefeito Municipal: Voney Rodrigues Goulartt

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2021

Aos 5 dias do mês de Abril de 2021, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT**, com sede na avenida brasil, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA MATO GROSSO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2021**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO , de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor 4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA	CNPJ 13.278.238/0001-25
Endereço RUA BRASÍLIA	Nº 30
Bairro AREAO	
Cidade CUIABA/MT	CEP 78010265
Representante Legal	CPF 026.505.601-26
Email avilacontabil@brturbo.com	Telefone (65) 3623-1731

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	24665	FOLHETOS (30X22) Detalhamento: FOLHETOS (30X22)	UN - UNIDADE	4D	1500,00	1,1400	1. 710,00
2	24669	PAPEL COM LOGOMARCA PARA DOCUMENTOS Detalhamento: PAPEL COM LOGOMARCA PARA DOCUMENTOS	UN - UNIDADE	4D	9000,00	0,3800	3. 420,00
3	30891	OUTDOOR 4X5 METROS Detalhamento: OUTDOOR 4X5 METROS	UN - UNIDADE	4D	12,00	2. 425,0000	29. 100,00
4	32414	BLOCO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: BLOCO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.	UN - UNIDADE	4D	300,00	9,5500	2. 865,00
5	32455	BLOQUINHO DESTACÁVEL DE RETORNO	UN - UNIDADE	4D	10,00	14,9900	149,90

		NUTRICIONISTA, NO TAMANHO 07 X 06 CM NA FOLHA 29 X 21, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: BLOQUINHO DESTACÁVEL DE RETORNO NUTRICIONISTA, NO TAMANHO 07 X 06 CM NA FOLHA 29 X 21, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
6	32458	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINA (MODELO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PÁGINAS. Detalhamento: CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINA (MODELO DO MINISTÉRIO DA	UN - UNIDADE	4D	300,00	25,9000	7.770,00

		SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PAGINAS.					
7	32459	CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINO (MODELO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X 21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PÁGINAS. Detalhamento: CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINO (MODELO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X 21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PÁGINAS.	UN - UNIDADE	4D	300,00	25,9000	7.770,00
8	32466	CARTÃO SOMBRA DA CRIANÇA, NO TAMANHO 29 X 10 CM, PAPEL NA COR VERDE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: CARTÃO SOMBRA DA CRIANÇA, NO TAMANHO 29 X 10 CM, PAPEL NA COR VERDE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UN - UNIDADE	4D	300,00	0,5200	156,00
9	32472	PASTA - FICHA DE ACOLHIMENTO SOCIAL, NO TAMANHO 42 X 30 CM PAPEL NA COR BRANCA, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: PASTA - FICHA DE ACOLHIMENTO SOCIAL, NO TAMANHO 42 X 30 CM PAPEL NA COR BRANCA, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO	UN - UNIDADE	4D	200,00	1,4000	280,00
10	33171	ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO FISCALIZAÇÃO 60 X 40 CM Detalhamento: Adesivo de identificação de Veículo Fiscalização 60 x 40 cm	UN - UNIDADE	4D	30,00	9,9000	297,00
11	33172	ADESIVO PARA CARRO 30 X 20 Detalhamento: ADESIVO PARA CARRO 30 X 20	UN - UNIDADE	4D	5,00	2,7000	13,50
12	33173	ADESIVOS COLORIDOS 20X10CM Detalhamento: Adesivos coloridos 20x10cm	UN - UNIDADE	4D	550,00	1,3000	715,00
13	33174	ADESIVOS COLORIDOS 50 X 60CM Detalhamento: Adesivos coloridos 50 x 60cm	UN - UNIDADE	4D	30,00	13,0000	390,00
14	33175	BANNER 1,5 M X 3,0 M Detalhamento: Banner 1,5 m x 3,0 m	UN - UNIDADE	4D	10,00	190,0000	1.900,00
15	33181	CARIMBOS AUTOMÁTICOS Detalhamento: Carimbos Automáticos	UN - UNIDADE	4D	40,00	35,0600	1.402,40
16	33182	CARIMBOS AUTOMATICOS TAMANHO 18X47 MM Detalhamento: CARIMBOS AUTOMATICOS TAMANHO 18X47 MM	UN - UNIDADE	4D	35,00	42,0000	1.470,00
17	33183	CARIMBOS AUTOMÁTICOS14X38 MM 9/16”X11/2” Detalhamento: Carimbos automáticos14x38 mm 9/16”x11/2”	UN - UNIDADE	4D	10,00	45,0000	450,00
18	33184	CARIMBOS PRINTER 55 (4 X 6 CM) Detalhamento: Carimbos Printer 55 (4 x 6 cm)	UN - UNIDADE	4D	10,00	82,0000	820,00
19	33185	CARTAZ GRANDE 40X60 CM Detalhamento: Cartaz Grande 40x60 cm	UN - UNIDADE	4D	1500,00	12,0000	18.000,00
20	33186	CARTAZ GRANDE 30X60 CM Detalhamento: Cartaz grande 30x60 cm	UN - UNIDADE	4D	1000,00	4,9000	4.900,00
21	33188	CARTILHA (12X15) Detalhamento: Cartilha (12X15)	UN - UNIDADE	4D	1000,00	7,2000	7.200,00
22	33191	CRACHÁ COM ACABAMENTO PERFURADO (2 FUROS), COM CORDÃO DE NYLON – 10X10CM Detalhamento: Crachá com acabamento perfurado (2 Furos), com cordão de nylon – 10x10cm	UN - UNIDADE	4D	600,00	1,7000	1.020,00
23	33192	ENVELOPE GRANDE COM LOGOMARCA Detalhamento: Envelope grande com logomarca	UN - UNIDADE	4D	700,00	0,9000	630,00
24	33195	FAIXA 0,70 X 1,50 Detalhamento: Faixa 0,70 x 1,50	UN - UNIDADE	4D	30,00	40,7500	1.222,50
25	33196	FAIXAS DE LONA 150X300 Detalhamento: FAIXAS DE LONA 150X300	UN - UNIDADE	4D	33,00	180,0000	5.940,00
26	33198	FOLHAS DE PAPEL TIMBRADO COLORIDO Detalhamento: FOLHAS DE PAPEL TIMBRADO COLORIDO	UN - UNIDADE	4D	8500,00	0,2400	2.040,00
27	33200	PRONTUÁRIO SUAS 21X30 Detalhamento:	UN -	4D	500,00	6,0000	3.000,00

		Prontuário SUAS 21x30	UNIDADE				
28	33201	CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE (MODELO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 3ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 10,5 X 15 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 50 PÁGINAS. Detalhamento: Caderneta de Saúde do Adolescente (modelo do Ministério da Saúde 3ª edição), no tamanho 10,5 x 15 cm, impressão colorida frente e verso, 50 páginas.	UN - UNIDADE	4D	200,00	17,5000	3.500,00
29	33202	CADERNETA DA GESTANTE (MODELO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 4ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 14 X 21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 48 PÁGINAS. Detalhamento: Caderneta da Gestante (modelo do Ministério da Saúde 4ª edição), no tamanho 14 x 21 cm, impressão colorida frente e verso, 48 páginas.	UN - UNIDADE	4D	500,00	9,9000	4.950,00
30	33204	BLOCO DE FICHA DE EXAME ANATOMOPATOLÓGICO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: Bloco de Ficha de Exame Anatomopatológico, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente e verso.	UN - UNIDADE	4D	500,00	10,9000	5.450,00
31	33205	BLOCO DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR, NO TAMANHO 30 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,	UN - UNIDADE	4D	500,00	10,8000	5.400,00

		IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Visita Domiciliar, no tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.					
32	33206	BLOCO DE FICHA DE LAUDO MÉDICO PERICIAL - AUX. DOENÇA, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Laudo Médico Pericial - Aux. Doença, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	4D	20,00	13,8000	276,00
33	33208	BLOCO DE FICHA DE LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL, NO TAMANHO 20 X 30 CM, BLOCO COM 100 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Laudo para Solicitação/Autorização de Procedimento Ambulatorial, no tamanho 20 x 30 cm, bloco com 100 folhas, 2 vias, carbonado, impressão frente.	UN - UNIDADE	4D	30,00	19,9000	597,00
34	33209	BLOCO DE FICHA DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - COLO DO ÚTERO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: Bloco de Ficha de Requisição de Exame Citopatológico - Colo do Útero, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente e verso.	UN - UNIDADE	4D	100,00	14,0000	1.400,00
35	33211	BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, NO TAMANHO 15 X 21 CM, BLOCO COM 100 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Receituário controle Especial, no tamanho 15 x 21 cm, bloco com 100 folhas, 2 vias, carbonado, impressão frente.	UN - UNIDADE	4D	800,00	9,2500	7.400,00
36	33214	BLOCO DE FICHA DE CHECK LIST PARA CIRURGIAS, NO TAMANHO 30 X 21 CM,	UN - UNIDADE	4D	10,00	18,9000	189,00

		PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Check List para Cirurgias, no tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.					
37	33218	BLOCO DE FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE EXAMES, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Autorização de Exames, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	4D	100,00	10,7000	1.070,00
38	33219	BLOCO DE FICHA DE TRIAGEM PARA INTERNAÇÃO, NO TAMANHO 30 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Triagem para Internação, no tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	4D	50,00	10,6000	530,00
39	33220	BLOCO DE FICHA FOLHA DE PRESCRIÇÃO MÉDICA, NO TAMANHO 30 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha Folha de Prescrição Médica, no tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	UN - UNIDADE	4D	30,00	13,8500	415,50
40	33231	BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UN - UNIDADE	4D	10,00	17,5000	175,00
41	33233	BLOCO DE FICHA DE EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: Bloco de Ficha de Evolução Fisioterapêutica, no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente e verso.	UN - UNIDADE	4D	50,00	14,4000	720,00
42	33234	BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA (TRAUMA), NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO E FRENTE. Detalhamento: Bloco de Ficha de Avaliação Fisioterapêutica (Trauma), no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100 folhas, impressão frente e verso e frente.	UN - UNIDADE	4D	50,00	14,5000	725,00
43	33242	CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO, NO TAMANHO 23 X 8 CM, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. Detalhamento: Cartão de Vacinação do Adulto, no tamanho 23 x 8 cm, papel na cor branca, impressão frente e verso.	UN - UNIDADE	4D	300,00	0,3600	108,00

Total: 137.536,80

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos,

visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para

fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste

Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações

relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas,

a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador,

considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA

RODRIGO BOZOKI PORTARIA Nº 35/2021

NEITON CORDEIRO BASTOS PORTARIA Nº 37/2021

AMANDA TAMIRIS CARDOSO PORTARIA Nº 38/2021

AVENIDA BRASIL, nº 1200 - CENTRO - GAUCHA DO NORTE/MT - 78875000

Pag. 10 10

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 020/2021

PREGÃO PRESENCIAL - SRP - Nº 011/2021

O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preços para futura e eventual-contratação de empresa para prestação de serviços especializados em **ULTRASSONAGRAFIA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA**para o município de Gaúcha do Norte-MT, que será realizada no dia **16/04/2021 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O edital será disponibilizado no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 30 de março de 2021.

Neilla F. de Souza

Pregoeira Oficial

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, VONEY RODRIGUES GOULART, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000015/2021 Modalidade Nr.: 00000007/2021

Modalidade: PREGÃO Classificação: Pregão Presencial Processo Nr.: 00000660/2021

Data da Adjudicação: 05/04/2021 Data da Homologação:05/04/2021

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) 42231625 - 4 D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA

Detalhamento

Marca

Unid. Forn. Qtd.

Vlr. Unitário

Total

CNPJ:13.278.238/0001-25

24665	FOLHETOS (30X22)	4D	UNIDADE	1500,0000	1,1400	1.710,00
24669	DETALHAMENTO: FOLHETOS (30X22) PAPEL COM LOGOMARCA PARA DOCUMENTOS	4D	UNIDADE	9000,0000	0,3800	3.420,00
30891	DETALHAMENTO: PAPEL COM LOGOMARCA PARA DOCUMENTOS OUTDOOR 4X5 METROS	4D	UNIDADE	12,0000	2.425,0000	29.100,00
32414	DETALHAMENTO: OUTDOOR 4X5 METROS BLOCO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO, NO TAMANHO 20	4D	BLOCO-100 FOLHA	300,0000	9,5500	2.865,00
	X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL - ASO,					
	NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
32455	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. BLOQUINHO DESTACÁVEL DE RETORNO NUTRICIONISTA, NO TAMANHO 07	4D	BLOCO-100 FOLHA	10,0000	14,9900	149,90
	X 06 CM NA FOLHA 29 X 21, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: BLOQUINHO DESTACÁVEL DE RETORNO NUTRICIONISTA					
	NO TAMANHO 07 X 06 CM NA FOLHA 29 X 21, PAPEL NA COR BRANCA,					
32458	BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINA (MODELO DO MINISTÉRIO	4D	UNIDADE	300,0000	25,9000	7.770,00
	DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X21 CM, IMPRESSÃO					
	COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PAGINAS.					
	DETALHAMENTO: CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINA (MODELO					
	DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X21 CM,					
32459	IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PAGINAS. CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINO (MODELO DO MINISTÉRIO	4D	UNIDADE	300,0000	25,9000	7.770,00
	DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X 21 CM, IMPRESSÃO					
	COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PÁGINAS.					

	DETALHAMENTO: CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA MENINO (MODELO					
	DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 10ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 15 X 21 CM,					
32466	IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E VERSO, 92 PÁGINAS. CARTÃO SOMBRA DA CRIANÇA, NO TAMANHO 29 X 10 CM, PAPEL NA	4D	UNIDADE	300,0000	0,5200	156,00
	COR VERDE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: CARTÃO SOMBRA DA CRIANÇA, NO TAMANHO 29 X 10					
	CM, PAPEL NA COR VERDE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					

32472	PASTA - FICHA DE ACOLHIMENTO SOCIAL, NO TAMANHO 42 X 30 CM	4D	UNIDADE	200,0000	1,4000	280,00
	PAPEL NA COR BRANCA, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: PASTA - FICHA DE ACOLHIMENTO SOCIAL, NO					
	TAMANHO 42 X 30 CM PAPEL NA COR BRANCA, 1 VIA, IMPRESSÃO					
33171	FRENTE E VERSO ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO FISCALIZAÇÃO 60 X 40 CM	4D	UNIDADE	30,0000	9,9000	297,00
	DETALHAMENTO: Adesivo de identificação de Veículo					
33172	Fiscalização 60 x 40 cm ADESIVO PARA CARRO 30 X 20	4D	UNIDADE	5,0000	2,7000	13,50
33173	DETALHAMENTO: ADESIVO PARA CARRO 30 X 20 ADESIVOS COLORIDOS 20X10CM	4D	UNIDADE	550,0000	1,3000	715,00
33174	DETALHAMENTO: Adesivos coloridos 20x10cm ADESIVOS COLORIDOS 50 X 60CM	4D	UNIDADE	30,0000	13,0000	390,00
33175	DETALHAMENTO: Adesivos coloridos 50 x 60cm BANNER 1,5 M X 3,0 M	4D	UNIDADE	10,0000	190,0000	1.900,00
33181	DETALHAMENTO: Banner 1,5 m x 3,0 m CARIMBOS AUTOMÁTICOS	4D	UNIDADE	40,0000	35,0600	1.402,40
33182	DETALHAMENTO: Carimbos Automáticos CARIMBOS AUTOMATICOS TAMANHO 18X47 MM	4D	UNIDADE	35,0000	42,0000	1.470,00
33183	DETALHAMENTO: CARIMBOS AUTOMATICOS TAMANHO 18X47 MM CARIMBOS AUTOMÁTICOS14X38 MM 9/16”X11/2”	4D	UNIDADE	10,0000	45,0000	450,00
33184	DETALHAMENTO: Carimbos automáticos14x38 mm 9/16”x11/2” CARIMBOS PRINTER 55 (4 X 6 CM)	4D	UNIDADE	10,0000	82,0000	820,00
33185	DETALHAMENTO: Carimbos Printer 55 (4 x 6 cm) CARTAZ GRANDE 40X60 CM	4D	UNIDADE	1500,0000	12,0000	18.000,00
33186	DETALHAMENTO: Cartaz Grande 40x60 cm CARTAZ GRANDE 30X60 CM	4D	UNIDADE	1000,0000	4,9000	4.900,00
33188	DETALHAMENTO: Cartaz grande 30x60 cm CARTILHA (12X15)	4D	UNIDADE	1000,0000	7,2000	7.200,00
33191	DETALHAMENTO: Cartilha (12X15) CRACHÁ COM ACABAMENTO PERFURADO (2 FUROS), COM CORDÃO DE	4D	UNIDADE	600,0000	1,7000	1.020,00
	NYLON – 10X10CM					
	DETALHAMENTO: Crachá com acabamento perfurado (2 Furos), com					
33192	cordão de nylon – 10x10cm ENVELOPE GRANDE COM LOGOMARCA	4D	UNIDADE	700,0000	0,9000	630,00
33195	DETALHAMENTO: Envelope grande com logomarca FAIXA 0,70 X 1,50	4D	UNIDADE	30,0000	40,7500	1.222,50
33196	DETALHAMENTO: Faixa 0,70 x 1,50 FAIXAS DE LONA 150X300	4D	UNIDADE	33,0000	180,0000	5.940,00
33198	DETALHAMENTO: FAIXAS DE LONA 150X300 FOLHAS DE PAPEL TIMBRADO COLORIDO	4D	UNIDADE	8500,0000	0,2400	2.040,00
33200	DETALHAMENTO: FOLHAS DE PAPEL TIMBRADO COLORIDO PRONTUÁRIO SUAS 21X30	4D	UNIDADE	500,0000	6,0000	3.000,00
33201	DETALHAMENTO: Prontuário SUAS 21x30 CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE (MODELO DO MINISTÉRIO DA	4D	UNIDADE	200,0000	17,5000	3.500,00
	SAÚDE 3ª EDIÇÃO), NO TAMANHO 10,5 X 15 CM, IMPRESSÃO					
	COLORIDA FRENTE E VERSO, 50 PÁGINAS.					
	DETALHAMENTO: Caderneta de Saúde do Adolescente (modelo do					
	Ministério da Saúde 3ª edição), no tamanho 10,5 x 15 cm,					
33202	impressão colorida frente e verso, 50 páginas. CADERNETA DA GESTANTE (MODELO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 4ª	4D	UNIDADE	500,0000	9,9000	4.950,00
	EDIÇÃO), NO TAMANHO 14 X 21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA FRENTE E					
	VERSO, 48 PÁGINAS.					
	DETALHAMENTO: Caderneta da Gestante (modelo do Ministério da					
	Saúde 4ª edição), no tamanho 14 x 21 cm, impressão colorida					

33204	frente e verso, 48 páginas. BLOCO DE FICHA DE EXAME ANATOMOPATOLÓGICO, NO TAMANHO 20 X	4D	BLOCO-100 FOLHA 500,0000	10,9000	5.450,00
	30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,				
	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Exame Anatomopatológico, no				
	tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100				
33205	folhas, 1 via, impressão frente e verso. BLOCO DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR, NO TAMANHO 30 X 21 CM,	4D	BLOCO-100 FOLHA 500,0000	10,8000	5.400,00
	PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO				
	FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Visita Domiciliar, no				
	tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100				
33206	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE LAUDO MÉDICO PERICIAL - AUX. DOENÇA, NO	4D	BLOCO-100 FOLHA 20,0000	13,8000	276,00
	TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100				
	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Laudo Médico Pericial - Aux.				
	Doença, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco				
33208	com 100 folhas, 1 via, impressão frente.	4D	BLOCO-100 FOLHA 30,0000	19,9000	597,00

	BLOCO DE FICHA DE LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE				
	PROCEDIMENTO AMBULATORIAL, NO TAMANHO 20 X 30 CM, BLOCO COM				
	100 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Laudo para				
	Solicitação/Autorização de Procedimento Ambulatorial, no				
	tamanho 20 x 30 cm, bloco com 100 folhas, 2 vias, carbonado,				
33209	impressão frente. BLOCO DE FICHA DE REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - COLO	4D	BLOCO-100 FOLHA 100,0000	14,0000	1.400,00
	DO ÚTERO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO				
	COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Requisição de Exame				
	Citopatológico - Colo do Útero, no tamanho 20 x 30 cm, papel				
	na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente				
33211	e verso. BLOCO DE RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, NO TAMANHO 15 X 21	4D	BLOCO-100 FOLHA 800,0000	9,2500	7.400,00
	CM, BLOCO COM 100 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO				
	FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Receituário controle Especial, no				
	tamanho 15 x 21 cm, bloco com 100 folhas, 2 vias, carbonado,				
33214	impressão frente. BLOCO DE FICHA DE CHECK LIST PARA CIRURGIAS, NO TAMANHO 30 X	4D	BLOCO-100 FOLHA 10,0000	18,9000	189,00
	21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,				
	IMPRESSÃO FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Check List para Cirurgias,				
	no tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100				
33218	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE AUTORIZAÇÃO DE EXAMES, NO TAMANHO 20 X 30	4D	BLOCO-100 FOLHA 100,0000	10,7000	1.070,00
	CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,				
	IMPRESSÃO FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Autorização de Exames, no				
	tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100				
33219	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE TRIAGEM PARA INTERNAÇÃO, NO TAMANHO 30 X	4D	BLOCO-100 FOLHA 50,0000	10,6000	530,00
	21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,				
	IMPRESSÃO FRENTE.				
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Triagem para Internação, no				
	tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100				

33220	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA FOLHA DE PRESCRIÇÃO MÉDICA, NO TAMANHO 30 X	4D	BLOCO-100 FOLHA	30,0000	13,8500	415,50
	21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha Folha de Prescrição Médica, no					
	tamanho 30 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100					
33231	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NO TAMANHO 21 X 30	4D	BLOCO 100,000 FO	10,0000	17,5000	175,00
	CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, NO					
	TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
33233	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. BLOCO DE FICHA DE EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA, NO TAMANHO 21 X	4D	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	14,4000	720,00
	30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Evolução Fisioterapêutica,					
	no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100					
33234	folhas, 1 via, impressão frente e verso. BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA (TRAUMA), NO	4D	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	14,5000	725,00
	TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO E FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Avaliação Fisioterapêutica					
	(Trauma), no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco					
33242	com 100 folhas, impressão frente e verso e frente. CARTÃO DE VACINAÇÃO DO ADULTO, NO TAMANHO 23 X 8 CM, PAPEL	4D	BLOCO-100 FOLHA	300,0000	0,3600	108,00
	NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: Cartão de Vacinação do Adulto, no tamanho 23 x					
	8 cm, papel na cor branca, impressão frente e verso.					

Total Itens: 43

42234210 - GABRIEL BIGUELINI DE MOURA LTDA

TotalFornecedor:

137.536,8000

CNPJ:37.073.747/0001-80

28929	FOLDER COM VERNIZ 10 X 20 CM	CAMPO MAR-CA	UNIDADE	1000,0000	1,8500	1. 850,00
32415	DETALHAMENTO: FOLDER COM VERNIZ 10 X 20 CM			500,0000	5,4900	

	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA			2.745,00
	COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, NO TAMANHO 15 X 21					
	CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
32416	IMPRESSÃO FRENTE BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLÓGICO, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	500,0000	19,9600	9.980,00
	TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO					
	PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA,					
32447	BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. BLOCO FICHA DE REGISTRO CÃES E GATOS VACINADOS, NO TAMANHO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	20,0000	17,4900	349,80
	21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO FICHA DE REGISTRO CÃES E GATOS					
	VACINADOS, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO					
32448	COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE. BLOCO FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	5,0000	45,0000	225,00
	TAMANHO 29 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: BLOCO FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DO SERVIÇO					
	ANTIVETORIAL, NO TAMANHO 29 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA,					
32449	BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. BLOCO FICHA DE REGISTRO SEMANAL DO SERVIÇO ANTIVETORIAL, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	5,0000	45,0000	225,00
	TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO FICHA DE REGISTRO SEMANAL DO SERVIÇO					
	ANTIVETORIAL, NO TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA,					
32450	BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE. BLOCO FICHA DE RN- RECÉM NASCIDO, NO TAMANHO 15 X 21 CM,	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	30,0000	7,6800	230,40
	PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO					
	FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO FICHA DE RN- RECÉM NASCIDO, NO TAMANHO					
	15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1					
32463	VIA, IMPRESSÃO FRENTE. CARTÃO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA RAIVA ANIMAL, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	3000,0000	0,1400	420,00
	TAMANHO 11,5 X 9,5 CM, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO					
	FRENTE.					
	DETALHAMENTO: CARTÃO COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA RAIVA					
	ANIMAL, NO TAMANHO 11,5 X 9,5 CM, PAPEL NA COR BRANCA,					
32465	IMPRESSÃO FRENTE. CARTÃO PARA RETIRADA MENSAL DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO,	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	5000,0000	0,1500	750,00
	NO TAMANHO 23 X 16, PAPEL NA COR BRANCA, IMPRESSÃO FRENTE E					
	VERSO.					
	DETALHAMENTO: CARTÃO PARA RETIRADA MENSAL DE MEDICAMENTOS DE					
	USO CONTÍNUO, NO TAMANHO 23 X 16, PAPEL NA COR BRANCA,					
32470	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. PAPEL VERGÊ BRANCO PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS	CAMPO MARCA	UNIDADE	200,0000	12,4900	2.498,00
	DETALHAMENTO: PAPEL VERGÊ BRANCO PARA ALVARÁ PACOTE 50					
32471	FOLHAS PAPEL VERGÊ VERDE PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS	CAMPO MARCA	UNIDADE	200,0000	12,4900	2.498,00
33176	DETALHAMENTO: PAPEL VERGÊ VERDE PARA ALVARÁ PACOTE 50 FOLHAS BANNER 1,5 X2,0M	CAMPO MARCA	UNIDADE	36,0000	119,0000	4.284,00
33177	DETALHAMENTO: Banner 1,5 x2,0m BANNER 100X100	CAMPO MARCA	UNIDADE	15,0000	39,9000	598,50
33178	DETALHAMENTO: BANNER 100x100 BANNER 60X80	CAMPO MARCA	UNIDADE	23,0000	30,0000	690,00
33179	DETALHAMENTO: BANNER 60x80 CAPA P/ IPTU 11X43	CAMPO MARCA	UNIDADE	7000,0000	1,0000	7.000,00
33180	DETALHAMENTO: Capa p/ IPTU 11X43 CAPAS DE PROCESSO DETRAN	CAMPO MARCA	UNIDADE	2000,0000	0,8490	1.698,00
33187	DETALHAMENTO: Capas de processo Detran CARTAZ GRANDE TAMANHO 44 X 64 CM	CAMPO MARCA	UNIDADE	10,0000	11,5000	115,00
33189	DETALHAMENTO: CARTAZ GRANDE TAMANHO 44 X 64 CM CONVITE 15X20CM	CAMPO MARCA	UNIDADE	400,0000	2,6900	1.076,00
33190	DETALHAMENTO: Convite 15x20cm CONVITES (12X15)	CAMPO MARCA	UNIDADE	600,0000	2,4900	1.494,00
33193	DETALHAMENTO: Convites (12x15) ENVELOPE MÉDIO COM LOGOMARCA	CAMPO MARCA	UNIDADE	300,0000	0,7900	237,00
33194	DETALHAMENTO: Envelope médio com logomarca ENVELOPE PEQUENO COM LOGOMARCA	CAMPO MARCA	UNIDADE	700,0000	0,5800	406,00
33197	DETALHAMENTO: Envelope pequeno com logomarca FOLDER EM VERNIZ 21X35CM (3 PARTES)	CAMPO MARCA	UNIDADE	1000,0000	2,4900	2.490,00

33199	DETALHAMENTO: Folder em verniz 21x35cm (3 partes) PANFLETOS (10X15)	CAMPO MARCA	UNIDADE	2000,0000	0,2900	580,00

33203	DETALHAMENTO: Panfletos (10x15) BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - PRÉ NATAL, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	500,0000	5,4800	2.740,00
	TAMANHO 17 X 14 CM, PAPEL NA COR ROSA, BLOCO COM 100 FOLHAS,					
	1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Solicitação de Exames Laboratoriais -					
	Pré Natal, no tamanho 17 x 14 cm, papel na cor Rosa, bloco					
33207	com 100 folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, NO TAMANHO 21	CAMPO MARCA	COM ATE 100 PAG	500,0000	5,5000	2.750,00
	X 15 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: BLOCO DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS,					
	NO TAMANHO 21 X 15 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
33210	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE. BLOCO DE RECEITUÁRIO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	1000,0000	5,4800	5.480,00
	BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Receituário, no tamanho 15 x 21 cm,					
	papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão					
33212	frente. BLOCO DE ATESTADO MÉDICO, NO TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	500,0000	5,5000	2.750,00
	COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Atestado Médico, no tamanho 15 x 21					
	cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via,					
33213	impressão frente. BLOCO DE FICHA DE LAUDO MÉDICO PARA EMISSÃO DE AIH, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	40,0000	11,9000	476,00
	TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Laudo Médico para Emissão de					
	AIH, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com					
33215	100 folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE LAUDO DO DIAGNOSTICO SÍFILIS, NO TAMANHO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	20,0000	13,9800	279,60
	20 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1					
	VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Laudo do Diagnostico					
	Sífilis, no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco					
33216	com 100 folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE LAUDO DO RESULTADO DE TESTAGEM ANTI-HIV	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	20,0000	13,9800	279,60
	COM UTILIZAÇÃO DE TESTE RÁPIDO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL					
	NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO					
	FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Laudo do Resultado de					
	Testagem anti-HIV com utilização de teste Rápido, no tamanho					
	20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1					
33217	via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE, NO TAMANHO 20 X	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	20,0000	13,9800	279,60
	30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Termo de Responsabilidade,					
	no tamanho 20 x 30 cm, papel na cor Branca, bloco com 100					
33221	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - ROA, NO TAMANHO 21	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	6,0000	300,00
	X 15 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco ficha de Atendimento Odontológico - ROA,					
	no tamanho 21 x 15 cm, papel na cor Branca, bloco com 100					
33222	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO FICHA ODONTOLÓGICA, NO TAMANHO 20 X 30 CM, PAPEL NA	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	9,9800	499,00

	COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E					
	VERSO					
	DETALHAMENTO: BLOCO FICHA ODONTOLÓGICA, NO TAMANHO 20 X 30					
	CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
33223	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO BLOCO NOTIFICAÇÃO DA RECEITA A, COM CANHOTO NUMERADO, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	10,0000	16,9900	169,90
	TAMANHO 23,5 X 8,5 CM, PAPEL NA COR AMARELA, BLOCO AMARELO					
	COM 50 FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco Notificação da Receita A, com canhoto					
	numerado, no tamanho 23,5 x 8,5 cm, papel na cor amarela,					
33224	bloco amarelo com 50 folhas, impressão frente. BLOCO NOTIFICAÇÃO DA RECEITA B, COM CANHOTO NUMERADO, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	40,0000	5,9900	239,60
	TAMANHO 22 X 10 CM, PAPEL NA COR AZUL, BLOCO AZUL COM 50					
	FOLHAS, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco Notificação da Receita B, com canhoto					

	numerado, no tamanho 22 x 10 cm, papel na cor azul, bloco					
33225	azul com 50 folhas, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE AUTO / TERMO, NO TAMANHO 20 X 30 CM, BLOCO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	17,9800	899,00
	COM 100 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Auto / Termo, no tamanho 20					
	x 30 cm, bloco com 100 folhas, 2 vias, carbonado, impressão					
33226	frente. BLOCO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLÓGICO, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	10,0000	19,8000	198,00
	TAMANHO 15 X 21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Declaração de Comparecimento					
	Psicológico, no tamanho 15 x 21 cm, papel na cor Branca,					
33227	bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente. BLOQUINHO DE RETORNO PSICÓLOGA, NO TAMANHO 07 X 07 CM, PAPEL	CAMPO MARCA	BLOCO 100,000 FO	50,0000	4,3700	218,50
	NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO					
	FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloquinho de Retorno Psicóloga, no tamanho 07					
	x 07 cm, papel na cor Branca, bloco com 100 folhas, 1 via,					
33228	impressão frente. BLOCO DE FICHA DE PRIMEIRA ENTREVISTA PSICOLÓGICA, NO	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	11,9000	595,00
	TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Primeira Entrevista					
	Psicológica, no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor Branca,					
33229	bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE PRONTUÁRIO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 21 X 30	CAMPO MARCA	BLOCO 100,000 FO	40,0000	13,9800	559,20
	CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: BLOCO DE FICHA DE PRONTUÁRIO PSICOLÓGICO, NO					
	TAMANHO 21 X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100					
33230	FOLHAS, 1 VIA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. BLOCO DE FICHA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO, NO TAMANHO 29 X	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	30,0000	11,9600	358,80
	21 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Atendimento Psicológico, no					
	tamanho 29 x 21 cm, papel na cor Branca, bloco com 100					
33232	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE FICHA DE AVALIAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA, NO TAMANHO 21	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	5,0000	39,9000	199,50
	X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Avaliação Fisioterapêutica,					

	no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100 folhas, 1 via, impressão frente e verso.					
33235	BLOCO DE FICHA DE RELATÓRIO FISIOTERAPÊUTICO, NO TAMANHO 21	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	50,0000	11,9800	599,00
	X 30 CM, PAPEL NA COR BRANCA, BLOCO COM 100 FOLHAS, 1 VIA,					
	IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Ficha de Relatório Fisioterapêutico,					
	no tamanho 21 x 30 cm, papel na cor branca, bloco com 100					
33236	folhas, 1 via, impressão frente. BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMPRA, NO TAMANHO 11,5 X 14,5 CM,	CAMPO MARCA	BLOCO-100 FOLHA	20,0000	11,9000	238,00
	BLOCO COM 50 FOLHAS, 2 VIAS, CARBONADO, IMPRESSÃO FRENTE.					
	DETALHAMENTO: Bloco de Requisição de Compra, no tamanho 11,5					
	x 14,5 cm, bloco com 50 folhas, 2 vias, carbonado, impressão					
	frente.					
Total Itens:	44	**Total Fornecedor:**				62.548,0000
		Total Geral:				200.084,8000

GAUCHA DO NORTE, Segunda-feira, 5 de Abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PORTARIAS 2021

PORTARIA Nº 080/GP/2021 De, 05 de ABRIL de 2021.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao funcionário RENAN CARLOS RODRIGUES DA SILVA, exercendo a função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado no Departamento administração desta Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT. Nos termos do Art. 99 da Lei Complementar nº.001/91 de 09 de Maio de 1991. Licença por 02 (dois) anos consecutivos sem remuneração, referente ao período de 05 de Abril de 2021 á 05 de Abril de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Abril de 2021.

MARCELO AQUINO

Prefeito Municipal

LEI Nº 1062/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

LEI Nº 1062/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

"*Dispõe* sobre autorização para firmar Convênio e/ou Termo de Cooperação Técnica com repasse de recursos financeiros à instituição que menciona''.

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar Convênio e/ou Termo de Cooperação Técnica com repasse financeiro no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, a DELEGACIA DE POLÍCIA REGIONAL DE BARRA DO GARÇAS – POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL, situada na Rua Manoel Camerino de Carvalho, 761, Vila Maria Lúcia, Barra do Garças, neste ato representado pelo DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA, WILYNEY SANTANA BORGES, a fim de serem vertidos exclusivamente à Delegacia de Polícia de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Os recursos repassados têm por objetivo dar continuidade aos serviços de segurança no âmbito de atuação no Município de General Carneiro-MT, auxiliando nas necessidades emergenciais da Delegacia de Polícia de General Carneiro-MT com a aquisição de peças e equipamentos para reparos/manutenção em computadores e impressoras, manutenção em rede de internet, papel A4, material de limpeza, aquisição de gêneros alimentícios, cartuchos de impressoras, pequenos reparos em viaturas e no parque informático, aquisição de equipamentos de inteligência e realização de pequenos reparos/limpeza nos prédios das unidades da Polícia Civil.

Art. 3º - Compete à DELEGACIA DE POLÍCIA REGIONAL DE BARRA DO GARÇAS- POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL:

I – Aplicar os valores para o fim específico exclusivamente que destina a presente Lei em prol da Delegacia de Polícia de General Carneiro-MT, sob pena de restituí-lo ao Município, devidamente atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável.

II – Prestar contas dos recursos financeiros provenientes desta Lei;

III -Restituir ao Município o valor repassado, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, nos seguintes casos:

Quando não for executado o objetivo da avença;

Quando não for apresentada no prazo ou justificada a não apresentação, da prestação de contas.

Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Art 2º.

IV – Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificadas com o número desta Lei autorizativa, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

V – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações tributárias e acessórias, junto aos órgãos competentes.

Art. 4º - Compete à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO:

I – Analisar a prestação de contas, que após aprovação, deverá ser mantida nos arquivos da entidade, ficando à disposição do controle interno do Município e externo do Tribunal de Contas do Estado.

II – Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos, verificando se os mesmos estão sendo aplicados na forma estabelecida no Art. 2º.

III – Encaminhar, após análise, a prestação de contas final ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente.

Art. 6º -O Termo de Cooperação poderá ser prorrogado por interesses das partes.

Art. 7º - O Termo de Cooperação poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou por conveniência e interesse público.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, General Carneiro/MT, 05 de abril de 2021.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE VALORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020 que entre si celebram o Município de GLÓRIA D´OESTE /MT* por intermédio*da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste/MT e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 03/2020, tendo por OBJETO AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL.

Pelo presente Instrumento, o Município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Prefeitura Municipal de Gloria D' Oeste – MT inscrita no CNPJ nº 37.464.955/0001-00 situado na Av. dos Imigrantes, nº 2000, Bairro Centro, Gloria D' Oeste – MT, CEP – 78.293-000 neste ato representada pela Prefeita Sra. **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, s/n, Centro, na Cidade de Gloria D' Oeste – MT, portador da Cédula de Identidade RG. Nº.11004940 SSP/MT e do CPFnº. 722.901.371-20, e de outro lado, a empresa **PABEL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA** com sede à Rodovia BR 174 KM 64, zona rural, município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n° 02.781.081/0004-82 doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada pelo Sr. Luis Paulo Rodrigues Lopes, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG N.º 688.833 SSP/MT e do CPF 469.067.701-87, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei N.º 10.520/02, subsidiada pela Lei N.º 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada, no que couber, pelo Decreto Municipal N.º 810/2019, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento tem por objetivo o aditivo de valor à Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de combustíveis tipo óleo diesel comum, óleo diesel s10, álcool comum e gasolina comum, nos termos do processo licitatório modalidade Pregão Presencial N.º 03/2020.

CLAUSULA SEGUNDA –DO ADITIVO DE VALOR

2.1 Diante do aumento no valor dos combustíveis, inicialmente previstos e de obrigação da proponente fornecedora adjudicatárias de entregá-los, nas mesmas condições iniciais, com o reajuste que se fizeram necessários do item 03 da Ata de Registro de Preços n.º 09/2020, fica o seu valor unitário alterado conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGISTRADO (LT)	VALOR REAJUSTADO (LT)
03	OLEO DIESEL B S10	LITROS	Bandeira branca	R$ 4,62	R$ 4,69

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O aditivo promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

3.1.1 – O Presente aditivo busca a legalidade e viabilidade do reajuste de preço do combustível, vista que houve alta nos valores, onde foi apresentado a tabela de preço médio pela ANP – Agencia Nacional de Petróleo, comprovando assim a alteração de preço do petróleo no Brasil.

3.2 – O aditivo do valor unitário original e individual da Ata de Registro de Preços n.º 09/2020 tem seu fundamento no Art. 12 § 1º do Decreto Municipal N.º 810/2019.

CLAUSULA QUARTA - DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços originária permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando- se as normas contidas no Decreto Municipal N.º 810/2019 e legislações a fins, assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Glória D´Oeste-MT, 11 de março de 2021

O presente Termo Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração.

Em_____/_____/_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE – MT

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

CONTRATANTE

PABEL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

LUIS PAULO RODRIGUES LOPES

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 115/2021

PORTARIA N° 115/2021

SÚMULA: “Concede férias aos servidores que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, suas férias conforme seguem:

Nome

Mat.

Período Aquisitivo Período de Gozo

Inicio Fim

EDILMAR TIAGO ROSA 1385 03/09/2019 A 02/09/2020 01/03/2021 30/03/2021

SILVANA MARTINS AZARISTA 1206 10/01/2020 A 09/01/2021 12/03/2021 10/04/2021

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 01 de março de 2021.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE ADESÃO N° 005/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 047/2021

O **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ–MT,** torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 064/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 040/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT, visando a **"AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**, de acordo com a legislação específica vigente.

CONTRATADA: MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.838.209/0001-78, com sede na Av. Rodovia Mario Andreaza, n° 350 B, Bairro Distrito Guarita, na cidade de Várzea Grande – MT, CEP: 78169-000.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 315.000,00**(trezentos e quinze mil reais), sendo que foi aderido o seguinte item:

Item	Descrição	Marca	Quant	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	VEICULO V8L ESCOLAR, 44 LUGARES+01 MOTORISTA+AUXILIAR; AR CONDICIONADO INTERNO/ CONDENSADOR TETO; MOTOR 152 CV, PBT DE 8.500 KG, GARANTIA DE NO MÍNIMO 02 ANOS, FREIO PNEUMATICOS COM ABS, PORTA DOBRADIÇAS COM SISTEMA DOOR BRAKE, JANELA DE VIDROS MÓVEL; ZERO KM.	VOLARE ATT ACK 8	01	Und	R$ 315. 000,00	R$ 315. 000,00

- HOMOLOGO.

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 003/2021

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeada através da Portaria n° 015/2021 de quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, torna público que na Licitação tipo Tomada de Preços N° 003/2021, instaurada para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT"**,teve como vencedora a empresa**VM ENGENHARIA EIRELI – EPP – CNPJ: 32.469.914/0001-92,** com o valor global de R$ 384.417,74 (trezentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos).

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n° 016/2021 de 04 de janeiro de 2021, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 025/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTORES DOS MAQUINÁRIOS PÁ CARREGADEIRA YTO E TRATOR NEW HOLLAND COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT".** Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 de abril de 2021, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 067/2021

DECRETO Nº 067/2021

SÚMULA: "Dispõe sobre a antecipação de Feriados a serem seguidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que altera o Decreto Municipal 169/2020, e dá outras providências"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Art. 59, VI da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que dia 21 de abril de 2021 (quarta-feira) é Feriado Nacional;

CONSIDERANDO que dia 03 de junho de 2021 (quinta-feira) é Feriado Nacional;

CONSIDERANDO que dia 04 de junho de 2021 (sexta-feira) é recesso escolar definido pelo Decreto 169/2020;

CONSIDERANDO o disposto do Decreto Estadual nº875 de 25 março de 2021;

CONSIDERANDO O disposto no Decreto Municipal 066/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica antecipado o Feriado Nacional do dia 21 de abril de 2021 (quarta-feira), para o dia 30 de março de 2021 (terça-feira), exclusivamente para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Fica antecipado o Feriado Nacional do dia 03 de junho de 2021 (quinta-feira), para o dia 31 de março de 2021 (quarta-feira), exclusivamente para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º Fica antecipado o Recesso Escolar do dia 04 de junho de 2021 (sexta-feira), para o dia 01 de abril de 2021 (quinta-feira), exclusivamente para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º O expediente dos dias 21 de abril de 2021 (quarta-feira), 03 de junho de 2021 (quinta-feira) e 04 de junho de 2021 (sexta-feira), para os servidores da Secretaria Municipal de Educação ocorrerá normalmente.

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 26 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 064/2021

DECRETO Nº 064/2021

SÚMULA: "Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 002/2005 e,

CONSIDERANDO Lei Complementar Municipal 088/2017 que institui e regulamenta a jornada de trabalho em turno ininterrupto de revezamento de 12 (doze) horas de labor, por 36 (trinta e seis) horas de descanso no âmbito do Município De Itanhangá, e dá outras providências,

CONSIDERANDO Decreto Municipal 093/2018 que regulamenta os Incisos III e IV do Artigo 56 da Lei Complementar Municipal 002/2005, que trata dos Plantões e Deslocamentos dos Servidores Públicos do Município de Itanhangá – MT;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 100/2018 que estabelece os critérios para o registro do ponto eletrônico e atestados médicos dos servidores públicos da administração municipal;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 056/2020 que aprova a Instrução Normativa Nº 003/2020, a qual dispõe sobre os procedimentos mínimos a serem cumpridos pela Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao Sistema do Transporte de Pacientes - STP - eletivos, urgência e emergência;

CONSIDERANDO Oficio Nº033/SMS/PMI/2021, Memorando Nº009/SMS/PMI/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para o mês de março de 2021, conforme segue.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I

CATEGORIA

PROFISSIONAL

HORÁRIO DOMINGO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO

Médico Clínico Geral

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 ***

Enfermeira

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz COREN/MT 410318 ***

Técnica Enfermagem 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 ***

Técnica Enfermagem 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 ***

Técnica Enfermagem

Sala de Vacina 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 ***

Odontóloga

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 ***

Auxiliar de Consultório Dentário

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann ***

Psicólogo (a) 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 ***

Farmacêutica

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

***

Recepcionista 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho ***

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II

CATEGORIA

PROFISSIONAL

HORÁRIO DOMINGO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO

Enfermeira

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 ***

Técnica Enfermagem 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

***

Técnica Enfermagem

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian COREN/MT 199285 ***

Odontóloga

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 ***

Auxiliar Odontólogo 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues ***

Recepcionista

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues ***

Psicólogo (a) 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 ***

*UNIDADE PSFII ESTA SEM MEDICO, AGUARDANDO NOVA LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

CENTRO INTEGRADO DE SÁUDE – CIS

DIA MÉDICO (A)

CIS

07:00H–11:00H

13:00H–17:00H ENFERMEIRO(A) 12/36 NOTURNO

18:00H–06:00H ENFERMEIRO(A) 12/36 DIURNO

06:00H-18:00H TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 DIURNO

06:00H-18:00H TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 NOTURNO

18:00H-06:00H MÉDICO EM SOBRE AVISO 16 HORAS

11:00H-13:0H

19:00H-07:00H MÉDICO EM SOBRE AVISO 24 HORAS

07:00H-07:00H

01

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

02

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150

Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

03

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

04

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

05

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294

Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

06

*** Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 *** Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

07

***

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 *** Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

08

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ****

09

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

10

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

11

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

12

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

13

*** Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 *** Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

14

***

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 *** Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

15

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

16

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

17

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

18

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

19 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

20

*** Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 *** Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

21

***

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 ***

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

22

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

23 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

24

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

25

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

26

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

27

*** Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 *** Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

28

***

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 ***

Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

29

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

30 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

31 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

ESCALA PARA PLANTÃO E SOBREAVISO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

DATA MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO 24 HORAS)

07:00H-07:00H MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

(SOBRE AVISO 24 HORAS)

07:00H-07:00H

01 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

02 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

03 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

04 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

05 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

06 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

07 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

08 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

09 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

10 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

11 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

12 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

13 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

14

Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

15 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

16

Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

17 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

18 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

19 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

20 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

21

Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

22 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

23 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

24 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

25

Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

26 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

27 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

28 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

29 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

30 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

31 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de março de 2021.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 22 de março de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças Planejamento

DECRETO Nº 064/2021

SÚMULA: “Estabelece escala de atendimento de profissionais da saúde, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pela Lei Complementar 002/2005 e,

CONSIDERANDO Lei Complementar Municipal 088/2017 que institui e regulamenta a jornada de trabalho em turno ininterrupto de revezamento de 12 (doze) horas de labor, por 36 (trinta e seis) horas de descanso no âmbito do Município De Itanhangá, e dá outras providências,

CONSIDERANDO Decreto Municipal 093/2018 que regulamenta os Incisos III e IV do Artigo 56 da Lei Complementar Municipal 002/2005, que trata dos Plantões e Deslocamentos dos Servidores Públicos do Município de Itanhangá – MT;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 100/2018 que estabelece os critérios para o registro do ponto eletrônico e atestados médicos dos servidores públicos da administração municipal;

CONSIDERANDO Decreto Municipal 056/2020 que aprova a Instrução Normativa Nº 003/2020, a qual dispõe sobre os procedimentos mínimos a serem cumpridos pela Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao Sistema do Transporte de Pacientes - STP - eletivos, urgência e emergência;

CONSIDERANDO Oficio Nº033/SMS/PMI/2021, Memorando Nº009/SMS/PMI/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de atendimento de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para o mês de março de 2021, conforme segue.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I

CATEGORIA

PROFISSIONAL

HORÁRIO DOMINGO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO

Médico Clínico Geral

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 Diana Rosa Albarello

CRM/MT 10107 ***

Enfermeira

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz

COREN/MT 410318 Rayana Lilian Souza Cruz COREN/MT 410318 ***

Técnica Enfermagem 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 Claudia Ribeiro COREN/MT 711566 ***

Técnica Enfermagem 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 Eliane Braganholi de Oliveira

COREN/MT 1139528 ***

Técnica Enfermagem

Sala de Vacina 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 Sonia Luiza Binotto

COREN/MT

1156125 ***

Odontóloga

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 Simone Mendes Pereira

CRO/MT 3794 ***

Auxiliar de Consultório Dentário

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann Lediane Tavares Hoffmann ***

Psicólogo (a) 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 Gloria Caroline Garcia

CRP-18/01827 ***

Farmacêutica

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

Caroline de Jesus Silva CRF: 551949

***

Recepcionista 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho Lucilene Rodrigues de Carvalho ***

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF II

CATEGORIA

PROFISSIONAL

HORÁRIO DOMINGO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO

Enfermeira

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00

*** Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 Elaine Gabriela Pereira COREN/MT 445321 ***

Técnica Enfermagem 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

Rozeli Salete Todescato

COREN/MT 1334944

***

Técnica Enfermagem

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian

COREN/MT

199285 Rosaly Soares

dos Santos

Salvian COREN/MT 199285 ***

Odontóloga

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 Nayara Cristina Constantino CRO/MT 8363 ***

Auxiliar Odontólogo 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues Francisca Antonia Rodrigues ***

Recepcionista

07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues Raquel Cordeiro Rodrigues ***

Psicólogo (a) 07:00 – 11:00

13:00 – 17:00 *** Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 Francieli Cappellari

CRP: 18/03539 ***

*UNIDADE PSFII ESTA SEM MEDICO, AGUARDANDO NOVA LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO.

ESCALA DE ATENDIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

CENTRO INTEGRADO DE SÁUDE – CIS

DIA MÉDICO (A)

CIS

07:00H–11:00H

13:00H–17:00H ENFERMEIRO(A) 12/36 NOTURNO

18:00H–06:00H ENFERMEIRO(A) 12/36 DIURNO

06:00H-18:00H TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 DIURNO

06:00H-18:00H TÉCNICO (A) EM ENFERMAGEM 12/36 NOTURNO

18:00H-06:00H MÉDICO EM SOBRE AVISO 16 HORAS

11:00H-13:0H

19:00H-07:00H MÉDICO EM SOBRE AVISO 24 HORAS

07:00H-07:00H

01

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

02

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150

Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

03

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

04

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

05

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294

Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

06

*** Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 *** Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

07

***

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 *** Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

08

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ****

09

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

10

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

11

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

12

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

13

*** Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 *** Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

14

***

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 *** Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

15

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

16

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Renate Langhorst

COREN/MT 413.463 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

17

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

18

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

19 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

20

*** Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 *** Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

21

***

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 ***

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

22

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

23 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

24

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

25

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

26

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Monte Alto Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

27

*** Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 *** Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

28

***

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 ***

Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

29

Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107 ***

30 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Jaciane Almeida Campinas – COREN/MT 462.150 Giovana Ferreira do Nascimento – COREN/MT 607.930 Alice Brito Batista de Carvalho

- COREN/MT 424576 Aparecida Ferreira de Oliveira da Silva – COREN/MT 345324 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

***

31 Jean Carlos Romanowski - CRM/MT 7154

Agrovila Simione Suelen Cezário Diperro – COREN/MT 358.394 Cibele Rosa Gomes – COREN/MT 475.294 Stephania dos Santos Guedes Gomes – COREN/MT 1156126 Luciana Nava – COREN/MT 388760 Diana Rosa Albarello – CRM/MT 10.107

ESCALA PARA PLANTÃO E SOBREAVISO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

DATA MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (PLANTÃO 24 HORAS)

07:00H-07:00H MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

(SOBRE AVISO 24 HORAS)

07:00H-07:00H

01 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

02 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

03 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

04 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

05 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

06 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

07 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

08 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

09 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

10 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

11 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

12 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

13 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

14

Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

15 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

16

Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

17 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

18 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

19 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

20 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

21

Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

22 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

23 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

24 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

25

Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

26 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

27 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

28 Eloir Jose Salvian Alexandre Caminski

29 Alexandre Caminski Jaques Luiz Weber

30 Jaques Luiz Weber Anersi Natalino Rek

31 Anersi Natalino Rek Marcos Delavy

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de março de 2021.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 22 de março de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 063/2021

DECRETO N° 063/2021

SÚMULA: “Altera o Decreto 004/2021 que concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Artigo 1º. § 1º da Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto 004/2021, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica concedida Gratificação salarial de 70% a servidora JANAINA OLIVEIRA DE PAULA VILLA ASSAD, matricula 1269, em decorrência da atribuição da Divisão de Liquidação e a responsabilidade de executar serviços rotineiros do Departamento de Contabilidade, organizar documentos e efetuar sua classificação contábil, gerar lançamentos contábeis, orçamentários, financeiro e patrimonial, protocolar correspondências, prestar informações gerais a quem de direito, executar outras tarefas afins de interesse da municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de março de 2021.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 22 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 062/2021

DECRETO N° 062/2021

SÚMULA: "Altera o Decreto 045/2021 que concede Gratificação ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Artigo 1º. § 1º da Lei Complementar 024/2009 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto 045/2021, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica concedida gratificação salarial de 85% a servidora CAMILA CONCEIÇÃO RODRIGUES, matricula 1205, em decorrência da atribuição da Divisão de Empenho e a responsabilidade de executar serviços rotineiros do Departamento de Contabilidade, organizar documentos e efetuar sua classificação contábil, protocolar correspondências, prestar informações gerais a quem de direito, executar outras tarefas afins de interesse da municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 01 de março de 2021.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 22 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 070/2021

DECRETO N° 070/2021

SÚMULA: "*Determina a suspensão temporária das atividades escolares presenciais de ensino fundamental no âmbito do município de Itanhangá – MT e dá outras providências*"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal e;

CONSIDERANDO o boletim epidemiológico do âmbito Municipal em que ocorreu um aumento considerável de casos ativos de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das medidas de contenção da infecção causada pela transmissão do COVID-19 no âmbito da Administração Pública Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam suspensas no âmbito do Município as atividades escolares presenciais da rede municipal de ensino, bem como, atividades esportivas, no período de 05/04/2021 a 09/04/2021, em que ocorrerão de forma remota.

Art. 2º No período compreendido do dia 05/04/2021 a 09/04/2021, os Profissionais das Unidades Escolares e os Motoristas do transporte escolar, terão carga horária reduzida para 20 horas semanais, aplicando-se as seguintes unidades escolares**:**

I. Escola Municipal Paulo Freire;

II. Escola Municipal Cecília Meireles;

III. Escola Municipal Joaquim Barbosa dos Santos;

IV. Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe;

V. Centro de Educação Infantil Primeiros Passos; e,

VI. Centro Municipal de Cultura.

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2021

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 117/2021

PORTARIA N° 117/2021

SÚMULA: "Nomeia servidor ao cargo em comissão que menciona e da outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais amparado pelo Artigo 18, II, da Lei Complementar 002/2005, Lei Complementar 090/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LEIDIANE GODINHO DA SILVA, portadora do CPF nº. 040.699.291-69, ao cargo em comissão de Gerente de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá-MT.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 01 de março de 2021.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 114/2021

PORTARIA N° 114/2021

SÚMULA: "Concede Licença Prêmio ao servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelo artigo 17 da Lei Complementar Municipal 024/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores mencionados abaixo, sua Licença Prêmio conforme segue:

Nome

Mat.

Período Aquisitivo Período de Gozo

Inicio Fim

ADILSO DE CASTRO 875 18/11/2010 A 17/11/2015 03/03/2021 31/05/2021

MARCIO PANARO 1019 07/08/2012 A 06/08/2017 03/03/2021 31/03/2021

SILVANA MARIA DALMOLIN WOHL 272 15/02/2011 A 14/02/2016 19/03/2021 17/06/2021

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos na data de 03 de março de 2021.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 113/2021

PORTARIA N° 113/2021

SÚMULA: "Prorroga período de Licença Maternidade á servidora que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e aparado pela Lei Municipal 186/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Maternidade concedida a servidora BRUNA DANIELI GEHM, Matricula 1498, ocupante do cargo estável de Agente de Combate à Endemias 40H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, até a data de 14 de maio de 2021.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 112/2021

PORTARIA N° 112/2021

SÚMULA: "Solicita retorno de férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e amparado pelos artigos 64 § 2 da Lei Complementar Municipal 002/2005.

CONSIDERANDO que a servidora RENATE LANGHORST estava em Férias referente ao período aquisitivo 03/09/2019 a 02/09/2020, para ser usufruindo na data de 01/03/2021 a 30/03/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar o retorno antecipado do servidor EDILMAR TIAGO ROSA, matricula 1385, efetivo no cargo de Agente Administrativo 40h, lotado na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos e Saneamento do Município de Itanhangá-MT, que se encontra de férias.

§1º O servidor terá suas férias, interrompida na data de 16/03/2021.

§ 2º O restante do período de gozo de férias será na data de 05/04/2021 até 19/04/2021.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 111/2021

PORTARIA N° 111/2021

SÚMULA: "Nomeia membros para compor a Coordenadoria Municipal De Defesa Civil –COMDEC e da outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 4º da Lei 080/2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes membros para compor a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC;

I. Coordenador - ALDO LOUREIRO DA SILVA – Secretário Adjunto de Finanças;

II. Secretária - SUSANA BESS – Secretária Municipal de Educação e Cultura;

III. Setor Técnico - JEFERSON DA SILVA SANTOS - Secretário Adjunto;

IV. Setor Operativo - JOÃO CARLOS SOUZA DE OLIVEIRA – Gerente de Setor.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 09 de março de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 110/2021

PORTARIA N° 110/2021

SÚMULA: "Solicitar retorno de Licença Prêmio ao Servidor que menciona, e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar o retorno antecipado da servidora JOCELIA CRISTINA ALBARELLO, matricula 321, Fisioterapeuta 20H, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itanhangá-MT.

§1º A servidora terá sua Licença Prêmio, interrompida na data de 08/03/2020.

§ 2º ficando 62 (sessenta e dois) dias para gozar em outra data a ser solicita, referente ao período aquisitivo 18/04/2011 a 17/04/2016.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 04 de março de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA DLC N° 167/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Vanesa Aparecida da Silva, inscrita no CPF n° 061.330.441-10, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 080/2018**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **INVIOLÁVEL TAPURAH LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.269.586/0001-00, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento 24 horas com instalação e manutenção de sistema de alarme e imagem e ronda noturna com fornecimento de equipamentos em regime de comodato para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar o servidor Arthur Luiz Assad Ustulin, portador do CPF n° 062.601.571-50, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 145/2021;

Itanhangá – MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 168/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 085/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **W M SERVICOS AMBIENTAIS LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.532.271/0001-41, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de armazenamento temporário, operação e manutenção das atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de serviços da saúde, dos Grupos A, B e E, das fontes geradoras do Município de Itanhangá – MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Adriana Laureth, portadora do CPF n° 026.652.851-18, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 003/2021;

Itanhangá – MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 169/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Laureth, inscrita no CPF n° 026.652.851-18, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 013/2020**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **DIANA ALBARELLO CLINICA MEDICA EIRELLI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.045.113/0001-95, qual tem por objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**. Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, portadora do CPF n° 040.699.291-69, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 004/2021;

Itanhangá – MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 170/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Laureth, inscrita no CPF n° 026.652.851-18, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 015/2020**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **J C ROMANOWSKI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.600.033/0001-75, qual tem por objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES SOBREAVISO A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT."** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, portadora do CPF n° 040.699.291-69, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 005/2021;

Itanhangá – MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 171/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Marcos Delavy, inscrito no CPF n° 516.887.609-97, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 040/2020**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **JAVA AUTO PEÇAS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.572/0001-71, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada em prestação de serviços mecânicos em veículos da linha leve da Frota Municipal do Município de Itanhangá-MT".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Genivaldo Rodrigues Malheiros, portador do CPF n° 345.911.091-00, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e

ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 049/2021;

Itanhangá – MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 172/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Altera Fiscal Titular de Atas de Registro de Preços, oriundas do Pregão Presencial 021/2020 e da outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° 035.535. 721-67, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 021/2020, qual tem por objeto a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de areia, pedra e pedrisco para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT"."**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

• **Ata de Registro de Preços n° 024/2020** tendo como detentora a empresa **CLAUDETE MARIA DA SILVA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17. 971.174/0001-02.

• **Ata de Registro de Preços n° 025/2020** tendo como detentora a empresa **MERCADAO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.373.046/0001-00.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 173/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Altera Fiscal Titular de Atas de Registro de Preços, oriundas do Pregão Presencial 027/2020 e da outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° 035.535. 721-67, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 027/2020, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa**

para prestação de serviços gráficos para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT", celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 033/2020tendo como detentora a empresa **AGILIZA INDÚSTRIA COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.866.744/0001-03.

Ata de Registro de Preços n° 034/2020 tendo como detentora a empresa **CHAVES E MORESCO LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.144.850/0001-26.

Ata de Registro de Preços n° 035/2020 tendo como detentora a empresa **4 D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.278.238/0001-25.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 174/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Altera Fiscal Titular de Atas de Registro de Preços, oriundas do Pregão Presencial 031/2020 e da outras providências"."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 031/2020, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 043/2020 tendo como detentora a empresa **ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.932.853/0001-09.

Ata de Registro de Preços n° 044/2020 tendo como detentora a empresa **ÁRIES TRANSPORTES LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.643.777/0001-98.

Ata de Registro de Preços n° 045/2020 tendo como detentora a empresa **ELOG EXPRESS ENCOMENDAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 33.364.021/0001-45.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e

Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 175/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Altera Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 046/2020 e da outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 046/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 032/2020, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pintura em paredes internas e externas, comunicação visual (letreiros, faixas e fachadas), pintura de calçadas, sinalização viária, demarcação de quadra de esporte e de estruturas metálicas para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **ODAIR JOSÉ FONSECA 78252652115**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.501.024/0001-95.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 176/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Altera Fiscal Suplente de Ata de Registro de Preços n° 059/2020 e da outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para exercer a função de Fiscal Suplente de Ata de Registro de Preços n° 059/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 036/2020, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de conserto e troca de pneus para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **JOÃO CARLOS DOS SANTOS – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.545.851/0001-36.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 177/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 038/2020, qual tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes e vestuários para profissionais e camisetas utilizadas em campanha, projetos, eventos de conscientização para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 060/2020 tendo como detentora a empresa **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.952.092/0001-11.

Ata de Registro de Preços n° 061/2020 tendo como detentora a empresa **LEIDE INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.309.536/0001-72.

Ata de Registro de Preços n° 062/2020 tendo como detentora a empresa **S. M. GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.711.005/0001-34.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° 035.535.721-67.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 088/2021;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 178/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Altera Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 005/2021 e da outras providências"*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 005/2021, oriunda do Pregão Presencial n° 047/2020, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização, locação de palco, tenda e telão, locação de som de rua e banda musical, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **MARCOS JOEL REICHERT LEDUR – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.929.692/0001-40.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 179/2021

DATA: 05 de abril de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Leidiane Godinho da Silva, inscrita no CPF n° 040.699.291-69, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 018/2021, oriunda do Pregão Presencial n° 005/2021, qual tem por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uniformes e vestuários para servidores municipais para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT T"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **ALFAIATARIA DE UNIFORMES EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.603.476/0001-12.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Karina Rocha, inscrita no CPF n° 035.535.721-67.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria DLC n° 119/2021;

Itanhangá-MT, 05 de abril de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de seu pregoeiro, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 15 DE ABRIL DE 2021**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 15 DE ABRIL DE 2021.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, Nº 311, Centro, Itiquira/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, aos 05 de abril de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Junior

Pregoeiro Designado

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2021

RETIFICA O ANEXO II DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2021, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

FAZ SABER, que devidoa constatação de existência de erro material, foi realizada a retificação do conteúdo programático para os cargos abaixo citados, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pintor - Compreende o conjunto de atribuições destinadas a efetuar serviços relacionados à pintura, como executar tarefas de pinturas em edificações; executar tarefas de caiação em meios-fios, árvores e paredes; executar reparos de alvenaria e pinturas; executar tarefas de pintura de acabamento em parede, portas, janelas, esquadrias, etc.; zelar pela manutenção, conservação e limpeza dos equipamentos, ferramentas e local de trabalho; atender às normas de segurança e higiene do trabalho; executar outras atribuições afins.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de serviços correlatos ao cargo.

Artífice de Copa/Cozinha - Consultar a técnica em nutrição sobre os cardápios adequados, preparar e cozinhar alimentos, responsabilizar-se pela cozinha, preparar dietas e refeições de acordo com os cardápios estipulados pela técnica em nutrição, encarregar-se da guarda e conversão de alimentos distribuidor, fiscalizar e orientar os trabalhos dos auxiliadores, supervisionar os serviços de limpeza, zelando pela conversação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha

Operador de Retroescavadeira - Compreende as atribuições que se destinam a operar escavadeira nos serviços realizados pelo Município, que exijam sua utilização, assim como remover solo e material orgânico; drenar solos; executar a construção de aterros; realizar escavação; inspecionar as condições operacionais dos equipamentos; zelar pela manutenção da máquina; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço; planejar o trabalho e realizar manutenção básica da escavadeira; executar outras atribuições afins;

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o equipamento a ser utilizado, a máquina do respectivo cargo.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Nutricionista **-**Atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão, como planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição; planejar, coordenar, supervisionar e avaliar estudos dietéticos; realizar auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; prestar assistência e educação nutricional à coletividade ou indivíduos, sadios ou enfermos; prestar assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e em nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos; executar outras atribuições afins.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014.

LEIA-SE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pintor: Conhecimento sobre equipamentos e materiais de pintura. Tintas: tipos e uso; preparação; armazenamento; manuseio de tintas e vernizes em geral. Preparação das superfícies para aplicação de pintura. Organização do local de trabalho e processos de trabalho. Boas maneiras. Noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção. Prevenção e combate a princípios de incêndio. Ética no trabalho. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo. Comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Estatuto do servidor público. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de serviços correlatos ao cargo.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Artífice de Copa/Cozinha: Organização do local de trabalho e processos de trabalho. Boas maneiras. Noções básicas de primeiros socorros, higiene pessoal, meio ambiente, primeiros socorros, segurança e acidentes do trabalho suas causas e prevenção. Prevenção e combate a princípios de incêndio. Ética no trabalho. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, coleta e armazenamento do lixo. Comportamento no local de trabalho, utilização de equipamentos, ferramentas e materiais utilizados na atividade. Estatuto do servidor público. Demais conhecimentos sobre atividades específicas de acordo com o cargo.

Aptidão Física: Conforme anexo V

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Operador de Retroescavadeira: Legislação de Trânsito; Sinalização; Direção Defensiva; Primeiros Socorros ou Suporte Básico de Vida; Cidadania e Meio Ambiente; Noções Básicas de Mecânica, Operação e Manutenção Preventiva dos Equipamentos pesados, tais como: Motoniveladora, Pá Carregadeira e Retroescavadeira; Conhecimento de Sistema de Funcionamento dos Componentes dos Equipamentos como: Leitura do Painel, Alavancas, Nível de Óleo, de Água, Condições de Freio, Pneus, etc; Diagnósticos de Falhas de Funcionamento dos Equipamentos.

Prova prática: Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o equipamento a ser utilizado, a máquina do respectivo cargo.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Nutricionista: Princípios Básicos de Nutrição: digestão, absorção e metabolismo dos macro e micronutrientes. Nutrição nas diferentes fases do ciclo vital: gestação, aleitamento materno, lactação, infância, adolescência, fase adulta e velhice. Prescrição Dietética: Planejamento de cardápios e Adequação Nutricional. Dietoterapia em condições clínicas específicas: doenças carenciais, doenças metabólicas, doenças cardiovasculares, obesidade e magreza, hipertensão, diabetes mellitus, hepatopatias, nefropatias, distúrbios do trato digestório, câncer, AIDS. Atenção ambulatorial e domiciliar. Indicadores e diagnóstico do estado nutricional. Avaliação bioquímica. Avaliação nutricional individualizada. Recomendações e necessidades de nutrientes. Aconselhamento nutricional. Terapia nutricional enteral. Higiene e Segurança Alimentar: APPCC. Microbiologia de Alimentos. Contaminação dos Alimentos. Toxicologia Alimentar. Administração e Gerenciamento em UANs: Compra, Armazenamento e Estoque. Análise de custos. Padronizações e Rotinas. Dimensionamento, Recrutamento, Seleção e Capacitação de RH. Aspectos epidemiológicos em carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminose A, anemia ferropriva, Cárie dental) e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, obesidade, dislipidemia). Indicadores e intervenções. Programas de Assistência à Saúde da Criança e da Mulher. Avaliação nutricional em coletividades. Nutrição na promoção da saúde. Políticas e programas de alimentação e nutrição: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Nutrição e sua relação com a saúde da Comunidade. Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Educação Nutricional. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS.

Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

Atribuições do Cargo serão as constantes na Lei Municipal nº 827/2014

Itiquira – MT, aos 05 de abril de 2021.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

COVID-19: DECRETO Nº 3.643 DE 1º DE ABRIL DE 2021

DECRETO Nº 3.643 DE 1º DE ABRIL DE 2021

"DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIDAS EMERGENCIAIS E TEMPORÁRIAS DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO AO COVID 19 (NOVO CORONAVÍRUS) DISPOSTAS NOS DECRETOS MUNICIPAIS ANTERIORES, COM PRORROGAÇÕES E ATUALIZAÇÕES PERTINENTES EM CONSONÂNCIA COM O DECRETO ESTADUAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jaciara e normas correlatas;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

CONSIDERANDO a Portaria Federal nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO O Código de Vigilância Sanitário do Município; Disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), especialmente os artigos 6º, I, e V; 39 V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como o artigo 36, III, da Lei Federal nº 12.529/2011, que versa sobre as "Infrações da Ordem Econômica";

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Municipal Consolidado n. 3.622/2021, com as alterações e prorrogações até o Decreto Munici-

pal n. 3.641/2021 de 26/03/2021, com a necessidade de revisão diante das atuais circunstâncias fáticas, bem como das disposições do DECRETO ESTADUAL n. 874 de 25/03/2021, que dispõe sobre a classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o último Boletim Informativo 388 da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES-MT) divulgado aos 31/03/2021, do qual o MUNICÍPIO DE JACIARA manteve-se na classificação de risco ALTO.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam CONSOLIDADAS, pelo presente Decreto, as medidas emergenciais e temporárias outrora estabelecidas pelo Poder Executivo Municipal, visando à prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Jaciara, com as **PRORROGAÇÕES por mais 14 dias, até o dia 15 DE ABRIL de 2021** e READEQUAÇÕES PERTINENTES, dispostas neste Decreto.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para evitar a propagação da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito municipal, o Município de Jaciara, por meio de seus órgãos e entidades, atuará de forma interligada com os demais órgãos competentes nas esferas estadual e federal, bem como organismos internacionais que estão atuando no combate ao referido vírus.

Art. 3º Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Secretaria de Administração, realize campanhas publicitárias de orientação e precaução ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19), voltadas em especial à população considerada de grupo de risco, servidores públicos, empresários, colaboradores e clientes em locais de maior circulação de pessoas.

Art. 4º Fica instituído o Comitê de Enfrentamento ao COVID-19, com a finalidade de coordenar as ações do Poder Público Municipal, visando o combate à disseminação do COVID-19 no Município de Jaciara-MT.

Art. 5º O Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus é constituído pelos seguintes membros:

I - Prefeita Municipal de Jaciara;

II – Secretário(a) Municipal de Saúde;

III – Secretário(a) Municipal de Administração e Finanças;

IV – Secretário(a) Municipal de Governo;

V – Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Obras;

VI – Secretário(a) Municipal de Educação;

VII – Secretário(a) Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo;

VIII – Secretário(a) Municipal de Assistência Social e Cidadania;

IX – 01 (um) Representante da Vigilância em Saúde Municipal, indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde,

X – 01 (um) Representante da Defesa Civil Municipal, indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Administração.

XI – 01 (um) Representante do Corpo Médico em efetivo exercício no Município de Jaciara, indicado pela Secretária Municipal de Saúde.

XII – 01 (um) representante dos comerciantes locais, indicado pela CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas).

XIII – 01 (um) representante dos Hospitais e clínicas particulares, indicados por seus diretores.

XIV – 01 (um) representante da Polícia Militar, indicados pelo Comando Local;

XV – 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros, indicados pelo Comando Local;

§1º O Comitê a que alude esse dispositivo será presidido pelo(a) Prefeito(a) do Município de Jaciara, devendo ser substituído em suas ausências e impedimentos pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde.

§2º O Comitê se reunirá, de forma ordinária, quinzenalmente, para fins de deliberação e acompanhamento das ações e medidas aplicadas, e extraordinariamente sempre que devidamente convocado pelo(a) Prefeito(a) ou Secretário(a) Municipal de Saúde.

Art. 6º Compete ao Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19):

I - planejar, coordenar e controlar as medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19);

II - realizar reuniões e explanações aos servidores públicos municipais cujas funções demandem atendimento ao público para o esclarecimento de ações e medidas de profilaxia a serem observadas, visando a evitar a proliferação do COVID-19;

III - acompanhar todas as medidas de prevenção e combate ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Município de Jaciara-MT;

IV – adotar todas as medidas necessárias com o fito de cumprir o disposto neste Decreto, podendo, inclusive, convocar servidores públicos municipais para o auxílio no que for necessário.

Art. 7º Fica determinada a obediência pelas Unidades de Saúde Pública do Município de Jaciara ao Fluxograma e Protocolo Oficial de Atendimento do Ministério da Saúde.

Art. 8º Os hospitais, laboratórios públicos e privados, e farmácias que confirmarem a doença COVID-19, deverão, imediatamente, informar as autoridades sanitárias do Município de Jaciara-MT.

Art. 9º Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação específica.

CAPÍTULO II

DA CONSOLIDAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA DECRETAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

Art. 10 Continua DECRETADO ESTADO DE EMERGÊNCIA em Saúde Pública no âmbito Municipal, em razão da Pandemia, declarada pela Organização Mundial de Saúde, em virtude do Covid-19, bem como pela confirmação de casos positivos neste Município;

Art. 11 Nos termos do inciso III, § 7 º, do artigo 3 º da Lei Federal n º 13. 979 de 06 de fevereiro de 2020, para enfrentamento da emergência de saúde pública, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

a) Exames laboratoriais;

b) Exames médicos;

c) Coletas e amostras clinicas;

d) Vacinação e outras medidas profiláticas;

e) Tratamentos médicos específicos.

II - Estudo e investigação epidemiológica;

III - Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, especialmente os ligados aos serviços de saúde e fornecimento de medicamentos e equipamentos, hipótese em que será garantida o pagamento posterior e indenização justa.

IV- Obrigatoriedade de uso de máscaras para toda a população.

Art. 12 Fica dispensada a licitação para aquisição de bens e serviços, insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do COVID 19 que trata o presente Decreto, nos termos do art. 4º da Lei Federal 13.979/2020 e art. 24, IV, da Lei 8.666/93.

Art. 13 Fica autorizada a suspensão, enquanto perdurar o estado de emergência, do prazo de execução e vigência dos contratos administrativos e Atas de registro de preços, bem como pela impossibilidade legal de dar continuidade na execução dos referidos instrumentos.

§1º A contagem do prazo de vigência e execução recomeça assim que houver revogação do presente decreto;

§2º As Secretarias deverão apresentar, junto a Secretaria de Administração e Finanças, a listagem dos contratos e atas as quais pretendem suspender, para posterior notificação das empresas e contratantes acerca da suspensão, nos termos da Lei 8.666/93 e disposições correlatas.

§3º Nenhum pagamento será devido aos fornecedores os quais tiveram seus contratos suspensos, referente à vigência do presente Decreto.

Art. 14 Fica autorizada, em razão da decretação do Estado de Emergência, a contratação de profissionais da saúde, com base em processo seletivo simplificado de análise curricular dos interessados, bem como através da graduação e experiência na área, podendo a contratação perdurar pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 15 Fica autorizada a exoneração de servidores comissionados de áreas não essenciais, exceto Secretários e cargos relacionados à Secretaria de Saúde, recomendando-se não realizar nomeações pelo prazo de 90 (noventa) dias, exceto por substituições dos essenciais, cabendo aos Secretários fundamentar a essencialidade dos que permanecerão, de forma individualizada, à Secretaria de Administração e Gabinete da Prefeita para decisão.

CAPÍTULO III

DA CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS E TEMPORÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, TEMPLOS RELIGIOSOS E DEMAIS ASSOCIAÇÕES.

Art. 16 O funcionamento de TODAS ATIVIDADES E SERVIÇOS poderão se realizar abertos com atendimento ao público presencial EM HORÁRIO RESTRITO DAS 05H00 ÀS 20H00 DE SEGUNDA A SEXTA, E DAS 05H00 ÀS 12H00 NO SÁBADO E DOMINGO, DESDE QUE obedecidas às exigências e limitações constantes desta normativa E COM ASSINATURA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE A SER FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pelo prazo disposto no art. 1º deste Decreto.

§1º Os estabelecimentos comerciais e empresas devem obedecer as seguintes medidas mínimas para atendimento presencial:

I - Empregar mecanismos de restrição de acesso ao público;

II - Observar distância mínima de 1,5 metros entre pessoas durante atendimento e espera, com fita, giz, cones, e outros materiais que possam ser usados para sinalização;

III - Considerar a capacidade de lotação máxima de 50% da disposta no alvará de funcionamento, além da observância do distanciamento mínimo de 1,5m exigido entre as pessoas, sendo a capacidade de pessoas de um estabelecimento proporcional à sua dimensão física que comporte o distanciamento exigido nesta normativa;

IV - Disponibilizar espaço externo para área de espera, sempre que possível, e se as condições climáticas permitirem;

V - Disponibilizar informações visíveis ao público com as orientações das medidas para contenção da Covid-19, nas áreas de circulação e uso comum;

VI - Suspender, durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública da Covid-19, a alimentação e degustação de produtos, com exceção da alimentação dos próprios colaboradores do estabelecimento;

VII - Providenciar o desenvolvimento de estratégias para diminuir o tempo que o usuário/cliente permanece em espera;

VIII - Adotar medidas adicionais para evitar a aglomeração de pessoas, como horários diferenciados para clientes com necessidades específicas;

IX - Disponibilizar álcool em gel em 70% ou equivalente profilático, para os empregados, colaboradores e consumidores que entrarem no estabelecimento;

X - Reforçar as ações de higiene em corrimãos, maçanetas de portas, carrinhos, cestas de compras, banheiros e nas áreas de circulação de público e de preparação de alimentos, com intervalo máximo de três horas;

XI – Disponibilizar aos empregados e colaboradores equipamento de proteção individual, luvas e máscaras de procedimento;

XII – Estimular métodos eletrônicos de pagamento;

XIII - Manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionado revisados e limpos, como filtros e dutos, e obrigatoriamente com janelas externas ou qualquer outra abertura, que contribua com a renovação do ar;

§2º As Indústrias estabelecidas no Município poderão funcionar, adotando medidas de prevenção junto aos funcionários, bem como adotando escala de revezamento entre o esses a fim de evitar aglomerações. Os estabelecimentos industriais e de construção civil com número de funcionários, maior igual a 30 (trinta), deverão realizar escalonamento em horário de refeições, entrada e saída de funcionários, apresentando plano de contingência à Secretaria Municipal de Saúde.

§3º Agências Bancárias e lotéricas poderão funcionar normalmente, priorizando trabalhos internos e com disponibilização aos clientes de caixas eletrônicos, com acesso máximo por vez do número de pessoas igual ao número de caixas eletrônicos disponíveis na agência, e outras linhas de atendimento, obrigando-se ainda, a divulgar as formas de atendimentos disponibilizadas à população, como *home banking*, telefone, *whatsaap* e outros aplicativos, além de disponibilizar um número para contato telefônico em cada agência para esclarecimento aos clientes, canais esses que deverão funcionar no mínimo das 10h às 14h, responsabilizando-se e disponibilizando-se ainda, funcionários para organizarem filas externas para manutenção do distanciamento mínimo exigido, bem como providenciar assepsia diária do ambiente interno do estabelecimento, bem como corrimão, maçanetas e demais medidas constantes no §1º deste artigo.

§4º Os restaurantes SOMENTE PODERÃO FUNCIONAR de modo presencial no horário disposto no *caput* e nos sábados e domingos até às 14h00, NÃO podendo funcionar após às 20h00, exceto com atendimento por “DELIVERY” até às 23h59 ou retirada no local dentro do horário de toque de recolher, evitando a disposição de mesas e sistema de fornecimento por “ buffet” e, caso disponham no horário restrito, DEVEM SEGUIR RIGOROSAMENTE AS NORMAS SANITÁRIAS de distanciamento entre as mesas, pessoas e demais medidas constantes no §1º deste artigo;

§5º Bares, conveniências, “espetinhos”, lanchonetes, sorveterias, tabacarias e carrinhos de lanches NÃO PODERÃO FUNCIONAR em horário diverso do disposto no *caput* deste artigo, exceto com atendimento por “DELIVERY” até às 23h59 ou retirada no local dentro do horário de toque de recolher, VEDADA a disposição de mesas e cadeiras, DEVENDO SEGUIR RIGOROSAMENTE AS NORMAS SANITÁRIAS de distanciamento entre as pessoas e demais medidas constantes no §1º deste artigo;

§6º Os Hotéis e Motéis poderão funcionar desde que adotando as medidas de segurança sanitária para funcionários e clientes, bem como intensificando a assepsia dos quartos e demais medidas constantes no §1º deste artigo, além da proibição de utilização de espaços coletivos como piscinas,

saunas, playground, sala de jogos e demais espaços que gerem aglomerações, inclusive com café da manhã ou alimentação apenas nos quartos;

§7º Os serviços de "mototáxis", táxis e ônibus ou vans coletivas municipais e intermunicipais poderão funcionar desde que adotem as medidas de segurança sanitária para os clientes, especialmente assepsia de bancos e capacetes, com solução de álcool 70% ou equivalente profilático, entre outras medidas de higiene, todas as vezes que terminar o atendimento de um cliente, além dos táxis e ônibus ou vans coletivas terem que respeitar a limitação de 50% da capacidade de passageiros do veículo, e táxis com passageiros somente no banco traseiro;

§8º Fica autorizada as atividades de FEIRAS LIVRES no âmbito do Município, DESDE QUE observadas às regras e medidas sanitárias dos demais comerciantes dispostas no §1º deste artigo, no que couber, bem como observarem o distanciamento mínimo de 2,5m entre as barracas, além da disponibilização de álcool em gel 70% ou equivalente profilático aos feirantes e consumidores, respeitando-se o distanciamento mínimo e evitando-se aglomerações, além da proibição de feirantes de outros Municípios.

§9º Outras normas de segurança poderão ser editadas pela Secretaria de Saúde, através de Portaria, vinculando-se ao presente Decreto.

§10º Os supermercados, mercearias e similares poderão funcionar presencialmente no horário disposto para as empresas em geral, e também nos sábados até às 20h00 e domingos até às 12h00;

§11 Fica VEDADO o consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, nos estabelecimentos privados, como bares, restaurantes, conveniências e congêneres, assim como no entorno destes, ainda que no horário permitido.

Art. 17. Ficam autorizadas a realização de missas, cultos e outras reuniões de cunho religioso, DESDE QUE COM ASSINATURA DE TERMO DE RESPONSABILIDADE A SER FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e obedecendo as seguintes normativas:

I - Os cultos e missas poderão acontecer nos templos somente com limitação 30% da lotação máxima do espaço físico do local, obrigando-se à completa higienização dos ambientes com álcool 70% ou equivalente profilático, antes e depois dos cultos, inclusive respeitando a limitação de horário para todas as atividades disposta no *caput* do art. 16 desde Decreto.

II - As cadeiras serão intercaladas, a fim de evitar proximidade dos participantes, obedecendo ao distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, excetuando-se os membros da mesma família que convivam diariamente;

III - Os locais deverão proporcionar o uso de álcool em gel na entrada e nas dependências do recinto, além das medidas de assepsia e higiene dispostas neste Decreto;

IV - Os banheiros deverão oferecer água, sabão e toalhas descartáveis para o uso dos participantes;

V - TODOS os participantes, com exceção do orador da atividade religiosa, deverão usar máscaras durante a realização do ato;

VI - Os líderes religiosos deverão proibir atos nas dependências do templo os quais importem em abraços e cumprimentos com contato físico.

Art. 18. Ficam suspensas as confraternizações e eventos particulares, reunião de pessoas nas ruas e calçadas para o consumo de bebidas alcóolicas, chimarrão, tereré, Narguile ou qualquer outra aglomeração de pessoas, até a data preconizada no artigo 1º do presente decreto.

§1º Fica VEDADO o funcionamento de Balneários, Clubes de Lazer e atividades turísticas desportivas (Rafting, Canoagem, Rapel e Trilhas), enquanto a classificação do Município estiver em risco ALTO ou MUITO ALTO, conforme Boletim da Secretaria Estadual de Saúde e Decreto Estadual.

§2º Ficam vedadas as atividades de lazer e esportivas coletivas, como o futebol e vôlei, autorizadas as atividades esportivas individuais ao ar livre, observando-se os horários restritos permitidos para as atividades em geral.

Art. 19. As academias de ginástica e musculação poderão funcionar, DESDE QUE adotando o seguinte protocolo:

I - Respeitar a limitação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima do total de aparelhos fixos, contabilizando os professores de educação física, recepcionistas e *personal trainers*, não sendo levado em consideração para cálculo do número de aparelhos/alunos: halteres, anilhas, bolas, caixotes e barras;

II - Os estabelecimentos devem atender obrigatoriamente com o agendamento de horários de alunos previamente listados em local visível com a capacidade exigida, para evitar aglomeração de pessoas aguardando para entrar na academia;

III - As academias devem realizar a higienização periódica e constante dos seus equipamentos, após a utilização de cada aluno, mantendo à disposição álcool 70% em gel ou equivalente profilático para higienização pessoal de seus alunos/clientes, devendo usar material descartável para a limpeza;

IV - As academias e os profissionais de educação física devem orientar os seus alunos/clientes a higienizarem as mãos ao mudarem de estação ou de equipamento utilizado;

V - A disposição dos aparelhos deve ser readequada para que se mantenha 1,5 metros de distância de um aparelho para o outro;

VI - Fica estipulada a suspensão de aulas e atividades coletivas em ambientes fechados;

VII - Recomenda-se também que se evitem os alongamentos com contato, substituindo pela demonstração do profissional de educação física;

VIII - As academias devem incentivar alunos/clientes a, ao chegarem, lavar as mãos com água e sabão, com tempo de duração não inferior de 20 a 30 segundos e/ou utilização de álcool 70% em gel ou equivalente na forma orientada pelo Ministério da Saúde;

IX - As academias são responsáveis por disponibilizar água e sabão e/ou álcool 70% em gel ou equivalente profilático aos usuários e profissionais;

X - Pessoas do grupo de risco com baixa imunidade (asma, pneumonia, tuberculose, câncer, pacientes renais crônicos e transplantados) ou que apresentem sintomas de gripe, e aqueles que tiveram contato com casos suspeitos nos últimos dias devem evitar ir à academia, devendo o profissional de educação física prescrever exercícios para fazer em casa;

XI - As seguintes medidas devem ser amplamente divulgadas aos alunos e profissionais: Tomar cuidado com a intensidade e o volume dos exercícios, já que o excesso de esforço pode acabar tendo o efeito contrário e ocasionar um enfraquecimento do sistema imunológico, evitar tocar o rosto, especialmente mucosas, boca, nariz e olhos, mesmo após o uso do álcool gel ou após lavar as mãos, não compartilhar objetos de uso pessoal como garrafas de água e toalhas de rosto, além de talheres, ao tossir ou espirrar, cobrir sempre com o braço ou com lenço de papel (descarte imediatamente após o uso), é importante não utilizar as mãos, pois terão contato com aparelhos e outras superfícies;

XII - As novas regras de funcionamento e as medidas para prevenção e controle da COVID-19 ser afixadas em local visível;

Art. 20. O descumprimento das restrições e medidas ora determinada neste Decreto implicará na cassação da Licença de Funcionamento, nos moldes do Código Municipal de Posturas e demais imposições legais, além das sanções de multa e até interdição dispostas no Código Sanitário Municipal.

Parágrafo único. A critério das autoridades Sanitárias Municipais, o prazo de restrições e medidas constantes neste artigo, poderá ser reduzido ou prorrogado, dependendo da evolução da infecção humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

CAPÍTULO IV

DA CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIDAS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO

Art. 21. Em alinhamento com a rede pública ESTADUAL de ensino, prorroga-se a suspensão das atividades escolares PRESENCIAIS na rede pública municipal até o prazo do art. 1º deste Decreto, sendo que as formas de compensação e atividades dos dias letivos serão editados pela Secretaria de Educação por meio de Portaria e, dependendo do extensão do período, adotar metodologia de ensino à distância com entregas dos materiais necessários ou outros métodos a serem planejados e executados pela Secretaria de Educação.

Parágrafo único. Fica autorizado às empresas e instituições de ensino privadas, bem como berçários privados, instaladas no Município de Jaciara, o funcionamento de modo presencial, DESDE QUE apresentem plano de contingência à Vigilância Sanitária, com antecedência de 10 dias, observando as exigências sanitárias e limitações constantes em Portaria com regras específicas a este ramo de atividade, a ser editada pela Secretaria de Saúde, além das demais regras aplicáveis às empresas em geral.

Art. 23. Durante o período de suspensão das aulas presenciais nas unidades escolares da rede municipal de ensino, em razão do estado de emergência no âmbito municipal declarado pelo Decreto, fica autorizada, em caráter excepcional, a distribuição imediata, aos pais ou responsáveis dos alunos nelas matriculados, de gêneros alimentícios, na forma de um "kit alimentação", em substituição ao fornecimento da merenda escolar.

§1º O "kit alimentação" conterá, tanto quanto possível, os gêneros alimentícios oferecidos no cardápio regular da merenda escolar;

§2º O "kit alimentação" será montado levando em consideração o consumo médio mensal por aluno em ambiente escolar;

§3º Na composição do "kit alimentação", não deverão constar alimentos considerados inadequados para a educação alimentar, bem como evitados produtos perecíveis, a fim de minimizar perdas no processo de logística entre a entrega pelo fornecedor, o acondicionamento e a entrega final ao aluno.

§4º O "kit alimentação" será destinado exclusivamente aos alunos matriculados na rede municipal de ensino, prioritariamente para os alunos cadastrados no Programa Federal “Bolsa Família” cujos cadastros, segundo o senso escolar do ano anterior, constam no sistema da Secretaria da Educação do Município.

§5º A entrega do "kit alimentação" aos pais ou responsáveis dos alunos matriculados nas unidades escolares da rede municipal de ensino será organizada e fiscalizada pela Secretaria Municipal da Educação em conjunto com a Secretaria de Assistência Social.

§6º A execução do disposto neste Decreto será fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

§7º A utilização do "kit alimentação" para fins diversos do previsto neste Decreto configura desvio de finalidade, sujeitando aqueles que para ele tenham concorrido às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das de natureza civil ou penal.

CAPÍTULO V

DA CONSOLIDAÇÃO DAS MEDIDAS EM RELAÇÃO AOS ATENDIMENTOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 24. Fica determinado o fechamento ao público do Parque Dona Lucinha, Praça JK, Praça Sr Toninho Cohab e demais espaços públicos de lazer, pelo prazo que dispõe o caput do artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Ficam proibidas as visitas e circulação de pessoas nas Cachoeiras, Prainhas e locais públicos turísticos que gerem aglomeração de pessoas no prazo disposto no art. 1º deste Decreto.

Art. 25. Fica autorizado aos respectivos Secretários, pelo prazo disposto no art. 1º deste Decreto, implementação de horários diferenciados, rodízio de servidores ou outras formas de serviço, a fim de evitar aglomerações, desde que não comprometido o atendimento e produção, recomendando-se a preferência ao atendimento por telefone, e-mail, *whattsapp* ou outra forma eletrônica não presencial e de acesso remoto;

Art. 26. Poderão ser convocados profissionais da Saúde que estiverem aposentados;

Art. 27. O Terminal Rodoviário terá suas atividades habituais com observância das medidas constantes no §1º do art. 16 deste Decreto, devendo os estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentícios, bem como os guichês, obedecerem todas as regras do presente Decreto.

Art. 28. As férias e licenças-prêmio concedidas aos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde que exercem suas funções nas áreas fins poderão ser suspensas a qualquer momento, excetuando os servidores que a Secretaria de Saúde julgar prescindíveis para o combate à Pandemia.

Art. 29. Os servidores públicos municipais acima de 60 (sessenta) anos de idade e do grupo de risco poderão exercer suas atribuições do cargo pelo sistema *home office*, se possível, a critério do Secretário respectivo e chefia imediata.

§1º Os casos que porventura não se enquadrem no sistema indicado no *caput* deste artigo deverão ser solucionados pela chefia imediata do servidor, nos termos deliberados pelo respectivo Secretário Municipal.

§2º Não se aplicará aos profissionais da saúde o previsto no *caput* deste artigo, podendo, no entanto, a critério da chefia imediata, os servidores da saúde enquadrados como grupo de riscos, serem transferidos da unidade de saúde para onde não estejam pacientes em tratamento ao Covid-19.

§3º Não se aplicará aos profissionais da educação que estiverem em regime de “ EAD” o previsto no *caput* deste artigo, posto que o contato com o público em geral foi minimizado, devendo a unidade escolar, no entanto, adotar medidas de prevenção sanitárias nos locais e priorizar o *home office* quando possível.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. A título de recomendação devem os munícipes, sempre que possível, observar o seguinte:

I - integrantes do grupo de risco (tais como gestantes, lactantes, idosos, diabéticos, pessoas com insuficiência renal ou doença respiratória crônica, doença cardiovascular), evitar o deslocamento até os estabelecimentos citados neste Decreto;

II - deslocamento de somente 1 (uma) pessoa por família até os estabelecimentos citados para fins de aquisição dos produtos ou outros atendimentos presenciais;

III - evitar o deslocamento de crianças de até 12 (doze) anos aos estabelecimentos citados neste Decreto.

IV - recomendar que eventos esportivos, religiosos e culturais, que não necessitam de licença do poder público municipal, sejam suspensos por prazo indeterminado;

V - recomendar que cidadãos com sintomas do novo coronavírus, se dirijam ao Centro de Atendimento Covid 19, onde, à critério dos profissionais da saúde, serão realizados exames clínicos e demais providências adequadas ao caso, sem prejuízo do imediato isolamento domiciliar e social.

§1º. Além das sanções previstas no art. 20 pelo descumprimento das restrições e medidas ora determinada neste Decreto, os infratores terão como sanção o pagamento de 03 (três) a 12 (doze) cestas básicas, sendo 03 (três) para infração leve, 06 (seis) para infração média, 09 (nove) para infração grave e 12 (doze) para infração gravíssima, a serem revertidas para famílias carentes locais, sem prejuízo das responsabilidades cíveis e criminais, sendo os parâmetros das gravidades das infrações disciplina-

das detalhadamente em Portaria a ser editada pela Secretaria Municipal de Saúde.

§2º. Fica determinada a PROIBIÇÃO DE LOCOMOÇÃO de qualquer cidadão no território do Município de Jaciara (TOQUE DE RECOLHER), no período compreendido entre as 21h00 às 05h00, no período que compreender a vigência do art. 1º do Decreto Consolidado prorrogado, excetuando-se da proibição os serviços considerados essenciais de:

I – estabelecimentos hospitalares;

II – clínicas veterinárias, clínicas odontológicas e clínicas médicas em regime de emergência;

III – farmácias e laboratórios;

IV – funerárias e serviços relacionados;

V - serviço de segurança pública e privada;

VI – serviços de táxi e aplicativo de transporte individual remunerado de passageiros;

VII – profissionais da área fim da Saúde;

VIII – servidores públicos das áreas de fiscalização, quando em pleno exercício da função;

IX – atividades inerentes a circulação de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população;

X - para fins de acesso aos serviços essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante;

XI – quando em trânsito decorrente de retorno e/ou partida de trabalho excetuado do horário restrito e de viagens oriundas do Terminal Rodoviário.

Art. 31. Ficam CONSOLIDADAS e revogadas as disposições em contrário dos Decretos Municipais anteriores relacionados às medidas de enfrentamento ao COVID-19.

Art. 32. O presente Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE JACIARA, EM 1º DE ABRIL DE 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 010/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através da Pregoeira nomeada, RETIFICA O RESULTADO DE LICITAÇÃO, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XVI, Nº 3.689, Página 296, de 18 de Março de 2021, bem como no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso Ano 10, Nº 2153 – Página 73, Divulgação quinta-feira, 18 de março de 2021.

ONDE SE LÊ: empresa **CONEXPAR COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS DO PARANÁ EIRELI** ao valor global de **R$ 144.833,70** (Cento e quarenta quatro mil , oitocentos e trinta três reais e setenta centavos)

LEIA-SE: empresa **CONEXPAR COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS DO PARANÁ EIRELI** ao valor global de **R$ 76.833,70 (Setenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e setenta centavos).**

Jaciara-MT, 31 de março de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 013/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através da Pregoeira nomeada, RETIFICA O RESULTADO DE LICITAÇÃO, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XVI, Nº 3.695, Página 228, de 26 de Março de 2021, bem como no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas de Mato Grosso Ano 10, Nº 2159 – Página 128, Divulgação sexta-feira, 26 de março de 2021.

ONDE SE LÊ: empresas **C. E MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI** ao valor global de **R$ 207.450,00** (Duzentos e sete mil quatrocentos e cinquenta reais).

LEIA-SE: empresas **C. E MACEDO COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS - EIRELI** ao valor global de **R$ 177.950,00** (Cento e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Jaciara-MT, 31 de março de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO - EXTRATO ATA Nº. 023/2021

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: CONEXPAR COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS DO PARANA EIRELI**; **OBJETO:** "**Registro de preços para eventuais aquisições de materiais utilizados na manutenção e reparos de redes, ramais e cavaletes de água do Município de Jaciara-MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses **ONDE SE LÊ : R$ 144.833,70 (Cento e quarenta quatro mil, oitocentos e trinta três reais e setenta centavos). LEIA-SE: R$ 76.833,70 (Setenta e seis mil, oitocentos e trinta três reais e setenta centavos) ASSINATURA: 19/03/2021.**

ANDREIA WAGNER

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº 051, DE 01 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de cargo comissionado e dá outras providências"

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeado a Sr. JOEL DE CAMPOS MIALHA, CPF nº, 004.368.041-07, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Apoio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos desde 01 de Março de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, .

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 01 de Março de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053, DE 01 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre Elevação de Nível das servidoras municipal.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Efetuar a elevação de Nível da servidora a partir do dia 01 de Março de 2021,

Nº SERVIDORA Nível

01 Kelem Soares de Barros 2 Para 3

02 Lorenna Lígia da Silva 2 Para 3

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua Publicação.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 01 de Março de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050, DE 01 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de cargo comissionado e dá outras providências"

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeado a Sra. JOVILENE MARCELINA DA SILVA, CPF nº , 819.196.971-87, para exercer o cargo de Encarregado de Divisão de Administração Pessoal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos desde 01 de Março de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, .

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 01 de Março de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 052, DE 01 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de cargo comissionado e dá outras providências"

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica nomeado a Sr. MOISES PEDROSO SANTOS, CPF nº, 926. 886.671-49, para exercer o cargo de Encarregado de Divisão de Vigilância e Inspeção.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos desde 01 de Março de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, .

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 01 de Março de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO 054/2021

DECRETO Nº 054 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAIS / CONVECTIVAS/CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MDR Nº36/2020 DE 04/12/2020

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que são diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC - dentre outras, a atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas (Lei n.º 12.608/2012, art. 4º, I);

Considerando que são objetivos da PNPDEC, dentre outros, a prestação de socorro e assistência às populações atingidas por desastres, a recuperação das áreas afetadas por desastres e a produção de alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais (Lei n.º 12. 608/2012, art. 5º, I, II, IX, respectivamente);

Considerando as chuvas intensas que vem assolando o município desde o mês de março de 2021,em especial o período compreendido entre os dias 19 e 22 de março, em especial na Comunidades Barreirão, Brigadeiro, Água Branca e Água grande com precipitações pluviométricas bastante altas o que comprometeu a trafegabilidade, principalmente nas estradas vicinais do município com ocorrências registradas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Considerando o **PARECER TÉCNICO Nº 001/2021 FAVORÁVEL** da COMPDEC, para que se decrete situação de emergência classificando o desastre como Tempestades Locais/Convectivas – Chuvas Intensas – Cobrade 1.3.2.1.4.

Considerando a Lei12.608 de 10 de abril de 2012 Art.8º inciso VI e Lei Estadual 10.670 de 16 de janeiro de 2018 Art.17 inciso VI, compete aos municípios declarar situação de emergência e estado de calamidade pública.

Considerando a necessidade de recuperação emergencial em estradas, pontes e bueiros destruídos pelo excesso de chuvas;

Considerando que existe urgência concreta e efetiva no atendimento aos serviços básicos e essenciais à população;

Considerando que a população atingida de 22.354 habitantes com abrangência na área do município, que fica a uma distância de 280 Km de estrada não pavimentada com péssimas condições de trafegabilidade, até a cidade de Juína, polo da região.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestades Locais/ Convectivas - Chuvas Intensas – COBRADE: 1.3.2.1.4.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Ficam os órgãos competentes autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repressão a crimes para os órgãos de proteção e defesa civil, nos termos do artigo 17 da Lei n.º 12.608/2012, de 10 de abril de 2012.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 01 de Abril de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA 145/2021

PORTARIA Nº145, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir desta data, o sr**. GILMAR ALVES FERREIRA,** brasileiro, para exercer temporariamente o cargo em comissão de **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, e GESTOR DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE JAURU- PREVI-JAURU** enquanto durar o afastamento da servidora **ELIZABETE SILVA MEDEIROS**, em virtude de tratamento do novo COVID-19.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru/MT, 05 de abril de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA.

Processo: Dispensa de Licitação n.º 018/2021.

Assunto: Contratação de empresa especializada em projetos de engenharia elétrica para elaboração de projetos de energia elétrica de distribuição em média e baixa tensão, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratado: AUREA INSTALACOES E REPRESENTACOES ELETRICAS LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 08.714.221/0001-33, estabelecida na Av Porto Alegre, n.º 3857, Centro, CEP: 78.890-000, no Município de Sorriso/MT.

Valor Global: R$ 10.650,00 (dez mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência: Fornecimento Imediato.

RECONHEÇO E RATIFICO com vistas ao Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município e demais documentos anexos ao processo, a DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 018/2021, com fundamento no Art. 24, Inciso Iv, da Lei Federal n.º 8.666/93, para contratação do objeto supracitado.

Juara/MT, em 05 de abril de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

LICITAÇÃO
EXTRATO ADITIVOS_MARCO

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 126/2020.

Parceiro Público: MUNICÍPIO DE JUARA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99, com sede na Rua Niterói, n.º 81-N, centro, nesta cidade de Juara/MT, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, **CARLOS AMADEU SIRENA,** brasileiro, empresário, portador do RG. n.º 2.181.389-3 SSP/MT, e do CPF n.º 578.160.189-91, residente e domiciliado no Município de Juara/MT, denominado de **CONTRATANTE**.

Parceira:M C BRUSTOLIN ENGENHARIA EIRELI - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 28.836.771/0001-32, localizada à Rua Amendoeiras, 568 - Setor Comercial - Sinop/MT, devidamente representada por seu proprietário o Sr. Maiko Brustolin, portador da Cédula de Identidade n.º 1314263-1 SSP/MT e CPF: 009.338.401-79

Processo: Tomada de Preço nº 004/2020.

Objeto: Este instrumento tem como objeto a **Prorrogação do Prazo de Execução da Obra**, sem alterações de valores, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme justificativa de pedido de prorrogação contratual e cronograma, em Anexos ao processo,por se tratar de **Contratação de Empresa Especializada para Ampliação de Salas de Aulas das Creches Municipais "Creche Thayna Gabriely De Oliveira, Creche Madre Paulina e Creche Cantinho Mágico",** em Atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme projeto básico, especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**,** conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual

Assinatura: 12/03/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 18/2021

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sire-**

na reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em projetos de engenharia elétrica para elaboração de projetos de energia elétrica de distribuição em média e baixa tensão, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,** conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, a empresa contratada **AUREA INSTALACOES E REPRESENTACOES ELETRICAS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 08.714.221/0001-33, estabelecida na Av Porto Alegre, n.º 3857, Centro, CEP: 78.890-000, no Município de Sorriso/MT.

Valor Global: R$ 10.650,00 (dez mil seiscentos e cinquenta reais)

Juara - MT 05 de abril de 2021.

Luiz Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Diretor de Licitações Prefeito do Município

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 253 E 254-2021

PORTARIA Nº 253/2021.

DESIGNAR COMO FISCAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE INSTALAÇÕES PARA FINALIZAÇÃO DO BLOCO DE LEITOS DE ESTABILIZAÇÃO NO HOSPITAL MUNICIPAL.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o Processo SAD nº 4.200 de 01/04/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Arquiteta e Urbanista **SUZIANE REGINA SILVA DA ROCHA**, portadora do RG n° 24981982 SSP/MT, CPF n° 047.291.441-39 e CAU n° A158548-7, residente e domiciliada nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, para exercer a Função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra de Instalações para Finalização do Bloco de Leitos de Estabilização no Hospital Municipal, conforme Contrato nº 024/2021 e Tomada de preço 018/2020.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando em especial a Portaria nº185/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de abril de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 254/2021.

Nomeia como Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra "Execução de Pavimentação Asfáltica com TSD e Drenagem Superficial de Águas Pluviais em Diversas Ruas do Bairro Parque Alvorada em Juara/MT".

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o Processo SAD nº4.200 de 01/04/2021.

Considerando o art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil **ALLAN SALES GOMES**, portador do RG n° 1.046.682 SSP/TO, CPF n° 039.640.791-97 e CREA RN nº 2418470776, residente e domiciliado nesta Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso, para exercer a Função de Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da Obra "Execução de Pavimentação Asfáltica com TSD e Drenagem Superficial de Águas Pluviais em Diversas Ruas do Bairro Parque Alvorada em Juara/MT". Conforme modalidade Licitatória Tomada de Preço nº 016/2019/ SECAD e Instrumento Contratual nº 211/2019.

Art. 2º Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEOBRAS.

Art. 3º O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado não acarretará ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de abril de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
2º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

2º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020

Dispõe sobre a chamada pública para credenciamento de solicitação de subsídio emergencial aos espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais que tiveram as suas atividades interrompidas pela força das medidas de isolamento social nos termos estabelecidos neste Edital.

CONSIDERANDO o Estado de Calamidade Pública em âmbito nacional declarado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

CONSIDERANDO o Estado de Calamidade Pública em âmbito estadual declarado pelo Decreto Legislativo nº 424/2020, de 25 de março de 2020.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 045/2021, de 25 de janeiro de 2021.

O Prefeito municipal de Juína-MT, no uso das suas atribuições legais, por meio do 2º Termo Aditivo ao Edital de Chamada Pública nº 002/2020, torna público a abertura do prazo para readequação das propostas das contrapartidas, para meios alternativos de execução, em conformidade com as medidas sanitárias vigentes.

Art. 1º. As contrapartidas poderão ser readequadas até o dia 15 de abril de 2021, para meios alternativos, eletrônicos e outros meios que possibilitem a execução e que estejam em conformidade com as medidas sanitárias expostas nos Decretos Estaduais e Municipais.

Art. 2º. As demais cláusulas e prazos permanecem inalteradas(os).

Art. 3º. Este 2º Termo entrará em vigor na data de sua publicação.

Juína-MT, 25 de março de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
2º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020
APOIO EMERGENCIAL À CULTURA

2º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

APOIO EMERGENCIAL À CULTURA

Dispõe sobre o edital de credenciamento para seleção de propostas culturais de apoio à artistas, profissionais da cultura, Pontos de Cultura, Associações, entidades, grupos e coletivos culturais e de diversidade, empresas de pequeno porto e microempreendedores, cumprindo a Lei Emergencial de Cultura Aldir Blanc – Lei nº 14.017/2020 no artigo 2º, III, nos termos estabelecidos neste Edital.

CONSIDERANDO o Estado de Calamidade Pública em âmbito nacional declarado pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

CONSIDERANDO o Estado de Calamidade Pública em âmbito estadual declarado pelo Decreto Legislativo nº 424/2020, de 25 de março de 2020.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 027/2021, de 25 de janeiro de 2021.

O Prefeito municipal de Juína-MT, no uso das suas atribuições legais, por meio do 2º Termo Aditivo ao Edital de Chamada Pública nº 001/2020, torna público a abertura do prazo para readequação das propostas das contrapartidas, por meios alternativos de execução, em conformidade com as medidas sanitárias vigentes, bem como retifica-se o prazo final para sua execução.

Art. 1º. As contrapartidas poderão ser readequadas até o dia 15 de abril de 2021, para meios alternativos, eletrônicos e outros meios que possibilitem a execução e que estejam em conformidade com as medidas sanitárias expostas nos Decretos Estaduais e Municipais.

Art. 2º. Retifica-se o prazo previsto no “item 2.3”, referente a execução da contrapartida, ficando o término previsto para o dia 31 de maio de 2021.

Art. 3º. Retifica-se o prazo previsto no “item 9.1” na última linha do cronograma “Prestação de Contas – Categorias de 2 a 12”, data final para o dia 31 de maio de 2021.

Art. 4º. As demais cláusulas e prazos permanecem inalteradas(os).

Art. 5º. Este 2º Termo entrará em vigor na data de sua publicação.

Juína-MT, 25 de março de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 104/2021, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 25, parágrafo II, da Lei nº 8.666/93, realiza a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021, Processo Administrativo n° 034/2021, CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA, através da Pessoa Fisica EMERSON MONTEIRO TAVARES, CPF 036.119.071.97, com valor total de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Juruena - MT, 05 de abril de 2021

Robson Gomes Dias Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO				
Código	**Razão Social**	**CNPJ**	**Qtde de Itens**	**Valor**
33767 -	EMERSON MONTEIRO TAVARES		1	$45,000.00
			1	**$45,000.00**
JURUENA-MT, 05 DE ABRIL DE 2021.				
	MANOEL GONTIJO DE CARVALHO PREFEITO			

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO 2º ADITIVO CONTRATO 068/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Claudinei Da Luz - ME

OBJETO: “Contratação De Empresa Em Locação De Veiculo, Para Atender As Necessidades Da Secretária De Desenvolvimento Social, Do Município De Juscimeira/MT”

PRAZO: 01.07.2.021

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Claudinei Da Luz - ME – CNPJ: 30.988.923/0001-64

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 003/2021

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Genival Aparecido Rosa Dos Santos - ME

OBJETO: “Contratação De Empresa Especializada Em Serviços De Locação De Veiculo Tipo Automóvel, Com Motorista, Para Atender As Necessidades Da Secretaria De Administração”

PRAZO: 04.06.2021

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Genival Aparecido Rosa Dos Santos - ME – CNPJ: 30.883.841/0001-55

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - RREO - 1° BIMESTRE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.982.595,10	38.982.595,10	5.867.940,91	15,05	5.867.940,91	15,05	33.114.654,19
RECEITAS CORRENTES	36.102.595,10	36.102.595,10	5.867.940,91	16,25	5.867.940,91	16,25	30.234.654,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.121.790,10	6.121.790,10	566.145,30	9,25	566.145,30	9,25	5.555.644,80
Impostos	5.812.750,00	5.812.750,00	527.824,40	9,08	527.824,40	9,08	5.284.925,60
Taxas	309.040,10	309.040,10	38.320,90	12,40	38.320,90	12,40	270.719,20
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.257.000,00	1.257.000,00	186.736,82	14,86	186.736,82	14,86	1.070.263,18
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.257.000,00	1.257.000,00	186.736,82	14,86	186.736,82	14,86	1.070.263,18
RECEITA PATRIMONIAL	51.200,00	51.200,00	709,41	1,39	709,41	1,39	50.490,59
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	51.200,00	51.200,00	709,41	1,39	709,41	1,39	50.490,59
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.564.800,00	1.564.800,00	258.227,95	16,50	258.227,95	16,50	1.306.572,05
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e o Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.564.600,00	1.564.600,00	258.227,95	16,50	258.227,95	16,50	1.306.372,05
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.058.305,00	27.058.305,00	4.825.701,75	17,83	4.825.701,75	17,83	22.232.603,25
Transferências da União e de suas Entidades	12.264.957,06	12.264.957,06	2.348.812,14	19,15	2.348.812,14	19,15	9.916.144,92
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.791.347,94	10.791.347,94	1.625.443,03	15,06	1.625.443,03	15,06	9.165.904,91
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.000.000,00	4.000.000,00	851.446,58	21,29	851.446,58	21,29	3.148.553,42
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.500,00	49.500,00	30.419,68	61,45	30.419,68	61,45	19.080,32
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	45.000,00	45.000,00	8.410,28	18,69	8.410,28	18,69	36.589,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	22.009,40	0,00	22.009,40	0,00	-22.009,40
RECEITAS DE CAPITAL	2.880.000,00	2.880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.880.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARREOAnexo1 Página: 1 / 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.380.000,00	2.380.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.380.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.880.000,00	1.880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.880.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.982.595,10	38.982.595,10	5.867.940,91	15,05	5.867.940,91	15,05	33.114.654,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.982.595,10	38.982.595,10	5.867.940,91	15,05	5.867.940,91	15,05	33.114.654,19
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	711.680,57	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.982.595,10	38.982.595,10	5.867.940,91	15,05	6.579.621,48	16,88	32.402.973,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	645.016,52	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	645.016,52	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	31.397.990,14	5.245.313,29	0,00
DESPESAS CORRENTES	32.027.389,32	32.477.588,72	7.294.022,64	7.294.022,64	25.183.566,08	6.101.253,38	6.101.253,38	26.376.335,34	4.904.239,49	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.146.399,50	18.639.457,14	3.103.374,48	3.103.374,48	15.536.082,66	3.103.374,48	3.103.374,48	15.536.082,66	2.585.071,97	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00	70.000,00	18.077,82	18.077,82	51.922,18	18.077,82	18.077,82	51.922,18	18.077,82	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.810.989,82	13.768.131,58	4.172.570,34	4.172.570,34	9.595.561,24	2.979.801,08	2.979.801,08	10.788.330,50	2.301.089,70	0,00
Transferências a Municípios²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes²	12.810.989,82	13.768.131,58	4.172.570,34	4.172.570,34	9.595.561,24	2.979.801,08	2.979.801,08	10.788.330,50	2.301.089,70	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.655.205,78	4.850.022,90	732.546,84	732.546,84	4.117.476,06	478.368,10	478.368,10	4.371.654,80	341.073,80	0,00
INVESTIMENTOS	4.275.205,78	4.470.022,90	532.546,84	532.546,84	3.937.476,06	404.150,44	404.150,44	4.065.872,46	266.856,14	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	380.000,00	200.000,00	200.000,00	180.000,00	74.217,66	74.217,66	305.782,34	74.217,66	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	31.397.990,14	5.245.313,29	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	31.397.990,14	5.245.313,29	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	31.397.990,14	5.245.313,29	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e o Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (j)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	100,00	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	100,00	31.397.990,14	0,00
ADMINISTRAÇÃO	7.569.200,00	8.194.426,54	2.145.123,32	2.145.123,32	26,73	6.049.303,22	1.792.630,26	1.792.630,26	27,25	6.401.796,28	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.139.600,00	5.292.404,42	983.660,76	983.660,76	12,26	4.308.743,66	872.911,84	872.911,84	13,27	4.419.492,58	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.079.600,00	2.552.022,12	961.462,56	961.462,56	11,98	1.590.559,56	834.798,64	834.798,64	12,69	1.717.223,48	0,00
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	350.000,00	350.000,00	200.000,00	200.000,00	2,49	150.000,00	84.919,78	84.919,78	1,29	265.080,22	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.380.443,00	1.614.208,88	246.340,76	246.340,76	3,07	1.367.868,12	199.679,07	199.679,07	3,03	1.414.529,81	0,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	118.984,50	224.610,07	31.200,00	31.200,00	0,39	193.410,07	2.500,00	2.500,00	0,04	222.110,07	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	306.258,50	362.481,37	29.016,40	29.016,40	0,36	333.464,97	23.162,70	23.162,70	0,35	339.318,67	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	955.200,00	1.027.117,44	186.124,36	186.124,36	2,32	840.993,08	174.016,37	174.016,37	2,64	853.101,07	0,00
SAÚDE	9.122.972,00	9.122.972,00	2.504.219,86	2.504.219,86	31,20	6.618.752,14	1.891.582,79	1.891.582,79	28,75	7.231.389,21	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.795.370,00	3.301.654,00	1.576.870,54	1.576.870,54	19,65	1.724.783,46	1.377.819,99	1.377.819,99	20,94	1.923.834,01	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	3.184.881,68	2.943.256,68	317.175,67	317.175,67	3,95	2.626.081,01	294.567,44	294.567,44	4,48	2.648.689,24	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.188.727,64	1.930.268,64	557.198,29	557.198,29	6,94	1.373.070,35	176.204,41	176.204,41	2,68	1.754.064,23	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	391.239,92	391.239,92	27.031,38	27.031,38	0,34	364.208,54	17.046,97	17.046,97	0,26	374.192,95	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	125.000,00	125.000,00	10.173,10	10.173,10	0,13	114.826,90	10.173,10	10.173,10	0,15	114.826,90	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	437.752,76	431.552,76	15.770,88	15.770,88	0,20	415.781,88	15.770,88	15.770,88	0,24	415.781,88	0,00
EDUCAÇÃO	9.647.882,50	9.647.882,50	1.593.191,60	1.593.191,60	19,85	8.054.690,90	1.554.407,05	1.554.407,05	23,62	8.093.475,45	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	229.000,00	229.000,00	389,40	389,40	0,00	228.610,60	0,00	0,00	0,00	229.000,00	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	4.827.882,50	4.940.182,50	538.035,53	538.035,53	6,70	4.402.146,97	503.384,44	503.384,44	7,65	4.436.798,06	0,00
ENSINO SUPERIOR	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.511.000,00	4.398.700,00	1.054.766,67	1.054.766,67	13,14	3.343.933,33	1.051.022,61	1.051.022,61	15,97	3.347.677,39	0,00
CULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
DIREITOS DE CIDADANIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
URBANISMO	1.737.850,00	1.760.150,00	199.925,70	199.925,70	2,49	1.560.224,30	199.925,70	199.925,70	3,04	1.560.224,30	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.040.150,00	1.062.450,00	10.932,00	10.932,00	0,14	1.051.518,00	10.932,00	10.932,00	0,17	1.051.518,00	0,00
SERVIÇOS URBANOS	697.700,00	697.700,00	188.993,70	188.993,70	2,35	508.706,30	188.993,70	188.993,70	2,87	508.706,30	0,00
SANEAMENTO	887.000,00	795.000,00	277.019,16	277.019,16	3,45	517.980,84	185.770,88	185.770,88	2,82	609.229,12	0,00
ABASTECIMENTO	887.000,00	795.000,00	277.019,16	277.019,16	3,45	517.980,84	185.770,88	185.770,88	2,82	609.229,12	0,00
AGRICULTURA	708.000,00	708.000,00	152.095,38	152.095,38	1,89	555.904,62	39.094,71	39.094,71	0,59	668.905,29	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	32.000,00	32.000,00	2.748,50	2.748,50	0,03	29.251,50	2.748,50	2.748,50	0,04	29.251,50	0,00
EXTENSÃO RURAL	676.000,00	676.000,00	149.346,88	149.346,88	1,86	526.653,12	36.346,21	36.346,21	0,55	639.653,79	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	308.000,00	310.024,10	25.678,35	25.678,35	0,32	284.345,75	23.925,83	23.925,83	0,36	286.098,27	0,00
TURISMO	308.000,00	310.024,10	25.678,35	25.678,35	0,32	284.345,75	23.925,83	23.925,83	0,36	286.098,27	0,00
ENERGIA	1.310.000,00	1.285.000,00	186.139,58	186.139,58	2,32	1.098.860,42	184.768,93	184.768,93	2,81	1.100.231,07	0,00
CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	1.310.000,00	1.285.000,00	186.139,58	186.139,58	2,32	1.098.860,42	184.768,93	184.768,93	2,81	1.100.231,07	0,00
TRANSPORTE	2.832.950,00	2.711.650,00	435.229,91	435.229,91	5,42	2.276.420,09	374.715,47	374.715,47	5,70	2.336.934,53	0,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.832.950,00	2.711.650,00	435.229,91	435.229,91	5,42	2.276.420,09	374.715,47	374.715,47	5,70	2.336.934,53	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPORTO E LAZER	626.297,60	626.297,60	43.528,04	43.528,04	0,54	582.769,56	40.825,31	40.825,31	0,62	585.472,29	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	626.297,60	626.297,60	43.528,04	43.528,04	0,54	582.769,56	40.825,31	40.825,31	0,62	585.472,29	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	450.000,00	450.000,00	218.077,82	218.077,82	2,72	231.922,18	92.295,48	92.295,48	1,40	357.704,52	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	450.000,00	450.000,00	218.077,82	218.077,82	2,72	231.922,18	92.295,48	92.295,48	1,40	357.704,52	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	100,00	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	100,00	31.397.990,14	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	37.332.595,10	37.977.611,62	8.026.569,48	8.026.569,48	100,00	29.951.042,14	6.579.621,48	6.579.621,48	100,00	31.397.990,14	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2020 A FEVEREIRO/2021

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2021
	3/2020	4/2020	5/2020	6/2020	7/2020	8/2020	9/2020	10/2020	11/2020	12/2020	1/2021	2/2021		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.329.957,16	3.409.628,07	2.800.156,35	3.498.343,58	5.702.169,59	3.607.355,40	4.534.690,20	4.243.992,46	3.205.322,88	5.671.417,36	3.298.688,83	3.355.594,51	46.657.316,39	39.802.595,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	351.603,49	338.380,31	337.760,83	226.334,91	438.681,07	368.495,64	728.216,16	533.794,87	370.316,81	651.506,78	318.976,06	247.169,24	4.911.236,17	6.121.790,10
IPTU	5,790,86	3,440,69	4,611,00	5,756,44	2,032,41	3,343,02	3,395,48	4,102,32	56,985,60	170,306,81	16,515,90	6,061,09	282.341,62	194,000,00
ISS	240.698,32	212.272,51	229.093,97	133.709,73	298.692,42	229.763,97	608.921,91	379.201,61	181.014,35	183.896,51	202.830,45	144.383,61	3.044.479,36	2.816.250,00
ITBI	51.616,90	67.216,31	50.299,38	34.788,83	19.322,59	70.665,13	45.901,57	78.743,28	61.911,30	69.206,46	29.550,00	12.525,00	591.746,75	2.115.000,00
IRRF	42.089,37	52.654,49	49.093,45	46.317,70	111.014,85	59.267,28	61.899,41	64.158,20	62.505,06	212.424,22	50.622,72	63.490,97	875.537,72	678.000,00
OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE M	11.408,04	2.796,31	4.663,03	5.762,21	7.618,80	5.456,24	8.097,79	7.589,46	7.900,50	15.672,78	19.456,99	20.708,57	117.130,72	318.540,10
CONTRIBUIÇÕES	26.588,37	0,00	35.450,00	0,00	82.348,89	0,00	15.713,50	14.420,99	29.102,97	27.503,64	94.911,99	91.824,83	417.865,18	1.257.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.434,53	1.594,46	1.847,05	1.719,60	6.091,77	17.692,61	509,39	-723,09	444,60	508,70	359,48	349,93	32.829,03	51.200,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.434,53	1.594,46	1.847,05	1.719,60	6.091,77	17.692,61	509,39	-723,09	444,60	508,70	359,48	349,93	32.829,03	51.200,00
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	123.603,79	100.885,59	120.230,98	124.949,60	129.612,37	127.894,76	128.277,64	159.606,62	133.528,47	128.605,19	119.554,49	138.673,46	1.535.422,96	1.564.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.816.543,65	2.959.552,83	2.297.300,66	3.135.659,72	5.036.863,13	3.085.241,00	3.652.984,73	3.523.293,98	2.654.161,40	4.135.300,29	2.744.194,18	2.867.850,00	38.908.945,57	30.758.305,00
COTA-PARTE DO FPM	683.013,52	669.504,45	700.449,39	570.203,37	982.972,30	624.407,69	502.965,89	676.789,07	897.032,66	1.337.544,99	972.152,68	1.274.245,68	9.891.281,69	10.100.000,00
COTA-PARTE DO ICMS	934.892,85	588.615,43	552.193,84	701.987,36	746.252,56	708.597,89	1.004.880,40	902.481,88	808.068,67	1.100.532,50	847.009,63	680.093,12	9.575.606,13	8.500.000,00
COTA-PARTE DO IPVA	101.614,36	37.949,26	73.629,01	66.830,82	57.643,61	47.724,03	51.212,39	38.003,72	38.206,41	80.732,54	74.230,73	58.743,33	726.520,21	850.000,00
COTA-PARTE DO ITR	6.490,10	3.713,38	2.767,47	1.085,91	635,94	1.722,78	29.630,97	841.635,38	42.079,32	56.633,41	12.306,69	12.931,51	1.011.632,86	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	423.602,40	287.808,35	283.231,98	325.120,36	335.664,86	322.919,68	417.551,31	429.179,43	394.868,17	509.326,21	443.606,26	407.840,32	4.580.719,33	4.000.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	666.930,42	1.371.961,96	685.028,97	1.470.431,90	2.913.693,86	1.379.868,93	1.646.743,77	635.204,50	473.906,17	1.050.530,64	394.888,19	433.996,04	13.123.185,35	7.158.305,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.183,33	9.214,88	7.566,83	9.679,75	8.572,36	8.031,39	8.988,78	13.599,09	17.768,63	727.992,76	20.692,63	9.727,05	851.017,48	49.500,00
DEDUÇÕES (II)	-345.202,00	-259.956,40	-265.807,84	-268.021,66	-277.857,22	-276.490,32	-317.737,76	-491.781,84	-357.077,30	-435.614,44	-381.139,81	-405.202,62	-4.081.889,21	-3.700.000,00
CONTRIB. DO SERVIDOR PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANC. ENTRE REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	-345.202,00	-259.956,40	-265.807,84	-268.021,66	-277.857,22	-276.490,32	-317.737,76	-491.781,84	-357.077,30	-435.614,44	-381.139,81	-405.202,62	-4.081.889,21	-3.700.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.984.755,16	3.149.671,67	2.534.348,51	3.230.321,92	5.424.312,37	3.330.865,08	4.216.952,44	3.752.210,62	2.848.245,58	5.235.802,92	2.917.549,02	2.950.391,89	42.575.427,18	36.102.595,10

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	36.102.595,10	5.867.940,91
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.121.790,10	566.145,30
IPTU	194.000,00	22.576,99
ISS	2.816.250,00	347.214,06
ITBI	2.115.000,00	42.075,00
IRRF	678.000,00	114.113,69
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	318.540,10	40.165,56
Contribuições	1.257.000,00	186.736,82
Receita Patrimonial	51.200,00	709,41
Aplicações Financeiras (II)	51.200,00	709,41
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	27.058.305,00	4.825.701,75
Cota-Parte do FPM	8.300.000,00	1.797.118,71
Cota-Parte do ICMS	6.800.000,00	1.221.682,23
Cota-Parte do IPVA	680.000,00	106.379,42
Cota-Parte do ITR	96.000,00	20.190,58
Transferências da LC 87/1996	24.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	4.000.000,00	851.446,58
Outras Transferências Correntes	7.158.305,00	828.884,23
Demais Receitas Correntes	1.614.300,00	288.647,63
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.614.300,00	288.647,63
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	36.051.395,10	5.867.231,50
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.880.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.380.000,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	2.380.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	2.380.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	38.431.395,10	5.867.231,50

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ATÉ O 1º BIMESTRE/2021					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	32.477.588,72	7.294.022,64	6.101.253,38	4.904.239,49	323.492,18	27.704,61	27.571,60
Pessoal e Encargos Sociais	18.639.457,14	3.103.374,48	3.103.374,48	2.585.071,97	171.692,84	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	70.000,00	18.077,82	18.077,82	18.077,82	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.768.131,58	4.172.570,34	2.979.801,08	2.301.089,70	151.799,34	27.704,61	27.571,60
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	13.768.131,58	4.172.570,34	2.979.801,08	2.301.089,70	151.799,34	27.704,61	27.571,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	32.407.588,72	7.275.944,82	6.083.175,56	4.886.161,67	323.492,18	27.704,61	27.571,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.850.022,90	732.546,84	478.368,10	341.073,80	94.101,58	541.486,32	541.486,32
Investimentos	4.470.022,90	532.546,84	404.150,44	266.856,14	94.101,58	541.486,32	541.486,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	380.000,00	200.000,00	74.217,66	74.217,66	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.470.022,90	532.546,84	404.150,44	266.856,14	94.101,58	541.486,32	541.486,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	37.527.611,62	7.808.491,66	6.487.326,00	5.153.017,81	417.593,76	569.190,93	569.057,92

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)	-272.437,99

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

JUROS NOMINAIS	ATÉ O 1º BIMESTRE/2021
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	709,41
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	18.077,82

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-289.806,40

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2020 (a)	Em 1º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	2.989.871,60	2.897.576,12
DEDUÇÕES (XXIX)	4.790.351,04	4.803.455,95
Disponibilidade de Caixa	4.790.351,04	4.803.455,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.414.537,30	5.010.048,45
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	624.186,26	206.592,50
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	0,00	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2021
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	417.593,76
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX +	-417.593,76

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXXVI)	-24.377,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	645.016,52
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	645.016,52
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2020				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2020					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	14.415,61	609.770,65	417.593,76	0,00	206.592,50	0,00	2.079.543,31	569.190,93	569.057,92	0,00	1.510.485,39	1.717.077,89
PODER EXECUTIVO	14.415,61	609.770,65	417.593,76	0,00	206.592,50	0,00	2.079.543,31	569.190,93	569.057,92	0,00	1.510.485,39	1.717.077,89
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.415,61	609.770,65	417.593,76	0,00	206.592,50	0,00	2.079.543,31	569.190,93	569.057,92	0,00	1.510.485,39	1.717.077,89

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2020				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2020					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.803.250,00	5.803.250,00	525.979,74	9,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	194.000,00	194.000,00	22.576,99	11,64
1.1.1- IPTU	100.000,00	100.000,00	17.106,26	17,11
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	94.000,00	94.000,00	5.470,73	5,82
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.115.000,00	2.115.000,00	42.075,00	1,99
1.2.1- ITBI	2.111.400,00	2.111.400,00	42.075,00	1,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.816.250,00	2.816.250,00	347.214,06	12,33
1.3.1- ISS	2.650.000,00	2.650.000,00	344.111,46	12,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	166.250,00	166.250,00	3.102,60	1,87
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	678.000,00	678.000,00	114.113,69	16,83
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.600.000,00	19.600.000,00	3.931.713,37	20,06
2.1- Cota-Parte FPM	10.100.000,00	10.100.000,00	2.246.398,36	22,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.000.000,00	9.000.000,00	2.246.398,36	24,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	1.527.102,75	17,97
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	25.238,20	21,03
2.6- Cota-Parte IPVA	850.000,00	850.000,00	132.974,06	15,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.403.250,00	25.403.250,00	4.457.693,11	17,55
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	100,00	100,00	1,99	1,99
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	842.960,00	842.960,00	71.124,98	8,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	260.000,00	260.000,00	47.702,71	18,35
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	249.500,00	249.500,00	23.397,60	9,38
5.4- Transferências Diretas - PNATE	321.460,00	321.460,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	500,00	500,00	24,67	4,93
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.402.500,00	1.402.500,00	49.098,13	3,50
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.245.560,00	2.245.560,00	120.225,10	5,35
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.700.000,00	3.700.000,00	786.342,43	21,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.800.000,00	1.800.000,00	449.279,65	24,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	305.420,52	17,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	5.047,62	21,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	170.000,00	170.000,00	26.594,64	15,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.003.200,00	4.003.200,00	851.498,55	21,27
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.000.000,00	4.000.000,00	851.446,58	21,29

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.200,00	3.200,00	51,97	1,62
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	300.000,00	300.000,00	65.104,15	21,70

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[6] (g)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.996.000,00	2.996.000,00	632.344,35	21,11	632.344,35	21,11	0,00
13.1- Com Educação Infantil	2.021.000,00	2.021.000,00	437.016,23	21,62	437.016,23	21,62	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	975.000,00	975.000,00	195.328,12	20,03	195.328,12	20,03	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.007.200,00	1.007.200,00	407.058,04	40,41	407.058,04	40,41	0,00
14.1- Com Educação Infantil	455.000,00	455.000,00	363.301,91	79,85	363.301,91	79,85	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	552.200,00	552.200,00	43.756,13	7,92	43.756,13	7,92	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.003.200,00	4.003.200,00	1.039.402,39	25,96	1.039.402,39	25,96	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	1.039.402,39
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	74,26
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	47,80
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-22,07

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2020 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-632.842,21
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2021[2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[6] (g)
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.411.000,00	4.298.700,00	1.054.766,67	24,54	1.051.022,61	24,45	0,00
22.1 - Creche	1.935.000,00	1.822.700,00	254.448,53	13,96	250.704,47	13,75	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.935.000,00	1.822.700,00	254.448,53	13,96	250.704,47	13,75	0,00
22.2 - Pré-escola	2.476.000,00	2.476.000,00	800.318,14	32,32	800.318,14	32,32	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.476.000,00	2.476.000,00	800.318,14	32,32	800.318,14	32,32	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.836.422,50	2.948.722,50	494.649,28	16,78	474.535,84	16,09	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.527.200,00	1.527.200,00	239.084,25	15,66	239.084,25	15,66	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.309.222,50	1.421.522,50	255.565,03	17,98	235.451,59	16,56	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24	7.327.422,50	7.327.422,50	1.549.415,95	21,15	1.525.558,45	20,82	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	65.104,15
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)6	65.104,15

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))6	1.460.454,30
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) %6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%5	32,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FIN DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f) = (e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h) = (g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS6 (g)
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.320.460,00	2.320.460,00	43.775,65	1,89	28.848,60	1,24	0,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42)	2.320.460,00	2.320.460,00	43.775,65	1,89	28.848,60	1,24	0,00
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	9.647.882,50	9.647.882,50	1.593.191,60	16,51	1.554.407,05	16,11	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2021 (g)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	4.856,04	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	498,35	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	4.357,69	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	389.523,65	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	851.446,58	47.702,71
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	882.414,49	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	858.022,73	0,00
48.2 Restos a Pagar	24.391,76	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	51,97	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	358.607,71	47.702,71
51- (+) Ajustes	358.607,71	47.702,71
51.1 Retenções	128.120,04	0,00
51.2 Benefícios Pagos à Compensar	0,00	0,00
51.3 Conciliação Bancária	22.943,00	47.702,71
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	463.784,75	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."\"

[3] Caput do artigo 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada

7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	500.000,00	0,00	500.000,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**EMPENHADAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	4.850.022,90	732.546,84	4.117.476,06
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.850.022,90	732.546,84	4.117.476,06
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	4.350.022,90	732.546,84	3.617.476,06

[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.801.650,00	5.801.650,00	525.979,74	9,07
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	100.000,00	100.000,00	17.106,26	17,11
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.111.400,00	2.111.400,00	42.075,00	1,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.650.000,00	2.650.000,00	344.111,46	12,99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	678.000,00	678.000,00	114.113,69	16,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	17.000,00	17.000,00	5.368,24	31,58
Dívida Ativa dos Impostos	220.000,00	220.000,00	2.210,04	1,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	25.250,00	25.250,00	995,05	3,94
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.500.000,00	19.355.500,00	3.931.713,37	20,31
Cota-Parte FPM	9.000.000,00	9.010.000,00	2.246.398,36	24,93
Cota-Parte ITR	120.000,00	720.000,00	25.238,20	3,51
Cota-Parte IPVA	850.000,00	1.088.000,00	132.974,06	12,22
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.501.500,00	1.527.102,75	17,96
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	24.301.650,00	25.157.150,00	4.457.693,11	17,72

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.940.602,00	2.940.602,00	418.602,35	14,24
Provenientes da União	2.428.738,56	2.428.738,56	365.474,79	15,05
Provenientes dos Estados	506.863,44	506.863,44	52.946,96	10,45
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	5.000,00	5.000,00	180,60	3,61
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	500,00	500,00	9,51	1,90
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.941.102,00	2.941.102,00	418.611,86	14,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	9.089.972,00	9.052.972,00	2.458.261,13	27,15	1.865.872,79	20,61	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.365.379,40	5.450.186,40	737.242,36	13,53	737.242,36	13,53	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.724.592,60	3.602.785,60	1.721.018,77	47,77	1.128.630,43	31,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	33.000,00	70.000,00	45.958,73	65,66	25.710,00	36,73	0,00
Investimentos	33.000,00	70.000,00	45.958,73	65,66	25.710,00	36,73	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.122.972,00	9.122.972,00	2.504.219,86	27,45	1.891.582,79	20,73	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.942.102,00	2.947.443,00	505.466,84	20,18	383.912,07	20,30	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.940.602,00	2.945.943,00	505.466,84	20,18	383.912,07	20,30	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.942.102,00	2.947.443,00	505.466,84	20,18	383.912,07	20,30	0,00

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.180.870,00	6.175.529,00	1.998.753,02	79,82	1.507.670,72	79,70	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100) [6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% [4 e 5]	33,82
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100] [6]	839.016,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2020	1.314,00	0,00	0,00	1.314,00	1.314,00
Inscritos em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores à 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.314,00	0,00	0,00	1.314,00	1.314,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados[7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	3.184.881,68	2.943.256,68	317.175,67	12,67	294.567,44	15,57	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.188.727,64	1.930.268,64	557.198,29	22,25	176.204,41	9,32	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	391.239,92	391.239,92	27.031,38	1,08	17.046,97	0,90	0,00
Vigilância Sanitária	125.000,00	125.000,00	10.173,10	0,41	10.173,10	0,54	0,00
Vigilância Epidemiológica	437.752,76	431.552,76	15.770,88	0,63	15.770,88	0,83	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.795.370,00	3.301.654,00	1.576.870,54	62,97	1.377.819,99	72,84	0,00
TOTAL	9.122.972,00	9.122.972,00	2.504.219,86	100,00	1.891.582,79	100,00	0,00

FONTE: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	38.982.595,10
Previsão Atualizada	38.982.595,10
Receitas Realizadas	5.867.940,91
Déficit Orçamentário	1.650.000,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	645.016,52
DESPESAS	
Dotação Inicial	37.332.595,10
Créditos Adicionais	645.016,52
Dotação Atualizada	37.977.611,62
Despesas Empenhadas	8.026.569,48
Despesas Liquidadas	6.579.621,48
Despesas Pagas	5.245.313,29
Superávit Orçamentário	-711.680,57

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.026.569,48
Despesas Liquidadas	6.579.621,48

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	42.575.427,18

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-289.806,40	0,00
Resultado Primário	0,00	-272.437,99	0,00

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	624.186,26	0,00	417.593,76	206.592,50
Poder Executivo	624.186,26	0,00	417.593,76	206.592,50
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.079.543,31	0,00	569.057,92	1.510.485,39
Poder Executivo	2.079.543,31	0,00	569.057,92	1.510.485,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.703.729,57	0,00	986.651,68	1.717.077,89

ARREOAnexo14

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2021/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) R$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	65.104,15	25,00	32,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	632.344,35	60,00	74,26
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida	732.546,84	4.117.476,06

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.507.670,72	15,00	33,82

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

ARREOAnexo14

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

COVID-19: DECRETO N.º 39/2021, DE 05 DE ABRIL DE 2021

DECRETO N.º 39/2021, DE 05 DE ABRIL DE 2021

"Decreta novas medidas, de caráter temporário, restritivas a circulação de pessoas e ao funcionamento de atividades privadas para a prevenção e contenção da disseminação de Contágio de Coronavírus no âmbito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências".

MARCELO VIEIRA VITORAZZI, Prefeito Municipal de Lambari D`Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a evolução epidemiológica do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Lambari D'Oeste/MT;

CONSIDERANDO o disposto no art. 23, inc. II, da Constituição Federal, que atribui competência concorrente entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para legislar sobre a defesa da saúde;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em Ação de controle concentrado de constitucionalidade (ADI n° 1007811-16. 2020.8.11.0000) que conferiu aos Municípios o poder para diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade- ADI n° 6.341, onde reafirma que há competência concorrente para a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios para legislarem sobre saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do Coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º do Decreto nº 462, de 22 de abril de 2020, que autorizou a revisão das medidas não farmacológicas excepcionais, restritivas à circulação e às atividades privadas, adotadas até o momento no Estado de Mato Grosso, caso a taxa de ocupação de leitos públicos de UTIs, exclusivos para Covid-19, atingisse o percentual de 60% (sessenta por cento);

CONSIDERANDO os índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI's, que conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 381 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 24 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam 98,05% de taxa de ocupação;

CONSIDERANDO, ainda, o crescimento da taxa de contaminação do novo Coronavírus em todos os municípios do Estado de Mato Grosso, e de acordo com o Decreto 874, de 25 de março de 2021 do Governo do Estado de Mato Grosso, classificando em **RISCO ALTO DE CONTAMINAÇÃO** o Município de Lambari D'Oeste/MT,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado no Município de Lambari D'Oeste/MT, novas medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território municipal, nas situações que específica.

§ 1º Para cada nível de classificação de risco definida no Art. 4º do Decreto Estadual nº. 874, de 25 de março de 2021, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, os Municípios devem adotar as seguintes medidas não-farmacológicas:

a) evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

b) isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

f) evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

g) controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

h) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

j) adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

k) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

l) quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

m) proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

n) proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais;

o) adoção de medidas preparatórias para a quarentena obrigatória, iniciando com incentivo à quarentena voluntária e outras medidas julgadas adequadas pela autoridade municipal para evitar a circulação e aglomeração de pessoas.

Art. 2º. Enquanto a taxa de ocupação estadual das UTI's for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), o funcionamento das atividades e serviços permitidos conforme a respectiva classificação de risco no âmbito do Estado de Mato Grosso ficará sujeita às seguintes condições:

I - de segunda a sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 19h00m;

II - aos sábados, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 12h00m;

III – aos domingos ficam RESTRINGIDOS o funcionamento de quaisquer atividades e serviços.

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§ 2º Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes, bares e congêneres localizadas em postos de combustíveis, no município, e situados em rodovias fora dos horários definidos nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º Durante a vigência deste Decreto, os eventos sociais, corporativos, empresariais, técnicos e científicos, igrejas, templos e congêneres, cinemas, museus, teatros e a prática de esportes coletivos são permitidos, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.

§ 5º Excepcionalmente, os supermercados, mercados e açougues poderão funcionar aos sábados até as 19h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 6º Excepcionalmente, os restaurantes e lanchonetes poderão funcionar aos sábados até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 7º O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h00m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção dos serviços estabelecidos no art. 2° parágrafo 1° desse decreto.

Art. 3º. Fica VEDADO o funcionamento/realização/frequentação de:

I- Praias de água doce;

II- Espaços de festas;

III- Ginásios esportivos e campos de futebol;

IV- Todas as atividades culturais ou comerciais que envolvam a disponibilização e o manuseio de tereré, chimarrão, narguilé ou congêneres com aglomeração de pessoas por tempo indeterminado;

V- Aglomerações de forma geral (festas, aniversários, casamentos, confraternização, e celebrações similares), exceto reuniões do MESMO CICLO familiar e de trabalho, com no máximo 10 (dez) pessoas;

VI - Fica proibido o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por este Decreto e por normas municipais.

Art. 4º. Fica instituída restrição de circulação de pessoas (**toque de recolher**) em todo território de Lambari D'Oeste/MT a partir das 21h00m até às 05h00m.

§ 1º Excetuam-se da restrição disposta no *caput* do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 21h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§ 2º A restrição fixada no *caput* deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em estradas e rodovias municipais.

Art. 5º. A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I - Órgãos de vigilância sanitária municipal;

II - Polícia Militar - PM/MT;

III - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT;

IV - Corpo de Bombeiros Militar - CBM/MT; e

V - outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório.

§ 1º A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§ 3º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei Estadual nº. 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei Estadual nº. 11.326, de 24 de março de 2021.

§ 4º O descumprimento das medidas não farmacológicas impostas no presente Decreto, ensejará na aplicação das penalidades previstas conforme estabelecido na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021, que prevê multa a partir de R$ **500,00** (quinhentos reais) para Pessoa Física e R$ **10.000,00** (dez mil reais) para Pessoas Jurídicas.

§ 5º A No caso de reincidência das infrações descritas nos incisos § 4º., desta Lei, aplica-se em triplo o valor da multa prevista para a pessoa física e jurídica;

§ 6º O cometimento, por três vezes, das infrações descritas nos incisos § 4º.desta Lei por pessoa jurídica, impõe a interdição temporária do respectivo estabelecimento por 30 (trinta) dias.

§ 7º No caso de desobediência quanto ao cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei por pessoas físicas e jurídicas, inclusive a interdição do estabelecimento comercial pelo prazo previsto, sujeitará o infrator ou o representante legal da pessoa jurídica à condução coercitiva pela autoridade policial, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º. As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência pelo prazo de 10 dias, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, Estado de Mato Grosso, aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 011/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 011/2021.

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE 02/2021.

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: MARCIO SOUZA FARIA EIRELI

CNPJ: 20.151.547/0001-03

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REMANESCENTE DE OBRA DO CONVÊNIO 221/2007, DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR, EM CONFORMIDADE COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO.

OBJETO DO ADITIVO: ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 19,79 % SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA SEXTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 25 DE MARÇO DE 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

EDITAL A001/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- SAÚDE

EDITAL A001/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº A001/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.620/0001-31, com sede à Avenida Lucio Pereira Luz N°450– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, através da Secretaria Municipal de Administração, considerando a necessidade de realizar o Processo Seletivo Simplificado para contratações temporárias conforme LEI 758/2021, para o preenchimento dos cargos da LEI 563/2011. Podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde; a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional por meio da Portaria GAB/MS nº 188 de Fevereiro de 2020; a Lei 13.979/;

CONSIDERANDO a inexistência de candidatos aprovados em concursos para serem empossados, tampouco a vigência de seletivos para o cargo;

CONSIDERANDO a determinação de isolamento social impossibilitando a realização de processo seletivo por meio de prova objetiva, vez que é proibida a aglomeração de pessoas e que caso fosse realizado o Município não teria como disponibilizar álcool 70 e máscaras, entende-se o processo por meio de contagem de pontos o mais adequado para o momento, haja vista que forma contrária colocaria a população em risco de contaminação;

RESOLVE, por intermédio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Luciara, tornar público aos interessados que estarão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº A001/2021, para a contratação temporária de Epidemiológica para atuar na Rede Pública de Saúde, durante a situação de emergência, constantes deste edital, amparado de excepcional interesse público devidamente reconhecido nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e se dará de acordo com as disposições a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três (3) Servidores, designados através da Portaria nº 079/2021 de 15 de março de 2021.

1.2 - Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado, serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 - O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural.

2. DOS CARGOS, DA CARGA HORÁRIA, DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO E DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS

2.1 O Presente Teste Seletivo Simplificado que ocorrerá através de Análise Curricular, tem como objetivo a seleção de profissionais, conforme cargos, carga horária, vagas, local de atuação, remuneração e requisitos mínimos exigidos constantes na tabela abaixo:

CARGO(Nível)	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	LOCAL DE ATUAÇÃO	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS À INVESTIDURA
Assistente Social	30hs	01	Unidade Básica de Saúde	R$ 3.114,64	Compreende as atribuições que se destina através dos atos legislativos que regulamentam a profissão; executar e supervisionar trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento dos pacientes em seus aspectos sociais (público interno e externo); identificar e analisar problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem e aplicar aos processos básicos do serviço social e demais atividades inerentes à especialidade; contribuir para o tratamento e prevenção de problemas de origem psicossocial e econômica que interferem no tratamento médico; executar outras atribuições afins.
Auxiliar de Dentista		01	Unidade Básica de Saúde	R$1.222,44	Compete ao auxiliar em saúde bucal, sempre sob a supervisão do cirurgião-dentista ou do técnico em saúde bucal: organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e, adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção.
Auxiliar de Enfermagem	40hs	01	Unidade Básica de Saúde	R$ 1.222,44	Compreende as atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão. Execução de tarefas prescritas para o atendimento ao paciente, como ministrar medicamentos e fazer curativos. Preparar os pacientes para consultas, exames e tratamentos. Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas além de prestar cuidados de higiene e conforto e zelar pela segurança do paciente.
Enfermeiro	40hs	02	Unidade Básica de Saúde	R$ 3.114,64	Compreende as atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão. Exercer atividades de enfermeiro na unidade assistencial de enfermagem, no centro cirúrgico, hemodinâmica, hemodiálise, uti, emergência, maternidade, clínica médica, clínica cirúrgica, pediatria, ambulatório, unidades de internações e demais setores pertinentes; exercer funções de coordenação dos serviços de enfermagem; desenvolver as suas funções de acordo com a conveniência do serviço; executar e supervisionar outras atividades inerentes a sua Especialidade; executar outras atribuições afins.
Farmacêutico	40hs	01	Unidade Básica de Saúde	R$ 2.335,98	Compreende as atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão. Proporcionar cuidado ao paciente, família e comunidade, de forma a promover o uso racional de medicamentos e otimizar a fármaco terapia, com o propósito de alcançar resultados definidos que melhorem a qualidade de vida do paciente. Organizar, controlar e catalogar a entra e saída de medicamentos na farmácia da unidade básica de saúde.

Fisioterapeuta	40hs	01	Unidade Básica de Saúde	R$ 3.363,82	Compreende o cargo com atribuição de prevenção, avaliação e pesquisa em terapia física e reabilitação, avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares, funcionais, de amplitude articular de verificação cinética e Movimentação, reabilitação sequencial de: meningites, encefalites, doenças reumáticas, paralisias, sequelas de acidentes vascular-cerebrais e outros, empregando ginástica corretiva, cinesioterapia, eletroterapia e outras técnicas especiais.
Médico Clínico Geral	40hs	CR	Unidade Básica de Saúde	R$ 10.000,00	Compreende as atribuições inerentes às ações e serviços que constituem o Sistema Único de Saúde, na sua dimensão técnico –científica, que requeira escolaridade nível superior diretamente vinculada ao perfil profissional e complexidade das atribuições exigidas para ingresso, para exercer atividades na categoria funcional correspondentes à medicina e demais atividades complementares e afins.
Nutricionista	20hs	01	Unidade Básica de Saúde	R$ 2.335,98	Compreende o cargo com atribuições de executar atividades na sua dimensão profissional e que requeiram escolaridade de Superior vinculada ao perfil profissional de Nutricionista exigido para ingresso e demais atividades complementares e afins.
Psicólogo	40hs	01	Unidade Básica de Saúde	R$ 3.114,64	Atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão, como efetuar o atendimento de consultas realizadas em consultórios e escolas; efetuar atendimentos psicológicos diversos, indicando as providências a serem tomadas para restabelecer a saúde do paciente; ministrar palestras; efetuar psicodiagnósticos; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras atribuições afins.
Técnico em Enfermagem		CR	Unidade Básica de Saúde	R$ 1.222,44	Desempenhar atividades técnicas de enfermagem; prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro; desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental, o qual passa ao cirurgião; organizar ambiente de trabalho, dar continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizar ações para promoção da saúde da família. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão
Técnico em Laboratório		01	Unidade Básica de Saúde	R$ 1.222,44	Atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão, como realizar análises físico-químicas em laboratório, preparar soluções e controla a qualidade de produtos e matéria-prima. Elaborar procedimentos técnicos de análises patológicas e fluídas biológicos e verificar a adequação do material coletado. Realizar procedimento técnico dos materiais, visando assegurar os padrões de qualidade pelos serviços prestados
Guarda		CR		R$ 1.100,00	Guardar e zelar pelo patrimônio, sendo ele móvel ou imóvel, visando inibir e/ou detectar tentativas de crimes.
Auxiliar de Serviços Gerais		CR		R$ 1.100,00	Executar serviços de limpeza em geral (pisos, paredes, tetos, sanitários, pias, vidraças, jardins); Utilização de produtos de limpeza; Transporte de móveis e objetos em geral; Serviços de carga e descarga de materiais; Serviços de copa e cozinha (preparar e servir café, lanches, higienizar utensílios de cozinha, etc.); Serviços de lavanderia (lavar e passar roupas); executar outras tarefas compatíveis com a natureza da função

3. DAS ATRIBUIÇÕES, DEVERES E PROIBIÇÕES DO CARGO

3.1 As atribuições, deveres e proibições dos cargos a serem providos por este Teste Seletivo Simplificado, são os constantes na Lei Municipal 505/2009, de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único do Servidor Público Municipal e atribuições constadas no Anexo I deste edital.

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 Período de Inscrição: de 07 à 13 de abril 2021.

4.2 Local de Inscrição: Na Secretaria Municipal de Administração, localizada na AV. Lucio Pereira Luz nº450– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara- MT, FONE: (66) 3528-1189.

4.3 Horários de Inscrições Presenciais: do dia 07 a 13 de abril de 2021 das 08:00hs às 12:00hs (horário de Brasília), na Sede da Prefeitura Municipal de Luciara-MT

5– DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

5.1 Na Secretaria Municipal de Administração, localizada na AV. Lucio Pereira Luz nº450– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT a inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de Inscrição, fornecida gratuitamente, efetivada mediante protocolo emitido pela Secretaria Municipal de Administração.

5.2 Documentos que deverão ser remetidos em cópia legível no ato da inscrição e os originais quando solicitados pela Comissão Organizadora:

a) Certificados de curso de formação na área da saúde dos últimos 3 anos;

b) Certificados de cursos afins (são cursos que facilita o desenvolvimento do serviço), serão analisados pela comissão, dos últimos 3 anos;

c) Certificado ou Diploma de Conclusão de Ensino Médio ou Nível Superior;

d) Documentos pessoais (RG, CPF, Carteira Concelho de classe Profissional ou atestado);

e) Número de telefone para contato (um próprio e um para recado);

f) Endereço eletrônico para contato (e-mail).

5.3 A inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de inscrição, bem como do preenchimento da concordância dos termos deste edital.

5.4 Os candidatos deverão protocolar a documentação abaixo, cópias originais para conferência, na Secretaria Municipal de Administração, localizada na AV. Lucio Pereira Luz nº450– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT até as 12:00hs do dia 13 de abril de 2021 O mesmo prazo e hora definidos para a entrega da documentação vale também para os documentos enviados via Correios:

5.5 Não serão recebidas quaisquer inscrições por fax-símile, correio eletrônico ou fora do período estabelecido neste edital.

5.6 Não será cobrado taxa de inscrição para este teste seletivo.

5.7 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

6– DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) Ter idade mínima de 18 anos;

c) Possuir na data da inscrição, escolaridade comprovada correspondente ao cargo que estiver concorrendo, bem como todos os documentos contidos no item 5.2.

d)Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

7 – DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

7.1 Será admitida inscrição por procuração, desde que devidamente registrada em cartório, acompanhada das cópias legíveis e devidamente autenticadas dos documentos constantes do item 3 deste Edital.

7.2 O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, após efetuada a inscrição.

7.3 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade das informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante, no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

8 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

8.1 No dia 22 de abril 2021, será disponibilizada a homologação das inscrições realizadas, no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural.

8.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma deste edital. (Item 21)

9 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

9.1 Os candidatos classificados serão admitidos em caráter temporário, para suprir as vagas em aberto, nos turnos matutino e vespertino conforme as vagas destinadas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária CONFORME ART. 2° DO EDITAL.

10– DOS LOCAIS DE TRABALHO

10.1 Os contratados deverão desempenhar suas atividades profissionais na Secretaria Municipal de Saúde CONFORME ART. 2° DO EDITAL.

10.2 Poderá ocorrer o deslocamento da equipe para atendimento na zona rural.

11 – DAS ANÁLISES DOS CURRÍCULOS

11.1 O Candidato deverá apresentar documentação para análise dos currículos e experiência profissional no ato da inscrição que ocorrerão entre os dias 07 á 13 de abril 2021.

11.2 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL SUPERIOR:

Provas	**Quesitos**	Pontos	**Pontuação Máxima**
a) Análise Curricular: Escolaridade/Cursos	Certificado de Especialização Lato Senso Mínimo de 360 horas.(reconhecido pelo MEC).	2	**2**
	Diploma ou Certificado de Curso de Especialização Stricto Senso – Mestrado.	3	**3**
Curso realizado na área com carga horária igual ou superior a 30 horas. Emitido nos últimos 3 anos	(p/ cada 30horas)	1	**10,00**
Cursos afins com carga horária igual ou superior a 20 horas. Emitido nos últimos 3 anos	p/ cada 20 horas	0,50	**5,00**
TOTAL	20		

11.3 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL MÉDIO

Provas	**Quesitos**	Pontos	**Pontuação Máxima**
Curso realizado na área com carga horária igual ou superior a 24 horas.	1 Para cada 24 horas	2,00	**10,00**
Cursos afins com carga horária igual ou superior a 12 horas. Emitido nos últimos 3 anos	p/ cada 12 horas	1,00	**5,00**
TOTAL	15		

11.4 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL FUNDAMETAL

Provas	**Quesitos**	Pontos	**Pontuação Máxima**
Cursos Profissionalizantes com carga horária igual ou superior a 24 horas	1 Para cada 24 horas	1	**5,00**
TOTAL	5		

12 – DAS ETAPAS

12.1 O Teste Seletivo Simplificado constituir-se-á de uma etapa, a saber:

a) análise curricular;

12.1.1 - ANÁLISE CURRICULAR será realizada pela Comissão no período de 14 e 15 de abril de 2021 através da análise dos currículos entregues no ato da inscrição.

12.1.2 A Análise Curricular visa aferir o perfil do candidato a partir do nível de escolaridade, conhecimentos específicos e experiência profissional, devidamente comprovados, de acordo com a Função Temporária a que concorre e conforme os dados curriculares informados.

12.1.3 Na análise curricular serão avaliadas as competências, habilidades, nível de escolaridade, experiência acumulada, inscrição no conselho de classe, cursos técnicos, profissionalizantes e extracurriculares, conhecimentos específicos, para cada Função Temporária.

12.1.4 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares e nos documentos apresentados e, comprovada a culpa do(a) mesmo(a), o(a) candidato(a) será excluído(a) do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

15- DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1- A classificação dos candidatos se dará pela somatória dos pontos:

7.2- A pontuação se dará de acordo com os critérios de pontuação das tabelas 11.2, 11.3 e 11.4 .

16– DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

16.1. Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos na Análise Curricular (Escolaridade/cursos e experiência profissional), o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) Maior idade

b) Maior pontuação no quesito experiência profissional

17- DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

17.1. Após a realização da Análise Curricular, o resultado preliminar será divulgado, na data provável de 16 de abril de 2021, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara www.luciara.mt.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: https://diariomunicipal.org/mt/amm/ e Mural.

18 – DO RECURSO

18.1 Os recursos poderão ser apresentada na Secretaria Municipal de Administração – Luciara-MT, nos dias 19 e 20 de abril de 2021, em formulário conforme anexo III.

18.2 Horário: das inscrições 8:00h às 13:00h, de segunda a sextas-feiras.

18.3 Após o período destinado a interposição de recurso e seu julgamento, a comissão homologará o resultado final do Teste Seletivo Simplificado na data provável de 23 de abril de 2021, publicando-o no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm e mural.

18.4 Os recursos cujo o teor desrespeite a Comissão deste Teste Seletivo serão liminarmente indeferidos.

19 – DA CONTRATAÇÃO E LOTAÇÃO

19.1. O candidato aprovado será convocado para atuar nos cargos descritos no Item 2 deste edital na Secretaria Municipal de Saúde, nos turnos matutino e vespertino O mesmo deverá apresentar-se no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da publicação da homologação do resultado final e da publicação do edital de convocação do Processo Seletivo Simplificado Classificatório, para assinatura do Contrato de Trabalho, pelo qual concorreu, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada na Avenida Lucio Pereira Luz n°450 – Centro – Luciara-MT, portando cópia dos seguintes documentos, acompanhados do original:

a) Carteira de Identidade;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Título Eleitoral;

d) Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

e) Certidão de Nascimento ou Casamento;

f) Se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;

g) 02 (duas) fotografia 3x4, recente;

h) Atestado de Aptidão Física e Mental, emitido por Junta Médica Oficial;

i) Comprovantes de escolaridade e especialização correlacionados ao cargo ao qual foi aprovado;

j) Carteira de trabalho e Previdência Social (página de identificação – frente e verso -, página da última contratação);

k) Declaração de bens e rendas;

l) Se tiver conta corrente na Caixa Econômica Federal, apresentar o cartão;

m) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;

n) Comprovante de residência;

o) Certificado ou Diploma de Conclusão de Ensino Médio ou Nível Superior.

19.2 O candidato convocado que não comparecer para a assinatura do Contrato de Trabalho, dentro do prazo preestabelecido no item 15, será tido como desistente tendo a Diretoria de Gestão de Recursos Humanos que convocar o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição.

19.3 O candidato que obteve classificação inferior ao número de vagas, constante neste Edital, caso convocado, deverá se apresentar para assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva convocação, que se dará por Edital publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm.

16 INFORMAÇÕES

16.1 Secretaria Municipal de Administração, localizada na Avenida Lucio Pereira Luz, n°450 – Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, Telefone: (66) 3528-1189

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Será excluído o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a contratação.

20.2. Os casos omissos na publicação do resultado deste edital serão resolvidos pela Comissão do processo de Seletivo Simplificado para Contratação de Equipe Técnica de Referência dos Programas, por tempo determinado e, após a publicação do resultado, pela Diretoria de Gestão de Recursos Humanos.

21- CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
05/04	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
Até 07/04	PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
07 à 13/04	INSCRIÇÕES/CONTAGEM DE PONTOS
14 e 15/04	AVALIAÇÃO DOS CURRICULOS
16/04	DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO POR CONTAGEM DE PONTOS.
19 á 20/04	RECURSO CONTRA A CLASSIFICAÇÃO POR CONTAGEM DE PONTOS
22/04	HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES/ CLASSIFICAÇÃO POR CONTAGEM DE PONTOS.
23/04	DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL.

Luciara - MT, __/___/_____

.....

GEISNA SILVA BRAGA

Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º A001/2021

.....

IVELTA DE SOUZA

Membro da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º A001/2021

.....

WANDELY SANTOS SILVA

Membro da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º A001/2021

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº A001/2021

DO CARGO E DAS VAGAS

Nº	CARGO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	LOCAL DE TRABALHO	VAGAS	CADASTRO DE RESERVA	TOTAL DE VAGAS
1	Assistente Social	Ensino superior completo.	R$ 3.114,64	30hs	UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL	01	01	02
2	Auxiliar de Dentista	Ensino médio Completo.	R$1.222,44	40hs	UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL	01	01	02
3	Auxiliar de Enfermagem	Ensino Médio completo e inscrição no COREN.	R$1.222,44	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	01	01	02
4	Enfermeiro	Ensino superior completo e inscrição no COREN.	R$ 3.114,64	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	02	02	04
5	Farmacêutico	Nível superior completo e inscrição no Conselho Regional de Farmácia.	R$ 2.335,98	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	01	01	02
6	Fisioterapeuta	Nível Superior Completo e inscrição no COFFITO.	R$ 3.363,82	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	01	01	02
7	Médico Clinico Geral	Nível Superior Completo e CRM.	R$ 10.000,00	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL		01	01
8	Nutricionista	Nível superior completo e inscrição no CRN.	R$ 2.335,98	20hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	01	01	02
9	Psicólogo	Nível superior completo e inscrição no Conselho Federal de Psicologia.	R$ 3.114,64	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	01		
10	Técnico em Enfermagem	Nível médio e inscrição no COREN	R$1.222,44	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL		02	02
11	Técnico em Laboratório	Nível Médio completo.	R$1.222,44	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL	01	01	02
12	Guarda	Ensino Fundamental Completo	R$1.100,00	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL		01	01
13	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental completo.	R$1.100,00	40hs	UNIDADE DE SAUDE MUNICIPAL		01	01

.....

GEISNA SILVA BRAGA

Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º A001/2021

.....

IVELTA DE SOUZA

Membro da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º A001/2021

.....

WANDELY SANTOS SILVA

Membro da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º A001/2021

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO / CONTAGEM DE PONTOS

Nº Inscrição

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO A001/2021

OBS.: Preencher com letra de forma e sem rasuras.

O(a) abaixo assinado(a), em cumprimento ao Edital do Teste Seletivo Simplificado nº A001/2021, requer sua inscrição no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a vaga abaixo especificada, anexando os documentos necessários conforme registro a seguir:

Parte I IDENTIFICAÇÃO PESSOAL
NOME:
CPF:
Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ) Est.Civil:
E-mail:
Data do Nascimento: / / . Nacionalidade:
Nome da mãe:
Endereço:
Bairro: Cidade:
U.F. C.E.P.
Telefones:
Cargo:
Sede ( ) ..... ( ) ..... ( ) ..... ( ) ... ( )

Parte II CONTAGEM DE PONTOS	
Critérios:	Pontuação do Candidato:
Total:	

_____ _____

Assinatura do Candidato Assinatura da Comissão

_____

Assinatura da Comissão

_____

Assinatura da Comissão

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E EMERGENCIAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DO MUNICÍPIO DE LUCIARA/MT

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão do Processo Seletivo

Prefeitura Municipal de Luciara – MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo Simplificado Edital nº 001/2020.

Recurso objetiva:

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo)

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar:

_____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato:_____

_____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____

_____

_____

Atenciosamente,

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS __/2021

Contrato de Prestação de Serviços Temporários por Excepcional Interesse Público, firmado entre a Prefeitura Municipal de Luciara – MT e a _____, para fins de prestação de serviços como _____.

O Município de Luciara, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, 07 – Centro - Luciara – MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n.º 03.503.620/0001-31, representado neste ato pelo seu Prefeito, PARASSU DE SOUZA FREITAS, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da CI/RG nº. 1530417 SSP/GO, e do CPF n.º 280.918.331-72, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e _____, brasileira(a), solteira(a), _____, portadora do RG:_____ órgão exp. e do CPF:_____, residente e domiciliada à _____, s/n – Centro – CEP _____ – Luciara-MT, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei 8.745/93 e do processo seletivo 001/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer a função de _____, com jornada de _____ (___) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei Federal 8.745/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E PRAZO

Pelos serviços executados, a CONTRATADA receberá por _____ horas semanais trabalhadas, durante _____ dias letivos do ano de 2021, a importância bruta de R$ _____ (_____), que serão pagos em _____ (_____) parcelas iguais e mensais de R$ _____ (_____), e uma parcela de R$ _____ (setecentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos), mediante a comprovação da execução dos serviços, cujos pagamentos serão coincidentes com a Folha de Pagamento dos Servidores Públicos Municipais de Luciara.

Este Contrato tem prazo de vigência compreendido entre _____.º de _____ de a ____ de _____ de 2021, finalizando dia _____ de Dezembro de 2021, podendo ser prorrogado caso haja interesse entre as partes.

CLÁSULA QUARTA - DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, PENALIDADES CABÍVEIS E VALORES DAS MULTAS:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO(A) – Executar os serviços pessoais relativos ao cargo para o qual foi contratado aprovado no Teste Seletivo Simplificado 001/2021, em favor da municipalidade, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados.

I – Atuar _____;

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido pela Administração do CONTRATANTE, desde que esteja nos moldes exigidos por este contrato, não excluindo a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, dentro dos limites estabelecidos neste instrumento.

O CONTRATANTE, no direito que lhe confere, poderá modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei; fiscalizar a execução do contrato e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO(A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas: Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou

diminuição quantitativa de seu objeto; por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO(A) fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O VALOR DA MULTA: Fica fixada a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste contrato, em prejuízo da parte que infringir qualquer cláusula ou condição deste contrato.

O CONTRATADO (A) fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, suas obrigações assumidas.

DAS PENALIDADES – O contratado(a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção àqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

VIII - DOS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos, serviços e prazos; o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados em autos de processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, porém assegurados todos os direitos de interesse público, conveniência administrativa e disponibilidade de recursos financeiros pelo CONTRATANTE.

O não cumprimento de qualquer cláusula e condições deste contrato poderá importar em sua rescisão.

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

A extinção do contrato será consumada mediante comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitados os direitos de cada uma das partes, nos casos de rescisão antecipada, exceto se houver comprovada justa causa.

O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

IX - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

Os casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

X - DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia-MT, para dirimirem possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas do presente contrato, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em ___ de ____ de 2021.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF_____

2ª_____

CPF: _____

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 011/2021 PREGÃO PRESENCIAL 007/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 011/2021

PREGÃO PRESENCIAL 007/2021

A Prefeitura Municipal de Luciara, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 007/2021, no dia 16/04/2021, às 09:00h, para Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Veículo Zero Km, para atender as demandas do Gabinete do Prefeito, segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Presencial 007/2021, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou e-mail: pmluciara.mt@gmail.com.

Luciara-MT, em 05 de Abril de 2021.

Talita Teixeira Feitosa

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 010/2021 PREGÃO PRESENCIAL 006/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO 010/2021

PREGÃO PRESENCIAL 006/2021

A Prefeitura Municipal de Luciara, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 006/2021, no dia 15/04/2021, às 09:00h, para Registro de Preço para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Produtos de Limpeza, Utensílios Domésticos e Gás de Cozinha para Atender Todas as Secretarias de Governo Municipal, segundo os critérios estabelecidos no Edital de Pregão Presencial 006/2021, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada à Avenida Lúcio Pereira Luz, 450 – Centro – Luciara-MT. Maiores informações pelo telefone (66) 3528-1189 ou e-mail: pmluciara.mt@gmail.com.

Luciara-MT, em 05 de Abril de 2021.

Talita Teixeira Feitosa

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO Nº 037/2020 – SRP.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do Pregão Eletrônico nº 037/2020, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais/insumos para uso em pacientes nas ESF´s e Hospital Municipal Maria Zélia do Município de Marcelândia - MT. Sagraram-se vencedoras as empresas: **C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ n° 26.457.348/0001-04, com o valor de R$ 96.747,18**; **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO - HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.994.852/0001-93, com o valor **de R$ 156. 260,56; FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 22.803.038/0001-35, com o valor de **R$ 258.712,731; VALE DO TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ n° 36.960.961/0001-95, com o valor de **R$ 114.392,51; MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.724.729/0001-61, com o valor de **R$ 38.472,30; DISMART DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ nº 33.688.692/0001-61, com o valor de R$ 79.032,90**; **UNIMARCAS DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 18.812.673/0001-01, com o valor de R$ 58.413,77**; **FACIOLI & FACIOLI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.133.295/0001-06, com o valor de **R$ 21.000,00; SALVI, LOPES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 82.478.140/0001-34, com o valor de R$ 13.201,50**; **OESTE MEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITARES EIRELI, inscrita no CNPJ n° 25.252.533/0001-91, com o valor de R$ 29.100,00**; **TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 32.364.822/0001-48, com o valor de R$ 31. 004,00**; **ROBERTO MARTINS ROSA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS, inscrita no CNPJ nº 356336.708/0001-00, com o valor de R$ 2.103,30**; **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 903.000,751. A relação completa com os itens de cada empresa, encontra-se a disposição no site: www.marcelandia.mt.gov.br**.

Marcelândia/MT, 05 de abril de 2021.

Raphaella Espíndola Benício

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA ENVOLVENDO ÁREA CONTABIL, FINANCEIRA, PLANEJAMENTO E PRESTAÇÕES DE CONTAS,

CONTRATADA: SANTOS E BENASSI LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT. **VALOR:** R$ 86. 000,00 (oitenta e seis mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/01/2022. **DATA ASSINATURA:** 26/03/2021.

CÂMARA MUNICIPAL/CONTABILIDADE
PORTARIA 013/2021 PRORROGAÇÃO AUXILIO MATERNIDADE

PORTARIA Nº 013/2021

Súmula:. *Concede prorrogação de Auxilio Maternidade para funcionário efetivo da Câmara Municipal de Marcelândia, e da outras providencias.*

PEDRO JOSE FIABANE,Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º) Conceder a prorrogação do auxilio Maternidade à Funcionária Srª. THAIS LOSS HILARIO**,** portadora da Cédula de Identidade Civil RG. Nº 2. 265.072-5 SSP/MT e CPF/MF Nº 044.500.301-41, Matricula 123, por mais 60 dias, com data de retorno para 05/06/2021.

Art 2º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

_____

PEDRO JOSE FIABANE

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 073/2021

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **FERNANDO ZAFONATO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº. 41330708-SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07 nª 829 Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **RJ CAMBORIU TRANSPORTES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 28.375.294/0001-55, com sede na Rua Monte Sotara nº 49 casa 03, Bairro Monte Alegre, na Cidade de Camboriú/SC, CEP: 88.348-702, neste ato representada por seu proprietário o **Sr. RICARDO LOPES,**portador do RG nº 708805 SSP/MT e CPF nº. 968.101.659-91, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas GLOBAL , atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE CAMINHÕES BASCULANTE POR HORA TRABALHADA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2021.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
374466	LOCAÇÃO POR HORA TRABALHADA DE CAMINHÃO BASCULANTE TRAÇADO - CAÇAMBA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 M³, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE. DESPESAS COM MOTORISTA, LUBRIFICANTES, MATERIAIS DE DESGASTE E MANUTENÇÕES POR CONTA DA CONTRATADA. PARA EVENTUAIS SERVIÇOS EM ESTRADAS MUNICIPAIS. (HORA). PESSOA JURÍDICA	HORA	2500,00	95,00	237.500,00
Total Fornecedor					**237.500,00**

4.2 – A empresa deverá ter no mínimo dois caminhões disponíveis para realização dos serviços.

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Os serviços serão prestados no perímetro Urbano e Rural de Matupá, onde haja necessidade de cascalhamento e nivelamento.

5.2 - A partir da solicitação dos veículos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para disponibilização no local indicado pela CONTRATANTE;

5.3 – Serão emitidas requisições estimadas para 15 (quinze) dias de serviços e após estes serão geradas as notas ficais dos serviços;

5.4 - Os custos com motorista, guarda dos veículos, manutenções preventivas e corretivas e demais despesas, ocorrerão por conta da contratada;

5.5 – As ordens de como e onde o serviço deverá ser realizado será definida pelo Gestor da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes e as mesmas deverão ter atendidas na integra pela Empresa Contratada;

5.6 – A hora será iniciada e finalizada no local de trabalho (que na sua maioria será na área rural do Município). Os custos para deslocamento ficam a cargo da empresa contratada;

5.7 - E obrigação da contratada pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços;

5.8 - A Contratada responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados a terceiros;

5.9 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído IMEDIATAMENTE, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.10 - E obrigação da contratada substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.11 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

5.11.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

5.11.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

5.12 - E obrigação da contratada responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

5.13 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.14 - Recebimento Dos Serviços:

5.14.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.14.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.14.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.15 - Os veículos deverão estar em excelente estado de conservação, com toda a documentação regular;

5.16 - Caso os veículos venham a apresentar defeitos que impeça a execução dos trabalhos, deverão ser substituídos por outro no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

5.17 - Os motoristas responsáveis pela operação dos veículos, deverão ser devidamente habilitados e com experiência na função.

5.18 – A hora será iniciada e finalizada no local de trabalho, não incluso o deslocamento.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Bradesco Ag. Nº 1406-0 Conta corrente nº 5950-1 em nome de **RJ CAMBORIU TRANSPORTES LTDA**

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 10.003.26.782.0001.20011 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADA VICINAIS, BUEIROS E PONTES – 3.3.90.39.00 – PESSOA JURIDICA CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Obras	Antonia Werica Galvão Costa Paixão	8945/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 13/2021** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 05 de abril de 2021.

_____

Município de Matupá

FERNANDO ZAFONATO

Contratante

_____

RJ CAMBORIU TRANSPORTES LTDA

CNPJ sob o nº. 28.375.294/0001-55

RICARDO LOPES

CPF nº. 968.101.659-91

Contratada

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3546 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADOS NO EXERCÍCIO DE 2019, PORÉM NÃO CONSUMADOS NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO NA FORMA ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, CANCELADOS os créditos empenhados no exercício de 2019, inscritos em Restos a Pagar – não processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, a saber:

Data	Empenho	Valor	Credor
24/07/2019	8070/2019	R$ 197.470,43	Construtora Kuluene Eireli
24/07/2019	8069/2019	R$ 16.744,07	Construtora Kuluene Eireli

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processados e não liquidados, bem como ainda não enquadrados nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, serão anulados devido ao não fornecimento dos serviços/produtos por impossibilidade de suas realizações, não podendo ser utilizados como recurso para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2019, para os fins de mister, não se admitindo suas restaurações, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seus processamentos em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 3539, de 30 de março de 2021, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito de Matupá

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 3542 DE 01 DE ABRIL DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2928 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 03/04/2019;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento e/ou CPF dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e certidão de regularidade eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Carteira de habilitação categoria “D” (caso cargo motorista);

16. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração constando endereço residencial;

18. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

21. Cópia ou número de inscrição do CPF e RG de pai e mãe;

22. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico, conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

23. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

24. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

25. Os exames admissionais a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

ANEXO II

CARGO – AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA RURAL							
INSCRIÇÃO	POSIÇÃO	NOME	PTG	MTM	CGE	PONTOS	RESULTADO
1119	8º	HENRIQUE VIEIRA DA SILVA	54	12	12	78	Classificado

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 124/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato “PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MONITORAMENTO E PLANTÃO 24 h ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE ALARME, RONDAS E PRESENÇA DE MONITOR SEMPRE QUE SOLICITADO EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ” de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 150/2019 do respectivo Pregão Presencial nº 098/2019. CONTRATADA: WAGNER LUIS BATISTA VIEIRA – ME

OBJETIVO: **Fica alterada Cláusula Quinta - Do Valor, Critérios e Condições de Pagamento**,**que passa a vigorar com a seguinte redação:**

Cláusula Quinta - Do Valor

O preço global para os serviços a serem realizados de **R$ 31.824,00 (Trinta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais).**Ficando **REDUZIDO** o valor de **R$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais),** passando o valor total do contrato para **R$ 31.008,00 (Trinta e um mil e oito reais).**

Assinatura: 01/04/2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3541 DE 01 DE ABRIL DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 09/03/2020;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na sede da Secretaria Municipal de Agricultura de Matupá, situada à Rua Periférica R-1, s/nº, Bairro ZP-01, Matupá – MT, fone: (66) 3595-1272 no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 ou das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 anos (se for o caso);

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Certidão de regularidade eleitoral;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e Mental (Admissional);

13. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

16. Certificado de Curso Básico de Computação (com carga horária mínima de 20 horas);

17. Certificado de Curso de Boas Práticas de Fabricação – BPF (com carga horária mínima de 06 horas);

18. Certificado de Curso de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle – APPCC (com carga horária mínima de 16 horas);

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Declaração contendo endereço residencial;

21. Declaração de Bens;

22. Cópia do RG e CPF do cônjuge;

23. Cópia ou número de inscrição do RG e CPF de pai e mãe;

24. Cópia da Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão).

25. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue:

25.1. A inspeção médica terá carater eliminatório, considerando o candidato “apto” ou “inapto” para o cargo;

25.2. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

ANEXO II

CARGO: AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

NOME	RG	P	CG	CE	NOTA FINAL	CLASSIFI-CAÇÃO	SITUAÇÃO
PAMELA ANTUNES ROCHA DE OLIVEIRA	18802869	4	4	8	16	43º	Classificado(a)

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESAÇÃO SERVIÇO Nº 053/2019

CONTRATADA: J N CABRAL & CIA LTDA – ME

OBJETO: **“PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓTICA, RÁDIO E FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT”** de acordo com o Termo de Referência que e parte integrante do Edital 062/2019 do respectivo **Pregão Presencial nº 040/2019.**

Objetivo: Anular por este instrumento, na melhor forma de direito e para que produza seus efeitos legais, rescindir parcial, como de fato rescindido têm, as **Nota de Empenho:**

Data	Empenho	Valor	Secretaria
04/01/2021	76/2021	R$ 459,80	Ind. Comércio Turismo Cultura e Lazer
04/01/2021	72/2021	R$ 459,80	Assistência Social

Assinatura: 01/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N º 047/ 2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato**"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE COMPUTADORES, ROTEADORES E PERIFÉRICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ E INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESUS DA SECRETARIA DE SAÚDE"** de acordo com o Termo de Referência que e parte integrante do Edital 031/2021 do respectivo **Pregão Presencial nº 015/2021.**

CONTRATADA: J. W. P. CAMPOS

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 85. 200,00 (Oitenta e cinco mil e duzentos reais).**

Assinatura: 01/04/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESAÇÃO SERVIÇO Nº 124/2019

CONTRATADA: WAGNER LUIS BATISTA VIEIRA – ME

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MONITORAMENTO E PLANTÃO 24 h ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE ALARME, RONDAS E PRESENÇA DE MONITOR SEMPRE QUE SOLICITADO EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 150/ 2019 do respectivo **Pregão Presencial nº 098/2019.**

Objetivo: Anular por este instrumento, na melhor forma de direito e para que produza seus efeitos legais, rescindir parcial, como de fato rescindido têm, as **Nota de Empenho:**

Data	Empenho	Valor	Secretaria
04/01/2021	143/2021	R$ 816,00	Assistência Social

Assinatura: 01/04/2021

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou a DISPENSA DE LICITAÇÃO para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE REGIONAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/ MT, onde consagrou-se vencedora o Licitante Sr. JOSÉ ANTONIO GRECCHI PIROLLA com um valor total de R$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais). O processo tem Fundamento Legal no Artigo 24, Inciso X da Lei 8. 666/93, suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 05 de abril de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 8958 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA EFETIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ***FUNÇÃO GRATIFICADA (FG-04 – R$ 700,00)***, conforme Anexo VI do PCCV, a Servidora ***ROSICLEIA ALVES DE SOUZA,*** onde junto a Secretaria Municipal de Saúde no setor de Vigilância em Saúde desenvolve as seguintes funções: digitação dos agravos da dengue, chicungunya e zika vírus no sistema Dengue Online; operar o sistema LIRA; operar o sistema SISPENCD; trabalho de campo na fiscalização de denúncias recebidas; Citopatológico; digitar exames no programa SISCAN; despachar exames para as Unidades de saúde; Planejamento Familiar; receber processos de laqueadura; organizar reuniões; encaminhar ofícios; fazer atas; SAE; organizar agenda mensal dos pacientes de infectologia; agendar exames e solicitar medicação junto ao SAE de Peixoto de Azevedo entre outros**,** responsável pelo SIM/SINASC, SINAM, NOTIFICAÇÕES DE COVID E SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, a qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços a qual está sendo recompensado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de março do ano corrente, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DACOVID-19 E DEMAIS ATENDIMENTOS NECESSÁRIOS NAS UNIDADES DO MUNICÍPIO, onde se contratou a Empresa Luvermed Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME - Inscrita no CNPJ 19.391.064/0001-99 no valor de R$ 11.840,00. O processo tem Fundamento Legal no Art. 4 da Lei Federal 13.979/2020 e suas alterações posteriores, bem como no Art. 24, Inciso I da Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 05 de abril de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 3543 DE 01 DE ABRIL DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/ 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/ 2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal Secretaria de Saúde, situado a Rua Luiz Mena, nº 1601, Bairro - Centro, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2265, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- Endereço de e-mail **obrigatório**

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: COZINHEIRO ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
LENICE MARIA ILVA FERNANDES	33974519	16	4º	Classificado

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 014/2021.

EDITAL Nº 014/2021

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.920/2021 DE 05/02/2021.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiário conforme Decreto 3.920/2021.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 25 de março de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.920/2021 DE 05/02/2021.

ANEXO ÚNICO

DIREITO

NOME	RESULTADO
KARINNE BATISTELA LIMA	5º COLOCADO (A)
JULIA DOS SANTOS MEMORIA	6º COLOCADO (A)
THAIS RIBEIRO DE ANDRADE	7º COLOCADO (A)

Mirassol D'Oeste, 25 de março de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 24/2021** –Tipo de Licitação: Menor Preço Unitário.OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS TERCEIRIZADOS PARA SECRETARIAS DIVERSAS (NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS), conforme especificações detalhadas no Anexo VI do Edital. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **16/04/2021 às 9h. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRO DANILO CEZAR OCHIUTO - Portaria 073/2021. M. D' Oeste, 06/04/2021.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO MUDANÇA DE DATA LICITAÇÃO

AVISO MUDANÇA DE DATA LICITAÇÃO

Edital de Pregão Eletrônico n° 006/2021 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI. AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **N°006/2021** "registro de preços" **Tipo de Licitação**: MAIOR DESCONTO POR LOTE. MODALIDADE: "REGISTRO DE PREÇOS" **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE COLETA DE LIXO COM MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL INCLUSO.MUDANÇA NA DATA PARA O DIA 14/04/2021 até as 09h00** HORAS (HORÁRIO DE BRASILIA), DEVIDO IMPUGNAÇÃO DO EDITAL. MAIORES INFORMAÇÕES **LOCAL**: **www.licitanet.com.br**. **EDITAL DISPONIVEL**: **http://www.saemi.net.br/ www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **PREGOEIRA**: **VANESSA GONÇALVES RIBEIRO**. Portaria 019/2021. **TULIO CEZAR GUIMARÃES– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 05 DE ABRIL DE 2021.**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

DETERMINO E AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 001/2021, nos termos do art. 24 da Lei 8.666/93 **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RAIO-X, MAMOGRAFIA E TOMOGRAFIA, CONFORME DEFINIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA**. Para atender as necessidades da Fundação de Saúde Prefeito Samuel Greve.

Mirassol D'Oeste - MT, 29 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA 05-2020

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE LICITAÇÃO 001-2021

EXTRATO DE LICITAÇÃO

Título:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 001/2021

Texto:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 001/2021

Local e Data: Dia 16 e abril 2021 na sede da Fundação, situada na Av. Tancredo Neves, 3563, Centro, Mirassol D´Oeste.

Objeto: O objeto deste Pregão é o REGISTRO DE PREÇO, do tipo menor preço GLOBAL, visando à FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RAIO-X, MAMOGRAFIA E TOMOGRAFIA CONFORME DEFINIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.

Credenciamento: Das 08:00 as 09:00 (horário de Mato Grosso)

Abertura das Proposta: 09:00 (horário de Mato Grosso)

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, na Fundação de segunda à sexta-feira, no horário das 7h às 17h, exceto das 11h às 13h pelo telefone (65) 3241-1158/5464;

e-mail: letisia2hsg@hotmail.com;

Mirassol D'Oeste - MT, 29 de março de 2021.

DANIELA SANTOS VELOSO MARASLIS

PRESIDENTE(A)

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE

LETISIA GONÇALVES FERREIRA BAIOCCO

PRESIDENTE DA CPL. PORTARIA 05-2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

DECRETO N.º 035/2021

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
GONÇALINA RODRIGUES DE MORAES	C/1	C/2
MARIA DE FATIMA FERREIRA PINTO	C/1	C/2
MARLY APARECIDA BARAVIEIRA DA COSTA	C/2	C/3
ROSA REI DA SILVA	C/1	C/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir 01/04/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 01 de abril de 2021.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
PORTARIA N°. 023/2021

O Vereador, **José Dias Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder, conforme previsto no Artigo Nº 70 da Lei Municipal Nº 992/2006, que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Nobres, férias adquiridas no período de 01/03/2020 à 28/02/2021, a serem gozadas durante 30 (trinta) dias contados a partir de 01/04/2021 à 30/04/2021, a servidora pública do quadro efetivo desta Câmara Municipal de Nobres – MT, conforme descrição abaixo:

Matricula Funcional Nº 040 = Luzinéia Soares de Morais

Cargo Efetivo = Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de Abril de 2021.

_____

José Dias Filho

Presidente Mesa Diretora

Biênio 2021/2022

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO CONTRATO MARÇO 2021

1° ADITIVO AO CONTRATO N° 11/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **AJAX AUTO CENTER LTDA - ME**, **CNPJ sob o nº 24.686.149/0001-34. Objeto:** O presente instrumento tem por objeto aditivo de 25% do saldo do contrato n° 10/2020, prorrogação de prazo por 30(trinta) dias e atualização das Dotações Orçamentárias, Cujo Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIO, MAQUINA E MOTOS, DO TIPO MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**. **Data:** 20/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **AJAX AUTO CENTER LTDA - ME** – Contratado

1° ADITIVO AO CONTRATO N° 12/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **THIAGO FABIANO SOUSA NEVES ME**, **CNPJ nº 23.099.060/0001-09**. **Objeto:** O presente instrumento tem por objeto aditivo de 25% do saldo do contrato n° 10/2020, prorrogação de prazo por 30(trinta) dias e atualização das Dotações Orçamentárias, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIO, MAQUINA E MOTOS, DO TIPO MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT**. **Data:** 20/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **THIAGO FABIANO SOUSA NEVES ME** – Contratado

1° ADITIVO AO CONTRATO N° 07/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME**, **CNPJ sob o n.º 24.347.611/0001-79. Objeto:**O presente Aditivo tem por objeto a renovação do contrato original por mais 12 (doze) meses e atualização das Dotações Orçamentárias,*referente à* **CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA SUPRIR O FORNECIMENTO/CONFECÇÕES DE PRÓTESES PARCIAIS E TOTAIS COM ARMAÇÃO SUPERIORES E INFERIORES DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. **Data:** 17/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO ME** – Contratado

1° ADITIVO A ATA DE REGISTRO N° 79/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **BARÃO DE PIRACICABA MAT. DE CONST. EIRELI**, **CNPJ nº 34.301.285/0001-12. Objeto:** O presente instrumento tem por objeto o reequilíbrio de preço para o item **ROÇADEIRA HIDRAULICA RH1500 / 02 FACAS, LARGURA DE CORTE 1,80 M, ALTURA DE CORTE 40 A 140 MM**. Valor: R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). **Data:** 25/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **BARÃO DE PIRACICABA MAT. DE CONST. EIRELI** – Contratado

1° ADITIVO A ATA DE REGISTRO N° 12/2021 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI**, **CNPJ sob o n.º 33.955.893/0001-88. Objeto:** O presente instrumento tem por objeto o reequilíbrio de preço do açúcar cristal pacote 2 kl. **Data:** 25/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E ESCRITORIO EIRELI**– Contratado

1° ADITIVO A ATA DE REGISTRO N° 124/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **RINALDI & COGO LTDA, CNPJ n° 07.269.677/0001-79. Objeto:** O presente instrumento tem por objeto o reequilíbrio de preço para o item **37010**, **37008** e **37009**. **Data:** 29/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **RINALDI & COGO LTDA** – Contratado

3° ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2018 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇOES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.676.614/0001-41. **Objeto:** O presente Aditivo tem por objeto a renovação do contrato original por mais 12 (doze) meses e atualização das Dotações Orçamentárias, cujo objeto é a **Contratação de Empresa para Realização de Serviços de Publicações Oficiais do Município no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação no Estado**. ***O*** Valor Global Deste Aditivo é De R$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais).**Data:** 12/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **K3 COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇOES LTDA - ME** – Contratado

3° ADITIVO AO CONTRATO N° 09/2018 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **CLARO SA, CNPJ N° 40.432.544/0001-47**. **Objeto:** O presente Aditivo tem por objeto a renovação do contrato original por mais 12 (doze) meses e atualização das Dotações Orçamentárias, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço em telecomunicações, que possuam outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP - Serviço Móvel Pessoal) via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia 4G (onde houver disponibilidade), 3G, 2G e GPRS ou superior pelo sistema digital pós-pago, na modalidade tipo Plano Corporativo Pós-pago, mediante o fornecimento de 250 (duzentos e cinquenta) acessos móveis, com fornecimento de SIMCARDs e disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de comodato, oferecendo o serviço de ligações locais e interurbanos, além de serviços de mensagens de texto, pacote de dados para acesso à internet de alta velocidade e roaming, a serem executados por empresa prestadora de telefonia, os quais deverão observar o padrão de qualidade exigido**. O valor mensal é de R$ 9.203,75 (nove mil duzentos e três reais e setenta e cinco centavos), sendo o valor global do contrato de R$ 110.445,00 (Cento e dez mil quatrocentos e quarenta e cinco reais). **Data:** 12/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **CLARO SA** – Contratado

4° ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2017 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **ALPHA TRANSPORTES LTDA, CNPJ N° 16.579.618/0001-98**. **Objeto:** O presente Aditivo tem por objeto a renovação do contrato original por mais 12 (doze) meses e atualização das Dotações Orçamentárias, cujo objeto é a **Contratação De Empresa Para Prestação De Serviço Com Caminhão Pipa, Caminhão Compactador De Lixo Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres – MT.**O Valor Global Deste Aditivo é De R$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais).**Data:** 01/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **ALPHA TRANSPORTES LTDA** – Contratado

4° ADITIVO AO CONTRATO N° 38/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **OLIVEIRA E MENDONÇA LTDA**, CNPJ sob o n.º 08.002.448/0001-56. **Objeto:** *O objeto do presente aditivo é a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias, referente à* **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E FORNECIMENTO DE URNAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT**.**Data:** 05/03/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **OLIVEIRA E MENDONÇA LTDA** – Contratado

LICITAÇÃO
DISPENSA 02/21

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 002/2021

Modalidade: DISPENSA nº 02/2021, **Interessada**: Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto**: **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICO DE HOSPEDAGEM, SUPORTE TECNICO, MANUTENCA DE WEBSITE, PORTAL TRANSPARENCIA E CARTA DE SERVICO DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT. Favorecido*:* MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ n° 14.728.004/0001-03. **Valor Global**: R$ 16.715,76 **(dezesseis mil setecentos e quinze reais e setenta e seis centavos).Fundamento Legal:** Artigo 24, Inciso II da Lei 8666/93. Ratificamos a Dispensa de licitação nº 002/2021, em consonância com o parecer jurídico n° 39/2021.

Nobres, 05 de Abril de 2021.

Micael Miqueias Calisto

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 057/ 2021

Lei Complementar nº 057/ 2021

"Dispõe sobre a criação dos cargos de Assessor de atenção Básica e Diretor Geral do Hospital Municipal e dá outras providências"

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o §1º do Art. 19 da Lei Complementar n. 05/2004, transformando ou criando na estrutura da Secretaria Municipal Saúde os seguintes cargos :

I. Um cargo de Assessor da Atenção Básica – Nível DAS-4 II. Um cargo de Diretor Geral do Hospital Municipal– Nível DAS -4.

Parágrafo 1º O cargo de Diretor Geral do Hospital tem como atribuição a gestão administrativa do hospital sendo o responsável pelos serviços de suporte a atividade clínica.

Parágrafo 2º O cargo de Assessor de Atenção Básica tem como atribuição a coordenação das demandas da farmácia básica, da Estratégia de Saúde da Família e da interlocução entre a saúde municipal e a saúde estadual e federal.

Art. 2º As despesas decorrentes da transformação ou criação dos cargos dispostos nesta Lei correrão à conta das seguintes dotações:

Assessor da Atenção Básica

07.05.10.301.0022.2071.3.1.90.04 Contrato Tempo Determinado

Fonte 142- Recurso SUS - Federal

07.02.10.302.0022.2067-3.1.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas

Fonte 1.46 – Recurso SUS – Federal

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 05 de Abril de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

8º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 086/2018

8º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 086/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAISPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos PROCESSO ADMINISTRATIVO: **Nº.** 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 1090/2021 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 086/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no processo Administrativo nº 1090/2021 de aditivação de valor ao contrato 086/2018 alterando o valor inicial e prazo referente Contratação de pessoa física para prestação de serviço de transporte de Pacientes que encontra-se em **Tratamento Fora do Domicilio (TFD)**. Observadas as condições estabelecidas no Edital de

Pregão Presencial nº 039/2017, respectivo Termo de Referência nº062/2017, **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**, com a **Pessoa Física –** Valdevino Teodoro de Morais, portador da cédula de identidade nº 636.950 SSP/MT, inscrito no CPF nº 473.923.201-49.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhado onerando a dotação 2021.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Municipal de Saúde	PRÓPRIO	02030	241	3.3.90.36	100	R$ 19.266,00

CLÁUSULA TERCEIRA- DO CONTRATADO

3.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade do Faval e localidades próximas, passando pela Comunidade Estrela do Oriente, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento, e o posto de combustível FREE, situado à margem da BR-070. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.	78	R$ 247,00	R$ 19.266,00
VALOR TOTAL: R$ 19.266,00 (Dezenove Mil Duzentos e Sessenta e Seis Reais)				

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir do termino de vigência do contrato original 09/04/2021

CLÁUSULA QUINTA– DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 182/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 086/2018, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT 29 de Março de 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Pessoa Física – Valdevino Teodoro de Morais

RG: nº 636.950 SSP/MT

CPF nº 473.923.201-49

RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CME

Nossa Senhora do Livramento

Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 001/2021/CME

O Conselho Municipal de Educação – CME de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno na Sessão II, Artigo Vº e & III;

Considerando as atribuições contidas na Lei Nº 486/2003, em seu Titulo II, Cap I, e Art. VIº,& I;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de Março de 2021 sob o Registro da Ata Nº 002/2021/CME;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Calendário Escolar do ano Letivo 2021 e as Grades Curriculares de Ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de 2021.

Parágrafo Único: O referido Calendário Escolar do ano Letivo de 2021 terá 206 (Duzentos e Seis) dias letivos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 10 de Março de 2021.

Edilaine Conceição Magalhães

Presidente do CME

2º TERMO ADITIVO DE TERMO ADITIVO DE REEQILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 053 2020

2º TERMO ADITIVO DE **TERMO ADITIVO DE REEQILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 053 2020** ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO*****QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDAPREGÃO ELE-**

TRÔNICO –N°026/2019, COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E/OU EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA - PROCESSO Nº 4066/2019 NUMERO DO PROCESSO: 004066/2019 - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PREGÃO ELETRÔNICO –N°026/2019, COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E/OU EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA - PROCESSO Nº 4066/2019 NUMERO DO PROCESSO: 004066/2019**.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 610/2021 de aditivação de prazo e valor ao contrato nº 053/2020 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1.O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela empresa e parecer do setor de engenharia através do no Processo Administrativo nº 610/2021 de aditivo de Reequilíbrio Econômico Financeiro no valor de R$ 76.478,46 (Setenta e Seis Mil Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Quarenta e Seis Centavos) o aditivo em apreço refere se a readequação de itens na planilha inicialmente licitada e contratada, alterando o valor original do contrato 053/2020 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, **Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de engenharia para atender a demanda das secretarias de Educação, Assistência Social, Administração e Obras**, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência 061/2020 e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020** - **Processo Administrativo n.°540/2020 Empresa BKP CONSTRUTORA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº,16.939.495/0001-59 localizada na Rua Alisios (JD BOM CLIMA), nº 332, Bairro: Despraiado, município de Cuiabá-MT CEP: 78048-226firmam o presente termo aditivo de prazo.

LOTE VII
Construção de Quadra Poliesportiva Coberta-Rodovia Municipal LT.45- Comunidade Cristal- Zona Rural do Município de Nossa Senhora do Livramento, Convênio nº 12/2013

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Ficha da Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Secretaria de Educação	**Federal**	**1969 –** Constr. De Quadra Poli esportiva no Cristal	**089**	**4.4.90.51**	**124**	R$ 76.478,46
TOTAL: R$ 76.478,46 (Setenta e Seis Mil Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Quarenta e Seis Centavos)						

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 170/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 053/2020 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Março 2021.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

_____

Empresa BKP CONSTRUTORA LTDA

CNPJ sob o nº 16.939.495/0001-59

Representado neste ato pelo **Sr. Fernando Augusto Carvalho Junior**

RG nº: 16050061 SSP/MT CPF/MF sob o nº 024.848.881-39

LEI Nº 951 / 2021

Lei nº 951 / 2021

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB no âmbito do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto no Art. 33 da Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reestruturado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educa-

ção Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, no âmbito do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT.

Art. 2º. O Conselho a que se refere o Art. 1º é constituído por 14 (quatorze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação pública municipal;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública;

g) 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

j) 1 (um) representante das escolas quilombolas.

§1°. Os membros titulares que serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, farão o processo eletivo organizado para escolha do Presidente.

§ 2º. A indicação referida no *caput* deste artigo, para os mandatos posteriores ao primeiro, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato vigente, para a nomeação dos conselheiros que atuarão no mandato seguinte.

§ 3º. Os conselheiros de que trata o *caput* deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º. São impedidos de integrar o Conselho do Fundeb:

I - cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 5º. O presidente do conselho será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito do Município.

§ 6º. As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

a) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

b) desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

c) devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

d) não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 3º. O suplente substituirá o titular do Conselho do Fundeb nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga temporariamente, até que seja nomeado outro titular, nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 4º, do art.2° incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º Na hipótese em que o conselheiro titular e ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o Conselho do Fundeb.

Art. 4º. O mandato dos membros do Conselho será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

§1° - O primeiro mandato dos membros do Conselho terá validade até a data de 31/12/2022, sendo um mandato para regularização da nova lei.

§2° - A partir do dia 01/01/2023, o mandato será de 4 (quatro) anos, sendo vedada a reeleição.

Art. 5º. Compete ao Conselho do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que a legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único. O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado/Municípios.

Art. 6º. O Conselho do Fundeb terá um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos por seus pares.

Parágrafo único. Estão impedidos de ocupar a Presidência e a Vice-presidência os conselheiros designados nos termos do art. 2º, alínea a, desta lei.

Art. 7º. Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do Fundeb incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do Fundeb, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º. As reuniões ordinárias do Conselho do Fundeb serão realizadas trimestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extra-

ordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10. O Conselho do Fundeb atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11. A atuação dos membros do Conselho do Fundeb:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 12. O Conselho do Fundeb não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do Fundeb um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 13. O Conselho do Fundeb poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 30 (trinta) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes a convênios do Poder Executivo com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos que são contempladas com recursos do Fundeb;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo conselho.

Art. 15. Durante o prazo previsto no § 3º do art. 2º, os representantes dos segmentos indicados para o mandato subsequente do Conselho deverão se reunir com os membros do Conselho do Fundeb, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 05 de Abril de 2021.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ERRATA 3º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080 2020

ERRATA 3º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080 2020

3º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 080 2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FERNANDES E. EIRELI PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°1159/2020 - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°1159/2020**.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 1053/2021 de aditivação de valor ao contrato nº 080/2020 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela empresa e parecer do setor de engenharia através do no Processo Administrativo nº 1053/2021 de aditivo de valor R$ 21.196,43 (Vinte Um Mil Cento e Noventa e Seis Reais e Quarenta e Três Centavos) o aditivo em apreço refere se a readequação na planilha inicialmente licitada e contratada, alterando o valor original do contrato 059/2020 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93**,** Contratação de Empresa Especializada em prestação de serviços de engenharia para Reforma de Ponte de Madeira visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência 229/2020 e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao **Pregão Eletrônico Nº 04/2020 Processo Administrativo n.°1159/2020 com EMPRESA FERNANDES E. EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56, com sede a na Avenida Argentina (Res 15 de maio) Nº17 Bairro: Disitrito Primavera, município de Várzea Grande/MT CEP: 78.132-310,, firmam o presente termo aditivo de valor.

ITEM	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	Unidade	**Qtde**	**VALOR**
LOTE I				
1	Reforma de ponte de madeira sobre o córrego Sangradouro – extensão: 18,00 m x 4,0 m – altura do solo (fundo do córrego) 5,0 m – Coordenadas UTM: 21L 508443,96m 21L 8258378,44E(**EXCLUSIVO PARA EMPRESAS ME – MICRO EMPRESA E EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM CONFORMIDADE COM O ART. 48, LEI COMPLEMENTAR 123/2006)**	Serviço	01	R$ 9. 990,95
LOTE II				
2	Reforma de ponte de madeira sobre o córrego Rio dos Coxos – extensão: 18,00 m x 4,0 m – altura do solo (fundo do córrego) 2,5 m – Coordenadas UTM: 21L 53377659 m - 21L82864887Ms (**EXCLUSIVO PARA EMPRESAS ME – MICRO EMPRESA E EPP – EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM CONFORMIDADE COM O ART. 48, LEI COMPLEMENTAR 123/2006)**	Serviço	01	R$ 11. 205,48

ONDE SE LÊ

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha da Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Obras	Estadual	2278 – Rec. e Manut. e Construção de estradas vicinais	401	4.4.90.51	130	21.196,43
TOTAL: R$ 21.196,43						

LEIA SE

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha da Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria de Obras	Estadual	2278 – Rec. e Manut. e Construção de estradas vicinais	324	4.4.90.51	130	21.196,43
TOTAL: R$ 21.196,43						

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 180/2021.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 080/2020 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 25 de Março de 2021

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa FERNANDES E. EIRELI,

CNPJ sob o nº 32.628.929/0001-56,

Representada pelo senhor FERNANDES ELESBAN,

RG: 12323543 SESP/MT e CPF: 947.342.241-53

RESOLUÇÃO Nº 003/2021/CMS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, 16 DE MARÇO DE 2021.

ESTADO DE MATO GROSSO

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE

Resolução Nº 003/2021/CMS de Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de Março de 2021.

Dispõe sobre a Aprovação do Relatório de Gestão 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 17 da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o art. 14-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 4º do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, e considerando a apresentação realizada pela Secretaria Municipal de Saúde em reunião ordinária, no dia 11/03/2021 sob o Registro da ata Nº 001/2021/CMS;

R E S O L V E

Art. 1° - Aprovar o Relatório Anual de Gestão, de acordo com a nova ferramenta utilizada pela Secretaria de Saúde- DIGISUS, referentes ao ano de 2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Nª Srª do Livramento, 16 de Março de 2021.

Márcia Lídia Coelho da Silva

Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde

De Nossa Senhora do Livramento - MT

RREO 1º BIMESTRE 2021

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.173.000,00	48.173.000,00	7.263.545,28	15,08	7.263.545,28	15,08	40.909.454,72
RECEITAS CORRENTES	46.223.000,00	46.223.000,00	7.263.545,28	15,71	7.263.545,28	15,71	38.959.454,72
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.270.000,00	3.270.000,00	453.858,76	13,88	453.858,76	13,88	2.816.141,24
Impostos	2.328.000,00	2.328.000,00	331.715,19	14,25	331.715,19	14,25	1.996.284,81
Taxas	942.000,00	942.000,00	122.143,57	12,97	122.143,57	12,97	819.856,43
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.358.000,00	1.358.000,00	91.320,75	6,72	91.320,75	6,72	1.266.679,25
Contribuições Sociais	858.000,00	858.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	858.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	500.000,00	500.000,00	91.320,75	18,26	91.320,75	18,26	408.679,25
RECEITA PATRIMONIAL	2.210.000,00	2.210.000,00	3.642,77	0,16	3.642,77	0,16	2.206.357,23
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.210.000,00	2.210.000,00	3.642,77	0,16	3.642,77	0,16	2.206.357,23
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	560.000,00	560.000,00	70.966,47	12,67	70.966,47	12,67	489.033,53
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	560.000,00	560.000,00	70.966,47	12,67	70.966,47	12,67	489.033,53
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.248.000,00	38.248.000,00	6.642.409,50	17,37	6.642.409,50	17,37	31.605.590,50
Transferências da União e de suas Entidades	17.795.000,00	17.795.000,00	3.313.692,58	18,62	3.313.692,58	18,62	14.481.307,42
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.453.000,00	11.453.000,00	1.701.666,84	14,86	1.701.666,84	14,86	9.751.333,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.000.000,00	9.000.000,00	1.627.050,08	18,08	1.627.050,08	18,08	7.372.949,92
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	577.000,00	577.000,00	1.347,03	0,23	1.347,03	0,23	575.652,97
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	1.347,03	0,00	1.347,03	0,00	-1.347,03
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	576.000,00	576.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	576.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.317.000,00	1.317.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.317.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.490.000,00	49.490.000,00	7.263.545,28	14,68	7.263.545,28	14,68	42.226.454,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	49.490.000,00	49.490.000,00	7.263.545,28	14,68	7.263.545,28	14,68	42.226.454,72
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	49.490.000,00	49.490.000,00	7.263.545,28	14,68	7.263.545,28	14,68	42.226.454,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.054.500,00	47.054.500,00	5.776.185,20	5.776.185,20	41.278.314,80	4.012.721,64	4.012.721,64	43.041.778,36	3.740.521,43	0,00
DESPESAS CORRENTES	42.881.500,00	42.758.500,00	5.175.565,03	5.175.565,03	37.582.934,97	3.932.932,14	3.932.932,14	38.825.567,86	3.663.570,93	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.463.500,00	21.463.500,00	2.501.555,21	2.501.555,21	18.961.944,79	2.501.555,21	2.501.555,21	18.961.944,79	2.427.895,41	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	290.000,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	0,00	290.000,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.128.000,00	21.005.000,00	2.674.009,82	2.674.009,82	18.330.990,18	1.431.376,93	1.431.376,93	19.573.623,07	1.235.675,52	
DESPESAS DE CAPITAL	4.103.000,00	4.226.000,00	600.620,17	600.620,17	3.625.379,83	79.789,50	79.789,50	4.146.210,50	76.950,50	0,00
INVESTIMENTOS	4.093.000,00	4.216.000,00	600.620,17	600.620,17	3.615.379,83	79.789,50	79.789,50	4.136.210,50	76.950,50	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00	70.000,00			70.000,00			70.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.435.500,00	2.435.500,00	318.894,84	318.894,84	2.116.605,16	318.894,84	318.894,84	2.116.605,16	210.585,13	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.490.000,00	49.490.000,00	6.095.080,04	6.095.080,04	43.394.919,96	4.331.616,48	4.331.616,48	45.158.383,52	3.951.106,56	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	49.490.000,00	49.490.000,00	6.095.080,04	6.095.080,04	43.394.919,96	4.331.616,48	4.331.616,48	45.158.383,52	3.951.106,56	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				1.168.465,24			2.931.928,80		3.312.438,72	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	49.490.000,00	49.490.000,00	6.095.080,04	7.263.545,28		4.331.616,48	7.263.545,28		7.263.545,28	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.317.000,00	1.317.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.317.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.317.000,00	1.317.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.317.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.317.000,00	1.317.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.317.000,00
Contribuições Sociais	1.317.000,00	1.317.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.317.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.435.500,00	2.435.500,00	318.894,84	318.894,84	2.116.605,16	318.894,84	318.894,84	2.116.605,16	210.585,13	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.435.500,00	2.435.500,00	318.894,84	318.894,84	2.116.605,16	318.894,84	318.894,84	2.116.605,16	210.585,13	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.436.500,00	1.436.500,00	224.802,40	224.802,40	1.211.697,60	224.802,40	224.802,40	1.211.697,60	116.492,69	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	999.000,00	999.000,00	94.092,44	94.092,44	904.907,56	94.092,44	94.092,44	904.907,56	94.092,44	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	44.324.500,00	44.324.500,00	5.776.185,20	5.776.185,20	94,77	38.548.314,80	4.012.721,64	4.012.721,64	92,64	40.311.778,36	0,00
Legislativa	1.495.000,00	1.495.000,00	0,00	0,00	0,00	1.495.000,00	0,00	0,00	0,00	1.495.000,00	0,00
Ação Legislativa	1.495.000,00	1.495.000,00	0,00	0,00	0,00	1.495.000,00	0,00	0,00	0,00	1.495.000,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	352.000,00	352.000,00	37.481,22	37.481,22	0,61	314.518,78	37.481,22	37.481,22	0,87	314.518,78	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções	352.000,00	352.000,00	37.481,22	37.481,22	0,61	314.518,78	37.481,22	37.481,22	0,87	314.518,78	
Administração	8.814.000,00	8.960.000,00	1.359.585,67	1.359.585,67	22,31	7.600.414,33	1.023.713,41	1.023.713,41	23,63	7.936.286,59	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	8.638.000,00	8.784.000,00	1.342.309,78	1.342.309,78	22,02	7.441.690,22	1.006.437,52	1.006.437,52	23,23	7.777.562,48	
Administração Financeira											
Controle Interno	144.000,00	144.000,00	17.275,89	17.275,89	0,28	126.724,11	17.275,89	17.275,89	0,40	126.724,11	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	1.820.000,00	1.820.000,00	166.718,02	166.718,02	2,74	1.653.281,98	131.852,42	131.852,42	3,04	1.688.147,58	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	112.000,00	112.000,00	16.415,67	16.415,67	0,27	95.584,33	16.415,67	16.415,67	0,38	95.584,33	
Assistência Comunitária	560.000,00	560.000,00	10,45	10,45	0,00	559.989,55	10,45	10,45	0,00	559.989,55	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	1.148.000,00	1.148.000,00	150.291,90	150.291,90	2,47	997.708,10	115.426,30	115.426,30	2,66	1.032.573,70	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	2.030.000,00	2.030.000,00	0,00	0,00	0,00	2.030.000,00	0,00	0,00	0,00	2.030.000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	2.030.000,00	2.030.000,00	0,00	0,00	0,00	2.030.000,00	0,00	0,00	0,00	2.030.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	8.219.500,00	8.219.500,00	1.670.657,21	1.670.657,21	27,41	6.548.842,79	1.115.847,24	1.115.847,24	25,76	7.103.652,76	0,00
Atenção Básica	3.651.000,00	3.727.000,00	624.279,57	624.279,57	10,24	3.102.720,43	468.301,97	468.301,97	10,81	3.258.698,03	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.605.000,00	2.780.000,00	643.467,67	643.467,67	10,56	2.136.532,33	392.584,34	392.584,34	9,06	2.387.415,66	
Suporte Profilático e Terapêutico	408.000,00	408.000,00	146.100,91	146.100,91	2,40	261.899,09	98.528,77	98.528,77	2,27	309.471,23	
Vigilância Sanitária	69.500,00	69.500,00	8.437,11	8.437,11	0,14	61.062,89	8.437,11	8.437,11	0,19	61.062,89	
Vigilância Epidemiológica	168.000,00	168.000,00	24.808,90	24.808,90	0,41	143.191,10	24.808,90	24.808,90	0,57	143.191,10	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.318.000,00	1.067.000,00	223.563,05	223.563,05	3,67	843.436,95	123.186,15	123.186,15	2,84	943.813,85	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	14.679.000,00	14.679.000,00	1.587.280,95	1.587.280,95	26,04	13.091.719,05	1.157.255,36	1.157.255,36	26,72	13.521.744,64	0,00
Ensino Fundamental	12.178.000,00	12.178.000,00	1.253.413,42	1.253.413,42	20,56	10.924.586,58	847.550,63	847.550,63	19,57	11.330.449,37	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	2.086.000,00	2.086.000,00	333.867,53	333.867,53	5,48	1.752.132,47	309.704,73	309.704,73	7,15	1.776.295,27	
Educação de Jovens e Adultos	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00	
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	1.263.000,00	1.263.000,00	41.075,60	41.075,60	0,67	1.221.924,40	34.385,60	34.385,60	0,79	1.228.614,40	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.263.000,00	1.263.000,00	41.075,60	41.075,60	0,67	1.221.924,40	34.385,60	34.385,60	0,79	1.228.614,40	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	973.000,00	973.000,00	85.279,48	85.279,48	1,40	887.720,52	83.279,48	83.279,48	1,92	889.720,52	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	973.000,00	973.000,00	85.279,48	85.279,48	1,40	887.720,52	83.279,48	83.279,48	1,92	889.720,52	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	3.215.000,00	3.135.000,00	693.742,97	693.742,97	11,38	2.441.257,03	333.342,83	333.342,83	7,70	2.801.657,17	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	3.175.000,00	3.095.000,00	693.742,97	693.742,97	11,38	2.401.257,03	333.342,83	333.342,83	7,70	2.761.657,17	
Desporto e Lazer	134.000,00	134.000,00	42.555,88	42.555,88	0,70	91.444,12	3.755,88	3.755,88	0,09	130.244,12	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	134.000,00	134.000,00	42.555,88	42.555,88	0,70	91.444,12	3.755,88	3.755,88	0,09	130.244,12	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	1.210.000,00	1.144.000,00	91.808,20	91.808,20	1,51	1.052.191,80	91.808,20	91.808,20	2,12	1.052.191,80	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	420.000,00	354.000,00	0,00	0,00	0,00	354.000,00	0,00	0,00	0,00	354.000,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	790.000,00	790.000,00	91.808,20	91.808,20	1,51	698.191,80	91.808,20	91.808,20	2,12	698.191,80	
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	70.000,00	70.000,00				70.000,00				70.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.435.500,00	2.435.500,00	318.894,84	318.894,84	5,23	2.116.605,16	318.894,84	318.894,84	7,36	2.116.605,16	
TOTAL (III) = (I + II)	46.760.000,00	46.760.000,00	6.095.080,04	6.095.080,04	100,00	40.664.919,96	4.331.616,48	4.331.616,48	100,00	42.428.383,52	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.435.500,00	2.435.500,00	318.894,84	318.894,84	5,23	2.116.605,16	318.894,84	318.894,84	7,36	2.116.605,16	0,00
Legislativa	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Ação Legislativa	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	16.000,00	16.000,00	2.471,04	2.471,04	0,04	13.528,96	2.471,04	2.471,04	0,06	13.528,96	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções	16.000,00	16.000,00	2.471,04	2.471,04	0,04	13.528,96	2.471,04	2.471,04	0,06	13.528,96	
Administração	328.000,00	328.000,00	47.264,72	47.264,72	0,78	280.735,28	47.264,72	47.264,72	1,09	280.735,28	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	308.000,00	308.000,00	44.567,06	44.567,06	0,73	263.432,94	44.567,06	44.567,06	1,03	263.432,94	
Administração Financeira											
Controle Interno	20.000,00	20.000,00	2.697,66	2.697,66	0,04	17.302,34	2.697,66	2.697,66	0,06	17.302,34	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	70.000,00	70.000,00	11.001,71	11.001,71	0,18	58.998,29	11.001,71	11.001,71	0,25	58.998,29	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral	70.000,00	70.000,00	11.001,71	11.001,71	0,18	58.998,29	11.001,71	11.001,71	0,25	58.998,29	
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	203.500,00	203.500,00	63.041,43	63.041,43	1,03	140.458,57	63.041,43	63.041,43	1,46	140.458,57	0,00
Atenção Básica	61.000,00	102.000,00	19.168,97	19.168,97	0,31	82.831,03	19.168,97	19.168,97	0,44	82.831,03	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	89.000,00	48.000,00	33.822,71	33.822,71	0,55	14.177,29	33.822,71	33.822,71	0,78	14.177,29	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Vigilância Sanitária	9.500,00	9.500,00	488,20	488,20	0,01	9.011,80	488,20	488,20	0,01	9.011,80	
Vigilância Epidemiológica	16.000,00	16.000,00	2.946,65	2.946,65	0,05	13.053,35	2.946,65	2.946,65	0,07	13.053,35	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	27.000,00	27.000,00	6.614,90	6.614,90	0,11	20.385,10	6.614,90	6.614,90	0,15	20.385,10	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	1.684.000,00	1.684.000,00	182.856,86	182.856,86	3,00	1.501.143,14	182.856,86	182.856,86	4,22	1.501.143,14	0,00
Ensino Fundamental	1.338.000,00	1.338.000,00	144.559,77	144.559,77	2,37	1.193.440,23	144.559,77	144.559,77	3,34	1.193.440,23	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	346.000,00	346.000,00	38.297,09	38.297,09	0,63	307.702,91	38.297,09	38.297,09	0,88	307.702,91	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	8.000,00	8.000,00	456,96	456,96	0,01	7.543,04	456,96	456,96	0,01	7.543,04	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	8.000,00	8.000,00	456,96	456,96	0,01	7.543,04	456,96	456,96	0,01	7.543,04	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	10.000,00	10.000,00	1.955,38	1.955,38	0,03	8.044,62	1.955,38	1.955,38	0,05	8.044,62	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	1.955,38	1.955,38	0,03	8.044,62	1.955,38	1.955,38	0,05	8.044,62	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/f) b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/f) d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	89.000,00	89.000,00	9.846,74	9.846,74	0,16	79.153,26	9.846,74	9.846,74	0,23	79.153,26	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	89.000,00	89.000,00	9.846,74	9.846,74	0,16	79.153,26	9.846,74	9.846,74	0,23	79.153,26	
Desporto e Lazer	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00

Documento gerado em 05/04/2021 16:39:21

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2021
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3,560,053.96	2,960,927.86	3,157,601.83	4,170,936.62	6,146,595.07	4,717,617.55	4,714,644.99	4,676,880.43	4,148,869.94	5,377,793.83	3,911,027.15	4,161,465.97	51,704,415.20	50,213,000.00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	229,239.67	204,749.37	259,062.92	209,286.66	794,019.82	182,217.54	199,020.43	182,255.52	255,603.71	264,040.15	117,363.19	336,495.57	3,233,354.55	3,270,000.00
IPTU	9,724.49	4,833.42	1,580.48	6,459.82	88,691.32	15,512.93	16,978.26	17,895.77	12,655.55	17,653.22	13,797.97	7,142.25	212,925.48	270,000.00
ISS	28,912.10	79,836.49	100,199.65	56,563.96	100,231.30	62,105.51	59,351.81	80,116.45	130,563.22	132,484.12	27,409.55	46,405.15	904,179.31	702,000.00
ITBI	53,280.00	19,447.12	25,546.73	24,799.05	482,058.47	33,323.72	39,400.00	9,200.00	7,520.16	35,914.21	37,591.62	120,008.00	888,089.08	751,000.00
IRRF	80,481.29	50,049.67	39,839.80	50,711.60	36,769.91	38,272.41	39,361.06	39,120.00	42,303.92	46,369.75	0.00	79,360.65	542,640.06	605,000.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	56,841.79	50,582.67	91,896.26	70,752.23	86,268.82	33,002.97	43,929.30	35,923.30	62,560.86	31,618.85	38,564.05	83,579.52	685,520.62	942,000.00
Contribuições	40,579.32	0.00	0.00	0.00	115,224.59	0.00	597.78	297,977.19	93,936.00	48,034.92	46,907.26	44,413.49	687,670.55	1,358,000.00
Receita Patrimonial	8,213.53	6,824.34	4,784.36	5,555.22	5,345.72	2,939.47	2,369.65	2,897.41	2,023.58	2,773.96	1,436.36	2,206.41	47,370.01	2,210,000.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	8,213.53	6,824.34	4,784.36	5,555.22	5,345.72	2,939.47	2,369.65	2,897.41	2,023.58	2,773.96	1,436.36	2,206.41	47,370.01	2,210,000.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	33,065.82	31,966.18	44,890.36	38,144.42	46,378.90	39,092.11	37,807.67	41,839.56	35,482.04	41,497.55	31,852.54	39,113.93	461,131.08	560,000.00
Transferências Correntes	3,247,388.41	2,717,353.37	2,848,864.19	3,917,950.32	5,178,218.40	4,493,368.43	4,474,849.46	4,151,822.62	3,761,824.61	5,021,447.25	3,713,146.34	3,738,211.00	47,264,444.40	42,238,000.00
Cota-Parte do FPM	683,013.52	669,504.45	700,449.39	570,203.37	982,972.30	624,407.69	502,965.89	676,789.07	897,032.66	1,337,544.99	972,152.68	1,274,245.68	9,891,281.69	11,746,000.00
Cota-Parte do ICMS	764,011.40	481,027.21	451,262.82	573,876.80	609,851.15	576,079.06	821,206.50	737,524.58	749,206.62	899,375.13	863,310.05	705,324.33	8,234,855.65	7,400,000.00
Cota-Parte do IPVA	55,746.13	29,024.34	48,580.16	44,140.47	34,791.73	26,625.09	29,735.78	28,519.47	-54,855.06	61,247.61	43,464.97	37,845.36	384,866.05	750,000.00
Cota-Parte do ITR	22,096.62	25,563.42	14,403.76	18,406.36	23,961.79	24,282.90	77,202.56	434,282.55	145,874.73	112,035.86	101,972.29	46,424.89	1,046,617.73	800,000.00
Transferências da LC nº 87/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	10,000.00
Transferências da LC nº 61/1989	2,825.52	2,577.07	2,160.59	2,256.14	2,476.05	2,686.32	3,621.21	3,986.55	3,859.81	4,863.81	5,968.33	5,180.15	42,461.55	35,000.00
Transferências do FUNDEB	809,472.28	549,647.31	541,235.02	621,280.42	641,430.28	617,407.83	797,909.03	820,129.52	754,563.37	973,284.02	847,698.05	779,352.03	8,753,409.16	9,000,000.00
Outras Transferências Correntes	910,222.94	960,009.57	1,090,772.45	2,087,986.76	2,882,795.10	2,618,879.54	2,242,208.49	1,450,590.88	1,266,142.48	1,632,925.83	878,579.97	889,838.56	18,910,952.57	12,497,000.00
Outras Receitas Correntes	1,567.21	34.60	0.00	0.00	7,407.64	0.00	0.00	88.13	0.00	0.00	321.46	1,025.57	10,444.61	577,000.00
DEDUÇÕES (II)	304,973.37	241,023.77	242,939.07	241,285.26	250,659.73	250,878.79	286,222.00	375,422.98	347,451.66	402,600.48	396,179.88	412,767.96	3,752,404.95	4,848,000.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	858,000.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	304,973.37	241,023.77	242,939.07	241,285.26	250,659.73	250,878.79	286,222.00	375,422.98	347,451.66	402,600.48	396,179.88	412,767.96	3,752,404.95	3,990,000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3,255,080.59	2,719,904.09	2,914,662.76	3,929,651.36	5,895,935.34	4,466,738.76	4,428,422.99	4,301,457.45	3,801,418.28	4,975,193.35	3,514,847.27	3,748,698.01	47,952,010.25	45,365,000.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3,255,080.59	2,719,904.09	2,914,662.76	3,929,651.36	5,895,935.34	4,466,738.76	4,428,422.99	4,301,457.45	3,801,418.28	4,975,193.35	3,514,847.27	3,748,698.01	47,952,010.25	45,365,000.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3,255,080.59	2,719,904.09	2,914,662.76	3,929,651.36	5,895,935.34	4,466,738.76	4,428,422.99	4,301,457.45	3,801,418.28	4,975,193.35	3,514,847.27	3,748,698.01	47,952,010.25	45,365,000.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2021
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	46.223.000,00	7.263.545,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.270.000,00	453.858,76
IPTU	270.000,00	20.940,22
ISS	702.000,00	73.814,70
ITBI	751.000,00	157.599,62
IRRF	605.000,00	79.360,65
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	942.000,00	122.143,57
Contribuições	1.358.000,00	91.320,75
Receita Patrimonial	2.210.000,00	3.642,77
Aplicações Financeiras (II)	2.210.000,00	3.642,77
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	38.248.000,00	6.642.409,50
Cota-Parte do FPM	9.546.000,00	1.797.118,71
Cota-Parte do ICMS	5.920.000,00	1.254.907,53
Cota-Parte do IPVA	600.000,00	65.048,41
Cota-Parte do ITR	640.000,00	118.717,76
Transferências da LC 87/1996	10.000,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	35.000,00	11.148,48
Transferências do FUNDEB	9.000.000,00	1.627.050,08
Outras Transferências Correntes	12.497.000,00	1.768.418,53
Demais Receitas Correntes	1.137.000,00	72.313,50
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.137.000,00	72.313,50
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	44.013.000,00	7.259.902,51
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.950.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.950.000,00	0,00
Convênios	1.650.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	300.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.950.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	45.963.000,00	7.259.902,51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2021					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	42.758.500,00	5.175.565,03	3.932.932,14	3.663.570,93	118.513,64	219.530,60	209.987,18
Pessoal e Encargos Sociais	21.463.500,00	2.501.555,21	2.501.555,21	2.427.895,41	114.393,29	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	290.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	21.005.000,00	2.674.009,82	1.431.376,93	1.235.675,52	4.120,35	219.530,60	209.987,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	42.468.500,00	5.175.565,03	3.932.932,14	3.663.570,93	118.513,64	219.530,60	209.987,18
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.226.000,00	600.620,17	79.789,50	76.950,50	28.191,55	133.760,00	131.066,00
Investimentos	4.216.000,00	600.620,17	79.789,50	76.950,50	28.191,55	133.760,00	131.066,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.216.000,00	600.620,17	79.789,50	76.950,50	28.191,55	133.760,00	131.066,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	70.000,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	46.754.500,00	5.776.185,20	4.012.721,64	3.740.521,43	146.705,19	353.290,60	341.053,18

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2021
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	3.031.622,71

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2021
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2021
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	3.031.622,71

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2020 (a)	Até o Bimestre 2021 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	164.142,81	29.675,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2021
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	134.467,77
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-134.467,77

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-134.467,77

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2020 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2020 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	17.076,56	147.539,90	146.705,19	0,00	17.911,27	0,00	1.899.143,80	353.290,60	341.053,18	0,00	1.558.090,62	1.576.001,89
PODER EXECUTIVO	16.602,91	147.539,90	146.705,19	0,00	17.437,62	0,00	1.899.143,80	353.290,60	341.053,18	0,00	1.558.090,62	1.575.528,24
PODER LEGISLATIVO	473,65	0,00	0,00	0,00	473,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	473,65
Câmara Municipal	473,65	0,00	0,00	0,00	473,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	473,65
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	106.487,34	106.487,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.076,56	254.027,24	253.192,53	0,00	17.911,27	0,00	1.899.143,80	353.290,60	341.053,18	0,00	1.558.090,62	1.576.001,89

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2020 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2020 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	106.487,34	106.487,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	106.487,34	106.487,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	REGISTROS EFETUADOS EM 2021	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	49.490.000,00
Previsão Atualizada	49.490.000,00
Receitas Realizadas	7.263.545,28
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	49.490.000,00
Dotação Atualizada	49.490.000,00
Despesas Empenhadas	6.095.080,04
Despesas Liquidadas	4.331.616,48
Despesas Pagas	3.951.106,56
Superávit Orçamentário	2.931.928,80

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	6.095.080,04
Despesas Liquidadas	4.331.616,48

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	47.952.010,25
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	47.952.010,25
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	47.952.010,25

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	3.031.622,71	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	3.031.622,71	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	271.103,80	0,00	253.192,53	17.911,27

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	270.630,15	0,00	253.192,53	17.437,62
Poder Legislativo	473,65	0,00	0,00	473,65
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.899.143,80	0,00	341.053,18	1.558.090,62
Poder Executivo	1.899.143,80	0,00	341.053,18	1.558.090,62
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	2.170.247,60	0,00	594.245,71	1.576.001,89

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	505.865,39	25,00	10,81
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	905.276,48	70,00	55,64
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	600.620,17	3.625.379,83

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	0,00	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 030 2020

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 030 2020 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAISQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: INAC INSTITUTO DE ANALISE CLINICA LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 00270/2019 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2019 SRP - PROCESSO 664/2020.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 00270/2019 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2019 SRP - PROCESSO 664/2020**.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 1091/2021 de aditivação de valor ao contrato nº 030/2020 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria de Saúde através do no Processo Administrativo nº 1091/2021 de aditivo de prazo do contrato 030/2020 através do Art. 57, no inciso II e 65, IIO objeto do presente contrato é a Contratação de serviço de empresa especializada na realização de exames laboratoriaisde acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletronico* nº 003/2019, Processo Administrativo nº 000270/2019 e o **PROCESSO Administrativo 664/2020**.

CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **INAC INSTITUTO DE ANALISE CLINICA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.972.647/0001-39
Endereço:	Avenida das Flores Quadra 40 Lote 04 Bairro Jardim Cuiabá Municipio de Cuiabá/MT, CEP: 7804-172
Contatos:	65 3641 – 2333 e mail: inac@inac.com.br

Representante:	Romano Kazuo Suzuki Junior				
Item	Descrição	Quantidade	Marca	Valor Unit	Valor Total
1	TOXOPLASMOSE IGG	37	INAC	R$ 19,80	R$ 732,60
2	TOXOPLASMOSE IGM	37	INAC	R$ 20,60	R$ 762,20
3	RUBEOLA IGG	98	INAC	R$ 20,10	R$ 1.969,80
4	RUBEOLA IGM.	98	INAC	R$ 19,99	R$ 1.959,02
5	CITOMEGALOVIRUS IGG	114	INAC	R$ 12,80	R$ 1.459,20
6	CITOMEGALOVIRUS IGM	114	INAC	R$ 13,50	R$ 1.539,00
7	PESQUISA DE BAAR.	56	INAC	R$ 4,80	R$ 268,80
8	UROCULTURA + ATB	150	INAC	R$ 12,50	R$ 1.875,00
9	PSA LIVRE + TOTAL	500	INAC	R$ 30,95	R$ 15.475,00
10	T3 TOTAL.	114	INAC	R$ 12,50	R$ 1.425,00
11	T4 TOTAL.	171	INAC	R$ 8,50	R$ 1.453,50
12	TSH.	173	INAC	R$ 8,50	R$ 1.470,50
13	FSH.	113	INAC	R$ 7,50	R$ 847,50
14	LH.	116	INAC	R$ 8,50	R$ 986,00
15	FTA-ABS IGM	29	INAC	R$ 12,00	R$ 348,00
16	FTA - ABS IGG	29	INAC	R$ 12,00	R$ 348,00
17	EXAME CITOPATOLOGICO	300	INAC	R$ 24,69	R$ 7.407,00
R$ 40.326,12 (Quarenta Mil Trezentos e Vinte e Seis Reais e Doze Centavos					

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DO CONTRATO

3.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar a partir do termino da vigência do contrato original 20/05/2021.

CLAUSULA QUARTA DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

4.1. A despesa decorrente das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, abaixo descrito

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	FICHA	Natureza de Despesa	Fonte	VALOR
Saúde	Próprio	02067	261	3.3.90.39	100	R$ 40.326,12

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico 185/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 030/2020 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 29 de Março de 2021.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **INAC INSTITUTO DE ANALISE CLINICA LTDA ME**,

CNPJ sob o nº 10.972.647/0001-39

Representado pelo senhor Romano Kazuo Suzuki Junior

RG: 11026820 SSP/MT e CPF: 703.177.551-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr CESAR AUGUSTO PÉRIGO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 019/2021, cujo objeto e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADO 500 MM X 6MT E 1000 MM X 6MT, PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM, RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS, EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO**, conforme especificações contidas Anexo I - Termo de referência do Edital.

CONTRATADA: PIOVEZAN DE SOUZA & CIA LTDA

CNPJ: 09.248.454/0001-50

VALOR TOTAL R$: 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil reais).

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Tubo corrugado com parede estruturada de PEAD 500 mm x 6mt – E um tubo corrugado de dupla parede, sendo a interna lisa e a externa corrugada anelar fabricação em **PEAD** (polietileno de alta densidade). Desenvolvido para resistir aos esforços mecânicos e ao ataque dos agentes químicos encontrados nos líquidos captados ou de entorno (subsolo), Cor Preta, Barra (com ou sem perfuração).	**UND.**	60	TIGRE	R$ 2.950,00	R$ 177.000,00
2	Tubo corrugado com parede estruturada de PEAD 1000 mm x 6mt - E um tubo corrugado de dupla parede, sendo a interna lisa e a externa corrugada anelar fabricação em **PEAD** (polietileno de alta densidade). Desenvolvido para resistir aos esforços mecânicos e ao ataque dos agentes químicos encontrados nos líquidos captados ou de entorno (subsolo), Cor Preta, Barra (com ou sem perfuração).	**UND.**	70	TIGRE	R$ 8.400,00	R$ 588.000,00

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 05 de abril de 2021.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2021

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º 019/20201, Processo de Licitação n° 038/2021, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADO 500 MM X 6MT E 1000 MM X 6MT, PARA ATENDER A DEMANDA DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM, RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS, EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO**, conforme especificações contidas Anexo I - Termo de referência do Edital.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

CONTRATADA: PIOVEZAN DE SOUZA & CIA LTDA

CNPJ: 09.248.454/0001-50

VALOR TOTAL R$: 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes/MT 05 de abril de 2021.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA (Decreto nº 045/2021)

DEPTO LICITAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL - 05 DE ABRIL DE 2021

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - NOVA BANDEIRANTES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00012, de 05 de Abril de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
BELCHIOR PRESTES DALLAGNOL	001.910.171-67	0117/00077/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: VALDECIR AUGUSTO CORREIA	Matrícula: 00000168
Cargo: CHEFE DEPARTAMENTO TRIBUTAÇÃO E CADASTRO / 16	Assinatura:

Data de afixação: 05/04/2021

Data de desafixação: 20/04/2021

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1259/2021

"SÚMULA: REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM ÂMBITO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

A Câmara Municipal aprovou e, **CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a promover a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da administração Municipal, regulamentando um direito garantido na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º Lei nº 12.435, de 2011 e pelo Decreto Federal nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007.

Art. 2º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporária que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos prestados a pessoa residente no Município de Nova Bandeirantes, tendo a sua concessão de acordo com o caso concreto que o indivíduo apresentar, com vistas a proporcionar o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da pessoa ou do grupo familiar, bem como para garantir os meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo e com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias.

§ 1º Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§ 2º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais, não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social, tais como: apoio financeiro para deslocamento fora do município e Estado que não seja voltado ao que compreende as oferta de serviços da assistência social, pagamento de comunidades terapêuticas para adicto; órteses e próteses; cadeiras de roda; muletas; integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do domicílio de doentes, leites e dietas de prescrição especial; suplementos alimentares de prescrição médica; fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidade de uso contínuo; concessão de óculos e dentadura.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O critério de concessão se dará por meio de ações que compreenderão o desenvolvimento de apoio emergencial, com objetivos e finalidades específicas de atendimento da população de baixo nível socioeconômico, cuja renda familiar ou individual seja considerada crítica e apresentando-se em situação de risco e de vulnerabilidade social.

Parágrafo Único - O baixo nível socioeconômico, cuja renda familiar ou individual seja considerada crítica, a situação de risco e de vulnerabilidade social da pessoa ou da família, deverão ser identificados e certificados por equipes técnicas de Nível Superior multiprofissionais, que tenham olhar interdisciplinar para qualificar a intervenção realizada, com o objetivo comum de contribuir e apoiar na superação de situações de vulnerabilidade e no fortalecimento das potencialidades das famílias, que possua registro em conselho de classe, pertencentes a equipes de referência do SUAS. Verificada as condições que darão acesso aos benefícios eventuais, a família será encaminhada ao setor do Cadastro Único (CADUNICO) para sua atualização/inclusão cadastral.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I – Auxílio - Natalidade;

II – Auxílio - Funeral;

III – Pecúnia, concessão de auxílio financeiro.

IV - Outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública.

V - Cesta básica;

VI- Cesta verde.

Art. 6º O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva e não pecuniária de assistência social, fornecido exclusivamente em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família residente no município de Nova Bandeirantes - MT.

§ 1º Os bens de consumo consistem em:

a) enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e utensílios para higiene; b) alimentação para o bebê, quando a mãe não puder amamentar, até os seis meses de vida, c) alimentação para a mãe observada à qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária;

§ 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser feito, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do nascimento e, no máximo, até 30 (trinta) dias depois do nascimento do bebê, em unidades do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, com profissionais que compõem as equipes técnicas de Nível Superior multiprofissionais, regularmente inscrito no conselho de classe e concedido até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 3º A morte da criança não inabilita a família de receber o benefício natalidade, desde que comprovado o risco social.

§ 4º Em caso de falecimento da mãe, fornece alimentação para o bebê, até os seis meses de vida, de acordo com a prescrição médica.

Art. 7º O auxílio-natalidade é destinado à família e deverá alcançar, preferencialmente:

I. - Atenções necessárias ao nascituro; II. - Apoio à mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; III. - Apoio à família no caso da morte da mãe; IV. - Outras providências que os operadores da Política de Assistência Social julguem necessárias.

Art. 8º O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva e não pecuniária, da assistência social em prestação de serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, em bens ou em prestação de serviços.

Art. 9º O alcance do benefício funeral, preferencialmente, será concedido em modalidade de:

I. - Custeio das despesas de urna funerária, de velório e de sepultamento, transporte funerário, translado do corpo, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária residente no município de Nova Bandeirantes. II. - Custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros, por meio de concessão de alimentos, dentre outros serviços.

§ 1º O requerimento do benefício funeral deve ser solicitado logo após o falecimento, em unidades do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, com profissionais que compõem as equipes técnicas de Nível Superior multiprofissionais, regularmente inscrito no conselho de classe e concedido até trinta dias após o requerimento.

§ 2º O benefício funeral, na modalidade custeio (auxilio alimentação) deverá ser concedido até 30 dias após o requerimento.

§ 3º O requerimento e a concessão do benefício funeral na modalidade custeio das despesas de urna funerária, de velório e de sepultamento, transporte funerário, traslado do corpo e dentre outros serviços inerentes deverão ser despachados em plantão 24 horas, diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com outros órgãos ou instituições.

Art. 10º Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, convivente, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

Art. 11º OBenefício eventual na modalidade em pecúnia, destina a assegurar apoio inicial aos indivíduos e famílias no enfrentamento urgente e temporário de situações inesperadas que desorganizam seu cotidiano, prejudicando sua condição de viver com dignidade e segurança social, que compreende o desenvolvimento de apoio emergencial;

Art. 12º O benefício eventual, na forma de cesta básica, constitui-se em bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por ausência de recursos financeiros necessários para suprir as necessidades básicas do ente familiar.

Art. 13º O benefício eventual, na forma de cesta verde, constitui-se em bens de consumo como frutas, legumes, verduras e tubérculos oriundos da agricultura familiar local, via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) operacionado pela CONAB para famílias em situação de insegurança alimentar, risco nutricional e vulnerabilidade, acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) promovendo a complementação para a alimentação saudável.

Art. 14º Além dessas situações para as quais estão instituídos os benefícios eventuais, a LOAS indica outras duas modalidades possíveis para a concessão desses benefícios:

I. - Vulnerabilidade Temporária, para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família. II. - Calamidade Pública, para o atendimento das vítimas de calamidades públicas, de modo a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia dessas. É o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

§ 1º O benefício eventual, na forma de Vulnerabilidade Temporária, constitui- se em uma prestação temporária não contributiva, da assistência social em prestação de serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por acontecimentos do cotidiano dos cidadãos que podem se apresentar de diferentes formas e produzir diversos padecimentos.

§ 2º Caracterizam-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar e pode decorrer de:

a) Falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação; b) Falta de documentação; c) Falta de domicílio; d) Situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos; e) Perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares; f) Presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça à vida; g) Por situações de desastres e calamidade pública; h) Outras situações sociais identificadas que comprometam a sobrevivência.

§ 3º No caso de situações de Calamidade Pública, o atendimento das vítimas se dará com o objetivo de garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia dessas.

a) reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

Art. 15º As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais, não se incluem nas condições de benefícios eventuais de assistência social.

Art. 16º Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I. - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento; II. - A realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e III. - Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo único. O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatório destes serviços, bimestralmente, ao conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 17º Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao Município informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais bem como avaliar e formular, a cada ano, a regulamentação de concessão dos benefícios eventuais, que deverão constar na Lei Orçamentária do Município.

Art. 18º As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Unidade Orçamentária Fundo Municipal de Assistência Social, a cada exercício Financeiro.

Art. 19º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Lei 1108/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, 05 de abril de 2021.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2021

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 018/2021, na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA IMPRESSÃO DE ETIQUETAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, E SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme especificação em anexo.

CONTRATADA:

CONTRATADA:PAULO TRIBURTINI DE LIRI – EIRELI

CNPJ Nº: **15.837.984/0001-37**

VALOR TOTAL **R$ 9.676,00 (nove mil seiscentos e setenta e seis reais).**

A Equipe informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 05 de abril de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1260/2021

Dispõe Sobre a Autorização para instituir a Equipe de Monitoramento dos Casos SUSPEITOS E POSITIVOS para o SARS-COV-2-NOVO CORONAVÍRUS em consonância com a Portaria 2.358/2020 e dá outras providências.

O Exímio Sr. Prefeito Municipal **CESAR AUGUSTO PÉRIGO** de Nova Bandeirantes-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, bem como, promulga a seguinte Lei: **Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, por força da Portaria nº. 2.358 de 02 de setembro de 2020, com a aprovação do Conselho de Saúde Municipal, a Equipe de Monitoramento dos casos Suspeitos e com resultado Positivo para os SARS-COV-2 Novo CORONAVÍRUS.

Art.2º- As Despesas ocorrerão com recursos advindo do Ministério da Saúde, através da Portaria 2.358/2020, Artigo 4, §1º, I, cuja origem advém de Incentivo Financeiro Federal-Excepcional no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito Mil Reais) destinado a Secretaria Municipal de Saúde dos Municípios, através do Ministério de Saúde da União para atender as despesas de profissionais da saúde conforme equipe aprovada pelo Conselho, de acordo com Resolução 03/2021, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º- Os proventos de custeio as despesas da Equipe Multidisciplinar acima supra serão concedidas pelos prazos de 3 meses, com repasse de R$ 6.000,00 (seis mil reais) individuais aos profissionais da saúde conforme equipe aprovada pelo Conselho (Resolução:03/2021), divididos em 3 (três) parcelas de R$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, 05 de abril de 2021.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2021

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 018/2021, adjudicando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA IMPRESSÃO DE ETIQUETAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, E SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, conforme especificação em anexo.**

Adjudique-se a empresa:

CONTRATADA:PAULO TRIBURTINI DE LIRI – EIRELI

CNPJ Nº: **15.837.984/0001-37**

VALOR TOTAL **R$ 9.676,00 (nove mil seiscentos e setenta e seis reais).**

ITEM	DESCRICAO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE), PARA IMPRESSÃO DE ETIQUETAS, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT.	Mensal	12	R$ 598,00	R$ 7. 176,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA (SOFTWARE), SENDO: CONTROLE DE ACESSO DE USUÁRIOS; CADASTRO DE SECRETARIAS; IMPORTAÇÃO DE EMPENHOS E DE CREDORES ATRAVÉS DE ARQUIVO NO FORMATO XML; IMPRESSÃO DE ETIQUETAR (UTILIZANDO A IMPRESSORA ZEBRA); TREINAMENTO DOS USUÁRIOS.	Unid	01	R$ 2. 500,00	R$ 2. 500,00

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes/MT, 05 de abril de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 015/2021.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO AMM-MT, NA EDIÇÃO DE 03 MARÇO DE 2021.

ONDE SE LÊ:

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019. "

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, Senhora **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público regido pelo Edital nº 001/2019, destinado a contratação temporária de pessoal para atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município, teve seu prazo de validade expirado em 07/02/2021 e,

CONSIDERANDO que nos termos do item 9 das DISPOSIÇÕES FINAIS, do Edital nº 001/2019, subitem 9.8 – A validade deste Processo Seletivo Público é de 12 (doze) meses, contado da data da homologação do resultado final, prorrogável por igual período.

DECRETA:

Art. 1º. Fica **PRORROGADO** pelo período de (12) doze meses, ou seja, até (07/02/2022), o prazo de validade do Processo Seletivo Público, regido pelo Edital nº 001/2019, destinado à contratação temporária de pessoal para atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município, que teve seu resultado final homologado e publicado no site desta instituição e em locais públicos em 10/02/2020, através do Decreto nº 016/2020.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEIA-SE:

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2019 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019. "

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, Senhora **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA***,* no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público regido pelo Edital Público nº 001/2019 e Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 002/2019, destinado a contratação temporária de pessoal para atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município, teve seu prazo de validade expirado em 07/02/2021 e,

CONSIDERANDO que nos termos do item 9 das DISPOSIÇÕES FINAIS, do Edital 001/2019 e edital nº 002/2019, subitem 9.8 – A validade dos mencionados Processos Seletivos é de 12 (doze) meses, contado da data da homologação do resultado final, prorrogável por igual período.

DECRETA:

Art. 1º. Fica **PRORROGADO** pelo período de (12) doze meses, ou seja, até (07/02/2022), o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2019 e Processo Seletivo Público, regido pelo Edital nº 002/2019, destinado à contratação temporária de pessoal para atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município, que teve seu resultado final homologado e publicado no site desta instituição e em locais públicos em 10/02/2020 através do Decreto 016/2020 e em 07/02/2020, através do Decreto nº 015/2020.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 05 de abril de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N° 836/2021

"DISPÕE SOBRE O ENVIO DE INFORMAÇÕES A CÂMARA DE VEREADORES SOBRE AS INDICAÇÕES E OS PEDIDOS DE PROVIDENCIAS REMETIDOS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS". PARA DELIBERAÇÃO DO DOUTO PLENÁRIO".

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER*** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1° O poder Executivo municipal informará á Câmara de Vereadores sobre o encaminhamento dado ás Indicações aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal e remetidas ao Poder Executivo Municipal.

Paragrafo Único: as informações do Poder Executivo Municipal deverão conter, no mínimo.

I- A data do encaminhamento á Secretaria ou ao setor competente;

II- Medidas adotadas para realizar o solicitado;

III- Solução do solicitado;

IV- Data da finalização do solicitado;

V- Em caso de ainda não ter sido concretizada a Indicação, quando da informação a se enviada ao Poder Legislativo Municipal;

Mencionar o motivo;

Citar a provável data da concretização;

Quando da decisão da não concretização de alguma Indicação, Justificar este ato.

Art. 2° - Fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias. Prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias para que o poder Executivo Municipal encaminhe as informações sobre as Indicações.

Art. 3°- O disposto nesta Lei aplica-se também aos Pedidos de Previdências.

Art. 4°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita, 05 de abril 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N° 837/2021

"DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES NAS IGREJAS E TEMPO RELIGIOSOS DE QUALQUER CULTO COMO ATIVIDADES ESSENCIAIS PARA EFEITO DE POLITICAS PUBLICAS NO ÂMBITO NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA".

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER*** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art 1º - Esta lei estabelece as igrejas e tempo religiosos de qualquer culto como atividades essenciais para efeito de politicas publicas no âmbito no município de Nova Brasilândia em especial períodos de calamidades públicas sendo vedada a determinação de fechamento total de tais locais.

Paragrafo único: Podera ser realizada a limitação de numeros de pessoas presentes em tais locais de acordo com a gravidade da situação e desde que por decisão devidamente fundamentada da autoridade competente devendo ser mantida a possibilidade de atendimento presenciais em tais locais.

Art 2º - O poder executivo tera o prazo de 30 dias para regulamentar está lei no que lhe caber atraves de decreto. Está lei entrara em vigor na data da sua publicação.

Art. 3°- o disposto nesta Lei aplica-se também aos Pedidos de Previdências.

Art. 4°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita, 05 de abril 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°094/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°094/2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **EDER ROBERTO DE PAULA ME**,

CNPJ: 14.822.294/0001-41

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de vigência do Contrato Original por mais **60 (sessenta)** dias**,** vigorando a partir de 31 de março de 2021 a 30 de maio de 2021.

ASSINATURA**: 30 de março de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

LEI N° 835/2021

"INSTITUI NO ÂMBITO MUNICIPAL A HONRARIA POLICIAL DESTAQUE DO ANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A SENHORA MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER*** que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1°. - Fica instituído a **"Honraria Policial Militar Destaque do Ano**" e a **"Honraria Policial Civil Destaque do Ano"** a ser outorgado anualmente pela Câmara Municipal a um membro da Polícia Militar e a um membro

da Polícia Civil que atua no Município e que se destacou em seus afazeres durante o ano. Art.

Art. 2° - Anualmente, até o dia 31 de março, a chefia da Polícia Militar e a chefia da Polícia Civil no município encaminhará a indicação do nome escolhido juntamente com sua qualificação para a Câmara Municipal. Parágrafo único – Fica a critério dos membros da Polícia Civil e Militar a forma de escolha do homenageado.

Art. 3° - A sessão solene deverá ser realizada preferencialmente no feriado de 21 de abril, tendo em vista que Tiradentes é o patrono da Polícia Brasileira.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução dessa resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 05 de abril 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREVBRAS
PORTARIA N° 180/2021, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA N° 180/2021, DE 29 DE MARÇO DE 2021

“

Afastar a servidora efetiva srª Odenicia Fonseca Pagane de Licença Médica”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 77, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

RESOLVE

Artigo 1º - Afastar de **Licença Médica** a senhora **efetiva Srª ODENICIA FONSECA PAGANE – Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 90 (noventa) dias ,a partir de 25 de Fevereiro de 2021.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 29 de março de 2021.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JEOLLI CERUTTI AMORIM

Secretária Municipal de Administração, Economia e Finanças

Portaria n° 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
COVID-19: DECRETO Nº 1.669 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

“Altera dispositivos do Decreto nº 1.665 de 31 de março de 2021, e outras providências quanto ao avanço do novo Coronavírus - COVID-19 no Município de Nova Lacerda – MT,”

UILSON JOSE DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o disposto no Art. 7º, § 5º do Decreto Estadual 874/2021 de 25 de março de 2021.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 5º, I e artigo 8º do Decreto 1.665 de 31 de março de 2021, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º, I) quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos;

Art. 8º - Fica proibido o consumo no local de bebidas alcóolicas em bares, conveniências, restaurantes, supermercados, mercados, mercearias e congêneres;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos no período de 05 de abril de 2021 até 09 de abril de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário já estabelecidas no âmbito Municipal

Gabinete do prefeito do município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL N.º 016/2021

EMENTA: ATUALIZA MEDIDAS RESTRITIVAS PARA CONTER A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 CONFORME DISPOSIÇÕES DO DECRETO ESTADUAL Nº 874, DE 25 DE MARÇO DE 2021 CONSIDERANDO O NIVEL DE RISCO MUITO ALTO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso Conjuntamente com o novo COMITÊ GESTOR DE CRISE – CGC DO NOVO CORONAVIRUS (COVID-19) usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 com prorrogação de seus efeitos por meio da ADI 6625 do STF número único: 0110642-53.2020.1.00.0000 origem DF, Relator: Min. Ricardo Lewandowski e no Decreto Estadual Nº 874, de 25 (vinte e cinco) de março de 2021 (dois mil e vinte e um);

CONSIDERANDO o inciso II, do art. 23 da Constituição Federal que define competência aos Municípios para cuidar da saúde pública cabendo o dever de atuação conjunta para evitar o colapso sanitário decorrente da proliferação Coronavírus - COVID-19, conforme entendimento sedimentado pelo STF no julgamento da ADI 6341 MC-REF / DF;

CONSIDERANDOos índices de taxas de ocupação dos leitos públicos de UTI’s, que conforme os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 388 Coronavírus/Covid-19 Mato Grosso, de 31 de março de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde, indicam 98,05% de taxa de ocupação.

CONSIDERANDOo aumento de demanda hospitalar pública e privada por oxigênio medicinal e medicamentos necessários para intubação de pacientes em estado grave como decorrência do aumento do número de contaminações e internações;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação da Covid-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO a dificuldade de adoção de medidas únicas mais restritivas para todos os Municípios do Estado de Mato Grosso em razão das peculiaridades e diferenças do nível de contaminação e transmissão do Coronavírus em cada cidade;

CONSIDERANDOas disposições do Art. 25 doDecreto Municipal 01/2021 que autorizou ahomologação no âmbito do município de Nova Marilândia as disposições dos Decretos do Estado de Mato Grosso com relação ao Coronavírus contanto que mais restritivas.

CONSIDERANDOa DETERMINAÇÃO JUDICIAL proferida nos autos nº 1003497-90.2021.8.11.0000 que impõe aos municípios o cumprimento das medidas restritivas impostas no Decreto Estadual nº 874, de 25 de Março de 2021;

CONSIDERANDOo Decreto Estadual nº 874, de 25 de Março de 2021, que atualiza a classificação de Risco epidemiológica e fixa as regras e diretrizes para adoção, pelos municípios de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e da outras providencias;

CONSIDERANDOque o Decreto Federal nº. 10.282/2020 define os serviços públicos e as ATIVIDADES ESSENCIAIS;

CONSIDERANDOque o município de Nova Marilândia foi classificado comoNÍVEL MUITO ALTO;

CONSIDERANDOa reunião do Comitê de Enfretamento ao Covid19 realizada no dia 01 (um) de Abril de 2021 (dois mil e vinte e um);

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado no Município de Nova Marilândia novas medidas farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritiva à circulação de pessoas e ao funcionamento de atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contagio COVID -19 em todo território municipal nas situações especificas de Nível de Risco MUITO ALTO;

Art. 2º. Com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território municipal e reduzir o impacto no sistema de saúde, aos Municípios fica determinada as seguintes medidas não-farmacológicas;

I - Manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO, MODERADO e ALTO e demais medidas elencadas no Decreto Municipal 013/2021;

II - quarentena coletiva obrigatória na circunscrição Municipal, por períodos de 10 (dez) dias, a contar de 02/04/2021 prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente;

III - suspensão de aulas presenciais em creches, escolas e universidades.

IV - controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas, ficando autorizada apenas a circulação de pessoas com o objetivo de acessar e exercer atividades essenciais;

V - manutenção do funcionamento apenas dos serviços públicos e atividades essenciais;

Art. 3º. Para fins desse Decreto, são considerados serviços públicos e atividades essenciais, aquelas prevista no Decreto Federal nº. 10.282 de 20 de março de 2020, in verbis:

DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Objeto

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Âmbito de aplicação

Art. 2º Este Decreto aplica-se às pessoas jurídicas de direito público interno, federal, estadual, distrital e municipal, e aos entes privados e às pessoas naturais.

Serviços públicos e atividades essenciais

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

V - trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

VI - telecomunicações e internet;

VII - serviço de call center;

VIII - (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

IX - (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos: (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

a) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

b) as respectivas obras de engenharia; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XI - (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XIII - serviços funerários;

XIV - guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XVI - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;

XVII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVIII - vigilância agropecuária internacional;

XIX - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XX - serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXI - serviços postais;

XXII - serviços detransporte, armazenamento, entrega e logísticade cargas em geral; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXIII - serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIV - fiscalização tributária e aduaneira federal; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXV - produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXVI - fiscalização ambiental;

XXVII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXVIII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXIX - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;

XXX - mercado de capitais e seguros;

XXXI - cuidados com animais em cativeiro;

XXXII - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

XXXIII - atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXIV - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXV - outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXVI - fiscalização do trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXVII - atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto; (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XXXVIII - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pela advocacia pública da União, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos respectivos serviços públicos; (Redação dada pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XL - unidades lotéricas. (Incluído pelo Decreto nº 10.292, de 2020)

XLI - serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLII - serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLIII - atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídasaquelas realizadas por meio de **start-ups**,para os fins de que trata o art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLIV - atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas; (Incluído pelo Decreto nº 10. 329, de 2020)

XLV - atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLVI - atividade de locação de veículos; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLVII - atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLVIII - atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos e plásticos em geral; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

XLIX - atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais

como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro;(Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

L - atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

LI - atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020, sem prejuízo do disposto nos incisos XX e XL; (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

LII - produção, transporte e distribuição de gás natural; (Redação dada pelo Decreto nº 10.342, de 2020)

LIII - indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas; (Redação dada pelo Decreto nº 10.342, de 2020)

LIV - atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

LV - atividades industriais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; (Redação dada pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

LVI - salões de beleza e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e (Incluído pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

LVII - academias de esporte de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde. (Incluído pelo Decreto nº 10.344, de 2020)

§ 2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 3º É vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais, e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

§ 4º Para fins do cumprimento ao disposto neste Decreto, os órgãos públicos e privados disponibilizarão equipes devidamente preparadas e dispostas à execução, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§ 5º Os órgãos públicos manterão mecanismos que viabilizem a tomada de decisões, inclusive colegiadas, e estabelecerão canais permanentes de interlocução com as entidades públicas e privadas federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 6º As limitações de serviços públicos e de atividades essenciais, inclusive as reguladas, concedidas ou autorizadas somente poderão ser adotadas em ato específico e desde que em articulação prévia do com o órgão regulador ou do Poder concedente ou autorizador.

§ 7º Na execução dos serviços públicos e das atividades essenciais de que trata este artigo devem ser adotadas todas as cautelas para redução da transmissibilidade da covid -19.

§ 8º (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

§ 9º O disposto neste artigo não afasta a competência ou a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas competências e de seus respectivos territórios, para os fins do disposto no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, observadas: (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

I - a competência exclusiva da União para fixar as medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, referentes ao uso dos seus bens e à prestação dos serviços públicos essenciais por ela outorgados; e (Incluído pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

II - que a adoção de qualquer limitação à prestação de serviços públicos ou à realização de outras atividades essenciais diretamente reguladas, concedidas ou autorizadas pela União somente poderão ser adotadas com observância ao disposto no § 6º deste artigo. (Incluído pelo Decreto nº 10. 329, de 2020)

Art. 4º Os Poderes Judiciário e Legislativo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública definirão suas limitações de funcionamento.

Art. 5º (Revogado pelo Decreto nº 10.329, de 2020)

Vigência

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de março de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Sérgio Moro

Luiz Henrique Mandetta

Wagner de Campos Rosário

André Luiz de Almeida Mendonça

Walter Souza Braga Netto

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água, telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§ 2º As atividades d e serviços permitidos que não foram mencionadas no § 1, que são consideradas essenciais**poderão funcionar;**

I - de segunda a sexta-feira, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 20h00m;

II - aos sábados e domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 12h00m.

III - Excepcionalmente, os supermercados, mercados e congêneres poderão funcionar aos sábados até as 20h00m, ficando vedado o consumo de bebidas alcoólicas no local, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 3º Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes e congêneres localizadas em postos de combustíveis situados em rodovias estaduais e federais no âmbito do Município de Nova Marilândia fora dos horários definidos nos incisos do caput deste artigo.

§ 4º Os mercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 5º Durante a vigência deste Decreto, igrejas, templos e congêneres, podem funcionar respeitando o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observados os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.

§ 6º Excepcionalmente, os restaurantes poderão funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecidos os protocolos de saúde e normas sanitárias definidos neste Decreto.

§ 7º O funcionamento de serviço na modalidade delivery ficará autorizado somente até as 23h59m, inclusive aos sábados e domingos, com exceção das farmácias e congêneres, que poderão funcionar, na modalidade delivery, sem restrição de dias e horários;

§ 8º Fica autorizado o funcionamento de restaurantes e congêneres nas modalidades take-away e drive-thru somente até às 20h 45m, permitido o serviço de delivery até as 23h59m na forma do §7º deste artigo.

§ 9º Fica proibido o funcionamento de academias de atividades físicas localizadas no município de Nova Marilândia – MT, pelo prazo de 10 dias a contar do dia 02 de abril de 2021;

§ 10º Os salões de beleza e barbearias, devem trabalhar com sistema de agendamentos, sendo no máximo de 03 pessoas no ambiente, respeitando os horários estabelecidos;

Art. 4º Quando a taxa de ocupação estadual das UTI´s for superior a 85% (oitenta e cinco por cento), além das medidas aplicáveis à respectiva classificação de risco, conforme art. 4º e 5º deste Decreto, fica instituída restrição de circulação de pessoas em toda a circunscrição municipal a partir das 21h00m até as 05h00m.

§ 1º Excetuam-se da restrição disposta no caput do presente artigo os funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços cujo funcionamento é permitido após as 20h00m, bem como outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade responsável pela fiscalização.

§ 2º A restrição fixada no caput deste artigo não se aplica ao transporte de cargas e passageiros em rodovias municipais, estaduais e federais.

Art. 05 A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I - Secretaria de Saúde do Município;

II - Órgãos de vigilância sanitária municipal;

III - Polícia Militar - PM/MT conforme acordo de cooperação;

IV - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT e outros órgãos municipais investidos de poder fiscalizatório.

§ 1º A Polícia Militar e vigilância sanitária fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes, bem como multar pessoas físicas (R$ 500,00 reais) e jurídicas R$ (10.000,00) e utilizar de sanções civis cabíveis levando em conta a lei Estadual n.º 11.316 de 02/03/2021.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de sanções cíveis cabíveis.

§ 3º As autoridades estaduais e municipais que não aplicarem as medidas restritivas instituídas por Lei e regulamentada por este Decreto ficam sujeitas à aplicação das sanções penais cabíveis, por infração às medidas sanitárias preventiva, conforme previsão do art. 268 do Código Penal.

§ 4º Caberão aos órgãos competentes, inclusive ao Ministério Público Estadual, fiscalizar se os agentes públicos municipais se estão cumprindo e fazendo cumprir as determinações deste Decreto, propondo, quando julgar pertinente, as demandas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§ 5º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas e jurídicas ensejará aplicação de interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido na Lei nº 11. 316, de 02 de março de 2021, com a redação alterada pela Lei nº 11.326, de 24 de março de 2021.

Art. 06 Fica proibido, por 15 (quinze) dias a partir da publicação do decreto Estadual 874 de 25 março de 2021, o consumo de bebida alcoólica nos locais de venda, ainda que dentro dos horários permitidos para funcionamento dos estabelecimentos por normas municipais.

Art. 07 Este Decreto entra em vigor nesta data excepcionalmente mediante afixação no Mural da Prefeitura, e posterior publicação no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, revogada as disposições em contrário;

Art. 08 Aplica-se as demais medidas contidas nos Decretos Municipais 08/2021, 09/2021 e 13/2021 contanto que não forem contrárias a este Decreto.

Nova Marilândia, ao 01 (um) dia de abril de 2021 (dois mil e vinte e um).

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 103/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 103/2021

Data: 05 de abril de 2021

EMENTA: SUBSTITUI MEMBRO DA **PORTARIA MUNICIPAL Nº 013/2021** QUE NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Substituir membro da **COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT**, para o exercício financeiro de **2021**, composta pelos seguintes servidores:

BRUNA CRISTINA PEREIRA DADALT PRESIDENTE

MAIARA OLIVEIRA ENDRINGER VICE-PRESIDENTE

REGINALDO SANTOS DA SILVA RELATOR

ELIANA DO PRADO PEREIRA SUPLENTE

Art. 2º - A Comissão de Licitação, de que trata esta Portaria, será responsável pela elaboração, supervisão e julgamento dos procedimentos licitatórios a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer deste exercício de 2021, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93), consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º - Os membros integrantes da Comissão de Licitação de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE UM - 05-04-2021.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 020/2020.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA, MURO, CALÇADAS E PAISAGISMOS NO GINASIO MUNICIPAL DE NOVA MARINGA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS

TOMADA DE PREÇOS 005/2020.

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, brasileira, viúva , portadora do CPF: 378.869.831-49 e RG n.º 1400970 SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº. 19.409.914/0001-39 estabelecida na cidade de Nova Olimpia, bairro Santa Rosa, Rua Tancredo de A. Neves, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo seu representante legal, **Sr. VICTOR ALFREDO PEDERIVA JUNIOR,** inscrito no CPF sob o nº. 049.045.801-76, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO** ao CONTRATO Nº 020/2020, nos termos da Tomada de Preços 005/2020, devidamente homologado em 14/12/2020, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica aditivado o valor de **R$ 62.169,97** (sessenta e dois mil cento e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos) do contrato nº. 020/2020 celebrado entre as partes supra discriminadas, a partir de sua assinatura. **01.2.** O aditivo de valor do referido Contrato n. º 020/2020, tem sua fundamentação legal no artigo 65, §1°, da Lei nº 8.666/93. **01.3.** Itens, quantidades e valores aditivados:

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ARQUIBANCADA 01					
01	M²	55,5	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS MACIÇOS DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2	R$ 121,73	R$ 6.756,01
02	M³	0,97	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	R$ 170,28	R$ 165,17
03	M³	1,25	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	R$ 36,65	R$ 45,81
Valor Total R$ 6.966,99					
ARQUIBANCADA 01					
01	M²	55,5	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS MACIÇOS DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2	R$ 121,73	R$ 6.756,01
02	M³	0,97	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	R$ 170,28	R$ 165,17
03	M³	1,25	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	R$ 36,65	R$ 45,81
Valor Total R$ 6.966,99					
PINTURA					
01	M²	180	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	R$ 1,80	R$ 324,00
02	M²	119	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	R$ 13,15	R$ 1.564,85
03	M²	162	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	R$ 20,00	R$ 3.240,00
Valor Total R$ 5.128,85					
MURO					
01	M²	3,23	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	R$340,95	R$1.099,81
Valor Total R$ 1.099,81					
CALÇADAS EXTERNAS					
01	M³	2,20	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016 (OBS: ESPESSURA 6CM)	R$ 630,89	R$ 1.387,96
02	M²	36,60	' EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF	R$ 87,97	R$ 3.219,70
03	M	45	'PISO PODOTÁTIL, DIRECIONAL OU ALERTA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05 /2020	R$ 150,64	R$ 6.778,80
Valor Total R$11.386,46					
JARDINAGEM					
01	UND	01	'PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/	R$ 327,30	R$ 327,30
Valor Total R$ 327,30					
DRENAGEM - MAIS CALÇADA					
01	**M³**	25,30	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	R$ 66,16	R$ 1.673,85
02	**M**	103,30	TUBO PVC, FLEXIVEL, CORRUGADO, PERFURADO, DN 110 MM, PARA DRENAGEM, SISTEMA IRRIGACAO	R$ 10,89	R$ 1.124,94
03	**M²**	316,80	EXECUCAO DE DRENO COM MANTA GEOTEXTIL 400 G/M2	R$ 12,30	R$ 3.896,64
04	**M³**	21,30	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_08/2020	R$ 186,18	R$ 3.965,63
05	**M³**	25,80	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	R$ 40,11	R$ 1.034,84
06	**H**	27,30	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R$ 23,16	R$ 632,27
07	**H**	27,30	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	R$ 18,51	R$ 505,32
08	**M²**	180,41	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMA DO. AF_07/2016	R$ 96,78	R$ 17.460,08
Valor Total R$ 30.293,57					

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.1. As despesas decorrentes deste aditivo correrão no exercício de 2021 à conta da Natureza de Despesa: **DOTAÇÃO: 05.003.27.812.0011.1027. 449051.000000-147**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

03.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuado pelo fiscal **GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA**, designado pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

04.1. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas**.**

Nova Maringá – MT, 05 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT /ART COLOR TINTAS E SERVIÇOS

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE/ CNPJ: 26.884.260/0001-60

Contratante/ Contratada

_____

GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA

CPF: 049.565.904.58

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____/ _____

a) VANDA DA SILVA/ b) PAULO DA SILVA PEREIRA

CPF: 622.550.611-04/ CPF: 701.332.801-44

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso através de sua comissão Permanente de Licitação, designado pela portaria N°142/2021 de 16 de março de 2021 tornam público o resultado da Dispensa de Licitação N°012/2021 tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURO PARA AS NOVAS AMBULANCIAS PERTENCENTES À SECRETARIA DE SAÚDE DE NOVA MARINGÁ – MT,** diante da proposta comercial apresentada por **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** com o **CNPJ: 61.198.164/0001-60** com valor de proposta Global de R$11.223,84(Onze mil duzentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do artigo 24, IV da Lei Federal n°8.666/93 com suas alterações posteriores.

O processo referente a licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernadino Zanchet, em frente a Eletromóveis Martinello, neste Município de Nova Maringá-MT de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá-MT, 05 de Abril de 2021.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2021

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica n°049/2021, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 010/2021 e autorizo a contratação da empresa **GUARA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA com o CNPJ: 17.622.347/0001-79,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE GERADOR EMERGENCIAL A GASOLINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF DO DISTRITO DE BRIANORTE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19 ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA MARINGÁ – MT,** no valor total de **R$3.380,00** (três mil trezentos e oitenta reais)**.** A presente Dispensa de Licitação está enquadrada no inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Nova Maringá-MT, 05 de Abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 150/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAR EM CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRASPORTE DE SAUDE – A SRA. ANGELA TRIZOTTI"

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR o Sra. ***ANGELA TRIZOTTI*** portadora do RG Nº. 48744249 SSP/PR inscrita no CPF sob o n.º 913.219.139.15, ao cargo comissionado de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRASPORTE DE SAUDE do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 01 de Abril de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de Abril de 2021, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 05 de Abril de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 009/2021. REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 029/2021/GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **19/04/2021 as 09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, Fone: (66) 3537-1120, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade de **Pregão Presencial – Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Item** com OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL NO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **009/2021.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá - MT, 05 de abril de 2021.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº. 22/2018/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 22/2018/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465.556/0001-63, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ***EDEMILSON MARINO DOS SANTOS***, brasileiro, casado, portadora da C.I. RG n. 1467013-5 SESP/MT e CPF/MF nº 330.412.338-51, residente e domiciliado á Rua José Joaquim Vieira nº 101, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa **D. DE OLIVEIRA MARTINS - ENGENHARIA CIVIL - ME**, inscrita no **CNPJ/MF n.º 22.111.050/0001-89**, com sede na Rua José Joaquim Vieira, Nº. 112, Centro, na cidade de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr. Diego de Oliveira Martins, Brasileiro, Solteiro, Maior e Capaz, Portador da Carteira de Identidade RG nº. 2000068-5 SSP/MT e do CPF nº. 036.452.541-02, residente na cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Quarto Aditivo do Contrato nº. 22/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, aditar o Contrato Administrativo firmado em 12 de março de 2018, cujo objeto trata da **CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, ACOMPANHAMENTO EM CONVÊNIOS, APROVAÇÃO DE PLANTAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE POSTURA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE**, para fins de Prorrogação do **Prazo de vigência e do Valor** estabelecido na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO E DO VALOR

O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO POR 11 (MESES) ATÉ O DIA 11 DE MARÇO DE 2022.

DO VALOR FICA ADITIVADO MENSALMENTE R$: 9.500,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Em consonância com a Cláusula Sexta do contrato que dispõe sobre alterações contratuais, fica estabelecido as novas obrigações da contratada:

DAS NOVAS OBRIGAÇÕES

1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os serviços especificados e adjudicado na tomada de preço nº 02/2018, e por essa Minuta;

2. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA deverá entregar os serviços de suas responsabilidades no prazo, exigido pelo Secretaria de Administração e Planejamento, respeitado só os prazos exigidos por lei;

3. Cumprir assiduamente a jornada de trabalho, determinado pela Secretaria de Administração e Planejamento, na qual os profissionais estarão locados;

4. Atender com presteza e dedicação a todo o serviço que lhe for solicitado;

5. Comunicar com antecedência de 24 horas, com justificativa fundamentada ao Chefe imediato, (Secretaria de Administração e Planejamento) a falta ao trabalho do profissional, e caso o Secretario exija será necessário substituir o profissional, para atender a demanda;

6. Seguir as orientações emanadas da contratante, por intermédio do Secretário Municipal de Administração e planejamento e da Secretaria de Obras, sempre que exigido;

7. Analisar, dar parecer, e aprovação, ou desaprovação em todos os projetos arquitetônicos apresentados ao Município, para emissão de Alvará de Construção, e após, vistoriar as edificações para emissão de habite-se;

8. Elaborar planilhas orçamentárias, cronogramas físicos-financeiros e memoriais descritivos de obras e serviços solicitados para atender quaisquer Secretaria do Município, no prazo determinado;

9.Realizar as demais atividades pertinentes na área de engenharia e arquitetura, quando solicitado para fazer.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 5 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE EDEMILSON MARINO DOS SANTOS PREFEITO	**D. DE OLIVEIRA MARTINS – ENGENHARIA CIVIL – ME CNPJ: 22.111.050/0001-89 CONTRATADA**

Testemunhas:

ADAUTO MOREIRA DA SILVA CPF: 141.593.091-00 RG: 914954 SSP/MT	MIRIAN BARBOSA DE CAMARGO MACIEL CPF 004.612.151-01 RG 1467010-0 SSP/MT

LICITACAO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA PREGÃO PRESENCIAL 08/2021

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA

Modalidade: Pregão Presencial 08/2021

Processo Administrativo: 1288/2021

O Município de Nova Monte Verde-MT, localizado na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 021/2021/PMNMV/GAB de 07 de Janeiro de 2021, comunica aos interessados, a **REABERTURA** do **Pregão Presencial Nº. 08/2021,** cujo objeto é o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES, RODAS E CORRELATOS, ALÉM DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, VULCANIZAÇÃO, CONSERTOS DE PNEUS E LAVAGEM DE VEÍCULOS, COM ENTREGA PARCELADA Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,***com nova data para a realização dasessão de abertura e julgamento de propostas para a licitação já publicada anteriormente, esta que por sua vez deverá acontecer no dia **16/04/2021 às 08:00 horas (horário local)**, sendo esta então a nova data de abertura e julgamento.

O Edital completo contendo as instruções, permanece publicado à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br que pode ser visualizado através do seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2021 - Campo Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 05 de Abril de 2021.

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO

Presidente da CPL

Decreto 021/2021

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 094, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 094, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: EXONERA A SENHORA**REGINA CÉLIA GOMES DE MORAES,** DO CARGO DE**GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS,**DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sr.ª **Regina Célia Gomes de Moraes**, do cargo de Gerente do Departamento de Convênios, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 05 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 095, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 095, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA A SENHORA**REGINA CÉLIA GOMES DE MORAES,** PARA O CARGO DE**SUB. CONTROLADORA,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sr.ª **Regina Célia Gomes de Moraes**, para o cargo de Sub. Controladora**,** lotada no Gabinete do Prefeito, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de 06/04/2021, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 05 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
RESUMO DOS CONTRATOS MARÇO 2021

RESUMO DOS CONTRATOS MARÇO 2021

CONTRATO Nº. 07/2021/DEPTO/ADM/COMPRAS/LICITAÇÃO

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a Contratada **SKYMAIL SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO E PROVIMENTO DE INFORMAÇÃO DIGITAL LTDA**

2.OBJETO:AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE BACKUP E NUVEM DE 500 GB, ATRAVÉS DA EMPRESA SKYMAIL SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO, Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA DE NOVA MONTE VERDE/MT.

3. DATA ASSINATURA: 01 de Março de 2021

4.VIGÊNCIA: 01 de Março de 2021 até 31 de dezembro de 2021

5.VALOR: R$ 3.000,00 (três mil reais)

6.LICITAÇÃO: _____

CONTRATO Nº. 08/2021/DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e a empresa **JOÃO A. POSSANI OINASKI ENGENHARIA ME**

2.OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ENGENHEIRO SANITARISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DAE - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE.

3. DATA ASSINATURA: 04 de Março de 2021

4.VIGÊNCIA: 04 de Março de 2021 até 04 de Março de 2022

5.VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

6.LICITAÇÃO: - Pregão Presencial nº. 04/2021, Processo Administrativo 260/2021.

CONTRATO Nº. 09/2021/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1. PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e o Contratado**FLAVIO ARMENDO**

2. OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MECANICOS, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO PRINCIPALMENTE DAS AMBULÂNCIAS E DE TODOS OS VEICULOS UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO CORONA VÍRUS NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT.

3. DATA ASSINATURA: 08 de Março de 2021

4. VIGÊNCIA: 01 de Março de 2021 até 01 de Junho de 2021

5. VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

6.LICITAÇÃO: _____

CONTRATO Nº. 12/2021/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1. PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e o Contratado **CLEBIO GERALDO GUIMARÃES GAIA ME**

2.OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA CONTÁBIL EM CONTRATOS E SERVIÇOS NO EXERCÍCIO DE 2019 E 2020, REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

3. DATA ASSINATURA: 15 de Março de 2021

4. VIGÊNCIA: 15 de Março de 2021 até 15 de Junho de 2021

5. VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

6.LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 07/2021

CONTRATO Nº. 13/2021/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1. PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e o Contratado**OMEGA – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**

2. OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SISTEMA DE SOFWARE INTEGRADOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NAS ÁREAS: ADMINISTRATIVAS, ESTATÍSTICAS, PEDAGÓGICA, INTERAÇÃO COM O INEP/MEC, DIÁRIOS ELETRÔNICOS COM SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA, DESENVOLVIDOS COM TECNOLOGIA ON/OFF LINE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

3. DATA ASSINATURA: 18 de Março de 2021

4. VIGÊNCIA: 18 de Março de 2021 até 18 de Março de 2022

5. VALOR GLOBAL: R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)

6.LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2021, Processo Administrativo 1277/2021

CONTRATO Nº. 14/2021/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1. PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e o Contratado **MEDMASTER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

2. OBJETO:AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AS-120 TESTES ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O DIAGNÓSTICO MÉDICO NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

3. DATA ASSINATURA:24 de Março de 2021

4. VIGÊNCIA: 24 de Março de 2021 até 31 de Dezembro de 2021

5. VALOR GLOBAL: R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)

6.LICITAÇÃO: CARONA DE PREGÃO 09/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO 787/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL 053/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO 3724/2020 DO MUNICÍPIO DE JACIARA/MT

CONTRATO Nº. 15/2021/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1. PARTES: Prefeitura Mun. de Nova Monte Verde/MT e o Contratado**COOPERATIVA AGROPECUARIA E FLORESTAL DO PROJETO RECA.**

2. OBJETO:AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PUPUNHA LISA (BACTRIS GASIPAES H.B.K.) PARA SUPRIR O VIVEIRO MUNICIPAL, NA PRODUÇÃO DE MUDAS DE PUPUNHA, COM INTUITO DE DESENVOLVER E INCENTIVAR OS PLANTIOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

3. DATA ASSINATURA: 29 de Março de 2021

4. VIGÊNCIA: 29 de Março de 2021 até 29 de Abril de 2021

5. VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

6.LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2021

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 096, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 096, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: EXONERA A SENHORA**MIRIAN BARBOSA CAMARGO,** DO CARGO DE**DIRETORA DE DEPARTAMENTO,**DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sr.ª **Mirian Barbosa Camargo**, do cargo de Diretora de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 05 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 097, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

DECRETO Nº 097, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: NOMEIA A SENHORA**MIRIAN BARBOSA CAMARGO,** PARA O CARGO DE**GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sr.ª **Mirian Barbosa Camargo**, para o cargo de Gerente do Departamento de Convênios**,** lotada na Secretaria de Planejamento e Administração, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de 06/04/2021, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 05 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
PORTARIA N.º 100/2021 ALTERA OS FISCAIS DA PORTARIA 54/2018 E NOMEIA NOVOS FISCAL ADMINISTRATIVO PARA O CONTRATO Nº 22/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS

PORTARIA N.º 100/2021

05 de ABRIL de 2021

SÚMULA: Altera Os Fiscais Da Portaria 54/2018 e Nomeia Novos Fiscal Administrativo para O Contrato nº 22/2018 DEPTO/ADM/COMPRAS.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Portaria 54/2018 e nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº22/2018/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e empresa **D. DE OLIVEIRA MARTINS - ENGENHARIA CIVIL - ME**

CONTRATO Nº 15/2018/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 513/2018

OBJETO: **CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, ACOMPANHAMENTO EM CONVÊNIOS, APROVAÇÃO DE PLANTAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS DE ACORDO COM O CÓDIGO DE POSTURA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE.**

VIGÊNCIA: até 11 de março de 2022.

VALOR: R$ 104.500,00 (cento e quatro mil e quinhentos reais),

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE ADIMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

FISCAL: ADAUTO MOREIRA DA SILVA

RG Nº: 914954 SSP/MT

CPF Nº: 141.593.091-00

CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 1412

FISCAL SUPLENTE: MIRIAN BARBOSA DE CAMARGO MACIEL

RG Nº: 1467010-0 SSP/MT

CPF Nº: 004.612.151-01

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA: 1663

25Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 05 de março de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 101, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N.º 101, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: FICA NOMEADA A Sr.ª MARIA APARECIDA TORRALBO, PARA O CARGO **DE COORDENADORA PEDAGÓGICA** DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL – FUTURO FELIZ, PARA O ANO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Sr.ª MARIA APARECIDA TORRALBO, para o cargo de Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental – Futuro Feliz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - A carga horária para o cargo de Coordenadora Pedagógica é de 30 horas semanais, com remuneração de acordo com o nível de formação, acrescidos de um percentual de 33% devido à função de Dedicação Exclusiva.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 05 de abril de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE APOSTILA Nº 001/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

CONTRATO Nº 066/2020

PROCESSO Nº 065/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2020

Através do presente termo de apostila para **reequilíbrio econômico-financeiro**, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova **Nazaré-MT**, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87 denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **INOVACÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 32.138.304/0001-06, Inscrição Estadual n.º 90. 812.221-66, estabelecida a Rua General Osório, nº 150, Bairro Centro, Cidade de Assis Chateaubriand-PR, representada neste ato por **MARLI APARECIDA REZENDE,** Brasileira, empresária, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 8.833.862-6 SSP/PR CPF nº 037.097-129-98, de acordo com o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos,

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude do aumento excessivo nos preços de mercado para o fornecimento dos **itens 05, 06, 07 e 08 (luvas de procedimento P, PP, M e G – cx c/ 100) todos do lote 10 - Luvas**, ficam alterados os valores unitário dos materiais de consumo acima indicados, alterando os valores unitários constantes do contrato e Ata de Registro de Preços, ficando os novos preços, que serão praticados **a partir do dia 26/03/2021** e nos valores abaixo descritos:

Item	Unid.	Descrição	marca	Valor Anterior (R$)	Valor Alterado (R$)
05	Caixa	luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, **extrapequeno**, lubrificada com pó bioabsorvível, atóxica, ambidestra, descartável, caixa com 100 und	talge	67,41	**97,20**
06	Caixa	luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, **pequeno**, lubrificada com pó bioabsorvível, atóxica, ambidestra, descartável, caixa com 100 und	talge	67,67	**97,20**
07	Caixa	luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, **médio**, lubrificada com pó bioabsorvível, atóxica, ambidestra, descartável, caixa com 100 und	talge	71,91	**97,20**
08	Caixa	luva para procedimento não cirúrgico, látex natural íntegro e uniforme, **grande**, atóxica, ambidestra, descartável, caixa com 100 und	talge	70,70	**97,20**

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrá por conta das dotações orçamentárias para o exercício 2021 e anos seguintes conforme orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no Art. 65, inciso II, alínea “d” c/c § 8º também do Art. 65, da Lei 8.666/93 e ainda conforme parecer da procuradoria juridica e clausula contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na **Ata de Registro de Preços nº 020/2020** e **contrato nº 066/2020**, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Nova Nazaré – MT, 26 de Março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

INOVAÇÕES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS

E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

MARLI APARECIDA REZENDE

CONTRATADA

DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200013/2021/ PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 013/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 058/2021/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

FORNECEDORES REGISTRADOS: IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.835.034/0001-85, com sede na Rua Jose Alves Leão, Nº 177, Bairro: Jardim Santa Rosa, Nova Olímpia-MT CEP: 78.370-000 FONE: (65) 3332-1386 EMAIL: mercadoiguaçu@hotmail.com neste ato, representada pelo Senhor Antônio Valtair Flores dos Santos, portador da Cédula de identidade RG 46873190 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 661.108.159-34, residente e domiciliado na Rua Pedro Pedrossian, S/N, Jardim Santa Rosa no Município De Nova Olímpia-MT CEP: 78.370-000, e a empresa **C.R. DOS SANTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME** inscrita no CNPJ sob o nº 20.307.873/0001-59, com sede na Av. Ismael José do Nascimento, Nº 1209, Bairro: Jardim Horizonte, CEP: 78.300-000 Tangará da Serra - MT FONE: (65)3326-5757, E-Mail: Celiotga@Hotmail.com neste ato, representada pelo senhor Célio Roberto dos Santos, portador da Cédula de identidade RG 12639907 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 901.907.851-87, e a empresa **LM CUSTÓDIO COMÉRCIO DE ALIMENTOS-EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 16.679.206/0001-20, com sede na Rua Etelvina Gomes Cursino, Nº 607-S, Bairro: Jardim Shangri-lá, CEP: 78.300-000 Tangará da Serra - MT FONE: (65) 984668029, e-mail: lmcustodio.alimentos@hotmail.com neste ato, representada pelo senhor Renato Rodrigues de Moraes, portador da Cédula de identidade RG 4527833 - DGPC/GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.881.071-51, e a empresa **M7 COMERCIO DE ALIMENTOS – EIRELI,** inscrita no. CNPJ sob o nº 13.553.837/0001-00 com sede na Rua Dezoito, Nº 421-W, Bairro: Jardim Nossa Senhora Aparecida, CEP: 78.300-000 Tangará da Serra – MT, neste ato representado pelo senhor Alexson Dias Batista, portador da Cédula de identidade RG 22162461 - SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.718.871-60 e a empresa **COMERCIAL LUAR EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.545.557/0001-33, com sede na Avenida Radialista Edson Luiz da Silva, Nº 1.037, Bairro: Tijucal, CEP: 78.088-000 Cuiabá - MT neste ato representada pela senhora Joana Souza do Nascimento Vieira, portadora da Cédula de identidade RG 297.008 - SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 149.852.506-78 e também a empresa **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME** inscrita no. CNPJ sob o nº 06.372.763/0001-40 com sede na Avenida das Flores, Nº 334, quadra 28, lote 04, Bairro: Jardim Cuiabá, CEP: 78.043-172, neste ato representado pelo senhor Ayrton Pereira Dias, portador da Cédula de identidade RG 2. 462.670-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.535.091-70.

GLOBAL PARA CADA FORNECEDOR REGISTRADO SERÁ CONFORME ABAIXO:

FORNECEDOR REGISTRADO	VALOR GLOBAL
IGUAÇU COMERCIO DE GAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.835.034/0001-85	R$ 710.908,35 (setecentos e setenta mil novecentos e oito reais e trinta e cinco centavos).
C.R. DOS SANTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME inscrita no CNPJ sob o nº 20. 307.873/0001-59.	R$ 254.064,71 (duzentos e cinquenta e quatro mil sessenta e quatro reais e setenta e um centavos).
LM CUSTÓDIO COMÉRCIO DE ALIMENTOS-EPP inscrita no CNPJ sob o nº 16.679. 206/0001-20.	R$ 96.456,73 (noventa e seis mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos).
M7 COMERCIO DE ALIMENTOS – EIRELI, inscrita no. CNPJ sob o nº 13.553.837/ 0001-00	R$ 149.460,37 (cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta e sete centavos).
COMERCIAL LUAR EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.545.557/0001-33.	R$ 256.044,45 (duzentos e cinquenta e seis mil quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).
NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME inscrita no. CNPJ sob o nº 06. 372.763/0001-40	R$ 35.718,25 (trinta e cinco mil setecentos e dezoito reais e vinte e cinco centavos).

DOTAÇAO ORÇAMENTARIA FONTE DE RECURSO
07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.30.00.00.0129000000
07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0026.2310.3.3.90.30.00.00.0129000000
05.050.0.2.12.306.0013.2055.3.3.90.30.00.00.0101000000
05.050.0.2.12.306.0013.2055.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.3.12.306.0012.2061.3.3.90.30.00.00.0101000000
05.050.0.3.12.306.0012.2061.3.3.90.30.00.00.0115000000
05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.30.00.00.0101000000

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00.0102000000
06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00.0146000000

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, CARNES E AFINS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.

VIGENCIA: 05/04/2021 ATE 05/04/2022.

Nova Olímpia - MT, 05 de abril de 2021.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA OLÍMPIA MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2021/PMNO

REF: TOMADA DE PREÇO Nº 008/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2021/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de almeida, N. º 259-S, Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: empresa BALSAMO CONSTRUÇÃO EIRELLI EPP, CNPJ 25.220.650/0001-73, localizada na rua 02 (Lot. Sesmaria São José), S/N- Quadra 09 Lote 12 sala A - Bairro São José, Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Senhor, FELIPE AUGUSTO DE LIMA SIQUEIRA, brasileiro, técnico em edificações, nascido em 20/08/1991, filho de João Augusto de Siqueira Filho e Maria Aparecida de Lima Siqueira, portador Carteira Nacional de Habilitação (DETRAN-MT) registro nº 04860436409, carteira de identidade de nº 22111816 SSP/MT e CPF: 038.285.521-37, residente e domiciliado na Rua Dois, Quadra 09, Casa 541, Bairro são José, em Cuiabá-MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA APLICAÇÃO DE MICRORREVESTIMENTO EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

VALOR GLOBAL: R$ 207.050,49 (duzentos e sete mil, e cinquenta reais e quarenta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

08.080.0.2.15.451.0036.1079.4.4.90.51.00.00.0100000000
08.080.0.2.15.451.0036.1079.4.4.90.51.00.00.0124000000

VIGENCIA: 05/04/2021 ATE 05/04/2022.

Nova Olímpia-MT, 05 de abril de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

Gustavo da silva Ferreira

OAB-24323

O presente contrato foi analisado e aprovado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2021/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 084/2021/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n.º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N.º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, divorciado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADO: Amanda Lorraynne Gomes de Andrade Athayde, portadora do RG: 35895365 SEDS/AL e CPF: 117.396.544-04 residente e domiciliada na Rua: AV. Governador Blairo Maggi, nº s/n, QD: 13 L: 14 , Bairro: JD. Itamarati, CEP: 78.370-000 Nova Olímpia -MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE (ENFERMEIRA) POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, em seu art. 24, inciso IV

VALOR GLOBAL: R$ 25.552,80 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.36.00.00.0102000000

Nova Olímpia-MT, 01 de abril de 2021.

Givaldo Valerio Dos Santos Filho

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº022/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 090/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 022/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR LOTE, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE LUBIFICANTES E FILTROS DESTINADOS A MANUTENÇAO DA FROTA DE VEICULOS DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **16 de abril de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 05 de abril de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 126 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar **por motivo de morte da Servidora AUZENI ZUZA DOS SANTOS BARBALHO,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG: n.º 3466991121- SSP/SP e CPF: n.º 180.340.088-93, nomeada para o cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** através da Portaria n.º 102/1999 de 03/12/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 05 de Abril de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA SESSAO DO PREGÃO PRESENCIAL- SRP N.º 017/2021/PMNO.

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DO INICIO DA SESSAO: 05/04/2021 **DATA DO TERMINO DA SESSAO**: 05/04/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE TOMOGRAFIA DE TORAX PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

LICITANTE VENCEDOR:

IRM MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA inscrita no CNPJ: sob o n.º 37.769. 089/0001-65

VALOR GLOBAL: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Nova Olímpia/MT, 05 de abril de 2021.

Eliete Silva

Port. 072/2020

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº021/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 089/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 021/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO E HIDRAULICO PARA A MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **19 de abril de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 05 de abril de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2021/PMNO

REF. AO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 003/2021 PMNO

PROCESSO ADM. 073/2021/PMNO

ORGÃO GERENCIADOR: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ sob n. 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CREDENCIADO: ANDREIA FLECK MACHADO, brasileira, portadora do RG n.º 142807-0SSP/MT e inscrita no CPF n.º 94434181-49, residente e domiciliada na Rua28 , Nº 28, Nº 243 - S, Bairro: Jardim das Oliveiras, neste município de Nova Olímpia – MT, CEP: 78.370-000, Telefone: (65) 999552249.

Item	Qtde.	Unid.	Descrição/Requisito	Dotação	Valor Unitário	Valor Total	Carga Horária
01	1	11 Meses	Serviço profissional nível superior (Assistente Social), para atendimento na Equipe Volante; Registro no respectivo Conselho; Com experiência de atuação e /ou gestão em programas, projetos, serviços e /ou benefícios sócio-assistenciais; conhecimento da Legislação referente á Política Nacional de Assistência Social; domínio sobre os direitos sociais; experiência mínima de 01 ano na política nacional de assistência social comprovada.	22113390360000	R$ 3. 000,00	R$ 36. 000,00	40h

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.36.00.00.0100000000

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2021/PMNO para o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PARA COMPOR A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.

VIGENCIA: 05/04/2021 ATE 05/04/2022.

Nova Olímpia-MT, 05 de abril de 2021.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito municipal, de Nova Olímpia MT

Gustavo da silva Ferreira

OAB-24323

O presente extrato foi analisado e aprovado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 124 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor público deste município, **Senhor JEDIAEL DAVID BARBALHO ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COVEIRO,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2008/2013**, tendo **início em 01 de Abril de 2021 e término em 29 de Junho de 2021**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art. 3º - - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Abril de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 125 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor público deste município, **Senhor MARCO AURELIO RODRIGUES DE SOUSA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **1994/1999**, tendo **início em 01 de Abril de 2021 e término em 29 de Junho de 2021**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art. 3º - - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 01 de Abril de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº024/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 095/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 024/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (CASA DE APOIO COM PLACA, PAINEL OU LETREIRO) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA PACIENTES, E SEUS ACOMPANHANTES QUANDO FOR O CASO, EM TRATAMENTO DE SAÚDE NA CIDADE DE CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **26 de abril de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 05 de abril de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

PREFEITURA MUNICIPAL TORNA PÚBLICO REQUEREU LICENÇA PRÉVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO JUNTO A SEMA

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ nº **04.214.704/0001-18,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP e LI) para Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Aguas Pluviais e implantação de Bueiro celular duplo na Avenida Brasil no município de Nova Santa Helena/MT.

SETOR CONTABILIDADE
RREO 1º BIMESTRE 2021

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.195.000,00	23.195.000,00	5.279.930,48	22,76	5.279.930,48	22,76	17.915.069,52
RECEITAS CORRENTES	22.445.000,00	22.445.000,00	5.279.930,48	23,52	5.279.930,48	23,52	17.165.069,52
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.799.477,00	1.799.477,00	1.452.162,43	80,70	1.452.162,43	80,70	347.314,57
Impostos	1.631.677,00	1.631.677,00	1.400.522,22	85,83	1.400.522,22	85,83	231.154,78
Taxas	166.800,00	166.800,00	51.640,21	30,96	51.640,21	30,96	115.159,79
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00		0,00		0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	1.084.000,00	1.084.000,00	201.940,81	18,63	201.940,81	18,63	882.059,19
Contribuições Sociais	804.000,00	804.000,00	129.618,81	16,12	129.618,81	16,12	674.381,19
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00	280.000,00	72.322,00	25,83	72.322,00	25,83	207.678,00
RECEITA PATRIMONIAL	27.300,00	27.300,00	773,94	2,83	773,94	2,83	26.526,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	27.300,00	27.300,00	773,94	2,83	773,94	2,83	26.526,06
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300.400,00	300.400,00	51.473,73	17,14	51.473,73	17,14	248.926,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços	300.400,00	300.400,00	51.473,73	17,14	51.473,73	17,14	248.926,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.202.823,00	19.202.823,00	3.569.640,71	18,59	3.569.640,71	18,59	15.633.182,29
Transferências da União e de suas Entidades	9.583.403,00	9.583.403,00	1.783.042,03	18,61	1.783.042,03	18,61	7.800.360,97
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.559.420,00	6.559.420,00	1.198.288,21	18,27	1.198.288,21	18,27	5.361.131,79
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.060.000,00	3.060.000,00	588.310,47	19,23	588.310,47	19,23	2.471.689,53
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.000,00	31.000,00	3.938,86	12,71	3.938,86	12,71	27.061,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	15.000,00	15.000,00	1.122,11	7,48	1.122,11	7,48	13.877,89
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	16.000,00	16.000,00	2.816,75	17,60	2.816,75	17,60	13.183,25

Documento gerado em 01/04/2021 16:53:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00		0,00		0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	350.000,00	350.000,00		0,00		0,00	350.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	350.000,00	350.000,00		0,00		0,00	350.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.005.000,00	1.005.000,00	127.535,47	12,69	127.535,47	12,69	877.464,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.200.000,00	24.200.000,00	5.407.465,95	22,34	5.407.465,95	22,34	18.792.534,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	24.200.000,00	24.200.000,00	5.407.465,95	22,34	5.407.465,95	22,34	18.792.534,05
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	24.200.000,00	24.200.000,00	5.407.465,95	22,34	5.407.465,95	22,34	18.792.534,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	960.408,90			960.408,90		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		960.408,90			960.408,90		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.822.400,00	23.753.469,33	4.400.958,69	4.400.958,69	19.352.510,64	2.578.862,77	2.578.862,77	21.174.606,56	2.423.468,56	0,00
DESPESAS CORRENTES	21.146.700,00	21.675.185,20	3.992.895,77	3.992.895,77	17.682.289,43	2.268.369,05	2.268.369,05	19.406.816,15	2.114.238,70	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.292.900,00	11.614.914,30	1.472.366,01	1.472.366,01	10.142.548,29	1.471.977,67	1.471.977,67	10.142.936,63	1.471.900,01	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.853.800,00	10.060.270,90	2.520.529,76	2.520.529,76	7.539.741,14	796.391,38	796.391,38	9.263.879,52	642.338,69	
DESPESAS DE CAPITAL	1.625.700,00	2.028.284,13	408.062,92	408.062,92	1.620.221,21	310.493,72	310.493,72	1.717.790,41	309.229,86	0,00
INVESTIMENTOS	1.625.700,00	2.028.284,13	408.062,92	408.062,92	1.620.221,21	310.493,72	310.493,72	1.717.790,41	309.229,86	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA					0,00			0,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00			50.000,00			50.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	763.100,00	792.439,57	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.585.500,00	24.545.908,90	4.528.494,16	4.528.494,16	20.017.414,74	2.706.398,24	2.706.398,24	21.839.510,66	2.551.004,03	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	23.585.500,00	24.545.908,90	4.528.494,16	4.528.494,16	20.017.414,74	2.706.398,24	2.706.398,24	21.839.510,66	2.551.004,03	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				878.971,79			2.701.067,71		2.856.461,92	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	23.585.500,00	24.545.908,90	4.528.494,16	5.407.465,95		2.706.398,24	5.407.465,95		5.407.465,95	0,00
RESERVA DO RPPS	614.500,00	614.500,00			614.500,00			614.500,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.005.000,00	1.005.000,00	127.535,47	12,69	127.535,47	12,69	877.464,53
RECEITAS CORRENTES	1.005.000,00	1.005.000,00	127.535,47	12,69	127.535,47	12,69	877.464,53
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.005.000,00	1.005.000,00	127.535,47	12,69	127.535,47	12,69	877.464,53
Contribuições Sociais	1.005.000,00	1.005.000,00	127.535,47	12,69	127.535,47	12,69	877.464,53
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	763.100,00	792.439,57	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	0,00
DESPESAS CORRENTES	763.100,00	792.439,57	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	763.100,00	792.439,57	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	127.535,47	664.904,10	127.535,47	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.822.400,00	23.753.469,33	4.400.958,69	4.400.958,69	97,18	19.352.510,64	2.578.862,77	2.578.862,77	95,29	21.174.606,56	0,00
Legislativa	1.110.000,00	1.110.000,00	173.545,99	173.545,99	3,83	936.454,01	151.574,92	151.574,92	5,60	958.425,08	0,00
Ação Legislativa	1.110.000,00	1.110.000,00	173.545,99	173.545,99	3,83	936.454,01	151.574,92	151.574,92	5,60	958.425,08	
Controle Externo					0,00				0,00		
FU01 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU01 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
FU02 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU02 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
FU03 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU03 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	6.314.500,00	6.602.806,69	1.121.020,44	1.121.020,44	24,75	5.481.786,25	655.025,98	655.025,98	24,20	5.947.780,71	0,00
Planejamento e Orçamento	78.500,00	78.500,00			0,00	78.500,00			0,00	78.500,00	
FU04 - Administração Geral	4.742.000,00	4.986.073,35	785.513,94	785.513,94	17,35	4.200.559,41	525.031,39	525.031,39	19,40	4.461.041,96	
Administração Financeira	1.162.500,00	1.197.305,08	312.281,54	312.281,54	6,90	885.023,54	108.172,63	108.172,63	4,00	1.089.132,45	
Controle Interno	132.000,00	141.428,26	18.856,52	18.856,52	0,42	122.571,74	18.856,52	18.856,52	0,70	122.571,74	
Normatização e Fiscalização	500,00	500,00	11,39	11,39	0,00	488,61	11,39	11,39	0,00	488,61	
Tecnologia da Informação	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social	80.000,00	80.000,00	4.357,05	4.357,05	0,10	75.642,95	2.954,05	2.954,05	0,11	77.045,95	
FU04 - Demais Subfunções	114.000,00	114.000,00			0,00	114.000,00			0,00	114.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
FU05 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU05 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil	500,00	500,00			0,00	500,00			0,00	500,00	
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
FU06 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU06 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
FU07 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU07 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	1.097.900,00	1.162.322,88	151.778,21	151.778,21	3,35	1.010.544,67	107.961,86	107.961,86	3,99	1.054.361,02	0,00
Assistência ao Idoso	700,00	700,00			0,00	700,00			0,00	700,00	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	176.000,00	188.518,72	42.694,38	42.694,38	0,94	145.824,34	19.753,89	19.753,89	0,73	168.764,83	
Assistência Comunitária	911.200,00	959.475,16	105.454,83	105.454,83	2,33	854.020,33	87.397,75	87.397,75	3,23	872.077,41	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	10.000,00	13.629,00	3.629,00	3.629,00	0,08	10.000,00	810,22	810,22	0,03	12.818,78	
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	1.198.500,00	1.198.500,00	198.552,49	198.552,49	4,38	999.947,51	160.293,27	160.293,27	5,92	1.038.206,73	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	1.198.500,00	1.198.500,00	198.552,49	198.552,49	4,38	999.947,51	160.293,27	160.293,27	5,92	1.038.206,73	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
FU09 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU09 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	4.306.300,00	4.356.719,95	981.635,50	981.635,50	21,68	3.375.084,45	435.880,14	435.880,14	16,11	3.920.839,81	0,00
Atenção Básica	3.780.200,00	3.697.704,69	779.155,80	779.155,80	17,21	2.918.548,89	392.740,51	392.740,51	14,51	3.304.964,18	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	147.600,00	147.600,00			0,00	147.600,00			0,00	147.600,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	112.000,00	196.413,06	130.748,95	130.748,95	2,89	65.664,11	22.489,88	22.489,88	0,83	173.923,18	
Vigilância Sanitária					0,00				0,00		
Vigilância Epidemiológica	210.500,00	214.140,00	26.868,55	26.868,55	0,59	187.271,45	18.948,55	18.948,55	0,70	195.191,45	
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
FU10 - Administração Geral	56.000,00	100.862,20	44.862,20	44.862,20	0,99	56.000,00	1.701,20	1.701,20	0,06	99.161,00	
FU10 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	221.100,00	224.512,00	123.412,00	123.412,00	2,73	101.100,00	29.522,90	29.522,90	1,09	194.989,10	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	221.100,00	224.512,00	123.412,00	123.412,00	2,73	101.100,00	29.522,90	29.522,90	1,09	194.989,10	
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
FU11 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU11 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	5.389.300,00	5.470.923,85	963.667,96	963.667,96	21,28	4.507.255,89	491.318,20	491.318,20	18,15	4.979.605,65	0,00
Ensino Fundamental	3.874.400,00	3.946.880,10	584.017,78	584.017,78	12,90	3.362.862,32	382.028,02	382.028,02	14,12	3.564.852,08	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	165.000,00	165.000,00			0,00	165.000,00			0,00	165.000,00	
Educação Infantil	931.900,00	933.646,75	82.254,18	82.254,18	1,82	851.392,57	82.254,18	82.254,18	3,04	851.392,57	
Educação de Jovens e Adultos					0,00				0,00		
Educação Especial	290.000,00	297.397,00	297.396,00	297.396,00	6,57	1,00	27.036,00	27.036,00	1,00	270.361,00	
Educação Básica					0,00				0,00		
FU12 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU12 - Demais Subfunções	128.000,00	128.000,00			0,00	128.000,00			0,00	128.000,00	
Cultura	68.000,00	70.683,80	2.683,80	2.683,80	0,06	68.000,00	2.683,80	2.683,80	0,10	68.000,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	68.000,00	70.683,80	2.683,80	2.683,80	0,06	68.000,00	2.683,80	2.683,80	0,10	68.000,00	
FU13 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU13 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
FU14 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU14 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	670.400,00	670.400,00	500,00	500,00	0,01	669.900,00	0,00	0,00	0,00	670.400,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	322.900,00	322.900,00			0,00	322.900,00			0,00	322.900,00	
Serviços Urbanos	347.500,00	347.500,00	500,00	500,00	0,01	347.000,00			0,00	347.500,00	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
FU15 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU15 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	0,00
Habitação Rural	6.900,00	6.900,00			0,00	6.900,00			0,00	6.900,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	300,00	300,00			0,00	300,00			0,00	300,00	
FU16 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU16 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	697.100,00	735.795,17	229.867,69	229.867,69	5,08	505.927,48	119.412,30	119.412,30	4,41	616.382,87	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano	697.100,00	735.795,17	229.867,69	229.867,69	5,08	505.927,48	119.412,30	119.412,30	4,41	616.382,87	
FU17 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU17 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00				0,00		
Controle Ambiental	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	200,00	200,00			0,00	200,00			0,00	200,00	
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
FU18 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU18 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
FU19 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU19 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	375.500,00	401.605,58	51.769,73	51.769,73	1,14	349.835,85	50.107,42	50.107,42	1,85	351.498,16	0,00
Abastecimento	200,00	200,00			0,00	200,00			0,00	200,00	
Extensão Rural	600,00	600,00			0,00	600,00			0,00	600,00	
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária	374.700,00	400.805,58	51.769,73	51.769,73	1,14	349.035,85	50.107,42	50.107,42	1,85	350.698,16	
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
FU20 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU20 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
FU21 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU21 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	122.400,00	122.400,00	0,00	0,00	0,00	122.400,00	0,00	0,00	0,00	122.400,00	0,00
Promoção Industrial	122.400,00	122.400,00			0,00	122.400,00			0,00	122.400,00	
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
FU22 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU22 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo	5.000,00	5.000,00			0,00	5.000,00			0,00	5.000,00	
FU23 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU23 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
FU24 - Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	191,55	191,55	0,00	0,00	0,00	191,55	0,00	0,00	0,00	191,55	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica	191,55	191,55			0,00	191,55			0,00	191,55	
Combustíveis Minerais					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
FU25 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU25 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	1.117.308,45	1.492.497,69	379.795,71	379.795,71	8,39	1.112.701,98	368.504,29	368.504,29	13,62	1.123.993,40	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	1.117.308,45	1.492.497,69	379.795,71	379.795,71	8,39	1.112.701,98	368.504,29	368.504,29	13,62	1.123.993,40	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
FU26 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU26 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	70.000,00	70.210,17	22.729,17	22.729,17	0,50	47.481,00	6.577,69	6.577,69	0,24	63.632,48	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	70.000,00	70.210,17	22.729,17	22.729,17	0,50	47.481,00	6.577,69	6.577,69	0,24	63.632,48	
Lazer					0,00				0,00		
FU27 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU27 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00				50.000,00				50.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	763.100,00	792.439,57	127.535,47	127.535,47	2,82	664.904,10	127.535,47	127.535,47	4,71	664.904,10	
TOTAL (III) = (I + II)	23.585.500,00	24.545.908,90	4.528.494,16	4.528.494,16	100,00	20.017.414,74	2.706.398,24	2.706.398,24	100,00	21.839.510,66	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	763.100,00	792.439,57	127.535,47	127.535,47	2,82	664.904,10	127.535,47	127.535,47	4,71	664.904,10	0,00
Legislativa	10.000,00	10.000,00	1.210,42	1.210,42	0,03	8.789,58	1.210,42	1.210,42	0,04	8.789,58	0,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	1.210,42	1.210,42	0,03	8.789,58	1.210,42	1.210,42	0,04	8.789,58	
Controle Externo					0,00				0,00		
FU01 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU01 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
FU02 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU02 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
FU03 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU03 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	260.000,00	281.578,54	42.872,73	42.872,73	0,95	238.705,81	42.872,73	42.872,73	1,58	238.705,81	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
FU04 - Administração Geral	260.000,00	281.578,54	42.872,73	42.872,73	0,95	238.705,81	42.872,73	42.872,73	1,58	238.705,81	
Administração Financeira					0,00				0,00		
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização					0,00				0,00		
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
FU04 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
FU05 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU05 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
FU06 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU06 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
FU07 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU07 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	9.000,00	11.160,40	2.160,40	2.160,40	0,05	9.000,00	2.160,40	2.160,40	0,08	9.000,00	0,00
Assistência ao Idoso					0,00				0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente					0,00				0,00		
Assistência Comunitária	9.000,00	11.160,40	2.160,40	2.160,40	0,05	9.000,00	2.160,40	2.160,40	0,08	9.000,00	
FU08 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU08 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Previdência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	1.000,00	1.000,00			0,00	1.000,00			0,00	1.000,00	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
FU09 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU09 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	160.000,00	160.000,00	25.857,50	25.857,50	0,57	134.142,50	25.857,50	25.857,50	0,96	134.142,50	0,00
Atenção Básica	160.000,00	160.000,00	25.857,50	25.857,50	0,57	134.142,50	25.857,50	25.857,50	0,96	134.142,50	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial					0,00				0,00		
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00				0,00		
Vigilância Sanitária					0,00				0,00		
Vigilância Epidemiológica					0,00				0,00		
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
FU10 - Administração Geral					0,00				0,00		

Documento gerado em 01/04/2021 16:53:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
FU11 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU11 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	322.000,00	327.304,28	55.138,07	55.138,07	1,22	272.166,21	55.138,07	55.138,07	2,04	272.166,21	0,00
Ensino Fundamental	250.000,00	255.304,28	46.862,90	46.862,90	1,03	208.441,38	46.862,90	46.862,90	1,73	208.441,38	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior					0,00				0,00		
Educação Infantil	72.000,00	72.000,00	8.275,17	8.275,17	0,18	63.724,83	8.275,17	8.275,17	0,31	63.724,83	
Educação de Jovens e Adultos					0,00				0,00		
Educação Especial					0,00				0,00		
Educação Básica					0,00				0,00		
FU12 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU12 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Cultura	1.000,00	1.296,35	296,35	296,35	0,01	1.000,00	296,35	296,35	0,01	1.000,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	1.000,00	1.296,35	296,35	296,35	0,01	1.000,00	296,35	296,35	0,01	1.000,00	
FU13 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU13 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
FU14 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU14 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00				0,00		
Serviços Urbanos					0,00				0,00		
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
FU15 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU15 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00				0,00		
Habitação Urbana					0,00				0,00		
FU16 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU16 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano					0,00				0,00		
FU17 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU17 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00				0,00		
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00				0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
FU18 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU18 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento gerado em 01/04/2021 16:53:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
FU19 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU19 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento					0,00				0,00		
Extensão Rural					0,00				0,00		
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária					0,00				0,00		
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
FU20 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU20 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
FU21 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU21 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
FU22 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU22 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
FU23 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU23 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
FU24 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU24 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica					0,00				0,00		
Combustíveis Minerais					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
FU25 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU25 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário					0,00				0,00		
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
FU26 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU26 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

Documento gerado em 01/04/2021 16:53:55

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2021
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	100,00	100,00			0,00	100,00			0,00	100,00	
Lazer					0,00				0,00		
FU27 - Administração Geral					0,00				0,00		
FU27 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2021
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através do seu Prefeito Municipal, informa a quem possa interessar que fica PRORROGADA “SINE DIE” a abertura da licitação do Pregão Presencial n° 009/2021, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpe-

za e Conservação Pública Urbana de Natureza Paisagística e Urbanística Consistente em Varrição e Limpeza Manual dentro do Perímetro Urbano do Município de Nova Santa Helena/MT, para nova data a ser definida e publicada neste Jornal Oficial e no site da Prefeitura de Nova Santa Helena: www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: SIC - Serviço de Informação ao Cidadão), devido à Pregoeira Oficial e o Pregoeiro Suplente desta Municipalidade se encontrarem afastados de suas atividades, em razão de que foram acometidos pelo vírus Covid 19.

Nova Santa Helena/MT, em 05 de abril de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através do seu Prefeito Municipal, informa a quem possa interessar que fica PRORROGADA “SINE DIE” a abertura da licitação do Pregão Presencial n° 012/2021, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços em manutenção de iluminação pública da cidade de Nova Santa Helena e área urbana isolada de Vila Atlântica e dos edifícios públicos da prefeitura municipal de Nova Santa Helena/MT, para nova data a ser definida e publicada neste Jornal Oficial e no site da Prefeitura de Nova Santa Helena: www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: SIC - Serviço de Informação ao Cidadão)), devido à Pregoeira Oficial e o Pregoeiro Suplente desta Municipalidade se encontrarem afastados de suas atividades, em razão de que foram acometidos pelo vírus Covid 19.

Nova Santa Helena/MT, em 05 de abril de 2021.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 028/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00028/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal Municipal de NOVA UBIRATA, estado do Mato Grosso, atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00929/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 334.495,35 (Trezentos e Trinta e Quatro Mil e Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais e Trinta e Cinco Centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de Fontes e Dotacoes já consignadas no Orcamento vigente.

04.001-GABINETE DO SECRETARIO

Superávit Financeiro

04.001.08.244.0007.2010.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	10.800,00
04.001.08.244.0007.2090.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	10.332,08
04.001.08.244.0007.2090.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.500,00
Sub-Total:	**22.632,08**

04.002-FUNDO MUN. DE ACAO PROM. SOCIAL TRAB. E CID

04.002.08.244.0007.2015.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	398,00
04.002.08.244.0007.2081.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	5.003,42
04.002.08.244.0007.2081.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0329000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.953,00
04.002.08.244.0047.2103.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0329074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	4.400,00
Sub-Total:	**11.754,42**

05.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

05.002.12.361.0017.2020.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0315000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FN	2.882,71
Sub-Total:	**2.882,71**

05.003-FUNDO MANUT. E DES. EDUC. BASICA E VAL FUN

05.003.12.361.0017.2027.3.1.9.0.94.00.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	
0319000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	2.043,16
05.003.12.365.0019.2030.3.1.9.0.04.00.00.00 CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	
0319000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	4.463,78
Sub-Total:	**6.506,94**

05.004-FUNDO MANUT. E DES. EDUC. BASICA E VAL FUN

05.004.12.361.0017.2026.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0318000000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magis	179.089,45
Sub-Total:	**179.089,45**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO

06.001.15.451.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	
0324000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	69.676,00

Emissão: 01/04/2021 15:15:34 Page 1 de 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00028/2021

06.001.25.752.0026.2039.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	
0317000000-Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	17.567,86
Sub-Total:	**87.243,86**
07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.122.0047.2102.3.3.7.1.70.00.00.00 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0346074000-Acoes de saude para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	22.963,50
Sub-Total:	**22.963,50**
10.001-GABINETEDO SECRETARIO	
10.001.04.122.0006.2094.3.1.9.0.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
0324000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	1.175,53
10.001.04.122.0006.2094.3.1.9.0.13.00.00.00 OBRIGACOES PATRONAIS	
0324000000-Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistê	246,86
Sub-Total:	**1.422,39**
Total Parcial Suplementado:	**334.495,35**

Art. 2º - Os Recursos Orcamentários para fazer face ao presente Crédito Adicional Suplementar correrão por conta de Superávit Financeiro apurado em balanço do Exercício Anterior nos termos do artigo 43, § 1 inciso I da Lei Federal 4.320/64.

Total Parcial Reduzido:

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de NOVA UBIRATA, 01, Fevereiro de 2021

EDEGAR JOSE BERNARDI
Prefeito Municipal

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 002/2021

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA

CNPJ: 01614521000100

Rua Para, 0001850 - Santa Helena

Telefone 06635791192

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00002/2021

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária".

O Senhor EDEGAR JOSE BERNARDI, Prefeito Municipal de NOVA UBIRATA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica;

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 923 de 24 de Novembro de 2020, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária;

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
07.002.10.301.0028.2046.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.000,00
Sub-Total:	**1.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**1.000,00**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

07.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
07.002.10.301.0028.2046.4.4.9.0.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	1.000,00
Sub-Total:	**1.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**1.000,00**

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 923/2020.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. NOVA UBIRATA, 01, Marco de 2021

EDEGAR JOSE BERNARDI
Prefeito Municipal

Emissão: 15/03/2021 10:22:30 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2.021

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 010/2.021, Processo Administrativo nº 018/2.021, o qual teve como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA FORNECIMENTO CESTAS BÁSICAS, tendo sido a empresa vencedora: CAETANO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 37.461.977/0001-16, como valor global inicial de R$ 122.748,00 (cento e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais).

Nova Xavantina – MT, 05 de fevereiro de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
1º ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2.021

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT e o Senhor **CELSON JESUS GONÇALVES FALEIRO**, inscrita no CPF/MF sob o nº. **194.165.801-63**, resolvem atualizar em 4,30% (quatro, trinta por cento), passando o valor licitado e aditivado de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por mês, para R$ **3.650,44 (três mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos)** por mês com fundamento na Lei 8.666/93 e no parecer jurídico 027/2021 exarado pelo procurador geral do município.

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
EXTRATO DO CONTRATO 022/2021

Espécie: Prestação de Serviços;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: Laurinda Mara da Penha Ribeiro - ME;

Base Legal: Lei Federal 8.666/93;

Objeto: Prestação de serviços execução de estudo técnico, elaboração de Laudo VTN – Valor de Terra Nua;

Natureza da Despesa: 33.90.39.00;

Modalidade: Pregão Presencial 010/2021;

Valor Global: R$ 11.000,00 (onze mil reais);

Data assinatura: 29/03/2021;

Prazo execução: 25 (vinte e cinco) dias;

Vigência: 29/03/2021 à 29/03/2022;

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sra. Laurinda Mara da Penha Ribeiro, sócia proprietária da empresa;

Fiscais de Contrato: Melissa Raimundi Rodrigues

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021
PROCESSO LICITATÓRIO 016/2021

Objeto: Aquisição periódica e fracionada de oxigênio medicinal para atendimento da solicitação da secretaria de saúde utilizado no tratamento do covid19, conforme especificado no Anexo I - Termo de referencia do edital.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente as Leis Federais n.º 8.666/93, alterações posteriores e 14.065/20, torna público a contratação por dispensa de licitação da empresa **Oxigênio Sinop Ltda. - ME,** inscritano **CNPJ: 07.505.205/0001-78,** no valor total de **R$ 48.100,00 (quarenta e oito mil e cem reais)** tudo de acordo com os documentos do processo de dispensa de licitação. **RATIFICO** a presente dispensa, conforme previsto na alínea b, inciso I do Art.1º da Lei Federal 14.065 de 30 de setembro de 2020.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 05 de abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
EXTRATO DO CONTRATO 023/2021

Espécie: Prestação de Serviços;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: Carrenho e Pelegrino Ltda. - ME;

Base Legal: Lei Federal 8.666/93;

Objeto: Prestação de serviços de acesso à internet com fornecimento e suporte técnico de link de interligação via fibra ótica para atender as necessidades desta municipalidade – Policia Militar Lei 1.324/2021.

Natureza da Despesa: 33.90.39.00;

Modalidade: Pregão Presencial 003/2021;

Valor Global: R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos);

Data assinatura: 01/04/2021;

Vigência: 01/04/2021 à 31/12/2021;

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Edson Pelegrino, sócio proprietário da empresa;

Fiscais de Contrato: Melissa Raimundi Rodrigues.

TERMO DE POSSE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte - Mato Grosso, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES**, tendo em vista o disposto no art. 9º, da Lei 429/98, de 15 de dezembro de 1998, **EMPOSSA** nesta data a servidora, **CRISCHELY CRISTINA TEODORO,** nomeada pela Portaria nº146/2021, de 06 de abril de 2021, para exercer o cargo efetivo de **NUTRICIONISTA**, habilitada em concurso público realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2020.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu se a observar o Código de Ética Profissional, a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Novo Horizonte do Norte, anexando, a este **TERMO**, declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Para constar, eu **ALBERTO GORGES**, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, lavrei o presente **TERMO,** que vai assinado pelo Prefeito Municipal e pelo Empossada.

Novo Horizonte do Norte, 06 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

CRISCHELY CRISTINA TEODORO

EMPOSSADA

PORTARIA Nº146/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear a senhora **CRISCHELY CRISTINA TEODORO,** portadora da Cédula de Identidade RG: nº 1917088-2 SSP/MT e inscrita no sob n °CPF n°019.842.721-28, para assumir o Cargo Efetivo de **NUTRICIONISTA** conforme Aprovação e Classificação em Concurso Público Municipal, realizado nos dias 21 e 22 de Novembro de 2020.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 06 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 145/2021

"Dispõe sobre nomeação de servidora para ocupar cargo de provimento em Comissão, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear a Srtª. **THAINARA TAISY DE SOUZA,** brasileira, maior, portadora do RG. nº 2093828-4 SSP/MT e do CPF nº 028.957. 701-23, para exercer o Cargo em Comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 05 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA N°142/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 30 (TRINTA) dias de férias referente ao **ROSEMEIRE DIAS AMORIM MACHADO** brasileira, maior, portadora do RG: nº 11893451 SSP/MT e do CPF: nº 003.295.781-54, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos,no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** referente ao período aquisitivo de 2019/2020 a partir de 31/03/2021 Á 29/04/2021, com retorno em 30/04/2021.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na retroagindo seus efeitos em 30/03/2021, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 05 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 141/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **VALDINEI MOREIRA DA SILVA,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 12152730 SSP/MT e do CPF: nº 957.461.101-91 lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** no cargo de **MOTORISTA II ,** referente ao período de 2020/2021 a partir do dia 27/03/2021 á 25/04/2021 , com retorno no dia 26/04/2021.

ARTIGO 2º - Esta Portaria passa a vigorar retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Março de 20214,revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 05 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Portaria N°033/2021

PORTARIA Nº 140/2021

***Dispõe sobre exoneração a pedido da servidora do Município de Novo Horizonte do Norte-MT e dá outras providências*.**

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que a servidora pública municipal **LUCIANA GONÇALVES,** matrícula nº 636, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** requereu a sua exoneração do cargo efetivo deste Município.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Exonerar a servidora Pública Municipal **LUCIANA GONÇALVES** brasileira, portadora do RG nº. SSP/MT e do CPF nº.021.743.921-78, aprovada em Concurso Público Municipal no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

ARTIGO 2º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

ARTIGO 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 05 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Portaria N°033/2021

PORTARIA Nº 139/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 20 (vinte) dias de férias à servidora **JOSELY PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, maior, portadora do RG: nº 795.995 SSP/MT e do CPF: nº 513.616.981-87, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** no cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir do dia 05/04/2021 á 24/04/2021 com retorno em 25/04/2021.

ARTIGO 2º -Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 05 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Portaria N°033/2021

PORTARIA Nº 138/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 15 (QUINZE) dias de férias à servidora **CLÁUDIA MARIA VOLPATO,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1417068-0 SSP/MT e do CPF: nº 916.286.101-82 lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** no cargo de **CIRURGIÃ DENTISTA,** referente ao período aquisitivo de **2018/2019**, a partir do dia 05/04/2021 á 19/04/2021, com retorno no dia 20/04/2021.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 05 de Maio de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Portaria N°033/2021

PORTARIA Nº 137/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 30(TRINTA) dias de férias ao servidor: **JORGE BUCHELT MOTA,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 1111113-5 SSP/MT e do CPF: nº 934.444.941-49, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA** no cargo de **OPERADOR DE SANEAMENTO,** referente ao período de 2018/2019, a partir de 04/05/2021 á 03/05/2021, retornando no dia 04/05/2021.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 05 de Abril de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2021, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E JHENIFFER OLIVEIRA DOS SANTOS

Aditivo que entre si celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 03.238.888/0001-93 com sede na Rua Augusto de Souza, nº 171 centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **SILVANO PEREIRA NEVES**, brasileiro, maior, casado, portador da cédula de identidade RG nº 0625916-2 SSP/MT e CPF 503.521.641-15, residente e domiciliado na AV. Vereador Amadeu Ribeiro Borges, 664 centro localizado na cidade de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, CEP 78570-000. doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Srª. **JHENIFFER OLIVEIRA DOS SANTOS ,** portadora do RG. Nº: 38282354-0 SSP/SP e do CPF Nº: 059.406.201-24, brasileira, maior, residente no Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominado parte CONTRATADA resolvem firmar entre si o presente Termo Aditivo ao contrato nº 009/2021, mediante as clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo dar continuidade nas atividades e serviços na função de **FISIOTERAPEUTA** neste município em razão de disseminação do Novo Corona Vírus Covid 19 .

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Altera a Clausula oitava do presente contrato firmado em 07/01/2021 com termino previsto para 06/04/2021, passando a vigorar a partir de 07/04/2021 a 01/06/2021.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O presente Aditivo objetiva também alteração na Clausula terceira do Presente Contrato, com o valor mensal de R$ **3.451,53 (Três mil e quatrocentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta e três centavos**) mensais, reajustado de acordo com os índices inflacionários perfazendo o valor Global de **R$: 10.120,60 (Dez mil cento e vinte reais e sessenta centavos)**

CLAUSULA QUARTA

As demais Clausulas do Contrato original nº 009/2021 de 07/01/2021. permanecem inalteradas

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei 8666/19963 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais.

Novo Horizonte do Norte, Em 05 de abril de 2021.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Jheniffer Oliveira dos Santos

CONTRATADA

Elizandra Aparecida Brito

Fiscal de Contratos

Portaria 002/2016

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ANA MARIA PIRES BELÉM (ANAMED)

NOTIFICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020-B

Contratada: ANA MARIA PIRES BELÉM (ANAMED), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 04.360.651/0001-43, estabelecida na Av. Padre Cacique, nº 40, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, CEP 90. 810-240.

Objeto do Contrato: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETIVO Registro de Preços que estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à aquisição de equipamentos hospitalares (conjunto de laringoscópio para cirurgia; cama hospitalar tipo FAWLER elétrica) para atender à demanda da Secretaria de Saúde Municipal, junto ao Município de NOVO MUNDO/MT.

Processo Licitatório nº 43/2020, Pregão Eletrônico 02/2020. Registro de Preços 31/2020-B

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: SOBRE NÃO EXECUÇÃO DE ENTREGA DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO.

O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.614.517/0001-33, CONSIDERANDO:

a) que a Ata de Registro de Preços 31/2020-B foi firmada em 03/12/2020 com a empresa ora NOTIFICADA, decorrente de Processo Licitatório nº 43/2020, Pregão Eletrônico 02/2020, Registro de Preços 31/2020-B;

b) que a NOTIFICADA comprometeu-se a entregar objeto desta licitação no prazo máximo de até 10 (DEZ) dias, após a solicitação formal da compra através da NAD (Nota de Autorização de Despesa) emitida pelo Departamento de Compras;

c) que os itens solicitados através da Autorização de Fornecimento nº 220/2021 do dia 02/02/2021, não fora executado pela NOTIFICADA até a presente data;

d) que a entrega dos itens deveria ter ocorrido ate o dia 12/02/2021, portanto em atraso a mais de 46 (quarenta e seis) dias, prejudicando desta forma o bom atendimento dos trabalhos do Centro de Especialidades Médicas da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT.

f) que a Ata de Registro de Preços impõe diversas obrigações formais à empresa contratada e ora NOTIFICADA, dentre as quais destacamos:

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1 O fornecedor deverá entregar o objeto em até 10 (dez) dias após a entrega da NAD (Nota Autorização de Despesa) no local indicado.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará a empresa para proceder à retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme constantes da proposta.

8.6. Os materiais deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, nas respectivas Secretarias que fizerem a solicitação dos produtos conforme a requisição ou ordem de retirada ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.8. Todo produto cotado deverá ser entregue devidamente acondicionado e embalado para que venha garantir a integridade dos mesmos.

9.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues de uma só vez no local indicado na NAD (Nota de Autorização de Despesa).

9.10. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e a esterilidade do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com art. 78 da Lei nº 8.666/93:

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar coma a Administração por até 02 (dois) anos; ou

b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8. 666/93, com aplicação do percentual de 0.5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria à Prefeitura Municipal de Novo Mundo, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4.b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Novo Mundo, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela administração da Prefeitura, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e a art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

Diante disto, fica por meio da presente, NOTIFICADA a empresa ANA MARIA PIRES BELÉM (ANAMED), inscrita no CNPJ nº 04.360.651/0001-43, para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas atenda todas as exigências de entrega dos itens conforme Autorizações de Fornecimento supracitada, sob pena do Município de Novo Mundo/MT RESCINDIR OS CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 31/2021-B, e

CANCELAR O REGISTRO DO FORNECEDOR com aplicação das demais sanções, diante dos fatos apontados na presente NOTIFICAÇÃO.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e contraditório à empresa NOTIFICADA.

Novo Mundo/MT, 31 de março de 2021.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2021
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que realizará licitação no **dia 19/04/2021, às 08H00**, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO MUNDO – MT**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00-min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 05 de abril de 2021.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"TOMADA DE PREÇOS"** nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 05 de abril de 2021, Objetivando a **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOÃO – BLOCO 01, COMUNIDADE CRISTALINO DO NORTE, NOVO MUNDO - MT.**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte empresa: **AD CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 38.098.146/0001-94** com valor global de **R$ 420.049,82 (quatrocentos e vinte mil e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos).** Assim por ter apresentado proposta com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 05 de abril de 2021.

Eliel Kuss

Presidente CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO N. º 048/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA AREA DE CLINICA GERAL PARA ATENDER A UNIDADE DE SAÚDE DORICO PEREIRA DE ARAUJO- SECRETARIA DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Novo Mundo-MT, resolve **RATIFICAR** ao ato de Dispensa de Licitação, fulcrada no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Considerando a necessidade da contratação emergencial de empresa para prestação de serviços médico na área de Clínica Geral para atender a Unidade de Saúde DORICO PEREIRA DE ARAUJO;

Considerando a justificativa apresentada pelo ilustre Secretário Municipal de Saúde e a emissão de parecer jurídico do ilustre Assessor Jurídico Municipal, onde o mesmo expressa ser favorável a contratação da referida empresa, através da dispensa de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação emergencial de empresa para prestação de serviços médico na área de Clínica Geral para atender a Unidade de Saúde DORICO PEREIRA DE ARAUJO, RATIFICO os termos da presente Dispensa de Licitação Nº 048/2021, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a empresa CLINICA MICHELIN EIRELI, inscrita no CNPJ: 41.191.853/0001-35.

Por fim determino, a publicação desse ato de ratificação, com a consequente publicação de seu extrato, na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

EMPRESA CONTRATADA: CLINICA MICHELIN EIRELI, CNPJ 41.191.853/0001-35. **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: R$ 17.500,00(dezessete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 11/03 a 11/04/2021.

Novo Mundo/MT, 31 de março de 2021.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 125, DE 05 DE ABRIL DE 2021

"Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar visando apurar possíveis irregularidades em contratos consignados junto a Caixa Econômica Federal - CEF".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, tendo em vista um possível cometimento de fato ilícito em contratos consignados junto a Caixa Econômica Federal; e, considerando o que dispõe o artigo 192 e seguintes da Lei Complementar n.º 001/2002, **resolve**:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar visando apurar possíveis irregularidades em contratos consignados junto a Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Designar os servidores **Edilson da Cunha Guimarães, Elza Santos Costa** e **Marcos Antônio Arruda Marques**, para compor a Comissão de Processo Administrativo, tendo por Presidente a servidora **Elza Santos Costa**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 05 de abril de 2021.

Adão Soares Nogueira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2021

DE 05 DE ABRIL DE 2021.

O Senhor **Leonardo Faria Zampa**, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a Homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, através do Decreto Nº. 012/2021 de 22 de Fevereiro de 2021, publicado no Jornal Oficial dos Municípios (AMM/MT) no dia 23 de fevereiro de 2021, Edição nº. 3673;

Considerando a necessidade de provimentos de cargo vagos;

Considerando o disposto no item 18.1 e 18.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2021 de 12 de janeiro de 2021:

Convoca:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2021, para os cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, fones: (66) 3479-1158- 34791850-34791676 no período de **06/04/2021 à 20/04/2021,** no horário de 07hs00min as 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min.

Cargo	Candidato	Classificação
Professor Pedagogia – P A Santo Idelfonso	**Erica L. Gonçalves Moura**	**C. Reserva**
Professor Pedagogia – P A Santo Idelfonso	**Dinaides Teixeira de Macedo**	**C. Reserva**
Professor Pedagogia – P A Santo Idelfonso	**Thamyris E. Silva Lima**	**C. Reserva**
Professor Ciências Biológicas	**Elane Souza Costa**	**C. Reserva**
MOTORISTA	**Irondino Fernandes Vieira**	**C. Reserva**
MOTORISTA	**José Barros Teixeira**	**C. Reserva**
Agente Serv. Gerais – AG3 (Faxineira)	**Simoni Mar Santos Oliveira**	**C. Reserva**

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (**internet)** da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal;

13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação

22 – Conta Corrente Banco do Brasil

23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH categoria “D” (Motorista)

Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado 001/2021.

Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, aos cinco dias do mês de abril de 2021.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Pref. Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISODE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP COM TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS REGIONAIS CONFORME LEIS 147/14 – 123/06 E DECRETO MUNICIPAL 08/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu PREGOEIRO, torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, às 08h00 horas (Brasília) do dia 19 de Abril de 2021, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim/MT, conforme descrito no edital, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O credenciamento será feito das 07h30 às 08h00. Os envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às 08h00 horas (Brasília) do dia 19 de Abril de 2021. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS (GÁS DE COZINHA), ÁGUA MINERAL E VASILHAMES (Gás e água) PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL: sites: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. INFORMAÇÕES: As empresas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 06 de abril de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2155/2021

LEI Nº 2155/2021

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUESW BARBOSA FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONOU A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR: Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Idoso - CMI, como órgão deliberativo consultivo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção e à defesa dos direitos do idoso.

Parágrafo único - O Conselho Municipal do Idoso - CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I - Elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - Formular, acompanhar e fiscalizar a política do idoso, a partir de estudos e pesquisas; **III -** Participar da elaboração do diagnóstico social do Município e aprovar o Plano Integrado Municipal do Idoso, garantindo o atendimento integral ao idoso;

IV - Aprovar programas e projetos de acordo com a Política do Idoso em articulação com os Planos Setoriais;

V - Orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários do "Fundo Municipal de Assistência Social", conforme prevê o art. 8º V da Lei Federal nº 8.842/94;

VI - Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela coparticipação de organizações representativas dos idosos na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Atendimento ao Idoso;

VII - Atuar na definição de alternativas de atenção à saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral;

VIII - Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das Entidades Públicas com Entidades privadas filantrópicas, onde foram aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União;

IX - Propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso;

X - Propor aos órgãos da administração pública municipal inclusão de recursos financeiros na proposta orçamentária destinada a execução da Política do Idoso;

XI - Acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos financeiros nas diversas áreas, destinadas à execução da Política Municipal do Idoso;

XII - Oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso;

XIII - Articular a integração de entidades governamentais e não-governamentais que atua na área do idoso;

Art. 3º - O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI, é composto de 06 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, os quais representam paritariamente instituições governamentais e não-governamentais, sendo:

I - Um representante da Secretaria da Assistência Social;

II - Um representante da Secretaria da Saúde;

III - Um representante da Secretaria da Educação;

IV - Três representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em Fórum próprio, sendo preferencialmente entidades que tenham como público alvo a pessoa idosa. Na insuficiência das mesmas para preenchimento das vagas, a participação será de entidades inscritas no Conselho Municipal de assistência social. **Parágrafo único** - A participação de pessoas idosas será priorizada na composição do Conselho Municipal do Idoso - CMI.

Art. 4º - Os representantes das Organizações Governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus Órgãos de origem.

Art. 5º - As organizações não governamentais serão eleitas, bienalmente, titulares e suplentes, em reunião especialmente convocada para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 (trinta) dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios citados no item II =, do artigo 3º, sob fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único - As organizações não governamentais eleitas terão prazo de 10 (dez) dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º - Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-lo, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorreram a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º - A função do conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Parágrafo único - O regimento interno do Conselho Municipal do Idoso estabelecerá a forma do ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamentos de diárias aos seus membros e aos servidores a seu serviço.

Art. 8º - O Mandado dos Conselheiros do CMI é de 2 (dois) anos, facultada recondução ou reeleição.

§ 1º - Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação de representação.

§ 2º - Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º - Perderá o mandato e vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 3 (três) Assembleias Ordinárias consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificativa aprovada em Assembleia Geral.

§ 1º Na perda do mandato de conselheiro titular de órgão governamental, assumirá o seu suplente, ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

§ 2º Na perda do mandato de conselheiro titular de órgão não-governamental, assumirá o seu suplente e, na falta deste, caberá a entidade suplente pela ordem da suplência, indicar um conselheiro titular e respectivo suplente.

Art. 10. O Conselho Municipal do Idoso terá seguinte estrutura:

I - Assembleia Geral;

II - Diretoria;

III - Comissões;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º - A Assembleia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso;

§ 2º - A Diretoria é composta de Presidente e Vice-Presidente, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quórum mínimo 2/3 (dois terços)

dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão;

§ 3º - As Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e as áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral;

§ 4º - À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho;

§ 5º - A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

Art. 11 - À Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, à qual se vincula o CMI compete coordenar e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 12 - As Organizações de Assistência Social responsáveis por execução de programas de atendimento aos idosos devem submeter os mesmos a apreciação do Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo único - As Organizações de Assistência Social com atuação na área do idoso, deverão inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13 - Cumpre o Poder Executivo providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do CMI e da Secretaria Executiva.

Art. 14 - As despesas para a manutenção e desenvolvimento das atividades do CMI correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 15 - O Conselho Municipal do Idoso terá 30 (trinta) dias para elaborar e colocar em discussão a aprovação pela Assembleia Geral o regimento interno que regulará o seu funcionamento.

§ 1º O Regimento Interno aprovado pelo CMI será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º Qualquer alteração posterior ao requerimento interno dependerá da deliberação de dois terços dos Conselheiros do CMI e da aprovação por unanimidade. **Art. 16** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.829/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATOS - 2021

MARÇO DE 2021

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
089/ 2021	ANA PAULA VIEIRA SANTOS	09/03/2021 a 17/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de AAE I - VIGIA	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
098/ 2021	CAMILA CRISTINA PEREIRA KRAUSE	19/03/2021 a 17/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de AAE I - TDI	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
099/ 2021	ROBERTA MARIA FERREIRA	22/03/2021 a 17/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de PROFESSOE B	R$: 1. 926,21

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
100/ 2021	ROGERIO SANTOS	19/03/2021 a 17/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de AAE I - VIGIA	R$: 1. 100,00

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATOS - 2021

MARÇO DE 2021

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
68/ 2021	ADELMI LOPES DA SILVA	01/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Motorista de Veículo Pesado	R$: 1. 580,15

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
69/ 2021	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA LEAL	01/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Agente de Serviços Gerais	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
70/ 2021	ALEXANDRE SCHEFLER	08/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
71/ 2021	ARCILENE BATISTA PEREIRA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
72/ 2021	ELAINE CRISTINA MORAES KREUZBERG	03/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Vigia	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
73/ 2021	ELIZON MONTELLO DA SILVA	04/03/2021 a 31/12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Vigia	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
74/ 2021	EMILAINE COELHO DUTRA SILVA	02/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
75/ 2021	FABIANA FERREIRA PEREIRA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
76/ 2021	FRANCIELI FERREIRA DIAS FIGUEIREDO	03/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
77/ 2021	HONORA PAMELA VAZ DOS SANTOS DIAS	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Psicóloga	R$: 4. 827,64

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
78/ 2021	HUGO CESAR MENDES REVELES	01/03/2021 a 31/12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Vigia	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
79/ 2021	JESSICA SOARES BERNARDES RODELLO	03/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
80/ 2021	JOSINETE AMANCIO DA SILVA	03/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
81/ 2021	LIDINAIRA CARVALHO CLEMINTINO	01/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Agente de Serviços Gerais	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
82/ 2021	LUCIANA SANTOS SILVA	03/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Agente de Serviços Gerais	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
83/ 2021	LUMA NATHIARA BATISTA DA SILVA	17/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Vigia	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
84/ 2021	ROBINSON PEREIRA DO NASCIMENTO	01/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Motorista de Veículo Pesado	R$: 1. 580,15

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
85/ 2021	ROGUINEI SILVA DE OLIVEIRA	03/03/2021 a 31/12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Vigia	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
86/ 2021	SANDRA DA COSTA	05/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
87/ 2021	SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA	02/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Tec em Enfermagem	R$: 1. 823,24

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
88/ 2021	VANESSA ROSA NOGUEIRA DA SILVA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Psicóloga	R$: 4. 827,64

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
92/ 2021	CILENE SOBRINHO RODRIGUES	11/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Recepcionista	R$: 1. 100,00

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
90/ 2021	DOUGLAS ALVES DE ARRUDA	10/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Motorista de Veículo Leve	R$: 1. 492,03

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
93/ 2021	FABRICIA AROMA MARTINS	17/03/2021 a 17/12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Professor B	R$: 1. 926,21

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
97/ 2021	VITORIA FEITOSA SOUZA	23/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Fisioterapeuta	R$: 4. 827,64

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI N° 2160/2021

LEI N° 2160/2021

Autoriza o Poder Executivo a contratar profissionais da saúde de forma excepcional POR TEMPO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar contratação de forma excepcional de profissionais da saúde conforme tabela anexo I, por tempo determinado a fim de subsidiar os trabalhos de combate ao COVID-19, a partir de 01 de março de 2021.

Parágrafo único. As contratações objetos desta Lei, deverão ser por tempo determinado de até 180 (cento oitenta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 2º O interesse público se justifica em razão da necessidade do poder público em preencher vagas temporárias oriundas da pandemia COVID - 19, conforme tabela contida no anexo I, visando beneficiar toda a população paranatinguense que utiliza dos serviços públicos de saúde, para garantir a segurança e o bem-estar de todos os munícipes.

Art. 3º As contratações previstas nesta lei estão devidamente fundamentadas no artigo 73, V, "d", da Lei 9.504/93 e, poderão ser interrompidas em razão da oportunidade e conveniência da administração, observando o disposto no artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 173/2020.

Art. 4º As contratações previstas nesta Lei deverão ser comunicadas ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de março de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

QUANTIDADE	CARGO	SALÁRIO BASE
6	**AGENTE ADMINISTRATIVO II**	R$ 1.823,24
8	**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**	R$ 1.100,00
3	**ASSISTENTE SOCIAL**	R$ 4.827,64
5	**ENFERMEIRO PADRÃO**	R$ 4.827,64
4	**FISIOTERAPEUTA**	R$ 4.827,64
12	**MÉDICO CLÍNICO GERAL E ESPECIALISTA**	R$ 15.245,96
2	**MOTORISTA VEÍCULOS LEVES**	R$ 1.492,03
2	**PSICÓLOGO**	R$ 4.827,64
4	**RECEPCIONISTA**	R$ 1.100,00
15	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	R$ 1.823,24

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI N° 2159/2021

LEI N° 2159/2021

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A PARÓQUIA SÃO FRANCISCO XAVIER E COMUNIDADES SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E SÃO JOSÉ OPERÁRIO DE PARANATINGA-MT, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a “PARÓQUIA SÃO FRANCISCO XAVIER E COMUNIDADES SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E SÃO JOSÉ OPERÁRIO DE PARANATINGA-MT”, entidade, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 20.986.630/0002-75, neste município.

ARTIGO 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR N° 2158/2021

LEI COMPLEMENTAR N° 2158/2021

"REVOGA O ARTIGO 7º DA LEI 570/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei revoga o artigo 7º da Lei Municipal nº 570 de 19 de maio de 2009:

Art. 7º - A criação dos cargos mencionados, só poderão ser exercidos por funcionários efetivos do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 05 de abril de 2021

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 19/2021.

Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT.

Dispensa de Licitação 19/2021.

RATIFICAÇÃO:

Contratada: JOAO MARCOS DE MELO - ME; CNPJ: 01.484.668/0001-14.

Objeto; Contratação de Empresa para **Prestação de Serviços de Manutenção de Equipamentos Hospitalares: 01 (um)** Aparelho de Raio-X CDK mod. 500MA, **01 (um)** Autoclave Horizontal Sercon mod. HS cap. 100 l e **01 (um)** Autoclave de bancada Stermax, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

Fundamento Legal: com fulcro no Art. 24, Inciso II da lei 8.666/93.

Valor da contratação: R$: 10.550,00 (dez mil e quinhentos e cinquenta reais).

Data da contratação: 05/04/2021.

Dispensa de Licitação 19/2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, o Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, tendo concordado com os motivos e as motivações apresentados pela ilustre Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **JANE RIBEIRO DE SOUZA** e que resultaram na contratação direta acima especificada, resolve **RATIFICAR** a justificativa para contratação direta em questão e determinar sua publicação aprazada na imprensa oficial em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da lei 8.666/93.

Paranatinga – MT., 05 de abril de 2021.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2157/2021

LEI Nº 2157/2021

"DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CMACS-FUNDEB, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº. 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO DE PARANATINGA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E AINDA COM FULCRO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ENCAMINHA PARA APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Paranatinga/MT - CMACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei nº. 252, de 04 de abril de 2007, alterada pela Lei nº590 de 06 de julho de 2009, em conformidade com o Art. 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº. 14.113, 25 de dezembro de 2020, fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º - O CMACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do Art. 31 da Lei Federal nº. 14.113, de 2020;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar-PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos-PEJA;

IV - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do ***caput*** deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII – criar e/ou atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º - O CMACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação

do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, *in loco*, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º - A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no Art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CMACS-FUNDEB.

Art. 5º - O CMACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único - O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas dos Municípios que, conforme previsto no Art. 5º, IV e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de Paranatinga-MT, deve ocorrer até 31 de março de cada exercício.

Art. 6º - O CMACS-FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§1º Integrarão ainda o conselho municipal do CMACS-FUNDEB, quando houver no município:

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação-CME;

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº. 8. 069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

j) 1 (um) representante das escolas indígenas;

l) 1 (um) representante das escolas do campo;

m) 1 (um) representante das escolas quilombolas;

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 2º Para fins da representação referida na alínea 'i' do inciso I do ***caput*** deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Paranatinga-MT;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CMACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 3º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea 'f' do inciso I do ***caput*** deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º - Ficam impedidos de integrar o CMACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º - Os membros do CMACS-FUNDEB, observados os impedimentos previstos no Art. 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I - pelo Prefeito quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II – Os representantes dos estudantes serão indicados pelas instituições de ensino público municipal ou estadual em que os mesmos se encontram matriculados. a) Após processo eletivo entre seus pares.

III - Os representantes de pais ou responsáveis pelas unidades de ensino público municipal em que seus filhos se encontram matriculados. Após processo eletivo entre seus pares;

IV - pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de diretores de escola, professores e técnicos administrativos;

V - pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas **no §§ 2º e 3º do Art. 6º** desta lei, quando se tratar de organizações da sociedade civil

Parágrafo único - As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º - Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CMACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no Art. 8º desta lei.

Art. 10 - O Presidente e o Vice-Presidente do CMACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu Regimento Interno.

Parágrafo único - Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11 - A atuação dos membros do CMACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12 - O primeiro mandato dos Conselheiros do CMACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único - Caberá aos atuais membros do CMACS-FUNDEB exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta lei.

Art. 13 - A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito (01/01/2023), o mandato dos membros do CMACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 14 - As reuniões do CMACS-FUNDEB serão realizadas:

I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CMACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15 - Será disponibilizado no Portal da Transparência, no sítio oficial do município informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CMACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CMACS-FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 17 - O regimento interno do CMACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº. 252 de 04 de abril de 2007 e Lei nº590 de 06 de julho de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATOS - 2021

MARÇO DE 2021

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
64/ 2021	ANDERSON CARLOS DA SILVA SOUZA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Psicóloga	R$: 3. 620,65

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
65/ 2021	MARTA ALVES DA SILVA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Cuidador/Crianças	R$: 1. 707,96

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
66/ 2021	RAISSA DOS SANTOS BERNARDINO	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Orientador Social	R$: 1. 503,99

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
67/ 2021	SANDRA FERREIRA DE ALMEIDA	01/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Agente de Serviços Gerais	R$: 1. 100,00

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N°. 1957 DE 05 DE ABRIL DE 2021

DECRETO N°. 1957 DE 05 DE ABRIL DE 2021

“ IMPLEMENTA MEDIDAS NÃO FARMACOLÓGICAS E RESTRITIVAS PARA MINIZAR A PROPAGAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19), NO SETOR PRIVADO DO MUNICIPIO DE PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, SOBRETUDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 78, VI; 11, II E 164, TODOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E;

CONSIDERANDO que a Saúde, nos termos do Art. 196 da Constituição Federal, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso Universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2.020, declarou Emergência da Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo novo coronavírus, e classificou sua contaminação, no dia 11 de março de 2.020, como uma pandemia, cobrando ações dos governos compatíveis com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 874, de 25 de março de 2021, que atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO que compete ao Município zelar pela preservação do bem-estar da população e pela manutenção dos serviços públicos e das atividades socioeconômicas, bem como adotar imediatamente as medidas

que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade; e

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº. 874, de 25 de março de 2021, que classifica o Município de Paranatinga/MT, com o NÍVEL DE RISCO MUITO ALTO.

CONSIDERANDO a decisão liminar concedida de 29/03/2021 na Ação Direta de Inconstitucionalidade autos do processo número 1003497-90. 2021.8.11.0000 proposta pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso em face do Decreto Municipal nº. 8.340, de 02 de março de 2021, do Prefeito do Município de Cuiabá, que tramita no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, (...) "Ante todo o exposto, **admito** o aditamento da inicial e determino a **renovação da ordem liminar**, *ad referendum* pelo Órgão Especial, **prevalecendo em todo o Estado de Mato Grosso, inclusive, no município de Cuiabá**, ***as medidas restritivas impostas no Decreto Estadual n. 874, de 25 de março de 2021***, advertindo-se expressamente os chefes dos Poderes Executivos Municipais que o não atendimento da ordem judicial ensejará a devida responsabilização, nos termos da lei. **Serve a presente decisão como mandado".** (...).

CONSIDERANDO a expedição do **Decreto Federal 10.282 de 20 de março de 2020** que Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os **serviços públicos e as atividades essenciais.**

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Este Decreto dispõe novas medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus em todo o território municipal, nas situações que especifica.

Parágrafo único: fica instituído quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 5 (cinco) dias, podendo ser prorrogável mediante reavaliação da autoridade competente.

Artigo 2º Para melhor compreensão deste Decreto, consideram-se:

I - isolamento: medida para separar, pelo prazo mínimo de 14 (quatorze) dias, pessoas sintomáticas, assintomáticas e suspeitas, em investigação clínica e laboratorial, das demais de modo a evitar a propagação da infecção e transmissão;

II – Confraternização familiar: pequeno agrupamento de familiares em suas próprias residências com realização de celebração fraterna informal;

III – Evento Comercial: Festas, baladas, casas noturnas, bailes dançantes e congêneres com comercialização ou não de ingressos, com intuito lucrativo;

IV – Evento social: Festas comemorativas – aniversários, formaturas, casamentos, festas comunitárias sem fins lucrativos, podendo ser realizados em casas de festas licenciadas para tal fim, bem como residências ou locais diversos, precedido de emissão de licença especial para realização deste;

V **–** Atividades Sociais: Dinâmicas externas entre pessoas, tais como práticas esportivas, condolências póstumas e demais exercícios;

VI – Atendimento Balcão **(take-away):** Estabelecimentos comerciais com portas fechadas prestando serviços para consumidores na parte externa;

VII – Drive-thru: Estabelecimento Comerciais entregando produtos aos consumidores em seus próprios veículos;

VIII- Delivery/Condicional: Serviço de entrega de produtos para consumidores, fornecido pela empresa prestadora ou moto-táxi.

CAPÍTULO II

RESTRIÇÕES COMERCIAS

Artigo 3º Ficam PROIBIDOS por prazo indeterminado, as seguintes atividades:

I- a utilização de narguile ou qualquer espécie de tabaco de uso compartilhado, tereré, chimarrão compartilhado em qualquer estabelecimento;

II – Os eventos comerciais, Confraternizações Familiares especificados no artigo 2º, incisos II,III deste Decreto;

III – Circos, parques de diversão e congêneres;

IV – Show ao vivo e congêneres, danças com contato entre pessoas em qualquer estabelecimento;

Artigo 4º Ficam SUSPENSOS as seguintes atividades conforme Decreto Estadual n. 874 de 25 de março de 2021:

I - As realizações de velórios sem suspeita de COVID-19, e o correndo óbito pelo COVID-19, deverá ser observado a Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020 ou a que lhe sucede**.**

II - As atividades esportivas de caráter recreativo ou para fins de treinamento em campos e/ou quadras públicas ou particulares**;**

III- Os estabelecimentos de balneário e quiosques a beira-rio;

IV – Os eventos sociais especificados no artigo 2º, incisos IV deste Decreto;

V - Aulas e atividades presenciais na rede privada de ensino, creches e congêneres, bem como cursos privados, e demais instituições que mantém cursos de formação e treinamento, com aulas presenciais;

VI – Quaisquer atividades de lazer ou evento que cause aglomeração;

VII - Oconsumo de bebida alcoólica nos locais de venda.

Artigo 5º Ficam PERMITIDAS COM RESTRIÇÕES, as atividades consideradas essenciais conforme Decreto Federal 10.282 de 20 de março de 2020:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV - trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;

V - telecomunicações e internet;

VI - serviços de call center

VII - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos:

a) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e

b) as respectivas obras de engenharia;

VIII - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção, observando:

a) Restaurantes, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e congêneres terão permissão de atuação da seguinte maneira:

1. Realizar periodicamente e ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de com-

putador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

2. Deverá observar o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) por pessoa e disponibilização de álcool em gel;

3. Manter os ambientes arejados por ventilação natural;

4. Excepcionalmente poderá funcionar aos sábados e domingos até as 14h00m, obedecendo demais limites estabelecidos neste decreto.

5. Poderá prestar serviços modalidade:

Take away até 20h45m.

Delivery até 23h59m.

6. Quando for servido na modalidade *buffet*, deverá ser disponibilizado luvas descartáveis com uso obrigatório.

7. Vedado o consumo de bebidas alcóolicas no local.

b) A realização de feiras e congêneres, exclusivamente para o comércio de alimentos, sendo que o feirante deverá atender as seguintes medidas:

1. uso de touca, máscara, luvas, em caso de alimentos uso de bandeja descartável e plástico filme;

2. álcool em gel disponível ao público;

3. disponibilização de uma pessoa para entrega do alimento diversa daquela que irá receber o pagamento;

4.obedecer ao limite de distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

5. demarcação do local, com espaçamento de 1,5m (um metro e meio) do balcão de atendimento;

6. **Vedado o consumo de alimentos e bebidas alcóolicas nas dependências da Feira Municipal.**

7.Deverá observar os limites de horário definidos neste Decreto;

c) As atividades de supermercados, açougues, padarias, peixaria e demais comércios de gêneros alimentícios, atendendo as seguintes medidas:

1. Deverá observar o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) por pessoa;

2. Adotar medidas que evitem a ocorrência de aglomeração, tanto na parte interna quanto externa, restringindo a entrada para um 01 (um) membro por família;

3. demarcação do local, com espaçamento de 1,5m (um metro e meio) do balcão de atendimento;

4. realizar periodicamente e ampliar a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

5. Medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

6. Excepcionalmente poderá funcionar aos: sábados: 20h00 e domingo: 12h00, obedecendo demais limites estabelecidos neste decreto;

7. **Vedado o consumo de bebidas alcóolicas no local.**

IX - serviços funerários, observando:

1. Ocorrendo óbito pelo COVID-19, deverá ser observado a Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020 ou a que lhe sucede**.**

X - guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

XI - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XII - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;

XIII - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XIV - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XV – **Instituições financeiras**, observará:

1. disponibilização de álcool em gel;

2. distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

3. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

4. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

5. **São permitidos a lotação de pessoas no limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local.**

6.Deverá observar os limites de horário definidos neste Decreto;

7.Medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

8. Manter os ambientes arejados por ventilação natural.

XVI - serviços postais;

XVII - serviços detransporte, armazenamento, entrega e logísticade cargas em geral;

XVIII - serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XIX - fiscalização tributária e aduaneira;

XX - fiscalização ambiental;

XXI - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;

XXII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;

XXIII - mercado de capitais e seguros;

XXIV - cuidados com animais em cativeiro;

XXV - atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

XXVI - atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição;

XXVII - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência

XXVIII - fiscalização do trabalho;

XXIX - atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto;

XXX - atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria exercidas pela advocacia, empresas de contabilidades, despachantes, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos respectivos serviços burocráticos;

XXXI - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e ainda:

1. disponibilização de álcool em gel;

2. distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

3. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

4. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

5. **São permitidos a lotação de pessoas no limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local.**

6.Deverá observar os limites de horário definidos neste Decreto;

7.Medir a temperatura corporal das pessoas na entrada dos estabelecimentos, impedindo sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,5º;

8. Manter os ambientes arejados por ventilação natural.

XXXII -unidades lotéricas;

XXXIII - serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados;

XXXIV - serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

XXXV - atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídasaquelas realizadas por meio de start-ups,para os fins de que trata o art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 2020;

XXXVI- atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas.

XXXVII- atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho;

XXXVIII - atividade de locação de veículos, higienização e limpeza (lava-jato);

XXXIX- atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização;

XL - atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos e plásticos em geral;

XLI - atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro;

XLII - atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais;

XLIII - atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13. 979, de 2020.

XLIV - produção, transporte e distribuição de gás natural;

XLV - indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XLVI - atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

XLVII - atividades industriais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

XLVIII - salões de beleza e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e

XLVIX - academias de esporte de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde, e ainda:

1. disponibilização de álcool em gel;

2. distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

3. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

4. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

5. São permitidos a lotação de pessoas no limite de 30% (trinta) por cento da capacidade máxima do local.

6.Deverá observar os limites de horário definidos neste Decreto;

7. Manter os ambientes arejados por ventilação natural.

§1º As empresas/serviços especificados neste artigo que estão aptas ao desenvolvimento de suas atividades presenciais deverão cumprir as medidas de biossegurança, sob pena de responsabilização.

§2º As empresas/serviços não especificados neste artigo poderá realizar a sua atividadeapenas coma lotação de pessoas no limite de 20% (vinte) por cento da capacidade máxima do local e demais normas sanitárias e protocolo de saúde.

CAPÍTULO III

LIMITE DE HORÁRIO NO MUNICÍPIO

Artigo 6º. Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Paranatinga no período compreendido entre às **21:00 horas até as 05:00 horas da manhã**, em todos os dias da semana, pelo prazo definido neste Decreto, salvo:

I – Circulação de profissionais da área de saúde;

II – Servidores públicos das áreas de fiscalização ou correlacionado, quando em pleno exercício da função;

III - Funcionários, prestadores e consumidores das atividades e serviços delivery;

IV - transporte de cargas e passageiros em trânsito no território municipal;

V - Outras situações específicas a serem analisadas pela autoridade policial responsável pela fiscalização.

§1º Todos os estabelecimentos em atividade no território no Município, independente dos horários estabelecidos no alvará de funcionamento **observará:**

I - de **segunda à sexta-feira**, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às **05h00m e 20h00m;**

II - aos **sábados e domingos**, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre às **05h00m e 12h00m**;

§2º Excetua-se do contido no parágrafo primeiro:

I - farmácias e laboratórios;

II – funerárias e serviços relacionados;

III – serviços de segurança pública e privada;

IV – serviços de taxi e/ou de transporte individual remunerado de passageiros;

CAPÍTULO IV

CONDUTA PROIBITÓRIA

Artigo 7º. Enquanto vigente o estado de calamidade pública declarado no Decreto Estadual nº 424, de 25 de março de 2020, **não será permitida a circulação de pessoas no município sem utilização de máscara facial, ainda que artesanal.**

§1º Os estabelecimentos públicos e privados, incluindo condomínios horizontais e verticais, comerciais, residenciais ou mistos, que estiverem em funcionamento deverão exigir o uso de máscara de proteção facial, ainda

que artesanal, por seus funcionários, colaboradores, clientes, moradores e visitantes para acesso às suas dependências e áreas comuns.

CAPÍTULO V

NORMAS FISCALIZADORAS

Artigo 8º. A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I - PROCON estadual e municipal;

II - Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal;

III - Polícia Militar - PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT;

V - Corpo de Bombeiros Militar - CBM/MT

VI - Outros órgãos municipais com poder fiscalizatório.

§ 1º Os órgãos mencionados nos incisos I, II e VI poderão, conforme a necessidade, solicitar a cooperação da Polícia Militar ou da Polícia Judiciária Civil para garantir a execução de suas atividades fiscalizatórias.

§ 2º A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§3º Fica disponibilizado o telefone **(66) 3573-3419**, nos horários de 7h às 11h e 13h às 17h **para denúncias** dos estabelecimentos que não estejam cumprindo as normas sanitárias previstas neste Decreto, bem como as estipuladas pelo Ministério da Saúde.

§4º E ainda, têm-se disponibilizado o telefone **Disque Denúncia da Polícia Militar 190** cujo atendimento é 24 (vinte e quatro) horas, para denúncias relacionadas a aglomerações, bem como eventos comercias e congêneres.

Artigo 9º Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Competirá ao PROCON Municipal, realizar as medidas de fiscalização necessárias, mediante representação, para fins de observância do disposto no caput do presente artigo, disponibilizando o telefone 66.3573.1332 para informações e denúncias.

Artigo 10 Os hospitais e laboratórios públicos e privados, que tiverem casos suspeitos da doença COVID-19, deverão, imediatamente, informar as autoridades sanitárias do Município.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 11 Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de abril de 2021, revogando as medidas contrárias do decreto nº 1954 de 31 de março de 2021 sendo que este decreto terá validade até de 12 de abril de 2021, podendo ser prorrogado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2152/2021

LEI Nº 2152/2021

"INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018-2021, LEI Nº 1508/2017, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 05 - Secretaria de Municipal de Saúde.

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Função: 10 - Saúde.

Sub Função: 305 – Vigilância Epidemiológica.

Programa: 0014 – Vigilância em Saúde.

Projeto/Atividade: 1250 – Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Vigilância em Saúde.

Natureza de Despesa:

4490.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.47.000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos na Rede Serv. P. de Saúde..... R$ 19.000,00

Total.....R$ 19.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados o recurso oriundo de Excesso de Arrecadação do Ministério da Saúde, Proposta nº 12031.426000/1190-01, conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.47.000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos na Rede Serv. P. de Saúde..... R$ 19.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 19.000,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2153/2021

LEI Nº 2153/2021

"INCLUI NA LEI Nº 2013/2020 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2021, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, In-

ciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 05 - Secretaria de Municipal de Saúde.

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Função: 10 - Saúde.

Sub Função: 305 – Vigilância Epidemiológica.

Programa: 0014 – Vigilância em Saúde.

Projeto/Atividade: 1250 – Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Vigilância em Saúde.

Natureza de Despesa:

4490.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.47.000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos na Rede Serv. P. de Saúde..... R$ 19.000,00

Total.....R$ 19.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados o recurso oriundo de Excesso de Arrecadação do Ministério da Saúde, Proposta nº 12031.426000/1190-01, conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.47.000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos na Rede Serv. P. de Saúde..... R$ 19.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 19.000,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2156/2021

LEI Nº 2156/2021

INSTITUIOFUNDOMUNICIPAL DO IDOSO – FMI DE PARANATINGA-MT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.

Art.1° - Fica instituído o Fundo Municipal do Idoso de Paranatinga - FMI, vinculado à Secretaria de Assistência Social com a finalidade de proporcionar os meios financeiros necessários para a implantação, manutenção e desenvolvimento de programas e ações dirigidos ao idoso.

Parágrafoúnico - Os recursos do Fundo serão administrados segundo os planos de ação e de aplicação aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º -São receitas do Fundo Municipal do Idoso- FMI:

I - as transferências oriundas do orçamento da União e do orçamento do Estado ou de órgãos internacionais;

II - recursos provenientes dos Fundos Nacional e Estadual do Idoso;

III - doações, legados e contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoa física ou jurídica, ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que lhe venham a ser destinados;

IV - doações de contribuintes do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, conforme disposto nos artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 12. 213, de 20 de janeiro de 2010, com a alteração introduzida pelo artigo 88 da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, ou outros incentivos fiscais;

V - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

VI - o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras, inclusive consórcios intermunicipais.

VII - outros recursos que lhe forem destinados.

§ 1º - Os recursos que compõem o Fundo Municipal do Idoso serão depositados em conta específica mantida em instituição financeira designada pela Secretaria de Finanças, especialmente aberta para essa finalidade.

§ 2º -Recursos alocados pelo Fundo Municipal do Idoso- FMI, que não tenham sido utilizados total ou parcialmente, serão imediatamente reincorporados ao mesmo, ficando a Secretaria de Assistência Social responsável por essa reincorporação.

§ 3º -O saldo porventura existente no término de um exercício financeiro, constituirá parcela da receita do exercício subsequente, até sua integral aplicação.

Art. 3º - O Fundo Municipal do Idoso - FMI será administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, após deliberação do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Idoso deverá eleger um Presidente do Fundo, devendo para tal fazer uma reunião extraordinária, devendo lavrar uma ata e em seguida encaminhar Secretaria de Assistência Social e para o Prefeito (a) baixar a portaria.

Parágrafo único: O Prefeito deve nomear o Ordenador de despesas, devendo ser especialmente a Secretária Municipal de Assistência Social e/ou alguém indicado por ela, sendo um Servidor Público com conhecimento na área de Contabilidade Pública.

Art. 5º - O orçamento do Fundo Municipal do Idoso evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal do Idoso integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal do Idoso observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 6º - Os recursos do Fundo Municipal do Idoso poderão ser aplicados em:

I – Financiar programas, projetos, serviços e ações socioassistenciais, voltados as pessoas idosas, aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso;

II - Implantação e manutenção das entidades, instituições e unidades socioassistenciais, destinados ao acolhimento e lazer das pessoas idosas;

III - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços, aos idosos;

I**V -** Aquisição de material permanente e/ou de consumo e de outros insumos, necessários ao desenvolvimento dos programas, projetos e serviços voltados aos idosos;

V - Financiar campanhas informativas e educativas, eventos, seminários, congressos e conferências com a comunidade, voltados ao Idoso;

VI - Apoiar financeiramente os programas, projetos, serviços e ações das Organizações da Sociedade Civil juridicamente constituídas e inscritas nos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas, voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

VII - Custear serviços de atendimento, para idosos em instituições de longa permanência-ILPI, centros de convivência e Centro Dia.

VIII - Capacitação e reciclagem dos recursos humanos trabalhadores nas ILPIs, Centros de Convivência e Centro Dia;

IX - Apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

X - Formação e capacitação de conselheiros e lideranças, visando o fortalecimento do controle social, empoderamento da pessoa idosa e a qualidade dos serviços destinados às pessoas idosas.

XI - Financiar campanhas publicitárias através de diferentes mídias, oficinas, atividades lúdicas e demais ações voltadas para o enfrentamento e prevenção da violência contra a pessoa idosa e ações que promovam a defesa dos direitos das pessoas idosas em situação de violência.

Art. 7º - No âmbito municipal, para apresentação dos projetos com intenção de pleitear o financiamento do FMPI é necessário que a entidade esteja previamente cadastrada junto ao Conselhos Municipal de Direito do Idoso.

Art. 8º - As regulamentações que se fizerem necessárias para o cumprimento desta Lei serão estabelecidas mediante decreto, devendo ser elaborada em conjunto com Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 2154/2021

LEI Nº 2154/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAL ESPECIAL NA LOA 2021 POR EXCESSO ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Parágrafo I:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 05 - Secretaria de Municipal de Saúde.

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Função: 10 - Saúde.

Sub Função: 305 – Vigilância Epidemiológica.

Programa: 0014 – Vigilância em Saúde.

Projeto/Atividade: 1250 – Equipamentos e Materiais Permanentes p/ Vigilância em Saúde.

Natureza de Despesa:

4490.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.47.000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos na Rede Serv. P. de Saúde..... R$ 19.000,00

Total.....R$ 19.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados o recurso oriundo de Excesso de Arrecadação do Ministério da Saúde, Proposta nº 12031.426000/1190-01, conforme Artigo 43, § 1º, inciso II da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 43/2008/TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte: 0.1.47.000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. Do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Investimentos na Rede Serv. P. de Saúde..... R$ 19.000,00

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 19.000,00

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
RESCISÕES - 2021

MARÇO DE 2021

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
BRUNA ALEXANDRA DE NOVAIS BARRETO	**63/A/01- PROFESSOR I**	26/03/2021	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
PAULO HENRIQUE BOLSINI DIAS	**222/A/01- AAE – I - VIGIA**	01/03/2021	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
ROBINSON PEREIRA DO NASCIMENTO	**055/A/01- MOTORISTA DE VEICULO PESADO**	19/03/2021	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
TERESINHA GARCIA DA SILVA	277/B/01 – **PROFESSOR B**	03/03/2021	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial

Nº 16/2021

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Higiene, limpeza e Utensílios domésticos,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e termo de Referência do respectivo Edital. **Abertura da Sessão: Dia 19/04/2021 Ás 08:00 h (Hora Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura www.**paranatinga**.mt.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das **07 às 11h,** Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou - Telefone 66 3573-1329/ 1756. Em 05 de abril de 2021. Pregoeiro Devenilson da Silva.

DEPARTAMENTO PESSOAL
CONTRATOS - 2021

MARÇO DE 2021

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
64/ 2021	ANDERSON CARLOS DA SILVA SOUZA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Psicóloga	R$: 3. 620,65

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
65/ 2021	MARTA ALVES DA SILVA	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Cuidador/Crianças	R$: 1. 707,96

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
66/ 2021	RAISSA DOS SANTOS BERNARDINO	01/03/2021 a 31/12/ 2021	Contratação para exercer ao cargo de Orientador Social	R$: 1. 503,99

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
67/ 2021	SANDRA FERREIRA DE ALMEIDA	01/03/ 2021 a 31/ 12/2021	Contratação para exercer ao cargo de Agente de Serviços Gerais	R$: 1. 100,00

OUVIDORIA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 14/2021

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL nº 14/2021

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE PARANATINGA – MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. **15.023.971/ 0001-24**, com sede na Avenida Brasil, nº 1.900, Bairro Centro, na cidade de Paranatinga/MT, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, brasileiro, agropecuarista, portador do RG nº. 0305291-5 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº. **550.450.651-49**, residente e domiciliado à Rua Apolônio Bouret de Melo, nº. 266, Bairro Centro, na cidade de Paranatinga/MT.

NOTIFICADO: A M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI, CNPJ: 14.728.004/0001-03 Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrição Municipal 17907, Inscrição Estadual 13.703.770-8, com sede na Rua Das Azaleias, no 257, Bairro Jardim Botânico, Sinop – MT, Cep: 78.556-074 neste ato representado por seu sócio ou proprietário Marcos Paulo de Oliveira Silva, brasileiro.

NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Pela melhor forma admitida e no presente instrumento particular em direito, o **NOTIFICANTE**, através do procurador que a este subscreve notifica respeitosa e formalmente Vossa Senhoria, sobre os fatos que são expostos a seguir:

O notificado firmou relação jurídica com a notificante, por meio da outorga de Contrato n. Município de Paranatinga, pelo prazo de e Notificado do qual dispôs concordância dos termos estabelecidos, atribuindo obrigações e ônus mediante contraprestação.

Ademais, a empresa notificada retirou o site da Prefeitura Municipal do ar, alegando ser falta de pagamento da prestação do mês de fevereiro.

Em consulta com a Secretaria Municipal de Finanças, têm-se que o pagamento fora efetuado em 26 de março de 2021, inexistindo assim motivo que ensejasse na inexecução do serviço contratado.

O Município de Paranatinga-MT no uso de suas atribuições e diante da desídia no cumprimento fiel do pacto.

Têm-se disposto no Contrato n. 57/2018 o seguinte:

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita,

atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado ás

penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor adjudicado;

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "c" e "d", caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.3 O recurso ou pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao representante do Poder Executivo do Município, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.4 Os valores da multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovado.

7.6 As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

Deste modo, diante do inadimplemento e inexecução, demonstrando cabalmente o descumprimento injustificada, ensejando na aplicação da penalidade contida no art. 87 da lei 8.666/93, *in verbis:*

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Em razão da desídia na entrega de mercadorias à notificante, é dever deste Município **NOTIFICAR ESTA EMPRESA** para que no prazo de 24 HORAS que retorne a prestação de serviços com o devido funcionamento do site institucional.

Atenciosamente.

Paranatinga-MT, 05 de abril de 2021

THAINÁ LOULA

ASSESSORA JURÍDICA

PORTARIA 129/2019

OAB-MT 24728

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.002/2021 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021 MODALIDADE: ANÁLISE CURRICULAR

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal n° 017/2014, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal n° 053/2021, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Simplificado Emergencial, nos termos do estabelecido nos §§ 3° e 4° do art. 16 da Lei Complementar Municipal n° 017/2014, destinada a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias e emergenciais de excepcional interesse público de que trata o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal, no âmbito da Administração Pública Municipal, com as presentes instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1- DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTOS

1.1. A denominação - referência - exigência mínima - as vagas de ampla concorrência, **vencimento inicial** do cargo, a carga horária semanal, são os estabelecidos a seguir:

QUADRO DETALHADO DE QUANTIDADE DE VAGAS E SUAS RESPECTIVAS LOCALIDADES/SECRETARIA DE SAÚDE (TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE (SEDE)							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Médico de PSF Localidade: Sede	Curso Superior em Medicina e Registro no Conselho Profissional = CRM – Conselho Regional de Medicina	Analise Curricular + Títulos	02 + Cadastro de Reserva	-	02 + Cadastro de Reserva	40 Horas	R$ 9.635,01 + Vantagens, podendo chegar à R$ 16.659,00
Médico de Hospital e/ou de Unidade (s) de Saúde Municipal – Obs: Regime de Plantão 12 x 36	Curso Superior completo em Medicina e Registro no Conselho Profissional = CRM – Conselho Regional de Medicina	Analise Curricular + Títulos	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 Horas Escala 12x36 ***(4)**	R$ 13.485,16 + Vantagens, podendo chegar à R$ 22.250,51
Fisioterapeuta (com experiência em entubação)	Curso Superior de Fisioterapia e Registro no Conselho Profissional	Analise Curricular + Títulos	01 + Cadastro Reserva	-	01 + Cadastro Reserva	30 Horas ***(3)**	R$. 2.272,91
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo – Técnico em Enfermagem – Registro no COREN = Conselho Regional de Enfermagem.	Analise Curricular + Títulos	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 Horas	R$. 1.281,08
QUADRO DETALHADO DE QUANTIDADE DE VAGAS E SUAS RESPECTIVAS LOCALIDADES/SECRETARIA DE SAÚDE (ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA VILA GARÇA BRANCA)							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Motorista	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D”	Análise Curricular	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 Horas	R$. 1.585,55
Total			**03**	**00**	**03**		

NOTAS EXPLICATIVAS:

2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e compreenderá:análise curricular (para todos os cargos), e entrevista (para os cargos de Médico de PSF - Programa Saúde da Família, Médico de Hospital e/ou de Unidade (s) de Saúde Municipal, Fisioterapeuta, Técnico em Enfermagem e Motorista);

2.2**. O Processo Seletivo Simplificado destina-se, à contratação temporária de excepcional interesse público, de que trata o artigo 37, IX da Constituição Federal, o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal, nos moldes da Lei Complementar nº 017/2014**, para a contratação de Servidores da Saúde, entre eles Médicos do Programa Saúde da Família, **Médicos** de Hospital e/ou de Unidade (s) de Saúde Municipal, Fisioterapeutas e Técnico em Enfermagem para atuarem na linha de frente do enfrentamento da covid-19 e motorista**, considerando que no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2021 não houve inscritos para o cargo de Médico da Saúde da Família; não houve a oferta de vagas para o cargo de Fisioterapeuta; considerando o surgimento de vagas no órgão dentro do prazo de validade do seletivo convocaremos os candidatos selecionados no cadastro reserva para as vagas de Médicos Plantonistas e Técnicos em Enfermagem; não houve classificado para o cargo de motorista para a Localidade: Vila Garça Branca;.**

2.3. Por conta da Lei nº.1.200/2020, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Municipal nº 079, de 29 de abril de 2020, e da emergência de saúde pública de importância nacional provocado pelo coronavírus (Covid-19), aplica-se o grau máximo de Insalubridade, **sendo 40% sobre o valor do vencimento base**, a todos os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

2.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário.

2.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o Regime Geral de Previdência Social - RGPS/ INSS.

2.6. Todas as etapas deste Processo Seletivo Simplificado serão realizadas na cidade de Pedra Preta/MT.

2.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nas funções para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos.

2.8. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o **horário oficial de Cuiabá/MT.**

3 - DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

3.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - art. 3º).

3.2. Ter na data da contratação 18 (dezoito) anos completos.

3.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

3.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

3.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da contratação para o exercício da função.

3.6. Não ter incorrido demissão através de processo disciplinar, do serviço público estadual, federal ou municipal.

3.7. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

3.8. A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento da função, deverão ser comprovadas quando da contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

4 - DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

4.1. **VIA CURRÍCULO ENCAMINHADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no período de 08h00m do dia 06/04/2021 até às 12h00m do dia 08/04/2021.**

4.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO:

3.2.1. O candidato que desejar concorrer às vagas ofertadas no presente edital deverão encaminhar currículo para a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, através do e-mail: **saude@pedrapreta.mt.gov.br**.

3.2.2. Ao encaminhar o currículo o candidato deverá indicar as seguintes informações:

a. Nome completo;

b. Indicar a vaga à que deseja concorrer;

c. Numeração dos seguintes documentos pessoais: CPF e Carteira de Identidade;

d. Indicar telefone para contato.

4.2.3. Serão desconsiderados os currículos recebidos sem a indicação das informações elencadas no item anterior.

5 - DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

5.1. A confirmação da inscrição se dará mediante a divulgação da relação contendo os candidatos inscritos por vaga oferecida.

5.2. A divulgação da relação de inscritos deverá ocorrer no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e publicada no Diário Oficial do Município, até às 12h00m do dia 09/04/2021.

6 – DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1. A ordem de Classificação dos candidatos será definida considerando os critérios e etapas deste Edital.

6.2 ETAPA I

6.2.1 **QUALIFICAÇÃO – NÍVEL SUPEIOR**

Na análise da Titulação Acadêmica, será computado e acrescido a maior pontuação conforme a tabela abaixo.

ANÁLISE TITULAÇÃO ACADÊMICA

INSTRUÇÃO	CONDIÇÃO	PONTOS
1- GRADUAÇÃO	Diploma ou certificado de conclusão de curso superior na área pretendida.	5
2- ESPECIALIZAÇÃO	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Pós-graduação em nível de especialização.	10
3- MESTRADO	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Pós-graduação em nível de mestrado.	15
4- DOUTORADO	Diploma ou certificado de conclusão de curso de Pós-graduação em nível de doutorado.	20

Observação ao quadro de Formação Superior: Para efeitos de pontuação os títulos referentes aos itens 2,3 e 4 do quadro acima, não serão acumulativos, validando o de maior ponto.

CURSOS	PONTOS
CONDIÇÕES GERAIS: Certificados de cursos voltados à área pretendida, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, realizados nos últimos três anos, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (meio ponto) para cada 40h (quarenta horas) apresentadas e comprovadas.	0,50

6.2.2. QUALIFICAÇÃO – NÍVEL TÉCNICO E MÉDIO

A análise curricular será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, e a classificação dos candidatos será em ordem crescente de pontuação, de acordo com a pontuação obtida.

FUNÇÃO	TÍTULO	PONTOS	MÁXIMO DE PONTUAÇÃO POR ITEM
Técnico em Enfermagem	Certificados de cursos voltados à área pretendida, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, realizados nos últimos três anos, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (meio ponto) para cada 40h (quarenta horas) apresentadas e comprovadas.	0,50	10,0
Motorista	Certificados de cursos voltados à área pretendida, devidamente registrados pela instituição formadora, legalmente autorizada, realizados nos últimos três anos, contendo carga horária e conteúdos ministrados. Atribui-se 0,50 (meio ponto) para cada 40h (quarenta horas) apresentadas e comprovadas + CNH na categoria “D”.	0,50	10,0

6.3. A divulgação da classificação referente à análise curricular se dará no dia 13/04/2021.

7 - DA ENTREVISTA PARA OS CARGOS DE MÉDICO DE PSF, MÉDICO PLANTONISTA, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPEUTA

7.1. Os candidatos inscritos para os cargos de Médico da Saúde da Família, Médico Plantonista, Técnico de Enfermagem e Fisioterapeuta serão convocados para entrevista a ser conduzida pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.2. A convocação para a entrevista a ser aplicada aos cargos relacionados no item anterior será realizada entre 14/04/2021 e 15/04/2021. Dada à urgência para a contratação dos profissionais de saúde demandados.

7.3. A convocação para a realização de entrevista será divulgada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e publicada no Diário Oficial do Município.

7.4. A realização da etapa de entrevista para os cargos relacionados no item 5.1 obedecerão ao seguinte sistema de pontuação:

CRITÉRIO	REQUISITO ANALISADO	PONTOS
Domínio de conteúdo e conceituação acerca das atividades a serem exercidas.	Neste requisito será avaliado o domínio que o candidato demonstra ter sobre o conhecimento teórico necessário ao desempenho das atribuições do cargo.	De 5,0 a 10,0
Conhecimento acerca de protocolos de biossegurança e atuação em situações de epidemia.	Neste requisito será avaliada a percepção do candidato sobre normas gerais de biossegurança, assim como a visão do candidato acerca de ações de saúde para enfrentamento de surtos epidêmicos.	De 5,0 a 10,0
Comprometimento	Neste requisito será avaliado o real interesse do candidato em exercer a função pretendida. Através de análise da disposição que o candidato demonstra ter para a realização das atribuições do cargo.	De 5,0 a 10,0
Pontuação Máxima		30,0 pontos

8 - DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

8.1. A nota final dos candidatos inscritos no cargo de Motorista será igual ao somatório dos pontos obtidos na análise curricular.

8.2. A nota final dos candidatos inscritos nos cargos de Médico da Saúde da Família, Médico Plantonista, Fisioterapeuta e Técnico em Enfermagem será igual ao somatório dos pontos obtidos na análise de Titulação Acadêmica e na entrevista.

8.3. Havendo empate na classificação, serão obedecidos os critérios de desempate a seguir:

a- Quem tiver mais idade;

8.4. O resultado será disposto apresentando os candidatos posicionados dentro do número de vagas estabelecidas neste Edital, como APROVADOS. Os candidatos que se classificarem fora do número de vagas, conforme critérios estabelecidos neste Edital receberão a nomenclatura de CLASSIFICADOS, e comporão o Cadastro de Reserva.

8.5. A classificação será feita segundo a ordem decrescente da nota final.

8.6. O Resultado será publicado no Quadro de avisos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal Pedra Preta.

8.7. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação no **Quadro de avisos e sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta**.

9 - DA CONVOCAÇÃO

9.1. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado Emergencial será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no Quadro de avisos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta.

9.2. Considerado apto para o desempenho da Função, nas fases previstas neste Edital, o candidato será convocado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

9.3. O candidato, após a convocação, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para se apresentar, munido da documentação exigida na convocação e exame admissional, devendo entrar em exercício da função de imediato.

9.4. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura na Função, sendo-lhes assegurado o direito de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.5. Inexatidão das informações, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

9.6. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 1 (um) ano, contados da data da homologação do resultado final.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 05 de Abril de 2021.

_____

VIVIANE SANTANA ORLATO

=Secretária Municipal de Saúde=

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento
06/04/2021	Publicação da íntegra do edital de abertura e resumo no Diário Oficial do Município.
06/04/2021 a 08/04/2021	Período de inscrições via e-mail dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado.
13/04/2021	Divulgação da classificação referente à análise curricular
14/04/2021 a 15/04/2021	**Realização da entrevista com os profissionais da Secretaria de Saúde**
16/04/2021	Divulgação do resultado final definitivo apto à homologação pelo Prefeito Municipal dos cargos que não possuem prova prática

ANEXO II - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES

__FISIOTERAPEUTA: Atuar em qualquer das Unidades de Saúde do Município para a qual for designado; Examinar os pacientes, visando determinar diagnósticos; promover a interação terapêutica paciente-médico, no sentido de condicionar o paciente para o tratamento; elaborar o tratamento de prevenção cardiovascular; praticar fisioterapia respiratória através de manobras desobstrutivas; praticar cinesioterapia com intuito de reabilitar os pacientes; emitir atestados médicos quando a situação assim o requerer; reabilitar pacientes com problemas na parte ortopédica e reumatológica; interpretar exames para confirmar doenças e proceder a prognósticos; efetuar tratamento de pacientes, utilizando o processo de fisioterapia para sanar problemas como artrite e outros; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas.

A atuação do fisioterapeuta intensivista no contexto da COVID-19: realizar inúmeros procedimentos na Emergência COVID, tais como: auxílio a intubações, várias pronações e retornos à posição supina, muitas monitorizações, titulações de PEEP, ajustes da ventilação mecânica, recrutamentos alveolares, desmames, extubações, atuação em ressuscitações cardiopulmonares, dentre outros.

__MÉDICO DE HOSPITAL E/OU DE UNIDADE(S) DE SAÚDE MUNICIPAL: Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas do setor onde atua: realizando exames médicos, emitindo diagnóstico, prescrevendo medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente. Examinar o paciente, palpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico ou, sendo necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista. Registrar a consulta médica, anotando em prontuário próprio a queixa, os exames físico e complementares, para efetuar a orientação adequada. Analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou estabelecer a saúde do paciente. Efetuar exames médicos destinados à admissão de candidatos a Cargos em ocupações definidas, baseando-se nas exigências da capacidade física e mental das mesmas, para possibilitar o aproveitamento dos mais aptos. Prestar atendimento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas de saúde, orientando e/ou executando a terapêutica adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador. Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais. Fazer a perícia e participar da Junta Médica para fins de posse, licença, desvio de função e aposentadoria de servidores do Município; Participar de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de a saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município. Participar de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e bem-estar da comunidade. Realizar plantões, conforme escala da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo finais de semana e plantões noturnos. Zelar pela conservação de boas condições de trabalho, quanto ao ambiente físico, limpeza e arejamento adequados, visando proporcionar aos pacientes um melhor atendimento. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato. Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior. Realizar visitas domiciliares para acompanhamento dos resultados das cirurgias e tratamentos ministrados a Pacientes. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

__Médico de PSF: Atuar em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas, ligados à área medicina geral do Programa de Saúde da Família-PSF: realizando exames médicos, emitindo diagnóstico, prescrevendo medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente. Examinar o paciente, palpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar o diagnóstico ou, sendo necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista. Registrar a consulta médica, anotando em prontuário próprio a queixa, os exames físico e complementares, para efetuar a orientação adequada. Analisar e interpretar resultados de exames de raios-X, bioquímicos, hematológicos e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico. Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou estabelecer a saúde do paciente. Efetuar exames médicos destinados à admissão de candidatos a Cargos em ocupações definidas, baseando-se nas exigências da capacidade física e mental das mesmas, para possibilitar o aproveitamento dos mais aptos. Prestar atendimento de urgência em casos de acidentes de trabalho ou alterações agudas de saúde, orientando e/ou executando a terapêutica adequada, para prevenir consequências mais graves ao trabalhador. Emitir atestados de saúde, sanidade e

aptidão física e mental e de óbito, para atender às determinações legais. Participar do Programa de Saúde da Família e de programas de saúde pública, acompanhando a implantação e avaliação dos resultados, assim como a realização em conjunto com equipe da unidade de a saúde, ações educativas de prevenção às doenças infecciosas, visando preservar a saúde no município. Participar de reuniões de âmbito local, distrital ou regional, mantendo constantemente informações sobre as necessidades na unidade de saúde, para promover a saúde e bem-estar da comunidade. Zelar pela conservação de boas condições de trabalho, quanto ao ambiente físico, limpeza e arejamento adequados, visando proporcionar aos pacientes um melhor atendimento. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato. Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior. Realizar visitas domiciliares para acompanhamento dos resultados das cirurgias e tratamentos ministrados a Pacientes. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade. Atuar em qualquer unidade de saúde municipal a que for designado, em caso de findado o programa de Saúde da Família.

_Motorista: Atuar em atividades relativas à área de transporte, dirigindo veículos de transporte de ônibus escolares e ambulância hospitalar: dirigir e conservar os ônibus, veículos e as ambulâncias da Administração Pública. Inspecionar o veículo antes da saída, verificando o estado dos pneus, os níveis de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento. Dirigir o veículo, obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro, seguindo mapas, itinerários ou programas estabelecidos, para conduzir os materiais aos locais solicitados ou determinados. Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar o seu perfeito estado. Facultado a efetuar reparos de emergência no veículo, para garantir o seu funcionamento em casos excepcionais e emergenciais. Manter a limpeza do veículo, deixando-o em condições adequadas de uso. Operar os mecanismos específicos das ambulâncias, tais como sirenes, alarmes luminosos, dentre outros que estão correlacionados com a sua perfeita operação. Zelar pela documentação do veículo, verificando sua legalidade, para apresentá-la às autoridades competentes, quando solicitada. Realizar o transporte de pacientes, para hospitais e prontos-socorros, com a máxima diligência. Efetuar anotações de viagens realizadas, pessoas transportadas, quilometragem rodada, itinerários e outras ocorrências, seguindo normas estabelecidas. Recolher o veículo após o serviço, conduzindo-o até a garagem da prefeitura, para possibilitar sua manutenção e abastecimento. Transportar pessoas, materiais e documentos. Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização. Comunicar a chefia imediata a necessidade de reparos no veículo. Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros que estejam sob sua responsabilidade.

_Técnico em Enfermagem: Atuar em atividades relativas à área de assistência à enfermagem. Executar pequenos serviços de enfermagem, sob a supervisão do enfermeiro, auxiliando no atendimento aos pacientes. Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos; Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas à nível de sua qualificação; Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, como ministrar medicamentos via oral e parenteral; Realizar controle hídrico; Fazer curativos; Aplicar oxigenoterapia, nebulização, enteroclisma, enema e calor ou frio; executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; Efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico; colher material para exames laboratoriais; prestar cuidados de enfermagem pré e pós operatórios; executar atividades de desinfecção e esterilização; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde; integrar a equipe de saúde; participar de atividades de educação em saúde; orientar os pacientes na pós-consulta, quanto aos cumprimentos das prescrições de enfermagem e médicas; auxiliar o enfermeiro na execução dos programas de educação para a saúde; executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes; executar serviços gerais de enfermagem como aplicar injeções e vacinas, ministrar remédios, registrar temperaturas, medir pressão arterial, fazer curativos e coletar material para exame de laboratório. Preparar e esterilizar os instrumentos de trabalho utilizados na enfermaria e nos gabinetes médicos, acondicionando-os em lugar adequado, para assegurar sua utilização. Preparar os pacientes para consultas e exames, acomodando-os adequadamente, para facilitar sua realização. Orientar o paciente sobre a medicação e sequência do tratamento prescrito, instruindo sobre o uso de medicamentos e material adequado ao tipo de tratamento, para reduzir a incidência de acidentes. Efetuar a coleta de material para exames de laboratório e a instrumentação em intervenção cirúrgicas, atuando sob a supervisão do enfermeiro ou médico, para facilitar o desenvolvimento das tarefas de cada membro da equipe. Participar dos procedimentos pós-morte; participar de ações de vigilância epidemiológica; atuar em atividades de atendimento e programas de saúde (pré-natal, puericultura, hipertensão, diabetes, entre outros), conforme especificações. Realizar visitas domiciliares, prestando atendimento de primeiros socorros e convocação de faltosos. Auxiliar na observação sistemática do estado de saúde dos trabalhadores, através de campanhas de educação sanitária, levantamento de doenças profissionais, organizando e mantendo fichas individuais dos trabalhadores. Auxiliar na realização de inquéritos sanitários nos locais de trabalho. Executar atividades de controle de dados vitais, punção venosa, controle de drenagem, aspiração de cavidades e acompanhamento de pacientes em exames complementares. Registrar e controlar as informações pertinentes à sua atividade através dos recursos disponíveis e rotina do setor. Realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Edital nº 002/2021

Pedra Preta - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a este Departamento, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 4.1 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, TODOS AUTENTICADOS, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

c. Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato			Quantidade de Documentos Entregues		
Inscrição		Cargo			
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)
Pós-Graduação na área de Atuação (pós-graduação)					
Pós-Graduação na área de Atuação (mestrado)					
Pós-Graduação na área de Atuação (doutorado)					
Total de Pontos (Deferidos)					

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Pedra Preta/MT, _____de _____ de 2021.

_____

Assinatura do candidato

Protocolo

PORTARIA Nº 223/2021 - LICENÇA PRÊMIO ZENILDA APARECIDA FREITAS DE SOUZA

DE 05 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **10/08/2015 à 10/08/2020.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **ZENILDA APARECIDA FREITAS DE SOUZA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Contínua/Merendeira, a serem usufruídas nos períodos de **05/04/2021 à 03/07/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.003/2021 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal n° 017/2014, Lei nº 1.247/2021, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal n° 058/2021, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Simplificado Emergencial, nos termos do estabelecido nos §§ 3° e 4° do art. 16 da Lei Complementar Municipal n° 017/2014, destinada a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias e emergenciais de excepcional interesse público de que trata o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal, no âmbito da Administração Pública Municipal, com as presentes instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTOS

1.1. A denominação - referência - exigência mínima - as vagas de ampla concorrência, **vencimento inicial** do cargo, a carga horária semanal, são os estabelecidos a seguir:

VAGAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO UNIDADE ESCOLAR ESTABELECIDA NO ASSENTAMENTO MONTE AZUL (ZONA RURAL)							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Motorista	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D”	Análise Curricular + Prova Prática	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 Horas	R$. 1.585,55
QUADRO DETALHADO DE QUANTIDADE DE VAGAS E SUAS RESPECTIVAS LOCALIDADES/SECRETARIA DE OBRAS							
Função	**Requisitos**	**Tipo de Prova**	**Vagas**			**Carga Horária Semanal**	**Vencimento R$.**
			Ampla Concorrência	**Candidatos com Pcd**	**Total**		
Operador de Máquinas Pesadas / Motoniveladora	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D” ou Superior	Análise Curricular + Prova Prática	01 + Cadastro Reserva	-	01+Cadastro Reserva	40 Horas	R$. 1.700,97

Operador de Máquinas Pesadas Pá Carregadeira	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D” ou Superior	Análise Curricular + Prova Prática	01 Vaga + Cadastro Reserva	-	01 + Cadastro Reserva	40 Horas	R$ 1.700,97
Operador de Máquinas Pesadas / PC	Ensino Fundamental Incompleto + CNH na categoria “D” ou Superior	Análise Curricular + Prova Prática	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 Horas	R$ 1.700,97
Total			**02**	**00**	**02**		

1.1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e compreenderá: **1ª etapa –** análise curricular (para todos os cargos) e teste prático (para os cargos de motorista e operador de máquinas); **2ª Etapa** - comprovação de requisitos e exame médico, de caráter eliminatório, que serão entregues pelo candidato, a serem realizados após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal.

1.1.2**. O Processo Seletivo Simplificado destina-se, à contratação temporária de excepcional interesse público, de que trata o artigo 37, IX da Constituição Federal, o art. 68, VI da Lei Orgânica Municipal, nos moldes da Lei Complementar nº 017/2014.**

1.1.3. O presente Processe Seletivo Emergencial se destina, também, à contratação temporária de Motorista para a Secretaria Municipal de Educação, lotação Monte Azul, e de Operadores de Máquinas Pesadas (Motoniveladora, Pá Carregadeira e PC) **uma vez que não houve nenhum candidato aprovado no Processo Seletivo 01/2021, para a vaga de motorista localidade Monte Azul, assim como não houve aprovados para os cargos de operador de Pá Carregadeira e PC, e apenas 01 (um) candidato aprovado para o cargo de Operador de Motoniveladora**.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

1.1.6. Todas as etapas deste Processo Seletivo Simplificado serão realizadas na cidade de Pedra Preta/MT.

1.1.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nas funções para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

1.1.8. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o **horário oficial de Cuiabá/MT.**

2 - DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - art. 3º).

2.2. Ter na data da contratação 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da contratação para o exercício da função.

2.6. Não ter incorrido demissão através de processo disciplinar, do serviço público estadual, federal ou municipal.

2.7. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

2.8. A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento da função, deverão ser comprovadas quando da contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

3 - DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

3.1. **VIA CURRÍCULO ENCAMINHADO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no período do dia 06/04/2021 até o dia 07/04/2021.**

3.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO:

3.2.1. O candidato que desejar concorrer às vagas ofertadas no presente edital deverão encaminhar, currículo bem como o anexo III para o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, através do e-mail: **dppessoal@pedrapreta.mt.gov.br**.

3.2.2. Ao encaminhar o currículo o candidato deverá indicar as seguintes informações:

a. Nome completo;

b. Numeração dos seguintes documentos pessoais: CPF e identidade;

c. Indicar a vaga à que deseja concorrer;

d. Indicar telefone para contato.

e. Indicação das informações de escolaridade e experiência profissional necessárias à análise curricular a que se refere o item 4.1 deste edital.

3.2.3. Serão desconsiderados os currículos recebidos sem a indicação das informações elencadas no item anterior.

3.4. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.4.1. A confirmação da inscrição se dará mediante a divulgação da relação contendo os candidatos inscritos por vaga oferecida.

3.4.2. A divulgação da relação de inscritos deverá ocorrer no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e publicada no Diário Oficial do Município, até às 12h00m do dia 07/04/2021.

4 – DA ANÁLISE CURRICULAR:

4.1. A análise curricular para as vagas ofertadas no presente edital obedecerá ao seguinte sistema de pontuação:

Capacitação na área de atuação do cargo	Tempo de Experiência na área de atuação do cargo
Ensino Fundamental Completo: 05 pontos Ensino Médio Completo: 05 pontos Curso Específico: 20 pontos	De 0 a 1 anos: 10 pontos Acima de 1 a 5 anos: 15 pontos Acima de 5 a 10 anos: 20 pontos Acima de 10 anos: 25 pontos

4.2. Realizada a análise curricular, os candidatos serão classificados, em ordem crescente de pontuação, de acordo com a pontuação obtida. Sendo somado a pontuação conforme aumenta o tempo de experiência.

4.3. Os candidatos que se enquadrarem na hipótese prevista no item 3.2.3 deste edital não terão seus currículos analisados.

4.4. A divulgação da classificação referente à análise curricular se dará 08/04/2021.

5 – DO TESTE PRÁTICO PARA OS CARGOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS

5.1. Os candidatos inscritos para os cargos de Motorista (Secretaria de Educação: localidade Monte Azul) e de Operador de Máquinas (Motoniveladora, Pá Carregadeira e PC) serão convocados para teste prático a ser realizado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas;

5.2. A convocação de que trata o item anterior será realizada até a data de 09/04/2021, devendo o teste prático ocorrer até a data 11/04/2021, conforme definido na convocação.

5.3. A convocação para o teste prático será divulgada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, e publicadas no Diário Oficial dos Municípios.

5.4. Para os candidatos ao cargo de **Motorista**, **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS / MOTONIVELADORA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA** e **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/PC,** deverão possuir habilitação de acordo com o cargo. O Candidato ***deve estar ciente que somente será autorizado a se submeter à prova prática*** se portar a carteira de habilitação original na categoria exigida e/ou digital, com validade na data da realização das mesmas, de conformidade com CTB - Código de Trânsito Brasileiro, pois nenhum condutor poderá dirigir na via pública sem portar seu respectivo documento de habilitação na via original e/ou digital e da classe correspondente ao veículo dirigido.

5.5. Os candidatos ao cargo de **Motorista**, **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS / MOTONIVELADORA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA** e **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/PC,** deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção sua carteira nacional de habilitação original e/ou digital exigida.

5.6. Será avaliada a capacidade, atenção e percepção dos candidatos no trato das questões ligadas à sua categoria profissional, a habilidade no manuseio de equipamentos, bem como o conhecimento de normas de segurança no trabalho, de acordo com as determinações do examinador constará de condução do veículo, em vias públicas da cidade, buscando evidenciar de forma profissional a postura do condutor candidato, entre outras atividades correlatas ao cargo.

5.7. Avaliar-se-á na prova prática para o cargo de **Motorista**:

a) capacidade de atenção e percepção em trânsito com fluxo de pedestres;

b) habilidade na condução do veículo;

c) atinência às regras de trânsito.

d) A prova constará de prática de direção, em veículo a ser definido no ato da prova, avaliada por profissional habilitado, consumando em Laudo de Avaliação Técnica, que verificará a capacidade prática do candidato no exercício e desempenho das tarefas do cargo, segundo sua categoria profissional.

5.8. A Prova Prática para as funções de **Motorista** será avaliada em função da pontuação negativa por faltas cometidas durante todas as etapas do exame, atribuindo-se o seguinte:

a) falta gravíssima: eliminatória;

b) uma falta grave: 20,0 (vinte) pontos negativos;

c) uma falta média: 10,0 (dez) pontos negativos;

d) uma falta leve: 5,0 (cinco) pontos negativos.

5.9. Constituem faltas no exame de direção:

I - Falta eliminatória - Gravíssima:

- Perder o controle da direção do veículo em movimento.

- Subir meio fio ou calçada.

- Colidir com objetos ou veículo no percurso.

II - Falta Grave - Menos 20,0 (vinte) pontos por falta:

- Deixar de observar a sinalização da via, sinais de regulamentação, de advertência e indicação.

- Exceder a velocidade indicada para a via.

- Deixar de usar o cinto de segurança.

III - Falta Média – Menos 10,0 (dez) pontos por falta:

- Apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento.

- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.

- Arrancar sem soltar o freio de mão.

- Macha-ré rente ao meio fio.

IV - Falta leve - menos 5,0 (cinco) pontos por falta:

- Provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado.

- Engrenar as marchas de maneira incorreta.

- Não ajustar devidamente os espelhos retrovisores.

- Usar incorretamente os instrumentos do painel.

5.10. Avaliar-se-á na prova prática para as funções de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS / MOTONIVELADORA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA** e **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/PC,** constarão de execução de manobra com equipamento, a ser definido no ato da prova, disponibilizado num canteiro de obras e será avaliada por profissional competente, consumando em Laudo de Avaliação Técnica, que verificará a capacidade prática do candidato no exercício e desempenho das tarefas do cargo, segundo sua categoria profissional.

5.11. A Prova Prática para as funções de **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS / MOTONIVELADORA, OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS PÁ CARREGADEIRA** e **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS/PC,** será avaliada observando-se os seguintes critérios:

I. Checagem da Máquina - Pré-uso:

a) Estrutura da Máquina – Lataria, Chassi, Pneus e Material Rodante;

b) Vazamentos;

c) Peças;

d) Conchas, Borda Cortante, Dentes e Escarificadores;

e) Faróis, Faroletes, Luz de Ré, Luzes de Freio, Lanternas Indicativas de Direção e Retrovisores.

II. Checagem dos Níveis da Máquina:

a) Nível do Óleo do Motor;

b) Nível do Óleo da Transmissão;

c) Nível do Óleo do Hidráulico;

d) Nível do Óleo de Freio;

e) Nível da Água do Sistema de Arrefecimento.

III. Identificação e Checagem do Painel de Instrumentos da Máquina:

a) Indicador da Temperatura da Água do Motor;

b) Indicador da Pressão do Óleo do Motor;

c) Indicador da Temperatura da Transmissão;

d) Indicador de Pressão da Transmissão;

e) Indicador da Carga da Bateria;

f) Indicador do Nível de Combustível;

g) Indicador da Pressão do Freio;

h) Indicador da Temperatura do Óleo Hidráulico.

IV. Checagem de Comandos:

a) Alavancas do Freio de Estacionamento;

b) Alavancas do Comando Hidráulico da Concha;

c) Alavanca do Comando de Reversão;

d) Alavanca do Comando da Transmissão;

e) Pedais de Freio / Neutralizador;

f) Botão de Buzina.

V. Procedimentos de Partida:

a) Transmissão em Neutro;

b) Freio de Estacionamento Aplicado;

c) Concha Baixa no Solo;

d) Acionamento da Chave de Partida;

e) Aquecimento do Motor;

f) Checagem do Painel.

VI. Teste de Operação:

a) Escavação;

b) Carga;

c) Transporte;

d) Descarga;

e) Retorno;

f) Estacionamento.

VII. Procedimento de Parada:

a) Transmissão em Neutro;

b) Freio de Estacionamento Aplicado;

c) Concha no Solo;

d) Arrefecimento do Motor.

5.12. Cada letra relacionada nos subitens de I a IV acima vale 10,0 (dez) pontos e cada letra relacionada nos subitens de V a VII acima vale 20,0 (vinte) pontos, que serão distribuídos aos candidatos, respectivamente, por cada tarefa correta realizada.

5.13. A não execução do teste prático pelo candidato na totalidade preestabelecido ou falhas praticadas como colisão com outro veículo ou qualquer objeto presente no percurso, tais como: subir no meio-fio ou colocar em risco a vida dos passageiros que se encontrarem o veículo na hora do teste e de transeuntes, implicará na reprovação.

5.14. Não haverá segunda chamada do Exame de Direção por ausência do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

6.1. A nota final dos candidatos inscritos nos cargos de Motorista e de Operador de Máquinas será igual ao somatório dos pontos obtidos na análise curricular e no teste prático.

6.2. A nota final dos candidatos inscritos será igual ao somatório dos pontos obtidos na análise curricular e na prova prática.

6.3. O resultado será disposto apresentando os candidatos posicionados dentro do número de vagas estabelecidas neste Edital, como APROVADOS. Os candidatos que se classificarem fora do número de vagas, conforme critérios estabelecidos neste Edital receberão a nomenclatura de CLASSIFICADOS, e comporão o Cadastro de Reserva.

6.4. A classificação será feita segundo a ordem decrescente da nota final.

6.5. O Resultado será publicado no Quadro de avisos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal Pedra Preta.

6.6. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação no **Quadro de avisos e sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta**.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado Emergencial será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no Quadro de avisos e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pedra Preta.

7.2. Considerado apto para o desempenho da Função, nas duas fases previstas neste Edital, o candidato será convocado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

7.3. O candidato, após a convocação, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para se apresentar, munido da documentação exigida na convocação e exame admissional, devendo entrar em exercício da função de imediato.

7.4. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura na Função, sendo-lhes assegurado o direito de contratação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

7.5. Inexatidão das informações, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

7.6. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 1 (um) ano, contados da data da homologação do resultado final.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 05 de abril de 2021.

ADENILDA VIEIRA COELHO

=Chefe do Departamento de Recursos Humanos=

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento
06/04/2021	Publicação da íntegra do edital de abertura e resumo no Diário Oficial do Município.
06/04/2021 a 07/04/2021	Período de inscrições via email dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado.
09/04/2021	Divulgação do resultado da pontuação curricular e convocação para Prova Prática
11/04/2021	**Realização da Prova Prática.**
13/04/2021	Divulgação do resultado final definitivo apto à homologação pelo Prefeito Municipal dos cargos com prova prática.

ANEXO II - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES

_Motorista: Atuar em atividades relativas à área de transporte, dirigindo veículos de transporte de ônibus escolares e ambulância hospitalar: dirigir e conservar os ônibus, veículos e as ambulâncias da Administração Pública. Inspecionar o veículo antes da saída, verificando o estado dos pneus, os níveis de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento. Dirigir o veículo, obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro, seguindo mapas, itinerários ou programas estabelecidos, para conduzir os materiais aos locais solicitados ou determinados. Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar o seu perfeito estado. Facultado a efetuar reparos de emergência no veículo, para garantir o seu funcionamento em casos excepcionais e emergenciais. Manter a limpeza do veículo, deixando-o em condições adequadas de uso. Operar os mecanismos específicos das ambulâncias, tais como sirenes, alarmes luminosos, dentre outros que estão correlacionados com a sua perfeita operação. Zelar pela documentação do veículo, verificando sua legalidade, para apresentá-la às autoridades competentes, quando solicitada. Realizar o transporte de pacientes, para hospitais e prontos-socorros, com a máxima diligência. Efetuar anotações de viagens realizadas, pessoas transportadas, quilometragem rodada, itinerários e outras ocorrências, seguindo normas estabelecidas. Recolher o veículo após o serviço, conduzindo-o até a garagem da prefeitura, para possibilitar sua manutenção e abastecimento. Transportar pessoas, materiais e documentos. Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização. Comunicar a chefia imediata a necessidade de reparos no veículo. Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros que estejam sob sua responsabilidade.

_Operador de Máquinas Pesadas: Atuar em atividades relativas à área de operação de máquinas e equipamentos: opera máquinas da construção civil, conduzindo-as e operando seus comandos, para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, preparar concreto e colocar capeamento de asfalto e concreto nas estradas e outros, auxiliando na execução de obras públicas. Opera as seguintes máquinas: micro trator, máquina demarcadora de faixas, microrrolo compactador, trator agrícola, rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira motoniveladora, trator de esteiras, retro escavadeira, escavadeira hidráulica e moto scraper. Operar máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caçamba, para escavar e mover terra, pedras, areia, cascalho e materiais análogos. Operar máquinas de abrir canais de drenagem, abastecimento de água, petróleo, gás e outros. Operar máquinas providas de lâminas para nivelar solos, na construção de edifícios, pista, estradas e outras obras. Operar máquinas para estender camadas de asfalto ou betume, acionando os dispositivos, para posicioná-las segundo as necessidades de trabalho. Movimentar a máquina, acionando seus pedais e alavancas de comando, corte, elevação e abertura, assim como seus comandos de tração e os hidráulicos, para escavar, carregar, levantar, descarregar material, mover pedra, terra e materiais similares. Executar serviços de terraplanagem, tais como remoção, distribuição e nivelamento de superfícies, cortes de barrancos, acabamentos e outros. Providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade. Conduzir a máquina, acionando o motor e manipulando os dispositivos, para posicioná-la, segundo as necessidades de trabalho. Executar tarefas relativas a verter, em caminhões e veículos de carga pesada, os materiais escavados, para o transporte dos mesmos. Efetuar serviços de manutenção de máquina, abastecendo-a, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar o seu bom funcionamento. Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

ANEXO III - FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

À Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Edital nº 003/2021

Pedra Preta - Mato Grosso.

Referente: Solicito Contagem de pontos referente prova de títulos

a. Tendo em vista o Edital que determina a entrega de títulos, para o Processo Seletivo Simplificado, venho apresentar a este Departamento, documentos que atestam qualificações, dando margem à contagem de pontos na prova de títulos conforme subitem 4.1 do Edital.

b. Estou ciente de que os documentos entregues, TODOS AUTENTICADOS, não serão devolvidos em hipótese alguma, uma vez que serão apensados aos demais documentos relativos ao Processo Seletivo Simplificado.

c. Ainda, DECLARO, para efeitos legais, que a falta ou incorreção de qualquer dos documentos que estiverem relacionados nesta ficha é de minha única responsabilidade, pois os documentos serão entregues em envelope lacrado e, portanto, não serão conferidos no ato da entrega.

Candidato		Quantidade de Documentos Entregues			
Inscrição	Cargo				
Avaliação de Títulos	Início do Curso	Término do Curso	Carga Horária	Pontos Solicitados pelo Candidato	Pontuação concedida pela organizadora (NÃO PREENCHER)
Ensino Fundamental Completo	X	X	X		
Ensino Médio Completo	X	X	X		
Curso Específico					
Experiência de 0 a 1 ano	X	X	X		
Experiência de 1 a 5 anos	X	X	X		

Experiência de 5 a 10 anos	X	X	X		
Experiência acima de 10 anos	X	X	X		
Total de Pontos (Deferidos)					

Em anexo, cópia de documentos autenticados.

Pedra Preta/MT, _____de _____ de 2021.

_____

Assinatura do candidato

PORTARIA Nº 224/2021 - ALTERAÇÃO PORTARIA FISCAL DE CONTRATO

DE 05 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre Alteração do Artigo 1º da Portaria nº 056/2021 de 12 de janeiro de 2021 e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIODEPEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDOo disposto nos artigos 60 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 que determina que a execução do contrato deva ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e procedimentos de controle de vigência e aditamento contratual.

CONSIDERANDO o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 016/2014.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais, abaixo descritos, para desenvolverem funções de fiscais de contratos do Município de Pedra Preta – MT, nos seguintes termos:

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

CRISTIANE PARDINHO DE ARRUDA PEREIRA

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER

ANDRÉIA MARIA NEGRI

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DE MEIO AMBIENTE

CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NERISVAN MORAES RIBEIRO

Art. 2º Os servidores efetivos que não ocuparem o cargo em Comissão serão atribuídos uma função gratificada no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 3º Os servidores que estiverem gozando de férias serão substituídos por outros servidores, nomeados especificamente para período de férias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PORTARIA Nº 226/2021 - FÉRIAS REGULARES SANDRA FRANCISCO ALVES

DE 05 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/04/2017 à 01/04/2018.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **SANDRA FRANCISCO ALVES**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **01/04/2021 à 30/04/2021**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/04/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

DECRETO Nº 059/2021 - SUSPENDE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PRESENCIAIS DURANTE O PERÍODO DE CALAMIDADE PÚBLICA

DE 05 DE ABRIL DE 2021

"Suspende a realização de audiências públicas presenciais durante o período de calamidade pública, em virtude da pandemia do covid-19; determina aos órgãos e unidades do poder executivo, utilizar-se de outros meios para permitir a participação popular na elaboração e discussão das peças de planejamento, inclusive com relação ao cumprimento das metas fiscais".

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a existência de pandemia mundial provocada pelo coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde – OMS;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 052/2021 de 26 de março de 2021 que dispõe sobre adoção de medidas administrativas visando a prevenção de contágio pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 056/2021 de 30 de março de 2021 que declara Situação de Emergência no Município de Pedra Preta - MT, Estado de Mato Grosso, para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Orientação Técnica nº. 04/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso TCE/MT, onde informa que no atual cenário de pandemia do Covid-19, diversos municípios brasileiros têm adotado medidas de contenção e isolamento social, inclusive em Mato Grosso, segundo qual, a suspensão e/ou prorrogação da data de realização das audiências públicas, ou a realização das audiências de forma virtual reflete iniciativa oportuna e razoável, a exemplo do próprio Tribunal de Contas Mato-grossense;

CONSIDERANDO a inexistência de previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal de maneira explícita que estabeleça obrigatoriedade de audiências públicas para tratar das peças de planejamento de forma sempre presencial;

CONSIDERANDO que ao Município cabe a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em seu território.

DECRETA

Art. 1º - Fica suspensa a realização de audiências públicas presenciais no âmbito Municipal, podendo ocorrer de forma online, que será transmitida preferencialmente por meio de LIVE (transmissão ao vivo), na página oficial da Prefeitura em rede social oficial, ficando seu conteúdo disponível no Portal de Transparência enquanto perdurar o risco de contaminação pelo Coronavírus, e o estado de Calamidade Pública reconhecido no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - O projeto de PPA Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentarias, e da LOA - Lei Orçamentária Anual, deverão estar disponibilizados no Portal de Transparência da Prefeitura, acompanhados de todos os anexos exigidos pela Lei Federal nº. 4.320/1964.

Art. 3º - As Avaliações das Metas Fiscais, deverão ser realizadas nos períodos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio de Nota Explicativa detalhada, informando de maneira objetiva a situação fiscal naquele período, elencando ainda, as providências a serem adotadas pelo Gestor, em todos os casos.

§1º - As Avaliações das Metas Fiscais deverão refletir as informações extraídas do RGF – Relatório de Gestão Fiscal, e do RREO – Relatório resumido da Execução Orçamentária disponibilizados no Portal de Transparência da Prefeitura.

Art. 4º - No repositório em que disponibilizado as peças de planejamento, a Nota Explicativa e os Anexos das Metas Fiscais, a que se refere os Arts. 2º e 3º desde decreto, deverá constar a forma em que o interessado poderá acessar para encaminhar e receber as informações, o nome do servidor responsável para responder eventuais questionamentos.

§1º - A Prefeitura deverá permitir acesso integral dos munícipes, como forma de efetivar a sua participação, possibilitando encaminhar por endereço eletrônico, sugestões, críticas e qualquer informações, para melhoria da sua gestão fiscal.

§2º - As informações, sugestões ou críticas encaminhadas pelos munícipes, serão objeto de análise por parte da administração municipal, devendo lavrar em ata própria, além da situação fiscal apresentada na Nota Explicativa, informar todas as sugestões e/ou críticas proveniente da participação popular, informando ainda a que período se refere. no processo de elaboração e discussão das peças de planejamento.

Art. 5º - Edital de convocação deverá ser disponibilizado por meio eletrônico, no Portal de Transparência da Prefeitura, contendo o objeto da audiência eletrônica, período em que os munícipes poderão requerer e encaminhar informações, locais de acesso eletrônico das informações, nome dos responsáveis, e-mail, telefones e demais informações necessárias ao cumprimento da participação popular.

Art. 6º - As audiências públicas presenciais, substituídas pelo meio de comunicação eletrônico, funcionam como instrumentos de consulta e participação popular, sem caráter deliberativo, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101 de 04 de maio de 2000, Lei da Transparência nº. 131 de 27 de maio de 2009 e Lei de Acesso à Informação nº. 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Art. 7° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 225/2021 - LICENÇA PRÊMIO JURACY DOS SANTOS

DE 05 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/02/2012 à 01/02/2017.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **JURACY DOS SANTOS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem usufruídas nos períodos de **02/04/2021 à 01/07/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02/04/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

DECRETO Nº 060/2021 - EFETIVAÇÃO DE SERVIDORES PUBLICOS

05 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre efetivação no serviço público municipal, os funcionários aprovados no Concurso Público nº 001/2016.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a aprovação em Concurso Público;

CONSIDERANDO as avaliações funcionais em que constatou a aptidão para o exercício de cargo público;

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório;

CONSIDERANDO o regulamento do Concurso Público;

CONSIDERANDO o contido na Constituição Federativa do Brasil.

CONSIDERANDO a Lei nº 075/98, artigo 29, §4ª.

DECRETA:

ART. 1º Ficam efetivados no Serviço Público Municipal, os funcionários concursados relacionados no Anexo I, que passa a fazer parte integrante e inseparável do presente Decreto.

ART. 2º A efetivação dos funcionários constante do Anexo I está sujeito ao cumprimento das normas e disciplinas exigidas por Lei em vigor, bem como aquelas que vierem a ser instituídas no que tangem direitos e deveres.

ART. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS CINCO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

ANEXO I

MAT	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO
5621	*Marcelo José de Oliveira*	*Motorista (Sede)*	*03/04/2018*
5622	*Sandra Lucia da Silva*	*Contínua/Merendeira (Sede)*	*03/04/2018*
5623	*Girlene dos Santos Ferreira de Jesus*	*Contínua/Merendeira (Sede)*	*03/04/2018*
5624	*Nicele Matos da Silva Ferreira*	*Enfermeira (Sede)*	*03/04/2018*
5637	*Ednaldo Nepomucena Felix*	*Agente de Vigilância (Vila Garça Branca)*	*13/11/2017*

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 014/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 55, de Janeiro de 2021, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de **Pregão Eletrônico - SRP nº 014/2021**, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 040/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**Após prazo recursal concedido as empresas vencedoras da melhor proposta na fase de lances sagrou-se vencedores do certame; **ECOMAIS AR CONDICIONADOS LTDA CNPJ; 39.368.629/0001-24** valor total R$ 107.205,00(cento e sete mil duzentos e cinco reais**), ERICA DE FATIMA GENTIL CNPJ : 36.656.877/0001-82** R$ 256.113,00(duzentos e cinquenta e seis mil cento e treze reais); **FRIOLAR COMERCIO E SERVICOS DE ELETROELETRONICOS LTDA 36.850.598/0001-55** R$ 210.160,00 (duzentos e dez mil cento e sessenta reais).

Peixoto de Azevedo/MT, 05 de Abril de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 563, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 563, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º - Exonerar, o Senhor **ARGEMIRO ALCÂNTARA,** matricula funcional nº 8433, do cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Compras**, da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nomeado através da Portaria nº 10/2021, nós termos do disposto no artigo 8º, IV, "d" da Lei Complementar 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providencias.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 10/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Março de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 564, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º- Nomear, o Senhor **ARGEMIRO ALCÂNTARA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4029496835 SSP/RS e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 396.001.900.97, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento de Materiais e Serviços**, da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, IV, "c", da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de março de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Março de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 011/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 55, de Janeiro de 2021, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de **Pregão Eletrônico - SRP nº 011/2021**, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 040/

2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MATERIAL PERMANENTE E EPIS PARA O COMBATE DE ARBOVIROSE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA DE SAUDE DE PEIXOTO DE AZEVEDO"**Sagrou-se vencedoras a melhor proposta na fase de lances as empresas; **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS** CNPJ 13.851.726/0001-80 R$ 212,00 (DUZENTOS E DOZE REAIS**), MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE -ME** CNPJ 17.992.596/0001-56 R$ 1. 631,50 (UM MIL SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS); **BIDDEN COMERCIAL LTDA CNPJ 36.181.473/0001-80 R$** 10.299,00(DEZ MIL DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS). Não houve recursos contrários a decisão.

Peixoto de Azevedo/MT, 05 de Abril de 2021.

Natália Fernandes da Silva

Pregoeiro Oficial

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a Ata de Registro de Preço nº 007/2020, oriundo do Pregão Presencial - SRP nº 005/2020 realizado pelo CISPAR – Consorcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto do Paranaíba - MT, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL, FUTURA E PARCELADA, PELOS MUNICÍPIOS CONSORTES, DE EQUIPAMENTOS, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (MÃO-DE-OBRA) EM ÁREAS PUBLICAS E ESCOLARES CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO, EM ATENDIMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO", conforme proposta e contrato firmado com a empresa DOM PARK INDÚSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS PARA PARQUES E DIVERSOS LTDA CNPJ 37.146.454/0001-85 no valor total de R$ 170.900,00 (CENTO E SETENTA MIL, NOVECENTOS REAIS).

Peixoto de Azevedo, 05 de abril de 2021.

Mauricio ferreira de souza

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 592, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

PORTARIA Nº 592, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando as disposições legais contidas na Lei 588, de 22 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre a Politica de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso;

Considerando o disposto no artigo 117, da Lei 588/2006;

Considerando o resultado de escolha, pelo voto direto, secreto e universal dos cidadãos do Município para constituição do Conselho Tutelar, realizado em 06 de Outubro de 2019;

Considerando a proclamação do resultado, publicada no Edital nº 018/2019, de 09 de Outubro de 2019;

Considerando a exoneração da Conselheira Tutelar Brenda Mascarenhas de Oliveira;

R E S O L V E

Art.1º - Nomear, a Senhora **MARIA APARECIDA LOPES PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2624480-2 SSP/MT, e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 048.609.321-29, no cargo em comissão de **CONSELHEIRO TUTELAR**, para o mandato de 03 (três) anos 2021/2024, o membro eleito classificado em 6º (sexto) lugar na Zona Urbana, de acordo com o Edital nº 018/2019 e 01/2021, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Lei Municipal nº 588, de 22 de Dezembro de 2006, lotada no Conselho Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15 de Março de 20210.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Março de 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

P U B L I C A D O

EM ____ / ____ / ____

Resp. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE **20 (VINTE) KITS** DE ENXOVAL PARA RECÉM-NASCIDO (KITS NATALIDADE) PARA SEREM ENTREGUES AS GESTANTES ATENDIDAS PELO CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONFINANCIAMENTO ESTADUAL-FEAS, NAS QUANTIDADES, FORMA E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO A ESTA REQUISIÇÃO. **EMPRESA: OSMERY ALVES DE SOUZA MARQUES, CNJP nº 13. 315.103/0001-91, representada pela Srª Osmery Alves de Souza Marques, portadora do CPF n° 864.840.011-20 e Portadora da Cédula de Identidade RG nº 1179746-0 SSP/MT. VALOR**: **R$** 15.021,80 **(Quinze mil vinte um reais e oitenta centavos). PRAZO DE ENTREGA**: até 05 (cinco) dias úteis após solicitação/autorização de fornecimento. **FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do **Art. 26, da Lei nº 8.666/93** e alterações posteriores, de conformidade com o parecer jurídico e justificativa anexos. **Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de Abril de 2021. NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO-** Prefeito Municipal

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT torna público a **ANULAÇÃO** da **Tomada de Preços n. 001/2021, Processo Administrativo n. 019/2021**, com fundamento no **artigo 49, da Lei n. 8.666/93**, cujo objeto refere-se á REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA DE GESTÃO PÚBLICA, NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, CONTABILIDADE, TESOURARIA, GESTÃO DE PESSOAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS E ORIENTAÇÃO NOS CASOS DE APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, COM ACOMPANHAMENTO NO DESPACHO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS,

NA EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS E ORIENTAÇÃO NO CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E NA FORMALIDADE CORRETA DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME DETALHAMENTO ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA – **ANEXO I,** parte integrante do edital, com abertura prevista para o dia **06/04/2021 às 8h00m**. **Motivo: incongruências entre o termo de referencia e o edital de licitação,** recomendando-se a anulação do presente certame, a fim de evitar eventual lesão ao interesse público. Maiores informações poderão ser obtidas na Seção de Licitações, no Paço Municipal sito à Praça São Carlos, n. 755 – Centro, CEP: 78.855-000, na cidade de Planalto da Serra-MT, das **07:00 às 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas** ou pelo e-mail ***prefeituraps@bol.com.br*****,** ou pelo telefone **(66) 3328-6101.** Planalto da Serra-MT, 05 **de Abril de 2021**. **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO - Prefeito**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 016/2021

Ata de Registro de preço n° 016/2021 – PREGÃO Nº 10/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: **ELIZANGELA PINTO DE QUEIROZ DALLA NORA** inscrita no CNPJ/MF: 07.802.637/0001-40.

Objeto: *PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA, GÁS E GELO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT*.

Dotações:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.2301.3.3.90.30.0.100.000000
Secretaria Municipal de Finanças	04.001.04.123.0004.2401.3.3.90.30.0.100.000000
Secretaria Municipal de Assistência Social	05.001.08.122.0005.2501.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2505.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2504.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2504.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0006.2503.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.243.0006.2503.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.241.0006.2502.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.241.0006.2502.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0006.2906.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.244.0006.2905.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2505.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.244.0006.2505.3.3.90.30.0.1.43.000000 05.002.08.244.0005.2509.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0005.2509.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0007.2507.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0007.2507.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0007.2508.3.3.90.30.0.1.43.000000 05.002.08.244.0007.2508.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0007.2508.3.3.90.30.0.1.29.000000
Secretaria Municipal de Educação	06.001.12.122.0008.2602.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.365.0009.2613.3.3.90.30.0.1.15.000000 06.002.12.365.0009.2613.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.365.0009.2614.3.3.90.30.0.1.15.000000 06.002.12.365.0009.2614.3.3.90.30.0.1.01.000000
	06.002.12.361.0010.2612.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.361.0010.2612.3.3.90.30.0.1.15.000000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000
Secretaria Municipal de desenvolvimento Rural e Agropecuário	08.001.20.122.0017.2801.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Turismo	09.001.04.695.0020.2903.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de esporte e Lazer	10.001.27.122.0021.2101.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.18.541.0022.2111.3.3.90.30.0.1.00.000000 11.001.18.541.0022.2113.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.001.04.122.0023.2121.3.3.90.30.0.1.00.000000 12.001.04.122.0023.2123.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico	13.001.04.122.0023.2131.3.3.90.30.0.1.00.000000

Valor total R$ 185.099,30 (cento e oitenta e cinco mil, noventa e nove reais e trinta centavos)

Poconé/MT, 05 de Abril de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 017/2021

Ata de Registro de preço n° 017/2021 – PREGÃO Nº 10/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: ANNY DOWAN MARTINS SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.831.314/0001-20.

Objeto: *PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA, GÁS E GELO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT*.

Dotações:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Planejamento e Administração	03.001.04.122.0003.2301.3.3.90.30.0.100.000000
Secretaria Municipal de Finanças	04.001.04.123.0004.2401.3.3.90.30.0.100.000000
Secretaria Municipal de Assistência Social	05.001.08.122.0005.2501.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2505.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2504.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2504.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0006.2503.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.243.0006.2503.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.241.0006.2502.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.241.0006.2502.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0006.2906.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.244.0006.2905.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0006.2505.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.244.0006.2505.3.3.90.30.0.1.43.000000 05.002.08.244.0005.2509.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0005.2509.3.3.90.30.0.1.29.000000 05.002.08.243.0007.2507.3.3.90.30.0.1.29.000000

	05.002.08.243.0007.2507.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0007.2508.3.3.90.30.0.1.43.000000 05.002.08.244.0007.2508.3.3.90.30.0.1.00.000000 05.002.08.244.0007.2508.3.3.90.30.0.1.29.000000
Secretaria Municipal de Educação	06.001.12.122.0008.2602.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.365.0009.2613.3.3.90.30.0.1.15.000000 06.002.12.365.0009.2613.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.365.0009.2614.3.3.90.30.0.1.15.000000 06.002.12.365.0009.2614.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.361.0010.2612.3.3.90.30.0.1.01.000000 06.002.12.361.0010.2612.3.3.90.30.0.1.15.000000
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.46.000000 07.002.10.302.0014.2705.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.02.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.42.000000 07.002.10.301.0013.2702.3.3.90.30.0.1.46.000000
Secretaria Municipal de desenvolvimento Rural e Agropecuário	08.001.20.122.0017.2801.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Turismo	09.001.04.695.0020.2903.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de esporte e Lazer	10.001.27.122.0021.2101.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	11.001.18.541.0022.2111.3.3.90.30.0.1.00.000000 11.001.18.541.0022.2113.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Infraestrutura	12.001.04.122.0023.2121.3.3.90.30.0.1.00.000000 12.001.04.122.0023.2123.3.3.90.30.0.1.00.000000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico	13.001.04.122.0023.2131.3.3.90.30.0.1.00.000000

Valor total R$ 111.040,50 (CENTO E ONZE MIL E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Poconé/MT, 05 de Abril de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2021

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 101/2021, torna público para conhecimento de todos os interessados que o pregão presencial ***PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT****, foi* ***PRORROGADO*** *para o dia* ***12 de ABRIL DE 2021 AS 08H.***

DIA DA ABERTURA: 12/04/2021 às 08h00min.

Poconé-MT, 05 de abril de 2021.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2021

Dispensa nº 005/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA AGOSTINI

CNPJ: 90.779.745/0001-93

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE ABRIL DE 2021

VALIDADE: 31 DE DEZEMBRO DE 2021

VALOR: R$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL – SRP 004/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: MICHELINE SILVA SIA-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER OS TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

DATA DA ASSINATURA: 26 DE MARÇO DE 2021

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 79.175,99 (SETENTA E NOVE MIL CENTO E SETENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL – SRP 004/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: JOAQUIM DA SILVA REGO COMERCIO ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER OS TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

DATA DA ASSINATURA: 26 DE MARÇO DE 2021

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 198.096,90 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL – SRP 004/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: D. ROCHA BONFIM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER OS TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

DATA DA ASSINATURA: 26 DE MARÇO DE 2021

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 334.617,52 (TREZENTOS E TRINTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E DEZESSETE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

PREGÃO PRESENCIAL – SRP 004/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: S. SEVERINO DE OLIVEIRA MERCEARIA EIRELI-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER OS TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

DATA DA ASSINATURA: 26 DE MARÇO DE 2021

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 231.300,45 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL E TREZENTIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PREGOEIRO MUNICIPAL

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 096/GP/2021

PORTARIA Nº 096/GP/2021 Em 05 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Saúde e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 507/2008 de 09/12/2008 e Art. 3º da Lei Municipal nº 961/2020 de 19/03/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **Cristiano Paes Almeida**, portador do CPF n.º 722.520.491-20, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Setor de Saúde - CC-5,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O servidor nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 05 de Abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 095/GP/2021

PORTARIA Nº 095/GP/2021 Em 05 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Educação em Saúde e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 15 da Lei Municipal n° 658/2013 de 05/02/2013 e Art. 3º da Lei Municipal nº 961/2020 de 19/03/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **Gustavo Júnior Rodrigues da Silva**, portador do CPF n.º 048.671.101-32, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Setor de Educação em Saúde - CC-5,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O servidor nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 05 de Abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 094/GP/2021

PORTARIA Nº 094/GP/2021 Em 05 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador(a) do Complexo Regulador e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 650/2012 de 21/11/2012 e Art. 3º da Lei Municipal nº 961/2020 de 19/03/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Srª. **Elizângela Luz Brito**, portadora do CPF n.º 006.036.141-75, para exercer o cargo comissionado de **Coordenadora do Complexo Regulador - CC-4,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A servidora nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 05 de Abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 093/GP/2021

PORTARIA Nº 093/GP/2021 Em 05 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Atenção Básica e dá outras providências**".**

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 650/2012 de 21/11/2012 e Art. 3º da Lei Municipal nº 961/2020 de 19/03/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **Jhonatan Guimarães Costa**, portador do CPF n.º 023.620.561-71, para exercer o cargo comissionado de **Coordenador de Atenção Básica - CC-4,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O servidor nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 05 de Abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 092/GP/2021

PORTARIA Nº 092/GP/2021 Em 05 de Abril de 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Vigilância em Saúde Pública e dá outras providências".

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 650/2012 de 21/11/2012 e Art. 3º da Lei Municipal nº 961/2020 de 19/03/2020,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr. **Marcel Guimarães**, portador do CPF n.º 017.541. 831-40, para exercer o cargo comissionado de **Coordenador da Vigilância em Saúde Pública - CC-4,** desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O servidor nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º **-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 05 de Abril de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
DECRETO Nº31/2021

DECRETO Nº031, DE 04 DEABRIL DE 2021

"DECLARA LUTO OFICIAL EM PONTE BRANCA - MT PELO FALECIMENTO DE ADELIA SOARES FERREIRA E PONTO FACULTATIVO PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS."

CLENEI PARREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, com enorme pesar, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência e

CONSIDERANDO o falecimento de Adélia Soares Ferreira, servidora pública municipal aposentada, professora de caráter ilibado e mãe de família pontebranquense;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade pontebranquense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã querida;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público pontebranquense render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade;

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial no Município de Ponte Branca – MT pelo falecimento de Adélia Soares Ferreira, como expressão de pesar.

Art. 2º - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições da Administração Pública do Município de Ponte Branca - MT, no dia 05 de Abril de 2021.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 04 de Abril de 2021.

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº23/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2020. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no artigo 4, da Lei nº 13.979/2020, na Resolução nº 6.878/2021 e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando **Aquisição de Medicamentos para o Tratamento de pacientes infectados com COVID-19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde. Favorecidos: RETFARMA DIST. DE MED. PROD. HOSP.LTDA INSCRITA NO CNPJ: 12.313.826/0001-90 Valor R$ 67.970,00; MELO COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITAL INSCRITA NO CNPJ Nº 39.241.426/0001-72 Valor R$ 4.060,00**

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 05 de Abril de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO -DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2021

O prefeito municipal de Porto Alegre do Norte – MT, Respaldado no Art. 4° da Lei 13.979/2020, na Resolução Nº 6.878/2021 e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através da dispensa de licitação, visando a**"AQUISICAO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO MEDICO HOSPITALAR DESTINADOS AO TRATAMENTO DE PACIENTES INFECTADOS COM O COVID 19 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECREATARIA DE SAUDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT".**

Favorecido: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – **CNPJ:** 12.313.826/0001-90 – **Valor:** R$ 32.030,45 (Trinta e Dois Mil e Trinta Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial dos Municípios, para que produza os efeitos legais.

Porto Alegre do Norte – MT, 05 de Abril de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PORTARIA N° 073/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA n° 073/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORAS EFETIVAS.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir de **01 de abril de 2021**, **Licença prêmio**, a ser gozada nos meses de abril, maio e junho de 2021, ás servidoras abaixo relacionadas;

CENAIDE MUQUISSAI TOSSUÉ, matricula 21-3, **Licença prêmio,** referente ao período aquisitivo de 02/04/2015 Á 01/04/2019.

INEZ NARDELLI DOS SANTOS BORDON, matricula 724-1, **Licença prêmio,** referente ao período aquisitivo de 02/03/2014 Á 01/03/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA N° 072/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA n° 072/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio para servidores (as) do município de Porto Esperidião.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **CONVERTER,** a partir de **01 DE ABRIL DE 2021**, **Licença Prêmio** em abono pecuniario que deverá ser paga nos meses de abril, maio e junho de 2021, aos (as) servidores (as);

DILSON MARTINS DE BRITO, matricula - 1155-9 período aquisitivo de 24/06/2014 Á 23/06/2019.

MARICELIA FRANCISCA DOS SANTOS - matricula 1142-1**,** período aquisitivo de 10/03/2014 A 09/03/2019.

ROSANA DA SILVA, matricula 80-7, período aquisitivo de 01/04/2005 Á 31/03/2010.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2021.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito

PORTARIA N° 071/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA n° 071/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

O**Prefeito Municipal** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de **01 de ABRIL de 2021**, 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

LUCIMEIRE RODRIGUES SANTIAGO – matricula 59, período aquisitivo de 13/03/2016 a 12/03/2017;

ELIO DA SILVA LARA – matricula 1204-3, período aquisitivo 10/01/2020 a 09/01/2021;

ODAIR TORRES GOMES – matricula 661-2, período aquisitivo de 02/03/2019 a 01/03/2020;

MARIA BERNADETE DA SILVA – matricula 1139-5, período aquisitivo 13/03/2019 a 12/03/2020;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE 04/2021

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE 04/2021

O prefeito de Porto Esperidião – MT, torna público a "**HOMOLOGAÇÃO"** do **CARTA CONVITE 04/2021. Do objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM CAMINHÃO CAÇAMBA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.**Em favor da empresa: **DURANTE SERVIÇOS CNPJ: 40221408/0001-08 O VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).**PORTO ESPERIDIÃO-MT, **05 DE ABRIL 2021**. **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA-Prefeito Municipal.**

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA ADESÃO A ATA 04-2021

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DA ADESÃO A ATA 04/2021

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04/2021. **"SISTEMA CARONA"** DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL 1 C .**

DETENTORA DA ATA A EMPRESA:**EMAM - EMULSOES E TRANSPORTES LTDA, CNPJ 04.420.916/0003-13**. Porto Esperidião-MT, 05 DE ABRIL DE 2021 - MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

PORTARIA N°. 074/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N°. 074/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado de Chefe de Seção da Secretaria de Administração do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, MARTINS DIAS OLIVEIRA**, Prefeito** de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data 01 de abril de 2021 para exercer o cargo em Comissão de **CHEFE DE SEÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** do Município de Porto Esperidião-MT, a senhora, **MARIA ELIZABETH DA SILVA,** portadora do RG nº. 1209537-0 SSP/MT e do CPF nº 011.724.691-30.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência padrão FG III, constante do anexo II-C, da Lei Complementar nº 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 001/2021

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Edital Pregão Presencial Nº 001/2021, de 03 de Fevereiro de 2021)

Homologo a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Presencial nº 001/2021, de **03 de Fevereiro de 2021**, com o resultado em favor das empresa: educacionais para o ano de 2021, cuja a abertura ocorreu as 07:30 horas, do dia 23/02/2021, sagrou-se vencedora da licitação: **1 – J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO-ME,** inscrita no CNPJ n° 14.437.315/0001-05. No valor Total de R$ 777.947,50 (setecentos e setenta e sete mil novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 01 de Abril de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO 004/2021

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 004/2021, de 25 de Março de 2021)

Homologo a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 004/2021, de 25 de Março de 2021, com o resultado em favor da empresa:**CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTÃO TECNOLOGIA LTDA**,com sede na Av. Prainha (LOT CONSIL),n°9, Bairro: Alvorada, Sala B, Qd. 02 Lt. 09, na cidade de Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.179.444/0001-00, com o valor de R$ 2.257.608,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta e sete mil seiscentos e oito reais) e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 01 de Abril de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TP 002-2021

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Poxoréu , em cumprimento ao que dispõe o artigo 109, I, alínea "b" da Lei Federal n°8.666/93, torna público o aviso de julgamento da proposta de preços da Tomada de Preços nº 002/2021, processo nº 007/2021, com o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA EXECUTAR OBRA DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE 01(UMA) PONTE DE MADEIRA TIPO III, a saber: empresa vencedora: **O. G.LEITE EIRELI**, inscrita no CNPJ 32.849.546/0001-08, no valor global de R$ 87.037,26 (oitenta e sete mil trinta e sete reais e vinte e seis centavos)**.**

Poxoréu/MT, 05 de abril de 2021.

Joelma Lourenço de Souza

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 004/2021

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Edital Pregão Presencial Nº 004/2021, de 05 de Fevereiro de 2021)

Homologo a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Presencial nº 004/2021, de **05 de Fevereiro de 2021**, com o resultado em favor das empresa: **1 – J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO-ME,** inscrita no CNPJ n° 14.437.315/0001-05, no valor Total de R$ 217.420,00(duzentos e dezessete mil quatrocentos e vinte reais); **2 – ADEILTON JOSÉ DA SILVA-ME,** inscrita no CNPJ n° 17.426.523/0001-05, no valor Total de R$ 65.300,00(sessenta e cinco mil e trezentos reais); **3 – ÁGUIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI,** inscrita no CNPJ n° 08.985.334/0001-73, no valor Total de R$ 70.165,00(setenta mil cento e sessenta e cinco reais); **4 – COMERCIAL FORS LTDA,** inscrita no CNPJ n° 19.013.650/0001-08, no valor Total de R$ 35.225,00(trinta e cinco mil duzentos e vinte e cinco reais); **5 – THIAGO UMBELINO DA SILVA-ME,** inscrita no CNPJ n° 27.804.370/0001-38, no valor Total de R$ 45.423,50(quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 24 de Março de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

PORTARIA N° 121/2021 DATA: 31 DE MARÇO DE 2021 “NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PORTARIA N° 121/2021

DATA: 31 DE MARÇO DE 2021

“NOMEIA FISCAL DE OBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. Nomeia o Senhor **RODRIGO DO CARMO DINIZ,** brasileiro, portador do RG nº 4529441 SSP/GO, e inscrito no CPF nº 016922181-40, residente neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, como fiscal da obra na prestação de serviços de estudo de subleito e estudo de jazida para posterior elaboração de projeto executivo de pavimentação asfáltica, referente ao Processo Licitatório n.17/2021, Dispensa n. 08/2021.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 31 DE MARÇO DE 2021.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 019 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIAZADA PARA AQUISIÇÃO DE KIT BOMBA D'ÁGUA SOLAR COM 3 PAINEIS 285 WTS, SPM600H.
Favorecidos:	***HIDRO FREITAS SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR EIRELI, CNPJ: 29.684.965/0001-22****, Valor global do Contrato: R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso II e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 019/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 019/2021, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 05 de Abril de 2021.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 012 2021

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e odontológicos, atendendo as necessidades da secretaria municipal de saúde. Conforme especificações constantes no anexo I. Sagrou-se vencedora do certame as empresas: C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ: 26.457.348/0001-04 no valor global de R$ 183.514,38 (cento e oitenta e três mil quinhentos e quatorze reais e trinta e oito centavos), DIMASTER COM DE. PROD. HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.520.829/0001-40 no valor global de R$ 137.593,00 (cento e trinta e sete mil quinhentos e noventa e três reais), GOIÁS BEM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAÚDE CNPJ: 20.231.242/0001-0 no valor global de R$ 280.511,44 (duzentos e oitenta mil quinhentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 17.472.278/0001-64 no valor global de R$ 88.901,00 (oitenta e oito mil novecentos e um reais), LEITE E RIBEIRO LTDA CNPJ: 18.849.143/0001-38 no valor global de R$ 166.984,46 (cento e sessenta e seis mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), MELO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA CNPJ: 39.241.426/0001-72 no valor global de R$ 843.233,71 (oitocentos e quarenta e três mil duzentos e trinta e três reais setenta e um centavos), PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E COMÉSTICOS, CNPJ: 05.159.591/0001-68 no valor global de R$ 418.508,36 (quatrocentos e dezoito mil quinhentos e oito reais e trinta e seis centavos), RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, CNPJ: 12.313.826/0001-90 no valor global de R$ 220.401,30 (duzentos e vinte mil quatrocentos e um reais e trinta centavos), RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ: 35.042.079/0001-06 no valor global de R$ 92.028,36 (noventa e oito mil vinte e oito reais e trinta e seis centavos), FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELIE-ME CNPJ: 03.250.803/0001-92 no valor global de R$ 453.179,03 (quatrocentos e cinquenta e três mil cento e setenta e nove reais e três centavos) e SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ: 06.065.614/0001-38 no valor global de R$ 114.131,35 (cento e quatorze mil cento e trinta e um reais e trinta e cinco centavos).

Ribeirão Cascalheira, 05 de Abril de 2021.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 020 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIAZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO TUBULAR PROFUNDO COM 111 METROS DE PROFUNDIDADE, COM INSTALAÇÃO DE REVESTIMENTO, CIMENTAÇÃO, MANGUEIRAS, JÁ INCLUSOS MÃO DE OBRA, MATERIAL, TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS NA ALDEIA SANTA VITÓRIA, MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT..
Favorecidos:	***HIDRO FREITAS SERVIÇOS DE ENERGIA SOLAR EIRELI, CNPJ: 29.684.965/0001-22****, Valor global do Contrato: R$ 34.203,60 (trinta e quatro mil duzentos e sessenta e três reais e sessenta centavos);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso IV e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 020/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 020/2021, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 05 de Abril de 2021.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI MUNICIPAL Nº 805, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

LEI MUNICIPAL Nº 805, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

“AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE MATO GROSSO PARA AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PARA O 2º PELOTÃO DA PM DE RIO BRANCO-MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Excelentíssimo Senhor **LUIZ CARLOS,** Prefeito Municipal de Rio Branco / MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. Fica o poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado de Mato Grosso, através da Policia Militar para a aquisição de armamento a ser destinado ao 2º Pelotão de Policia Militar de Rio Branco-MT, até o valor de R$ 22.000,00(vinte e dois mil reais).

Paragrafo único: o 2º Pelotão da PM de Rio Branco-MT, ficará responsável pelo uso, municiamento, guarda e manutenção dos equipamentos.

Artigo 2º As despesas decorrentes deste Lei serão custeadas com recurso próprio do orçamento da Prefeitura.

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 05 de Abril de 2021.

LUIZ CARLOS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 085, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 “DISPÕES SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FIRMADOS JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE RIO BRANCO – MT"

PORTARIA Nº 085, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

“Dispões sobre a nomeação de Fiscal de Contratos firmados junto ao Fundo Municipal de Previdência Social de Rio Branco – MT"

O Sr. **LUIZ CARLOS** Prefeito Municipal de Rio Branco – MT Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e:

Considerando a necessidade da Instituição nomear um fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao PREVIRB, conforme determinações legais n° 8.666/93, art. 67:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES, portador do RG. n° 1158696-6 SSP/MT, e inscrito no CPF sob n° 881.202.951-53, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº **003/2019** firmado entre o Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos dos Municípios de Rio Branco – MT e a empresa Agenda Assessoria.

Art. 2º. O contrato tem como objeto a prestação e execução de serviços técnicos especializados, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social contratante.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 05 DE ABRIL DE 2021

LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 05 DE ABRIL DE 2021

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal promover a doação de um terreno urbano ao **Srº Gilson Goncalves de Oliveira,** para fim que menciona e dá outras providencias”

Eu**, LUIZ CARLOS,** Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art 62 inciso I da lei Orgânica Municipal *FAZ SABER* que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar**ao Srº GILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF:626. 755.751-00,um lote urbano 03, da Quadra 72, Setor 01 com 320,00m² (trezentos e vinte metros quadrados) situado na Avenida Cerejeiras s/nº, Bairro dos Operários, no Município de Rio Branco – MT, desmembrado da Matricula nº23.705 do, do Cartório de Registro de Imobiliário da Comarca de Cáceres – MT.

Artigo 2º- as confrontações do terreno de que trata o artigo anterior desta Lei são as seguintes:

Frente – medindo 12,40mts confinando com a Rua Cerejeiras

Lado Direito- medindo 25,80mts, confinando com o lote-04

Fundos- Leste, medindo 12,40mts, para a chácara 07

Lado Esquerdo, medindo 25,80mts, confinando com a parte remanescente do lote 02.

Artigo 3º - O objeto desta doação destina-se exclusivamente á regularização do imóvel acima descrito.

Artigo 4º - Caberá á Procuradoria do Município tomar as providencias necessárias, para efetivação da presente doação, de acordo com as exigências e formalidades legais pertinentes.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco-MT, 05 de Abril de 2021.

LUIZ CARLOS

-Prefeito-

LEI MUNICIPAL Nº 806, DE 05 DE ABRIL DE 2021

LEI MUNICIPAL Nº 806, DE 05 DE ABRIL DE 2021

“Dispõe sobre autorização para inclusão de ação (projeto/atividade) nas Leis Municipais nº 732/2017 – PPA 2018/2021 e Lei nº 784/2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e dá outras providências”.

LUIZ CARLOS, Prefeito Municipal de Rio Branco Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica incluído no Anexo de Ações, e demais anexos pertinentes, da Lei Municipal nº 732/2017 – Plano Plurianual, para o quadriênio 2018 à 2021, a seguinte ação:

Órgão: *06– Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento*

Unidade: *03 – Departamento de Agricultura e Pecuária*

Função: *20 – Agricultura*

Sub-Função: *606 – Extensão Rural*

Programa : *0018 – Proteção e Extensão em Geral*

Código / Sigla	TIPO (Proj/ Ativ)	Descrição da Ação	Unidade Responsável	Unidade de Medida	Quantidade do Ano em Curso (2021)	Valor em R$ do ano em Curso (2021)
1.207 – APEA	*1*	*Aquisição de Patrulha e Equipamentos Agrícolas*	*Departamento de Agricultura e Pecuária*	*Unidade*	01	*175.000,00*

Art. 2º- Fica incluído no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 784/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2021, a seguinte ação:

Órgão / Unidade	FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO	AÇÃO	PRODUTO	UNID. DE MEDIDA	META FÍSICA	META FINANCEIRA
Órgão: *06– Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento* **Unidade:** *03 – Departamento de Agricultura e Pecuária*	**Função:** *20 – Agricultura* **Sub-Função:** *606 – Extensão Rural*	***1.207** – Aquisição de Patrulha e Equipamentos Agrícolas*	*Aquisição de Patrulha e Equipamentos Agrícolas*	*Unidade*	*1,00*	*R$ 175.000,00*

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Abril de 2021.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 086, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021. "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 086, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo de Agente de Desenvolvimento Local no município de Rio Branco – MT dá Outras Providências"

LUIZ CARLOS, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear **VANDERLEIA RODRIGUES ALVES,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1158969-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº 881. 202.951-53 para o cargo de Agente de Desenvolvimento Local – ADL no Município de Rio Branco – MT, sem ônus para o município.

Artigo 2º -O Agente de Agente de Desenvolvimento Local é parte indispensável para efetivação no município da Implementação da Lei nº 123/2006 — Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Artigo 3º -Das ações do Agente de Desenvolvimento Local:

I — Organizar plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas do Município.

II — Montar grupo de trabalho com os principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial.

III — Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho e diretamente com os empresários e empreendedores do município.

IV — Manter registro organizado de todas as suas atividades.

V — Auxiliar o poder público municipal no cadastramento, engajamento dos empreendedores individuais.

Artigo 4º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de fevereiro de 2021.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108, DE 31 DE MARÇO DE 2021. "EXONERA FRANCISCO RODRIGUES FILHO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO.".

PORTARIA Nº 108, DE 31 DE MARÇO DE 2021.

*"Exonera **FRANCISCO RODRIGUES FILHO** do Cargo em Comissão de Secretário.".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Orgânica Municipal, em consonância, da Lei nº 389/05.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **FRANCISCO RODRIGUES FILHO**, portador do RG n° 3087933-7 SSP/MT e do CPF n° 244.217.826-53, do Cargo em Comissão de Secretário de Saúde, Lotado na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 31 de março de 2021.

Luiz Carlos

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112, DE 01 DE ABRIL DE 2021. "NOMEIA ROSILEI CRISTINA DA SILVA FERRARI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Orgânica Municipal, em consonância, da Lei nº 389/05.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear **ROSILEI CRISTINA DA SILVA FERRARI**, portadora do RG n° 1821656-0 SSP/MT e do CPF n° 021.612.971-04, no Cargo em Comissão de Secretária de Saúde, Lotada na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de abril de 2021.

Luiz Carlos

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 807, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

LEI MUNICIPAL Nº 807, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **LUIZ CARLOS,** Prefeito Municipal de Rio Branco – MT, no uso de suas atribuições legais, *FAZ SABER* que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à abrir Crédito Adicional Especial até o valor de R$ 175.000,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil Reais), ao Orçamento Programa do Município para o exercício financeiro de 2021, nos termos da Lei Municipal 793/2020 - LOA, destinado a atender as despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, conforme discriminado abaixo:

Órgão: *06– Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento*

Unidade: *03 – Departamento de Agricultura e Pecuária*

Função: *20 – Agricultura*

Sub-Função: *606 – Extensão Rural*

Programa : *0018 – Proteção e Extensão em Geral*

Ação: *1.207 – Aquisição de Patrulha e Equipamentos Agrícolas*

Elemento: *4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente ..... R$ 175.000,00*

Fonte de Recursos:

0.1.00 - Receita de Impostos e de Transf. de Impostos – Próprios ..... R$ 50.000,00

0.1.24 – Outras Transferências de Convênios ..... R$ 125.000,00

Artigo 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura ao Créditos Adicional Especial aberto no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:

I – até o valor de R$ 175.000,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil Reais), resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias já contempladas no orçamento programa para 2020, nos termos do Inciso III, § 1º do Art. 43 da Lei 4.320/64.

Artigo 3º - Caso o saldo do crédito especial aberto por esta lei não seja suficiente, para o registro total das despesas para execução do programa de trabalho de seu objeto, o mesmo poderá ser suplementado até os limites dos saldos necessários nos termos das leis de remanejamento e suplementação em vigor.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de Abril de 2021.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITURA
COVID-19: DECRETO NO 047/GAB/PMR/2021, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

PODER EXECUTIVO

"Prorrogação e Ratificação das normas constantes no Decreto no ***046/GAB/PMR/2021, de 29 de março de 2021 e Decreto Estadual n****o* ***874/2021, de 25 de março de 2021,***que Atualizou as medidas restritivas, de caráter temporário, para conter a disseminação do Coronavírus (COVID-19) *no âmbito da administração pública direta e indireta e da sociedade do Município de Rondolândia/MT.*

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inc. IV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município e, em especial com fundamento na Lei Municipal nº. 13, de 26 de fevereiro de 2001,

CONSIDERANDO que nesta última semana houve a confirmação de contaminação de servidores públicos por Covid-19, conforme informação da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o Gestor Público prima pela vida e pela saúde da população, e dos servidores públicos, vem se esforçando a fim de estabelecer ações para enfrentamento do Novo Coronavírus,

CONSIDERANDO que, de acordo com o Painel Epidemiológico supracitado, a Taxa de Ocupação de UTI é de 98,11% no Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto nº 874, de 25 de março de 2021, do Governo do Estado de Mato Grosso, que "Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências".

CONSIDERANDO que o Município de Rondolândia/MT se encontra em classificação de risco "ALTO", devendo adotar as medidas impostas no inciso III, do art. 5º do Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO que as medidas de isolamento e distanciamento social devem ser proporcionais à realidade apresentada em cada Região e Cidade, levando-se em conta os critérios epidemiológicos, e principalmente pela classificação de risco do Município, conforme Decreto Estadual;

CONSIDERANDO a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cuidar da saúde, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição Federal/88,

CONSIDERANDO a necessidade e relevância de contar com *o* apoio incondicional de toda população Rondolandense;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam determinadas medidas temporárias de isolamento social restritivo, visando a contenção do avanço da pandemia da COVID-19, por 04 (quatro) dias, **de 06 de abril de 2021 até 09 de abril de 2021**, no município de Rondolândia/MT, mantendo-se a restrição provisória da circulação de pessoas em espaços e vias públicas, em toda área de abrangência Municipal, **entre as 21h (vinte e uma horas) e 5h (cinco horas)**, ressalvados os casos de extrema necessidade;

§1° Ratifica todos os termos do Decreto no 046/GAB/PMR/2021, de 29 de março de 2021, no âmbito do Município de Rondolândia/MT.

§2° Ficam ainda Ratificado o Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021, que "Atualiza as medidas restritivas para conter a disseminação da Covid-19 e dá outras providências", editado pelo Governo do Estado de Mato Grosso e disponibilizado no Diário Oficial nº 27.966, de 25 de março de 2021, para aplicação de suas normas no âmbito do Município de Rondolândia/MT, observada o Anexo II, do Decreto Estadual, no que diz respeito a classificação de Risco Nível ALTO.

Art. 2º Findo o prazo estabelecido no "**caput" do** Art. 1º,poderá ocorrer a prorrogação, com a reclassificação da situação de momento do percentual de contaminação do COVID-19, observando requisitos técnicos;

Art. 3º. Permanece suspenso pelo prazo estabelecido no art. 1º, o atendimento presencial ao público nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Rondolândia/MT, devendo este ser realizado exclusivamente por meio de tecnologia.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Rondolândia/MT, 05 de abril de 2021.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2021"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 10/2021, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: **"REFORMA DA UMEI MONTEIRO LOBATO LOCALIZADO NA RUA BELÉM, Nº 1401, JARDIM GRAMADO, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ANEXO AO EDITAL".** que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: CONSTRUTORA ASCENSÃO LTDA no valor total da obra de R$ 443.283,09 (0 Quatrocentos e quarenta e três mil duzentos e oitenta e três reais e nove centavos).

Rondonópolis-MT, 05 de abril de 2021.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

"AVISO DE REVOGAÇÃO".

"**CONVITE N.º34/2021"**

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A EXECUÇÃO DA SEGUINTE OBRA: EXTENSÃO DE REDE PARA ILUMINAÇÃO DA ALAMEDA DAS MARGARIDAS, LOCALIZADA NO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ENVIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público, nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores, para conhecimento dos interessados, que o CONVITE EM EPÍGRAFE FOI REVOGADA, conforme OFICIO Nº 595/2021/SINFRA/ROO.

Publique-se, DIORONDON - Município, para ciência dos interessados observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 31 de março de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

EDITAL Nº001/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2021-CONTAS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2021

A Câmara Municipal de Rosário Oeste - MT.,sediada na Avenida Coronel Artur Borges nº 887-Centro - Rosário Oeste - MT., em cumprimento ao Artigo nº 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso e Parágrafo 3º do Artigo 31 da Constituição Federal,torna público que as Contas Anuais deste Poder Legislativo referente ao Exercício Financeiro do ano de 2020, ficará a disposição dos Contribuintes para exame e apreciação,a qual poderá questionar sua legitimidade nos termos da legislação vigente, dentro do prazo de 60(sessenta)dias, a contar de 15 de fevereiro de 2021.

Rosário Oeste – MT, 09 de fevereiro de 2021.

Amilson Claudio Neponoceno

Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste- MT.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 05/2021, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CARÁTER CONTINUADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO COMERCIAL DE SANEAMENTO, QUE ATENDA AS UNIDADES DO COMERCIAL, ATENDIMENTO, FATURAMENTO, ARRECADAÇÃO, OBRAS E OPERAÇÕES. ENTRE ESSES SERVIÇOS O SISTEMA DEVERÁ SEGUIR TODOS OS REQUISITOS NO TERMO DE REFERENCIA E ATENDER AS NECESSIDADES RELACIONADAS À GERAÇÃO DE FATURAS, EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇOS IMPRESSA E ELETRÔNICA, EMISSÃO DE REVISÃO DE CONSUMO IMPRESSA E ELETRÔNICA, GESTÃO DE HIDRÔMETROS, GESTÃO DE SISTEMA DE MAPAS E PROJETOS, FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, GESTÃO DE LABORATÓRIOS ENTRE OUTROS ITENS RELACIONADOS AO PROJETO, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 05/04/2021, após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

01 – INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ N. 11.247.425/0001 - 16, representada neste ato pelo Sócio Proprietário o Sr. EDVALDO MARQUES DA SILVA, portador do CPF n. 820.093.681-34.

Rosário Oeste/MT, 05 de abril de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE

PORTARIA Nº. 011/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste-Mato Grosso, **Vereador Amilson Claudio Neponoceno,** usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

I- Em facedo direito adquirido da servidora NEUZA PEREIRA DE PINHO, Cargo Secretária Executiva, e considerando os Pareceres da Rosario Previ e Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Rosário Oeste-MT, **Conceder Abono de Permanência** previsto na legislação vigente.

II- O Abono de Permanência será concedido à servidora, a partir do mês em curso.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 16 de fevereiro de 2.021.

VER. AMILSON CLAUDIO NEPONOCENO

=PRESIDENTE=

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2021

OBJETO: **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE SWAB TESTE RAPIDO - ANTÍGENO, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER OS PACIENTES INFECTADOS PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID - 19), PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 30/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: WXL INVESTIMENTOS EM SAÚDE LTDA,CNPJ: 40.738.733/0001-42

DATA DA ASSINATURA: 26 de Março 2021

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A RECONSTRUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA DO RIO CUIABAZINHO, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DA FORQUILHA, NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA EMERGENCIAL 23/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME**, CNPJ: 14.050.302/0001-89

DATA DA ASSINATURA: 10 de Março

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2021

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET VIA RÁDIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SENDO NO COLEGIO RAIZAMA E CRECHE MUNICIPAL.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 24/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **RONIE CESAR FELIX DAS NEVES,**, CNPJ: **27.751.812/0001-25**

DATA DA ASSINATURA: 11 de Março

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2021

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE USO HOSPITALAR, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 25/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI**, CNPJ: 16.917.181/0001-55

DATA DA ASSINATURA: 19 de Março

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO EMERGENCIAL Nº47/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAÚDE PARA ATUAREM JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 27/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **R S MED** CNPJ: 31.218.377/0001-45

DATA DA ASSINATURA: 19 de Março de 2021

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº48/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPREITADA GLOBAL DE TAMPAGEM DE BURACOS COM A UTILIZAÇÃO DE INSUMOS ASFÁLTICOS COM INTUITO DE ATENDER A DEMANDA EMERGENCIAL TRAZIDA À TONA PELAS CHUVAS INTENSAS**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 28/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **ABR CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI**CNPJ: 30.264.677/0001-06

DATA DA ASSINATURA: 26 de Março de 2021

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº04/2021 PREGÃO PRENSENCIAL 04/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.180.924/0001-05, situada Avenida Otavio Costa s/n, Centro, s/n, na cidade de Rosário Oeste/MT, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ALEX STEVES BERTO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n. 308168860 SSP/SP e inscrito no CPF n. 638.029.021-49, residente na AV Cel. Arthur Borges, s/n°, centro, Rosário Oeste/MT, CEP: 78.470-000, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ N. 10.676.722/0003 – 86,** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. LOTE 01. Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de software de apoio a fiscalização e operacionalização do ITR, com vistas ao cumprimento das obrigações estipuladas pela IN/RFB/1877/2019, em conformidade com o termo de referência anexo I.

1.2. LOTE 02. Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para, em apoio a administração executar os serviços téc-

nicos de assessoria e consultoria, na área do ITR com vistas ao cumprimento do termo de convênio firmado com a RFB, em conformidade com o termo de referência anexo I.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial n. 04/2021**, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Alex Steves Berto.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá entregar os serviços, em estrita observância ao Edital e o Termo de Referência do **Pregão Presencial n. 04/2021** e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL,ADMINISTRATIVA E TRIBUTARIA LTDA-ME CNPJ:10.676.722/0003-86	
CEP: 78.050-000	**CIDADE/UF: CUIABÁ**
TELEFONES: 65-30543232	**E-MAIL: AGNALDO@ALTERNATIVACONSULTORIAMT.GOV.BR**
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO AGNALDO DA SILVA	
RG: 726.442	**CPF: 483.350.021-34**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de software de apoio a fiscalização e operacionalização do ITR, com vistas ao cumprimento das obrigações estipuladas pela IN/RFB/1877/2019	12	R$ 3.950,00	R$ 47.400,00
02	contratação de pessoa jurídica para, em apoio a administração executar os serviços técnicos de assessoria e consultoria, na área do ITR com vistas ao cumprimento do termo de convênio firmado com a RFB	12	R$ 3.950,00	R$ 47.400,00

VALOR TOTAL R$ 94.800,00(noventa e quatro mil e oitocentos reais)

Este termo não obriga o Município a adquirir a integralidade os objetos, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2021, bem como 2022, na seguinte rubrica orçamentária:

Secretária Municipal de Finanças

Elemento de despesa; 510 04.001.04.123.0003.2016.3390350000

Fontes de recurso: 0.100.000000

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento dos serviços do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos serviços entregues;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato ou ata de registro de preço, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos objetos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do Contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes ao fornecimento dos serviços, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento.

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos serviços, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do **Pregão Presencial n. 04/2021**, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, poderá contratar concomitantemente com um ou mais prestador que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada prestador registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de Rosário Oeste/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa do objeto executado a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços entregues.

11.6. O Município de Rosário Oeste/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de ROSÁRIO OESTE/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento dos serviços;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do **Pregão Presencial nº. 04/2021** e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá ao Município de Rosário Oeste/MT o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Rosário Oeste/MT, em 01 de abril de 2021

ALEX STEVES BERTO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

CNPJ nº 03.180.924/0001-05

ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL, ADM. E

TRIBUTÁRIA LTDA – ME

CNPJ N. 10.676.722/0003 – 86

Sr. **ANTÔNIO AGNALDO DA SILVA**

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº49/2021

OBJETO: **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE 30 CILINDROS DE AÇO COM GÁS DE 50 LTS PARA AR COMPRIMIDO E OXIGÊNIO MEDICINAL, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER OS PACIENTES INFECTADOS PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID - 19), PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 29/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **WXL INVESTIMENTOS EM SAÚDE LTDA**,CNPJ: 40.738.733/0001-42

DATA DA ASSINATURA: 26 de Março 2021

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2021

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE CILINDRO VAZIO DE AÇO DE 50 LTS PARA AR COMPRIMIDO E OXIGÊNIO MEDICINAL, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER OS PACIENTES INFECTADOS PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID - 19)**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 26/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI** CNPJ: 16.917.181/0001-55

DATA DA ASSINATURA: 19 de Março

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº51/2021

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DA DISPENSA 31/2021 NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93

EMPRESA: **M. S DIAGNÓSTICA LTDA**,CNPJ: 00.970.175/0003-93

DATA DA ASSINATURA: 31 de Março 2021

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 150/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

PORTARIA N.º150/2021 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA O Sr.º JOEL MOREIRA DA SILVA , PARA O CARGO DE COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ZONA RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA**, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear com efeitos retroativos a data de 01 de Abril de 2021, o Sr. º **JOEL MOREIRA DA SILVA,** para o cargo de**COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ZONA RURAL,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. A posse e exercício da funcionária nomeada subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria Municipal de citada acima, suplementadas se necessário na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 05 de Abril de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 019/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado o Sr. **Lucas Xavier Dias,** brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 2289471-3 SSP/MT e do CPF n.º 051.758.351-81, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais s/nº, Bairro Bom Jardim no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO O CONTRATADO prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Trabalhador Braçal, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **05/04/2021a 05/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) como salário base pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao CONTRATADO nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

O Contratado terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: TRABALHADOR BRAÇAL

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Obras, Transp. E Serv. Urbanos

Unidade: 02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto Atividade: 2054 – Man. E Enc. Com Dep. Obras e Infra Estrutura

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 05 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

LUCAS XAVIER DIAS

CPF Nº 051.758.351-81

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 015/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado o Sr. **Hyan Marques Brandolfo da Silva,** brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 2987966-3 SSP/MT e do CPF n.º 076.018.881-50, residente e domiciliado na Comunidade Rural de Jataí no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO O CONTRATADO prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Agente Administrativo, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Saúde.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **05/04/2021a 05/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) como salário base e insalubridade equivalente a 10% do salário mínimo, ou seja, R$ 110,00 (Cento e dez reais) pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao CONTRATADO nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

O Contratado terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO:

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Médio

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 003 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2012 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Saúde

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 05 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

HYAN MARQUES BRANDOLFO DA SILVA

CPF Nº 076.018.881-50

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 018/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado o Sr. **Fabio Junior Pereira da Costa,** brasileiro, Solteiro, portador do RG n.º 2289743-7 SEJUSP/MT e do CPF n.º 043.518.791-06, residente e domiciliado na Rua Columbia s/ nº, Bairro Boa Esperança no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO O CONTRATADO prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Gari, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **05/04/2021a 05/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) como salário base pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao CONTRATADO nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

O Contratado terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: GARI

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Obras, Transp. E Serv. Urbanos

Unidade: 02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto Atividade: 2054 – Man. E Enc. Com Dep. Obras e Infra Estrutura

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 05 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

FABIO JUNIOR PEREIRA DA COSTA

CPF Nº 043.518.791-06

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 017/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado o Sr. **Vagner da Silva Conceição,** brasileiro, casado, portador do RG n.º 2673796-5 SEJUSP/MT e do CPF n.º 058.327.171-55, residente e domiciliado na Rua Carlos Laet nº17, Bairro Cachoeira no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO O CONTRATADO prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Agente de Combate de Endemias, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Saúde.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Saúde, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **05/04/2021a 05/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) como salário base e insalubridade equivalente a 10% do salário mínimo, ou seja, R$ 110,00 (Cento e dez reais) pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao CONTRATADO nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

O Contratado terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Médio

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 003 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2022 – Man. E Enc. Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 05 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

VAGNER DA SILVA CONCEIÇÃO

CPF Nº 058.327.171-55

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO – Nº 016/2021

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, situada à Rua Carlos Laet, nº 11, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.024.011/0001-89, CEP 78.270-000, neste ato representada pelo Prefeito - **Sr. Mauto Teixeira Espíndola**, casado, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-4.503.432 SSP/MG e do CPF nº 609.632.046-53, a seguir denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado o Sr. **Felipe Gomes dos Santos Neto,** brasileiro, solteiro, portador do RG n.º 2504453-2 SSP/MT e do CPF n.º 061.424.461-79, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas s/nº, Bairro Bela Vista no Município de Salto do Céu - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, celebram o presente contrato nos termos do **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO O CONTRATADO prestará serviços para a CONTRATANTE no cargo de: Agente Administrativo, em face da necessidade temporária dos serviços desta qualificação técnica, haja vista que a administração pública tem permissivo legal da CF/88 (art. 37, IX), Lei Municipal nº 644, de 13 de Novembro de 2019, que autoriza a contração de servidores temporários. CLÁUSULA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO/LOCAL DE TRABALHO

A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 40H/S, a serem desempenhadas junto a **Secretaria Municipal de Educação.**

Parágrafo único: O horário de entrada e saída será definido pela Secretaria Municipal de Educação, de forma que melhor atenda a necessidade dos serviços, obedecendo à jornada de trabalho semanal, estipulada na cláusula segunda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será no período de **05/04/2021a 05/04/2022.**

CLÁUSULA QUARTA - DO SALÁRIO CONTRATUAL

Pela prestação de serviços mencionados e prestados na Cláusula primeira o contratado receberá a quantia de R$ 1.100,00 (Um mil e cem reais) como salário base pagos em moeda corrente nacional, na mesma data dos demais servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

O presente contrato será reajustado na mesma proporção dos demais funcionários públicos municipais, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser alterado e ou modificado através de Termo Aditivo Contratual firmado entre as partes e nos termos da Lei Municipal, podendo ser justificadamente rescindido por ambas as partes a qualquer momento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

É licito a CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao CONTRATADO nos casos e termos previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES TIPICAS DOS CARGOS/CONDIÇÕES DE TRABALHO/REQUISITOS PARA PROVIMENTO

O Contratado terá como atribuições de seu cargo, as previstas em Leis Municipais de Salto do Céu – MT.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO:

***** Realizar atividades rotineiras, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o cargo.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Ensino Médio

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, para qual contribuirá obrigatoriamente, sendo responsável pelos demais encargos resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

ORegime Jurídico do servidor temporário é o Estatutário, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se, naquilo que for compatível com a transitoriedade de contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto do Servidor Público Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS :

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

Órgão: 06 - Secretaria Mun. De Educação, Cult, Desporto e Lazer

Unidade: 060002 – Departamento de Administração Escolar

Projeto Atividade: 2036– Manutenção com Departamento de Administração Escolar

Rubrica: 3.1.90.04.00

Dotação: Contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas contidas no Estatuto do Servidor Público da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, e nos casos omissos elegem as partes Contratantes o Foro da Comarca de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Salto do Céu – MT, 05 de Abril de 2021.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito/Contratante

FELIPE GOMES DOS SANTOS NETO

CPF Nº 061.424.461-79

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

Assinatura:_____

Nome:_____

C.P.F. nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2021

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2021

(PROCESSO LICITATÓRIO N° 020/2021)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de Serviços em Caráter Complementar nas áreas Contábil, Orçamentária, Prestação de Contas Mensais, Planejamento e Licitações, para atender a Secretaria Municipal de Finanças de Santa Cruz do Xingu – MT.

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Pregoeiro, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada, que tem como vencedor(es) abaixo:

Vencedor: E. V. SOARES ASSESSORIA E INFORMATICA EIRELI

CNPJ: 20.162.315/0001-42

JORAILDES SOARES DE SOUZA

Prefeita Municipal

Santa Cruz do Xingu/MT, 05 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2020, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL 043/2020, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ - MT

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços 110/2020, oriunda do Pregão Presencial 043/2020, da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã - MT, através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO Nº 003/2021,** visando a"**contratação de empresa especializada no fornecimento de cargas de oxigênio medicinal para ser utilizado no pronto atendimento nas unidades de saúde do Município de Santa Rita do Trivelato/MT**", de acordo com a legislação específica vigente.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

OXIGENIO NORTAO EIRELI, inscrita no CNPJ 01.920.296/0001-21, localizada na Av. Perimetral Sudeste, nº 11101, centro, Sorriso MT.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 92.320,00 (noventa e dois mil trezentos e vinte reais), sendo que foi aderido o seguinte item:

ITEM	CODIGO DO ITEM	CODIGO TCE MT	DESCRIÇÃO DO BEM	UND. MEDIDA	QTDE	VALOR UNT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	22707	157730-1	OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO MEDICINAL ENVASADO EM CILINDRO TIPO PAT COM 1M3	CARGA 1 UNIDADE	160	153,00	24.480,00
02	22709	00015511	OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGÊNIO MEDICINAL, COM PARA SEREM ENVAZADOS NOS CILINDROS 3,5M³	CARGA 1 UNIDADE	160	223,00	35.680,00
03	22710	367088-0	OXIGENIO GASOSO - OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO OXIGENIO MEDICINAL NAO LIQUEFEITO, EM ESTADO GASOSO E GRAU DE PUREZA MINIMO DE 99,5%, TORPEDO DE 7M³	CARGA 1 UNIDADE	120	268,00	32.160,00

TOTAL	92.320,00

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 06 de abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 092/2020

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 092/2020, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PEDRA E PÓ DE PEDRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E A EMPRESA BOS TRANSPORTES EIRELI.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2.201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **BOS TRANSPORTES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 30.476.364/0001-03, e Inscrição Estadual nº 13.745.480-5, estabelecida na Av. Chavantes, nº 1. 651, Planalto, Jaciara/MT, neste ato representada pela Sra. **MARIA LUCIA DA SILVA,** portadora do CPF nº 627.912.301-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, RESOLVEM, com fulcro no artigo 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, firmar o presente Termo de Rescisão do Contrato nº 092/2020, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Fica rescindido, de forma amigável, o CONTRATO Nº 092/2020, celebrado 14 de agosto de 2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PEDRA E PÓ DE PEDRA, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT ATÉ O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO, forte no artigo 79, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

2.1. Todas as despesas do Contrato ora rescindido, serão pagas integralmente pela **CONTRATANTE**, na forma pactuada até a presente data, não restando assim mais nada a ressarcir ao **CONTRATADO**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

3.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo de Cancelamento, por extrato, que será publicado no Diário Oficial, nos termos do Parágrafo Único, artigo 61, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, correndo as respectivas despesas a suas expensas.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins, perante as testemunhas abaixo.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT

Egon Hoepers

Prefeito Municipal

BOS TRANSPORTES EIRELI

CNPJ sob nº. 30.476.364/0001-0

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

PIERRE FRANCIS HAUBRICHT MARIA CILENE PEREIRA

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0198/2021

DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE AFASTAMENTO POR INTERESSE PARTICULAR POR 03 (TRÊS ANOS) AO SERVIDOR EFETIVO LOURIVAL MIGUEL FEITOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "afastamento por interesse particular por 03 "três anos" ao servidor **LOURIVAL MIGUEL FEITOSA**, portador do RG: 001. 122.963 SSP/MS e inscrito no CPF/MF sob o nº: 019.521.051-45 com sua vigência de 05/04/2021 a 04/04/2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0197/2021,

DE 01 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR AIRTON BRONDANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" ao servidor **AIRTON BRONDANI,** portador do RG nº. 571710 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 411. 867.961-20**,lotado na Secretaria Municipal de Obras no cargo de Operador de Máquinas,** com sua vigência de 01/04/2021 a 30/04/2021, referente ao período aquisitivo de 03/03/2015 a 02/03/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 ABRIL DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 086/2019

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 086/2019, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS UNIDADES DA PREFEITURA**,** QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE ISANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPERSERV'S.

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, e, de outro lado, a empresa **COOPSERV'S - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.355.192/0001-84**, com sede à Avenida Adolino Bedin, nº 664, Bairro Jardim das Américas, Cidade de Sorriso/MT – CEP: 78.890-00 - CX. Postal nº 350, telefone (066) 3544-3937, e-mail: recepcao@coopservs.com.br, neste ato representada pelo DIRETOR PRESIDENTE SENHOR EDMAR CORREA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.106.558-6 SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº 368.578.661-04, residente e domiciliado na Rua Avenida Curitiba, nº 1514, bairro Jardim Itália, na cidade de Sorriso Estado do Mato Grosso, bem como aplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Termo de Apostilamento, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a transferência do saldo de dotações orçamentárias para o empenho das despesas relativas ao Contrato n° 086/2019, previstas na Cláusula Sexta. **1.2. Saldo Dotação Secretaria de Educação**:

DESCRIÇÃO DO ITEM SALDO DE HORAS

226.775	**SERVENTE DE LIMPEZA**								
		07/001 - 0000001					6.665,69 HORAS		

DESCRIÇÃO DO ITEM SALDO DE HORAS

226.779	**AGENTE DE APOIO LOGISTICO**								
		07/001 - 0000001					1.131,83 HORAS		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas relativas ao Contrato passaram a ser empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, e com os respectivos saldos:

2.2. Saldo de dotação orçamentaria transferido passa a ser:

TRANSFERENCIA DE SALDO DE DOTAÇÃO PARA SECRETARIA DE SAUDE

DESCRIÇÃO DO ITEM SALDO TRANSFERIDO

226.775	**SERVENTE DE LIMPEZA**								
		06/002 - 0000042					703 HORAS		

TRANSFERENCIA DE SALDO DE DOTAÇÃO PARA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

226.775	**SERVENTE DE LIMPEZA**								
		09/001 - 00001					578 HORAS		

226.779	**AGENTE DE APOIO LOGISTICO**								
		09/001 - 00001					177 HORAS		

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo de Apostilamento está amparado pelo artigo art. 65, §8º, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Assinam o presente instrumento as partes envolvidas no processo originário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de ABRIL de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PAULO MADSON VIEIRA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARCOS ALEXANDRE CAPOCCI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

TAHIS CRISTINA PELISÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE

Testemunhas:

Joyce Suaely Afonso Barbosa Maria Cilene Pereira

CPF: 973.994.771-91 CPF: 655.749.661-15

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0199/2021

DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ANTONIO JOAO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor ANTONIO JOAO DA SILVA, portador do RG nº 840.344 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 593.210.161-04, no período de 12/04/2021 a 11/05/2021, referente ao período aquisitivo 07/03/2020 a 06/03/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Abril de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem, por meio deste, RETIFICAR o Edital de Pregão Presencial n° 018/2021, cujo objeto é seguinte **AQUISIÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS ADAPTADO MEDIANTE CONVÊNIO N°1135-2017 FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E O ESTADO DE MATO GROSSO, ORIGINÁRIAS DE DUAS EMENDAS PALAMENTAR, PARA ATENDER O TRANPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, conforme segue abaixo:

a) Fica alterada a redação do Item 3.1 (TERMO DE REFERENCIA), do Edital de Licitação, conforme segue:

- ONDE SE LÊ:

Produto: Produto: Micro-ônibus 4x2 zero km de fabricação nacional – ano 2017.

Zero km Motorização atendendo norma de emissões PROCONVE P7 / EURO V Motor Turbo e Intercooler Mínimo 4 cilindros em linha Direção hidráulica Tacógrafo Rodas a disco de aço

Potência mínima Líq. Máx. – 160 cv Transmissão com acionamento por meio de alavanca Mínimo de marchas 6 à frente (sincronizadas), 1 à ré Embreagem Tipo Monodisco a seco Eixo dianteiro com Viga "I" em aço forjado Eixo traseiro rígido em aço estampado com diferencial

Direção com assistência hidráulica integral com esferas recirculantes Chassis tipo Escada, longarinas retas de perfil "U" constante, rebitado e parafusado Aros das rodas 6.0" x 17.5" Pneus 215/75R17,5 com roda e pneu de estepe(roda reserva com pneus) Protetor de parafusos na roda dianteira Freios a disco ventilado na dianteira e tambor nas rodas traseiras,acionamentos hidráulicos,servoassistido no eixo dianteiro e pneumático no eixo traseiro, com regulagem automática, freio de estacionamento mecânico de acionamento pneumática tambor\atuando nas rodas traseiras ,tipo câmara de molas acumuladoras, Freios ABS nas 04 rodas(sistema anti bloqueio de freios) DESCRITIVO DA CARROCERIA MODELO MASCARELLO GRAN MICRO S2 Comprimento total mínimo de 8900 mm Largura externa mínima de 2200 mm Altura externa de 2600mm Lotação mínima 30 lugares Versão rodoviária Órgão de aprovação: CONTRAN RESOLUCÃO 445 /15320 Elevador com acessibilidade Órgão de aprovação: CONTRAN RESOLUCÃO 445 Apoio de braço lateral junto ao corredor escamoteável.

Quantidade: 1,00 (um)

Valor de referência: R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

.

- LEIA-SE:

. Produto: Produto: Micro-ônibus 4x2 zero km de fabricação nacional – ano 2021.

Zero km Motorização atendendo norma de emissões PROCONVE P7 / EURO V Motor Turbo e Intercooler Mínimo 4 cilindros em linha Direção hidráulica Tacógrafo Rodas a disco de aço

Potência mínima Líq. Máx. – 160 cv Transmissão com acionamento por meio de alavanca Mínimo de marchas 6 à frente (sincronizadas), 1 à ré Embreagem Tipo Monodisco a seco Eixo dianteiro com Viga "I" em aço forjado Eixo traseiro rígido em aço estampado com diferencial

Direção com assistência hidráulica integral com esferas recirculantes Chassis tipo Escada, longarinas retas de perfil "U" constante, rebitado e parafusado Aros das rodas 6.0" x 17.5" Pneus 215/75R17,5 com roda e pneu de estepe(roda reserva com pneus) Protetor de parafusos na roda dianteira Freios a disco ventilado na dianteira e tambor nas rodas traseiras,acionamentos hidráulicos,servoassistido no eixo dianteiro e pneumático no eixo traseiro, com regulagem automática, freio de estacionamento mecânico de acionamento pneumática tambor\atuando nas rodas traseiras ,tipo câmara de molas acumuladoras, Freios ABS nas 04 rodas(sistema anti bloqueio de freios Comprimento total mínimo de 8900 mm Largura externa mínima de 2200 mm Altura externa de 2600mm Lotação mínima 30 lugares Versão rodoviária Órgão de aprovação: CONTRAN RESOLUCÃO 445 /15320 Elevador com acessibilidade Órgão de aprovação: CONTRAN RESOLUCÃO 445 Apoio de braço lateral junto ao corredor escamoteável.

Quantidade: 1,00 (um)

Valor de referência: R$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

b) Considerando que a retificação altera as condições de participação no certame, fica prorrogada a data de abertura das propostas, para o dia **16 DE ABRIL DE 2021, ÀS 09H00MIN,** mantido o local. **c)** Por fim, esclarecemos que o Edital devidamente retificado poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente e também estará disponível no site http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Abril de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL Nº 004 - DIVULGAÇÃO DOS INSCRITOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 004/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 001/2021

Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERSPrefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 0109/2021 resolve:

TORNAR PÚBLICO:

A DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS no Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021.

AGENTE ADMINISTRATIVO		INSCRIÇÃO
1	AIRTON BERNEGOZZI JUNIOR	DEFERIDO
2	ALINE CRISTINA NERIS DA SILVA	DEFERIDO
3	ALISSON DE SOUZA AMORIM	INDEFERIDO
4	ALYSON FREITAS DOS SANTOS	DEFERIDO
5	ANDERSON JUNIOR DA SILVA LEMES DOS SANTOS	DEFERIDO
6	AUREA NASCIMENTO CLEMENTINO	DEFERIDO
7	BARBARA NAZARÉ PADILHA OLIVEIRA	DEFERIDO
8	CAROLAINE SILVA MENDES DA COSTA	DEFERIDO
9	DARCY DA COSTA CAMPOS	DEFERIDO
10	DARIANE BATISTA RODRIGUES	DEFERIDO
11	DEBORA SOARES DA SILVA	DEFERIDO
12	DIEGO RODRIGUES DE MORAES	DEFERIDO
13	ELCIO SOUZA DE ALMEIDA	DEFERIDO
14	ELIEZER SOARES DE ARRUDA	DEFERIDO
15	ERYLSON AKERLEY MARQUES	DEFERIDO
16	EVA PEDROZO DE LARA	DEFERIDO
17	FERNANDA DELFINA DA SILVA AKERLEY MARQUES	DEFERIDO
18	FLAVIO DA SILVA NASCIMENTO	DEFERIDO
19	FRANCIANE APARECIDA SCHECK SALES	DEFERIDO
20	GABRIELLA OLEINIK	DEFERIDO
21	GRISIELE GOMES DOS SANTOS ARAUJO	DEFERIDO
22	IVANETE DA SILVA LIMA	DEFERIDO
23	JACKLINE FERREIRA MARTINS	DEFERIDO
24	JÉSSICA BATISTELI DOS SANTOS	DEFERIDO
25	JESSICA DA SILVA CORREA	DEFERIDO
26	JOELMA DA SILVA MOTA	DEFERIDO
27	JOSE DIOGO	DEFERIDO
28	JOSELIA CONCEICAO DA GUIA	DEFERIDO
29	JOSIMAR DA LUZ	DEFERIDO
30	JOYCE DA SILVA ABREU	DEFERIDO
31	KAMILA COSTA DA SILVA	DEFERIDO
32	LEILA APARECIDA BISPO	DEFERIDO
33	MADALENA DAMACENO RODRIGUES CUNHA	DEFERIDO
34	MANOEL MAX LIMA DA SILVA	DEFERIDO
35	MÁRCIA LUIZA DA SILVA	DEFERIDO
36	MARIA CRISTINA GOMES	DEFERIDO
37	MARIA LOELI DE CAMPOS COSTA	DEFERIDO
38	MIKAELLA SOARES DEIFELD	DEFERIDO
39	PAMELA PEREIRA ALVES	DEFERIDO
40	PATRICIA PILAR	DEFERIDO
41	REGIANE BATTISTI WEIPPERT	DEFERIDO
42	ROBERTO DALL OGLIO	DEFERIDO
43	SONIA MARIA DE CARVALHO	INDEFERIDO
44	SONIA REGINA DA SILVA GONÇALVES	DEFERIDO
45	TAÍSSA AGREPINA DA SILVA	DEFERIDO
46	THAYNÁ CRISTINA SCHOENINGER	DEFERIDO
47	VITÓRIA CRISTINA RODRIGUES ALVES	DEFERIDO

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		INSCRIÇÃO
1	ALEQUISSANDRO RODRIGUES ARAUJO JUNIOR	DEFERIDO
2	ANDRESSA MARTINS DE ALMEIDA	DEFERIDO
3	BENEDITA FERREIRA DE AQUINO	DEFERIDO
4	FRANCIANE DA SILVA TRINDADE	DEFERIDO
5	GLAUCIA FERNANDA DE SOUZA BONFIM	DEFERIDO
6	JULIANO INACIO DE SOUZA	DEFERIDO
7	JULIO MENDES DA SILVA	DEFERIDO
8	LUANA VAZ EUZEBIO	DEFERIDO
9	MARCELO AMADEU PRATEZI	DEFERIDO
10	NADINE GABRIELE BORGES XAVIER	DEFERIDO
11	RAQUEL FRANÇA DE SOUSA	DEFERIDO
12	ROSINEIDE DOS SANTOS	DEFERIDO
13	WANESSA CORRÊA DA COSTA	INDEFERIDO

AUXILIAR DE MECÂNICO		INSCRIÇÃO
1	APARICIO VALERIANO DE SIQUEIRA FILHO	DEFERIDO
2	JOÃO CAETANO DA SILVA BIANCHI	DEFERIDO
3	VALDECIR DE ALMEIDA	DEFERIDO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		INSCRIÇÃO
1	ELEUDSON DOS SANTOS CLEMENTINO	DEFERIDO
2	EMANUELY CRISTINA GONÇALVES ARAGÃO	DEFERIDO
3	EVANILDA ALVES TEODORICO	DEFERIDO
4	FRANCISCO DIOGO DO NASCIMENTO SOUSA	DEFERIDO
5	GIMARA SILVA BARBOSA	DEFERIDO
6	LEANDRO DE LARA ROSÁRIO	DEFERIDO
7	RENAN DE ARRUDA SILVA	DEFERIDO
8	ROSENILDA RODRIGUES DE SOUZA	DEFERIDO

EDUCADOR FÍSICO BACHAREL		INSCRIÇÃO
1	DEIVID APOITIA EVANGELISTA DA SILVA	DEFERIDO
2	FRANCIELI SILVA DA LUZ	DEFERIDO
3	GERALDO STORER	DEFERIDO
4	OSNIR RAFAEL DA ROCHA	DEFERIDO
5	SUZANA CANDIA CABRAL	DEFERIDO
6	VINICIUS DA COSTA ARRUDA	DEFERIDO

ENFERMEIRO		INSCRIÇÃO
1	ADRIANA ROCHA MIGUEL	DEFERIDO
2	AIRTON ARAUJO DE OLIVEIRA	DEFERIDO
3	ALICE CABRAL UCHOA FERNANDES	DEFERIDO
4	ALINE YARA DA SILVA MASCHIO	DEFERIDO
5	ANGELA MARA BRUGNAGO AYALA	DEFERIDO
6	CAMILA DA SILVA PINTO	DEFERIDO
7	CARLA RODRIGUES MONTEIRO	DEFERIDO
8	EDINA BRITO DO PINHO	DEFERIDO
9	FRANCY KAROLAN MARTINEZ VELASQUEZ	DEFERIDO
10	GLADSTONY DOS SANTOS TOLEDO	INDEFERIDO
11	JÉSSICA KAYANE DE SOUZA	DEFERIDO
12	JOSÉ CARLOS DE SOUZA	DEFERIDO
13	JUNIOR DE ALMEIDA DOS SANTOS	DEFERIDO
14	LEONARDO CARVALHO FRANCISCO	DEFERIDO
15	LIVIA MARA BORGES NOHAMA	DEFERIDO
16	LUCIMAR APARECIDA PEDROSO DO AMARAL	DEFERIDO
17	MARCILÉIA FERREIRA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
18	MARIA SELMA ALMEIDA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
19	MAYARA DE SENA	DEFERIDO
20	PAMELA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA	DEFERIDO
21	RAYSSA FERNANDES DA SILVA	DEFERIDO
22	ROSENILDA DA GUIA SILVA NASCIMENTO	DEFERIDO
23	SALETE BARBOSA DOS SANTOS	DEFERIDO
24	THATIANNE MICAELY DOS SANTOS CÁRVALHO	DEFERIDO
25	WÉLIDA CRISTINA PEREIRA RAMOS	DEFERIDO

FONOAUDIÓLOGO		INSCRIÇÃO
1	ASSASHA CARVALHO ROCHA	INDEFERIDO
2	FERNANDA OLIVEIRA PRANTES OST	DEFERIDO
3	LIDIA ARACELI GRILO TABORDA	DEFERIDO
4	THIAGO MORAES GUIMARÃES	DEFERIDO

MECÂNICO		INSCRIÇÃO
1	EDSON CAMILO DA SILVA	DEFERIDO
2	GILSON ALVES DOS SANTOS	DEFERIDO
3	RENALDO DA SILVA	DEFERIDO

MOTORISTA CAT “D”		INSCRIÇÃO
1	ALESSANDRO RAMOS	DEFERIDO
2	CARLOS ROBERTO LOHMANN	DEFERIDO

3	CLAUDEMIR DIAS BORGES	INDEFERIDO
4	ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	DEFERIDO
5	EUCLIDES OST DE MEDEIROS	DEFERIDO
6	MARLON RODRIGO LOHMANN	DEFERIDO
7	PAULO FRANCISCO DA PZ	DEFERIDO
8	WHASINGTON BRIGIDO DUARTE	INDEFERIDO

NUTRICIONISTA		INSCRIÇÃO
1	ALEX VINICIUS DE MENEZES SLOBODA	DEFERIDO
2	ALISSON OLIVEIRA BARBOSA	DEFERIDO
3	DIOVANA PIRANI SALLA	DEFERIDO
4	ELEN CRISTINA THEODORO JAQUES	DEFERIDO
5	ELOISA GOMES DOS SANTOS	DEFERIDO
6	ÊMILE LORRAINE DE OLIVEIRA AMORIM	DEFERIDO
7	KAROLINE ÁVILA RUIZ	DEFERIDO
8	LETÍCIA FRATA FIORILLIO	DEFERIDO
9	LUCAS BARREIRA COSTA CAMPOS	DEFERIDO
10	LYANNA BARREIRA NUNES	DEFERIDO
11	NAIARA DE ALMEIDA ROLIN	DEFERIDO
12	RANYELLE DA SILVA MUNIZ	DEFERIDO
13	SIRINEIA APARECIA LEONEL JORGE	DEFERIDO
14	SULAMITA SOUZA DE MEDIROS	DEFERIDO
15	THAYNA MORAES COSTA E SILVA	DEFERIDO
16	YRAINA RODRIGUES ANTUNES CARDOSO MOREIRA	DEFERIDO

ODONTÓLOGO		INSCRIÇÃO
1	DEBORA MORAES NASCIMENTO FILGUEIRA	DEFERIDO
2	ELAYNE DE CARVALHO MACHADO	DEFERIDO
3	ESTELLA REZENDE DE JESUS	DEFERIDO
4	FELIPE AUGUSTO SILVA DE AZEVEDO	DEFERIDO
5	GABRIEL GUIMARÃES DORAZIO	DEFERIDO
6	GABRIELLA FERREIRA PEREIRA	DEFERIDO
7	HELEN THAIS BARBOSA JUIZ	DEFERIDO
8	IANNY BOTELHO BARBOSA MUNIZ	DEFERIDO
9	ISABELLA ROMÃO CANDIDO	DEFERIDO
10	JOSEVAN DE SOUZA SILVA	DEFERIDO
11	KAROLINE MENDES SANTANA	DEFERIDO
12	KAUANY BERTOLDO ARAUJO	DEFERIDO
13	LIVIA SANTOS PEREIRA PIRES	DEFERIDO
14	MARIANA DA SILVA BONATTO	DEFERIDO
15	MARIANE GUEDES SENE	DEFERIDO
16	NATAN DEL CORSO LOPES	DEFERIDO
17	PRYSCILLA KATIUSCIA BELLO	DEFERIDO
18	TAIS MUNIK ALVES DA SILVA	INDEFERIDO
19	TAYNE AGREPINA DA SILVA	DEFERIDO
20	VITOR HUGO BIGOLIN	DEFERIDO
21	YASMIM ARAUJO TREVISANUTTO	DEFERIDO

OPERADOR DE MAQUINAS CAT “C, D OU E”		INSCRIÇÃO
1	ARISTEU TSCHAM	DEFERIDO
2	WEBERSON PIRES DA COSTA	DEFERIDO

OPERADOR DE MOTO NIVELADORA CAT “C, D OU E”		INSCRIÇÃO
1	DIRLAN BORGES ARRUDA	DEFERIDO
2	HEMERSON MELO DE SOUZA	DEFERIDO
3	RONALDO CORREIA LEITE	DEFERIDO
4	WILLIAN RODRIGO FREZZE DA SILVA	DEFERIDO

PEDREIRO		INSCRIÇÃO
1	ALEX MAXIMO DE MORAES	DEFERIDO
2	CÍCERO DOMINGOS HERCULINO	DEFERIDO
3	CLEITON DA SILVA PEREIRA	DEFERIDO
4	EDNALDO DE ALMEIDA SILVA	DEFERIDO
5	FRANCISCO HOSANO DA SILVA	DEFERIDO
6	JOSE ANTUNES TRINDADE	DEFERIDO
7	LUCIANO PAULO DE ARRUDA DE PINHO	DEFERIDO
8	PAULO CÉSAR CAVALCANTE VILA NOVA	DEFERIDO
9	PAULO FRANCISCO DA PAZ	DEFERIDO
10	TIAGO DE MELO SANTOS	DEFERIDO

PROFESSOR DE INFORMÁTICA		INSCRIÇÃO
1	SOCORRO CICERA BEZERRA ALVES	DEFERIDO
2	WESLEY NOGUEIRA SANTOS	DEFERIDO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		INSCRIÇÃO
1	ADRIANA MARIA DOS SANTOS	DEFERIDO
2	GILVANEIDE MARIA DE JESUS SILVA	DEFERIDO
3	JUCILENE SANTOS RIBEIRO	DEFERIDO
4	MARIA MÔNICA CARDOSO	DEFERIDO
5	MIRALVA VERONICA MARTINS	DEFERIDO
6	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO	DEFERIDO

TÉCNICO EM INFORMÁTICA		INSCRIÇÃO
1	GILSON A.DUARTE	DEFERIDO
2	HELIO FILGUEIRA FEITOSA	DEFERIDO
3	JOAO OLAVO SILVA ANTON	DEFERIDO
4	RAONNY ABREU DA ROCHA	INDEFERIDO

ZELADOR DE LIMPEZA		INSCRIÇÃO
1	CICERO ROBERTO DAMASCENO MARQUES	DEFERIDO
2	DANYELE MURSTINHO DE LIMA	DEFERIDO
3	ELIZABETH ELZA DOS SANTOS	DEFERIDO
4	FABIANE MARTINS CEZARIO	DEFERIDO
5	GISLANA LUCAS DOS REIS SILVA	DEFERIDO
6	JEFERSON LUCAS DA SILVA	DEFERIDO
7	JOSIELEN DE SOUZA MOREIRA	DEFERIDO
8	JULIANA LINA DE PINHO	DEFERIDO
9	NISLEIA DE ASSIS SOUZA	DEFERIDO
10	ROSAMARIA NERIS DA SILVA	DEFERIDO
11	SANDRA MESCITA DE SOUZA	DEFERIDO

CONSIDERANDO a situação atual da COVID-19 a realização da segunda etapa **PROVA** fica alterada para a data do **dia 18 de abril de 2021**.

Os candidatos acima relacionados para os cargos de EDUCADOR FÍSICO BACHAREL, ENFERMEIRO, FONOAUDIÓLOGO, NUTRICIONISTA, ODONTÓLOGO deverão apresentar-se na **Escola Estadual Candido Portinari**, localizada na Av. 28 de Dezembro – Centro, no dia **18 DE ABRIL DE 2021 ÀS 08H00MIN (chegar com antecedência).**

Para os demais cargos acima relacionados deverão apresentar-se na **Escola Municipal Três de novembro**, localizada na Rua dos Estudantes no dia **18 DE ABRIL DE 2021 ÀS 08H00MIN (chegar com antecedência).**

O candidato deverá comparecer ao local de prova, preferencialmente com antecedência de 20 (vinte) minutos do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do documento original com foto e caneta azul ou preta.

Conforme orientações do Ministério da Saúde e da determinação pela Lei Estadual nº 11.110, de 22 de abril de 2020, é obrigatório o uso de máscara pelo o candidato para acesso aos locais de provas e realização das provas e será impedida sua entrada caso o candidato esteja sem uso de mascara.

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, irá fornecer álcool (na concentração de 70%) para na entrada dos locais de provas.

O candidato passará por medição da temperatura corporal na entrada do local de prova e será impedida sua entrada em caso de registro igual ou superior a 37,8º;

O Candidato que não comparecer ou chegar depois do horário acima mencionado estará automaticamente desclassificado.

A prova prática para os cargos de OPERADOR DE MAQUINAS CAT “C, D OU E”, OPERADOR DE MOTO NIVELADORA CAT “C, D OU E” e MOTORISTA CAT “D” será realizada no pátio da Secretaria Municipal de Obras Localizada na Avenida Matrinchã, conforme os candidatos forem finalizando a prova objetiva poderá se dirigir para realização da prova prática portando o documento nacional de habilitação Cat “C, D ou E”.

Para o cargo de Técnico em informática a prova pratica será realizada na Escola Municipal três de novembro no laboratório de informática, conforme os candidatos forem finalizando a prova objetiva poderá se dirigir até o laboratório para realização da prova pratica.

Santa Rita do Trivelato – MT, 05 de Abril de 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CAMILA TAQUES FERREIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO CONTRATO Nº. 030/2021

TERMO DE RETIFICAÇÃO

CONTRATO Nº. 030/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2021

Retifica-se a publicação Ao Aviso do extrato de contrato nº. 30/2021 publicado em 09 de março de 2021 Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XVI | N° 3.682**,** pagina 419, por motivos de erro formal, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

VALOR ESTIMADO de **R$ 207.000,00**

Lê-se:

VALOR ESTIMADO de **R$ 414.000,00**

Santa Rita do Trivelato/MT, 05 de abril de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Diretora de Licitação e Contratos

FINANÇAS
TERMO DE ALTERAÇÃO ENTRE FONTES 001-2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04205596000117
AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO
Telefone 06535296161
prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00001/2021

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária".

O Senhor EGON HOEPERS, Prefeito(a) Municipal de SANTA RITA DO TRIVELATO, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica;

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 688 de 25 de Dezembro de 2020, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária;

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 662.400,00 (Seiscentos e sessenta e dois mil e quatrocentos reais) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES	
0124000000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assiste	399.400,00
Sub-Total:	**399.400,00**

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2011.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	5.000,00
06.002.10.302.0005.1029.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	100.000,00
06.002.10.302.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	2.000,00
06.002.10.302.0005.2015.3.3.7.1.70.00.00.0 0 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	115.000,00
06.002.10.302.0005.2016.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Saude	10.000,00
Sub-Total:	**232.000,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0029.1013.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferencia de Impostos - Educacao	31.000,00
Sub-Total:	**31.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**662.400,00**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

05.001-GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUB

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
05.001.15.451.0008.1005.4.4.9.0.51.00.00.0 0 OBRAS E INSTALACOES	
0100000000-Recursos Ordinarios	399.400,00
Sub-Total:	**399.400,00**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CNPJ: 04205596000117

AVENIDA FLAVIO LUIZ, 0002202 - CENTRO

Telefone 06535296161

prefeitura@santaritadotrivelato.mt.gov.br

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00001/2021

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS

06.002.10.301.0004.2011.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	5.000,00
06.002.10.302.0005.1029.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0123000000-Transferencias de Convenios - Saude	100.000,00
06.002.10.302.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	2.000,00
06.002.10.302.0005.2015.3.3.7.1.70.00.00.0 0 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	30.000,00
06.002.10.302.0005.2015.3.3.7.1.70.00.00.0 0 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado	85.000,00
06.002.10.302.0005.2016.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	10.000,00
Sub-Total:	**232.000,00**

07.002-FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO E CULTURA

07.002.12.361.0029.1013.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0122000000-Transferencias de Convenios - Educacao	30.000,00
07.002.12.361.0029.1013.4.4.9.0.52.00.00.0 0 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN	1.000,00
Sub-Total:	**31.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**662.400,00**

Art. 3º - As realocações a que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 688/2020;

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de SANTA RITA DO TRIVELATO, 04, Janeiro de 2021

EGON HOEPERS
Prefeito(a)

Emissão: 03/04/2021 10:45:42 Page 2 de 2

Homologado

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2020, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PEDRA E PÓ DE PEDRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT E A EMPRESA BOS TRANSPORTES EIRELI.

Pelo presente Termo de Cancelamento, nesta cidade de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado, a empresa **BOS TRANSPORTES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 30.476.364/0001-03, e Inscrição Estadual nº 13.745.480-5, estabelecida na Av. Chavantes, nº 1.651, Planalto, Jaciara/MT, neste ato representada pela Sra. **MARIA LUCIA DA SILVA,** portadora do CPF nº 627.912.301-49, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, resolvem **CANCELAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 044/2020**, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo visa cancelar o registro do saldo de todos os itens constantes na Cláusula Primeira, da Ata de Registro de Preços n° 044/2020, quais sejam:

6978	**30.476.364/0001-03**			**B O S TRANSPORTES EIRELI**			
Itens							
Código	**Descrição**	**Marca**	**Und. Medida**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**	
235346	TRANSPORTE DE PEDRA E PO DE PEDRA, DA CIDADE DE NORES - MT ATE O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT		ton	2.000 Tn	52,00	104.000,00	
				Total Fornecedor:		**104.000,00**	
				Total Geral:		**104.000,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Termo de Cancelamento encontra guarida no art. 78, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MOTIVAÇÃO

3.1. O presente justifica-se tendo em vista o requerimento por escrito apresentado pela empresa detentora, no qual manifesta seu interesse em cancelar os itens registrados através da Ata de Registro de Preços n° 044/2020, tendo em vista as inúmeras dificuldades financeiras que inviabilizam a continuidade da empresa.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. Todas as despesas da ARP n° 044/2020, ora cancelada, serão pagas integralmente pelo **MUNICÍPIO**, na forma pactuada até a presente data, não restando assim mais nada a ressarcir à **PROMINENTE FORNECEDORA**.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. O MUNICÍPIO providenciará a publicação deste Termo de Cancelamento, por extrato, que será publicado no Diário Oficial, nos termos do Parágrafo Único, art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, correndo as respectivas despesas à suas expensas.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins, perante as testemunhas abaixo.

Santa Rita do Trivelato - MT, 05 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

BOS TRANSPORTES EIRELI

CNPJ sob nº. 30.476.364/0001-0

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: I.M.C.A.L. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: sob o nº: 28.670.208/0001-37

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenheiro junto à Secretaria Municipal de Obras do Município de SANTA TEREZINHA, as especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo conforme especificações técnicas constantes no **Termo de Referência**.

VIGÊNCIA: 31/03/2021 a 31/03/2022

Valor Total: **R$ 49.200,00 (Quarenta e nove mil e duzentos reais)**

Santa Terezinha – MT, 31 de março de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 003/2021

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO, Prefeito Municipal de SANTO AFONSO - MT, no uso de suas atribuições legais e atendendo, em especial, o artigo 8° da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

DECRETA: Art. 1º - Fica Estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (Anexos I e II) para o exercício de 2021 do Município de SANTO AFONSO, conforme artigo 8° da Lei Complementar n° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Os anexos a que se refere o artigo anterior estão disponíveis no portal transparência do município, site: https://www.santoafonso.mt.gov.br/ e mural da UG.

Art. 3º. A Programação Financeira consiste no disciplinamento da execução orçamentária, tendo como base o provável fluxo de ingresso para fazer face à distribuição dos recursos, obedecendo aos critérios para pagamento das despesas, em ordem cronológica, das obrigações financeiras regidas pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 4.320/64. Art. 4º. O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso estará vinculado ao efetivo cumprimento da Programação Financeira, estabelecida neste Decreto, devendo o Poder Executivo promover a limitação de empenhos, visando à incoerência de déficit, em caso de desempenho abaixo da arrecadação mensal da receita prevista.

Art. 5º. As alterações do Fluxo de Execução das Receitas – Programação Financeira (Anexo I) e do Cronograma de Execução de Desembolso (Anexo II) serão atualizadas:

I – bimestralmente, se houver necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira prevista do artigo anterior;

II – a qualquer tempo, em decorrência da necessidade de recomposição dos anexos sempre que for verificado que a realização da receita superou os montantes previstos ou no surgimento de novas fontes de arrecadação;

PARÁGRAFO ÚNICO. As atualizações a que se refere o caput serão disponibilizadas no sitio oficial no Portal da Transparência. Art. 6º. As Cotas Mensais de Desembolso Financeiro estabelecidas no Anexo II deste Decreto constituem os recursos financeiros a serem alocados para pagamento das despesas, considerando as programações estabelecidas no respectivo anexo, bem como os Restos a Pagar e Demais Passivos Financeiros. Art. 7º. O Prefeito Municipal poderá baixar ainda Instruções Complementares às normas constantes neste Decreto, com vistas a permitir a contínua e eficiente execução da despesa pública, evitando o descontrole e/ou desvio dos objetivos definidos nas diretrizes e programações orçamentárias. Art. 8º. As normas e os princípios estabelecidos neste Decreto aplicam-se aos órgãos de Administração Direta e, no que couber, à Administração Indireta; PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Órgão Central para controle e gerenciamento do cumprimento das normas estabelecidas neste decreto será a Secretaria Municipal de Administração Planejamento; PARÁGRAFO SEGUNDO. Será de responsabilidade de cada Secretário Municipal, cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua Secretaria, a execução das Despesas de acordo com o Cronograma de Desembolso, visando a manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro, de acordo com cada Fonte de Recurso; Art. 9º - Serão consideradas prioritárias as despesas com pessoal e encargos sociais, os serviços da dívida pública, os débitos decorrentes de sentenças judiciais, os Restos a Pagar Processados e outras despesas obrigatórias decorrentes de imperativo constitucional ou legal. Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos sobre toda a execução orçamentária do exercício, revogando as disposições em contrário.Santo Afonso – MT, 29 de janeiro de 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCAO

Prefeito

ADMINISTRAÇÃO
PARTICIPANTES DO PROJETO: PÁSCOA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VERIDIANA MARIA F. DE MEDEIROS.

MARIA SÔNIA DE FREITAS

AIRCE CÂNDIDA DE A. GONÇAIVES.

ADENILDA ALVES NASCIMENTO

BENEDITA ETEL MARTINS SAMPAIO

LADJANE ARAUJO SANTANA

LICENI MARIA BARBOSA DOS SANTOS

LUCILENE DIONIZIA DE ARRUDA

LUZENIR BATISTA DE SOUZA LEAL

MARIA DARCI MARTINS

MARIA NUNES DA PAIXAO

MAURICIA SOARES DE JESUS

NEUZA SIMÃO TAVARES GONÇALVES

ROSENI PEREIRA SANTOS BARBOSA

ROZILEIDE DA SILVA FÉLIX DE ABREU

SIMONE RÓQUIA BORGES PARANHOS

VERONICE CORREA CAMARGO SOUTO

KELLYTON RODRIGUES DOS SANTOS

INGRID LANGE

SIDNEY GONÇALVES VIANA

SANTO AFONSO-MT

PROJETO: PÁSCOA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PERIODO: ABRIL

C.E.I. IRMÃ LUIZA CASSIOLATO

Projeto: Páscoa na Educação Infantil

Objetivo geral

§ Trabalhar o significado da páscoa, desmistificando a relação consumista;

§ Conhecer os símbolos da páscoa e seus significados;

§ Trabalhar a “partilha” de alimentos como forma de comemoração;

§

Objetivos específicos

§ Desenvolver o hábito de pesquisar;

§ Explorar objetos relacionados à páscoa;

§ Trabalhar a relação histórica social e cultural da páscoa;

§ Desenvolver a função simbólica;

§ Desenvolver a noção espaço-temporal;

§ Leitura e interpretação de texto (oralmente ou com registro, de acordo com os níveis de conhecimento);

§ Trabalhar a coordenação motora através de atividades com pinturas, brincadeiras, dobraduras, etc.;

§ **Desenvolvimento**

Conversa informal, em vídeos, sobre o conhecimento prévio das crianças em relação à páscoa: o que é páscoa; por que comemoramos a páscoa; por que gostamos de dar e ganhar ovos de chocolate para comemorar a páscoa; o que significa o ovo de páscoa; etc.

Contar histórias: oralmente, em cartaz, vídeo, whatsapp dramatização, etc.

Atividades artísticas sobre o tema: colagem, pintura, dobradura, pintura em ovos, confecção de cartões, construção de símbolos pascoais para compor a mesa da partilha, etc.

Atividades de escrita: textos, interpretação oral, ilustração, confecção de álbuns, noção de quantidades, relacionarem com números, formação de palavras, escrita espontânea, trabalharem com gráficos, histórias mudas, etc.

Brincadeiras: coelhinho sai da toca; imitação de animais, etc.

Músicas infantis: cantar, atividades escritas, lembrancinhas da páscoa, painel da páscoa.

Conhecimento de textura: explorar objetos macios e duros; lisos e ásperos; (algodão, madeira, papel camurça e laminado, lixa, etc.).

Culminância

Será realizado com dramatização: A TOCA DA DONA COELHA, o qual será exposto em redes sociais,como: wasttapp, facebook, instagram,etc.. Sessão fotos com ovos da páscoa, na toca da dona coelha, colocados na mídia.

-

Metodologia

Esta foi a “passagem”, “Pessach” ou “Páscoa” que os judeus comemoram até hoje.

Jesus Cristo, que muito respeitava todas as celebrações de sua religião judaica, também festejava a Páscoa quando foi preso.

Julgado, condenado à morte na cruz e sepultado, Jesus Cristo ressuscitou três dias após, num domingo.

Os cristãos, desde então, também passaram a comemorar a Páscoa da Ressurreição de Jesus, que também é uma passagem de Jesus da terra para o céu, da vida terrena para a vida junto ao Pai, a passagem de Jesus para o Reino de Deus.

Foi somente depois de muito tempo que a igreja o adotou como símbolo da páscoa.

Presentear com ovos coloridos significava desejar vida, fertilidade. No começo, os ovos eram de galinha, cozidos e pintados. Com o passar do tempo, começaram a ser feitos com grande requinte: passaram a ser de madeira ou de cera e com pintura refinada, tornando-se um verdadeiro artesanato.

SÍMBOLOS DA PÁSCOA

Ovo de páscoa – O ovo é um ótimo símbolo da ressurreição. De fato, aparentemente morto, inanimado e petrificado, contém de dentro de si uma vida nova que surge pujante para a luz do sol.

Trigo e uva – Simbolizam o pão e o vinho. É a lembrança da entrega total. É através da entrega da carne e do sangue que o espírito vive.

Peixe – O peixe é o mais antigo dos símbolos de Cristo. Se Cristo é o Grande Peixe, somos os peixinhos de Cristo. Isso quer dizer que devemos sempre viver mergulhados na Graça de Cristo e na Vida Divina, trazidos a nós pela água do Batismo, momento em que nascemos espiritualmente, como os peixinhos nascem dentro d’água.

Coelho – Símbolo de rápida e múltipla fecundidade. Há um número incalculável de filhos de Deus, frutos da graça da ressurreição. Pela fecundidade lembra o número de filhos de Deus.

O cordeiro – No novo testamento é Jesus Cristo o Cordeiro Pascal, Agnus Dei. O símbolo bem difundido na Europa mostra um cordeirinho branco sustentando a bandeira da Ressurreição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO CMAS N° 32, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

RESOLUÇÃO CMAS N° 32, DE 29 DE MARÇO DE 2021.

APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FEAS 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do município de Santo Antônio de Leverger, Estado Mato Grosso, nomeado na Portaria N° 050/GP/2020, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação Municipal e considerando a deliberação do Conselho em Reunião Extraordinária do dia 29/03/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual de Assistência Social (FEAS) do Município de Santo Antônio de Leverger do Exercício 2020;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio de Leverger – MT, 29 de Março de 2021.

_____

Renato Augusto da Silva Barreto

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 205/2021

PORTARIA Nº. 205/2021

DE: 01 DE ABRIL DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **MICHEL DOS SANTOS** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) efetivo (a) **MICHEL DOS SANTOS,** em 01/04/2021 a 30/04/2021, com período aquisitivo de 31/01/2019 a 30/01/2020, com retorno as suas atividades em 01 de maio de 2021.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE ABRIL DE 2021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CONVITE Nº 001/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONVITE Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 019/2021

No uso de minhas atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8. 666/93, resolvo, **ADJUDICAR** o item licitado a empresa **METODO SOLUÇOES EDUCACIONAIS LTDA-ME, CNPJ: 22.817.081/0001-50,** estando de acordo com as exigências do edital ficando vencedora a empresacom o valor total de **R$ 16.900,00** (dezesseis mil e novecentos reais), e, **HOMOLOGAR** o presente processo licitatório na modalidade Convite nº 001/2021, tipo menor preço, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada na realização de processo seletivo público municipal, incluindo preparação, elaboração, confecção de editais e provas, correção, análise e julgamento de recursos e processamento de resultados de todo o processo seletivo simplificado**, e **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora.

Santo Antônio do Leste - MT, 05 de abril de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIR ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇAO CREDENCIAMENTO 001/2021

AVISO DE HOMOLOGAÇAO CREDENCIAMENTO 001/2021

No uso de minhas atribuições, levo ao conhecimento dos interessados que homologo parcialmente o processo licitatório levado a efeito através do edital de Credenciamento nº 001/2021, destinado ao credenciamento de empresa para prestação de serviços de médicos perito, habilitado para realizar serviços médicos de saúde ocupacional sendo eles; Exames Admissionais, Demissionais, Perícia Médica, acompanhamento de atestado e possíveis desvios de função, a favor da empresa **CLINICA MEDICA LESTE CLIN LTDA, CNPJ: 17.561.039/0001-80,** e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto na Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 05 de abril de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 207/2021

PORTARIA Nº. 207/2021

DE: 05 DE ABRIL DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) eletivo (a) **TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA,** em 04/04/2021 a 03/05/2021, com período aquisitivo de 10/01/2020 a 09/01/2021, com retorno as suas atividades em 04 de maio de 2021.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 206/2021

PORTARIA Nº. 206/2021

DE: 05 DE ABRIL DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **JOSANA KARLA PENA MENDES** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) efetivo (a) **JOSANA KARLA PENA MENDES,** em 05/04/2021 a 04/05/2021, com período aquisitivo de 19/05/2018 a 18/05/2019, com retorno as suas atividades em 05 de maio de 2021.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 05 DE ABRIL DE 2021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 204/2021

PORTARIA Nº. 204/2021

DE: 01 DE ABRIL DE 2021

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **SILVANA SANTOS CARDOSO** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) efetivo (a) **SILVANA SANTOS CARDOSO,** em 01/04/2021 a 30/04/2021, com período aquisitivo de 07/01/2019 a 06/01/2020, com retorno as suas atividades em 01 de maio de 2021.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE ABRIL DE 2021

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2021

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por dispensa de licitação, fulcrada no art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, no valor mensal de R$ 600,00 (seiscentos reais), tendo como objeto a locação de imóvel de 72,42 M² para instalação da sede do Conselho Tutelar de Santo Antônio do Leste - MT, localizado na Rua Salgado Filho, nº 92, bairro: Centro, Cep: 78628-000. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor deJOSE CARLOS GEAROLA **–** CPF:160.536.729-04**,** residente na Av. Kuluene, nº 143, bairro Jardim Bem Viver, cep: 78628-000 - Santo Antônio do Leste-MT, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 05 de abril de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2021

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por dispensa de licitação, fulcrada no art. 24 inciso II da Lei 8.666/93, no valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais), tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conserto de bomba do tipo palito submersa, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de TECNOBOMBAS COMERCIO DE BOMBAS LTDA-ME – CNPJ: 07.814.779/0001-28, com sede na Rua Antônio Dorileo, nº 06, bairro: Jardim Paraiso, Cuiabá – MT, CEP: 78.085-000, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 05 de abril de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 320/2021, DE 31/03/2021 - RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO FIRMADO COM DORANEIDES RIBEIRO ARRUDA

PORTARIA Nº 320/2021, DE 31 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a rescisão antecipada, a pedido, do Contrato Temporário nº 048/2020, em nome da Senhora DORANEIDES RIBEIRO ARRUDA, na função de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS).

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando:

I - que o Contrato nº 048/2020 foi emitido em 12/02/2020, com vigência de 12/02/2020 até 28/02/2021; e

II - a prorrogação do Contrato nº 048/2020 em 26/02/2021, com nova vigência de 01/03/2021 até 01/07/2021;

III - que a contratada requereu, em 17/03/2021, rescisão antecipada do contrato acima, sendo o último dia trabalhado em 31/03/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir antecipadamente, a pedido, o Contrato Temporário nº 048/2020, emitido em 12/02/2020, com vigência incicial de 12/02/2020 até 28/02/2021, e já prorrogado até 01/07/2021, em nome da Senhora DORANEIDES RIBEIRO ARRUDA, Brasileira, Divorciada, Vendedora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.932.774-9 - SSP-MT , e inscrita no CPF nº 027.525.781-99, na função de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (ACS).

Art. 2º A remuneração mensal será devida até o dia 31 de março de 2021, último dia trabalhado, calculada pro rata temporis, juntamente com as verbas rescisórias, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS AVISO DE LICITAÇÃO 002

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso**, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores, encontram-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço**, para **Contratação de Empresa** visando, a Contratação de Empresa visando, a contratação de empresa para serviços de Radiofônicos em Geral da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, transmissão de áudio em tempo real (ao vivo) e/ou gravadas quando solicitada pela contratante, das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, projetos como câmara nos bairros e demais eventos promovidos pela câmara municipal de são Félix do Araguaia e retransmissão das Sessões Ordinárias, espaço reservado aos Vereadores no Estúdio da Empresa em tecnologia digital e/ou analógica e aquelas que o Poder Legislativo faz parte integrante. Os serviços relatados constituem matérias de interesse do contratante de acordo a LRF desde que seja de interesse público e que fique configurado de interesse da municipalidade, pelo período de 08 (oito) meses.

A abertura será no dia **16/04/2021**, às **11h00min** (horário local), à Av. Gov. José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. Informamos que a íntegra do Edital se encontra disponível no endereço supracitado no horário de **14h00min** as **18h00min** horas, também através do e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com e ou/ em consonância com a Portaria nº 017/2021.

Atenciosamente,

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2021.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da CPL/Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS EDITAL DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

EDITAL DE LICITAÇÃO

Licitação Pregão Presencial nº 002/2021

Preâmbulo:

A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.051.451/0001-25, com sede na Av. Dr. José Fragelli, 772, centro, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **AMÉRICO ALVES COSTA**, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor Preço. A presente Licitação será processada em conformidade do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, na Resolução Legislativa, na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei nº 147/14, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e nas disposições contidas no ato convocatório. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, a realizar-se no dia 16/04/2021 às 11h00min, na Secretaria de Administração, como Sala de Licitação da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro.

01. Do Objeto:

01.01. A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa visando, a contratação de empresa para serviços de Radiofônicos em Geral da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, transmissão de áudio em tempo real (ao vivo) e/ou gravadas quando solicitada pela contratante, das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, projetos como câmara nos bairros e demais eventos promovidos pela câmara municipal de são Félix do Araguaia e retransmissão das Sessões Ordinárias, espaço reservado aos Vereadores no Estúdio da Empresa em tecnologia digital e/ou analógica e aquelas que o Poder Legislativo faz parte integrante, tudo em conformidade com as condições gerais dispostas neste Edital, Termo de Referência e aquelas que compõem seus anexos.

02. Dos Quantitativos e Especificações dos Serviços:

02.01. Os quantitativos estimados são os descritos no Termo de Referência.

02.03. Os serviços a serem prestados estão especificados no Termo de Referência.

03. Dos Prazos:

03.01. A presente contratação será efetivada a partir da assinatura do instrumento contratual e tendo seu término em 31 (trinta e um) de dezembro do corrente ano, podendo ser prorrogada na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

03.02. O prazo para instalação dos equipamentos e funcionamento será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

03.03. A Promotora da licitação convocará a vencedora para assinatura do Contrato que deverá ser feita no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

03.04. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

03.05. Os prazos iniciam-se e vencem em dia de expediente na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, promotora da licitação, com um interstício de 01 (um) mês, em julho quando de recesso da Câmara.

03.06. As propostas terão obrigatoriamente de conter o prazo de sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da presente licitação.

03.07. Na hipótese da Câmara Municipal entidade Promotora da licitação não assinar o Contrato com a vencedora, no prazo de 60 (sessenta) dias, ficam estas liberadas.

03.08. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

03.09. Os recursos, inclusive de impugnação, deverão ser feitos por escrito e protocolados junto, a Secretaria de Administração, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro, nos horários de 14:00 as 18:00 horas ou pelo endereço eletrônico: camaramunicipalsfa@gmail.com.

03.10. Os licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital serão atendidos durante o expediente da Câmara Municipal, através dos membros da Comissão de Licitação ou pelo endereço eletrônico: camaramunicipalsfa@gmail.com, até o segundo dia útil anterior à data fixada para sessão deste Pregão, no seguinte endereço: Av. Dr. José Fragelli, 772 São Félix do Araguaia - MT – Telefone:(66) 3522.1642 de 14:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com.

04. Das Condições de Participação:

Poderão participar desta licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível, e especializadas com o objeto da licitação, que atenderem às condições previstas neste Edital. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

04.01. Os interessados ou seus representantes legais deverão fazer seu credenciamento, na sessão pública de instalação do Pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame.

04.02. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente **(modelo anexo).** Sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

04.03. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, modelo anexo, bem como as microempresas e empresas de pequeno porte que pretenderem fazer uso dos benefícios estabelecidos pelos artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, entregarão declaração nesse sentido, conforme **modelo Anexo**, devidamente acompanhada da Certidão emitida pela Junta Comercial em que comprove seu enquadramento e, em envelopes separados, a proposta de preços **(Envelope 01)** e os documentos de habilitação **(Envelope 02).**

04.04. Iniciada a abertura do primeiro envelope com a proposta estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame, devendo o pregoeiro informar, se houver, a presença entre os licitantes de microempresas e empresas de pequeno porte que farão uso dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

04.05. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, deverão apresentar como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços.

04.06. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da não apresentação de documentação necessária, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

04.07. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.

04.08. Não poderão concorrer direta ou indiretamente, ou participar da presente Licitação:

a) O Proponente que participou da elaboração do Estudo de Concepção ou 4 Consultoria referente ao objeto deste Edital ou da sua elaboração.

b) Empresas reunidas sob a forma de Consórcio.

c) Empresas em estado de concordata, falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação. **d)** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, salvo as já reabilitadas.

e) Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

04.09. As empresas interessadas em participar do presente certame deverão apresentar a documentação a seguir indicada:

04.09.01. Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

04.09.02. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão por meio de atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por pessoa Jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) aptidão do licitante para a execução de serviço com as características semelhantes do objeto da licitação

04.09.03. Qualificação Econômico – Financeira:

a) Certidão Cível Negativa específico por ação de Falência ou Concordata, expedida por setor do Poder Judiciário da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado, emitida, no máximo, 90 (novena) dias anteriores à data fixada para a abertura dos Envelopes – Habilitação.

04.09.04. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.

b) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

f) Prova de Regularidade de Inexistência de Débitos Trabalhistas, perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

04.10. Os interessados deverão comprovar, ainda, para efeito de habilitação, o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, conforme modelo Anexo do presente Edital.

Observações:

a) As microempresas e empresas de pequeno porte que optarem por postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, apresentando declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nos termos do **modelo Anexo** a este Edital**, deverão apresentar no envelope de habilitação - envelope de nº 02 todos os documentos referentes à regularidade fiscal, ainda que com restrições; todavia, apresentada a declaração mencionada acima, eventual restrições** poderão ser sanadas após o julgamento das Propostas de Preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedora

do certame, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

04.11. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, os documentos para credenciamento (bem como os dados referenciais) e a declaração das microempresas e empresas de pequeno porte de que pretendem fazer uso dos benefícios estabelecidos pelos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, de acordo com modelos estabelecidos em Anexos ao Edital, deverão preferencialmente, ser apresentados fora dos Envelopes nº 01 e 02.

04.12. Os prazos de validade dos documentos necessários à habilitação deverão estar em vigência na data do recebimento dos Envelopes Propostas de Preços e Habilitação, sob pena de inabilitação das concorrentes.

04.13. Caso venha a expirar o prazo de validade da Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei e o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal, da empresa declarada vencedora antes da emissão da Nota de Empenho/Contratação, a empresa fica obrigada a apresentar novas Certidões, no prazo estipulado pelo Setor Responsável da Câmara Municipal.

05. Da Forma de Apresentação das Propostas e da Documentação de Habilitação:

As Propostas (Envelope nº 01) e a Documentação de Habilitação (Envelope nº 02) das firmas interessadas deverão ser entregues em Envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE RADIOFÔNICOS EM GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO EM TEMPO REAL (AO VIVO) E/OU GRAVADAS QUANDO SOLICITADA PELA CONTRATANTE, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PROJETOS COMO CÂMARA NOS BAIRROS E DEMAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E RETRANSMISSÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, ESPAÇO RESERVADO AOS VEREADORES NO ESTÚDIO DA EMPRESA EM TECNOLOGIA DIGITAL E/OU ANALÓGICA.

LICITANTE: .....

ENVELOPE Nº 01 "PROPOSTAS DE PREÇOS"

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE RADIOFÔNICOS EM GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM TEMPO REAL (AO VIVO) E/OU GRAVADAS QUANDO SOLICITADA PELA CONTRATANTE, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PROJETOS COMO CÂMARA NOS BAIRROS E DEMAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E RETRANSMISSÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, ESPAÇO RESERVADO AOS VEREADORES NO ESTÚDIO DA EMPRESA EM TECNOLOGIA DIGITAL E/OU ANALÓGICA.

LICITANTE: .....

ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

05.01. Não será admitido o encaminhamento de Propostas via fax, por meio eletrônico ou similar. **05.02.** Após o recebimento dos Envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificação de preços ou condições.

05.03. O recebimento dos Envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

05.04. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão de imprensa oficial. A autenticação poderá ser efetuada em Cartório, na forma da Lei, ou pelo Pregoeiro, mediante a apresentação dos documentos originais quando da análise da qualificação (habilitação) dos licitantes vedadas a utilização de reprodução de cópia autenticada de fac-símile. Cada cópia de documento deverá possuir sua autenticação específica, observadas sempre os respectivos prazos de validade.

05.05. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo:

05.05.01. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou:

05.05.02. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número da filia, exceto quanto à Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei.

05.05.03. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz.

05.06. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Habilitação deverão conter, obrigatoriamente:

05.06.01. Envelope nº 01 - Propostas de Preços: A Proposta de Preço deverá conter os seguintes elementos:

a) ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa nome, endereço e CNPJ;

b) Preço por evento (sessão/retransmissão/espaço Estúdio).

c) estar datada e assinada por pessoa juridicamente habilitada;

d) deverá ser explicitado, neste documento, que o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data fixada para entrega das Propostas e documentação.

05.06.01.01. As Propostas deverão ser datilografadas / impressas com clareza, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante ou impresso por processo eletrônico, com a indicação do número desta licitação, a identificação e endereço completo da proponente e a qualificação do signatário.

05.06.01.02. Na formulação das Propostas, a licitante deverá computar todos os custos e despesas como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, seguro, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

05.06.01.03. Quaisquer tributos de qualquer natureza, custos e despesas diretas ou indiretas, entre outras despesas, omitidos na proposta ou in-

corretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceito pleitos de acréscimos a qualquer título.

05.06.01.04. Os preços propostos e aos lances oferecidos são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão, ou qualquer outro pretexto.

05.06.01.05. A Câmara Municipal não se responsabilizará por qualquer acréscimo referente a tributos ou outros já inclusos na proposta.

05.06.01.06. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza, ou mesmo durante a sessão de julgamento do procedimento.

05.06.01.07. Não serão consideradas Propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital.

05.06.01.08. A apresentação das Propostas por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

05.06.02. **Envelope nº.02 - Documentação de Habilitação:** No Envelope nº 02 deverá conter todos os documentos listados nos subitens 04.09.01; 04.09.02; 04.09.03; 04.09.04 e 04.10, deste Edital.

06. Do Recebimento e Abertura dos Envelopes – Oferecimento de Lances Verbais:

06.01. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Documentação de Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, no dia 16/04/2021 às 11h00min, na Secretaria de Administração Câmara Municipal, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro.

06.02. Colhida a assinatura dos representantes das Licitantes na lista de presenças, o Pregoeiro encerrará a fase de recebimento dos Envelopes, indagando-se dos licitantes se formalmente preenchem os requisitos da Habilitação estabelecida por este Edital. Nesta fase os representantes das licitantes apresentarão ao Pregoeiro declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação **(modelo anexo)** e entregarão os Envelopes.

06.03. Uma vez iniciada a abertura dos Envelopes das Propostas, não será recebida nenhuma outra oferta de empresa retardatária e em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documento exigido neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou alteração das condições ofertadas.

06.04. Constatada a inviolabilidade dos Envelopes, o Pregoeiro procederá, imediatamente, à abertura das Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes que o desejarem.

06.05. Os Envelopes da Documentação de Habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, e serão abertos após a análise da aceitabilidade das propostas.

06.06. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos formais estabelecidos no Edital, o Pregoeiro dará início a etapa competitiva da licitação através de lances verbais e sucessivos, que poderão ser oferecidos pelo autor da proposta de valor mais baixo e das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores à primeira.

06.07. Se não houver pelo menos três propostas nas condições indicadas no subitem anterior, poderão fazer lances verbais os autores das melhores propostas, no número máximo de 03 (três), excluindo a primeira, quaisquer que tenham sido os preços indicados nas propostas escritas.

06.08. A fase de lances verbais terá duração não superior a trinta minutos. Encerrados esse tempo, o Pregoeiro fará a análise das propostas na forma a seguir indicada.

07. Do Julgamento da Licitação – Análise das Propostas:

07.01. A análise da aceitabilidade das Propostas.

07.01.01. A análise da aceitabilidade das Propostas, a começar pela de valor mais baixo, compreenderá o exame:

a) Da compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado e com os custos reais estimados para a execução do Contrato e com as disponibilidades orçamentárias da Câmara Municipal.

b) Da qualidade dos serviços oferecidos.

07.01.02. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas, as Propostas:

a) que não contiverem todos os dados exigidos para o Envelope nº 01.

b) que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a Contratação.

07.02. Classificação das Propostas:

07.02.01. Para julgamento e classificação das Propostas, será adotado o critério de menor preço por evento (sessão/retransmissão/espaço Estúdio). As propostas consideradas aceitáveis serão classificadas segundo a ordem decrescente dos preços finais, a partir da de valor mais baixo.

07.02.02. Para efeito da classificação, será considerado o menor preço final, resultante dos valores originariamente cotados e dos lances verbais oferecidos.

07.02.03. O Pregoeiro fará a conferência dos valores cotados na Proposta de valor mais baixo. Na hipótese de divergência entre os valores expressos em número e por extenso, prevalecerão, para efeito de classificação, os valores por extenso, ficando esclarecido que o Pregoeiro fará as correções de soma que se fizerem necessário e que os valores corrigidos serão os considerados para efeito de classificação.

07.02.04. Na situação em que duas ou mais empresas apresentarem o mesmo valor, e dentre elas estiverem uma enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, esta será considerada vencedora se dentre elas existirem duas ou mais empresas assim qualificadas, a classificação será decidida por sorteio.

07.02.05. Quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, após convocada, poderá apresentar, na própria sessão de julgamento do pregão, no prazo de 05 (cinco) minutos, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido na alínea “a”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

07.02.06. O Pregoeiro indicará na Ata da sessão os fundamentos da decisão sobre aceitabilidade ou inaceitabilidade de preços, bem como sobre a classificação ou desclassificação de Propostas.

07.03. Análise da qualificação (habilitação) dos licitantes.

07.03.01. Uma vez classificadas e ordenadas as Propostas, a etapa seguinte do julgamento consistirá na análise da qualificação dos licitantes.

07.03.02. O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope da Documentação da Habilitação do autor da Proposta classificada em primeiro lugar, para verificação do atendimento das exigências estabelecidas neste Edital.

07.03.03. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame.

07.03.04. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

07.03.05. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 08.03.04, implicará de cadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

07.03.06. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou se o autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará a abertura do Envelope da Documentação do autor da Proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos do Edital, sendo, então, o licitante declarado vencedor.

07.03.06.01. Uma vez proclamado vencedor da licitação, o Pregoeiro poderá negociar com esta melhor condição para a prestação dos serviços, inclusive, quanto aos preços. Em caso de resultado positivo da negociação, os novos valores ajustados serão consignados na Ata da sessão e passarão a compor a Proposta.

07.03.07. Se o resultado proclamado não for aceito e algum licitante manifestar, imediatamente e motivadamente, em sessão, a intenção de recorrer, o Pregoeiro suspenderá a sessão e será concedido ao licitante o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, assegurando-se aos demais licitantes prazo igual, após o término do prazo do recorrente, em continuidade e sem prévia notificação, para oferecimento das contra-razões correspondentes.

07.03.08. Decididos os recursos eventualmente formulados, pela autoridade competente, ou inexistindo estes, o licitante vencedor será convocado para assinar o competente instrumento de Contrato.

08. Do Resultado do Julgamento – Homologação:

08.01. O resultado final da licitação constará da Ata da sessão pública, a ser assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes, na qual deverão ser registrados os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes dos respectivos ofertantes, as justificativas das eventuais declarações de aceitabilidade / inaceitabilidade e classificação / desclassificação de Propostas, bem como de habilitação / inabilitação proclamadas, os fundamentos da adjudicação feitos pelo Pregoeiro, bem assim quaisquer outras ocorrências da sessão.

08.02. Assinada a Ata da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará o Processo da licitação à autoridade superior, para homologação.

08.03. O despacho de homologação será publicado no Órgão Oficial do Município e afixado no Quadro de Avisos do Poder Legislativo, para conhecimento geral.

09. Do Reajuste de Preço:

09.01. Poderá ser admitida a repactuação do Contrato, mediante negociação prévia entre as partes, observada os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 05 (cinco) meses, contada da data da assinatura do instrumento contratual, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI-FGV, mediante apresentação de demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificado em expediente elaborado pela contratada.

09.02. A repactuação, mesmo que cumpridas as exigências do item anterior, ficará condicionada à aprovação por parte do contratante após análise da competente documentação.

10. Das Condições da Contratação:

10.01. Homologado o resultado da licitação, a vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato respectivo, que obedecerá às condições indicadas na minuta de contrato (anexa), na qual estão definidas as condições da execução dos serviços, do pagamento dos preços, as obrigações da empresa contratada e as penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas. O Contrato será realizado dentro da modalidade Contrato por Preço Global.

10.02. Constitui Anexo deste Edital a Minuta do Contrato a ser firmado entre a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT e a Licitante vencedora.

10.03. A contratada executará os serviços com observância rigorosa das condições deste Edital.

10.04. No interesse da Administração, o valor do Contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou supressão do valor ou quantitativos dos serviços originalmente contratado, sem que disso resulte para a Contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.05. A recusa da Adjudicatária em assinar o contrato no prazo fixado na convocação específica, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

10.05.01. Ocorrendo essa hipótese, o Processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais Propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao Edital, sendo o autor declarado vencedor e convocado para assinar o Contrato.

11. Das Penalidades:

11.01. Pelo inadimplemento das obrigações, a Contratada estará sujeita, conforme infração, cometida, às seguintes penalidades:

a) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar); suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da homologação;

b) Executar o Contrato com irregularidade, passíveis de correção durante a execução sem prejuízo ao resultado: advertência;

c) Executar o Contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

d) Inexecução parcial do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara, pelo prazo de 03 (três) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do Contrato;

e) Inexecução total do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

f) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: Declaração de Inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por centos)

11.02. A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT rescindirá unilateralmente o Contrato, caso haja o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.

11.03. As penalidades serão aplicadas mediante regular Procedimento Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei. **11.04.** Nenhum pagamento será efetuado pela Câmara Municipal enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12. Da Rescisão:

12.01. O Contratante poderá rescindir o contrato sem que caiba a Contratada qualquer direito a indenização, independentemente da conclusão por prazo, nos seguintes casos:

a) manifesta deficiência dos serviços;

b) reiterada desobediência aos preceitos estabelecidos na legislação e no contrato;

c) Falta grave à juízo do Contratante, devidamente comprovada, após garantido o contraditório e a ampla defesa;

d) Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvada as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

e) Descumprimento dos prazos contratuais;

f) Prestação dos serviços de forma inadequada;

g) Rescisão, em conformidade com o art. 78 e parágrafos, da Lei nº. 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

h) Perda, por parte da Contratada, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessária à adequada prestação dos serviços;

i) Descumprimento, pela Contratada, das penalidades impostas pelo Contratante;

j) Interesse público.

12.02. As penalidades serão aplicadas mediante regular Procedimento Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei.

13. Da Execução do Contrato:

13.01. O Contrato deverá ser executado de acordo com as suas cláusulas, respondendo cada qual pelas consequências da inexecução.

13.02. A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo responsável da Câmara Municipal, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à contratada.

13.03. A Contratada é responsável pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo essa responsabilidade e fiscalização feita pela Contratada.

13.04. A Contratada assume inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

13.05. A Contratada, não poderá subcontratar a execução parcial ou total dos serviços objeto deste Processo Licitatório.

14. Das Obrigações da Contratada:

14.01. A Contratada obrigar-se-á a cumprir os preceitos indicados abaixo, sem prejuízo das demais obrigações inerentes à boa e fiel execução do objeto a ser contratado;

14.02. Constituirão obrigações da CONTRATADA:

14.02.01. Responder pelos vícios e defeitos dos serviços prestados.

14.02.02. Prestar os serviços conforme as necessidades da Câmara Municipal e as solicitações deverão ser atendidas em até 24h00 (vinte e quatro) horas.

14.02.03. Substituir o (s) equipamento (s) que permanecer (em) inoperante (s) por 03 (três) dias úteis consecutivos, bem como aquele (s) equipamento (s) que apresentar (em) defeito (s) de forma intermitente.

14.02.04. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregados.

14.02.05. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

14.02.06. Prestar os serviços, objeto da presente licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades pelos mesmos.

14.02.07. Responder, perante os órgãos competentes, por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados, em razão dos serviços contratados.

14.02.08. Obedecer rigorosamente às normas de segurança do trabalho.

14.02.09. Sujeitar-se à fiscalização do Contrato pelo contratante obrigando-se, ainda, a comunicar qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

14.02.10. Apresentar seu pessoal técnico devidamente identificado, quando da realização de quaisquer serviços nas dependências do contratante.

14.02.11. Obedecer às exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, partes integrantes da presente licitação.

14.02.12. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

14.01.13. Fornecer e instalar todos os equipamentos necessários a prestação dos serviços, em local determinado, cabendo à mesma o ônus do fornecimento e com as instalações.

14.02.14. Ocorrendo mudanças de local, durante a vigência do Contrato, a contratada ficará obrigada a executar os serviços nos novos endereços, arcando com todas as despesas decorrentes de desinstalação, transporte e reinstalação dos equipamentos.

15. Das Obrigações do Contratante:

15.01. Constituem obrigações do Contratante:

15.01.01. Efetuar os pagamentos na forma e condições estabelecidas neste Edital.

15.01.02. Fiscalizar a execução dos serviços, através do responsável da Câmara Municipal, promovendo o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

16. Da Dotação Orçamentária:

16.01. As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão à conta de dotação orçamentária, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, **01 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia ,001 – Câmara Municipal - 2002 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal, 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas**

17. Da Forma de Pagamento:

17.01. Os pagamentos referentes aos serviços prestados serão efetuados mensalmente até o 5º (quinto) dia útil, após a apresentação da competente Nota Fiscal de Faturamento que deverá especificar o número da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento, devidamente atestada pelo Responsável da Câmara Municipal.

17.02. Os Impostos Federais e Estaduais, quando sujeitos à retenção na fonte, sofrerão tal retenção na forma da legislação pertinente.

17.03. O I.S.S.Q.N. – Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza, será retido na fonte, na forma da Lei Municipal – Código Tributário.

17.04. A liberação dos pagamentos ficará acondicionada a confirmação da situação de regularidade da Contratada para com Seguridade Social (INSS), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através dos seguintes documentos: Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

17.05. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto licitado será autorizado sem o devido aditamento contratual.

18. Disposições Finais:

18.01. A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, responsável pelo Pregão reserva-se o direito de: **a)** revogá-lo, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento ou infringência de dispositivo legal.

b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de Propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas.

c) adiar o recebimento das Propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

18.02. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão, em qualquer fase da licitação, promover às diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou complementar a instrução do Processo Licitatório.

18.03. A licitante vencedora será obrigatoriamente a prestadora dos serviços objeto da presente licitação, vedada a transferência ou a subcontratação, de qualquer outra sob qualquer forma.

18.04. Informações complementares sobre a presente licitação, poderão ser obtidas junto ao Serviço da Câmara Municipal, ou pelo Telefone: (66) 3522-1462, de Segunda à Sexta-feira, no horário de 14:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com.

19. Do Foro:

19.01. As partes elegerão o Foro da Cidade e Comarca de São Félix do Araguaia-MT, para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do cumprimento do Contrato dela originado.

19.01.01. E, para conhecimento do público expede-se o presente Edital, que deverá ser publicado em resumo no Órgão de Imprensa Oficial do Município e divulgado no Site www.camaravarginha.mg.gov.br e ser afixado em mural existente nas dependências da Câmara Municipal.

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2021.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS AVISO DE LICITAÇÃO 001

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso**, torna público para conhecimento de interessados, que, com base na Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores, encontram-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço**, para **Contratação de Empresa** visando, contratação de empresa para serviço de publicidade na publicação de balancetes, relatórios contábeis, extrato de contratos, convênios, decretos e editais de licitação, de interesse do contratado no jornal escrito, de circulação quinzenal, em espaço não superior à meia página por mês do tamanho estander, transmissão de áudio e vídeo em tempo real (ao vivo) e/ou gravadas quando solicitada pela contratante, das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, projetos como câmara nos bairros e demais eventos promovidos pela câmara municipal de são Félix do Araguaia e escola do legislativo da câmara municipal de são Félix do Araguaia, em tecnologia digital e/ou analógica e aquelas que o Poder Legislativo faz parte integrante. Os serviços relatados constituem matérias de interesse do contratante de acordo a LRF desde que seja de interesse público e que fique configurado de interesse da municipalidade, pelo período de 08 (oito) meses.

A abertura será no dia **16/04/2021**, às **09h30min** (horário local), à Av. Gov. José Fragelli Nº 772 – Centro – São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso. Informamos que a íntegra do Edital se encontra disponível no endereço supracitado no horário de **14h00min** as **18h00min** horas, também através do e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com e ou/ em consonância com a Portaria nº 017/2021.

Atenciosamente,

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2021.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da CPL/Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS EDITAL DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/ 2021

EDITAL DE LICITAÇÃO

Licitação Pregão Presencial nº 001/2021

Preâmbulo:

A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.051.451/0001-25, com sede na Av. Dr. José Fragelli, 772, centro, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **AMÉRICO ALVES COSTA**, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor Preço. A presente Licitação será processada em conformidade do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, na Resolução Legislativa, na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei nº 147/14, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e nas disposições contidas no ato convocatório. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, a realizar-se no dia 12/04/2021 às 09h30min, na Secretaria de Administração, como Sala de Licitação da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro.

01. Do Objeto:

01.01. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade na publicação de balancetes, relatórios contábeis, extrato de contratos, convênios, decretos e editais de licitação, de interesse do contratado no jornal escrito, de circulação quinzenal, em espaço não superior à meia página por mês do tamanho estander, transmissão de áudio e vídeo em tempo real (ao vivo) e/ou gravadas quando solicitada pela contratante, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas, projetos como Câmara nos Bairros e demais eventos promovidos pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia e Escola do Legislativo da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, em tecnologia digital e/ou analógica, tudo em conformidade com as condições gerais dispostas neste Edital, Termo de Referência e aquelas que compõem seus anexos.

02. Dos Quantitativos e Especificações dos Serviços:

02.01. Os quantitativos estimados são os descritos no Termo de Referência.

02.03. Os serviços a serem prestados estão especificados no Termo de Referência.

03. Dos Prazos:

03.01. A presente contratação será efetivada a partir da assinatura do instrumento contratual e tendo seu término em 31 (trinta e um) de dezembro do corrente ano, podendo ser prorrogada na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

03.02. O prazo para instalação dos equipamentos e funcionamento será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

03.03. A Promotora da licitação convocará a vencedora para assinatura do Contrato que deverá ser feita no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

03.04. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

03.05. Os prazos iniciam-se e vencem em dia de expediente na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, promotora da licitação, com um interstício de 01 (um) mês, em julho quando de recesso da Câmara.

03.06. As propostas terão obrigatoriamente de conter o prazo de sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da presente licitação.

03.07. Na hipótese da Câmara Municipal entidade Promotora da licitação não assinar o Contrato com a vencedora, no prazo de 60 (sessenta) dias, ficam estas liberadas.

03.08. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

03.09. Os recursos, inclusive de impugnação, deverão ser feitos por escrito e protocolados junto, a Secretaria de Administração, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro, nos horários de 14:00 as 18:00 horas ou pelo endereço eletrônico: camaramunicipalsfa@gmail.com.

03.10. Os licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital serão atendidos durante o expediente da Câmara Municipal, através dos membros da Comissão de Licitação ou pelo endereço eletrônico: camaramunicipalsfa@gmail.com, até o segundo dia útil anterior à data fixada para sessão deste Pregão, no seguinte endereço: Av. Dr. José Fragelli, 772 São Félix do Araguaia - MT – Telefone:(66) 3522.1666 de 14:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com.

04. Das Condições de Participação:

Poderão participar desta licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível, e especializadas com o objeto da licitação, que atenderem às condições previstas neste Edital. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

04.01. Os interessados ou seus representantes legais deverão fazer seu credenciamento, na sessão pública de instalação do Pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame.

04.02. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente **(modelo anexo).** Sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

04.03. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, modelo anexo, bem como as microempresas e empresas de pequeno porte que pretenderem fazer uso dos benefícios estabelecidos pelos artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, entregarão declaração nesse sentido, conforme **modelo Anexo**, devidamente acompanhada da Certidão emitida pela Junta Comercial em que comprove seu enquadramento e, em envelopes separados, a proposta de preços **(Envelope 01)** e os documentos de habilitação **(Envelope 02).**

04.04. Iniciada a abertura do primeiro envelope com a proposta estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame, devendo o pregoeiro informar, se houver, a presença entre os licitantes de microempresas e empresas de pequeno porte que farão uso dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

04.05. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, deverão apresentar como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços.

04.06. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da não apresentação de documentação necessária, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

04.07. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.

04.08. Não poderão concorrer direta ou indiretamente, ou participar da presente Licitação:

a) O Proponente que participou da elaboração do Estudo de Concepção ou 4 Consultoria referente ao objeto deste Edital ou da sua elaboração.

b) Empresas reunidas sob a forma de Consórcio.

c) Empresas em estado de concordata, falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação. **d)** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, salvo as já reabilitadas.

e) Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

04.09. As empresas interessadas em participar do presente certame deverão apresentar a documentação a seguir indicada:

04.09.01. Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

04.09.02. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão por meio de atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por pessoa Jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) aptidão do licitante para a execução de serviço com as características semelhantes do objeto da licitação

04.09.03. Qualificação Econômico – Financeira:

a) Certidão Cível Negativa específico por ação de Falência ou Concordata, expedida por setor do Poder Judiciário da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado, emitida, no máximo, 90 (novena) dias anteriores à data fixada para a abertura dos Envelopes – Habilitação.

04.09.04. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.

b) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

f) Prova de Regularidade de Inexistência de Débitos Trabalhistas, perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

04.10. Os interessados deverão comprovar, ainda, para efeito de habilitação, o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, conforme modelo Anexo do presente Edital.

Observações:

a) As microempresas e empresas de pequeno porte que optarem por postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, apresentando declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nos termos do **modelo Anexo** a este Edital**, deverão apresentar no envelope de habilitação - envelope de nº 02 todos os documentos referentes à regularidade fiscal, ainda que com restrições; todavia, apresentada a declaração mencionada acima, eventual restrições** poderão ser sanadas após o julgamento das Propostas de Preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

04.11. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, os documentos para credenciamento (bem como os dados referenciais) e a declaração das microempresas e empresas de pequeno porte de que pretendem fazer uso dos benefícios estabelecidos pelos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, de acordo com modelos estabelecidos em Anexos ao Edital, deverão preferencialmente, ser apresentados fora dos Envelopes nº 01 e 02.

04.12. Os prazos de validade dos documentos necessários à habilitação deverão estar em vigência na data do recebimento dos Envelopes Propostas de Preços e Habilitação, sob pena de inabilitação das concorrentes.

04.13. Caso venha a expirar o prazo de validade da Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei e o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal, da empresa declarada vencedora antes da emissão da Nota de Empenho/Contratação, a empresa fica obrigada a apresentar novas Certidões, no prazo estipulado pelo Setor Responsável da Câmara Municipal.

05. Da Forma de Apresentação das Propostas e da Documentação de Habilitação:

As Propostas (Envelope nº 01) e a Documentação de Habilitação (Envelope nº 02) das firmas interessadas deverão ser entregues em Envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE NA PUBLICAÇÃO DE BALANCETES, RELATÓRIOS CONTÁBEIS, EXTRATO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, DECRETOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO, DE INTERESSE DO CONTRATADO NO JORNAL ESCRITO, DE CIRCULAÇÃO QUINZENAL, EM ESPAÇO NÃO SUPERIOR À MEIA PÁGINA POR MÊS DO TAMANHO ESTANDER, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM TEMPO REAL (AO VIVO) E/OU GRAVADAS QUANDO SOLICITADA PELA CONTRATANTE, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PROJETOS COMO CÂMARA NOS BAIRROS E DEMAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, EM TECNOLOGIA DIGITAL E/OU ANALÓGICA.

LICITANTE: .....

ENVELOPE Nº 01 "PROPOSTAS DE PREÇOS"

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE NA PUBLICAÇÃO DE BALANCETES, RELATÓRIOS CONTÁBEIS, EXTRATO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, DECRETOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO, DE INTERESSE DO CONTRATADO NO JORNAL ESCRITO, DE CIRCULAÇÃO QUINZENAL, EM ESPAÇO NÃO SUPERIOR À MEIA PÁGINA POR MÊS DO TAMANHO ESTANDER, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM TEM-

PO REAL (AO VIVO) E/OU GRAVADAS QUANDO SOLICITADA PELA CONTRATANTE, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PROJETOS COMO CÂMARA NOS BAIRROS E DEMAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, EM TECNOLOGIA DIGITAL E/OU ANALÓGICA.

LICITANTE: .....

ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

05.01. Não será admitido o encaminhamento de Propostas via fax, por meio eletrônico ou similar. **05.02.** Após o recebimento dos Envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificação de preços ou condições.

05.03. O recebimento dos Envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

05.04. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão de imprensa oficial. A autenticação poderá ser efetuada em Cartório, na forma da Lei, ou pelo Pregoeiro, mediante a apresentação dos documentos originais quando da análise da qualificação (habilitação) dos licitantes vedadas a utilização de reprodução de cópia autenticada de fac-símile. Cada cópia de documento deverá possuir sua autenticação específica, observadas sempre os respectivos prazos de validade.

05.05. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo:

05.05.01. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou:

05.05.02. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número da filia, exceto quanto à Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei.

05.05.03. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz.

05.06. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Habilitação deverão conter, obrigatoriamente:

05.06.01. Envelope nº 01 - Propostas de Preços: A Proposta de Preço deverá conter os seguintes elementos:

a) ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa nome, endereço e CNPJ;

b) Preço por evento (sessão/eventos/publicações).

c) estar datada e assinada por pessoa juridicamente habilitada;

d) deverá ser explicitado, neste documento, que o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data fixada para entrega das Propostas e documentação.

05.06.01.01. As Propostas deverão ser datilografadas / impressas com clareza, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante ou impresso por processo eletrônico, com a indicação do número desta licitação, a identificação e endereço completo da proponente e a qualificação do signatário.

05.06.01.02. Na formulação das Propostas, a licitante deverá computar todos os custos e despesas como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, seguro, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

05.06.01.03. Quaisquer tributos de qualquer natureza, custos e despesas diretas ou indiretas, entre outras despesas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceito pleitos de acréscimos a qualquer título.

05.06.01.04. Os preços propostos e aos lances oferecidos são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão, ou qualquer outro pretexto.

05.06.01.05. A Câmara Municipal não se responsabilizará por qualquer acréscimo referente a tributos ou outros já inclusos na proposta.

05.06.01.06. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza, ou mesmo durante a sessão de julgamento do procedimento.

05.06.01.07. Não serão consideradas Propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital. **05.06.01.08.** A apresentação das Propostas por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

05.06.02. **Envelope nº.02 - Documentação de Habilitação:** No Envelope nº 02 deverá conter todos os documentos listados nos subitens 04.09.01; 04.09.02; 04.09.03; 04.09.04 e 04.10, deste Edital.

06. Do Recebimento e Abertura dos Envelopes – Oferecimento de Lances Verbais:

06.01. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Documentação de Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, no dia 16/04/2021 às 09h30min, na Secretaria de Administração Câmara Municipal, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro.

06.02. Colhida a assinatura dos representantes das Licitantes na lista de presenças, o Pregoeiro encerrará a fase de recebimento dos Envelopes, indagando-se dos licitantes se formalmente preenchem os requisitos da Habilitação estabelecida por este Edital. Nesta fase os representantes das licitantes apresentarão ao Pregoeiro declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação **(modelo anexo)** e entregarão os Envelopes.

06.03. Uma vez iniciada a abertura dos Envelopes das Propostas, não será recebida nenhuma outra oferta de empresa retardatária e em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documento exigido neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou alteração das condições ofertadas.

06.04. Constatada a inviolabilidade dos Envelopes, o Pregoeiro procederá, imediatamente, à abertura das Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes que o desejarem.

06.05. Os Envelopes da Documentação de Habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, e serão abertos após a análise da aceitabilidade das propostas.

06.06. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos formais estabelecidos no Edital, o Pregoeiro dará início a etapa competitiva da licitação através de lances verbais e sucessivos, que poderão ser oferecidos pelo autor da proposta de valor mais baixo e das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores à primeira.

06.07. Se não houver pelo menos três propostas nas condições indicadas no subitem anterior, poderão fazer lances verbais os autores das melhores propostas, no número máximo de 03 (três), excluindo a primeira, quaisquer que tenham sido os preços indicados nas propostas escritas.

06.08. A fase de lances verbais terá duração não superior a trinta minutos. Encerrados esse tempo, o Pregoeiro fará a análise das propostas na forma a seguir indicada.

07. Do Julgamento da Licitação – Análise das Propostas:

07.01. A análise da aceitabilidade das Propostas.

07.01.01. A análise da aceitabilidade das Propostas, a começar pela de valor mais baixo, compreenderá o exame:

a) Da compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado e com os custos reais estimados para a execução do Contrato e com as disponibilidades orçamentárias da Câmara Municipal.

b) Da qualidade dos serviços oferecidos.

07.01.02. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas, as Propostas:

a) que não contiverem todos os dados exigidos para o Envelope nº 01.

b) que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a Contratação.

07.02. Classificação das Propostas:

07.02.01. Para julgamento e classificação das Propostas, será adotado o critério de menor preço por evento (sessão/evento/publicações). As propostas consideradas aceitáveis serão classificadas segundo a ordem decrescente dos preços finais, a partir da de valor mais baixo.

07.02.02. Para efeito da classificação, será considerado o menor preço final, resultante dos valores originariamente cotados e dos lances verbais oferecidos.

07.02.03. O Pregoeiro fará a conferência dos valores cotados na Proposta de valor mais baixo. Na hipótese de divergência entre os valores expressos em número e por extenso, prevalecerão, para efeito de classificação, os valores por extenso, ficando esclarecido que o Pregoeiro fará as correções de soma que se fizerem necessário e que os valores corrigidos serão os considerados para efeito de classificação.

07.02.04. Na situação em que duas ou mais empresas apresentarem o mesmo valor, e dentre elas estiverem uma enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, esta será considerada vencedora se dentre elas existirem duas ou mais empresas assim qualificadas, a classificação será decidida por sorteio.

07.02.05. Quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, após convocada, poderá apresentar, na própria sessão de julgamento do pregão, no prazo de 05 (cinco) minutos, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido na alínea "a", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

07.02.06. O Pregoeiro indicará na Ata da sessão os fundamentos da decisão sobre aceitabilidade ou inaceitabilidade de preços, bem como sobre a classificação ou desclassificação de Propostas.

07.03. Análise da qualificação (habilitação) dos licitantes.

07.03.01. Uma vez classificadas e ordenadas as Propostas, a etapa seguinte do julgamento consistirá na análise da qualificação dos licitantes.

07.03.02. O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope da Documentação da Habilitação do autor da Proposta classificada em primeiro lugar, para verificação do atendimento das exigências estabelecidas neste Edital.

07.03.03. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame.

07.03.04. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

07.03.05. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 08.03.04, implicará de cadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

07.03.06. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou se o autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará a abertura do Envelope da Documentação do autor da Proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos do Edital, sendo, então, o licitante declarado vencedor.

07.03.06.01. Uma vez proclamado vencedor da licitação, o Pregoeiro poderá negociar com esta melhor condição para a prestação dos serviços, inclusive, quanto aos preços. Em caso de resultado positivo da negociação, os novos valores ajustados serão consignados na Ata da sessão e passarão a compor a Proposta.

07.03.07. Se o resultado proclamado não for aceito e algum licitante manifestar, imediatamente e motivadamente, em sessão, a intenção de recorrer, o Pregoeiro suspenderá a sessão e será concedido ao licitante o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, assegurando-se aos demais licitantes prazo igual, após o término do prazo do recorrente, em continuidade e sem prévia notificação, para oferecimento das contra-razões correspondentes.

07.03.08. Decididos os recursos eventualmente formulados, pela autoridade competente, ou inexistindo estes, o licitante vencedor será convocado para assinar o competente instrumento de Contrato.

08. Do Resultado do Julgamento – Homologação:

08.01. O resultado final da licitação constará da Ata da sessão pública, a ser assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes, na qual deverão ser registrados os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes dos respectivos ofertantes, as justificativas das eventuais declarações de aceitabilidade / inaceitabilidade e classificação / desclassificação de Propostas, bem como de habilitação / inabilitação proclamadas, os fundamentos da adjudicação feitos pelo Pregoeiro, bem assim quaisquer outras ocorrências da sessão.

08.02. Assinada a Ata da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará o Processo da licitação à autoridade superior, para homologação.

08.03. O despacho de homologação será publicado no Órgão Oficial do Município e afixado no Quadro de Avisos do Poder Legislativo, para conhecimento geral.

09. Do Reajuste de Preço:

09.01. Poderá ser admitida a repactuação do Contrato, mediante negociação prévia entre as partes, observada os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 05 (cinco) meses, contada da data da assinatura do instrumento contratual, tendo como limite máximo a variação do

IGP/DI-FGV, mediante apresentação de demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificado em expediente elaborado pela contratada.

09.02. A repactuação, mesmo que cumpridas as exigências do item anterior, ficará condicionada à aprovação por parte do contratante após análise da competente documentação.

10. Das Condições da Contratação:

10.01. Homologado o resultado da licitação, a vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato respectivo, que obedecerá às condições indicadas na minuta de contrato (anexa), na qual estão definidas as condições da execução dos serviços, do pagamento dos preços, as obrigações da empresa contratada e as penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas. O Contrato será realizado dentro da modalidade Contrato por Preço Global.

10.02. Constitui Anexo deste Edital a Minuta do Contrato a ser firmado entre a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT e a Licitante vencedora.

10.03. A contratada executará os serviços com observância rigorosa das condições deste Edital.

10.04. No interesse da Administração, o valor do Contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou supressão do valor ou quantitativos dos serviços originalmente contratado, sem que disso resulte para a Contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.05. A recusa da Adjudicatária em assinar o contrato no prazo fixado na convocação específica, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

10.05.01. Ocorrendo essa hipótese, o Processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais Propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao Edital, sendo o autor declarado vencedor e convocado para assinar o Contrato.

11. Das Penalidades:

11.01. Pelo inadimplemento das obrigações, a Contratada estará sujeita, conforme infração, cometida, às seguintes penalidades:

a) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar); suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da homologação;

b) Executar o Contrato com irregularidade, passíveis de correção durante a execução sem prejuízo ao resultado: advertência;

c) Executar o Contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

d) Inexecução parcial do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara, pelo prazo de 03 (três) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do Contrato;

e) Inexecução total do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

f) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: Declaração de Inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por centos)

11.02. A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT rescindirá unilateralmente o Contrato, caso haja o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.

11.03. As penalidades serão aplicadas mediante regular Procedimento Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei.

11.04. Nenhum pagamento será efetuado pela Câmara Municipal enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12. Da Rescisão:

12.01. O Contratante poderá rescindir o contrato sem que caiba a Contratada qualquer direito a indenização, independentemente da conclusão por prazo, nos seguintes casos:

a) manifesta deficiência dos serviços;

b) reiterada desobediência aos preceitos estabelecidos na legislação e no contrato;

c) Falta grave à juízo do Contratante, devidamente comprovada, após garantido o contraditório e a ampla defesa;

d) Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvada as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

e) Descumprimento dos prazos contratuais;

f) Prestação dos serviços de forma inadequada;

g) Rescisão, em conformidade com o art. 78 e parágrafos, da Lei nº. 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

h) Perda, por parte da Contratada, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessária à adequada prestação dos serviços;

i) Descumprimento, pela Contratada, das penalidades impostas pelo Contratante;

j) Interesse público.

12.02. As penalidades serão aplicadas mediante regular Procedimento Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei.

13. Da Execução do Contrato:

13.01. O Contrato deverá ser executado de acordo com as suas cláusulas, respondendo cada qual pelas consequências da inexecução.

13.02. A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo responsável da Câmara Municipal, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à contratada.

13.03. A Contratada é responsável pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo essa responsabilidade e fiscalização feita pela Contratada.

13.04. A Contratada assume inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

13.05. A Contratada, não poderá subcontratar a execução parcial ou total dos serviços objeto deste Processo Licitatório.

14. Das Obrigações da Contratada:

14.01. A Contratada obrigar-se-á a cumprir os preceitos indicados abaixo, sem prejuízo das demais obrigações inerentes à boa e fiel execução do objeto a ser contratado;

14.02. Constituirão obrigações da CONTRATADA:

14.02.01. Responder pelos vícios e defeitos dos serviços prestados.

14.02.02. Prestar os serviços conforme as necessidades da Câmara Municipal e as solicitações deverão ser atendidas em até 24h00 (vinte e quatro) horas.

14.02.03. Substituir o (s) equipamento (s) que permanecer (em) inoperante (s) por 03 (três) dias úteis consecutivos, bem como aquele (s) equipamento (s) que apresentar (em) defeito (s) de forma intermitente.

14.02.04. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregados.

14.02.05. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

14.02.06. Prestar os serviços, objeto da presente licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades pelos mesmos.

14.02.07. Responder, perante os órgãos competentes, por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados, em razão dos serviços contratados.

14.02.08. Obedecer rigorosamente às normas de segurança do trabalho.

14.02.09. Sujeitar-se à fiscalização do Contrato pelo contratante obrigando-se, ainda, a comunicar qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

14.02.10. Apresentar seu pessoal técnico devidamente identificado, quando da realização de quaisquer serviços nas dependências do contratante.

14.02.11. Obedecer às exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, partes integrantes da presente licitação.

14.02.12. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

14.01.13. Fornecer e instalar todos os equipamentos necessários a prestação dos serviços, em local determinado, cabendo à mesma o ônus do fornecimento e com as instalações.

14.02.14. Ocorrendo mudanças de local, durante a vigência do Contrato, a contratada ficará obrigada a executar os serviços nos novos endereços, arcando com todas as despesas decorrentes de desinstalação, transporte e reinstalação dos equipamentos.

15. Das Obrigações do Contratante:

15.01. Constituem obrigações do Contratante:

15.01.01. Efetuar os pagamentos na forma e condições estabelecidas neste Edital.

15.01.02. Fiscalizar a execução dos serviços, através do responsável da Câmara Municipal, promovendo o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. **16. Da Dotação Orçamentária**:

16.01. As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão à conta de dotação orçamentária, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, **01 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia ,001 – Câmara Municipal - 2002 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal**

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas

17. Da Forma de Pagamento:

17.01. Os pagamentos referentes aos serviços prestados serão efetuados mensalmente até o 5º (quinto) dia útil, após a apresentação da competente Nota Fiscal de Faturamento que deverá especificar o número da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento, devidamente atestada pelo Responsável da Câmara Municipal.

17.02. Os Impostos Federais e Estaduais, quando sujeitos à retenção na fonte, sofrerão tal retenção na forma da legislação pertinente.

17.03. O I.S.S.Q.N. – Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza, será retido na fonte, na forma da Lei Municipal – Código Tributário.

17.04. A liberação dos pagamentos ficará acondicionada a confirmação da situação de regularidade da Contratada para com Seguridade Social (INSS), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através dos seguintes documentos: Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

17.05. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto licitado será autorizado sem o devido aditamento contratual.

18. Disposições Finais:

18.01. A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, responsável pelo Pregão reserva-se o direito de:

a) revogá-lo, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento ou infringência de dispositivo legal.

b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de Propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas.

c) adiar o recebimento das Propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

18.02. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão, em qualquer fase da licitação, promover às diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou complementar a instrução do Processo Licitatório.

18.03. A licitante vencedora será obrigatoriamente a prestadora dos serviços objeto da presente licitação, vedada a transferência ou a subcontratação, de qualquer outra sob qualquer forma.

18.04. Informações complementares sobre a presente licitação, poderão ser obtidas junto ao Serviço da Câmara Municipal, ou pelo Telefone: (66) 3522-1462, de Segunda à Sexta-feira, no horário de 14:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com.

19. Do Foro:

19.01. As partes elegerão o Foro da Cidade e Comarca de São Félix do Araguaia-MT, para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do cumprimento do Contrato dela originado.

19.01.01. E, para conhecimento do público expede-se o presente Edital, que deverá ser publicado em resumo no Órgão de Imprensa Oficial do Município e ser afixado em mural existente nas dependências da Câmara Municipal.

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2021.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro**EDITAL DE LICITAÇÃO**

Licitação Pregão Presencial nº 001/2021

Preâmbulo:

A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 15.051.451/0001-25, com sede na Av. Dr. José Fragelli, 772, centro, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **AMÉRICO ALVES COSTA**, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor Preço. A presente Licitação será processada em con-

formidade do disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, na Resolução Legislativa, na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei nº 147/14, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e nas disposições contidas no ato convocatório. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, a realizar-se no dia 12/04/2021 às 09h30min, na Secretaria de Administração, como Sala de Licitação da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro.

01. Do Objeto:

01.01. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade na publicação de balancetes, relatórios contábeis, extrato de contratos, convênios, decretos e editais de licitação, de interesse do contratado no jornal escrito, de circulação quinzenal, em espaço não superior à meia página por mês do tamanho estander, transmissão de áudio e vídeo em tempo real (ao vivo) e/ou gravadas quando solicitada pela contratante, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas, projetos como Câmara nos Bairros e demais eventos promovidos pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia e Escola do Legislativo da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, em tecnologia digital e/ou analógica, tudo em conformidade com as condições gerais dispostas neste Edital, Termo de Referência e aquelas que compõem seus anexos.

02. Dos Quantitativos e Especificações dos Serviços:

02.01. Os quantitativos estimados são os descritos no Termo de Referência.

02.03. Os serviços a serem prestados estão especificados no Termo de Referência.

03. Dos Prazos:

03.01. A presente contratação será efetivada a partir da assinatura do instrumento contratual e tendo seu término em 31 (trinta e um) de dezembro do corrente ano, podendo ser prorrogada na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

03.02. O prazo para instalação dos equipamentos e funcionamento será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

03.03. A Promotora da licitação convocará a vencedora para assinatura do Contrato que deverá ser feita no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento da convocação.

03.04. Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

03.05. Os prazos iniciam-se e vencem em dia de expediente na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, promotora da licitação, com um interstício de 01 (um) mês, em julho quando de recesso da Câmara.

03.06. As propostas terão obrigatoriamente de conter o prazo de sua validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da presente licitação.

03.07. Na hipótese da Câmara Municipal entidade Promotora da licitação não assinar o Contrato com a vencedora, no prazo de 60 (sessenta) dias, ficam estas liberadas.

03.08. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

03.09. Os recursos, inclusive de impugnação, deverão ser feitos por escrito e protocolados junto, a Secretaria de Administração, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro, nos horários de 14:00 as 18:00 horas ou pelo endereço eletrônico: camaramunicipalsfa@gmail.com.

03.10. Os licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital serão atendidos durante o expediente da Câmara Municipal, através dos membros da Comissão de Licitação ou pelo endereço eletrônico: camaramunicipalsfa@gmail.com, até o segundo dia útil anterior à data fixada para sessão deste Pregão, no seguinte endereço: Av. Dr. José Fragelli, 772 São Félix do Araguaia - MT – Telefone:(66) 3522.1666 de 14:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com.

04. Das Condições de Participação:

Poderão participar desta licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível, e especializadas com o objeto da licitação, que atenderem às condições previstas neste Edital. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

04.01. Os interessados ou seus representantes legais deverão fazer seu credenciamento, na sessão pública de instalação do Pregão, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame.

04.02. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente **(modelo anexo).** Sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

04.03. Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, modelo anexo, bem como as microempresas e empresas de pequeno porte que pretenderem fazer uso dos benefícios estabelecidos pelos artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, entregarão declaração nesse sentido, conforme **modelo Anexo**, devidamente acompanhada da Certidão emitida pela Junta Comercial em que comprove seu enquadramento e, em envelopes separados, a proposta de preços **(Envelope 01)** e os documentos de habilitação **(Envelope 02).**

04.04. Iniciada a abertura do primeiro envelope com a proposta estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame, devendo o pregoeiro informar, se houver, a presença entre os licitantes de microempresas e empresas de pequeno porte que farão uso dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

04.05. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, deverão apresentar como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços.

04.06. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da não apresentação de documentação necessária, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

04.07. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um credenciado.

04.08. Não poderão concorrer direta ou indiretamente, ou participar da presente Licitação:

a) O Proponente que participou da elaboração do Estudo de Concepção ou 4 Consultoria referente ao objeto deste Edital ou da sua elaboração.

b) Empresas reunidas sob a forma de Consórcio.

c) Empresas em estado de concordata, falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação. **d)** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, salvo as já reabilitadas.

e) Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

04.09. As empresas interessadas em participar do presente certame deverão apresentar a documentação a seguir indicada:

04.09.01. Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes.

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

04.09.02. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão por meio de atestado (s) de Capacidade Técnica fornecido (s) por pessoa Jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) aptidão do licitante para a execução de serviço com as características semelhantes do objeto da licitação

04.09.03. Qualificação Econômico – Financeira:

a) Certidão Cível Negativa específico por ação de Falência ou Concordata, expedida por setor do Poder Judiciário da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado, emitida, no máximo, 90 (novena) dias anteriores à data fixada para a abertura dos Envelopes – Habilitação.

04.09.04. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.

b) Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

f) Prova de Regularidade de Inexistência de Débitos Trabalhistas, perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa.

04.10. Os interessados deverão comprovar, ainda, para efeito de habilitação, o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27/10/99, em papel timbrado, firmada pelo representante legal da empresa, conforme modelo Anexo do presente Edital.

Observações:

a) As microempresas e empresas de pequeno porte que optarem por postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, apresentando declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, nos termos do **modelo Anexo** a este Edital**, deverão apresentar no envelope de habilitação - envelope de nº 02 todos os documentos referentes à regularidade fiscal, ainda que com restrições; todavia, apresentada a declaração mencionada acima, eventual restrições** poderão ser sanadas após o julgamento das Propostas de Preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

04.11. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, os documentos para credenciamento (bem como os dados referenciais) e a declaração das microempresas e empresas de pequeno porte de que pretendem fazer uso dos benefícios estabelecidos pelos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, de acordo com modelos estabelecidos em Anexos ao Edital, deverão preferencialmente, ser apresentados fora dos Envelopes nº 01 e 02.

04.12. Os prazos de validade dos documentos necessários à habilitação deverão estar em vigência na data do recebimento dos Envelopes Propostas de Preços e Habilitação, sob pena de inabilitação das concorrentes.

04.13. Caso venha a expirar o prazo de validade da Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei e o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal, da empresa declarada vencedora antes da emissão da Nota de Empenho/Contratação, a empresa fica obrigada a apresentar novas Certidões, no prazo estipulado pelo Setor Responsável da Câmara Municipal.

05. Da Forma de Apresentação das Propostas e da Documentação de Habilitação:

As Propostas (Envelope nº 01) e a Documentação de Habilitação (Envelope nº 02) das firmas interessadas deverão ser entregues em Envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE NA PUBLICAÇÃO DE BALANCETES, RELATÓRIOS CONTÁBEIS, EXTRATO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, DECRETOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO, DE INTERESSE DO CONTRATADO NO JORNAL ESCRITO, DE CIRCULAÇÃO QUINZENAL, EM ESPAÇO NÃO SUPERIOR À MEIA PÁGINA POR MÊS DO TAMANHO ESTANDER, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM TEMPO REAL (AO VIVO) E/OU GRAVADAS QUANDO SOLICITADA PELA CONTRATANTE, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PROJETOS COMO CÂMARA NOS BAIRROS E DEMAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, EM TECNOLOGIA DIGITAL E/OU ANALÓGICA.

LICITANTE: .....

ENVELOPE Nº 01 "PROPOSTAS DE PREÇOS"

AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE NA PUBLICAÇÃO DE BALANCETES, RELATÓRIOS CONTÁBEIS, EXTRATO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS, DECRETOS E EDITAIS DE LICITAÇÃO, DE INTERESSE DO CONTRATADO NO JORNAL ESCRITO, DE CIRCULAÇÃO QUINZENAL, EM ESPAÇO NÃO SUPERIOR À MEIA PÁGINA POR MÊS DO TAMANHO ESTANDER, TRANSMISSÃO DE ÁUDIO E VÍDEO EM TEMPO REAL (AO VIVO) E/OU GRAVADAS QUANDO SOLICITADA PELA CONTRATANTE, DAS SESSÕES ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, PROJETOS COMO CÂMARA NOS BAIRROS E DEMAIS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, EM TECNOLOGIA DIGITAL E/OU ANALÓGICA.

LICITANTE: .....

ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

05.01. Não será admitido o encaminhamento de Propostas via fax, por meio eletrônico ou similar. **05.02.** Após o recebimento dos Envelopes, não serão aceitas juntadas ou substituição de quaisquer documentos, nem retificação de preços ou condições.

05.03. O recebimento dos Envelopes não conferirá aos proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação, observadas as prescrições da legislação específica.

05.04. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão de imprensa oficial. A autenticação poderá ser efetuada em Cartório, na forma da Lei, ou pelo Pregoeiro, mediante a apresentação dos documentos originais quando da análise da qualificação (habilitação) dos licitantes vedadas a utilização de reprodução de cópia autenticada de fac-símile. Cada cópia de documento deverá possuir sua autenticação específica, observadas sempre os respectivos prazos de validade.

05.05. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo:

05.05.01. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou:

05.05.02. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número da filia, exceto quanto à Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei.

05.05.03. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz.

05.06. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Habilitação deverão conter, obrigatoriamente:

05.06.01. Envelope nº 01 - Propostas de Preços: A Proposta de Preço deverá conter os seguintes elementos:

a) ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa nome, endereço e CNPJ;

b) Preço por evento (sessão/eventos/publicações).

c) estar datada e assinada por pessoa juridicamente habilitada;

d) deverá ser explicitado, neste documento, que o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data fixada para entrega das Propostas e documentação.

05.06.01.01. As Propostas deverão ser datilografadas / impressas com clareza, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante ou impresso por processo eletrônico, com a indicação do número desta licitação, a identificação e endereço completo da proponente e a qualificação do signatário.

05.06.01.02. Na formulação das Propostas, a licitante deverá computar todos os custos e despesas como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, seguro, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

05.06.01.03. Quaisquer tributos de qualquer natureza, custos e despesas diretas ou indiretas, entre outras despesas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceito pleitos de acréscimos a qualquer título.

05.06.01.04. Os preços propostos e aos lances oferecidos são de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão, ou qualquer outro pretexto.

05.06.01.05. A Câmara Municipal não se responsabilizará por qualquer acréscimo referente a tributos ou outros já inclusos na proposta.

05.06.01.06. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza, ou mesmo durante a sessão de julgamento do procedimento.

05.06.01.07. Não serão consideradas Propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital. **05.06.01.08.** A apresentação das Propostas por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

05.06.02. **Envelope nº.02 - Documentação de Habilitação:** No Envelope nº 02 deverá conter todos os documentos listados nos subitens 04.09.01; 04.09.02; 04.09.03; 04.09.04 e 04.10, deste Edital.

06. Do Recebimento e Abertura dos Envelopes – Oferecimento de Lances Verbais:

06.01. Os Envelopes das Propostas de Preços e da Documentação de Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, no dia 16/04/2021 às 09h30min, na Secretaria de Administração Câmara Municipal, sito a Av. Dr. José Fragelli, 772, centro.

06.02. Colhida a assinatura dos representantes das Licitantes na lista de presenças, o Pregoeiro encerrará a fase de recebimento dos Envelopes, indagando-se dos licitantes se formalmente preenchem os requisitos da Habilitação estabelecida por este Edital. Nesta fase os representantes das licitantes apresentarão ao Pregoeiro declaração dando ciência de que

cumprem plenamente os requisitos de habilitação **(modelo anexo)** e entregarão os Envelopes.

06.03. Uma vez iniciada a abertura dos Envelopes das Propostas, não será recebida nenhuma outra oferta de empresa retardatária e em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documento exigido neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou alteração das condições ofertadas.

06.04. Constatada a inviolabilidade dos Envelopes, o Pregoeiro procederá, imediatamente, à abertura das Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes que o desejarem.

06.05. Os Envelopes da Documentação de Habilitação permanecerão fechados, em poder do Pregoeiro, e serão abertos após a análise da aceitabilidade das propostas.

06.06. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos formais estabelecidos no Edital, o Pregoeiro dará início a etapa competitiva da licitação através de lances verbais e sucessivos, que poderão ser oferecidos pelo autor da proposta de valor mais baixo e das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores à primeira.

06.07. Se não houver pelo menos três propostas nas condições indicadas no subitem anterior, poderão fazer lances verbais os autores das melhores propostas, no número máximo de 03 (três), excluindo a primeira, quaisquer que tenham sido os preços indicados nas propostas escritas.

06.08. A fase de lances verbais terá duração não superior a trinta minutos. Encerrados esse tempo, o Pregoeiro fará a análise das propostas na forma a seguir indicada.

07. Do Julgamento da Licitação – Análise das Propostas:

07.01. A análise da aceitabilidade das Propostas.

07.01.01. A análise da aceitabilidade das Propostas, a começar pela de valor mais baixo, compreenderá o exame:

a) Da compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado e com os custos reais estimados para a execução do Contrato e com as disponibilidades orçamentárias da Câmara Municipal.

b) Da qualidade dos serviços oferecidos.

07.01.02. Serão consideradas inaceitáveis, sendo desclassificadas, as Propostas:

a) que não contiverem todos os dados exigidos para o Envelope nº 01.

b) que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado, inclusive pela omissão de custos tributários incidentes sobre a Contratação.

07.02. Classificação das Propostas:

07.02.01. Para julgamento e classificação das Propostas, será adotado o critério de menor preço por evento (sessão/evento/publicações). As propostas consideradas aceitáveis serão classificadas segundo a ordem decrescente dos preços finais, a partir da de valor mais baixo.

07.02.02. Para efeito da classificação, será considerado o menor preço final, resultante dos valores originariamente cotados e dos lances verbais oferecidos.

07.02.03. O Pregoeiro fará a conferência dos valores cotados na Proposta de valor mais baixo. Na hipótese de divergência entre os valores expressos em número e por extenso, prevalecerão, para efeito de classificação, os valores por extenso, ficando esclarecido que o Pregoeiro fará as correções de soma que se fizerem necessário e que os valores corrigidos serão os considerados para efeito de classificação.

07.02.04. Na situação em que duas ou mais empresas apresentarem o mesmo valor, e dentre elas estiverem uma enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, esta será considerada vencedora se dentre elas existirem duas ou mais empresas assim qualificadas, a classificação será decidida por sorteio.

07.02.05. Quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, após convocada, poderá apresentar, na própria sessão de julgamento do pregão, no prazo de 05 (cinco) minutos, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;

b) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem anterior, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido na alínea “a”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

07.02.06. O Pregoeiro indicará na Ata da sessão os fundamentos da decisão sobre aceitabilidade ou inaceitabilidade de preços, bem como sobre a classificação ou desclassificação de Propostas.

07.03. Análise da qualificação (habilitação) dos licitantes.

07.03.01. Uma vez classificadas e ordenadas as Propostas, a etapa seguinte do julgamento consistirá na análise da qualificação dos licitantes.

07.03.02. O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope da Documentação da Habilitação do autor da Proposta classificada em primeiro lugar, para verificação do atendimento das exigências estabelecidas neste Edital.

07.03.03. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame.

07.03.04. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

07.03.05. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 08.03.04, implicará de cadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

07.03.06. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou se o autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará a abertura do Envelope da Documentação do autor da Proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos do Edital, sendo, então, o licitante declarado vencedor.

07.03.06.01. Uma vez proclamado vencedor da licitação, o Pregoeiro poderá negociar com esta melhor condição para a prestação dos serviços, inclusive, quanto aos preços. Em caso de resultado positivo da negociação, os novos valores ajustados serão consignados na Ata da sessão e passarão a compor a Proposta.

07.03.07. Se o resultado proclamado não for aceito e algum licitante manifestar, imediatamente e motivadamente, em sessão, a intenção de recorrer, o Pregoeiro suspenderá a sessão e será concedido ao licitante o prazo

de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso, assegurando-se aos demais licitantes prazo igual, após o término do prazo do recorrente, em continuidade e sem prévia notificação, para oferecimento das contra-razões correspondentes.

07.03.08. Decididos os recursos eventualmente formulados, pela autoridade competente, ou inexistindo estes, o licitante vencedor será convocado para assinar o competente instrumento de Contrato.

08. Do Resultado do Julgamento – Homologação:

08.01. O resultado final da licitação constará da Ata da sessão pública, a ser assinada pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes, na qual deverão ser registrados os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes dos respectivos ofertantes, as justificativas das eventuais declarações de aceitabilidade / inaceitabilidade e classificação / desclassificação de Propostas, bem como de habilitação / inabilitação proclamadas, os fundamentos da adjudicação feitos pelo Pregoeiro, bem assim quaisquer outras ocorrências da sessão.

08.02. Assinada a Ata da sessão pública, o Pregoeiro encaminhará o Processo da licitação à autoridade superior, para homologação.

08.03. O despacho de homologação será publicado no Órgão Oficial do Município e afixado no Quadro de Avisos do Poder Legislativo, para conhecimento geral.

09. Do Reajuste de Preço:

09.01. Poderá ser admitida a repactuação do Contrato, mediante negociação prévia entre as partes, observada os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 05 (cinco) meses, contada da data da assinatura do instrumento contratual, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI-FGV, mediante apresentação de demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, devidamente justificado em expediente elaborado pela contratada.

09.02. A repactuação, mesmo que cumpridas as exigências do item anterior, ficará condicionada à aprovação por parte do contratante após análise da competente documentação.

10. Das Condições da Contratação:

10.01. Homologado o resultado da licitação, a vencedora terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato respectivo, que obedecerá às condições indicadas na minuta de contrato (anexa), na qual estão definidas as condições da execução dos serviços, do pagamento dos preços, as obrigações da empresa contratada e as penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas. O Contrato será realizado dentro da modalidade Contrato por Preço Global.

10.02. Constitui Anexo deste Edital a Minuta do Contrato a ser firmado entre a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT e a Licitante vencedora.

10.03. A contratada executará os serviços com observância rigorosa das condições deste Edital.

10.04. No interesse da Administração, o valor do Contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou supressão do valor ou quantitativos dos serviços originalmente contratado, sem que disso resulte para a Contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.05. A recusa da Adjudicatária em assinar o contrato no prazo fixado na convocação específica, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

10.05.01. Ocorrendo essa hipótese, o Processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais Propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao Edital, sendo o autor declarado vencedor e convocado para assinar o Contrato.

11. Das Penalidades:

11.01. Pelo inadimplemento das obrigações, a Contratada estará sujeita, conforme infração, cometida, às seguintes penalidades:

a) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar); suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da homologação;

b) Executar o Contrato com irregularidade, passíveis de correção durante a execução sem prejuízo ao resultado: advertência;

c) Executar o Contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

d) Inexecução parcial do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara, pelo prazo de 03 (três) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do Contrato;

e) Inexecução total do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do Contrato;

f) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: Declaração de Inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por centos)

11.02. A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT rescindirá unilateralmente o Contrato, caso haja o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.

11.03. As penalidades serão aplicadas mediante regular Procedimento Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei.

11.04. Nenhum pagamento será efetuado pela Câmara Municipal enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12. Da Rescisão:

12.01. O Contratante poderá rescindir o contrato sem que caiba a Contratada qualquer direito a indenização, independentemente da conclusão por prazo, nos seguintes casos:

a) manifesta deficiência dos serviços;

b) reiterada desobediência aos preceitos estabelecidos na legislação e no contrato;

c) Falta grave à juízo do Contratante, devidamente comprovada, após garantido o contraditório e a ampla defesa;

d) Paralisação ou abandono total ou parcial do serviço, ressalvada as hipóteses de caso fortuito ou força maior;

e) Descumprimento dos prazos contratuais;

f) Prestação dos serviços de forma inadequada;

g) Rescisão, em conformidade com o art. 78 e parágrafos, da Lei nº. 8. 666/93 e suas alterações posteriores;

h) Perda, por parte da Contratada, das condições econômicas, técnicas ou operacionais necessária à adequada prestação dos serviços;

i) Descumprimento, pela Contratada, das penalidades impostas pelo Contratante;

j) Interesse público.

12.02. As penalidades serão aplicadas mediante regular Procedimento Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa e poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto em Lei.

13. Da Execução do Contrato:

13.01. O Contrato deverá ser executado de acordo com as suas cláusulas, respondendo cada qual pelas consequências da inexecução.

13.02. A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo responsável da Câmara Municipal, a qual competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à contratada.

13.03. A Contratada é responsável pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo essa responsabilidade e fiscalização feita pela Contratada.

13.04. A Contratada assume inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

13.05. A Contratada, não poderá subcontratar a execução parcial ou total dos serviços objeto deste Processo Licitatório.

14. Das Obrigações da Contratada:

14.01. A Contratada obrigar-se-á a cumprir os preceitos indicados abaixo, sem prejuízo das demais obrigações inerentes à boa e fiel execução do objeto a ser contratado;

14.02. Constituirão obrigações da CONTRATADA:

14.02.01. Responder pelos vícios e defeitos dos serviços prestados.

14.02.02. Prestar os serviços conforme as necessidades da Câmara Municipal e as solicitações deverão ser atendidas em até 24h00 (vinte e quatro) horas.

14.02.03. Substituir o (s) equipamento (s) que permanecer (em) inoperante (s) por 03 (três) dias úteis consecutivos, bem como aquele (s) equipamento (s) que apresentar (em) defeito (s) de forma intermitente.

14.02.04. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e demissão de empregados.

14.02.05. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.

14.02.06. Prestar os serviços, objeto da presente licitação, assumindo inteiramente as responsabilidades pelos mesmos.

14.02.07. Responder, perante os órgãos competentes, por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados, em razão dos serviços contratados.

14.02.08. Obedecer rigorosamente às normas de segurança do trabalho.

14.02.09. Sujeitar-se à fiscalização do Contrato pelo contratante obrigando-se, ainda, a comunicar qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

14.02.10. Apresentar seu pessoal técnico devidamente identificado, quando da realização de quaisquer serviços nas dependências do contratante.

14.02.11. Obedecer às exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, partes integrantes da presente licitação.

14.02.12. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

14.01.13. Fornecer e instalar todos os equipamentos necessários a prestação dos serviços, em local determinado, cabendo à mesma o ônus do fornecimento e com as instalações.

14.02.14. Ocorrendo mudanças de local, durante a vigência do Contrato, a contratada ficará obrigada a executar os serviços nos novos endereços, arcando com todas as despesas decorrentes de desinstalação, transporte e reinstalação dos equipamentos.

15. Das Obrigações do Contratante:

15.01. Constituem obrigações do Contratante:

15.01.01. Efetuar os pagamentos na forma e condições estabelecidas neste Edital.

15.01.02. Fiscalizar a execução dos serviços, através do responsável da Câmara Municipal, promovendo o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. **16. Da Dotação Orçamentária**:

16.01. As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão à conta de dotação orçamentária, da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, **01 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia ,001 – Câmara Municipal - 2002 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal**

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas

17. Da Forma de Pagamento:

17.01. Os pagamentos referentes aos serviços prestados serão efetuados mensalmente até o 5º (quinto) dia útil, após a apresentação da competente Nota Fiscal de Faturamento que deverá especificar o número da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento, devidamente atestada pelo Responsável da Câmara Municipal.

17.02. Os Impostos Federais e Estaduais, quando sujeitos à retenção na fonte, sofrerão tal retenção na forma da legislação pertinente.

17.03. O I.S.S.Q.N. – Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza, será retido na fonte, na forma da Lei Municipal – Código Tributário.

17.04. A liberação dos pagamentos ficará acondicionada a confirmação da situação de regularidade da Contratada para com Seguridade Social (INSS), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através dos seguintes documentos: Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na Lei e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.

17.05. Nenhum pagamento de acréscimo no preço do objeto licitado será autorizado sem o devido aditamento contratual.

18. Disposições Finais:

18.01. A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia, responsável pelo Pregão reserva-se o direito de:

a) revogá-lo, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento ou infringência de dispositivo legal.

b) alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de Propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas.

c) adiar o recebimento das Propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

18.02. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderão, em qualquer fase da licitação, promover às diligências que considerarem necessárias, para esclarecer ou complementar a instrução do Processo Licitatório.

18.03. A licitante vencedora será obrigatoriamente a prestadora dos serviços objeto da presente licitação, vedada a transferência ou a subcontratação, de qualquer outra sob qualquer forma.

18.04. Informações complementares sobre a presente licitação, poderão ser obtidas junto ao Serviço da Câmara Municipal, ou pelo Telefone: (66) 3522-1462, de Segunda à Sexta-feira, no horário de 14:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: camaramunicipalsfa@gmail.com.

19. Do Foro:

19.01. As partes elegerão o Foro da Cidade e Comarca de São Félix do Araguaia-MT, para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do cumprimento do Contrato dela originado.

19.01.01. E, para conhecimento do público expede-se o presente Edital, que deverá ser publicado em resumo no Órgão de Imprensa Oficial do Município e ser afixado em mural existente nas dependências da Câmara Municipal.

São Félix do Araguaia – MT, 31 de março de 2021.

Ireny Abadia Rodrigues

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - WEDILA MARTINS SOUZA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ORIGINAL Nº 033/2020 PROCESSO Nº 020/2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ORIGINAL Nº 033/2020.

PROCESSO Nº 020/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020.

OBJETO: ACRÉSCIMO DE 25% AO ITEM Nº 152 DO CONTRATO 033/2020, OBJETO: ***FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL QUE FAZEM PARTE DA ATENÇÃO BASICA E QUE SÃO DISPENSADOS ATRAVÉS DA FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO E OS SOLICITADOS POR AÇÕES JUDICIAIS E PARA USO GERAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO, PARA ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.*** FIRMADO EM: 17/03/2021. **FAVORECIDA**: **RET FARMA DIST. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA CNPJ Nº 12. 313.826/0001-90**. **VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL**: **19/05/2020** à **19/05/2021**. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações, e ainda em conformidade com a documentação constante no Processo nº **020/2020**.

São Félix do Araguaia - MT, 17 de março de 2021.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2021.

AVISO DE RESULTADO

Pregão Presencial nº. 009/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2021.

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2021**, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS TIPO AREIA, SEIXO ROLADO E ANTRACITO PARA SEREM UTILIZADOS NO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT. RECURSO PRÓPRIO. CONFORME TERMO DE REFERENCIAL EDITAL E ANEXO."**

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para as empresas:

TRATAE INDUSTRIA E COMERCIO PARA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI.

CNPJ: 17.920.464/0001-19.

INSC. ESTADUAL: 25.700.449-1.

Linha Encantado, s/n, Zona Rural.

CEP: 89.920-000 – Guaraciaba – SC.

Vencedora dos itens 01 e 02 do Certame no valor global de **R$ 71.236,00 (Setenta e Um Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais).**

Item	127862 Código	TRATAE INDUSTRIA E COMERCIO PARA SANEAMENTO AMBIEN CNPJ: 17.920.464/0001-19 R LINHA ENCANTADO, SN ******** - ZONA RURAL, GUARACIABA - SC, CEP: 89920-000 Telefone: (49) 3645-0970 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	073.019.033	AREIA PARA FILTRO E PEDREGULHOS Marca: ARGA FÁCIL	KG	20200	1,93	38.986,00
2	073.019.034	CARVÃO ANTRACIOSO, TAMANHO EFETIVO DE 0,08MM A 1 MM, Marca: TRATAE	KG	8600	3,75	32.250,00
		Total do Proponente				71.236,00

Vigência da Ata de Registro de Preço e de 12 (doze) meses.

O processo estará disponível aos interessados na própria sede da prefeitura das 13h30min às 17h00min.

São Félix do Araguaia – MT, 05 de abril de 2021.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial.

Port. nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/ 2021.

AVISO DE LICITACÃO DESERTA

Pregão Presencial nº. 008/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021.

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021 quefoi abertono dia 05 de abril de 2021, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), e foi declarado como **LICITAÇÃO DESERTA.** A cópia do Processo e seus anexos estarão disponíveis aos interessados na própria sede da prefeitura das 13h00min às 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Sr. JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

OBJETO: PREGAO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UM (01) VEÍCULO TIPO CATEGORIA SUV; ZERO QUILÔMETRO, ANO 2020/2021, COR PRETA, 04 PORTAS, TRAÇÃO 4X2, 4X4 E 4X4" MOTOR DIESEL, PARA O GABINETE DA PREFEITA, EM CONSONÂNCIA COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E MINUTA DE CONTRATO.

São Félix do Araguaia – MT, 05 de abril de 2021.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

Pregoeiro Oficial.

Port. nº 016/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - THAYANE RAMOS BOTELHO
PORTARIA N. º 316, 30 DE MARÇO DE 2021

PORTARIA N. º 316, 30 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato responsável pela contratação de empresa especializada na elaboração, execução e apresentação de relatórios de 12(doze) pontos no Município de São Félix do Araguaia – MT.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n. ° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, Sr. **Rafael da Silva Novaes**, CPF: 033.837.645-32 contrato/matrícula: 3186-1, para exercer a função de Fiscal do Contrato n.º 014/2021, sendo a empresa contratada **EXITO EMPREENDIMENTO LTDA, CNPJ 25.993. 540/0001-44**, localizada na rua I, 105, sala 48, Edifico Eldorado Hill Office, Bairro Alvorada, Município de Cuiabá – MT, CEP 78.048-487, Telefone: (65) 2127-9266, e-mail: contato@exitoassessoriamt.com.br, representada pela senhora **ANA CATARINA DE SOUZA SILVA**, empresária, portadora do RG nº 12797057, CPF Nº 912.342.801-59.

Parágrafo único. O Contrato tem como objetivo a contratação de empresa especializada na execução e apresentação de relatórios de estudos hidrológicos de 12(doze) pontos localizados no Município de São Félix do Araguaia – MT, com vistas a possibilitar a adesão ao programa de investimentos "MAIS MT" da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística para atender as necessidades da secretaria Municipal de obras e serviços urbanos da cidade de São Félix do Araguaia - MT.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) as condições de pagamento foram obedecidas; b) o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 006/2021 30 DE MARÇO 2021

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Munici**pal JOSÉ CARLOS DA SILVA** e dá outras providências.

JOSÈ LUCAS CADIDÈ LELLIS, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 2 (dois) meses de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **12/05/2008 a 12/05/2013**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, a funcionário **JOSÉ CARLOS DA SILVA**, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 11928310

SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº627.882.481-72, no cargo de AGENTE DE LIMPESA PÚBLICA , lotado na Secretaria Munic. De INFRAESTRUTURA E OBRAS o **sendo o afastamento em 01/04/2021 e retorno em 31/05/2021.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 30 de março de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 007/2021 30 DE MARÇO 2021

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Munici**pal OROZINO DE JESUS LIMA** e dá outras providências.

JOSÈ LUCAS CADIDÈ LELLIS, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 3 mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **09/06/2016 a 08/06/2021**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, a funcionário **OROZINO DE JESUS LIMA**, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 17595150 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº138.131.451-53, no cargo de COVEIRO , lotado na Secretaria Munic. De INFRAESTRUTURA E OBRAS o **sendo o afastamento em 01/04/2021 e retorno em 30/06/2021.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 30 de março de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 009/2021 30 DE MARÇO 2021

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Municipal **DENIS JULIO DA SILVA** e dá outras providências.

JOSÉ LUCAS CADIDÉ LELLIS, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença-Prêmio referente a 1ª,2ª e 3ª parcela do período aquisitivo de **18/04/2016 a 18/04/2021**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, o funcionário DENIS JULIO DA SILVA, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 16329473 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº 046.230.441-81, no cargo de AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA , lotado na Secretaria Munic. de Obras o **sendo o afastamento em 01/04/2021 e retorno em 30/06/2021.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 30 de março de 2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 008/2021 30 DE MARÇO 2021

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Munici**pal ERICA DIAS DE SOUZA** e dá outras providências.

JOSÉ LUCAS CADIDÉ LELLIS, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (um) mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **02/06/2011 a 02/06/2016**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, a funcionária ERICA DIAS DE SOUZA, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 14344327 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº015.438.561-10, no cargo de GERENTE DE PRÊVIDENCIA , lotado na Secretaria Munic. De ADMINISTRAÇAO o **sendo o afastamento em 01/04/2021 e retorno em 30/04/2021.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 30 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATOS DOS ADITIVOS DE CONTRATO DE MARÇO DE 2021

TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/2018. ASS: 17/02/2021 VCT: 18/02/2022, Contratado: **RONE SILIS DIAS.** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 17/02/2021 a 18/02/2022, conforme autoriza a Lei 8.666/93, artigo 57, inciso II e § 2 Valor: R$ 12.000,00 **Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 014/2019. ASS: 15/03/2021. VCT: 15/03/2022 Contratado**: SETI SEGURANÇA E TECNOLOGIA DA INTERNET.** Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 15/03/2021 a 15/03/2022, conforme autoriza a Lei 8.666/93, artigo 57, inciso II e § 2º. Valor: R$ 10.066,68 **Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS DE MARÇO DE 2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 015/2021. ASS: 24/02/2021. VCT: 24/05/2021. Contratado**: VOLTASA ENGENHARIA LTDA**Objeto: Contratação de empresa para aquisiçoes de massa asfáltica do tipo CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado á Quente) embalados em sacos de 25 quilos. Valor: **R$ 19.200,00 Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 016/2021 ASS: 09/03/2021 VCT: 09/06/2021 Contratado:**OESTE VEICULOS LTDA** Objeto: Prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica do veiculo gm/s10 – s10 lt 4x2 cabine dupla flex, placa qcy-4017, ano modelo 18/19. Valor: **R$2.929,04 Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 017/2021. ASS: 10/03/2021. VCT: 10/06/2021. Contratado**: JOSÉ JADIR FACCIO**Objeto: Aquisição de trator cortador de grama, equipamento apropriado para corte de grama tipo trator giro zero, sistema de direção 360°, sistema de tração hidráulico e individual. Valor: **R$ 34.625,00 Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 018/2021 ASS: 10/03/2021 VCT: 10/11/2021 Contratado:**FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI – ME** Objeto: Prestação de serviço de consultoria na gestão da atenção básica de saúde, proporcionando apoio de média e alta complexidade nos setores de programação, controle, avaliação, sistemas de informação, contratualização de serviços de saúde, regulação, controle social, suporte na elaboração de projetos na área de saúde, qualificação estratégica e capacitações voltadas para equipes da sms do município de São José do Rio Claro-MT. Valor: **R$ 48.000,00 Levi Ribeiro**– Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 019/2021. ASS: 17/03/2021. VCT: 17/09/2021. Contratado**:MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMERCIO DE CAMINHÕES E ONIBUS EIRELI.**Objeto: Aquisição de veículo tipo microonibus com capacidade mínima de 30 passageiros, para transporte de pacientes, visando atender as necessidades da secretaria municipal de saúde e sanemanto básico do município de São José do Rio Claro-MT Valor: **R$** 390.000,00 **Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 020/2021 ASS: 18/03/2021 VCT: 18/07/2021 Contratado:**DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.**Objeto: Prestação de serviços e aquisição de peças para manutenção preventivas do veiculo **MOBI LIKE 1.0 FLEX –** Ano/Modelo 20/21, placa: RAL6D25. Valor: **R$2.219,34Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 021/2021. ASS: 24/03/2021. VCT: 24/03/2022. Contratado**:CENTRO AR DISTRIBUIDORA LTDA Objeto:** Fornecimento de peças para manutenção dos veículos do município São José do Rio Claro –MT **Valor: R$ 270.000,00 Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 022/2021. ASS: 30/03/2021. VCT: 30/06/2021. Contratado**: C. E. CARVALHO COMERCIAL ME** Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares a fim de atender o municipio de São José do Rio Claro – MT Valor: **R$** 41.100,00 **Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 023/2021. ASS: 30/03/2021. VCT: 30/06/2021. Contratado**:FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI** Objeto: Aquisição de teste rápido para detecção do vírus COVID-19, para o Município de São José do Rio Claro-MT .Valor: **R$** 13.600,00 **Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal

CONTRATO DE AQUISIÇÃO N.º 024/2021. ASS: 31/03/2021. VCT: 31/03/2022. Contratado**: G L COMÉRCIO DE GASES LTDA-ME**.Objeto: Aquisição de oxigênio gasoso - com elemento oxigênio medicinal para serem envazados nos cilindros, para atender as unidades básicas de saúde de São José do Rio Claro – MT. Valor: **R$** 76.500,00 **Levi Ribeiro** – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 088/2021

DECRETO Nº 088/2021 São José do Xingu – MT, 31 de março de 2021.

DECRETA LUTO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado do Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica Decretado **LUTO,** no dia 31 de março de 2021, neste município de São José do Xingu/MT, pelo falecimento do Sr. Jair Rodrigues Salles, servidor público do município.

Art. 2º - Os serviços municipais considerados de natureza essencial manterão suas atividades normais em todas as secretarias e departamentos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Em, 31 de março de 2021.

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 810/2021

LEI MUNICIPAL Nº 810/2021 DE 31 DE MARÇO DE 2021

Altera a redação do §2º e inclui o §5º ao art. 18 da Lei Municipal n. 490/2012 e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. SANDRO JOSÉ LUZ COSTA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º Fica alterado a redação do *§2º* e inclui o *§5º ao art. 18da Lei Municipal n. 490/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 18. .....

.....

*§ **2º.**O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação sobre o vencimento do cargo comissionado, nos percentuais definidos no anexo V desta Lei.*

.....

***§ 5º.**Poderá o Executivo Municipal expedir decreto definindo os parâmetros de complexidade de atuação para definição das gratificações. (NR)*

Art.2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de MARÇO de 2021.

SANDRO JOSÉ LUZ COSTA

Prefeito Municipal

ANEXO V

TABELA DE GRATIFICAÇÃO

COMPLEXIDADE	
REGULAR	0,30
MÉDIA	0,40
ALTA	0,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Senhor **CLAUDINEY ALVES RIBEIRO**, Diretor Geral do Departamento Autônomo de Água e Esgoto do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGA o Processo de Licitação 04/2021 na Modalidade Pregão Presencial RP 03/2021**, Objeto: "**AQUISIÇÃO DE SAL MARINHO GRANULADO**''. Teve a empresa Vencedora deste certame: **QUIMAR COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUA EIRELI, INSCRITA NO CNPJ: 11.387.627/0001-63; perfazendo um valor global de 62.000,00 (Sescenta e Dois Reais).** Para que produza todos os efeitos legais previsto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

OUVIDORIA
DECRETO Nº 050, DE 05 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre composição do **Conselho Municipal dos Direitos do Idoso-CMDI** de São José dos Quatro Marcos-MT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. JAMIS SILVA BOLANDIN**, de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica composto o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso-CMDI, de São José dos Quatro Marcos, conforme disposto na Lei Municipal nº 1. 193, de 17 de julho de 2008 – assim, constituído:

I-Representantes de **Organizações Governamentais**: **Secretaria Municipal de Assistência Social Titular:** Lilian Cristina Teles de Lima **CPF:** 018.655.711-64 **Suplente:** Cirlene Venturoli Boa **CPF:** 496.436.221-34 **Secretaria Municipal de Saúde Titular:** Kerlianne Martins Ferreira Soares **CPF:** 017.609.811-92 **Suplente:** Jaqueline Batista Alvares **CPF:** 976.235.041-34 **Secretaria Municipal de Educação e Cultura Titular:** Márcia Cristina Botelho da Silva **CPF:** 536.346.241-91 **Suplente:** Benedita Ferreira de Miranda Gomes **CPF:** 805.512.381-00 **Secretaria Municipal de Fazenda Titular:** Fabrício de Barros Rodrigues **CPF:** 973.347.341-15 **Suplente:** Luzia Lopes Garcia **CPF:** 012.639.261-77 **Secretaria Municipal de Fomento, Agropecuária, Indústria e Comércio Titular:** Claudecir Alves Feitosa **CPF:** 395.781-351-49 **Suplente:** Meirivania Alves de Souza **CPF:** 021.477.861-44 II-Representantes de **Organizações Não Governamentais**: **Lar Santa Rita de Cássia Titular:** Eliane Silva Ferreira **CPF:** 277.461.048-60 **Suplente:** Luiz Antônio de Lima **CPF:** 370.448.188-20 **Central das Associações de Pequenos Produtores Rurais Titular:** Aristides do Padro Carvalhaes Neto **CPF:** 348.228.011-87 **Suplente:** Nayara Brito Pereira **CPF:** 053.783.071-55 **Usuários do Centro de Convivência do Idoso Titular:** Hercília Pivoto **CPF:** 274.410.321-72 **Suplente:** Aparecida Donizete Faschi Godoy **CPF:** 651.072.091-49 **Trabalhadores do Centro de Convivência do Idoso Titular:** Michela Claudia Duarte da Silva **CPF:** 868.502.291-68 **Suplente:** Danila Paulino Leite Alves **CPF:** 732.249.011-87 **Associações de Bairros Titular:** Valdirene Vieira da Silva **CPF:** 788.619.851-49 **Suplente:** Maria Aparecida de J. Faria **CPF:** 424.506.241-04

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso-CMDI, em sua composição, terá a vigência de 02 (dois) anos – com mandato de 05 de abril de 2021 a 05 de abril de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos-MT, em 05 de abril de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

OUVIDORIA
EDITAL Nº 002/2021 - PSS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 002/2021 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATOS TEMPORÁRIOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
RESULTADO PRELIMINAR DO PEDIDO DE ISENÇÃO

Data: 05/04/2021

Inscrição	Nome	Função	Situação	Motivo
217000024	AKASSIO VIEIRA DE SOUSA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000068	ALAÍDE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000063	ALESSANDRA DE SOUZA BASTOS DE ANDRADE	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000037	AMANDA CONCEIÇÃO TEIXEIRA	Professor II: História	INDEFERIDO	NIS não cadastrado
217000048	ANA PAULA TEIXEIRA DOS SANTOS	Professor II: Língua Portuguesa	DEFERIDO	
217000070	ANGELICA GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO DE OLIVEIRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000054	BEATRIZ DA SILVA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000072	BEATRIZ SIQUEIRA DE SOUSA	Professor II: Ciências	DEFERIDO	
217000012	CLAUDIA APARECIDA ALMICCI DOURADO	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000036	CLAUDINEI DA SILVA LARA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000056	CLEONICE MOLINA DE OLIVEIRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000027	DAIANE REIS SANTOS	Professor II: Geografia	DEFERIDO	
217000053	DARCI MARTINS	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000047	ELENIR CARVALHO DOS REIS	Professor II: Língua Portuguesa	DEFERIDO	
217000041	ELIANA BATISTA COUTINHO	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000022	ELIENE SOARES DOS SANTOS MAGALHÃES	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000059	ELISANGELA APARECIDA DA SILVA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	
217000049	EMANUEL SILVA	Professor II: Matemática	DEFERIDO	
217000028	ENOS BOTELHO SARMENTO	Professor II: História	DEFERIDO	
217000045	ERENICE ROSIANA DOS SANTOS	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO	

217000060	EVANILDA KUGER	Professor II: Matemática	DEFERIDO		
217000064	EVERALDO OLIVEIRA DE SOUZA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000030	FABIANA DA SILVA LIRA	Professor II: Língua Portuguesa	INDEFERIDO	NIS excluído	
217000033	FELIX FRANCISCO DA CRUZ JUNIOR	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS não cadastrado	
217000057	FRANCISCA MARLANIA VIDAL DE LIMA BEZERRA	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS inválido	
217000020	GIOVANE SILVA BALBINO	Professor II: História	DEFERIDO		
217000010	GRACIELY CONCEIÇÃO DE ABREU	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000073	IVANILDO CESAR NERES	Professor II: História	DEFERIDO		
217000006	IVONE LOPES DA TRINDADE	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000021	IVONE TORRES GOMES	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000016	JANAÍNA GONÇALVES BEJO	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS não é o da pessoa informada/ nome completo fornecido difere do nome registrado no Cadastro Único	
217000008	JOANA CARDOSO DA SILVA DE CARVALHO	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000069	JOSE ANTONIO SILVA PEREIRA	Professor II: História	DEFERIDO		
217000026	JUCILENE BRITO DA CONCEIÇÃO SANTOS	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS não é o da pessoa informada/ nome completo fornecido difere do nome registrado no Cadastro Único	
217000043	JULIANA PEREIRA LEITE LESCO	Professor II: Educação Física	DEFERIDO		
217000011	JULLY GABRIELI DA SILVA TURCHEN	Professor II: História	DEFERIDO		
217000013	KLEBER ARAÚJO DA CRUZ	Professor II: Ciências	DEFERIDO		
217000017	LEONARDO GOMES DE FARIAS	Professor II: História	DEFERIDO		
217000032	LEONICE CARDOSO DA SILVA	Nutricionista	DEFERIDO		
217000040	LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000038	MARCELO DANIEL DA SILVA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000044	MARCILIA FREITAS DE OLIVEIRA	Professor II: Ciências	DEFERIDO		
217000034	MARIA DOMINGAS DA SILVA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000074	MARTA MATOS LIMA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000018	MICHELLE RENATA MARIM CORDEIRO ALVES	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS não cadastrado	
217000007	MILENE FERNANDA GIROTI GONÇALVES	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS não cadastrado	
217000071	MIRIAM ALVES TEIXEIRA DE ASSIS	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000009	MIRIAN PEREIRA DE JESUS	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000023	MÔNICA FEITOSA DA SILVA	Professor II: Educação Física	DEFERIDO		
217000019	MONIQUE APARECIDA RODRIGUES CINTRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000014	NEUZA LEANDRO SILVA SANCHES	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000015	PÂMELA SANTIAGO DE BRITO	Professor II: Geografia	DEFERIDO		
217000067	PAOLA MACHADO PARREIRAS	Nutricionista	DEFERIDO		
217000039	PATRICIA DOS SANTOS COUTINHO	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000046	QUEILA FRANCELINA PUGER	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000062	RAFAEL VINICIUS MARTOS DA SILVA	Professor II: Língua Portuguesa	DEFERIDO		
217000065	ROSANIA DOS SANTOS FERREIRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000005	RUAN SOUSA BASTOS	Professor II: Ciências	INDEFERIDO	NIS não cadastrado	
217000031	SANDRA REGINA GOMES DE FARIAS	Professor II: História	DEFERIDO		
217000055	SÉRGIO MIRANDA OLIVEIRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000051	SILVANE DA SILVA DIAS	Professor II: História	DEFERIDO		
217000052	SUZANE PEREIRA DOS SANTOS VELASQUEZ	Professor II: Pedagogia	INDEFERIDO	NIS inválido	
217000025	TAMIRES LIMA COSTA	Professor II: Ciências	INDEFERIDO	NIS não é o da pessoa informada/ nome completo fornecido difere do nome registrado no Cadastro Único	
217000066	THALIA CRISTINA DOS SANTOS	Professor II: Educação Física	DEFERIDO		

217000042	VALDELANI SANTANA SANTOS	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000061	VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000029	WELLINGTON SILVA DE FARIAS	Professor II: Geografia	DEFERIDO		
217000035	WELLINGTON VENANCIA DE SOUZA	Professor II: Matemática	DEFERIDO		
217000058	WILCELANIA BARBOSA SILVA FERREIRA	Professor II: Pedagogia	DEFERIDO		
217000050	WILDIANE SILVA SANTOS	Professor II: Educação Física	DEFERIDO		

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT, 05 de Abril de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

ROZINEIA APARECIDA DE LIMA

Secretária Municipal de Educação

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139 DE 05 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, no período de 01/04/2021 a 31/03/2023, conforme Artigo 122 da Lei Complementar nº 005/2003, a servidora MECHELE FRANCIELE GIROTI PEREIRA MONEZ.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 140 DE 05 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor WILSON FERREIRA LEITE, no período de 01 a 30/04/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141 DE 05 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora ROZIANE ALVES CORREIA DE SOUZA, no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 142 DE 05 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora TEREZINHA DO ESPIRITO SANTOS DE OLIVEIRA, no período de 05/04 a 04/05/2021, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO 03 DE ABRIL DE 2021

PREF MUN DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

Rua Dr Guilherme P Cardoso, 539, Centro. São José dos Quatro Marcos-MT
CNPJ: 15.024.029/0001-80

Mês/Ano
04/2021
Rescisão
Página 1 de 1

Demonstrativo de Liquidação de Direitos 05/04/2021

Trabalhador					Carteira de Trabalho (nº, série e UF)
16972.1 - ANGELICA GONÇALVES DO ESPIRITO SANTO DE OLIVEIRA					//
PIS/PASEP	Cargo			Data nascimento	Data admissão
19047603934	0157 - PROFESSOR II - PEDAGOGIA			25/02/1992	03/03/2020
Data afastamento	Causa Afastamento				
03/04/2021	Término do Contrato de Trabalho				
RG	CPF	Salário	Banco	Agência	Conta
1697629-1	040.813.141-10	4.329,15	001	02505-4	18807-7
Unidade de custeio					
060302 - FUNDEB 60% - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRA					

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PAGAS

PROVENTOS				DESCONTOS			
Cód.	Descrição	Qtd.	Valor	Cód.	Descrição	Qtd.	Valor
001	SALARIO BASE	3.00D	191,83	919	PREVIDENCIA - INSS	7.50	14,38
906	FERIAS INDENIZADAS	4/12	639,43	922	PREVIDÊNCIA 13º SALARIO - INSS	7.49	11,98
913	13o. SALARIO PROPORCIONAL	2/12	319,72				
914	13º SALARIO MATERNIDADE	1/12	159,86				
983	1/3 FERIAS INDENIZADAS	33.333	213,14				

Total de Proventos	Total de Descontos	**Total Líquido**
R$ 1.523,98	R$ 26,36	**R$ 1.497,62**

São José dos Quatro Marcos - MT, 05 de abril de 2021

Assinatura do empregado

Fiorilli S/C Software Ltda. [35/joao/RH-RH-RH.RH] {7.5.308.27.14486/R/14486}

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 11/2021, firmado em 05/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, o **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**; **Objeto:** Aquisição de medicamentos para o Centro de Referência do Covid-19 para eventual atendimento a população. **Vigência:** até 05/10/2021; **Valor: R$** 58.627,94; **Fiscal de Contrato: CASSIO FRANCISCO DOS SANTOS.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 143 DE 05 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR, no período de 01/04/2021 a 31/03/2023, conforme Artigo 122 da Lei Complementar nº 005/2003, a servidora DALVA VIEIRA BONFIM.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril do corrente ano, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 05 DE ABRIL DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 12/2021, firmado em 05/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, o **CIRURGICA AL-STYN LTDA**; **Objeto:** Aquisição de medicamentos para o Centro de Referência do Covid-19 para eventual atendimento a população. **Vigência:** até 05/10/2021; **Valor: R$** 2.359,80; **Fiscal de Contrato: CASSIO FRANCISCO DOS SANTOS.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato Nº 10/2021, firmado em 05/04/2021. **Signatários:** pela **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, o **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**; **Objeto:** Aquisição de medicamentos para o Centro de Referência do Covid-19 para eventual atendimento a população. **Vigência:** até 05/10/2021; **Valor: R$** 3.852,00; **Fiscal de Contrato: CASSIO FRANCISCO DOS SANTOS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2021

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, Centro, CEP – 78.563-000 fone (66) 3577-1505, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 002/2021 de 07/01/2021, no uso de suas atribuições, torna público a abertura do processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** para o**REGISTRO DE PREÇOS do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - BEM MOVEL TIPO VEÍCULO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital.

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 E SUA ALTERAÇÃO A LC 147/2014, DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019
Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
AS 08h:30min HORAS DO DIA 06 ABRIL DE 2021. (Horário de Brasília - DF)
DATA FINAL DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
AS 17:00 HORAS DO DIA 15 DE ABRIL DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:
AS 17:00 HORAS DO DIA 14 DE ABRIL DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

ABERTURA DAS PROPOSTAS:
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:15 HORAS DO DIA 16 DE ABRIL DE 2021. (Horário de Brasília - DF)

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site* **https://comprasbr.com.br***, in loco na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, pelo telefone 66 3577 1505, por email no licitação@tabapora.mt.gov.br ou no endereço eletrônico http://www.tabapora.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª à 6ª feira das 08h00min horas às 15h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã/MT, 05 de Abril de 2021.

Helielson Teodoro Alves

Pregoeiro Nomeado

Portaria n° 002/2021

GABINETE
LEI MUNICIPAL N° 1.290, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SUMULA: Dispõe sobre a instituição de atendimento preferencial de fibromialgia nos órgãos públicos e privados, nas vagas de estacionamento e filas preferenciais do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.

Sirineu Moleta, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Ficam os órgãos públicos, empresas públicas, empresas concessionárias de serviços e empresas privadas localizadas no município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, obrigados a disponibilizar, durante todo horário do expediente, atendimento preferencial às pessoas portadoras de fibromialgia.

Art. 2º - As empresas comerciais que recebem pagamentos de contas deverão incluir as pessoas portadoras de fibromialgia nas filas de atendimento preferencial aos idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

Art. 3° - Caberá ao Poder Executivo a elaboração da forma de identificação dos beneficiários, por meio de comprovação médica.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Tabaporã – MT, aos 05 dias do mês de abril de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
LEI MUNICIPAL N° 1.291, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SUMULA: Denomina de "Estrada Antonio Pedro dos Santos" a estrada municipal de acesso a comunidade Pai Herói no município de Tabaporã, e dá outras providencias

Sirineu Moleta, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica estabelecido que a Estrada municipal de acesso a Comunidade Pai Herói no Municipio de Tabaporã – MT, passa a ser denominada como "Estrada Antonio Pedro dos Santos".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Tabaporã – MT, aos 05 dias do mês de abril de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
LEI MUNICIPAL N° 1.292, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

SUMULA: Denomina o Plenário da Camara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso de Plenário das Deliberações "Vereador Geraldo Alves Monteiro", e dá outras providências.

Sirineu Moleta, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º - Fica denominado de **Plenário das Deliberações "Vereador Geraldo Alves Monteiro"** o Plenário da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Tabaporã – MT, aos 05 dias do mês de abril de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2021/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E REPAROS NOS SISTEMAS ELÉTRICOS DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA-MT**. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 19 de Abril de 2021**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 05 de Abril de 2021.

EDINEIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA

Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SAMAE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 012/2021/SAMAE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 012/2021SAMAE

TIPO	TERCEIRO TERMO ADITIVO DE AO CONTRATO N. 55/2016/SAMAE
CONTRATANTE	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.788.239/0001-66, com sede na Avenida Brasil, n.º 2350-N, Paço Municipal, Jardim Europa, nesta cidade de Tangará da Serra/MT., adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VANDER ALBERTO MASSON** e o **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT**, COMO INTERVENIENTE EXECUTOR , autarquia, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 06.068.089/0006-04, com sede na Av. Brasil, nº 2.350-N, Paço Municipal – Anexo, nesta cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo seu atual Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA**
CONTRATADA	**CITYPLAN – CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EIRELI – ME,** com sede na Rua Amazonas, n. 1.250, centro de Pontes e Lacerda/MT, CEP: 78.250-000, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.610.399/0001-25, representada na pessoa do sócio-proprietário **JEFERSON DONATO**.
OBJETO FUNDAMENTO VALOR	**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIOAMBIENTAL (PTSA) DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA REGIÃO DOS BAIRROS PARQUE TARUMÃ, VILA GOIÁS E JARDIM ACAPULCO.** Fundamento no Art. 57 da Lei 8.666/93, § 4º e respaldo da Resolução de Consulta nº 13/2015 do TCE-MT. **R$ 124.908,07 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Oito Reais e Sete Centavos)**
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 30 de março de 2021 com vigência até 30 de março de 2022.**

SAMAE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 011/2021/SAMAE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 011/2021/SAMAE

TIPO	TERCEIRO TERMO ADITIVO DE AO CONTRATO N. 54/2016/SAMAE
CONTRATANTE	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.788.239/0001-66, com sede na Avenida Brasil, n.º 2350-N, Paço Municipal, Jardim Europa, nesta cidade de Tangará da Serra/MT., adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VANDER ALBERTO MASSON** e o **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT**, COMO INTERVENIENTE EXECUTOR , autarquia, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 06.068.089/0006-04, com sede na Av. Brasil, nº 2.350-N, Paço Municipal – Anexo, nesta cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo seu atual Diretor Geral **HELITON LUIZ DE OLIVEIRA**
CONTRATADA	**CITYPLAN – CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EIRELI – ME,** com sede na Rua Amazonas, n. 1.250, centro de Pontes e Lacerda/MT, CEP: 78.250-000, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.610.399/0001-25, representada na pessoa do sócio-proprietário **JEFERSON DONATO**.
OBJETO FUNDAMENTO VALOR	**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIOAMBIENTAL (PTSA) DE SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO EM TANGARÁ DA SERRA-MT.** Fundamento no Art. 57 da Lei 8.666/93 e

	respaldo da Resolução de Consulta nº 13/2015 do TCE-MT. **R$ 298.500,00 (Duzentos e Noventa e Oito Mil e Quinhentos Reais)**
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 30 de março de 2021 com vigência até 30 de março de 2022.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2020

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2020 -REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, UTENSÍLIOS DE COZINHA, DESCARTÁVEIS, UTILIDADES, DENTRE OUTROS** para atender necessidades das Secretarias deste Município,conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, o MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Vander Alberto Masson, RESOLVE REEQUILIBRAR os preços da Empresa **MUNDIAL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.837.660/0001-43. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2020 no sub item 5.2.1, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)
45	COPO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO NÃO TÓXICO, CAPACIDADE 180ML, CAIXA CONTENDO 2500 UNIDADES, EMBALADOS EM PACOTES COM 100 UNIDADES CADA. A EMBALAGEM DEVE SER PROTEGIDA COM SACOS PLÁSTICOS INVIOLÁVEIS E DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, CERTIFICADO E REGISTRO DE ÓRGÃO COMPETENTE.	CX	2.967	Cristal/ Totalplast e Minaplast	83,26

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 05 de Abril de 2021- Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos- Portaria nº 271/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INDEFERIMENTO POR INÉRCIA DA LICENÇA AMBIENTAL

O Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, torna público o indeferimento e arquivamento dos processos de licenciamento ambiental relacionados abaixo, em consonância com a Resolução CONSEMA n.º 85 de 24 de setembro de 2014 e o Decreto Municipal n.º 056 de 22 de fevereiro de 2017.

Processo	Responsável Técnico	Interessado	CNPJ ou CPF	Ato Administrativo
8957/ 2019	DÉCIO ELOI SIEBERT	TECNODIESEL RETIFICA DE MOTORES E BOMBAS INJETORAS LTDA	73.443. 197/ 0001-73	P.T.A. n.º 067/SEMMEA/2021
27858/ 2018	LUIZ CARLOS SPICALSKI JUNIOR	JOSÉ ADRIANO SOARES LIMA 69349924587 (ADRIANO LAVA JATO)	12.707. 075/ 0001-96	P.T.A n.º 065/SEMMEA/2021
13098/ 2020	DÉCIO ELOI SIEBERT	ANTÔNIO DE LIMA – SÍTIO SANTA ROSA	206. 181. 231-72	P.T.A n.º 068/SEMMEA/2021
6398/ 2020	VINÍCIUS LANÇONE DOS SANTOS	LUCAS MARIANO KASPRZAK – SÍTIO SÃO LUCAS	690. 638. 421-04	P.T.A n.º 069/SEMMEA/2021

Após publicado, arquiva-se.

Tangará da Serra – MT, 05 de abril de 2021

Magno César Ferreira

Secretário Municipal do Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2020

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2020- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2020 -REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO (AREIA, BRITA, PEDRISCO PÓ DE PEDRA ETC...), A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, o MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Vander Alberto Masson, RESOLVE REEQUILIBRAR os preços da Empresa **CONCRETO VALE DA SERRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 70.432.455/0001-61. Fica REEQUILIBRADA a Ata DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/ 2020 no sub item 5.2.1, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO,	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.
44	SERVIÇO DE FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO ESTRUTURAL FCK 30MPA AOS 28 DIAS, USO GERAL, CONFECÇÃO E LANÇAMENTO, AREIA COMERCIAL E BRITA COMERCIAL	M3	PRÓPRIA	400	R$ 382,31
45	SERVIÇO DE FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO ESTRUTURAL FCK 25MPA AOS 28 DIAS, USO GERAL, CONFECÇÃO E LANÇAMENTO, AREIA COMERCIAL E BRITA COMERCIAL	M3	PRÓPRIA	680	R$ 318,45

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Tangará da Serra- MT, 05 de Abril de 2021- Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos- Portaria nº 271/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 012/2021, do tipo: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COMPOSIÇÃO DE KITS DE BEBÊ, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO,**conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabele-

cidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 05.04.2021. Janine Cristina Gruber Nogueira – Chefe do Departamento de Licitações e Contratos. Portaria nº 271/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 005/2021

CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2021

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO/INEXEGIBILIDADE Nº. 05/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DO CREDENCIAMENTO: **DIA** 07/04/2021 À 22/04/2021 DAS 07h00min AS 11h00min (HORÁRIO DE MATO GROSSO).

OBJETO:**CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.**

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. **O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7hH00min ÀS 11h00min E DAS 13h00min ÀS 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 05 DE ABRIL DE 2021.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO PE 003/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT torna público que, com base no novo Decreto n.º 10.024, de setembro de 2019, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOR MOTOBOMBA, QUADRO DE COMANDO, BOMBAS SUBMERSAS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital com as características descritasno Termo de Referencia**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 06/04/2021 até as 08h00min do dia 15/04/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min às 10h30min do dia 15/04/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min horas do dia **16/04/2021**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: **Horário de Brasília**

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

O edital completo está disponível, via e-mail: licitacao@terranovadonorte.mt.gov.br ou através do site: https://www.terranovadonorte.mt.gov.br/Transparencia, telefone (XX 66) 3534-2500.

Terra Nova do Norte - MT, 05 de Abril de 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO PE 002/202

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT torna público que, com base no novo Decreto n.º 10.024, de setembro de 2019, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA OFICINA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital com as características descritasno Termo de Referencia**.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h00min do dia 06/04/2021 até as 08h00min do dia 15/04/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00min às 10h30min do dia 15/04/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h00min horas do dia **16/04/2021**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: **Horário de Brasília**

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

O edital completo está disponível, via e-mail: licitacao@terranovadonorte.mt.gov.br ou através do site: https://www.terranovadonorte.mt.gov.br/Transparencia, telefone (XX 66) 3534-2500.

Terra Nova do Norte - MT, 05 de Abril de 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PUBLICO Nº 01/2021

O CONSELHO MUNICIPAL GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PUBLICAS PRIVADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO

OBJETO: PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA VISANDO À ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA A "IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DE USINA(S) SOLAR(ES) FOTOVOLTAICA(S) A FIM DE SUPRIR A DEMANDA ENERGÉTICA DA ESTRUTURA FÍSICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT".

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 05/06/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO:

• Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; • Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995; • Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; • Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; • Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; • Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; • Decreto Federal n° 8.428, de 02 de abril de 2015; • Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; • Lei Complementar Estadual n° 9.641, de 17 de novembro de 2011; • Lei Ordinária Estadual n° 9.842, de 13 de dezembro de 2012; • Lei Complementar Estadual 9.854 de 26 de dezembro de 2012 e suas alterações; • Decreto Estadual n° 926 de 28 de dezembro de 2011; • Decreto Estadual n° 635 de 11 de julho de 2016 • Lei Complementar Municipal n° 1.402 de 26 de Setembro de 2018; • Decreto Municipal n° 075 de 19 de Outubro de 2018 e suas alterações; • Demais Legislação Municipal aplicável, em especial quanto às regras de construção (Plano Diretor e Código de Obras de Terra Nova do Norte/MT).

O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2500.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 05 DE ABRIL DE 2021.

RAUL AUGOSTINHO LOUREIRO DE MORAES

Presidente do Conselho Municipal Gestor do Programa de Parcerias Público – Privadas (PPP/Terra Nova do Norte)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

LEI Nº 1127 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre suspensão de cobrança judicial e negativação por débito de IPTU, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo poder público e sobre a concessão de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU às pessoas que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TORIXOREU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em consonância com a Lei Orgânica do Município e Constituição Federativa do Brasil, faz saber que a Câmara Municipal de Torixoréu - MT, APROVOU, e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido ao poder público ajuizar ações de cobranças de IPTU a proceder protesto e/ou negativação deste débitos, no curso do reconhecimento de estado de calamidade pública pelo poder público, em decorrência de atraso previsto na lei específica.

Parágrafo Primeiro. As previsões de descontos previstas em lei específica, ficam prorrogada até 60 (sessenta) dias depois de reconhecido o fim do estado de calamidade.

Parágrafo Segundo. As pessoas que quiserem durante o período de suspensão de cortes, poderão pagar 50 % (cinquenta por cento) da taxa dos serviços essenciais, mediante requerimento administrativo endereçado a concessionária, e passado o período da pandemia poderão parcelar junto as concessionárias.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo, mediante o devido processo administrativo, a conceder isenção de IPTU para imóvel pertencente a idosos.

Parágrafo Primeiro: Considera-se idoso, para todos os efeitos legais, aquele que tenha a idade maior que 60 (sessenta) anos se mulher e 65 (sessenta e cinco) se homem.

Parágrafo Segundo: Para usufruir dos benefícios de que trata esta Lei, o interessado deverá observar os seguintes requisitos: a) protocolar requerimento solicitando a isenção na Prefeitura; b) apresentar prova da idade; c) acostar documento que comprove ser o imóvel, objeto do pedido de isenção, d) ter a propriedade, em seu nome ou de seu cônjuge, e de uso exclusivamente residencial;

Parágrafo Terceiro: Caso o idoso possua mais de uma propriedade, somente poderá ser concedido o benefício para o imóvel em que estiver estabelecido sua residência.

Parágrafo Quarto: Também, terá direito aos benefícios desta Lei, o idoso, que na condição de locatário, por força do contrato válido esteja obrigado ao pagamento dos tributos, observadas sempre as exigências do artigo anterior.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo, mediante o devido processo administrativo, a conceder isenção de IPTU para imóvel pertencente a pessoas com doenças incapacitantes ou de doença em estágio terminal irreversível, desde que destinado, exclusivamente, ao uso residencial.

Parágrafo Primeiro: Entende-se como doenças incapacitantes as seguintes moléstias: câncer, síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anguilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteite deformante), contaminação por radiação, fibrose cística (muscoviscidos), Síndromes da Trombofilia e de Charcot-Maric-Tooth, Acidente Vascular Celebrai com comprometimento motor ou neurológico, doença de alzheimer, portadores de esclerose lateral amiotrófica e esclerodermia e outras em estágio terminal.

Parágrafo Segundo: A condição de incapacitante ou estágio terminal irreversível deverá ser comprovada mediante laudo pericial, emitido por serviço médico oficial do Município, que fixará o prazo de validade do laudo pericial e em caso de moléstias passíveis de controle, atestará que a doença implica em incapacidade laboral e despesas elevadas.

Parágrafo Terceiro: Para usufruir dos benefícios de que trata esta Lei, o interessado deverá observar os seguintes requisitos: a) protocolar requerimento solicitando a isenção na Prefeitura; b) apresentar laudo pericial conforme descrito no "caput" do artigo 2º; c) acostar documento que comprove ser o imóvel, objeto do pedido de isenção, única propriedade em seu nome ou de seu cônjuge;

Parágrafo Quarto: Também, terá direito aos benefícios desta Lei, o portador incapacitante ou de doença em estágio terminal irreversível, que na condição de locatário, por força do contrato válido esteja obrigado ao pagamento dos tributos, observadas sempre as exigências do artigo anterior.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário e Esta lei entra em vigor no exercício em que for considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, bem como quando tiver sido compatibilizada com as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º A presente Lei poderá ainda ser regulamentada pelo Executivo, por meio de Decreto, para especificar outros detalhes e criar novas condições no mesmo sentido.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu/MT, 29 de Março de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 26, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a Nomeação do Presidente e Secretária do Conselho Municipal do FETHAB para o exercício de 2021/2022.

THIAGO TIMO OLIVEIRA, Prefeito Municipal Interino do Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência, e a alteração trazida pela Lei estadual que destina aos Munícipios e Estado parte dos Recursos arrecadados pelo Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB.

CONSIDERANDO a Portaria 105/2021 que nomeou os membros do Conselho Municipal do Fethab através dos seus seguimentos competentes de acordo com o artigo 1º do Decreto Municipal nº 0014/2017;

CONSIDERANDO que houve a escolha dos membros que ocuparão o cargos de Presidente e Secretária do Conselho Municipal do FETHAB deste Município conforme Ata da 1ª Reunião do Conselho do FETHAB da data de 29 de março de 2021.

CONSIDERANDO o interesse público onde os atos administrativos devem ser planejados, zelando pela eficiência na aplicação dos recursos públicos

DECRETA:

Art. 1° - Fica Nomeado para o Conselho Municipal do FETHAB como Presidente o Sr. Petrônio Rodrigues de Oliveira inscrito no CPF nº 208.728. 011-87.

Art. 2º - Fica Nomeada para o Conselho Municipal do FETHAB como Secretária a Srª. Bruna Matos de Oliveira inscrita no CPF nº 700.258.191-00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu-MT, 05 de abril de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Municipal Interino

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB – FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO DE 2021.

Às 16 (dezesseis) horas do dia 29 de março de 2021, de forma remota, respeitando o Decreto Municipal nº. 24/2021, através da plataforma Google Meet, endereço: https://meet.google.com/auk-udfo-xtsxxx, reuniram-se os membros do Conselho Municipal do FETHAB, conforme convocação para deliberarem as seguintes pautas:

1. Escolha e nomeação do Presidente e Secretário do Conselho Municipal do FETHAB de Torixoréu, nos moldes do Decreto 2. Demais assuntos pertinentes.

Iniciando os trabalhos, eu, Dra. Daniela dos Santos Meira Arce, Procuradora Jurídica do Município, conjuntamente com o Dr. Sebastião Gustavo Primo Parreira, iniciamos a reunião através do Sistema Google Meet, agradecendo a presença de todos e esclarecendo que a reunião está ocorrendo de forma remota devido as determinações impostas pela Organização Mundial de Saúde acerca da aglomeração.

Iniciando a reunião foi solicitado a todos os presentes que se identificassem para dar inicio a reunião e comprovar o quórum. Estavam presentes: 1) Bruna Matos Oliveira Silva, 2) Theo Barbosa Viana, 3) Petrônio Rodrigues de Oliveira, 4) Robson Ney Barcelos Figueiredo, 5) Diego Sousa Martins Vieira, 6) Aline Roberta Figueiredo Gabriel, 7) Deon Nunes da Purificação, 8) Antonio Tavares da Guarda.

Foi registrado acerca do Decreto nº. 014, de 27 de Abril de 2017, o qual dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do FETHAB, no qual dentre suas atividades está a escolha do Presidente e Secretário entre seus membros (art. 3º, VI).

Foi dito aos presentes que a escolha do Presidente e Secretária se daria de forma democrática e que havendo interesse por um dos membros, que se manifestassem no momento. Inicialmente manifestaram o Sr. Petrônio Rodrigues de Oliveira ao cargo de Presidente e a Sra. Bruna Matos Oliveira Silva ao cargo de Secretária. Questionado aos demais acerca dos referidos nomes, todos os presentes, por unanimidade confirmaram a escolha.

Desse modo, ficou decido por unanimidade que o Presidente do Conselho do FETHAB de Torixoréu será o Sr. Petrônio Rodrigues de Oliveira e a Secretária do Conselho do FETHAB de Torixoréu será a Sra. Bruna Matos Oliveira Silva, os quais saem empossados da presente reunião.

Dado a palavra aos presentes para qualquer outra manifestação a registrar, nenhum registrou interesse.

Ficou registrado que a reunião online foi gravada, podendo cada um dos presentes ou interessado obter cópia da reunião, sendo lavrada esta ata escrita, confirmando todas as informações registradas em vídeo, que após lida e de acordo, vai assinada por todos os presentes da reunião.

Nada mais havendo a tratar a presente reunião, foi encerrada às 16 horas e vinte e nove minutos.

Torixoréu – MT, 29 de Março de 2021.

Daniela dos Santos Meira Arce

Sebastião Gustavo Primo Parreira

Bruna Matos Oliveira Silva

Petrônio Rodrigues de Oliveira

Theo Barbosa Viana

Robson Ney Barcelos Figueiredo

Diego Sousa Martins Vieira

Aline Roberta Figueiredo Gabriel

Deon Nunes da Purificação

Antônio Tavares da Guarda

LEI Nº 1126 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

Proíbe o corte de fornecimento dos serviços públicos de água e esgoto, prestados ao consumidor, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo poder público e define critérios especiais sobre a interrupção e a religação ou o restabelecimento de serviços públicos na esfera municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TORIXOREU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em consonância com a Lei Orgânica do Município e Constituição Federativa do Brasil, faz saber que a Câmara Municipal de Torixoréu - MT, APROVOU, e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as empresas concessionárias de energia elétrica, telefonia, e água e esgoto proibidas de interromper a prestação de seus serviços aos consumidores, no curso do reconhecimento de estado de calamidade pública pelo poder público, em decorrência de atraso no pagamento das faturas desses serviços.

Parágrafo Primeiro. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento do acima determinado, o que ensejará a aplicação de multa à concessionária de acordo com o Código de Defesa do Consumidor."

Parágrafo Segundo. As pessoas que quiserem durante o período de suspensa de cortes, poderão pagar 50 % (cinquenta por cento) da taxa dos serviços essenciais, mediante requerimento administrativo endereçado a concessionária, e passado o período da pandemia poderão parcelar junto as concessionárias.

Art. 2º Acerca dos serviços elencados no art. 1º, em qualquer tempo, a interrupção prescinde obrigatoriamente de comunicação prévia ao consumidor, de que o serviço será desligado em virtude de inadimplemento, bem como do dia a partir do qual será realizado o desligamento, necessariamente durante horário comercial.

Parágrafo único. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento da exigência de notificação prévia ao consumidor, o que ensejará a aplicação de multa à concessionária, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor."

Art. 3º Mesmo depois da pandemia, em qualquer tempo, para todos os efeitos, fica vedada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado, em consonância com as alterações da Lei Federal nº 14.015, de 15 DE JUNHO DE 2020.

Parágrafo único. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento da determinação acima, o que ensejará a aplicação de multa à concessionária de acordo com o Código de Defesa do Consumidor."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu/MT, 29 de Março de 2021.

THIAGO TIMO OLIVEIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 10/2021

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 10/2021**, **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT,** e sagrou "VENCEDOR", a empresa MARIA APARECIDA CARBO BARBOSA- ME, inscrito no CNPJ: 35.472.102/0001-94. Vale de São Domingos-MT, 05 de Abril de 2021. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

Ilustríssima Senhora

ELBA PARANHOS DA SILVA

Representante Legal Perante o Pregão Presencial Nº 006/2021

SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA –EPP

AVENIDA JÚLIO DOMINGOS DE CAMPOS (LOT A VERMELHA), Nº 3231, COMPLEMENTO SALA A, BAIRRO MARAJOARA, CEP 78. 138-095, VÁRZEA GRANDE – MT

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT vem por meio desta e;

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços nº 06/2021, e oriunda do Processo Licitatório nº 06/2021 – Pregão Presencial Nº 06/2021, cujo objeto é Registro de preços visando futura e eventual aquisição de peças Mecânicas, Elétricas, Eletrônicas, Motor e Acessórios, componentes de reposição Genuínos e/ou Originais de 1º Linha, não remanufaturados, não recondicionados, não recuperados, para Maquinas Pesadas de Diversas Secretarias do Município de Vale de São Domingos/MT. Por maior percentual de desconto mediante a consulta por sistema eletrônico sistema TRAZ VALOR ou cotação a mercado, conforme especificações e condições constantes neste Ata de Registro de preços., o qual esta empresa configura como uma das fornecedoras registradas;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos;

Considerando a cláusula quinta da referida Ata de Registro de Preços, o qual no seu item 5.1 estabelece o prazo de entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta as solicitações realizadas pelas ORDENS DE FORNECIMENTO Nº 1155, 1156, 1157 e 1158, datadas do dia 29 de Março de 2021, e seu descumprimento já está provocando graves transtornos ao Município de Vale de São Domingos - MT, uma vez que as peças solicitadas ainda não foram entregues;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Sétima da referida ATA e nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa **SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS LTDA –EPP**, CNPJ nº 24.717.067/0001-00, estabelecida na Avenida Júlio Domingos de Campos (LOT A VERMELHA), nº 3231, Complemento Sala A, Bairro Marajoara, CEP 78.138-095, Cidade de Várzea Grande-MT, representa neste ato pela Proprietária a Senhora ELBA PARANHOS DA SILVA, inscrito na cédula de identidade RG 12621897 SSP/MT e no CPF 704. 498.211-53, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (Três) dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de 72h (Setenta e duas horas) após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, o qual, caberá ao Município de Vale de São Domingos – MT, por sua aceitação.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 06/2021 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Vale de São Domingos – MT no endereço eletrônico: www.valedesaodomingos.mt.gov.br.

Vale De São Domingos – MT, 02 de Abril de 2021.

Elisângela Renata Costa Silva

Coordenadora de Compras e Almoxarifado

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 10-2021

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 10-2021 fica registrado a ata de registro que teve como vencedor a empresa, MARIA APARECIDA CARBO BARBOSA- ME, inscrito no CNPJ: 35. 472.102/0001-94, vencedor de todos os itens no valor global de R$ 230. 000,00, Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Vale de São Domingos – MT, 04 de Abril de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº. 31/2021

PORTARIA Nº. 31/2021

DISPÕE SOBRE RETORNO DO AFASTAMENTO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, S.r. ***GERALDO MARTINS DA SILVA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Conceder o retorno da Licença não remunerada para tratar de interesses Partículas, ao Senhor, FABIO DOS SANTOS BEZERRA, portador do RG:34892357-0 SSP/MT e do CPF: 975.487.151-53, concursado no cargo de VIGIA sob matricula n º08.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 01 de ABRIL de 2021.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº. 30/2021

PORTARIA Nº. 30/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, S.r. ***GERALDO MARTINS DA SILVA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a Senhora, IVANY HIDALGO DE SOUZA, portadora do RG: 1976810-9 SSP/MT e do CPF: 035.079081-74, para o cargo de COORDENADORIA GERAL DO CORREIO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 01 de ABRIL de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº. 28/2021

PORTARIA Nº. 28/2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, S.r. ***GERALDO MARTINS DA SILVA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a Senhora, IVANY HIDALGO DE SOUZA, portadora do RG: 1976810-9 SSP/MT e do CPF: 035.079081-74, do cargo de GERENTE DO DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA E INFORMAÇAO EM SAUDE.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 01 de ABRIL de 2021.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº. 26/2021

PORTARIA Nº. 26/2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇAO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA,*** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Senhor, SEZAR BARBOSA CANARIO, portador do RG: 18076190 SSP/MT e do CPF: 758.585.928-72, do cargo de COORDENADO DO DEPARTAMENTO DE CORREIOS.

Art. 2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 21 de MARÇO de 2021.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

CONVITE Nº 001/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA DE MOTOR WEG (MOTOR DE INDUÇÃO TRIFÁSICO 380 V 700 CV, MODELO HGF355C), PARA ATENDER A DEMANDA DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13 / 04 / 2021.

HORÁRIO:08:00 HORAS/MINUTOS. (HORÁRIO DE MATO GROSSO)

LOCAL: SALA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO DAE/VG.

ENDEREÇO: AV. GOVERNADOR JÚLIO CAMPOS, 2599 – JARDIM DOS ESTADOS – CEP 78.150-000, VÁRZEA GRANDE/MT.

O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL AOS INTERESSADOS EM DIAS UTEIS DE 2ª A 6ª FEIRA DAS 07:30 HORAS ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 HORAS ÀS 17:30 HORAS, NA SALA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO DAE/VG.

Várzea Grande, *01* de abril de 2021.

IVANIR SILVA BEZERRA

PRESIDENTE DA CPL

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE RRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 014/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO – DAE/VG**, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 003/2021,** Para a Futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de informática (computadores Desktop e Notebooks), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira Oficial com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Domínio/site:	**www.licitacoes-e.com.br**
Data da Realização do Pregão Eletrônico:	**16 de abril de 2021 às 09h00min (nove) horas - Horário de Brasília/DF**.
As propostas de preços serão recebidas entre os dias:	**06 de abril a 16 de abril de 2021.**
Encerramento de Recebimento das Propostas	**Até às 08:59 (oito horas e cinquenta e nove minutos) do dia 16 de abril de 2021 - Horário de Brasília/DF.**
Abertura das Propostas	**A partir das 09:00 (nove horas) do dia 16 de abril de 2021 - Horário de Brasília/DF.**
A disputa de preços terá início	**A partir das 09:15 (nove horas e quinze minutos) do dia 16 de abril de 2021.**

2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de **Brasília/DF**, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. O Edital estará disponível gratuitamente na página **www.daevg.com.br** e no endereço eletrônico **licitacaodae@gmail.com.**

2.4.O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) integrante do quadro do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE,** denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Licitações-e**", constante da página eletrônica do **Banco do Brasil S.A - www.licitacao-e.com.br** conforme descrito neste Edital e seus anexos.

Várzea Grande-MT, 01 de março de 2021.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA - DAE/VG.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG.

COVID-19: DECRETO N° 41 DE 05 DE ABRIL DE 2021.

Altera o Decreto Municipal n.º 06/2021, o qual dispõe sobre atualização das medidas de combate ao Coronavírus - COVID-19 no âmbito da administração pública municipal direta e indireta, ante a declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS de pandemia do Coronavírus - COVID-19, e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, incisos VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 2º, do Decreto Municipal n.º 06/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 2º** Fica mantida a declaração de **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA**, no âmbito da saúde pública no município de Várzea Grande, pelos próximos 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de abril de 2021, em razão da declaração da Organização Mundial de Saúde – OMS da pandemia do COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus.*

Art. 2º Fica alterado o art. 5º, do Decreto Municipal n.º 06/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 5º** Para atender o disposto neste Decreto Municipal, o município de Várzea Grande resolve:*

I. *proibir o uso de equipamentos comunitários em geral, tais como quadras poliesportivas, ginásios de esporte, miniestádio, espaços fitness, academias ao ar livre e congêneres, incluindo, VIA 31, Ginásio do Fiotão, Espaço FIT, Parque Berneck, Parque Tanque do Fancho, Parque Flor do Ipê, Orla da Alameda, Praças, e todos os outros espaços coletivos.*

II. *O Estádio Municipal "Dito Souza" somente poderá ser utilizado para jogos oficiais da Federação Mato-grossense de Futebol sem público;*

III. *proibir a utilização dos parques públicos municipais, sendo a fiscalização exercida pela Guarda Municipal, Vigilância Sanitária e órgãos de fiscalização do município, com aplicação de multa àqueles que adentrarem nos parques;*

IV. *proibir o atendimento ao público das atividades realizadas nos Grupos de Serviços de Convivência de Idosos, Crianças e Adolescentes, Projeto Amigas Empreendedoras, Projeto Juventude Ativa, Projeto Laços Maternos, Programa Criança Feliz, Projeto Caderno II e demais projetos e programas da Secretaria Municipal de Assistência Social;*

V. *manter a suspensão de férias e licenças prêmios concedidas aos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde que exerçam suas funções nas áreas fins, mediante ordem do Secretário Municipal de Saúde, quando necessário;*

VI. *proibir as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, exceto de forma remota;*

VII. *modalidades de ensino privado: infantil, fundamental, médio e superior, fica autorizada a retomada, a partir de 06 de abril, de forma hibrida;*

VIII. *permitir a retomada dos cursos de idiomas em geral, oficinas em geral, cursos de pós-graduação e aulas práticas de ensino superior e técnico, aulas nos cursos ou "cursinhos" preparatórios, estes com turmas de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade de alunos na sala de aula; e*

IX. *quanto ao ensino público, será retomada, de forma remota, a partir de 01 de março, sendo que o ensino hibrido deverá ser implantado a partir de 03 de maio.*

Parágrafo único: As datas aqui expostas, poderão ser reanalizadas de acordo com o controle ou a evolução do combate ao Coronavírus – COVID-19.

Art. 3º Fica alterado o art. 6º, do Decreto Municipal n.º 06/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 6º** Os servidores públicos do Município de Várzea Grande e suas autarquias deverão exercer as atribuições do seu cargo no âmbito das suas Secretarias, no período das 08:00 horas às 12:00 horas, ou conforme determinação do Secretário Municipal ou Diretor-Presidente de cada unidade administrativa.*

§ 1° Fica autorizado o regime de revezamento presencial com teletrabalho, observada as seguintes condições:

I. permanência mínima de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de servidores em trabalho presencial, mediante escala de revezamento a ser estabelecida pelo Secretário Municipal ou Diretor-Presidente de cada órgão; e

II. compatibilidade das atividades exercidas pelo servidor com o regime de teletrabalho, ainda que estas sejam oriundas de unidade administrativa diversa daquela em que o servidor está lotado.

§ 2° O Secretário Municipal ou Diretor-Presidente de cada órgão poderá promover ajustes quanto à aplicação das regras de revezamento presencial e teletrabalho, conforme suas respectivas necessidades, ou para fins de garantir a preservação do funcionamento dos serviços públicos.

§ 3º O regime de revezamento não se aplica aos trabalhadores terceirizados.

Art. 4º Fica alterado o art. 13, do Decreto Municipal n.º 06/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. *Fica autorizado, como forma a garantir e resguardar o exercício dos serviços públicos, as atividades essenciais inadiáveis à comunidade e o funcionamento das seguintes atividades privadas, da forma posta, inclusive, pelo Decreto Federal n˚ 10.282, de 20 de Março de 2020 e Decreto Estadual n˚ 836, de 01 de março de 2021 e seguintes, com o respeito ao distanciamento entre pessoas e demais medidas de normas sanitárias de prevenção e combate ao Coronavírus (COVID-19), as atividades abaixo descritas:*

I. *assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;*

II. assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III. atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV. atividades de defesa nacional e de defesa civil;

V. trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros; telecomunicações e internet;

VI. serviço de call center;

VII. geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos:

a) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e

b) as respectivas obras de engenharia;

VIII. *produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção;*

IX. *serviços funerários;*

X. *guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;*

XI. *vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;*

XII. *prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;*

XIII. *inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;*

XIV. *vigilância agropecuária internacional;*

XV. *controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;*

XVI. *serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;*

XVII. *serviços postais;*

XVIII. *serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;*

XIX. *serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;*

XX. *fiscalização tributária e aduaneira federal;*

XXI. *produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;*

XXII. *fiscalização ambiental;*

XXIII. *produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;*

XXIV. *monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;*

XXV. *levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;*

XXVI. *mercado de capitais e seguros;*

XXVII. *cuidados com animais em cativeiro;*

XXVIII. *atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;*

XXIX. *atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição;*

XXX. *atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;*

XXXI. *outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;*

XXXII. *fiscalização do trabalho;*

XXXIII. *atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia de que trata este Decreto;*

XXXIV. *atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pela advocacia pública da União, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos respectivos serviços públicos;* XXXV. *atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;* XXXVI. *unidades lotéricas;*

XXXVII. *serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados;*

XXXVIII. *serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;*

XXXIX. *atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de start-ups, para os fins de que trata o art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020;*

XL. *atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas;*

XLI. *atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho;*

XLII. *atividade de locação de veículos;*

XLIII. *atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização;*

XLIV. *atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos e plásticos em geral;*

XLV. *atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro;*

XLVI. *atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais;*

XLVII. *atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13. 979, de 2020;*

XLVIII. *produção, transporte e distribuição de gás natural;*

XLIX. *indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;*

L. *atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;*

LI. *atividades industriais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;*

LII. *salões de beleza e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e*

LIII. *academias de esporte de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde.*

§1º São serviços públicos e atividades essenciais aquelas indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

§2º Também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

§3º Fica permitida a abertura dos serviços essenciais acima descritos, constantes no Decreto Federal n° 10.282, de 20 de Março de 2020 e seguintes, no âmbito da competência administrativa e local deste município, sem restrição de horário de funcionamento das atividades.

§4º Em evento social ficará proibido, independentemente do quantitativo de pessoas.

§5º O shopping center manterá o atendimento em 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, com horário de atendimento ao público de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 horas às 20:00 horas, e ao sábado e domingo das 08:00 horas às 12:00 horas, sendo que a praça de alimentação poderá funcionar no sábado e no domingo até às 14:00, podendo realizar delivery até às 23:59 horas em todos os dias, devendo ainda ser observadas todas as medidas de prevenção e combate à disseminação do novo coronavírus, incluindo, métodos para evitar a circulação de pessoas que pertencem ao grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde.

§6º Os cinemas e teatros não funcionarão.

§7º Fica permitido os serviços e atividades não essenciais privadas, varejistas e atacadistas, com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, inclusive a utilização de provadores de roupa, com horário de atendimento ao público de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 horas às 20:00 horas, e ao sábado e domingo das 08:00 horas às 12:00 horas, devendo ser observada todas as medidas de prevenção e combate à disseminação ao novo coronavírus, incluindo, métodos para evitar a circulação de pessoas que sejam do grupo de risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde.

§8º Os supermercados, mercados, mercearias e feiras, varejistas e atacadistas, poderão manter suas atividades com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, sendo permitido o funcionamento de segunda-feira a sexta-feira das 05:00 horas às 20:00 horas, ao sábado das 05:00 horas às 20:00 horas, e no domingo das 05:00 horas às 12:00 horas, sendo proibido o consumo no local.

§9º As padarias, açougues e similares, varejistas e atacadistas, poderão manter suas atividades com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, segunda-feira a sexta-feira das 05:00 horas às 20:00 horas, ao sábado das 05:00 horas às 20:00 horas, e no domingo das 05:00 horas às 12:00 horas.

§10. As conveniências localizadas em postos de combustível poderão funcionar com capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) de lotação, de segunda-feira a sexta-feira das 05:00 horas até às 20:00 horas, e ao sábado e domingo das 05:00 às 12:00, podendo realizar delivery em todos os dias até às 23:59 horas, sendo proibido o consumo no local.

§11. As distribuidoras de bebidas somente poderão funcionar de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 horas às 20:00 horas, e ao sábado e domingo das 08:00 horas às 12:00 horas, podendo realizar delivery em todos os dias até às 23:59 horas, sendo proibido qualquer tipo de consumo no local, além da presença de público.

§12. Os restaurantes e pizzarias funcionarão com 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de lotação, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 horas às 20:00 horas, ao sábado e domingo das 06:00 horas às 14:00 horas, podendo realizar drive-thru e take-away todos os dias até às 20:45, e ainda, delivery todos os dias até às 23:59.

§13. As lanchonetes, cafeterias, bares e congêneres funcionarão com a capacidade máxima de 50% (cinquenta por cento) de lotação, de segunda-feira a sexta-feira das 06:00 horas até às 20:00 horas, e ao sábado e domingo das 06:00 horas às 14:00 horas, podendo realizar delivery até às 23:59 horas.

§14. Os eventos realizados no formato "drive in" ficam probidos.

§15. Ficam proibidas as atividades econômica de locação, seja em espaço público ou privado, de quadras de esporte, campos de futebol, quadra de areia, quadra society e congêneres.

§16. A realização de jogos e treinamento de futebol profissional, não terão a presença do público.

§17. Fica proibida a realização de jogos de futebol amandor, exceto o profissional, ou qualquer outra atividade esportiva em campos de futebol, quadra de areia, quadra society ou outro campo esportivo, seja ele público ou privado.

§18. Fica vedada o consumo de bebida alcoólica, no local, em qualquer estabelecimento comercial.

Art. 5º Fica alterado o art. 19, do Decreto Municipal n.º 06/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. As atividades de cunho religioso poderão manter seu exercício religioso, de segunda-feira a sexta-feira, das 05:00 horas às 19:00 horas, e ao sábado e domingos das 05:00 horas às 12:00 horas, respeitando ainda:

I. lotação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade total do local;

II. disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

III. distanciamento mínimo de 1,5 m entre as pessoas;

IV. controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive, pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

V. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

VI. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VII. suspensão da entrada de pessoas, quando atingida em 30% (trinta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento.

Art. 6º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 39/2021.

Art. 7º Este Decreto Municipal entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 05 de abril de 2021.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2021

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao Pregão Presencial N. 013/2021, para aquisição de equipamentos para podagens (roçadeiras, motosserras, motopodadeiras, trator e coletor), peças e manutenção, resolve HOMOLOGAR o objeto da licitação a(s) empresa(s):JOSE WILLER DANTAS DE BARROS 03666537170, pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 17.696.413/0001-55, com proposta no valor global de R$ 467.920,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil e Novecentos e Vinte Reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 05 de abril de 2021

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2021

O Pregoeiro Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao pregão presencial n. 013/2021, tendo por objeto a aquisição de equipamentos para podagens (roçadeiras, motosserras, motopodadeiras, trator e coletor), peças e manutenção, resolve ADJUDICAR o objeto da licitação a(s) empresa(s): JOSE WILLER DANTAS DE BARROS 03666537170 , pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ sob nº 17.696.413/0001-55, com proposta no valor global de R$ 467.920,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil e Novecentos e Vinte Reais)

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 05 de abril de 2021

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT

RETIFICAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2021

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** da publicação do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2021**, Publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Eletrônico dos Municípios do estado de Mato Grosso.

Alteração dos itens relacionados abaixo:

Item 12 da Proposta;

Onde se lê:

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
12	TESTE - RAPIDO PARA DETECCAO DO VIRUS COVID-19 (CORONAVIRUS) IGG E IGM; REGISTRO AVISA, VALIDADE DE 12 MESES. (UNIDADE)	CX	6.000,000			00,000

Leia-se:

ITEM	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
12	KIT TESTE - TESTE RAPIDO PARA DETECÇÃO COVID-19, EM SANGUE TOTAL SORO E PLASMA HUMANOS, KIT COMPLETO, SENSIBILIDADE DO TESTE 80% À 99% E ESPECIFICIDADE DO TESTE DE 80% À 100%. RESULTADO MAXIMO EM 20 MINUTOS, VALIDADE APOS A ENTREGA DE NO MINIMO DE 01 (UM) ANO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, COM MANUAL DE INSTRUÇÃO, ROTULO C/N. LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIA E REGISTRO NA ANVISA.	UN.	30.000,000			00,000

Fica mantidos inalterados os demais itens publicados. Aos interessados, informação bem como Edital completo estará à disposição no portal transparência: https://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br...

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 05 de abril de 2021.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

EXTRATO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE – MT.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PODAGENS (ROÇADEIRAS, MOTOSSERRAS, MOTOPODADEIRAS, TRATOR E COLETOR), PEÇAS E MANUTENÇÃO

PRAZO: 12 Meses, a partir da emissão da ARP.

CONTRATADO:

EMPRESA:	CNPJ/CPF	VALOR TOTAL
JOSE WILLER DANTAS DE BARROS 03666537170	17.696.413/0001-55	R$ 467.920,00

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 05 de abril de 2021.

DECRETO N° 034, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

"Decreta medida restritiva de quarentena obrigatória no território do município de Vila Bela da Santíssima Trindade - Mato Grosso, e dá outras providências".

O Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que, de acordo com os dados contidos no Painel Epidemiológico nº 383, atualizado em 25/03/2021, divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, demonstrando o aumento da média de casos, internações hospitalares e óbitos, com o sistema de saúde já em colapso;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Painel Epidemiológico supracitado, a Taxa de Ocupação de UTI é de 98,11% no Estado de Mato Grosso, sendo que no Município de Cáceres, Polo que atende o município de Vila Bela e Região, o Hospital Regional Dr. Antônio Fontes encontra-se com Taxa de Ocupação de Leitos de UTI em 100%, não tendo mais vagas disponíveis para novos pacientes;

CONSIDERANDO o Decreto nº 874, de 25 de março de 2021, do Governo do Estado de Mato Grosso, que "Atualiza classificação de risco epidemiológico e fixa regras e diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências".

CONSIDERANDO que o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade se encontra em classificação de risco "MUITO ALTO", devendo adotar as medidas não-farmacológicas impostas no inciso IV, do art. 5º do Decreto Estadual nº 874, de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, no bojo da ADI nº 1003497-90.2021.8.11.0000 que termina que os municípios acompanhem o Decreto Estadual nº874 de 25/03/2021 que dispõe sobre medidas restritivas para o enfrentamento e combate á COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar as medidas restritivas impostas pelo Poder Executivo Estadual através do Decreto nº 874, de 25 de março de 2021, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, pelo que deverão ser adotadas no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **até o dia 09/04/2021**, as seguintes medidas não-farmacológicas:

I - quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 10 (dez) dias, prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente;

II - manutenção apenas dos serviços e atividades essenciais a que se refere o art. 2º deste decreto;

III - suspensão de aulas presenciais em berçários, creches, escolas e universidades;

IV - controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas, ficando autorizada apenas a circulação de pessoas com o objetivo de acessar e exercer atividades essenciais;

V - proibição de qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração;

VI - manutenção do funcionamento apenas dos serviços públicos e atividades essenciais;

§ 1º Para efeito deste Decreto, considera-se quarentena: medida que tem como objetivo evitar a propagação da pandemia por meio do confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição ao trânsito de pessoas, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais descritas no art. 2º deste decreto;

§ 2º Excetua-se da medida restritiva (quarentena coletiva obrigatória) disposta no inciso I, do presente artigo, os serviços de entrega domiciliar (delivery) de alimentos e mercadorias essenciais à subsistência, devidamente identificados até às 23h59min, inclusive aos sábados e domingos.

Art. 2º Para efeitos deste decreto são considerados essenciais os serviços e atividades

abaixo relacionadas:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos, hospitalares e laboratoriais, exclusivamente para atendimentos emergenciais e prioritários (como pré-natal e tratamentos de doenças graves que não podem ser interrompidos), devidamente comprovados;

II - comércio de insumos médico-hospitalares;

III - farmácias e drogarias;

IV - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

V - supermercados, mercados, açougue, hortifrúti e padarias, bem como as atividades de logística de distribuição de alimentos;

VI – atividades ligadas ao comércio de gêneros alimentícios poderão ficando autorizado o funcionamento nas modalidades take-away, drive-thru somente até às 20h45min, permitido o serviço de delivery até as 23h59min.;

VII - distribuidora de água e gás apenas por delivery;

VIII - atividades religiosas em igrejas, templos e congêneres, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade máxima do local, observado os limites de horário definidos nos incisos deste artigo.

IX - clínicas veterinárias e hospitais veterinários, exclusivamente para atendimentos emergenciais devidamente comprovados ou por delivery;

X - agropecuária e congêneres apenas por delivery.

XI - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

XII - transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo;

XIII - atividades de defesa nacional e de defesa civil;

XIV - trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;

XV - serviços de manutenção de telecomunicações e internet;

XVI - serviço de call center;

XVII - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e água;

XVIII - serviços funerários;

XIX - guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

XX - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XXI - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XXII - vigilância agropecuária internacional;

XXIII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XXIV - serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados

(data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXV - serviços postais;

XXVI - serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;

XXVII - fiscalização tributária e aduaneira federal;

XXVIII - fiscalização ambiental;

XXIX - distribuição e comercialização de combustíveis em postos **EXCETO CONVENIÊNCIA**, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo,

XXX - atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da Constituição;

XXXI - atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;

XXXII - atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito e lotéricas, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública;

XXXIII - serviços de guincho;

XXXIV- salões de beleza e barbearias, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;

XXXV- academias de esportes de todas as modalidades, obedecidas as determinações do Ministério da saúde;

XXXVI - hotéis, pensões e outros estabelecimentos de hospedagem, cumprida as seguintes medidas:

a) deve ser interditado o acesso a academias, salas de jogo, espaços de lazer, piscinas, auditórios e outros espaços de uso comum;

b) as refeições, lanches, comida e bebida devem ser servidas exclusivamente nos quartos.

§ 1º O funcionamento dos estabelecimentos e atividades referidos neste artigo fica expressamente condicionado ao cumprimento das regras, condições e protocolos de prevenção, higiene e controle da transmissão e contaminação por COVID-19 previstas na legislação em vigor e neste decreto:

a) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

b) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

c) evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

d) observar o limite de 30% (trinta por cento) de sua capacidade de atendimento ao público, de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

e) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

f) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

g) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

§ 2º Em nenhuma hipótese o funcionamento dos estabelecimentos e atividades referidos neste artigo poderá provocar ou resultar na aglomeração de pessoas.

§ 3º Em todos os estabelecimentos e atividades previstas neste artigo, deverá ser adotado o regime de teletrabalho (home office) para as atividades de caráter administrativo, ressalvados somente os casos em que o trabalho presencial seja comprovadamente indispensável ao atendimento ou funcionamento do estabelecimento ou atividade.

§ 4º Os estabelecimentos e atividades ligadas ao comércio de alimentos autorizadas neste artigo não poderão servir refeições, lanches, comida ou bebida para consumo no local, incluindo balcões e áreas de alimentação, ficando autorizado o funcionamento nas modalidades take-away, drive-thru somente até às 20h45min, permitido o serviço de delivery

até as 23h59m.

§ 5º A prestação dos serviços de manutenção de equipamentos, assistência técnica, oficinas de conserto e manutenção em geral e sistemas de segurança privada deverá ser realizada por meio de delivery, sendo autorizado o atendimento presencial apenas quando não houver outro meio de realizar a manutenção, hipótese em que, se for o caso, o estabelecimento deverá permanecer com os acessos fechados e sem a presença de clientes.

§ 6º Nas agências bancárias ficam autorizados exclusivamente os serviços de autoatendimento, vedados os serviços e atividades internas, ressalvados os relacionados à segurança e manutenção, ressalvada a hipótese do inciso XXXII do presente decreto.

§ 7º As casas lotéricas poderão funcionar observadas as seguintes condições:

I - funcionamento em regime de pré-agendamento, que deverá ser realizado com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas), por telefone ou outros meios de comunicação;

II - os agendamentos deverão ser registrados e estar disponíveis para controle da fiscalização municipal;

III - o atendimento deve ser exclusivo para pagamentos de contas e faturas com vencimento na data;

IV - em caso de necessidade, deverão ser organizadas das filas de espera até 5 (cinco) pessoas, com distanciamento mínimo de 03 (três) metros.

§ 8º Fica permitida a prestação de serviços de cuidado e atenção à idosos, pessoas com deficiências e/ou dificuldades de locomoção, realizados em domicílio ou em instituições destinadas a esse fim, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde.

Art. 3º O funcionamento das atividades e serviços essenciais definidos no art. 2º ficará sujeita às seguintes condições:

I - de segunda a sábado, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00m e as 20h00m;

II - aos domingos, autorizado o funcionamento somente no período compreendido entre as 05h00min. e as 12h00min.

§ 1º As farmácias, os serviços de saúde, de hospedagem e congêneres, de imprensa, de transporte coletivo, de transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, as funerárias, os postos de combustíveis, exceto conveniências, as indústrias, as atividades de colheita e armazenamento de alimentos e grãos, serviços de guincho, segurança e vigilância privada, de manutenção e fornecimento de energia, água,

telefonia e coleta de lixo e as atividades de logística de distribuição de alimentos, não ficam sujeitas às restrições de horário previstos no presente artigo.

§ 2º Fica proibido o ingresso de crianças, de até 12 (doze) anos em estabelecimentos

comerciais.

§3º Os supermercados, nos horários de funcionamento fixados nos incisos deste artigo, devem aplicar sistema de controle de entrada restrito a 01 (um) membro por família.

§ 4º Fica proibida a venda de bebida alcoólica nas conveniências, restaurantes, lanchonetes e congêneres localizadas em postos de combustíveis situados em rodovias estaduais e federais no âmbito territorial do município fora dos horários definidos nos incisos do caput deste artigo.

Art. 4º A circulação de pessoas e veículos pelas vias e logradouros públicos do

Município, até o dia 09/04/2021, fica autorizada somente para as seguintes finalidades:

I - aquisição de medicamentos;

II - acessar produtos e serviços essenciais, nos termos deste decreto;

III - atendimento ou socorro médico de pessoas ou animais;

IV - atendimento de situações de urgência ou necessidades inadiáveis;

V - prestação de serviços ou atividades autorizadas por este decreto;

§ 1º Para a comprovação do cumprimento das finalidades previstas no caput deste artigo poderão ser utilizados os seguintes documentos:

I - prescrição médica ou nota fiscal de compra do medicamento;

II - atestado de comparecimento à unidade ou serviço de saúde;

III - nota fiscal ou recibo de compras ou serviços adquiridos em estabelecimentos ou

atividades essenciais, nos termos deste decreto;

IV - carteira de trabalho, holerite ou outro documento que comprove a prestação de

serviço ou atividade autorizada por este decreto;

V - passagem de ônibus;

VI - comprovação da situação de urgência ou necessidade inadiável por qualquer meio eficaz.

§ 2º Os documentos previstos no parágrafo anterior deverão ser portados pelos interessados e serão exigidos pela fiscalização municipal, para fins de verificação do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 5º Fica terminantemente proibido o acesso, a permanência, a práticas desportivas e circulação de pessoas em praças públicas, parques públicos, jardins, quadras e campos de práticas esportivas, clubes de recreação e espaços destinados a eventos coletivos, pelo período estabelecido no art. 1º deste decreto.

Art. 6º A fiscalização das regras deste Decreto ficará a cargo da:

I - Órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal;

II - Polícia Militar - PM/MT;

IV - Polícia Judiciária Civil - PJC/MT;

V - Corpo de Bombeiros Militar - CBM/MT; e

VI– Agentes Municipais de Fiscalização.

§ 1º A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso fica autorizada a dispersar aglomerações, inclusive em bares e restaurantes.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente, além da aplicação de multas e sanções cíveis cabíveis.

§ 3º As autoridades estaduais e municipais que não aplicarem as medidas restritivas instituídas por este Decreto ficam sujeitas à aplicação das sanções penais cabíveis, por infração às medidas sanitárias preventivas, conforme previsão do art. 268 do Código Penal.

§ 4º Caberão aos órgãos competentes, inclusive ao Ministério Público Estadual, fiscalizar se os agentes públicos estaduais e municipais estão cumprindo e fazendo cumprir as determinações deste Decreto, propondo, quando julgar pertinente, as demandas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

§ 5º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas jurídicas, inclusive condomínios residenciais, ensejará aplicação de multas, interdição temporária e outras sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, conforme estabelecido em lei específica.

§ 6º O descumprimento das medidas não farmacológicas impostas no presente Decreto, ensejará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 11.316, de 02 de março de 2021.

Art. 7º As medidas previstas neste presente Decreto poderão ser prorrogadas, de

acordo com a evolução da pandemia e das orientações das autoridades de saúde, podendo

inclusive ser revistas, a qualquer momento, as autorizações para funcionamento de estabelecimentos e realização de atividade, caso haja piora dos indicadores atinentes à pandemia no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Art. 8º As medidas instituídas no presente Decreto terão vigência até o dia 09 de abril de 2021, prorrogáveis em caso de necessidade.

Art.9 Fica Restringido o acesso ao Parque Estadual Serra Ricardo Franco e Cascata dos namorados.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE /MT., AOS DIAS TRINTA DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
COVID-19: TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 020/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 020/2021

PROCESSO 052/2021

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada na Lei 8.666/1993 artigo 24, inciso II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, com a finalidade de contratar a empresa **BIATIC ASSESSORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA** (27.197.452/0001-61) para contratação de assinatura de Software de gestão em saúde para monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde ofertados na Aps, acompanhamento da capacitação ponderada, ações estratégicas e pagamentos por desempenho no valor de **R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. **RATIFICO**, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da C.P.L, e Parecer Jurídico do Procurador do Município Sr. Pierre Fabrício Gouveia de Oliveira, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica, 05 de Abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - UCMMAT

PORTARIA Nº 0017/UCMMAT/2021-SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES CORONAVÍRUS

PORTARIA Nº 0017/2021 DE 1o DE ABRIL DE 2021.

"ESTABELECE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO – UCMMAT NO PERÍODO DE 05 A 11 DE ABRIL DE 2021".

O Presidente da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso – UCMMAT, **Sr. BRUNO LINS RIOS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Estatuto da UCMMAT:

CONSIDERANDO os reflexos da pandemia provocada pela COVID-19 com o agravamento da crise de saúde em todo o território nacional, e, em especial no Estado de Mato Grosso com o sistema de saúde colapsado;

CONSIDERANDO as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, bem como, o Decreto Estadual n. 874/2021 expedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado os efeitos da Portaria 016/2021 com a consequente suspensão das atividades administrativas presenciais na sede da UCMMAT no período de 05 a 11 de abril de 2021.

Art 2º - As atividades administrativas Retornarão as atividades presenciais no dia 12 de abril de 2021 (segunda-feira), em seu horário habitual.

Art. 3º - No período estabelecido no artigo anterior, as atividades administrativas da UCMMAT serão desempenhadas de forma remota por seus servidores através dos canais de atendimento.

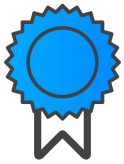
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá/MT, 1o de abril de 2021.

BRUNO LINS RIOS

PRESIDENTE DA UCMMAT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Apr 05 23:32:37 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)